PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Direito

Helena Patrícia Freitas

PROCESSOS PLURIVERSAIS:
como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza

Belo Horizonte
2023

Helena Patrícia Freitas

PROCESSOS PLURIVERSAIS:

como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Morais.

Belo Horizonte

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Freitas, Helena Patrícia
F866p Processos pluriversais: como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza / Helena Patrícia Freitas. Belo Horizonte, 2023.
347 f.

Orientadora: Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Morais
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito

1. Teoria geral do processo. 2. Pluralismo. 3. Direito processual - Aspectos ambientais. 4. Direito processual - Aspectos econômicos. 5. Direitos fundamentais. 6. Direito ambiental. 7. Descolonização. 8. Epistemologia. 9. Novo constitucionalismo latino-americano. I. Morais, Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 347.9
Ficha catalográfica elaborada por Daniela Luzia da Silva Gomes - CRB 6/2505

Helena Patrícia Freitas

PROCESSOS PLURIVERSAIS:

como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Direito.

Profa. Dra. Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Morais – PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Dierle José Coelho Nunes – PUC Minas (Banca examinadora)

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães – PUC Minas (Banca examinadora)

Profa. Dra. Susana Henriques da Costa – USP (Membro externo)

Profa. Dra. Flávia Pereira Hill – UERJ (Membro externo)

Prof. Dr. Alexandre Melo Franco Bahia – UFOP (Suplente)

Prof. Dr. Vinícius Diniz Monteiro de Barros – PUC Minas (Suplente)

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é sentimento abraçado pelo amor. E eu os sinto, de forma absolutamente intensa, sobretudo nesse momento, que a alegria vem, após momentos difíceis durante a escrita desta tese.

Costumo dizer que essa pesquisa foi um PROCESSO construído com clareza de propósito e, nem por isso, a caminhada foi mais fácil. Ao contrário, a compreensão de minha responsabilidade, assim como o dimensionamento do que eu iria produzir, fez com que eu me cobrasse muito durante toda a produção. Foi altamente complexo, e, ao mesmo tempo, foi maravilhoso, o que pode soar paradoxal. Houve sincronia entre o "doer" da pesquisa e o êxtase da produção que vi nascer, crescer e ficar maior que eu mesma. Pesquisei e escrevi uma proposição de "Processos Pluriversais", que agora se sustenta sozinha e que de mim não depende mais. Essa tese ganhou o espaço de construção dela mesma.

É importante perceber que essa pesquisa começou "a ser escrita" antes do meu ingresso na vida acadêmica. Sim, muito antes. Essa tese nasceu comigo, do amor que trago pela "vida", pelo "viver", pelo "Outro", pela "Natureza". Então, o que externei nesta pesquisa, agora, é simplesmente fruto do que já existia, como ancestralidade. Só precisou vir no momento certo.

Foi preciso solo fértil para brotar a tese, foi preciso sol, foi preciso fluir. Ao meu lado, tive pessoas que me apoiaram, que acreditaram nesse propósito, que suportaram as minhas angústias e minhas ausências.

Assim, agradeço, de todo o meu coração, e em primeiro lugar, àquele que, com intimidade, chamo de *meu Deus*. Sinto, de forma vigorosa, que Ele espera de mim tanto amor, que busco fazer o melhor que posso para alegra-Lo.

Agradeço ao André Pai, Andrezinho e Olívia, amores da minha vida, por serem toda essa luz, meus grandes incentivadores, minhas inspirações. Eu nem tenho palavras que sejam capazes de expressar tudo o que a minha família significa para mim.

Toda a minha gratidão também à mamãe Lourdinha, meus irmãos, Israel e Letícia, meus cunhados, Cris e Léo, além dos meus sobrinhos lindos: Guilherme, Mariana, Pedro e Ana Clara.

Ao papai e vovó Helena, que já estão em outro plano, mas que vivem em meu coração. E não houve um só dia nessa vida, em que eu não tenha pensado neles com amor e saudades.

Externo também minha imensa gratidão aos amigos do Grupo Barcelos, o que faço nas pessoas do Sérvio e Arnaldo, por serem parceiros de vida.

A todos os amigos do PPGD da PUC Minas, que iluminam essa árdua caminhada da pesquisa, compartilhando ideias, angústias e aprendizados.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Morais, que me acompanhou desde o mestrado e assumiu comigo a empreitada do doutoramento. Sou grata, sobretudo, por ter compreendido e respeitado a minha necessidade de liberdade e autonomia para pensar, criar e produzir.

A todos os brilhantes professores do PPGD da PUC Minas, que foram fundamentais durante minha trajetória acadêmica, estimulando o aprendizado e a ampliação da visão crítica para produção de uma pesquisa que possa ser capaz de fazer a diferença.

Registro também meu agradecimento, com todo carinho, aos meus alunos e alunas da PUC Minas, com quem eu aprendo tanto. É um conhecimento construído de forma amorosa, crítica e buscando ser revolucionário, como precisa ser.

Por último, e com destaque, agradeço à Natureza! Natureza que somos todos nós, juntos, conectados e integrados. Pluriversais!

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem -, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 16-17).

A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco morre um dia.
[...] os políticos sabem que sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido. (JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paula. Ática, 2014, p. 39).

RESUMO

Processos Pluriversais são compreendidos como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza. Trata-se de proposição em que as decisões processualizadas se legitimam pela incorporação das diversidades e pluralismos, assim como pelo diálogo de saberes capazes de conduzir às metacidadanias. Assim, buscou-se desenvolver bases legitimantes, a partir da ressignificação do contraditório (como complementariedade na diversidade), da ampla defesa (como diálogo processual-ecológico de saberes) e do avanço da cognição procedimental para uma cognição processual pluriversal. O problema demarcado na pesquisa parte da detecção da degradação ambiental, aqui compreendido como ambiente natural e social, o que coloca todos os seres do planeta em risco. Assim, foi preciso questionar qual é o papel do Processo frente aos problemas ambientais. A partir desse ponto, visando a uma demarcação metodológica, o problema que se pretende averiguar é o seguinte: o Processo tem se prestado ao atendimento de diretrizes econômicas ou ecológicas? Aventa-se a existência de relação entre Processo, economia e ecologia, além do que se conjectura que o Processo decisório precise ser guiado por matrizes ecológicas, em que a visão de proteção não seja limitada aos seres humanos, mas que seja integrativa e protetiva do ambiente e de todos os seres viventes do planeta. Para aferição do problema apontado na presente pesquisa, optou-se pela realização de pesquisa teórica, na medida em que se percebeu a ausência de aporte conceitual na linha de pesquisa do Processo, que fosse capaz de alcançar a complexidade da inter-relação aventada entre Processo e ecologia, sobretudo dentro de uma perspectiva decolonial e emancipatória. Assim, a interdisciplinaridade operada na pesquisa ensejou a formulação de uma análise teórica verticalizada, para a construção de proposição capaz de servir como alternativa ao problema apontado. Realizou-se, nesse sentido, análise crítico-bibliográfica, optando-se por uma metodologia de avaliação das bases filosóficas, epistemológicas e da relação entre economia e ecologia ("relação eco"), a fim de se aferir de que forma e sobre quais premissas as matrizes teóricas processuais moderno-cartesianas se desenvolveram. Além disso, a análise formulada permitiu verificar alternativas, sobretudo, epistemológicas decoloniais para se aferir o problema e a hipótese delineados na pesquisa. A base legitimante dos Processos Pluriversais parte dos seguintes pontos: a) inserção crítico-formativa dos sujeitos para construção da cognição processual pluriversal; b) conhecimento da assimetria do Outro e necessidade de integração; c) pluriversalidade como ampliação do espaço de construção da metacidadania processual; d) garantia do contraditório compreendido como complementaridade da diversidade; e) garantia da ampla argumentação como diálogo processual-ecológico de saberes.

Palavras-chave: Processos. Pluriversais. Decisão. Direitos. Decolonialidade.

ABSTRACT

Pluriversal Processes are understood as a guarantee of fundamental rights and rights of nature. This is a proposition in which procedural decisions are legitimized by the incorporation of diversities and pluralisms, as well as by the dialogue of knowledge capable of leading to meta-citizenships. Thus, we sought to develop legitimizing bases, based on the resignification of the contradictory (as complementarity in diversity), broad defense (as a procedural-ecological dialogue of knowledge) and the advancement of procedural cognition towards a pluriversal procedural cognition. The problem outlined in the research starts from the detection of environmental degradation, here understood as the natural and social environment, which puts all beings on the planet at risk. Therefore, it was necessary to question what the role of the Process is in relation to environmental problems. From this point, aiming at a methodological demarcation, the problem that we intend to investigate is the following: has the Process served to meet economic or ecological guidelines? The existence of a relationship between Process, economy and ecology is suggested, in addition to which it is conjectured that the decision-making process needs to be guided by ecological matrices, in which the vision of protection is not limited to human beings, but is integrative and protective of the environment and all living beings on the planet. To assess the problem highlighted in this research, we chose to carry out theoretical research, as we noticed the absence of conceptual support in the Process research line, which would be capable of reaching the complexity of the interrelationship suggested between Process and ecology, especially within a decolonial and emancipatory perspective. Thus, the interdisciplinarity operated in the research led to the formulation of a vertical theoretical analysis, for the construction of a proposition capable of serving as an alternative to the problem highlighted. In this sense, a critical-bibliographical analysis was carried out, opting for a methodology for evaluating the philosophical, epistemological bases and the relationship between economics and ecology ("eco relationship"), in order to assess how and on what premises the modern-Cartesian procedural theoretical matrices developed. Furthermore, the analysis formulated allowed us to verify alternatives, especially decolonial epistemological ones, to assess the problem and hypothesis outlined in the research. The legitimizing basis of Pluriversal Processes is based on the following points: a) critical-formative insertion of subjects to construct pluriversal procedural cognition; b) knowledge of the Other's asymmetry and need for integration; c) pluriversality as an expansion of the space for constructing procedural meta-citizenship; d) guarantee of contradiction understood as complementarity of diversity; e) guarantee of broad argumentation as a procedural-ecological dialogue of knowledge.

Keywords: Pluriversal. Processes. Decision. Rights. Decoloniality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO AOS DIÁLOGOS.....23

2 O PARADOXO DA MODERNIDADE: DO ANTROPOCENTRISMO À OCULTAÇÃO DO OUTRO 33
2.1 A alteridade entre o *ethos* e o *eco* 33
2.2 O paradoxo da Modernidade: a disseminação da ideologia eurocêntrica e a ocultação das periferias pelo processo civilizatório.....45
2.3 Antropocentrismo: como a visão científica e o Direito se articulam para afirmação dessa visão 57
2.4 Ecocentrismo como racionalidade ambiental de inclusão do Outro.....67

3 EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS COMO ALTERNATIVAS À CRISE DO CONHECIMENTO.....77
3.1 Crítica preliminar às epistemologias dominantes e ao uso estratégico da ciência e tecnologia na contemporaneidade.....77
3.2 Epistemologias dominantes.....82
3.2.1 Epistemologia histórica de Gaston Bachelard.....82
3.2.2 Epistemologia racional-crítica de Karl Popper.....85
3.2.3 Epistemologia arqueológica e genealógica de Michel Foucault 89
3.2.3.1 Epistemologia arqueológica 90
3.2.3.2 Epistemologia genealógica.....91
3.2.4 Epistemologia crítica.....94
3.3 Epistemologias decoloniais latino-americanas.....98
3.3.1 Pedagogia do oprimido de Paulo Freire.....98
3.3.2 Teoria da Libertação de Enrique Dussel 109
3.3.3 Perspectiva da Colonialidade do poder de Aníbal Quijano 113
3.3.4 Racionalidade ambiental e diálogo de saberes de Enrique Leff.....117

4 ENTRE O ECONÔMICO E O ECOLÓGICO: HÁ POSSIBILIDADE DE PROCESSUALIZAÇÃO? 123
4.1 Evidências da tensão entre o "homo economicus" e "homo ecologicus".....124
4.2 Economia ambiental e o paradoxal alheamento do ambiente como externalidade..133
4.3 Economia Ecológica e a ausência de critérios processualizados para decisão.....138
4.4 Ecologia Política como diretriz de sustentabilidade e processualização 144
4.5 Neoliberalismo e sua relação com as decisões desprocessualizadas sobre o ambiente 148
4.6 Desenvolvimento sustentável como conceito que não se sustenta 155

5 DESVELANDO AS MATRIZES DO PROCESSO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE.....161
5.1 O projeto (per)formativo do Direito na Modernidade.....161
5.2 Desvelando a dogmática do Processo.....169
5.3 Crítica às doutrinas procedimentais e necessidade de uma proposição processual decolonial e democrática.....175
5.3.1 Do caráter ficcional do Processualismo Científico como máscara para o Procedimentalismo que nunca acabou.....176
5.3.2 A senda das Teorias Processuais modernas 183
5.3.3 Procedimentos privatísticos de tomada de decisão como doutrinas não processualizadas:

.....185
5.3.4 A doutrina da relação jurídica procedimental.....188
5.3.5 Do caráter tático da doutrina do Processo como Situação Jurídica.....189
5.3.6 Da instituição sociológica da relação jurídica e manutenção do eixo procedimental.192
5.3.7 Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório.....194
5.3.8 Constitucionalização teórico-processual.....196
5.3.9. Aferição crítica da Teoria Fazzalariana e do Modelo Constitucional de Processo: há ruptura com o modelo moderno-cartesiano? 192
5.3.10 Proposta disruptiva: por uma proposição processual contemporânea, decolonial, pluriversal e democrática.....204

6 SUJEITOS PROCESSUAIS: DOS DIREITO DA NATUREZA HUMANA AOS DIREITOS DA NATUREZA.....207
6.1 Coletivização: as mazelas da legitimação (in)adequada.....207
6.2 Justiça Ecológica como garantia ao Processo e à vida.....215
6.2.1 A Natureza como (ainda não) sujeito de direitos.....222
6.2.2 O novo-constitucionalismo latino-americano como base de conhecimento dos direitos da Pacha Mama.....226
6.2.2.1 O Bem Viver e a plurinacionalidade.....227
6.2.3 Prelúdio da ruptura com o antropocentrismo hegemônico: a natureza com voz e vez 236
6.2.4 A Natureza como legitimada ao processo:.....239

7 PROCESSOS PLURIVERSAIS: DECISÕES ECOLÓGICO-INTEGRATIVAS PAUTADAS NAS METACIDADANIAS PROCESSUAIS.....249
7.1 Bases fundantes dos Processos Pluriversais.....250
7.1.1 Matriz ecocêntrica, racionalidade ambiental e ético-crítica.....251
7.1.2 Necessidade de reconstrução por meio de epistemologias decoloniais: por uma racionalidade ecológico-ambiental e diálogo processualizado dos saberes.....256
7.1.3 Sustentabilidade como base dos Processos Pluriversais.....260
7.1.4 Pluralismo jurídico-processual.....263
7.2 Bases legitimantes dos Processos Pluriversais.....269
7.2.1 Da cognição à cons-ciência a partir da razão crítico-discursiva: inserção crítica do sujeito no Processo e a necessidade de ecoalfabetização.....269
7.2.1.1 Da construção do conhecimento.....270
7.2.1.1.1 Da cognição procedimental à cognição processual pluriversal.....272
7.2.1.2 Cons-ciência para emancipação pela via do Processo.....274
7.2.1.3 Ecoalfabetização para a processualização pluriversal.....278
7.2.2 Assimetria do Outro: necessidade de conhecimento e integração aos Processos Pluriversais.....283
7.2.3 Pluriversalidade como ampliação do espaço de construção da metacidadania processual ecológica.....286
7.2.3.1 Rupturas com o binarismo e antagonismo de *partes*.....291
7.2.4 Do contraditório à complementaridade da diversidade: garantia fundamental aos espaços discursivos críticos-formativos.....297
7.2.5 Da ampla argumentação ao diálogo processual-ecológico dos saberes.....301
7.3 Processos Pluriversais como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza.....304

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA DIÁLOGOS QUE PRECISAM CONTINUAR311

REFERÊNCIAS.....323

1 INTRODUÇÃO AOS DIÁLOGOS

A tese que ora se apresenta surgiu da (sobre)vivência e do incômodo decorrentes do presenciar, sentir e perceber a crise ambiental e a crise do conhecimento que acometem o planeta e os seres viventes. Essas e outras crises nos colocaram em uma dimensão de risco extremado, por fatos e fatores que, de modo inevitável, trouxeram mudanças a nível local ou mundial, sendo exemplos os desastres sócio-ambientais ocorridos em Mariana e Brumadinho, Minas Gerais, assim como a pandemia da SARS COVID-19. São apenas exemplos do caos, que colocou em voga linhas tênues - que se ligam como rede – entre vida, morte, sobrevida, economia, ecologia, ambiente e o não-lugar onde estão (des)locados cada um de nós, o Eu e o Outro.

A dimensão de criticidade se permeia e capilariza, evidenciando que as crises se desdobram, tangenciam e entrecruzam, passando por questões éticas, epistemológicas, econômicas e processuais. Sim, processuais. Processo é vida e dali se constroem decisões que repercutirão nas formas de se viver e até de morrer. Cumpre à humanidade questionar acerca do que estamos fazendo com a vida planetária, para onde vamos e como vamos. E mais que isso: se iremos e se chegaremos. São Processos. As escolhas e decisões é que nos farão chegar ou não. Viver ou morrer. Pode soar catastrófico, mas é, de modo incisivo, a **decisão** que vai chancelar o futuro. Vamos precisar decidir e a via dessa garantia se faz pelo **Processo.**

A degradação do ambiente, aqui compreendido como ambiente natural e social, coloca todos os seres do planeta em risco, o que se infere a partir dos desastres climático-ambientais, desastres tecnológico-ambientais e desastres biológicos ocorridos. É preciso questionar, portanto, qual é o papel do Processo frente aos problemas ambientais. A partir desse ponto, visando a uma demarcação metodológica, o problema que se pretende averiguar é o seguinte: o Processo tem se prestado ao atendimento de diretrizes econômicas ou ecológicas?

Aventa-se a existência de relação entre Processo, economia e ecologia, além do que se conjectura que o Processo decisório precise ser guiado por matrizes ecológicas, em que a visão de proteção não seja limitada aos seres humanos, mas que seja integrativa e protetiva do ambiente e de todos os seres viventes do planeta. Logo, será necessário se aferir acerca da existência de uma lógica extrativista neoliberal chancelada pelo sistema jurídico a viabilizar decisões não-integrativas entre os sujeitos e o ambiente, corroborando para a degradação ambiental.

Importa destacar o que se entende por “ambiente” nesse contexto. E parte-se da compreensão epistemológica desenvolvida por Enrique Leff, evidenciando o ambiente como

racionalidade social, decorrente de saberes e comportamentos, incidentes sobre as escolhas e decisões a serem formuladas pelos sujeitos e que repercutem nas relações sociais e na natureza (LEFF, 2002; LEFF, 2006; LEFF, 2010). Assim, "ambiente" não se categoriza como *lócus*, como meio ou como intermediador, devendo ser compreendido como o "Outro" a que se viabiliza abertura ao diálogo de diferenças – no sentido de outridade, alteridade – a que se permite internalizar e reintegrar para a ampliação dos saberes e do conhecimento.

A partir, portanto, da epistemologia ambiental desenvolvida por Leff, convergida em diálogo com a compreensão inicial, "como ponto de partida", de Processo como garantia de direitos fundamentais (FAZZALARI, 1975; ANDOLINA; VIGNERA, 1997; BARROS, 2009) é que se desenvolve a tese. Sustenta-se, assim, uma articulação entre sujeitos, coletividade e ambiente, repercutindo essa relação nos processos decisórios. Conjectura-se que as decisões formuladas devam decorrer dos diálogos e da ecologia de saberes (LEFF, 2002; SANTOS, 2019a), sejam científicos ou tradicionais, para que haja ganho de democraticidade apto a gerar a construção de conhecimento e formulação processualizada de decisões legítimas. Assim, avança-se no sentido de compreender os Processos Pluriversais como garantia de direitos fundamentais e direitos da Natureza.

Para aferição do problema apontado na presente pesquisa, optou-se pela realização de pesquisa teórica, na medida em que se percebeu a ausência de aporte conceitual na linha de pesquisa do Processo, que fosse capaz de alcançar a complexidade da inter-relação aventada entre Processo e ecologia, sobretudo dentro de uma perspectiva decolonial e emancipatória. Assim, a interdisciplinaridade operada na pesquisa ensejou a formulação de uma análise teórica verticalizada, para a construção de proposição capaz de servir como alternativa ao problema apontado. Realizou-se, nesse sentido, extensa análise crítico-bibliográfica, não tendo havido a pretensão, neste momento, de se promover a verificação e a proposição de técnicas procedimentais, mas sim de se construir uma proposição processual capaz de suprir as lacunas teóricas existentes em torno do Processo, que se desvincule das matrizes moderno-cartesianas ocidentalizadas.

Para isso, optou-se por uma metodologia de avaliação das bases filosóficas, epistemológicas e da relação entre economia e ecologia ("relação eco"), a fim de se aferir de que forma e sobre quais premissas as matrizes processuais moderno-cartesianas se desenvolveram. Além disso, a análise formulada permitiu verificar alternativas, sobretudo, epistemológicas decoloniais para se aferir o problema e a hipótese delineados na pesquisa. E, a partir desse desenvolvimento, as averiguações realizadas viabilizaram a construção de uma proposição processual apta a integrar a Natureza, como sujeito de direitos, assim como incluir

o Outro, em suas diversidades e pluralismos, dando ensejo ao que se propôs como Processos Pluriversais.

Os "Processos Pluriversais" são garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza, promovida pelo diálogo de saberes a partir do conhecimento e inclusão de diversidades e pluralismos, tendo sido formuladas nesta pesquisa suas bases fundantes e suas bases legitimantes. Cumpre, então, apresentar a forma como a pesquisa se desenvolveu e observou-se, durante as análises realizadas acerca do problema demarcado, a necessidade de se investigar acerca dos delineamentos da Modernidade. Esta, por sua vez, construiu e reproduziu um paradoxo intrínseco, pela chancela da ética antropocentrista, que colocou o ser humano como centro do pensar e do agir, ao mesmo tempo em que promoveu a exclusão do Outro e da Natureza.

Nesse ponto, examinou-se o rótulo da Modernidade, que se promove a partir do Século XV, com a invasão da América Latina, colocando a Europa como disseminadora de sua ideologia e ocultadora dos discursos que considerava, para além dela, como periféricos e marginalizados. E, nesse contexto, tanto as visões científicas como o próprio Direito viram-se delineados por essa ética moderno-antropocêntrica, que deslocou o conhecimento validando as produções decorrentes dos ambientes "civilizados", oprimindo os corpos, territórios e saberes dos não-europeus. Cumpre destacar que a crítica ofertada na presente pesquisa à visão ética antropocêntrica e à epistemologia eurocêntrica, não deixam de considerar a importância dos conhecimentos e da cultura produzida na Europa.

O que se propõe é a desconstrução dos discursos e narrativas de dominação, para desvelamento das estruturas de opressão. E essa metodologia é utilizada na presente pesquisa, para que haja uma aferição crítica capaz de se promover a ampliação dos conhecimentos e buscar alternativas para a emancipação. Não há, neste caso, qualquer intuito de desqualificar o que se construiu em termos históricos e culturais na Europa, o que, acaso tentado, seria um profundo paradoxo, na medida em que, nesta pesquisa, trabalham-se os diálogos e ecologia dos saberes. O que se busca promover é o desvelamento das doutrinas e dos maniqueísmos que limitam e ocultam saberes, além de invisibilizar sujeitos e coletivos levando à ideologização, opressão, impossibilidade de participação e, portanto, de processualização.

Assim, aventou-se a alternativa ética do ecocentrismo, como racionalidade ambiental promotora da inclusão do Outro e da Natureza, a servir como aporte vincado em alteridade, a partir do relacional ecossistêmico de integração sujeitos-coletividade-ambiente. E o Processo, como ciência social aplicada, precisa considerar a viabilidade das bases éticas ecocêntricas para interseção das relações e formação decisória de bases democráticas.

A partir das análises promovidas neste ponto, detectou-se a existência da crise de conhecimento como uma das bases da crise ambiental e conecta às demais crises existentes, que são multidimensionais. Desse modo, na segunda parte da pesquisa, foi necessário averiguar as epistemologias dominantes, ofertando-se crítica ao uso estratégico da ciência e da tecnologia desenvolvidas para incursão e manutenção das estruturas de poder. Assim, ante a necessidade de recorte metodológico, houve a análise das epistemologias europeias mais difundidas, quais sejam: epistemologia histórica de Gaston Bachelard, epistemologia racional-crítica de Karl Popper, epistemologias arqueológica e genealógica de Michel Foucault, assim como da epistemologia crítica.

Neste ponto, importante salientar que o objetivo dessa aferição foi promover uma incursão que não signifique, de modo necessário, a ruptura absoluta ou a desconsideração dessas epistemologias para a ampliação de outros saberes. O que se pretendeu foi analisar em que medida elas se apoiam em ideários de matrizes moderno-cartesianas. Isso não induz a que devam ser invalidadas ou que não lhes deva ser dado espaço de consideração. Ou seja, essas epistemologias precisam ser ofertadas à crítica e colocadas em diálogo com epistemologias alternativas decoloniais para que haja a ampliação dos saberes. Há aqui preocupação em se enfatizar isso, na medida em que a oposição inescusável, as dualidades e adversidades são características próprias do pensamento moderno-cartesiano a que se critica, que cria uma percepção hostil de que se deve ter um lado vitorioso e um perdedor.

E, essa visão mecanicista e binária é o que coloca os seres viventes e o ambiente em profunda oposição e em constante belicismo. Portanto, também por necessidade de recorte metodológico, apresentam-se nesta pesquisa as epistemologias decoloniais latino-americanas como proposta de ressignificação e abertura a possibilidades de compreensão e construção dos saberes. Logo, aprofundou-se na análise da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, da Teoria da Libertação de Enrique Dussel, da perspectiva da Colonialidade do Poder de Anibal Quijano e da Racionalidade Ambiental e Diálogo dos Saberes de Enrique Leff. Estas epistemologias decoloniais serviram de diretriz para o desenvolvimento da proposição de Processos Pluriversais, que se afigura como a tese aqui apresentada.

Importante destacar que o eurocentrismo é aferição epistemológica e não geográfica, de modo que existem perspectivas formuladas por latino-americanos, que são vincadas em visão eurocêntrica, da mesma forma que existem proposições formuladas por europeus e que são decoloniais. Assim, incorre em equívoco aqueles que pretendem rotular matrizes epistemológicas a demarcações geográficas, o que não faz sentido. Outro equívoco que merece ser destacado é o que se incorre ao se conjecturar que as epistemologias se anulam, no sentido

de que, supostamente, não possam interagir e se compatibilizar. Evidencia-se aqui que as epistemologias e os saberes podem se complementar e não, de modo necessário, se excluir ou se opor. Tanto é assim, que, a exemplo das epistemologias decoloniais latino-americanas apresentadas, há entre elas muitos diálogos e convergências. E, acaso houvesse dissidência, isso não as limitaria, mas sim criaria espaço crítico-construtivo para ampliação dos saberes. É assim que se opera a partir dos diálogos e ecologia dos saberes, bem como da complementaridade na diversidade, que se tem como bases na pesquisa que aqui se desenvolve.

Em sua terceira parte, a pesquisa apresentada analisou a relação existente entre economia e ecologia (relação eco), verificando ainda em que medida essa possível tensão de "eco's" viabiliza ou não a processualização. Destacou-se a "Oikonomia" como sendo a "administração da casa", operando um sentido de gestão, de práxis na organização do ambiente, como dispositivo de controle. De outro lado, a "Oikologia" aporta-se como inter-relação sujeitos-coletividades-ambientes, como processos interativos e conectados de modo sistêmico para manutenção, reprodução e continuidade da vida.

A economia, sobretudo em sua matriz convencional utilitarista, consolidada a partir do Século XVII, para dar suporte aos avanços capitalistas, vinca-se em métricas que levam em conta a busca pelo desenvolvimento, consumo e lucro. Nesse contexto, o ambiente e a natureza são vistos como objetos, como recursos a que se pretendem explorar, para suprir a produção e o consumo a que não se detém. Lado outro, a ecologia é disciplina que evidencia a interdependência e as interelações entre os seres viventes e o ambiente, para a continuidade da vida. A ecologia, portanto, aporta-se na compreensão de que há limites da natureza, há uma finitude que precisa ser considerada para que as condições de vida se perfaçam a nível de sustentabilidade. Esses limites da natureza não são considerados pelas disciplinas econômicas.

A partir dessa compreensão, foram apresentadas matrizes disciplinares diversas, que trazem o contexto de interação ou de tangenciamento entre economia e ecologia, tendo sido apresentadas nesta pesquisa de que forma o tratamento das disciplinas interagem com as formulações decisórias. Dado este recorte, foram analisadas as matrizes da Economia Ambiental, da Economia Ecológica e da Ecologia Política.

A Economia Ambiental funda-se em um paradoxo, na medida em que, ao mesmo tempo que traz a compreensão de importância da natureza, a considera como externalidade. Isso significa que os impactos ambientais degradatórios são alheios à economia e não operam qualquer incidência sobre preços e sobre as diretrizes de decisão dos mercados. Ou seja, dentro dessa perspectiva, o ambiente e a natureza são vistos como variável exógena. Essa técnica de alocação da degradação como custo social e não como custo de mercado, desloca o sentido

protetivo da natureza e, uma vez mais, a marginaliza e trata como objeto. A noção de "desenvolvimento sustentável", como discurso de proteção da natureza, em verdade adere-se de modo substancial à pauta da Economia Ambiental, conforme será demonstrado.

Por sua vez, a Economia Ecológica traz a compreensão da finitude da natureza, assim como seus impactos ambientais e a impossibilidade de se mensurar o custo da degradação. Assim, sustenta-se que a ecologia deva ser tratada como sistema próprio e que mereça, assim, ter suas premissas internalizadas pela economia. Nesse contexto, a natureza deixa de ser vista como recurso e como custo social e passa a ser vista como ambiente a que se deva considerar e preservar.

A Ecologia Política, desenvolvida por Leff, propõe que as decisões que se relacionem à economia e ecologia partam de uma governança multiatores, a partir da qual se viabilize a ampliação participativa na construção de diretrizes decisórias capazes de levar em conta a natureza como base de sustentabilidade e não como mero insumo. Além disso, sustenta-se a incorporação das diversidades e pluralismos para fins de romper com as opressões incidentes sobre os seres viventes e sobre o ambiente, com aporte em uma epistemologia ambiental ampliativa dos diálogos de saberes.

Após aferição, nos primeiros capítulos da pesquisa, acerca das premissas éticas, epistemológicas e econômicas sobre as quais o Processo vem se delineando desde a Modernidade, cumpre verificar as chamadas "Teorias do Processo", possuindo algumas alinhamento mais adequado a doutrinas procedimentais. Investigar essas premissas formativas da compreensão das teorias moderno-cartesianas é ponto fulcral para se desvelar eventuais pontos de melhoria nas diretrizes de construção decisória. A partir dessa investigação crítico-discursiva, viabiliza-se a compreensão, sobretudo das bases doutrinárias fundantes das chamadas teorias processuais.

Desse modo, verificou-se acerca da (per)formação do Direito no contexto da Modernidade, buscando-se compreender de que forma o Estado, como estrutura de poder, maneja os sistemas jurídicos para atendimento de seus interesses, em uma vertente de atomização que acaba por sujeitar os indivíduos, as coletividades e o ambiente. Desse modo, o que se observa é que, no mesmo eixo da ética antropocêntrica cartesiana, opera-se um impositivo de dicção única, como se somente as estruturas dominantes pudessem dizer o que é o Direito e o Processo. Isso induz a que as decisões estatais decorram de uma lógica eurocêntrica, centralizadora e chanceladora de uma visão hegemônica e universalizante, que desconsidera e anula outras possibilidades de formação. A esse movimento chama-se monismo jurídico e, em face dele, buscam-se alternativas de pluralismo jurídico que sejam aptas a pensar

para além do antropocentrismo, do economicismo utilitarista, incorporando-se, desse modo, possibilidades epistemológicas decoloniais e ecossistêmicas, que visem garantir as compreensões do Outro, da natureza, a fim de corroborar com ampliação dos conhecimentos.

Propõe-se uma reconstrução do Processo, que na lógica moderna, apresenta-se alocado em profundo tecnicismo de vestes econômicas neoliberais. Assim, depara-se com estruturações hegemônicas padronizadoras, que não dialogam com sistemas jurídicos plurais, assim compreendidos como sistemas de formulações não estatalizadas, sistemas comunitários e que contemplem novos sujeitos e coletividades insurgentes.

Desse modo, irrompe-se um caráter performático capaz de diminuir o Processo a um procedimentalismo em que a participação dos sujeitos se torna ficcional, na medida em que suas diversidades e pluralismos não são considerados. Essa configuração procedimental rompe com as premissas democráticas. Portanto, a partir da desconstrução crítica acerca das chamadas Teorias do Processo, há que se formular, proposta alternativa e disruptiva, de base pluriversal e vincada em epistemologias decoloniais, com vistas às complexidades da contemporaneidade e que seja capaz de acolher novos sujeitos a partir da garantia de participação emancipatória.

Nesse ponto, há que se compreender quem são os sujeitos processuais que deve(ria)m participar dos processos de construção de decisões e mais que isso: quem são os ainda não acolhidos como sujeitos e que se veem, portanto, excluídos dos diálogos formativos e legitimantes das decisões processualizadas. E, assim, partindo-se de uma diretriz ecológica, de acordo com a qual os sujeitos, as coletividades e o ambiente se veem inter-relacionados, tanto a nível natural, quanto social, aventa-se a necessidade de convergência do Processo e Ecologia para integração de espaços ondem caibam todos os que serão afetados pelas decisões formuladas.

Por isso, no capítulo 6 desta tese, importou analisar acerca da legitimação (in)adequada para participação dos sujeitos nos processos, a exemplo do que ocorre nas ações para tutela de direitos coletivos, em que há um elenco taxativo, previsto em lei, demarcando quem poderão ser os representantes dos sujeitos e grupos atingidos pelo fato ou situação jurídica que se discute. Ocorre que esse modelo representativo padece de distorções, na medida em que opera a possibilidade de interesses e narrativas díspares entre representantes e representados. Essa crise de representação ocorre em todas as esferas estatais, gerando uma sub-representação e reforçando, uma vez mais, a participação ficcional e performática, com o ruir das premissas democráticas.

Outro ponto de destaque é o deslocamento da Natureza como sujeito e sua alocação como “coisa”, dentro de matrizes antropocêntricas. Há, no entanto, previsões constitucionais,

sobretudo decorrentes de políticas nos Estados Plurinacionais, de se conhecer a Natureza como sujeito de Direitos, o que ocorreu, por exemplo, na Bolívia e Equador, por ocasião da promulgação de suas respectivas constituições, ensejando o chamado Novo Constitucionalismo Latino-americano. Assim, houve a análise das premissas decoloniais e comunitárias do Bem-Viver, como prática de acolhimento dos seres viventes e dos ambientes do planeta, em uma dimensão de integração, solidariedade e alteridade, em busca da manutenção das vidas e da construção de soluções sustentáveis.

Nesse contexto amparado por uma visão ecocentrada, verticaliza-se na compreensão da possibilidade (ou não) de conhecimento da Natureza como legitimada, analisando-se de que modo o sistema jurídico do Brasil se delineia com possibilidade desse conhecimento da Natureza como sujeito de direitos e como legitimada ao Processo, faltando, no entanto, aporte teórico-processual para pavimentar uma estruturação epistemológica vincada em decolonialidade, ecologia e sustentabilidade.

Por tudo isso, é que a presente tese, após demarcação do problema apontado, assim como da aferição da hipótese aventada, buscará elaborar uma proposição de Processos Pluriversais como garantia de direitos fundamentais e direitos da Natureza. Para tanto, essa construção buscou suporte sobre bases fundantes e bases legitimantes.

As premissas éticas e epistemológicas dos Processos Pluriversais constituem sua base fundante e vinca-se na matriz ecocêntrica, na racionalidade ambiental e ético crítica, que coloca os seres viventes e os ambientes, natural e social, em condições integracionais e de conhecimento solidário e recíproco. Nesse sentido, não basta o (re)conhecimento, havendo também a necessidade de criação e ampliação de saberes (conhecimento) que contribuam para a transformação e formação de decisões emancipatórias, considerando diversidades e pluralismos [1]. Nesse sentido, a epistemologia ambiental e as epistemologias decoloniais

[1] Nesta tese, quando em fase de desenvolvimento, a autora utilizou a palavra *reconhecimento* para destacar a relação entre sujeitos ou a relação sujeito-natureza. No entanto, em diálogo com o Professor Dr. José Luiz Quadros de Magalhães, durante a pré-defesa ocorrida em 24/04/2023, no âmbito do Programa de pós graduação em Direito da PUC Minas, este professor enfatizou que a palavra "reconhecimento" traz a carga de binarismo e de violência da relação "nós e eles", que coloca, de um lado, os sujeitos manipuladores das estruturas de poder e, de outro lado, coloca os sujeitos e a natureza subalternizados. A partir dessa observação relevante, a autora desta tese compreendeu e formulou mudança neste ponto, o que se mostrou coerente ao que já vinha sendo desenvolvido, no sentido da importância do **conhecimento**, que vem articulado no capítulo 7 desta tese. Assim, foi realizada uma mudança, no sentido de se promover essa alteração, por constituir em avanço da compreensão e levar, de modo mais assertivo, a modelos emancipatórios. Acerca desse entendimento, Quadros de Magalhães assim se posiciona: "a luta pelo direito à diferença pode ser entendida como uma infiltração no projeto moderno de uniformização e subalternização do outro (diferente) na medida em que, os movimentos sociais diversos, que lutam por "reconhecimento", forçam sua entrada no sistema, criando tensões e contradições que podem levar ao comprometimento, transformação e até ruptura do sistema moderno. Será? Como o sistema reage a estas tensões? Primeiro problema é que, ao pedir, exigir, lutar por reconhecimento, isto significará, sempre, uma reivindicação para entrar no sistema. O pedido de reconhecimento pelo sistema é um pedido de acolhimento pelo sistema, o

apresentadas dialogam e se complementam para criar espaço de diálogo processualizado de saberes, dando suporte ao pluralismo jurídico-processual.

A base legitimante dos Processos Pluriversais parte dos seguintes pontos: a) inserção crítico-formativa dos sujeitos para construção da cognição processual pluriversal; b) conhecimento da assimetria do Outro e necessidade de integração; c) pluriversalidade como ampliação do espaço de construção da metacidadania processual; d) garantia do contraditório compreendido como complementaridade da diversidade; e) garantia da ampla argumentação como diálogo processual-ecológico de saberes.

Destacada, portanto, a síntese da forma de organização, construção e delineamentos da presente pesquisa, cumpre iniciar seu desenvolvimento, o que resultará, ao final, na proposição de Processos Pluriversais como inovação, na medida em que não há outra teoria processual embasada sobre as premissas decoloniais e de ruptura com o modelo moderno-cartesiano. Assim, a proposição que aqui será apresentada pretende ofertar contribuição neste sentido, buscando inovar também no sentido de ressignificar as garantias do contraditório e ampla argumentação, abrindo-se espaço a uma formulação crítico-discursa que seja, de modo efetivo, democrática.

que pode significar que estamos a um passo da transformação de um direito em uma permissão, assim como a contaminação desta luta pela lógica do sistema. Assim, esta luta por reconhecimento deixa de ser contradição em relação ao sistema (moderno) e passa a ser comandada pelos mesmos princípios uniformizadores e binários subalternizados da Modernidade". (MAGALHÃES, 2021, p. 178).

2 O PARADOXO DA MODERNIDADE: DO ANTROPOCENTRISMO À OCULTAÇÃO DO OUTRO

Os estudos acerca do Processo necessitam de uma aferição acerca das suas bases formativas éticas e epistemológicas, para compreensão e desvelamento dos discursos que justificam suas diretrizes. Assim, faz-se necessário analisar de que modo a Modernidade emoldurou quadros de violência e articulou estruturas de opressão dos corpos, dos saberes e dos territórios do Outro, criando uma dimensão do "Outro" como não-lugar, como marginal, como inferior.

Assim, serão verificados neste ponto de que modo a ética antropocêntrica vincada na Modernidade implica na construção de conceitos civilizatórios derrogadores das identidades, bem como cumprirá analisar o ecocentrismo como alternativa (ou não) para corroborar com a proposição formativa de configurações capazes de conduzir à alteridade.

2.1 A alteridade entre o "ethos" e o "eco"

Parece inevitável se identificar que há um desequilíbrio ambiental no planeta, ocasionado pela exploração indiscriminada de recursos naturais, utilização demasiada de combustíveis fósseis, desmatamento, que foram capazes de ensejar rupturas na camada de ozônio, aumento da temperatura, alterações climáticas, extinção de espécies da fauna e flora, ameaçando, portanto, o equilíbrio ecossistêmico planetário[2].

Estudos aprofundados realizados pelo Clube de Roma, em 1972, já demonstravam o caminho de autoextermínio no qual a humanidade teria ingressado em virtude do impacto do crescimento industrial, alta exploração dos recursos naturais e dos ecossistemas, desordenado aumento demográfico e desnutrição humana regionalizada. De acordo com Meadows, todos esses fatores se inter-relacionam e precisam ser tratados de forma conjunta, a fim de se evitar um colapso, assim como devem ser pensados e articulados limites para o crescimento econômico como uma transição para o equilíbrio global (MEADOWS, 1972).

Passados tantos anos, a situação degradatória dos ecossistemas sofreu agravamentos severos. Como se não bastasse, houve o surgimento de patologias decorrentes de desastres

[2] Acerca do entendimento sobre a Terra como ser vivente, Lovelock afirmou que o solo, os oceanos, a atmosfera e a biosfera compõem um sistema planetário autorregulador dos ambientes físico e químico, que age como um organismo vivo e dinâmico. Trata-se, portanto, da chamada "Teoria Gaia", que sustenta a hipótese de que há interconectividade das vidas no planeta. E, nesse sentido, afirma ainda que toda a vida no planeta pode ser considerada como uma única entidade viva, sendo cada ser vivo parte de um todo maior (LOVELOCK, 2016).

biológicos-sanitários, a exemplo da pandemia da SARS COVID-19 [3] e outras doenças zoonóticas como a MERS, o Ebola, Gripe Aviária, Gripe Suína, que surgiram a partir da supressão ou sobreposição dos habitats naturais dos animais ou do consumo da carne animal pelos humanos, aumentando a possibilidade de transmissão de doenças[4]. Há, portanto, um contexto de superexploração da natureza e atitudes predatórias dos seres humanos, que repercutem em rearticulação ecossistêmica desestruturada a fragilizar e comprometer sobremaneira as condições de vida no planeta.

Não por acaso, Harari (2018) aponta que há dois grandes problemas para a humanidade, neste século, quais sejam: o colapso ecológico e a disrupção tecnológica. Deve-se considerar inclusive o fato de que a utilização cada vez maior de tecnologias, sobretudo a partir da Modernidade, pode ter acelerado o processo de degradação ambiental, em razão da necessidade de obtenção de matérias-primas para garantir as empreitadas mercantilistas e para dar suporte aos avanços do capitalismo.

As ações humanas ensejadoras de quaisquer alterações no ambiente são nomeadas de ações antrópicas, compreendendo intervenções propositadas, ou não, do homem sobre o ecossistema. Importante destacar que a compreensão acerca do que se entende por "ambiente" no contexto da presente pesquisa. Nesse sentido, Leff evidencia que se trata de uma dimensão ampla, que leva em conta as relações operadas entre os sujeitos, a coletividade e os espaços sociais e naturais. Ou seja, por ambiente não se entende somente natureza, mas todas as relações decorrentes das conexões entre os seres viventes, os saberes produzidos e os espaços sociais e naturais. Assim, afirma:

> O ambiente não é entorno nem o meio ecológico; não é apenas esse saber que circunda o conhecimento centrado. O ambiente do saber arraigado no ser, do ser constituído por seu saber, é a rede de relações de outridade que se estabelecem entre seres diferenciados, com seus saberes diferenciados. A consciência ecológica se inscreve, assim, em uma política da diferença referida aos direitos do ser e à invenção de novas

[3] Edgar Morin publicou obra específica para tratar da pandemia da COVID-19 e, nesse sentido, afirmou: "um minúsculo vírus surgido de repente numa longíngua cidade da China criou um cataclisma mundial. Paralisou a vida econômica e social em 177 países e engendrou uma catástrofe sanitária cujo saldo nacional e mundial é sombrio e alarmante: mais de quatro bilhões de pessoas confinadas, ou seja, mais ou menos a metade da população mundial [...]. É verdade que houve muitas pandemias na história. É verdade que a unificação bacteriana global ocorre desde a conquista das Américas, mas a novidade radical da COVID-19 está no fato de ele dar origem a uma megacrise feita da combinação de crises políticas, econômicas, sociais, ecológicas, nacionais, planetárias, que se sustentam mutuamente com componentes, interações e indeterminações múltiplas e interligadas [...]". (MORIN, 2021, p. 21).

[4] De acordo com Porto-Gonçalves (2006), "hoje sabemos que nos maiores problemas com que se defronta a humanidade em todos eles a racionalidade moderno-colonial se mostra parte: o efeito estufa e a matriz energética fossilista; a vaca louca e outras doenças como a febre asiática e a gripe do frango trazem dentro de si essa matriz de pensamento e sua tecno-lógica que, subordinada à lógica econômica, inclusive do capital, não dialoga com a natureza, porque a quer subordinar, e assim não deixa que a natureza opine selecionando aquilo que selecionamos […]." (LEFF, 2006, p. 11).

> identidades atravessadas e constituídas por relações de poder no saber. (LEFF, 2006, p. 326).

Considerando-se que a pesquisa que aqui se desenvolve decorre de estudos na linha do **Processo**, que é uma ciência social aplicada, mostra-se evidente a sua relação com aferições acerca do ambiente, já que este se mostra como conhecimento articulado entre os seres e sua incidência, portanto, sobre o ambiente natural e social. Do mesmo modo, faz-se imprescindível verificar acerca da compreensão de ecossistema. Nesse ponto, o geógrafo Porto Gonçalves sustenta que "o ecossistema compreende [...] o biótopo – o meio geofísico – e a biocenese – conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam este biótopo. Constitui, assim, uma unidade complexa de caráter organizador ou sistema" (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 63).

Avançando na percepção e aprofundando desta dimensão conceitual, Giménez afirma que o ecossistema articula um vínculo entre as ciências naturais e as ciências sociais, razão pela qual os problemas decorrentes dos danos à natureza e às questões sociais se relacionam, havendo imbricação entre os sujeitos e o ambiente a repercutir no próprio conceito de ecossistema. Acentua ainda que a concepção de ecossistema comporta uma visão interdisciplinar, por exigir uma análise sistêmica do universo, desde seus sistemas físicos até os sistemas humanos, aqui compreendidas as dimensões culturais, sociais, jurídicas e econômicas (GIMÉNEZ, 2016).

Entender ecossistema a partir de uma leitura das interações do ambiente associadas e integradas às relações humanas e sociais, apresenta-se coerente na medida em que os desequilíbrios ambientais, de modo inevitável, repercutem na esfera de vida de todos os seres do planeta. A existência de uma integração ou de uma unidade sistêmica parece inarredável. Desse modo, evidencia-se o fato de que os seres humanos não podem viver em desconexão com os demais elementos da natureza. Ou seja, o "homo sapiens", para sobreviver, precisa de um ecossistema saudável e equilibrado, assim como para a vida dos demais seres vivos do planeta.

Apesar dessa evidência, os humanos têm agido no sentido da degradação dos ecossistemas, adotando uma postura de sobreposição aos demais seres vivos. Aldo Leopold escreveu sua "Ética da Terra", afirmando que, dentro de uma visão ecológica, a ética precisa servir para limitar a liberdade de ação humana em nome da existência. Em paralelo, sustenta que a ética filosófica serve de diferenciação entre condutas sociais e antissociais. De todo modo, assevera que se tratam de faces de uma mesma moeda, já que a ética, de modo geral, precisa formular uma simbiose, uma forma de cooperação, entre homem e natureza, entre política e economia, pelo que coloca em voga a interdependência e a necessidade de cooperação entre as

partes. Leopold enfatiza que a Ética da Terra deve demarcar um conceito de comunidade que incorpore a este os solos, a água, as plantas e os animais (comunidade biótica), que não devem ser vistos como meros recursos, mas que devem ter respeitadas a sua existência e sua importância. Por fim, afirma que a conservação da natureza é um estado de harmonia entre o homem e a terra, o que deve acontecer por meio da consciência ecológica (LEOPOLD, 2020).

Para a Ética da Terra de Leopold, o "homo sapiens" deve manter uma relação simbiótica com a Terra, com a natureza, e não uma relação sedimentada em que o homem se sobreponha e veja o ambiente como objeto ou como mero recurso em termos econômicos. É preciso averiguar, portanto, qual é a base ética que coloca, de um lado, o ser humano e, do lado oposto, o **Outro**[5] ou o **ecossistema**.

Essa racionalidade dual comporta uma dimensão de alheamento do Outro, de ruptura do Ser com o mundo, repercutindo, então, em ausência de alteridade, na opacização do Outro como diferente, criando uma esfera totalizadora. Há, nesse sentido, homogeneização da forma de pensar o próprio homem como ser superior e detentor de uma suposta liberdade que não lhe foi dada por ninguém, mas pretendida e alcançada por ele mesmo. É o que Baudrillard (2002) nomeia de "integrismo antropológico", que objetiva submeter tudo às decisões do humano, que domina a natureza e todos os animais em nome de seus próprios direitos, acoplando o Inumano ao pensamento único do ser humano.

Julieta Carvajal (2020, p. 201), ao tratar da necessidade de reconstrução epistemológica no sentido decolonial, ensina que "a alteridade significa que nem tudo começa e termina no seu umbigo e que existem outras pessoas além de você". A ausência de alteridade, portanto, significa a refutação humana do pensar o Outro e aceitar as diferenças. Há, dessa forma, uma dimensão macro, segundo a qual o homem pensa a si mesmo como regenciador do mundo, como ser acima dos demais seres e coisas, traduzindo-se essa visão, portanto, em uma visão antropocêntrica. A dimensão micro da ausência de alteridade encampa o pensamento do homem que anula o pensamento dos demais entes que são diferentes dele em uma busca de integridade, totalidade, homogeneização, refutando o Outro como diferença, como se possível fosse.

A ruptura com a visão de alteridade significaria uma busca unificadora das experiências que são múltiplas, colocando-as em um nível totalizador e absoluto, como se a percepção e a

[5] Para fins dessa pesquisa, por opção da autora, será utilizada a palavra "Outro", com letra maiúscula, para designar o sujeito diverso do Ser, dentro do contexto explicado por Morin: "Outro significa, ao mesmo tempo, o semelhante e o dessemelhante pelos traços humanos e culturais comuns; dessemelhante pela singularidade individual ou pelas diferenças étnicas. O Outro comporta, efetivamente, a estranheza e a similitude. A qualidade de sujeito permite-nos percebê-lo na semelhança e na dessemelhança. O fechamento egocêntrico torna o Outro estranho para nós; a abertura altruísta o torna simpático. O sujeito é por natureza aberto e fechado" (MORIN, 2012, p. 77).

consciência de si fossem a própria dimensão do conhecimento globalizante (LEVINAS, 2020a). Disso decorre que a perspectiva antropocêntrica deriva da forma de pensar e agir, de uma ética segundo a qual o homem se coloca como eixo a direcionar suas ações para a busca de seu próprio bem. O "fim último" do homem, em sentido aristotélico, é a busca pela felicidade, "tal fim deve ser o bem, ou melhor, o sumo bem" (ARISTÓTELES, 2005). Assim, o que se percebe é que o homem é encampado por uma mentalidade egoística e age buscando suprir seus anseios e sua própria ambiguidade decorrente do obscurantismo que o acopla.

Essa ética antropocêntrica faz com que o homem se aloque em posição de superioridade perante outros seres vivos, como se tivesse uma legitimidade intrínseca, decorrente por si só da sua (ir)racionalidade, e como se isso lhe creditasse o direito de decidir de forma não deliberativa e individualista acerca da vida e morte dos demais seres vivos, irrompendo em ações exploratórias e degradatórias. Trata-se de uma visão do ser como sujeito auto afirmativo, como centralidade, a comportar a noção de egocentrismo (MORIN, 2017), o que evidencia a ruptura do homem com a natureza, a ensejar desintegração e exclusão.

O desequilíbrio ecossistêmico decorrente das ações humanas não depende apenas de alternativas técnicas. E, nesse sentido, aventa-se a hipótese de que a solução efetiva para o problema seja uma mudança, a partir do conhecimento da crise instalada, o que necessitaria levar os sujeitos a promoverem uma refundação ética a partir da regeneração de sua visão de responsabilidade e de solidariedade, a que Morin nomeia de "religação indivíduo-espécie-sociedade" (MORIN, 2017, p. 30).

Ética é palavra de origem grega ("ethike", de "ethikós"), que se vincula à disposição, caráter, mentalidade, hábito, sendo abarcada como ciência dos juízos de apreciação sobre o bem e o mal (LALANDE, 1993, p. 348-349). Conforme Luciane Ribeiro (2015), os estudos sobre ética fazem parte da filosofia prática e circundam as reflexões em torno do pensamento e críticas racionais que se formulam acerca dos hábitos e costumes vinculados ao agir humano.

O imperativo categórico de Kant coloca a ética cindida da moral, sustentando que o indivíduo se dirige por sua própria razão, sem espeques em pensamentos afirmados pela Igreja, pelo Estado ou pela coletividade. Esse imperativo parte de uma visão de razoabilidade supostamente nata dos indivíduos, pelo que Jaspers (1967) vem afirmar que essa ética impõe uma lei no agir humano de modo original a que todo homem reconhece (JASPERS, 1967).

Dessa forma, assumiu-se o discurso da liberdade, da autonomia do indivíduo que cria suas próprias regras de conduta, pelo que afirmou que "a liberdade [...] é a única entre todas as ideias da razão [...] cuja possibilidade a priori conhecemos" (KANT, 2004, p. 12). Ou seja, em Kant, a liberdade é apriorística. Seus juízos partem de afirmações em que não se questionam os

fundamentos desse suposto conhecimento, ou, como explica Deleuze, “a priori designa representações que não derivam da experiência” (DELEUZE, 1963, p. 21).

Essa formulação kantiana vincula a ação do sujeito à sua vontade como se houvesse, nesse contexto, uma racionalidade humana intrínseca e pressuposta pela sua existência em si. Dentro dessa mesma base, Kant (2013) sustentou que a humanidade é o fim da ética, devendo os sujeitos se reconhecerem como sujeitos éticos. Deleuze (1963) asseverou que o racionalismo kantiano foi pautado pela ideia de que há nos indivíduos uma razão natural que lhes vincula, de modo direto, a um agir racional, com base no agir para o bem e com base em valores vinculados a regras de vontade. Assim, para Kant a racionalidade se relaciona a uma deontologia valorativa. Esse pensamento kantiano coloca os seres humanos desacoplados da natureza e do ambiente, pois somente os humanos são dotados de racionalidade e de uma ética intrínseca a lhes balizar para um agir-dever, a que se nomeia ética deontológica.

De modo diverso, em Hegel (2008), a ética assume uma configuração que coloca o Estado como diretriz, como uma totalidade a incorporar essa dimensão. Isso se justifica pelo fato de Hegel sustentar que cada indivíduo se define pela época vivida, de modo que o seu processo de conscientização é formado por um caráter vincado em historicidade. A partir daí, surge o conceito de eticidade, assim considerado “a realização do bem em realidades históricas ou institucionais, que são a família, a sociedade civil e o Estado. [...] As instituições éticas têm uma realidade superior à da natureza, porque constituem uma realidade necessária e interna” (ABBAGNANO, 2000, p. 387). Nesse sentido, a ética decorre do Estado a outorgar a consciência ao próprio sujeito em seu processo histórico. É uma ética posta e não a partir de um processo de conscientização crítica e construída pelos sujeitos em uma prática da sua autonomia e liberdade.

E, nesse ponto, há que se considerar o fato de Hegel assumir postura antropocêntrica, que coloca os indivíduos em posição distinta na natureza e acima desta. Assim, para Hegel a consciência não é originária nos sujeitos, mas decorrência de fatores de carga moral e histórica.

Em sua “Fenomenologia do Espírito”, Hegel (2014) reafirmou que a consciência dos indivíduos é fundada por relações dialéticas a partir de influxos que sofre da família, da sociedade, da linguagem e seus processos de simbolização, assim como fazem parte dessa construção ética a própria forma de interação do indivíduo com a natureza em sua relação de subsistência. Logo, a estrutura dialética hegeliana denota que o Ser somente se torna sujeito a partir do momento em que o Outro o reconhece como tal, inferindo-se, nesse sentido, que a relação do Eu e do Outro decorre da formação da identidade a depender do reconhecimento. Conforme explica Marcondes, analisando a visão hegeliana, “a identidade da consciência

individual subjetiva depende, portanto, desse reconhecimento, isto é, a identidade do eu é possível apenas através da identidade do outro que me reconhece e que por sua vez depende de que eu o reconheça" (MARCONDES, 2006, p. 219).

Desse modo, a dialeticidade hegeliana impõe a relação do "ser-em-si", que seria a própria essência, com o "ser-para-nós" a significar a visão do Outro sobre o Eu, sendo o que lhe dá identidade, que só se delineia através do reconhecimento que o Outro lhe oferta. No texto de Hegel (2014), intitulado "A dialética do senhor e do escravo", faz-se a análise relacional entre o sujeito e o Outro na formação da identidade. E o que se infere é o fato de que, a se partir da necessidade de "reconhecimento" pelo Outro para configuração de um sujeito com identidade, forma-se uma relação sujeito-objeto, afiguradora de uma dependência do Outro, de uma relação de superioridade de um e inferioridade do outro, dando ensejo a uma assimetria entre os sujeitos. Nesse ponto, a visão hegeliana aloca o sujeito a uma subalternidade em relação ao Outro, sendo ainda a consciência decorrente de um processo histórico. Por sua vez, a natureza em Hegel subsume-se a um lócus inferiorizado e servil às pretensões degradatórias e, dentro de um padrão de eticidade, se subjaz ao Estado e às instituições[6].

O Direito, nesse contexto de Modernidade e ainda na contemporaneidade, afigura-se como decorrente das estruturas estatais, que, por meio do sistema jurídico-normativo, delineia e controla as ações sociais. Assim, o Direito tem se lastreado em uma construção do Estado, decorrendo do seu exercício de poder por meio de suas funções, pelo que pode ser considerado dentro de uma vertente eurocêntrica e antropocêntrica.

A ética do Direito baseia-se em questionamentos em torno da "justiça", assim vista como correção de conduta, pelo que lhe incide um aspecto valorativo e subjetivo neste sentido[7].

---

[6] Sebastián Irún Croskey aponta que Hegel corroborou com a ideologização das estruturas estatais modernas, tendo ainda corroborado com a visão ativista do Direito Processual. Nesse sentido, afirmou que: "a história se encarregou de mostrar como essa monstruosidade hegeliana (a identificação entre fato e lei, entre força e lei) foi efetivamente utilizada por Hitler na política, na diplomacia e no direito, com a 'teoria do fato consumado' e a entronização do Estado lei além de todos os limites racionais, com um criminoso desprezo pelos direitos fundamentais do homem. Mas Hegel não foi apenas um ilusionista e um trapaceiro. A sua filosofia tem sido fonte das mais tremendas abominações: i) a necessidade da guerra para a afirmação e relacionamento do Estado; ii) positivismo ético e jurídico (o Estado é a lei moral e jurídica); iii) o nacionalismo extremo, de onde emergiu a doutrina da superioridade da raça escolhida para dominar o mundo; iv) o papel criativo do 'Grande Homem' (que mais tarde veio a ser Adolf Hitler)." (CROSKEY, 2014, p. 395, tradução nossa). No original: "la historia se ha encargado de mostrar de qué modo este engendro hegeliano (la identificación entre hecho y derecho, entre fuerza y ley) fue eficazmente empleado por Hitler em la política, la diplomacia y el derecho, com la 'teoria del hecho consumado' y la entronización del derecho estatal más allá de todo limite racional, com un criminal desprecio por los derechos fundamentales del hombre. Pero no solamente ha sido Hegel um prestidigitador y um embiucador. Su filosofia ha sido fuente de las más tremendas abominaciones: i) la necessidad de la guerra para la afirmación y relaización del Estado; ii) el positivismo ético y jurídico (el Estado es la ley jurídica y moral); iii) el nacionalismo extremo, del que se desprendió la doctrina de la superioridade de lar aza elegida para dominar el mundo; iv) el papel creador del 'Gran Hombré' (que resultó luego ser Adolf Hitler)".

[7] Nesta pesquisa, não há pretensão de se desenvolver em profundida acerca das Teorias da Justiça. O que se pretende aqui é tão somente indicar algumas vertentes, a título exemplificativo, de modo a se demonstrar a

O que se afirma é que o Direito deve se voltar a seus fins, a partir da observância às normas (PFORDTEN, 2018). A relação entre Direito e ética é controversa. Assim, há teóricos que sustentam a vinculação entre Direito e ética, de modo a defenderem o direito natural e o não positivismo, como Dworkin e Alexy[8]. Por outro lado, há os que evocam a tese da separação, afigurando-se como defensores do positivismo jurídico, a exemplo, de Kelsen e Hart.

Para os juspositivistas Kelsen e Hart as normas não dependem de ética e a ela não se vinculam. Tanto é assim que, para Kelsen, justiça se associa de modo direto ao estrito cumprimento de uma norma (KELSEN, 1993). Ou seja, a norma jurídica, por si só, traz a exata medida da justiça, ao passo que a moral se porta como norma social e a ética como norma individual, não podendo elas se imiscuírem. O contrassenso kelseniano surge no sentido de sustentar a completude da ordem jurídica, ante a inexistência de lacuna normativa. Nesse ponto, Kelsen abre uma margem imensurável de atuação discricionária, quando afirma existir uma "moldura", uma margem de livre apreciação que é deixada, a fim de alocar a efetiva aplicação do Direito, viabilizando interpretações várias (KELSEN, 2003, p. 391). Diante disso, é possível inferir que Kelsen promove um fechamento normativo, quando afirma a completude da ordem jurídica, ao mesmo tempo em que promove uma abertura interpretativa irrestrita, ensejadora, portanto, de criação de formas de aplicação do Direito diversificadas, permitindo com que haja

abertura conceitual carregada de indeterminação. Em sua obra "Uma Teoria da Justiça", John Rawls sustenta que o conceito de justiça, dentro da perspectiva da filosofia moderna, tem se baseado no ideário utilitarista de David Hume, Adam Smith, Jeremy Bentham e John Stuart Mill, havendo uma outra diretriz, no entanto, que constrói essa concepção de justiça pautada na tradição contratualista de John Locke, Jean J. Rousseau e Immanuel Kant. Apesar disso, Rawls indica que a conceito de justiça por ele sustentado aponta que o principal objetivo da justiça seria o de formular uma estrutura básica da sociedade em que suas instituições sociais distribuíssem direitos e deveres fundamentais dentro de uma concepção de cooperação social, tendo como princípios pessoas livres e racionais (justiça como equidade), sendo, portanto, uma teoria da escolha racional. Rawls (2016) vai ainda afirmar que a visão de justiça utilitarista considera uma sociedade justa aquela cujas instituições se organizam levando em conta o saldo líquido do maior número de indivíduos satisfeitos, calculado com base na satisfação de todos os indivíduos daquela sociedade. Ou seja, a visão de justiça na concepção utilitarista assume um cálculo que considera a satisfação de parte dos indivíduos e não a busca para toda a sociedade de modo igualitário.

[8] Trivisonno (2015, p. 107) explica a concepção desenvolvida por Alexy acerca da relação entre direito e ética, e, nesse contexto, sustenta que "quando o direito positivo entra em choque com razões éticas ele pode ser considerado um direito defeituoso para um grupo, mas isso não retira seu caráter jurídico". Pedron e Carvalho ensinam que, para Dworkin, a dignidade humana deve ser considerada e torna legítima, portanto, a formação das decisões políticas e jurídicas. Desse modo, explicam a relação delineada por Dworkin acerca da relação entre Direito e ética. Enfatizam: "pode-se afirmar que a ideia de **dignidade humana** em Dworkin encerra uma dupla dimensão normativa: (1) por um lado, exige que devemos tratar os outros com igual respeito e consideração (o que, em si, encerra o sentido de moralidade para o autor); e, por outro, (2) determina que todo têm direito a uma vida eticamente independente (ou seja, uma autonomia de definição ética de que projeto pessoal de felicidade deve estar buscando). Para tanto, devem-se considerar dois princípios: o do respeito por si mesmo, no sentido de que cada um deve levar a sério a sua própria vida e de esforçar-se por fazer dela um empreendimento bem-sucedido, e não uma oportunidade perdida; e o da autenticidade, pelo qual cada um tem a responsabilidade especial e pessoal de identificar os elementos que tornarão a sua própria vida bem-sucedida. Ambos os princípios devem ser tratados como equações simultâneas a serem resolvidas de forma conjunta, na medida em que ambos se apoiam mutuamente". (PEDRON; CARVALHO, 2016, p. 436).

incidência, inclusive, da moral e da ética.

A exemplo da norma fundamental kelseniana, Hart, por sua vez, sustenta a existência de uma "norma de reconhecimento", defendendo que há lacunas nos ordenamentos jurídicos, como uma "textura aberta", de modo que não é possível prever todas as hipóteses fáticas, gerando indeterminação ou incompletude ao sistema (HART, 2009, p. 351). No entanto, a se conferir a necessidade de busca de um fim (finalidade) para o Direito, assim como a busca pela completude do Direito, acaba por se promover a vinculação do mesmo com a ética, pelo que Pfordten afirma que "direito e ética tem uma vinculação conceitual necessária" (PFORDTEN, 2018, p. 84).

Nesse sentido, Dworkin formaliza sua oposição às teses de Hart e defende a imbricação entre regras e princípios como prescrições passíveis de ponderação, dentro de duas estruturas, quais sejam: estruturas das normas e estruturas de validade[9]. Dworkin refutou a afirmação de um ordenamento jurídico composto exclusivamente por regras, afirmando que há ainda princípios e diretrizes políticas. Nesse sentido, entendeu que os princípios são padrões de prescrição de direitos a serem observados, seja por critério de moralidade, justiça ou equidade. Lado outro, sustentou que as diretrizes políticas são padrões voltados ao alcance de metas e objetivos econômicos, políticos e sociais de uma comunidade, ao passo que as regras devem se aplicar de modo ajustado a cada situação específica apontada, "à maneira do tudo-ou-nada" (DWORKIN, 2002, p. 39).

Alexy, por sua vez, afirma a vinculação entre Direito e ética, na medida em que há correlação entre os sujeitos que atuam em um processo, no qual se aponta uma pretensão com relação à outra parte, o que vai expor os comportamentos de ambas no sentido de concordância, discordância, reconhecimento, reciprocidade, respeito (ALEXY, 1999). Desse modo, Dworkin e Alexy defendem a relação entre Direito e ética. A ética é um conceito filosófico e não um conceito jurídico, embora, conforme exposto, opera-se uma relação entre eles, o que é sustentado pelos defensores de uma ética normativa que questione e almeje a busca pela justiça, assim entendida como correção, como a busca pelo bem. De modo inevitável, há que se reconhecer a abertura conceitual e, de certo modo, indemarcável, que se projeta em torno da

[9] Acerca do embate acadêmico entre Dworkin e Hart, Pedron e Omatti ensinam: "Dworkin obteve atenção da comunidade jurídica, inicialmente, quando publicou na década de 1960 os primeiros textos atacando o Positivismo Jurídico, principalmente a leitura levada a cabo pelo inglês H. L. A. Hart. A tese central defendida por Dworkin, nesse ponto, é que o Positivismo Jurídico representa uma leitura do Direito incompatível com os pressupostos e anseios de uma sociedade que se quer democrática. Isso se deve, principalmente, pelo fato de se basear em uma defesa radical da separação entre Direito e Moral, que faz com que o Direito seja reduzido apenas a um conjunto de regras criadas por uma comunidade jurídica em determinado momento da História". (PEDRON; OMMATI, 2020, p. 60).

perspectiva de justiça.

A partir do fragmento 119 de Heráclito, afirmando “ethos anthrópo daímon” traduzido como “a individualidade é o demônio do homem”, Heidegger sustentou que “ethos” possui significado de “morada” (HEIDEGGER, 1967, p. 85). Assim, pode-se considerar que na visão heideggeriana, essa morada do homem (“ethos”) vai repercutir em sua situação ética, na essência do homem, na verdade do Ser dentro de uma perspectiva nomeada ontologia fundamental. Pensando o humanismo, Heidegger vai sustentar que este se funda no binômio essência-existência não em um sentido metafísico, mas sim em uma vertente do Ser como verbo, do homem em movimento, como acontecimento, portador de um pensamento essencial vincado na Verdade do Ser (HEIDEGGER, 1967). Essa Verdade do Ser busca o real e funda-se como “Dasein”. A compreensão de animal racional é composta da existência (Ser) e da essência (ente) da pessoa em uma visão corpórea, além de alma e espírito.

A ética em Heidegger vai permear a essência, o ente e o Dasein (verdade do ser) e, desse modo: “se, pois, de acordo com o sentido fundamental da palavra “ethos”, o nome, ética, quiser exprimir que a ética pensa a morada do homem, então o pensamento que pensa a Verdade do Ser, como o elemento fundamental, onde o homem ec-siste, já é a ética originária” (HEIDEGGER, 1967, p. 88).

Nesta pesquisa, aventa-se uma possível relação existente entre “ethos” (morada do homem) e “eco” (morada), de modo que se considera a relação entre ética, ecologia e economia. Por essa razão, é oportuno tratar da ética, o que vem sendo desenvolvido neste capítulo, para, no capítulo 4 tratar-se da ecologia e economia. Ecologia é palavra de origem grega decorrente de “oikos”, que significa “lar ou morada”, pelo que ecologia se perfaz como um estudo do lar, estudo da Terra, compreendido como estudo das relações e conexões entre os seres do planeta, tendo sido o termo ecologia criado pelo biólogo Ernest Haeckel, em 1866.

A partir de estudos feitos na seara dos Direitos Humanos e Direitos da Natureza, voltados à construção de uma ética e de uma justiça ecológica, Giménez argumenta acerca da necessidade de se propor uma nova diretriz ética voltada a impedir a deterioração social e a destruição do ambiente a partir da busca por uma justiça ecológica e de um despertar da consciência. Para isso, Giménez (2016) aponta que essa consciência precisa redundar em escolhas racionais, pautadas em uma ética de responsabilidade capaz de assumir a dimensão da necessidade de se frearem os (supostos) progressos tecnológicos que aceleram a degradação ambiental, como também assumir o fato de que os seres humanos precisarão atuar para reconstruir e reequilibrar os ecossistemas.

Por outro lado, em uma perspectiva diferenciada acerca da ética, Levinas compreendeu-

a como filosofia primeira, capaz de comportar a ressignificação do Ser a partir da relação com o Outro, contribuindo, assim, para a formulação da "ética da alteridade". Tanto é assim, que Levinas (2020b, p. 26) sustenta que "a alteridade só é possível a partir de mim". Nesse sentido, Levinas deixa de pensar a ética do homem a partir de sua individualidade e passa a pensar a ética em uma dimensão relacional subjetiva de alteridade, segundo a qual se percebe o rosto, a face do Outro, como algo que lhe tangencia, como algo que lhe diz respeito. O que se preza, portanto, dentro desta matriz ética é a assunção da subjetividade como diretriz compreensiva do próprio sujeito, de modo a se assumir uma ética de responsabilidade que comporta a visão do Outro. Há um dimensionamento da importância do Outro como sujeito, o que reforça a visão de alteridade.

Em Levinas, a subjetividade é baseada na compreensão que se deve ter acerca da heterogeneidade, do Outro como diferente, naquilo que se evidencia a partir do encontro com o rosto, tornando clara a assimetria e a singularidade de cada sujeito. Desse modo, Levinas afirma ter descrito o "rosto do próximo como portador de uma ordem, que impõe ao **eu**, diante do outro, uma responsabilidade gratuita - e inalienável, como se o eu fosse escolhido e único – e o outro homem é absolutamente outro, isto é, ainda incomparável e, assim, único" (LEVINAS, 2014, p. 28). A partir dessa perspectiva, assume-se uma diretriz de responsabilidade, sendo este o sentido da subjetividade que Levinas pretende sustentar.

Partindo do percurso teórico de Levinas, Rita Segato ensina que a alteridade, como conhecimento do Outro, deve se perfazer como alternativa à universalidade dos Direitos Humanos, na medida em que estes, como discurso, pretendem a padronização dos seres, o que seria uma não-verdade, ante a inegável existência de diversidades e pluralismos. Assim, Segato destaca que a ética deve decorrer do acolhimento do Outro, com suas diferenças, e afirma que o conhecimento de nós mesmos se faz pelo que conhecemos do Outro, não como forasteiro, mas sim como parte daquilo que nós mesmos somos (SEGATO, 2006).

A grande questão é o que devemos fazer com o Ser, como devemos nos portar diante do Ser e como devemos nos relacionar com o Outro. Essa mudança no modo de pensar e de agir humanos decorrem de mudanças dentro de uma perspectiva ética. Acerca da visão de ética levinasiana, Dussel (2012) sustenta que o conhecimento do Outro como Outro, assim como a visão de responsabilidade, colocam a perspectiva de totalidade sob questionamento, sendo este, portanto, o ponto de partida para uma matriz que contribuirá para a formulação da Ética da Libertação, fundamentada no princípio ético-crítico.

Nesse sentido, Dussel esclarece que essa ética se perfaz pelo "exercício de um novo tipo de racionalidade" (2012, p. 303) pautado em uma razão vincada no conhecimento das vítimas

do sistema, dos excluídos como sujeitos éticos, aos quais foi negada a participação nas discussões e nos processos globalizantes e totalizadores impostos. Ou seja, a Ética da Libertação pretende o conhecimento do Outro - pensado como vítima do sistema - e sua inclusão nos lugares de fala a que pertencem, a partir de uma razão ético-crítica.

Esse critério crítico a que Dussel se refere para desenvolver sua Ética da Libertação compõe-se do que nomeia de uma condição de possibilidade crítico-positiva, que parte do exato ponto do conhecimento da vida do Outro como igualdade. Essa não se trata da igualdade formal, mas da igualdade das vítimas como viventes, em que todas se portam como (sobre)viventes e, apenas neste aspecto, possuem uma dimensão de critério positivo de igualdade. Para Dussel, são vítimas todos os viventes humanos com vida produzida e reproduzida dentro de um sistema posto. Ou seja, em verdade o que se reproduz é o próprio sistema e não a vida da vítima (DUSSEL, 2012).

Portanto, o princípio ético-crítico que pauta a Ética da Libertação decorre do re-conhecimento responsável da vítima como sujeito, a partir do aspecto negativo, assim entendido como "a passagem do 'não-poder-ser vivente' do outro, da vítima, diante de um sistema que a nega, ao 'dever-ser-vivente' da vítima libertada sob a re-sponsabilidade pela vida do outro e diante de um sistema no poder" (DUSSEL, 2012, p. 378). Desse modo, sustenta-se que os sujeitos vitimados pelo sistema globalizado precisam passar pelo conhecimento do Outro como vítima e como (sobre)vivente do próprio sistema posto, devendo-se avançar para uma esfera de responsabilidade assumida eticamente, sendo neste ponto que se assume uma mudança de postura no olhar o Outro como vivente capaz de questionar e criticar o sistema.

E, assim, passando a uma ética-crítica positiva, Dussel vai afirmar que é necessário criticar o sistema posto, a fim de se promover um desenvolvimento pautado na possibilidade de viver das vítimas, que, com base em critérios de conhecimento do Outro, com base na solidariedade e responsabilidade, sejam capazes de promover a construção de uma nova razão ética. A crítica a que se refere Dussel diz respeito ao fato de que deve ser dada aos viventes a condição de questionar as não-verdades do sistema que produz as vítimas, devendo ainda ser dada condição de desconstruir a ordem posta (DUSSEL, 2012). Trata-se, portanto, de uma proposta de criação a partir da crítica ao sistema, partindo do autorreconhecimento das vítimas dentro de uma comunidade que se porta como responsável pelos processos de libertação capazes de promover desenvolvimento da vida pela alteridade.

A Ética da Libertação dusseliana propugna, desse modo, por um princípio ético vincado no desenvolvimento e no progresso não em termos quantitativos econômicos-mercadológicos ou tecnológicos, mas sim fundado em normas, ações, instituições e sistemas comprometidos

com a ética, desenvolvimento e respeito – conhecimento e responsabilidade – pela vida humana e pela vida de outras espécies a que nomeia "ecologia ética" (DUSSEL, 2012, p. 382-383). Portanto, a forma como o homem se posiciona dentro de um sistema e age com relação ao Outro, traduz sua posição ética. E, com essa base, cumpre analisar e relacionar de que modo o paradigma do humanismo decorreu do Renascimento e da Modernidade, repercutindo, desse modo, na formação da ideologia eurocêntrica.

2.2 O paradoxo da Modernidade: a disseminação da ideologia eurocêntrica e a ocultação das periferias pelo processo civilizatório

A fome, a guerra e a peste deram ensejo à crise do sistema feudal no século XIV, a corroborar para a formação dos Estados nacionais europeus e para o advento renascentista, configurando, assim, uma passagem do pensamento medieval misticista, coletivista e teocêntrico, para uma visão racionalista, individualista e antropocêntrica.

O Renascimento ascendeu o olhar sobre o homem como centro do mundo, chancelando a ética antropocêntrica como nova visão a balizar o pensamento moderno. Assim, o homem passou a se reconhecer como articulador de mudanças, percebendo-se, ainda, como poderoso controlador do Outro e da natureza. Segundo Sarlet, "desde o século XIV, espalhou-se por quase toda a Europa um movimento espiritual, o Humanismo, que colocava o homem, libertado de todos os compromissos, no centro de toda a pesquisa e pensamento" (SARLET, 2017, p. 62).

Foi nesse contexto que Maquiavel contextualizou o Estado como ordem política e elaborou sua ética no sentido de que "os fins justificam os meios", colocando em voga o poder e a busca por resultados úteis, ainda que, para isso, as ações colocassem em xeque o sentido do "bem" como conduta esperada dos homens médios. O surgimento de oportunidades, para Maquiavel, poderia justificar qualquer ação que evidenciasse o homem, o poder e a política como exercício de escolha, pelo que lhe é muito caro o controle das massas, preferindo ser temido a ser amado (MAQUIAVEL, 2005, p. 102).

Assim, o surgimento dos Estados nacionais absolutistas configurou o chamado Estado Moderno, sendo uma organização política soberana, segundo a qual o poder se justificaria por si mesmo, chancelando uma burguesia interessada em garantir sua ascensão e sua alocação pela proteção desse mesmo Estado. De acordo com Magalhães:

> O estado moderno surge da falência do sistema feudal, descentralizado, multiétnico,

> multilinguístico, com a existência de esferas fragmentadas de poder. As rebeliões dos servos no campo contra os nobres feudais, o deslocamento de muitos ex-servos para os burgos e as rebeliões nas cidades ameaçam os poderes de nobres e burgueses. Assim, nobres e burgueses se aproximam do rei fortalecendo o seu poder, financiando um exército unificado e a construção de uma estrutura hierarquizada de poder que possa manter seus privilégios. O estado moderno nasce de uma aliança entre o rei, a nobreza e a burguesia. A proteção desta estrutura do Estado aos interesses burgueses permitirá então o desenvolvimento do capitalismo, o enriquecimento da burguesia e sua posterior tomada de poder. (MAGALHÃES, 2012, p. 22).

É preciso destacar que antes da formação dos Estados nacionais europeus havia uma pulverização cultural ampla, em que grupos tinham costumes, línguas e valores bastante diferenciados. E, para justificar e estimular a formação dos Estados, deveria se buscar uma razão plausível para unificação desses grupos. Desse modo, o principal desafio dos Estados foi buscar uma forma de criação de identidade nacional que vinculasse esses sujeitos pelo desejo de se fortalecerem por essa união, de modo a lhes garantir uma coesão ante o reconhecimento dos valores comuns e segurança. Com isso, utilizou-se do pretexto da necessidade de proteção contra supostos inimigos, assim como da existência de uma eventual crise[10]. Essa postura evidencia a tendência à uniformização e padronização identitária, criando uma rota para a intolerância das diferenças religiosas e culturais (MAGALHÃES, 2012). Por isso, enfatiza-se que o próprio sentido de "humanismo" e o sentido de "nação" são invenções propositadas e estratégicas da burguesia (CÉSARIE, 2020, p. 73), o que pode ser cômodo para fins de justificar a formalização de estruturas de poder e de estruturas ideológicas aderentes aos projetos exploratórios contra povos não-europeus.

Nelson Maldonado-Torres foi quem criou os primeiros delineamentos acerca da "decolonialidade", apontando-a como teoria construtivo-crítica de questionamentos acerca dos conhecimentos formulados e da criação das subjetividades, a fim de que as perquirições e aferições se aportem como método de decolonização das estruturas epistemológicas postas pela Modernidade eurocêntrica. Destacou, nesse sentido, que a civilização moderna ocidental vincou significados e representações simbólicas criadores de dicotomias, assim como chancelou conceitos pressupostos de progresso, soberania, sociedade, gênero e raça, utilizados para alocar os sujeitos "civilizados" em sobreposição aos sujeitos colonizados em suas dimensões do ser, do saber e do poder. Afirmou que, com isso, a colonialidade imposta repercutiu na exploração, dominação, expropriação e naturalização da morte. Desse modo, como alternativa, aponta-se a decolonialidade como forma de emergência dos sujeitos

[10] Safatle, em sua obra "Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo" aprofunda nesta análise da criação da crise como estratégia de poder, a partir do medo e da insegurança, que reduz o indivíduo a um sujeito manipulado pelas narrativas (SAFATLE, 2015).

invisibilizados como questionadores, como oradores e criadores, que, a partir de um projeto coletivo, estejam aptos a questionar, pensar e teorizar para decolonizar o ser, o saber e o poder (MALDONADO-TORRES, 2020).

A partir disso, a decolonialidade aponta-se como alternativa epistêmica para realocação das identidades corrompidas pelas estruturas de poder impostas pela Modernidade eurocêntrica, já que esta pretendeu criar a totalização dos corpos, mentes e territórios.

Esse sentido de enclausuramento identitário ensejador de padronizações e, de modo paradoxal, gerador de segmentações racializadas, classistas e de gênero criadas pela Modernidade ocidentalizada, deixou de considerar que todos esses critérios a que visa segmentar, no final, vem a se permear para formação de "posicionamentos" identitários. Assim, conforme explicam Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, a identidade é individual. Apesar disso, há uma multiplicidade espectral de contextos que se alteram e que repercutem nesse espaço de subjetividade de modo interseccional (COLLINS; BILGE, 2021). O (re)conhecimento de diferentes identidades, portanto, está relacionada também à formação e existência de contextos de diversidades e pluralismos, pois o indivíduo possui dimensão relacional e, assim, se posiciona com relação ao Outro e é identificado também na maneira que o Outro o (re)conhece.

Oyèrónké Oyewùmí (2021) desenvolveu estudos acerca da construção dos discursos ocidentais de gênero e destacou como os "corpos" são compreendidos dentro de critérios de superficialidade pelos sujeitos ocidentais. Assim, explica que a ordem social é fundada a partir da visão do corpo, que é a dimensão visível dos sujeitos. Indica que essa é a razão pela qual questões de gênero e cor da pele são articuladas como critérios segregadores e opressores. Indica que há uma orientação ocidental a categorizar a partir da visão, da superficialidade, imprimindo diferenciações que reproduzem critérios deformadores das identidades.

Houve, portanto, sobretudo a partir da Modernidade, a deformação identitária e do espaço-tempo em que se encontravam os sujeitos colonizados, que se viram, então, deslocados de seus espaços e tendo suas diferenças ocultadas pela tendente padronização. Acerca da (de)formação de identidades para a conformação de valores unificadores, Santos sustenta que as identidades nada mais são que evidenciadoras das próprias diferenças. Portanto, a busca por referências identitárias hegemônicas e padronizadoras, lhes confere um caráter ficcional. Desse modo, a preocupação com a identidade mostrou-se como característica da Modernidade, decorrente de sua relação com a subjetividade que é intrínseca ao humanismo (SANTOS, 2013).

Quijano inferiu, portanto, que a Modernidade foi o que impingiu a invenção das raças, a que atribui como sendo o mais eficaz instrumento de dominação. Antes desse momento, não havia segregação, o que passou a ocorrer quando os brancos-europeus, invadiram as colônias e

criaram uma identificação para separá-los dos demais povos que entendiam ser inferiores. Assim, criaram-se rótulos raciais, de modo que isso traça uma forte característica da Modernidade (QUIJANO, 2019).

É importante destacar que a Modernidade não se trata apenas de uma passagem histórica, como se houvesse linearidade e padronização na forma de pensar e agir que foram da concepção medieval para essa estrutura, tratando-se, lado outro, de uma mudança que foi se operando em um contexto, além de histórico, também ético, político e econômico, variando ainda de local para local[11].

A Modernidade não se configura apenas como um período no espaço-tempo, mas sobretudo como posicionamento ideológico do europeu, como uma nova racionalidade, em um sentido relacional dialético a partir do qual os não-europeus passaram a ser vistos como povos periféricos. Essa relação de inferiorização não se operou apenas com as comunidades da América Latina e África, mas também com as comunidades orientais. Tanto é assim, que Edward Said destacou a dualidade criada entre as concepções de Oriente e Ocidente que se perfizeram a partir da expansão colonial europeia, colocando o Oriente, nesse contexto, como "lócus" e como saber subalternizado (SAID, 2007).

Houve, assim, a criação de uma concepção segregária, que se articulou e se reproduziu nos discursos de dominação, que colocaram as comunidades e os saberes europeus e não-europeus em lados opostos. Quijano enfatizou que o Eurocentrismo não se configurou a partir de perspectivas geográficas, mas sim epistemológicas, sobretudo em razão do conhecimento que foi imposto aos povos originários. Além disso, Quijano delineou configurações temporais aptas a demonstrar que a colonialidade percorreu momentos distintos, passando pelo período do nascedouro da Modernidade com as colonizações e fixação hegemônica do Cristianismo (1492-1750), avançando pelo período do liberalismo (1750-1945) e após com a criação e avanço da ideologia neoliberal, a partir de 1945 (QUIJANO, 2019).

Assim, desde o início das colonizações que deram origem à Modernidade, a Europa se colocou como centro do mundo, impondo uma visão dos europeus como sujeitos superiores, de modo que o pensar e agir daí decorrentes subjugou os demais. Portanto, "a Modernidade aparece quando a Europa se afirma como 'centro' de uma 'História Mundial' que inaugura, e por isso a 'periferia' é parte de sua própria definição" (DUSSEL, 1993, p. 7). A tese central do pensamento de Dussel, dessa maneira, é de que o ano de 1492 inaugura o marco do pensamento

[11] Para maior aprofundamento acerca da formação dos Estados Nacionais e do Estado Moderno, analisando-se em profundidade o processo histórico nesse sentido, verificar a obra de Ingo Sarlet, "Maquiavel, 'O Príncipe' e a formação do Estado Moderno".

moderno como mito justificador de ações violentas a partir da colonização da alteridade do Outro, do seu encobrimento. Em 1492 a América foi invadida pelos espanhóis, após a reconquista de Granada pelos reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que patrocinaram a pilhagem de Cristóvão Colombo na América Latina[12].

Trata-se, assim, do que Dussel nomeia de "processo de constituição da subjetividade moderna", iniciado quando os Estados nacionais europeus, sobretudo os países da Península Ibérica, dispuseram-se a buscar novos territórios para colonização por meio da expansão ultramarina[13], ocasião em que surge a cisão identitária entre o **eu** (europeu) e o **outro** (não-europeus). A América Latina foi tomada pelos exploradores europeus, tornando-se, desse modo, a grande periferia da Europa moderna e, nos dizeres de Galeano:

> Na Idade Média, uma bolsa de pimenta valia mais do que a vida de um homem, mas o ouro e a prata eram as chaves que o Renascimento usava para abrir as portas do Paraíso no céu e as portas do mercantilismo capitalista na Terra. A epopeia de espanhóis e portugueses na América combinou a propagação da fé cristã com a usurpação e o saque das riquezas indígenas. O poder europeu se irradiava para abraçar o mundo. (GALEANO, 2017, p. 32-33).

A partir dessa nova forma de operação, deu-se a incisiva atuação dos Estados nacionais europeus em terras distantes alcançadas pela exploração ultramarina, com a invasão de territórios, extermínio dos povos originários, além da pilhagem de bens, o que, de acordo com Mattei e Nader, "da perspectiva dos poderosos, a pilhagem é uma maximização racional da utilidade, sendo o saque um retorno dos investimentos em poderio militar e político" (MATTEI; NADER, 2013, p. 36). Assim, o que se infere é que em nome do utilitarismo, do enriquecimento a qualquer custo, em nome da visão capitalista de acumulação de riquezas e de uma narrativa desenvolvimentista, houve o cometimento de atrocidades nos territórios periféricos, com

---

[12] Acerca da invasão da América por Colombo, a partir do financiamento da viagem pelos reis católicos, Galeano explica: "em 1492, quando a bota espanhola enterrou-se pela primeira vez nas areias das Bahamas, o almirante acreditou que essas ilhas eram as sentinelas avançadas do Japão. Colombo levava consigo um exemplar do livro de Marco Polo, coberto de anotações nas margens das páginas. Os habitantes de Cipango, dizia Marco Polo, 'possuem ouro em enorme abundância, e as minas onde o encontram jamais se esgotam [...]. Também há nesta ilha pérolas do mais puro brilho em grande quantidade. [...] Os reis católicos da Espanha decidiram financiar a aventura do acesso direto às fontes, para livrar-se da onerosa cadeia de intermediários e revendedores que monopolizavam o comércio das especiarias e das plantas tropicais, das musselinas e das armas brancas que provinham de misteriosas regiões do Oriente. O anseio de metais preciosos, a moeda de pagamento no tráfico comercial, também impulsionou a travessia dos mares malditos. A Europa inteira precisava de prata [...]." (GALEANO, 2017, p. 30).

[13] Havia uma intenção de aumento de poder político e econômico por trás na expansão ultramarina e, conforme explicam Mattei e Nader: "por trás das primeiras tentativas coloniais das potências europeias encontra-se a urgência de financiar a imensa necessidade econômica dos novos sistemas centralizados de governo, essenciais para o desenvolvimento capitalista. Sem ouro, prata, algodão e seres humanos provenientes de terras distantes, teria sido impossível financiar o sistema institucional que prepararia o caminho da industrialização e do desenvolvimento" (MATTEI; NADER, 2013, p. 35).

sacrifício e extermínio dos povos e da natureza, a partir do saque dos recursos naturais e minerais, iniciando naquela ocasião, o processo degradatório do ambiente nas colônias.

O marco da Modernidade trouxe consigo a incisão da visão ideológica eurocêntrica, segundo a qual a Europa se coloca como orientadora de uma história única, absoluta e universal, uma narrativa imposta em versão exclusiva pelos europeus como centro do mundo e da própria história que em si mesma se realiza e se completa, em total ocultação aos outros povos, sobretudo latinos, asiáticos e africanos[14].

A Modernidade trouxe em si o estigma da colonialidade, não sendo possível se falar de Modernidade desalojada do seu caráter colonial, sistematizador de opressão dos sujeitos e de apropriação das terras e da natureza para fins de exploração. A racionalidade moderna europeia incorporou dicção única[15], uma narrativa exclusiva em relação ao resto do mundo que se fez coadjuvante.

Desenvolvendo a perspectiva de Colonialidade do Poder, Aníbal Quijano afirmou haver uma relação intrínseca entre a Modernidade e a colonialidade, sendo esta constitutiva da Modernidade. Ao apontar essa visão, Quijano evidencia a própria matriz de busca de uma epistemologia decolonial. Ou seja, a partir do reconhecimento do conceito, há a desmitificação da Modernidade como progresso e busca uma reconfiguração do modo de pensar por uma perspectiva de decolonialidade das narrativas históricas, um repensar dos processos estéticos, sociais, identitários, políticos e econômicos[16].

---

[14] Ochy Curiel explica que houve colonização também em países que, na contemporaneidade, são tidos como desenvolvidos. No entanto, as premissas e práticas operadas pelas estruturas de poder foram singulares em cada região, de acordo com os interesses dos colonizadores. O tipo de colonização e o grau de violência incididos foram diferentes, o que deu ensejo a particularidades históricas, epistemológicas e a nível de político-econômico, assim como jurídico. Desse modo, acentuou que "poderíamos dizer que muitas sociedades, em algum momento, foram colonizadas, ou seja, experimentaram o feito colonial. Inclusive países que hoje são centros imperiais, como por exemplo os Estados Unidos, foram colonizados em dado momento. Não obstante, nem todas as sociedades foram colonizadas da mesma maneira, assim, não são pós-coloniais no mesmo sentido. Não são de mesmo tipo as colonizações experimentadas pelos Estados Unidos e a Índia, ou a maioria dos países latino-americanos e caribenhos" (CURIEL, 2020, p. 122).

[15] Chimamanda Ngozi Adichie (2019) denunciou em sua obra a violência das narrativas das classes dominantes que colonizam mentes e corpos para reconfiguração das culturas dos povos a que subjuga. Assim, argumenta que se criam dicções universalizantes e totalizadoras, de modo a ocultar as identidades.

[16] Com relação à questão terminológica, Diogo Bacha e Silva, enfatiza a diferença conceitual entre "descolonialidade" e "decolonialidade", que, por rigor acadêmico, merecem ser demarcadas. Assim, ensina: "o processo de descolonização significou a independência jurídico-política das ex-colônias Espanholas, Inglesas, Portuguesas, Francesas do século XIX e início do século XX. A independência jurídico-política foi incompleta, uma vez que deixou intacta a colonialidade do poder. A decolonialidade, portanto, tem um sentido mais profundo e de longo prazo do que o processo de descolonização como processo de ressignificação da hierarquização das relações étnicas, raciais, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero [...]. Em síntese, para além da questão terminológica, é um movimento de resistência e apertadura à lógica da Modernidade e da colonialidade que busca outra forma de compreensão em contrapartida com as pretensões modernas/coloniais. A questão da independência jurídica e política é colocada sob uma dinâmica mais profunda. Não basta apenas ter a autonomia política, econômica e jurídica em relação a alguma metrópole, é necessário que a tradicional independência seja conjugada com uma independência epistêmica e um pensamento crítico situado." (BACHA E SILVA, 2020, p.

Quijano defendeu que até então não houve possibilidade de uma visão que tenha se desvencilhado da colonialidade, estando essa sempre alojada nos discursos sobre desenvolvimento, progresso, crescimento econômico. Ainda que haja uma tentativa de dissimular o caráter colonial do discurso, esse ainda se encontra cravado nas esferas de poder (QUIJANO, 2019).

Darcy Ribeiro expõe que, no Brasil, o conflito decorrente da colonização repercutiu em todas as dimensões da vida e do modo de viver dos povos originários, sobretudo no nível biótico, já que os europeus contaminaram os indígenas com doenças mortais, promovendo uma guerra bacteriológica. No plano ecológico, os europeus avançaram sobre o ecossistema, buscando matérias-primas para sustentar sua empreitada colonial e capitalista, iniciando, desse modo, os processos exploratórios e degradatórios do ambiente no Brasil. No aspecto econômico, os colonizadores articularam a mercantilização das relações produtivas, a escravização dos povos originários, que subsidiaram a superexploração capitalista moderna (RIBEIRO, 2015, p. 25).

Seguindo essa diretriz, no sentido de que a Modernidade decorre da colonização das relações assimétricas, assim como da colonização do espaço e do tempo, Mignolo sustenta que foi a própria Europa quem convencionou o conceito de Idade Média e inseriu uma nova abordagem, a partir da sua saga colonial, determinando chamá-la de Modernidade. Não bastasse isso, os europeus deram ensejo a uma ruptura espacial que marginalizou os nomeados "bárbaros" muçulmanos, os judeus, os indígenas e os negros, convencionando uma suposta hierarquia entre os sujeitos, entre os lugares, as línguas e os saberes, de modo que aqueles que não estavam dentro da linguagem grega ou latina eram considerados bárbaros (MIGNOLO, 2014). Do mesmo modo, Gonzalez indica uma fissura identitária também por critérios de gênero e raça, que inferiorizou as mulheres, sobretudo as mulheres não-brancas, ensejando o reforço da ideologia colonial supressiva da condição de sujeitos de todos os excluídos dos discursos e da possibilidade de participação e fala da sua própria história (GONZÁLEZ, 2020).

Essa visão criou uma razão identitária para os europeus com convergência do modo de pensar e agir, ensejando essa racionalidade moderna europeia capaz de gerar uma nova forma de subjetividade, que enclausura e gera servidão voluntária interiorizadora de conhecimentos que são (im)postos. A ideologia eurocêntrica é reforçada pelo estabelecimento da visão civilizatória que opacizou os sujeitos não europeus, gerando o que Dussel (1993) nomeia de "encobrimento do outro", como se o mundo somente pudesse ser compreendido sob as lentes

154).

do colonizador[17].

Visando ilustrar essa dimensão ideológica hegemônica, pode-se evidenciar o pensamento de Hegel, que apontou para o surgimento de uma suposta consciência civilizatória estruturada em uma história universal decorrente da existência própria dos Estados. Assim, sob a perspectiva hegeliana, os Estados foram os responsáveis por dar contornos ao modo de pensar dos sujeitos, por meio de leis e decisões capazes de repercutirem em ações direcionadas (HEGEL, 2008).

E, desse modo, Hegel associou a potencialização das ações dos Estados e dos europeus como a grande marca que colocou a Europa como "palco da história universal", ao mesmo tempo em que subjugou o que nomeou de "novo mundo" a uma condição inferior, de modo a expressamente considerar os habitantes dali como povos primitivos, de fraqueza física e espiritual, como se privados fossem da própria dignidade (HEGEL, 2008, p. 74-75). Dussel analisa a visão hegeliana e contrapõe-se à mesma ao afirmar que "para Hegel [...], a Europa cristã moderna não tem nada a aprender com outros mundos, outras culturas. Tem o seu princípio em si e é, ao mesmo tempo, a realização total desse princípio"[18] (DUSSEL, 2014, p. 70-71, tradução nossa).

No mesmo sentido, criticando a visão colonial e invertendo a narrativa do colonizador, Quijano defendeu a tese de que a visão eurocêntrica surgiu com a América ou, dito de outro modo, foi a América quem inventou a Europa, na medida em que a invasão das colônias foi o fator de consolidação do Estados Nacionais europeus, assim como da formação do mercado mundial. Por isso, Quijano não admitiu a subalternidade da América Latina em relação à Europa e ao mundo. E, nesse sentido, sustentou que o eurocentrismo só pode ser entendido sob a

[17] Para esta pesquisa, ao se abordar a expressão **ideologia**, será adotada a perspectiva desenvolvida por Slavoj Zizek, de acordo com o qual a ideologia se perfaz como doutrina, crença, ideia ou conceito formulado como verdade, com o objetivo estratégico e inconfesso de servir a interesses específicos. Assim, Zizek reforça: "estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – 'verdadeiro' ou 'falso' (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) – é funcional com respeito a alguma relação de dominação social ('poder', 'exploração') de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica da legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade" (ZIZEK, 1996, p. 13-14). Partindo dessa concepção de ideologia, Zizek afirma a existência do cinismo, assim entendido como uma intenção precípua de ocultar a mentira por uma outra mentira, a que se confere um caráter ficcional ou simbólico de verdade. Também acerca da ideologia, Magalhães e Carolina Assad assim a compreendem: "a ideologia funciona de maneira a produzir contingências que são externalizadas aparentemente como ausente de sentidos, ocultando a intenção ou a necessidade ali presentes, transformando-a em mera manifestação espontânea e fazendo-a passar despercebida – é tomando esse sentido de ideologia que dizemos que a lógica 'nós' versus 'eles' é um aparato ideológico; afinal, a segregação de um ser complexo como é o humano em classificações dicotômicas universalizadas pressupõe necessariamente a distorção da realidade que, em fato, é repleta de componentes múltiplos e inclassificáveis". (MAGALHÃES; ASSAD, 2015. p. 4).

[18] Para Hegel, "la Europa Cristiana Moderna no tiene nada que aprender de los otros mundos, las otras culturas. Tine su principio em sí misma y es, al mismo tempo, la total realización de esse principio.

perspectiva da Colonialidade do Poder, como uma possibilidade de desconstrução e reconstrução de produções de sentido e do conhecimento. Quijano sustentou ainda que a racialização, o racismo, a escravidão e o controle exploratório do trabalho são as bases do eurocentrismo, tendo este criado ainda uma visão ampla de binarismos a justificar rupturas e explorações, a exemplo das expressões europeu-não europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, criando sistemas hierarquizados como justificadores de poder e ensejadores de um racismo epistêmico (QUIJANO, 2019). A partir dos estudos de Quijano, Segato extrai que "o eurocentrismo nada mais é do que o racismo no campo da hierarquização e atribuição de valor desigual tanto às pessoas, seu trabalho e seus produtos, quanto aos seus próprios saberes normativos e padrões de existência [...]."[19] (SEGATO, 2019, p. 72, tradução nossa).

Assim, evidencia-se o eurocentrismo como modo de subjugação dos povos e das terras coloniais e da sobreposição da ideologia do europeu como se superior fosse. O eurocentrismo caracteriza-se, portanto, pela imposição da visão universalista, sob um pretenso discurso pautado em liberdade e desenvolvimento, voltados ao atendimento da própria Europa. Por isso, Dussel (1993) denuncia a existência de uma falácia desenvolvimentista como ponto central da narrativa eurocêntrica. A Europa se postou como um modelo padronizador a ser seguido.

A ideologia eurocêntrica cuidou de se capilarizar, de modo a reproduzir seu modelo uniformizador, totalizador e hegemônico para todas as estruturas daqueles locais que considerou "não desenvolvidos e não civilizados" na visão ontológica hegeliana. A dominação ideológica europeia imputou padronização civilizatória, provocando engessamento como se houvesse uma única direção do pensamento, apenas uma forma de compreensão de mundo que não se desloca da Europa.

Houve, assim, dentro do véu de universalidade, o empoderamento da ideologia eurocêntrica como pensamento mais evoluído, enquanto marginalizou compreensões de mundo não-eurocêntricas, corroborando para o encobrimento das diferenças e ocultação de outros processos históricos e periféricos de formação. Essa operação totalizante, de uniformização e padronização, cria um estigma e uma falácia em torno da existência de pluralismos e diversidades, como se não houvesse múltiplas matizes dos seres, além de criar uma moldura civilizatória violenta e opressora[20].

---

[19] Eurocentrismo no es outra cosa que racismo em el campo de la jerarquización y atribuición de valor desigual tanto a las personas, su trabajo y sus produtos, como también a los saberes normativas y pautas de existência propios [...].

[20] André del Negri destaca que "o 'processo civilizatório' serve para canalizar e evitar, o tanto quanto, esse momento que libera a 'pulsão de morte'. De igual modo – observe-se – a agressividade dos múltiplos grupos de caráter político contemporâneo, que é um modo de sinalizar que estamos em nível civilizatório imaginário." (DEL NEGRI, 2018, p. 47).

O conceito de “civilização”, formatado pelos burgueses a partir de um contexto simbólico, que o relaciona aos europeus em uma suposta condição de dominação e controle sobre outros povos, merece questionamento na medida em que a exploração colonial a que sujeitou os não-europeus criou mais problemas do que soluções. Césarie (2020, p. 17) enfatiza que “a colonização funciona para descivilizar o colonizador”. Essa afirmação faz sentido a partir do momento em que o colonizador se desumaniza quando deixa de conhecer o Outro como semelhante e passa a enxergá-lo como selvagem, em um instinto objetificador. Ou seja, as pessoas das colônias eram vistas como objetos, assim como as matérias-primas extraídas daqueles territórios.

A perspectiva trazida por Angela Davis (2016) reforça essa afirmação, quando denuncia que o escravismo deslocava o ser e o sentido das comunidades negras, colocando-as como propriedade, como objetos. Reforça ainda que as mulheres negras eram vistas como “anomalias”. Essa europeização criou conjunturas (des)humanas degradantes para os povos colonizados, assim como a normalização da exploração do ambiente nas colônias, como se essa degradação para fins de fornecimento de matéria-prima para os colonizadores, a pretexto da falácia desenvolvimentista, justificasse ou legitimasse a pilhagem operada.

É imperioso destacar o papel da tecnologia para a configuração deste modelo eurocêntrico moderno. Por óbvio, no século XV a tecnologia era ainda embrionária perto do que temos na contemporaneidade. De todo modo, por ocasião da expansão ultramarina e formação da racionalidade europeia civilizatória, os países da Península Ibérica destacavam-se pelo vanguardismo das técnicas de navegação transoceânicas, o que acabou por corroborar para a constituição do discurso voltado a uma civilização universal. Ou seja, naquela ocasião houve a utilização da tecnologia disponível para o desenvolvimento de um sistema econômico capitalista voltado à exploração das colônias para acumulação de matérias-primas, baseado no extermínio dos povos originários da América do Sul, da Ásia e da África, assim como na degradação do ambiente das terras colonizadas. Não bastasse isso, os europeus impuseram a reprodução do seu sistema, do seu modo de pensar, da sua (ir)racionalidade aos povos subjugados. A esse processo, de modo paradoxal, deu-se do nome de “processo civilizatório”.

A tecnologia, portanto, capacitou e viabilizou aos europeus a expansão de sua ideologia moderno-civilizatória. E, nesse sentido, os núcleos coloniais foram reproduzindo essas tecnologias e as incorporaram em suas formas de produção, em seus procedimentos agrícolas, pecuários e na forma de relação dos povos originários com o ambiente, o que, de modo inevitável, gerou impactos ecossistêmicos. Basta imaginar que, no caso do Brasil, por exemplo, antes da chegada dos europeus os indígenas viviam da caça, pesca, consumindo do ambiente,

apenas o que lhes era necessário para sobrevivência. No entanto, a partir da dominação étnica-cultural dos povos colonizados, estes passaram a agir conforme as diretrizes impostas pelas nações coloniais, que ensinaram técnicas produtivas voltadas à máxima produção, com menor esforço, ainda que isso gerasse desequilíbrio ao ecossistema.

De modo a minudenciar essa mudança ideológica e tecnológica, Darcy Ribeiro (2015) destacou alguns exemplos, como o estabelecimento de monoculturas por procedimentos complexos, com utilização de produtos químicos, a mineração de ouro e diamantes, assim como a introdução da pecuária impondo o desmatamento de florestas para cultivo de pastos. É inevitável, portanto, relacionar a Modernidade, assim como seu imperativo tecnológico e ideológico, ao fator de degradação humana e ambiental dos territórios e povos colonizados. Isso leva à necessidade de evidenciar que a Europa criou o marco da Modernidade e sua dominação sobre o mundo a partir da imposição de dois pilares, quais sejam: a ciência moderna e o capitalismo (HARARI, 2017). E Harari segue afirmando:

> A descoberta da América foi o acontecimento fundacional da Revolução Científica. Não apenas ensinou os europeus a preferirem observações presentes a tradições passadas, mas o desejo de conquistar a América também obrigou os europeus a buscarem novos conhecimentos o mais rápido possível. Se eles realmente quisessem controlar os vastos territórios, precisariam coletar uma enorme quantidade de dados sobre a geografia, o clima, a flora, a fauna, as línguas, as culturas e a história do novo continente. (HARARI, 2017, p. 298).

Essa ideologia eurocêntrica moderna mudou a história mundial e estabeleceu uma rota inarredável rumo ao capitalismo, rumo a uma ciência de base epistemológica vincada em discurso único e hegemônico, da mesma forma que, por outro lado, marginalizou povos e ensejou o desequilíbrio ecossistêmico.

O que se pode considerar é que a Modernidade e seus discursos de dominação representam um contrassenso, já que o pensamento humanista, antropocêntrico, alojado em uma lógica propulsionada pelo progresso, pelo desenvolvimento, acaba por ocultar o Outro, aquele que é supostamente diferente, dando ensejo à desumanização do homem. Esse é o paradoxo da Modernidade. Pode-se considerar ainda que este Outro possa – e deva – abarcar a visão de ecossistema, na medida em que a vida humana depende de sua integração em um ambiente equilibrado, que lhe garanta alimento, saúde e bem-viver. Mas, o que ocorreu, sobretudo a partir da Modernidade, foi um olhar (des)humano desviado do ecossistema e fixado no desenvolvimento econômico mercantilizado, que, mais tarde, repercutiu na globalização e no desenvolvimento virulento da ideologia neoliberal. Tanto é assim, que acerca do neoliberalismo, Avelãs Nunes (2003) destaca que nessa ideologia há uma crença inescusável

no mercado, capaz de romper com a democracia e capaz de confiscar o próprio direito à vida.

Não bastasse isso, há que se evidenciar que a Modernidade trouxe consigo a marca da formação e consolidação do Estados Nacionais, que é uma ideia eurocêntrica, com atuação absolutista, de domínio integral da nação pelos ditames dos reis e da burguesia. Em diferentes contextos históricos a partir daí, a Modernidade perdura trazendo as marcas que lhe são características ainda na contemporaneidade de uma exploração dos sujeitos, do seu trabalho e do ambiente, a dar suporte instrumental às esferas de poder[21].

Pode-se cogitar, portanto, em uma suposta perpetuação das estruturas exploratórias coloniais, ocasionando o ruir de premissas de solidariedade, cooperação, construção democrática de propostas e de tomada de decisões, enfim[22]. Houve a afirmação do poder como violência, como imposição de medos, de desamparos e de crises a, estrategicamente, justificar a necessidade do próprio Estado como protetor ou, pelo menos, como única alternativa viável[23].

Quijano exaltou o fato de que o sistema Colonialidade-Modernidade aguçou forte poder sobre áreas da experiência humana, sendo elas: controle político e jurídico, controle da economia, controle das subjetividades e controle do conhecimento. Nesse sentido, para a decolonização do poder, faz-se necessário agir sobre esses quatro pilares, desconstruindo suas bases eurocêntricas, para reconstruir uma epistemologia decolonial (QUIJANO, 2019). O que Quijano propõe, em verdade, é a decolonialidade a partir de uma ruptura com a Modernidade, o que se demonstra pela ênfase dada aos sugeridos movimentos de constituição e destituição por ele propostos, o que será minudenciado no capítulo 3.

---

[21] Importante destacar que, desde 2008, com a crise econômica mundial e, sobretudo após a pandemia da COVID-19 e aliado à ocorrência da guerra entre Rússia e Ucrânia, a Europa vem se tornando um "ator geopolítico anão", nos dizeres de Avelãs Nunes que assim acentua: "a crise de 2008, a crise pandémica e agora esta guerra estúpida mostraram que o Velho Continente é hoje um continente perdido, enleado nas teias que o processo de integração europeia foi tecendo, uma região ultrapassada no plano científico e tecnológico, com uma economia desarticulada, dependente de outras regiões no que toca aos produtos alimentares, à energia, a matérias-primas e recursos naturais estratégicos, sem qualquer autonomia estratégica em matéria de defesa, de política externa, de política energética, de política cultural e de investigação científica, militarmente ocupado pelos EUA/NATO (pelo menos 100 mil soldados americanos estão acantonados em bases militares instaladas em vários países europeus, nas quais os EUA/NATO armazenam inclusive armas nucleares. [...] A Europa deixou de ser credível: quem mente uma vez mente sempre. E esta perda não é facilmente recuperável. A Europa corre o risco de desaparecer com entidade que conta na cena internacional. Este é um dos problemas mais sérios deste nosso tempo, porque condiciona a paz na Europa e no mundo." (AVELÃS NUNES, 2023, p. 29-32).

[22] Nesta pesquisa, a palavra "solidariedade" será empregada no sentido em que delineada por Milton Santos, que a compreende como o oposto de "competitividade". Assim, argumenta que as solidariedades horizontais implicam a necessidade de debates e ajustes para reconstrução de alternativas e decisões que ampliem o sentido da vida local (SANTOS, 2022, p. 101).

[23] Ao discorrer sobre o neoliberalismo, Elmar Altvater trata de como a insegurança, o medo e o desamparo são utilizados como estratégias de dominação, o que vem sendo operado desde o colonialismo. Assim, afirma que "por uma série de razões, as inseguranças, apresentam, no entendimento do neoliberalismo, mais vantagens do que desvantagens. Evitam as tentativas de realização de necessidades emancipatórias, pois as inseguranças forçam os atores econômicos sempre de volta para a concorrência e não deixam emergir a solidariedade". (ALTVATER, 2010, p. 298).

A racionalidade colonial-moderna eurocêntrica funda, portanto, uma forma de agir e pensar para a política, a economia, para a ciência e para o Direito. E, nesse sentido, cumpre analisar e questionar a relação do homem com os ecossistemas, partindo do antropocentrismo que estruturou a visão científica e jurídica na Modernidade.

2.3 Antropocentrismo: como a visão científica e o Direito se articulam para afirmação dessa visão

Conjectura-se haver uma imbricação entre a estrutura do pensamento filosófico e do desenvolvimento científico. Essa vinculação é capaz de favorecer a compreensão das teorias científicas formuladas e da forma como os seres humanos agem e que, ao final, repercutem nas decisões tomadas.

Dessa forma, quando o "homo sapiens" passou a se alocar como centro, em torno do qual gravitam as coisas do mundo, incluindo o próprio planeta e o ambiente biótico e abiótico, deu-se origem à concepção antropocêntrica. Essa vertente tem como matriz uma ética de dominação do humano sobre os outros seres, de modo que essa postura repercutirá na forma como se organizam, como se relacionam, na forma como se portam frente aos outros humanos e frente a outros seres e, sobretudo, na forma como formulam suas decisões.

Não por acaso, essa visão antropocêntrica esculpiu as bases científicas em que a humanidade se amparou para justificar suas ações e inações, na medida em que a elaboração dessas premissas se pautou no próprio desejo humano de dominação do Outro e na fixação de estruturas de poder.

Essa ética antropocêntrica é decorrência do mito da Modernidade (DUSSEL, 1993) e se propalou dentro do arcabouço Renascentista e Iluminista, reconhecidos por colocarem o ser humano como centro do saber, como centro do pensar e mais que isso, como se o homem pudesse ser libertado pelo seu saber posto em pedestal. Importante destacar que o conhecimento humano se volta a construções técnicas e teóricas que lhe são úteis dentro de uma cadeia de produção, consumo e lucro.

Antecedendo ao antropocentrismo, outras racionalidades pautaram a visão do homem sobre o lugar por ele ocupado. E, assim, o homem já acreditou numa visão de universo tendo a Terra como centro estático, sendo este pensamento conhecido como geocentrismo e sustentada por Ptolomeu, próximo ao ano 150. Tratou-se de uma visão cosmológica vincada desde a Antiguidade, somente superada pela teoria heliocêntrica defendida por Copérnico, no século XIV, de modo a afirmar o sol como centro do universo. Ocorreu que na Idade Média assumiu-

se uma visão teocêntrica, a partir da qual se colocou Deus como centro do pensar, dando vestes a um pensamento misticista.

As mudanças da racionalidade humana não são, de modo absoluto, lineares e enclausuradas, mas, ao contrário, decorrem de visões que, com maior ou menor ascendência, ganham projeção em espaços-tempo de conveniência humana. Tanto é assim, que a ética antropocêntrica ganha ampla dimensão a partir do advento da Modernidade. Contudo, faz-se importante destacar que, muito antes disso, em 470 a.C., Sócrates já havia colocado o homem em centralidade e destacado sua crença no sentido de que estes seriam portadores de uma racionalidade que os colocava deslocados da natureza e acima dela (FONSECA, 2009).

Essa perspectiva de superioridade do homem ganhou terreno fértil no período Renascentista, de modo que a centralidade da vida humana como diretriz ética passou a guiar as formulações decisórias de maneira abrangente, assim como demarcou a visão cultural, histórica, política e econômica, além de ter dominado as balizas técnico-científicas a partir da Modernidade. Além do homem se alocar como centro, passou ainda a se perceber dentro de uma dimensão individualista e, por isso, Santos afirmou que "o humanismo renascentista é a primeira afloração paradigmática da individualidade como subjetividade" (SANTOS, 2013, p. 169).

Cumpre considerar que até a Idade Média o homem tinha nítida percepção acerca de sua integração e dependência do ambiente, na medida em que a sobrevivência dependia da agricultura (MATTEI; CAPRA, 2018). No entanto, essa visão holística, em que o homem se via integrado à natureza, sofreu ruptura na Modernidade, sobretudo a partir da Revolução Científica ocorrida nos séculos XVI e XVII.

A concepção de Modernidade veio introjetada de uma perspectiva de busca por progresso e de valorização do indivíduo, colocando em voga a subjetividade, a busca da certeza, da verdade, a partir da adoção de parâmetros valorativos do próprio indivíduo. Esse modelo de pensar implicou no desenvolvimento do humanismo renascentista, que buscou inspiração no fragmento de Protágoras, segundo o qual "o homem é a medida de todas as coisas" e, desse modo, se desvincula de um pensamento que integra homem-natureza, para pensar o homem em si mesmo, o que reverberou numa construção político-filosófica de face humanista e focada no poder pela força, o que foi traduzido por Maquiavel.

Partindo da visão de Kant, Giménez (2016) afirma que o antropocentrismo está presente na ética do seu imperativo categórico, afirmação que se evidencia também no pensamento de Deleuze, ao sustentar:

> A ideia fundamental do que Kant denomina a sua "revolução copernicana" consiste no seguinte: substituir a ideia de uma harmonia entre o sujeito e o objeto (acordo final) pelo princípio de uma submissão necessária do objeto ao sujeito. A descoberta essencial é que a faculdade de conhecer é legisladora ou, mais precisamente, que há algo de legislador na faculdade de conhecer. [...] Assim, o ser dotado de razão descobre em si novos poderes. A primeira coisa que a revolução copernicana nos ensina é que somos nós que comandamos. [...]. Nós, os legisladores da Natureza. [...] Em Kant, o problema da relação do sujeito e do objeto tende, pois, a interiorizar-se: converte-se no problema de uma relação entre faculdades subjetivas que diferem em natureza (sensibilidade receptiva e entendimento ativo). (DELEUZE, 1963, p. 21-22).

Assim, é possível se aferir que os critérios de construção do saber são vincados na perspectiva de antropocentralidade e que, desse modo, o conhecimento passa a ter um condão normativo, como regra instituidora de poder justificado por uma visão dual, que coloca o homem e o Outro – incluindo a natureza – de lados opostos, criando binarismos e antagonismos capazes de promover deslocamentos de sentido[24]. As Teorias do Direito, sobretudo aquelas de matriz positivista moderna, pautam seus discursos no kantismo, na ética deontológica e no utilitarismo, criando uma visão antropocentrista de "individualismo normativo" e, nesse sentido:

> O individualismo normativo ou humanismo afirma que somente indivíduos podem ser, em última análise, o ponto de partida de obrigações e valorações éticas legítimas e, com isso, enquanto agentes/outros, o primeiro elemento de uma ética normativa adequada, e **não comunidades ou coletivos, como nação, povo, sociedade, família, tribo, comunidade do discurso, ecossistema ou biosfera. O outro que merece consideração ética é, em última instância, sempre o indivíduo**. (PFORDTEN, 2018, p. 114, grifo nosso).

Lado outro, o "coletivismo normativo" coloca as normas e valorações morais como justificação coletiva para o Estado, a nação, os povos, suas comunidades, assim como volta seu olhar para os ecossistemas e o ambiente (PFORDTEN, 2018, p. 114), assumindo, desse modo, uma visão ampliativa que corrobora com a proteção de todos os indivíduos, além de toda coletividade, incluindo a natureza.

Por isso, Leff (2006) afirma que a crise ambiental tem origem no positivismo moderno, que buscou estabelecer a fixação de conceitos ao real, o que, ao final, acabou promovendo o deslocamento dos sentidos e sua própria dissolução a partir das controvérsias epistemológicas

[24] Acentuando a compreensão da lógica binária, Magalhães e Assad afirmam: "diante da alteridade, a lógica binária atua demarcando as diferenças e classificando-as como melhores ou piores, sendo a exclusão e a exploração do diferente inferiorizado elementos estruturais dessa lógica. É essa a estrutura que deve ser desconstruída para que se instigue a manifestação plural, com a garantia do direito à diversidade. Não se trata de reverter a lógica existente em sentido inverso; não se trata, por exemplo, de culpabilizar o rico ou de colocar o branco como inimigo. Trata-se de superar essa lógica desconstituindo-a por total, ultrapassando a dicotomia que coloca o outro como ser inferior." (MAGALHÃES; ASSAD, 2015, p. 6).

decorrentes de busca da verdade e da visão humana que a ela se fixou, dando ensejo a uma crise do efeito do conhecimento sobre o mundo.

Acerca da Modernidade antropocentrista, Heidegger sustenta que seu fenômeno fundamental não se evidencia a partir da ciência, mas sim da técnica, sendo esta a maior característica do homem moderno com o mundo. E, assim, afirma que a técnica é um meio para atingimento de uma finalidade, assim como vai comportar o sentido de um fazer humano, "como determinação instrumental e antropológica" (HEIDEGGER, 2007, p. 376). Há, portanto, segundo essa perspectiva, um anseio pela dominação da técnica tendente a extrapolar o próprio domínio humano, dando ensejo ao que Heidegger entende por um "desabrigar". Ou seja, para ele a técnica é um desabrigar, no sentido de desocultar e desafiar a própria natureza, com sentido extrativo de toda a sua energia e potencial. E referenciando-se à relação do Ser, técnica e natureza, leciona:

> O desabrigar que domina a técnica moderna tem o caráter do pôr no sentido do desafio. Este acontece pelo fato de a energia oculta na natureza ser explorada, do explorado ser transformado, do transformado ser armazenado, do armazenado ser novamente distribuído e do distribuído ser novamente comutado. Explorar, transformar, armazenar e distribuir são modos de desabrigar. (HEIDEGGER, 2007, p. 382).

É como se o Ser tivesse a seu dispor um complexo inesgotável de energia da natureza a que pode explorar, desabrigando-a, tirando de ordem, deslocando os fluxos da própria natureza em nome de desenvolvimento de matriz utilitária deteriorada pelas indústrias modernas, colocando o homem, junto com a natureza, como as próprias matérias-primas (BOUTOT, 1991). Logo, essa exploração é objetivamente planejada, calculada, visando organizar um sistema de desenvolvimento pautado em técnica, em sobreposição à ciência, a comportar um desnudar, um desvelar e desalojar tanto o homem, quanto a natureza.

Partindo da análise heideggeriana, Giménez reforça o entendimento de que há um risco de imposição da técnica sobre a natureza, com um sentido de dominação do homem, assim como para suprir a ânsia do consumo que acopla o indivíduo moderno. Com isso, afirma ainda que a ciência, a técnica e a economia criam uma mentalidade de suposto progresso, que constrói uma utopia da tecnologia, capaz de alterar o ecossistema (GIMÉNEZ, 2016).

A partir desse contexto, Santos aprofunda na análise e reafirma a implicação da Modernidade no desenvolvimento do capitalismo, assumindo ainda que a ciência moderna tem um papel singular por ter se tornado força propulsora do capitalismo, o que acabou por retirar da ciência seu caráter de racionalização para emancipação dos sujeitos e da coletividade. Assim,

Santos enfatiza que o conhecimento científico, de modo estratégico, acabou por se tornar um conhecimento regulador hegemônico de encaminhamento para uma rota de ignorância e caos (SANTOS, 2001).

Por certo, essa visão moderno-antropocêntrica repercutiu nas teorias do Direito e, por sua vez, nas teorias do Processo, que imprimiram em seus contextos todas as dualidades e binarismos ensejadores de antagonismo, a exemplo das concepções de justo-injusto, legal-ilegal, autor-réu. Antes, porém, de verificar quais as repercussões no Direito, cumpre analisar de que modo a perspectiva antropocêntrica repercutiu no âmbito da Revolução Científica.

A Revolução Científica empreendida, sobretudo, por Galileu, Descartes e Newton corroborou para uma perspectiva científica mecanicista, vez que houve cisão crucial entre homem e natureza, sendo que esta passou a ser observada como máquina. Além disso, houve o desenvolvimento de uma visão quantificadora e mensurável das propriedades da natureza, e, assim, a ciência passou a buscar a descrição da natureza como fórmula matemática. Considerada um avanço na Modernidade, essa perspectiva permeou a lógica de estruturação social, política, econômica e jurídica, com ênfase, portanto, em aspectos quantificadores e não qualificadores, que levem em consideração a complexidade das relações.

Em 1636, Descartes, por meio de seu argumento do cogito, consagrado pela máxima: "penso, logo existo", coloca em voga a centralidade do racionalismo humano, que culminou com o pensamento solipsista, no sentido de isolar a consciência humana do mundo exterior sem considerá-lo (DESCARTES, 2003). Ou seja, alocou-se o homem como centro do pensar, como centro racional, como ser isolado e individualista, em oposição a uma natureza antes integrada e que, a partir do pensamento cartesiano, passou a ser dimensionada apenas como fórmula.

O que se evidencia, pelo recrudescimento do cogito cartesiano, é a afirmação do sentimento de certeza a acoplar o homem. Assim, a filosofia moderna criou uma introspecção, a partir da qual o homem não deveria se preocupar com nada além de si mesmo, pelo que Arendt considerou que "Descartes acreditava que a certeza produzida por seu novo método de introspecção era a certeza do 'existo' [I am]." (ARENDT, 2016, p. 348).

Pode-se inferir, nesse sentido, que a Modernidade criou uma ruptura entre os seres humanos e a natureza. As cogitações de Descartes colocaram a natureza em descrédito, passando a ser vista como mero sistema mecânico. Houve o descentramento da natureza, que não pode ser vista como sujeito, mas sim como objeto a partir da perspectiva humana (FERRY, 2009), o que evidencia, uma vez mais, o antropocentrismo.

Faz-se importante considerar que o pensamento cartesiano chancela uma construção do pensamento eurocêntrico, cujo nascimento se deu a partir de 1492, quando a Modernidade se

implantou diante do avanço Europeu sobre os povos não-europeus, assim considerados periféricos e marginalizados. Estes povos, por sua vez, acabaram sofrendo violências, em todos os níveis, ante a imposição de um pensamento totalizador e da prática de ações exploratórias e degradatórias desses sujeitos e da natureza (DUSSEL, 1993).

Analisadas, portanto, as repercussões que a visão de antropocentralidade ensejou no desenvolvimento da ciência, é imperioso que se faça a aferição do quanto essa perspectiva influenciou o Direito moderno.

Ao Direito moderno foi posta a função de garantir, por sua normatividade, uma rota segura ao desenvolvimento do capitalismo, o que ocorreu por meio da cientificização e pela estatização da ordem jurídica, como forma de assegurar que as decisões tomadas dariam guarida às regulações estratégicas para as estruturas de poder (SANTOS, 2001).

Assim, na seara jurídica, a influência de Francis Bacon foi determinante para a consolidação da compreensão do homem como controlador do outro e controlador da natureza, tendo sustentado que a ciência colocaria o homem como senhor e possuidor. Ou seja, para Bacon a via que conduz o homem ao poder e à ciência se tangenciam, sustentando ainda que a ciência deve buscar dominar a natureza (SANTOS, 2008). A influência de Bacon na formação da perspectiva antropocêntrica que influenciou o modo em que se esculpiu a Teoria do Direito foi relevante, tendo afirmado que "o homem, ministro e intérprete da natureza, faz e tende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza" (BACON, 2003, p. 7). O que se evidencia, nesse sentido, é que os seres humanos foram alçados à condição de regentes da ordem da própria natureza e de tudo o mais que almeja controlar, dentro de seu anseio por dominação e poder.

Não por acaso, a visão tecnicista da ciência, imposta a partir do século XVII, se deu por influência de Descartes e Bacon, que cumpriram o papel de reduzir a natureza a finalidades do homem, como objetos do mundo industrial moderno, no qual a economia é posta como primordial sobre todas as demais condições (FERRY, 2009).

Houve, portanto, uma pretensão humana de controlar o Outro, a natureza, sempre em busca de poder político e, sobretudo, econômico, o que justifica o sentido de objetificação impingido a tudo o que almeja dominar. Francisco de Vitoria, jurista espanhol, em 1532, escreveu argumentos buscando justificar o ataque contra os astecas e os incas na América do Sul e, nesse sentido, destacou que os "bárbaros" não poderiam gozar de direitos humanos e que não teriam nenhum direito sobre terras e coisas, na medida em que "o servo nada pode ter de seu [...]. Tudo o que o servo adquire, adquire para o seu senhor" (VITORIA, 2016, p. 106). Dentro de um contexto sócio-normativo, havia justificativa hábil a incorporar o sentido do

Outro humano como objeto, como bárbaro, esvaziando-lhe a própria existência e dando-lhe condição marginalizada.

Dentro de uma vertente fundada no direito natural racionalista emanada nos séculos XVII e XVII, Grotius, que é considerado o fundador do Direito Internacional, em sua obra clássica "O Direito da Guerra e da Paz", publicado em 1625, defendeu o extermínio dos habitantes do "Novo Mundo" e a ocupação de seus territórios. Afirmou que o homem é um ser superior, um animal superior e que, por isso, se distancia das demais espécies. Grotius ainda assegurou que os seres humanos são dotados de juízos e de inteligência natos, que lhes colocam em posição superior pela sociabilidade de que dispõem. Afirmou ainda que os direitos da natureza são direitos da natureza humana e a eles direcionados (GROTIUS, 2005).

O que se observa, desse modo, é que os primeiros teóricos do Direito Internacional apontaram suas articulações para uma matriz de defesa do homem como ser individualista e superior, desprezando os povos originários da América, África e Ásia, dentro de uma visão eurocêntrica e antropocêntrica.

Partindo também de uma vertente individualista, Hobbes deu relevo às relações entre Estado e os indivíduos, tendo colocado o homem como máquina (visão mecanicista), como "lobo do homem", devendo o Estado, portanto, agir para garantir uma suposta paz social. Nesse sentido, Hobbes colocou a Estado como um Leviatã, assim considerado como um "homem artificial de maior estatura e força do que o homem natural" (HOBBES, 2004, p. 15), assim visto como uma máquina, um autômato que se move como corpo político construído para garantir segurança ao povo. Ou seja, em Hobbes há uma visão antropocêntrica incorporada pelo Estado que se porta como ser artificializado.

Além disso, Hobbes assume um discurso mecanicista, sobretudo quando veicula seu entendimento sobre a razão, afirmando que esta "nada mais é do que cálculo, isto é, adição e subtração, das consequências de nomes gerais estabelecidos para marcar e significar nossos pensamentos" (HOBBES, 2004, p. 39). Essa mesma diretriz de entendimento quantificador se perfaz quando Hobbes afirma que "os juristas somam leis e fatos pra descobrir o que é certo e errado nas ações dos homens privados" (HOBBES, 2004, p. 39). Fica evidente, portanto, que, para Hobbes, a máquina estatal, assim como a razão humana, deve partir de premissas absolutas, mensuráveis e é provável que em vista disso tenha ainda defendido a homogeneização – ou totalização – dos homens, afirmando que estes são iguais e que não haveria justificativa para que algum deles reclamasse qualquer benefício (HOBBES, 2004). Logo, Hobbes desconsidera a existência de diferenças entre os homens, como se houvesse uma homogeneidade, como se todos, de modo efetivo, fossem iguais.

Com este pensamento maquinal hobbesiano, que aponta para critérios mecanicistas e antropocentristas, parece óbvio que seja mais oportuno normatizar e padronizar os homens, para que sejam manejados e articulados como organismos artificializados e programáveis, sendo este um pensamento estratégico e oportuno às estruturas de poder, como era o seu Leviatã.

Em razão disso, a subjetividade individualista decorrente da visão antropocêntrica criou espaço para a projeção dos princípios de mercado e da propriedade individual defendidos, sobretudo, por Locke a Adam Smith.

Locke pretendeu justificar o assédio a bens comuns e legitimar a pilhagem de matérias-primas, a partir do suposto "trabalho" para alcançar esses bens, o que, por si só, justificaria a aquisição da propriedade. Essa visão chancelou, inclusive, a superexploração dos ecossistemas e a degradação ambiental, na medida em que, pela perspectiva lockeana, o simples fato de se operar sobre a natureza geraria um valor agregado ao bem dali extraído, o que lhe justificaria a propriedade privada. E, nesse sentido, "seja o que for que ele retire da natureza no estado em que lho forneceu e no qual o deixou, mistura-se e superpõe-se ao próprio trabalho, acrescentando-lhe algo que pertence ao homem e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele" (LOCKE, 2004, p. 38). Trata-se, portanto, do ápice da visão antropocêntrica, mercantilista e capitalista.

Adam Smith, em sua obra "A Riqueza das Nações", parte de uma lógica eurocêntrica e antropocentrista, de jaez civilizatória, apontando que nações civilizadas tem um produto resultante de trabalho abundante o suficiente para suprir eventuais cidadãos que não trabalhem (SMITH, 2014). O que Smith omitiu foi o fato de que a exploração de mão de obra e matérias-primas das colônias deram suporte à ostentação, à acumulação de riqueza e ampliação da propriedade das nações opressoras. Pretendeu-se, desse modo, incrementar as justificativas para a Revolução Industrial alavancada pela Inglaterra naquela ocasião, promovendo a expansão das fábricas e o aumento da poluição a partir da queima de combustíveis fósseis[25]. Visando dar guarida, Smith desenvolveu uma doutrina econômica a ser seguida, de modo a justificar todo o aparato industrial e os discursos desenvolvimentistas oportunos àquele momento de fortalecimento do Estado liberal.

[25] Aprofundando neste ponto, Lovelock sustenta: "talvez o primeiro aspecto a respeito do homem moderno que possa justificar a crença na sua propensão para o mal seja a crescente poluição atmosférica e das águas naturais do nosso planeta desde a Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra nos finais do século XVIII e se propagou como uma praga a quase todo o hemisfério norte. É agora do consenso geral que as atividades industriais do homem estão a prejudicar e constituem uma ameaça a toda a vida do planeta, tornando-se mais sinistras a cada ano que passa." (LOVELOCK, 2016, p. 127).

Santos sustenta que se almejou a criação de um supersujeito, de uma superestrutura, sendo esta o Estado Liberal e, nesse sentido, afirma ainda que esse Estado é uma criação artificial e estratégica para fins de manipulação da sociedade e que, a depender das circunstâncias, pode variar de um Estado mínimo a um Estado máximo, para atender a interesses capitalistas (SANTOS, 2013).

Morin defendeu que a criação dos Estados decorreu da avidez pela ampliação de territórios e riquezas e por uma mentalidade paranoica de aceitação da guerra, pelo que conclui que "daí o caráter predador e guerreiro dos Estados da antiguidade e dos tempos modernos, inclusive do século XX" (MORIN, 2012, p. 179-180).

O que se infere, portanto, é que a visão individualista gerada pelo antropocentrismo fez surgir, desde então, uma política-econômica de controle e de subjugação das estruturas, quaisquer que sejam elas, para atender a uma dinâmica de poder, dentro da qual se evoca um discurso de liberdade, que, de modo paradoxal, massacra os indivíduos e articula todo o ambiente como recurso, como objeto, como meio de crescimento econômico.

Tanto é assim que Locke e Hobbes colocaram a proteção à propriedade privada como uma das prioridades do Estado e, seguindo essa lógica, o Direito passou a ser articulado de modo a incentivar o extrativismo como um direito individual em si e, desse modo, sem considerar os impactos ambientais daí decorrentes. De acordo com Mattei e Capra:

> Essa visão mecanicista da propriedade e da soberania é responsável pela situação dramática em que se encontra nosso planeta. Os direitos de propriedade, que conferem poder às empresas e são garantidos pelos Estado, tornaram "natural" o fato de a British Petroleum, cujos lucros são notoriamente colossais, tê-los aumentado ainda mais, entre outros motivos por ter deixado de adotar várias medidas de segurança em sua plataforma de petróleo Deepwater Horizon, o que resultou na devastadora poluição do Golfo do México, bem como pelo fato de a Exxon, que, por não ter instalado um sistema de radar no superpetroleiro Exxon Valdez, causou a destruição do ecossistema de prince William Sound, no Alasca. (MATTEI; CAPRA, 2018, p. 34).

As situações fáticas relatadas por Mattei e Capra assemelham-se, de forma indiscutível, aos desastres sócio-ambientais ocorridos na cidade de Mariana-MG, em 2015, e repetido em 2019, na cidade de Brumadinho-MG[26], ambos os crimes praticados pela mineradora Vale S.A.[27], que, em paradoxo, possui como visão: "ser a empresa de recursos naturais global número

[26] Acerca do assunto, aprofundar nas obras: TOLEDO, André *et al*. **Acidentes com barragens de rejeitos da mineração e o princípio da prevenção**: de Trento (Itália) a Mariana (Brasil). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016; ADAMS, Luis *et al*. **Saindo da Lama**: a atuação interfederativa concertada como melhor alternativa para solução dos problemas decorrentes do desastre de Mariana. Belo Horizonte: Fórum, 2019; SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.

[27] Trata-se de um ecocício, que, de acordo com Barros e Bastianetto: "o ecocídio é definido, segundo a organização internacional "End Ecocide", que pleiteia a reforma do Estatuto de Roma (2002), como a destruição do ambiente

um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta" (VALE, 2023). A mineradora, em perspectiva econômica neoliberal, voltada para atendimento a interesses de mercado, evidencia a face individualista antropocêntrica em detrimento do ambiente, já que o explora de forma degenerativa, desconectada da relação ecológica homem-ambiente.

Heidegger, dentro de uma visão ontológica, já discorria acerca dos danos ecológicos e da degradação ambiental decorrentes da mineração e da utilização dos combustíveis fósseis, assim como apontou a mudança da visão integracional homem-ambiente para uma atuação antropocêntrica exploratória. Nesse sentido:

> Uma região da terra, em contrapartida, é desafiada por causa da demanda de carvão e minérios. A riqueza da terra desabriga-se agora como reserva mineral de carvão, o solo como espaço de depósitos minerais. De outro modo se mostrava o campo que o camponês antigamente preparava, onde preparar ainda significava: cuidar e guardar. O fazer do camponês não desafia o solo do campo. Ao semear a semente, ele entrega a semeadura às forças do crescimento e protege seu desenvolvimento. Entretanto, também a preparação do campo entrou na esteira de um tipo de preparação diferente, um tipo que põe <*stellt*> a natureza. Esta preparação põe a natureza no sentido do desafio. O campo é agora uma indústria de alimentação motorizada. O ar é posto para o fornecimento de nitrogênio, o solo para o fornecimento de minérios, o minério, por exemplo, para o fornecimento de urânio, este para a produção de energia atômica, que pode ser associada ao emprego pacífico ou à destruição. O pôr que desafia as energias naturais é um extrair <*Fördern*> em duplo sentido. É um extrair na medida em que explora e destaca. Este extrair, contudo, permanece previamente disposto a exigir outra coisa, isto é, impelir adiante para o máximo de proveito, a partir do mínimo de despesas. O carvão extraído da reserva mineral não é posto para que esteja, apenas em geral e em qualquer lugar, à mão. Ele é armazenado, isto é, posto para a encomenda do calor solar que nele está estocado. O calor solar é extraído para o calor que está encomendado para gerar vapor, cuja pressão impele a engrenagem por meio da qual a fábrica permanece operando. (HEIDEGGER, 2007, p. 382-383).

A ética antropocêntrica é utilitarista, contendo uma voracidade pelo consumo desenfreado e, além disso, é uma ética excludente e ocultadora de discursos democráticos ampliativos do debate, assim considerados aqueles evocados pelos ecologistas, pelos movimentos sociais, comunidades LGBTQI+, feministas, por todos os sujeitos legitimados a atuarem nos processos decisórios das comunidades. O antropocentrismo preza o discurso de mão única, heterogêneo e normalizador das regras e imposições do mercado de vestes neoliberais. Essa visão, portanto, é contrária ao que se preconiza nos processos democráticos, nos quais deve-se incluir todos os cidadãos e os ecossistemas, vez que há uma existência

---

planetário apta a exceder a capacidade de resiliência da natureza. Trata-se de uma tipificação que almeja abarcar condutas gravíssimas, tendo como exemplos os inúmeros acidentes ocorridos no mundo envolvendo barragens de rejeitos de mineração, especialmente a partir da segunda metade do século XX até o desastre de Mariana (MG), ocorrido em 5 de novembro de 2015". (BARROS; BASTIANETTO, 2019, p. 191).

integracional, em que os seres do planeta podem se considerar interdependentes.

Cumpre, assim, analisar o ecocentrismo como racionalidade viável a esse fim de preservação, conservação e de sobrevivência no planeta.

2.4 Ecocentrismo como racionalidade ambiental de inclusão do Outro

A ética ecocêntrica se posiciona como perspectiva a partir da qual a Terra, os seres humanos e os demais seres vivos do planeta, assim como todo o seu ecossistema, envolvendo seres bióticos e abióticos, são percebidos como conectados, integrados, interdependentes, a partir da consciência de Terra como ser vivente, que deu origem a todas as formas de vida do planeta e que, por isso, devem ser respeitadas mutuamente.

É singular a percepção relacional dos seres com a Terra que parte daqueles que vivenciam uma lógica ecocêntrica em essência. Os relatos de Rigoberta Menchú, transcritos por Elizabeth Burgos, trazem a autenticidade dessa diretriz. Rigoberta é uma mulher indígena guatemalteca, que relatou a opressão e violência pelas quais passam seu povo desde os primórdios da colonização espanhola na América Latina e que não cessam, apesar de todas as denúncias feitas. Rigoberta recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1992 e trouxe em seu livro a marca central da visão de respeito e reverência pela natureza:

> Então, desde crianças, também, recebemos uma educação diferente da que têm os brancos, os *landinos*. Nós os indígenas, temos mais contato com a natureza. [...] Porque adoramos, não é que adoremos, mas respeitamos uma série de coisas da natureza. As coisas mais importantes para nós. Por exemplo, a água é coisa sagrada. O que nos explicam nossos pais desde crianças é que não se deve desperdiçar água, mesmo quando haja. A água é uma coisa pura, uma coisa limpa, uma coisa que dá vida ao homem. Sem a água não se pode viver, nem teriam podido viver nossos antepassados. [...] Temos a terra. Nossos pais nos dizem: "A terra é a mãe do homem, porque é quem dá de comer ao homem". E mais, nós que nos baseamos na lavoura, porque nós, os indígenas, comemos milho, feijão e ervas do campo e não sabemos comer, por exemplo, presunto ou queijo, coisas feitas com aparelhos, com máquinas. Então se considera que a terra é a mãe do homem. E de fato nossos pais nos ensinam a respeitar a terra. [...]. Dizem os avós que se peça ao sol que ilumine todos os seus filhos que são as árvores, os bichos, á água, o homem. [...]. É uma cerimônia de comunidades, pois a colheita começa a ser feita quando todo mundo começa a trabalhar, a plantar. [...]. A gente considera o sol o nosso avô. Isso é para dizer que é membro de nossos pais, de nossa família..." E te respeitamos e te amamos e que tu nos ames como nós te amamos". [...]. Aí, se renova, ou se faz novamente um pedido em que se diz que os homens, como filhos do único deus, temos que respeitar a vida das árvores, dos pássaros, dos bichos. Mencionam-se todos os nomes dos pássaros que existem, ou dos bichos, as vacas, os cavalos, os cachorros, os gatos. Tudo isso. Menciona-se tudo. Temos que respeitar a vida de cada um deles. Temos que respeita a vida, a pureza, o sagrado que é a água. Temos que respeitar o único deus, o coração do céu, que é o sol. [...] Promete-se respeitar a vida do único ser que é o homem. E é importantíssimo. E dizemos: "Não somos capazes de prejudicar a vida de um de seus filhos, que somos nós. Não somos capazes de matar um de teus seres, ou seja,

> nenhuma das árvores, dos bichos". (BURGOS, 1993, p. 102-105).

Rigoberta Menchú destaca algumas balizas fundamentais para a visão integracional de seu povo com a natureza. Assim, inicia destacando o papel da educação e dos ensinamentos que lhes foram passados por seus ascendentes, no sentido de respeitar a natureza de forma ampla. Logo, seu povo leva uma ética, uma consciência a partir da qual suas ações são direcionadas ao cuidado, à empatia, respeito e amor ao próximo, assim consideradas todas as formas de vida no planeta e mais que isso, há uma reverência pela terra, pela água, por todo o ecossistema.

É importante destacar que há uma visão de comunidade integrativa dos humanos, fauna, flora, terra, água, sol, de modo irrestrito, inclusive, sem uma visão de subjetividade individualista. Ao contrário, alocam-se todos no mesmo plano e em uma matriz coletiva, a partir da qual se infere por uma ética de respeito e de conhecimento do Outro como igual em termos de importância[28].

Rigoberta Menchú deixa clara a importância da educação, da formação de consciência coletiva e de uma ética pautada no respeito irrestrito à terra, a tudo que dela advém e a tudo que ela depende para perpetuação das formas de vida. A narrativa de Menchú é o retrato de sua vivência, de suas experiências e aprendizados.

A formatação científica do movimento ambientalista e ecológico teve aporte inicial na "Ética da Terra", de Aldo Leopold, que afirmou o movimento conservacionista como uma proposta ética de interação entre o homem e a Terra, de modo a haver uma verdadeira integração, sem sobreposição de um pelo outro. Leopold (2020) sustentou ainda que as leis do mercado não podem servir de parâmetro para a tomada de decisões a respeito da proteção e preservação do ambiente, sendo essa proteção decorrente de uma imposição legislativa, ou pelo interesse próprio dos sujeitos ou por uma diretriz ética de amor pela natureza. E, nesse sentido, inferiu que o desenvolvimento de uma consciência ética conservacionista é a chave para a preservação ambiental de que necessita o planeta para a sobrevivência de todos os seres vivos.

---

[28] A compreensão de "comunidade" que será adotada na presente pesquisa, trata-se desta concepção indicada por Rigoberta Menchú e que será também evidenciada por Julieta Paredes Carvajal. Nesse sentido, Carvajal minudencia: "quando falamos de comunidade, queremos abranger em sua compreensão todas as comunidades, não estamos somente falando das comunidades rurais ou comunidades indígenas. É outra maneira de entender, organizar a sociedade e viver a vida. Quando dizemos comunidade, estamos nos referindo a todas as comunidades urbanas, comunidades rurais, comunidades religiosas, comunidades esportivas, comunidades culturais, comunidades políticas, comunidades de luta, comunidades territoriais, comunidades educativas, comunidades de tempo livre, comunidades de amizade, comunidades de bairro, comunidades geracionais, comunidades sexuais, comunidades agrícolas, comunidades de afeto, comunidades universitárias, etc. É compreender que de todo grupo humano podemos fazer e construir comunidades. É uma proposta alternativa à sociedade individualista" (CARVAJAL, 2020, p. 200).

Embora tenha sido publicada em 1949, essa obra ganhou, de fato, maior repercussão a partir dos anos 70. Nessa ocasião, os problemas ambientais tornaram-se mais evidentes, sobretudo em razão de pesquisas que indicaram aumento expressivo da poluição no planeta, aquecimento global, extinção de espécies da fauna e flora, aumento da população mundial, produção agrícola descoordenada e voltada, sobremaneira, ao crescimento econômico e utilização desordenada de recursos naturais. Meadows publicou os resultados das pesquisas formuladas pelo Clube de Roma, em 1972[29], assim como Rachel Carson, já em 1962[30], havia promovido uma incisiva denúncia contra o uso de pesticidas químicos para a agricultura, levantando debate acerca da paradoxal utilização da ciência e da tecnologia para fins degradatórios, quando, ao contrário, deveriam se voltar ao desenvolvimento de alternativas para a preservação ambiental e não para sua destruição.

Esse arcabouço discursivo em torno da necessidade de proteção e preservação do ambiente, assim como a publicação de evidências científicas a respeito da degradação ambiental e dos riscos para os seres bióticos deu ensejo ao desenvolvimento do ecocentrismo como uma nova racionalidade, pautada na busca pela conscientização dos seres humanos, assim como no desenvolvimento de uma ética ambiental.

Arne Naess foi quem desenvolveu uma filosofia ecológica vincada na visão de Ecologia Profunda, segundo a qual os seres humanos e a natureza se relacionam de modo integral, dependendo uns dos outros para sobrevivência em uma conexão necessária, a partir da qual todos os seres e ecossistemas fazem parte de uma teia relacional e interativa. Naess (1989) sustentou que a pretensão da Ecologia Profunda se baseia em questionar de forma crítica os próprios fundamentos da visão de mundo, sobretudo a perspectiva moderna orientada pela busca de crescimento econômico.

Naess (1989) articula que a Ecologia Profunda confere valor intrínseco à natureza e aos seres humanos, contribuindo todos eles, de forma indissociável, para a vida na Terra, não tendo os humanos o direito de reduzir a importância e a diversidade dos demais seres. Considera ainda que a ecologia tangencia aspectos políticos, econômicos e filosóficos. Logo, a partir do desenvolvimento feito por Naess surge o que se chama de visão ecocêntrica, ao passo que a visão antropocêntrica parte de uma perspectiva de Ecologia Rasa, com centralidade e sobreposição do homem, como se este estivesse desacoplado da natureza e atribuísse a esta um valor instrumental apenas, apta a servir de recurso e nada mais.

Partindo dessa baliza ecocêntrica, Guattari defendeu que “só uma articulação ético-

[29] MEADOWS, Donella *et al*. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
[30] CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

política – a que chamo ‘ecosofia’ – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões” (GUATTARI, 2012, p. 8). Assim, Guattari assume uma perspectiva ampla a respeito do ecossistema, a que nomeia de multipolaridade das três ecologias, a ela incorporando as dimensões ambientais, sociais e individuais, como um arcabouço a partir do qual se deva pensar e incidir sobre decisões relacionadas à natureza e à sobrevivência no planeta.

As críticas formuladas por Guattari vão no sentido de potencialização dos domínios humanos a partir dos controles imperiais do mercado mundial e da visão militar-industrial de subjugação dos sujeitos e do ambiente. Desse modo, sustenta ainda que há uma ruptura e manipulação das relações entre os sujeitos, uma propositada instauração de antagonismos e crises, assim como processos de singularização, de criação de individualismos egoísticos a dar ensejo aos graves problemas ecológicos.

Guattari, por fim, vai sustentar que há necessidade de uma “eco-lógica” ou nova lógica ecosófica que integre as três ecologias com uma abertura ética e processual, a partir da qual os seres humanos se territorializem, no sentido de encontrarem-se e integrarem-se a si mesmos e ao ambiente e às relações solidárias com os demais seres e a natureza (GUATTARI, 2012).

Na visão de Guattari (2012), houve um deslocamento do ser humano em relação ao ambiente, a si mesmo e à sociedade, bases da sua dimensão composta das três ecologias, asseverando, nesse sentido, sobre a necessidade de se criar uma consciência ética pautada em uma lógica ambiental que aloque o ser humano no recinto de conhecimento acerca dos equilíbrios eco-lógicos do qual se viu desterritorializado. Logo, somente a partir do compartilhamento de conhecimentos integrados e de uma nova construção política, social e cultural as crises ecológicas poderiam ter uma solução a contento.

A percepção da ecologia de forma ampla induz a uma compreensão que acolhe as perspectivas de integração dos ecossistemas e formas de vidas, os sujeitos e suas interações sociais. Trata-se, portanto, de uma visão integral dos sistemas de vida em toda a sua complexidade, dada a contingência de acoplamento e interdependência dos seres do planeta.

Destacando o sentido de Ecologia Profunda desenvolvido por Naess, Capra evidencia a compreensão de interdependência entre os indivíduos e sociedades, que se vinculam de modo necessário a fim de que seja possível e viável a completude dos processos cíclicos da natureza (CAPRA, 2006).

Cumpre destacar que, nessa perspectiva, perfaz-se uma visão ampliada da ecologia a abarcar os sujeitos, os grupos sociais e o ambiente, de modo que entre todos esses haja uma imbricação necessária, ao mesmo tempo em que dentro desses próprios grupos de indivíduos,

da sociedade e do ambiente, em si mesmos, haja interação entre seus componentes.

Ou seja, há uma conexão entre eles e entre todos a formar uma concepção de sistema, como uma rede integrada, interdependente e vital. Por isso, Capra afirma haver uma "teia da vida", que "consiste em redes dentro de redes", pelo que "ecologia é rede" (CAPRA, 2006, p. 45). E, aprofundando nesta vertente, Capra cuida de evidenciar que mais que uma visão holística, deve-se buscar uma visão ecológica, na medida em que a holística avalia e compreende a funcionalidade de um organismo em si mesmo, ao passo que a ecológica avalia o organismo em si e suas relações com outros, com o ambiente, além de avaliar os impactos a que se submete e a que dá causa (CAPRA, 2006).

Há que se observar, a partir disso, que se trata de uma questão ética a mudança da visão antropocêntrica para a visão ecocêntrica, na medida em que o que lhes diferencia e caracteriza, portanto, é a forma como a homem se conhece e conhece o Outro nessa interação relacional. Logo, quando os seres humanos se alocam em posição de centralidade e se veem acima ou fora das conexões ecossistêmicas, constitui-se, nesse contexto, uma ética de opacização do Outro, dentro de uma matriz de antropocentralidade.

Em sentido oposto, na ética ecocêntrica os seres humanos se conhecem como parte do ecossistema em relação integrativa, interdependente e voltada a uma reverência com a Terra como vivente, respeitando todas as formas de vida humanas e não humanas, como membros de uma comunidade ecológica. Assim, Leopold afirmou:

> Abusamos da terra porque a consideramos uma mercadoria que nos pertence. Quando virmos a terra como comunidade à qual pertencemos, poderemos começar a usá-la com amor e respeito. [...] O fato de a terra ser uma comunidade é o conceito mais básico da ecologia, mas que a terra deva ser amada e respeitada é uma extensão da ética. (LEOPOLD, 2019, p. 26).

O ecocentrismo, portanto, trata-se de uma racionalidade que coloca o conhecimento e o respeito pelos ecossistemas como uma matriz ética, em que a comunidade é assim entendida como formada por seres humanos e não humanos, conectados e interdependentes. Essa racionalidade não comporta balizas mercadológicas como diretriz para essa construção ecocentrada na vida e na formação comunitária em que se integrem os sujeitos, a sociedade e o ambiente.

Na contemporaneidade, há uma sociedade tecnocrática como tendência dominante, como se fosse, de modo efetivo, um fator necessário para a própria sobrevivência humana a partir do estigma de um necessário e ilimitado desenvolvimento econômico. Essa racionalidade antropocêntrica, de viés econômico, tem alienado o homem da consciência ecológica e o isolado

do resto da natureza. E, a partir dessa perspectiva, Devall e Sessions trazem os contrastes entre essa visão dominante antropocêntrica e a Ecologia Profunda. Nesse sentido, afirmam que a visão tecnocrática impõe a dominância humana sobre a natureza, pelo que veem o ambiente como recurso do homem a partir do qual se projeta crescimento material e econômico. Isso tende a estimular o consumismo e a crença no sentido de que o progresso se acopla à alta tecnologia como solução. Lado outro, a Ecologia Profunda defende a harmonia e equilíbrio entre o homem e a natureza, assim como o consumo apenas do necessário, na medida em que o ambiente não se afigura como recurso ilimitado (DEVALL; SESSIONS, 2007).

Pretende o ecocentrismo se colocar como orientação ética de conhecimento de uma comunidade multiespécie inter-relacional em que haja consciência do valor de todas as formas de vida e a importância das conexões entre seres bióticos e abióticos, de modo a colocar em centralidade a importância dos sistemas que garantam a vida saudável no planeta.

Sustentando uma crítica e eventual posicionamento antinômico em relação ao ecocentrismo, Ferry aduz que a Ecologia Profunda promove a divinização da natureza a partir da visão do próprio homem, fazendo com que haja em seu fundo uma vertente antropocentrista, pelo que deixa o seguinte questionamento: “os ecologistas profundos não estão sendo eles mesmos ‘antropocentristas’ ao pretenderem saber o que é melhor para o meio ambiente natural?” (FERRY, 2009, p. 223). Afirma ainda que o valor atribuído à natureza é dado pelo homem, sendo ele quem decide o lugar da natureza como sujeito ou como objeto, a partir da ética normativa que decide sustentar. E, assim, Ferry critica a Ecologia Profunda, na medida em que, segundo sua visão, apresenta um discurso de ódio à Modernidade e sacralização da natureza (FERRY, 2009).

O que Ferry, no entanto, deixou de considerar é que todo discurso parte da lógica e da perspectiva do narrador imbuído de autorreferencialidade e autoilustração. Ou seja, o homem quando narra, ele o faz a partir da visão primeira de si mesmo, para, depois, analisar o Outro. Essa condição autorreferencial, por si só, não induz a antropocentralidade, mas sim a condição a que o homem se coloca em relação ao Outro e à natureza. E, nesse sentido, há dimensões éticas em que o ser humano é capaz de, a partir de sua lógica e autorreferencialidade, aduzir que o homem é natureza, que deve haver integração necessária de forma sistêmica, de modo que o homem não se porta como “fora” ou “para além” da natureza, mas como “natureza em si”.

O ponto de partida do discurso não induz ao antropocentrismo inderrogável, o que levaria a crer que o homem sempre e em qualquer esfera seria o centro. Essa premissa posta por Ferry se mostra simplista. O que pretende a Ecologia Profunda, dentro de uma matriz

ecocentrista, é sustentar uma posição ética de compreensão do homem como natureza, em posição equivalente, em que se perceba a necessidade de conhecimento do Outro (seres da natureza) e o respeito ante a dimensão relacional e (eco)sistêmica em que se inserem. A partir dessa matriz, o ser humano não é colocado a escolher o que deve ou não proteger e respeitar dentro da natureza, colocando-se, lado outro, dentro de uma racionalidade ambiental em que se percebe parte da natureza. Assim, a crítica ao Ecologismo Profundo ancorada por Ferry não tem como se sustentar, por partir de premissas equivocadas dentro das quais não haveria qualquer possibilidade de se pautarem discursos de proteção à natureza.

Como leciona Porto-Gonçalves (2001), o próprio conceito de natureza não é natural, não é autogestado, mas sim decorrente e instituído pelos homens a partir de sua percepção, desaguando, portanto, em uma narrativa construída a partir da experiência, do conhecimento formulado.

E esse fato não depõe contra a ética ecocêntrica, na medida em que esta guarda relação com uma racionalidade capaz de alocar seres humanos e não humanos dentro de uma dimensão de importância (eco)sistêmica e relacional. Assim, o homem se autoreferencia, mas, dentro de uma visão ecocêntrica, só pode ser entendido a partir das relações complexas, (eco)sistêmicas e relacionais com o Outro e com a natureza.

E, neste ponto, Morin enfatiza que há uma vinculação conceitual trinária entre "organização", "sistema" e "inter-relação":

> O sistema é o caráter fenomenal e global do qual se revestem as inter-relações cuja combinação constitui a organização do sistema. Os dois conceitos são ligados pelo conceito de inter-relação: qualquer inter-relação dotada de alguma estabilidade ou regularidade adquire caráter organizacional e produz um sistema. Há, portanto, uma reciprocidade circular entre estes três termos: inter-relação, organização, sistema.
> Apesar de inseparáveis, eles são relativamente distinguíveis. A ideia de inter-relação remete aos tipos e formas de ligação entre elementos ou indivíduos, entre esses elementos/indivíduos e o Todo. A ideia de sistema remete à unidade complexa do todo inter-relacionado, às suas características e propriedades fenomenais. A ideia de organização remete à combinação das partes em um Todo que, por sua vez, intermedeia essa mesma combinação. (MORIN, 2016, p. 133).

Dentro dessa unidade complexa organizada é que se estabelece a inter-relação entre os seres humanos e a natureza, de modo que, segundo Morin, a complexidade surge da associação entre a unidade, assim considerada como o Todo, e a "diversidade", que contempla a multiplicidade. E, nesse sentido, há os seres considerados de modo único em si e dotados de singularidades, o que os torna diversos dentro de uma unidade global. Ou seja, esta unidade é constituída pelas partes, que são diversas, e que se inter-relacionam, de modo que o Todo não se reduz às partes e nem as partes podem se reduzir ao Todo. O essencial, dentro da estrutura

de complexidade, é que a organização seja capaz de construir diversidade dentro da unidade. E, desse modo, a diversidade é criada e desenvolvida pela unidade sistêmica, no sentido de que "não deve haver nenhum aniquilamento do todo pelas partes, das partes pelo todo" (MORIN, 2016, p. 157), de modo a criar o que Morin define como circuito polirrelacional. Dessa vertente, portanto, surge a proposição de Morin acerca das relações ecológicas:

> O meio é sempre formado por todos os seres que se alimentam dele; ele coopera integralmente com sua organização. Esses seres e organizações são sempre ecodependentes. Mas, por um paradoxo próprio da relação ecológica, é nessa dependência que se tece e se constitui a autonomia desses seres.
> Seres como esses só podem construir e manter sua existência, autonomia, individualidade e originalidade na relação ecológica, ou seja, na e pela dependência com relação a seu meio; dai decorre a ideia central de qualquer pensamento ecologizado: a independência de um ser vivo requer sua dependência com relação ao seu meio. (MORIN, 2016, p. 250).

O desenvolvimento de uma matriz de pensamento vincado na unidade complexa, confere, portanto, um sentido de eco-organização entre natureza e os seres humanos como diversos, dentro de suas idiossincrasias, ao mesmo tempo em que, dentro de uma visão de organização e sistema, conhece a existência de inter-relação necessária, o que evidencia sua ancoragem a uma ética ecocentrista.

Quando Ferry articula suas críticas à Ecologia Profunda, questiona a relação do ser humano com micro-organismos causadores de doenças a que o homem pretende derrotar e, assim, sustenta que essa diretriz é antropocêntrica, pelo que derrubaria a tese eucocentrista de integração (FERRY, 2009). Vale confrontar a afirmação de Ferry com a teoria da complexidade de Morin, que defende a existência de uma complementaridade entre os seres do planeta, sendo elas associações, simbioses, parasitismo, biofagias e predações. E, nem por isso, há que se colocar o homem em posição superior à natureza, já que essas inter-relações decorrem da eco-organização e, da mesma forma que se aceitam as associações e cooperações, conhecem-se as lutas pela sobrevivência de animais canibalistas e predadores, sem que isso lhes diminua a importância dentro do sistema, vez que são cogeradores de complementaridade (MORIN, 2015a).

Dentro da ética ecocêntrica, importa a visão relacional, integrativa e de conhecimento da importância entre os seres humanos, não humanos e o ambiente, independentemente do nível e da qualidade da interação que se opere entre eles. Tanto é assim, que Margulis acentuou a importância dos micróbios nos primórdios da vida no planeta, enfatizando que a evolução da vida somente se fez possível pela interação microbiológica, mesmo entre inimigos e que foi essa a base da expansão da vida (MARGULIS, 2014).

A ética racional-ecocêntrica, portanto, reverbera uma consciência pautada na assunção de uma dimensão compreensiva do outro, como diversidade, em que haja inter-relação entre seres e natureza, de forma a conhecer a importância de cada ser e suas interações sistêmicas para fins de preservação da vida no planeta. Além disso, há que se articular o contexto relacional entre a sociedade e o ambiente, sem que com isso se perca a dimensão dos sujeitos como tais, dentro de seus matizes de diversidade.

Opera-se, desse modo, uma ampliação necessária da visão ecocentrista, que poderá ser capaz de repercutir nos âmbitos de estruturação dos processos decisórios democráticos que garantirão o futuro sadio do planeta e dos seres (sobre)viventes.

Nessa diretriz, Mattei e Capra enfatizam o ecocentrismo como ruptura com a ética mecanicista moderna, como mudança de paradigma para uma visão compartilhada de responsabilidades sistêmicas e ecológicas, vincada em uma estrutura de redes de comunidades ecológicas. Dessa forma, afirmam que essas comunidades ecológicas se sustentam pela rede de relações, das quais dependem a própria comunidade e os indivíduos em dimensão de reciprocidade, dentro de um pensamento sistêmico, com ciclos de retroalimentação (CAPRA; MATTEI, 2018).

O que se evidencia, portanto, dentro da diretriz ecocêntrica é uma racionalidade ética a partir da consciência humana no sentido de interação ampla e (eco)sistêmica entre todos os seres do planeta e o ambiente, de modo interdependente, a cooperar para a continuidade das formas de vida dentro de uma dimensão comunitário-ecológica de respeito e conhecimento.

Ética e consciência são articulações humanas e, nesse sentido, a forma como o conhecimento se constrói está relacionada ao modo de pensar e interagir dos sujeitos dentro de uma vertente filosófica e epistemológica. Desse modo, cumpre avançar e analisar de que modo as correntes epistemológicas se delinearam e tem contribuído para a (des)organização sistêmica entre homem e natureza, repercutindo, por fim, em suas escolhas e formulações processuais decisórias.

3 EPISTEMOLOGIAS DECOLONIAIS COMO ALTERNATIVAS À CRISE DO CONHECIMENTO

Analisadas as vertentes ético-filosóficas que serviram de diretriz para a cosmovisão de mundo e articulação da consciência dos sujeitos, faz-se imperioso aferir as dimensões epistemológicas que têm servido de matriz para as escolhas e formulações de decisões. O estudo da epistemologia, nesse sentido, é ponto fulcral para que haja verticalização da análise das perspectivas multifacetadas que ascendem sobre a formação do conhecimento e que implicam, de modo indiscutível, nas estratégias de poder e dominação que se introjetam nas ciências, nas tecnologias e que, sobretudo, repercutem na ocultação de saberes dos sujeitos e da natureza a que se pretende invisibilizar.

Desse modo, este capítulo objetiva aprofundar na análise das epistemologias dominantes e das epistemologias decoloniais, a fim de se perquirir e buscar eventuais alternativas para a ressignificação do conhecimento e de como este se opera para que, dentro do Processo seja possível uma democraticidade legitimadora dos próprios sujeitos, da natureza e, por decorrência, das decisões.

3.1 Crítica preliminar às epistemologias dominantes e ao uso estratégico da ciência e tecnologia na contemporaneidade

"Episteme" é termo de origem grega que significa "ciência", contrapondo-se à concepção de dogmas, doxas, opiniões baseadas em senso comum. A episteme busca afastar o não-cientificismo, viabilizando possibilidades de questionamentos ao próprio conhecimento, de modo a prover avanços contínuos e progressivos, rechaçando, desse modo, o rótulo de "ciência verdadeira" (JAPIASSU; MARCONDES, 1996, p. 84-85). Nesse sentido, a epistemologia acaba por se demarcar como estudo lógico-objetivo acerca da principiologia, das hipóteses e resultantes das ciências, de modo a lhes questionar os próprios fundamentos do conhecimento (LALANDE, 1993).

O conhecimento – ou cognição – é formado pelas informações difundidas entre os seres humanos, pelas narrativas articuladas, pelas observações e experiências. Trata-se, portanto, de uma característica humana a partir da qual os sujeitos cognoscentes são, de modo ativo, dotados de capacidade de aprender, apreender e racionalizar esse saber. Da mesma forma, esse conhecimento parte da observação do que é exterior ao sujeito - objetos cognoscíveis -, que faz parte do todo que se pode ou que se busca conhecer. E, desse modo, a articulação entre o sujeito

e seu conhecimento acerca do exterior criam uma representação, um entendimento, um conceito em torno da circunstância cognitiva, que dependerá da própria leitura e interpretação que o sujeito em si faz da suposta realidade. Desse modo, conjectura-se que o conhecimento vá partir da visão dos sujeitos e o que vai repercutir, a partir daí, são as representações, as interpretações, os entendimentos formados.

Não por acaso, Japiassu argumenta que o conhecimento objetivo-científico não incorpora valores e que, supostamente, a ciência os ignora, sendo esta a razão pela qual não se fala em ética ou estética objetivas. E avança explicando que "todo conhecimento científico, embora não funde uma ética [...], funda-se numa ética, cujo critério fundamental não é o homem, mas o próprio conhecimento objetivo. E foi esta ética, da felicidade individual e do máximo conforto, que criou a ciência moderna" (JAPIASSU, 1977, p. 64).

Importa ressaltar que, conforme visto no capítulo 1 desta pesquisa, houve necessidade de se fazer uma perquirição do efeito da ética sobre o pensamento do homem, o que gerou perspectivas antropocêntricas e eurocentristas de vestes utilitaristas, assim como, de outro lado, ecocêntricas. E, neste ponto da pesquisa, é preciso compreender a relação daquelas compreensões acerca da ética sobre o conhecimento e sobre as epistemologias que se formaram.

Santos afirma que o conhecimento é processo intelectual de aprendizados construídos a partir das lutas e da ecologia de saberes, assim entendido como o reconhecimento de uma multiplicidade de saberes convergentes ou divergentes, complementares ou até contrários, mas levados em consideração para se construírem discursos de resistência contra a opressão, diante da ampliação dos diálogos pela participação da pluralidade dos sujeitos (SANTOS, 2019b).

O que se pode aferir, portanto, é que o arcabouço cognitivo tem origens diversas, sejam vincadas no empirismo ou no racionalismo, importando levar em conta o fato de que o conhecimento se forma a partir do sujeito, como suas individualidades e percepções, pelo que vai repercutir de modos diversos nas sociedades e comunidades.

A epistemologia é o estudo crítico do conhecimento científico, almejando compreender sua gênese, desenvolvimento e estruturação (JAPIASSU, 1977). Esse é o conceito usual de epistemologia, que contempla a análise de conhecimentos pautados em discursos científicos. Ou seja, não é objeto das epistemologias hegemônicas dominantes os estudos acerca dos saberes tradicionais, dos conhecimentos edificados pelas comunidades de povos originários, competindo-lhe, de modo demarcado, analisar teses e teorias formuladas no âmbito científico.

Margareth Rago (1998) alertou para a existência de vertentes epistemológicas alternativas que devem ser reconhecidas e validadas como forma de compreensão e de produção de conhecimentos que incorporem narrativas e proposições diversas, a exemplo das

epistemologias feministas. Quando produziu artigo a respeito, Rago não cogitou as epistemologias decoloniais, tendo permeado os desenvolvimentos de desconstrução de Derridá e a análise das estruturas de poder delineadas por Foucault. Ainda assim, sua construção de uma alternativa epistemológica de base emancipatória se fez presente, o que significa que nem todas as produções epistemológicas e nem todo o seu conteúdo, se mostram maculados de opressão. Com isso, o que se quer dizer é que há que se colocar em diálogo de saberes epistemologias diversas, conhecimentos e saberes plurais, a fim de se promover a construção de saberes amplificados e que sejam capazes de conduzir à emancipação.

De todo modo, é inarredável o fato de que a concepção dominante da epistemologia tem bases eurocêntricas, na medida em que a estruturação de conhecimentos científicos parte de uma segmentação que considera tão somente as construções teóricas e, assim, deixa de incorporar epistemologias capazes de questionar e analisar de forma crítica outras formas não teorizadas de conhecimento. Ou seja, as epistemologias dominantes consideram a ciência, sem perquirir formulações de conhecimentos originários não teorizados, pelo que, em alguma medida, são excludentes, elitistas, por deixar acesso somente àqueles que, de modo formal, propõem-se a formular teoricamente seus conhecimentos.

Nessa vertente, Vandana Shiva afirma que existe uma pilhagem do conhecimento, no sentido de uma ocultação ou mascaramento do conhecimento não-científico, que é desvalorizado ao ponto de ser considerado como indigno de investigação, pelo que sustenta haver uma violência contra o próprio conhecimento que se torna reducionista e incorre em um "não conhecimento" dada a seletividade a que se impõe (SHIVA, 2001).

Infere-se, portanto, que a colonialidade do saber cria uma relação sujeito-objeto, a partir da qual os subalternizados são colocados como objetos, a exemplo das mulheres, indígenas, negros e da natureza, que sofrem tanto uma colonização discursiva, quanto epistêmica, já que usurpadas as suas condições de ser, de saber e de participar (CURIEL, 2020, p. 132).

Por isso, de acordo com Leff, é preciso se articular uma nova racionalidade, diferente da racionalidade eurocêntrica de pretensão universalista. É necessário haver uma abertura a outras matrizes de pensamento, aos saberes locais, ao que nomeia de "outros mundos", onde estão alocados aqueles que estão excluídos do conceitual "civilizatório". Desse modo, Leff propõe uma racionalidade ambiental como um estatuto epistêmico em que os saberes locais componham e ética da outridade, uma política da diferença. Há em Leff uma recusa ao logocentrismo totalitário redutor do real ao conceito, propondo, assim, uma oposição ao monismo epistemológico, a partir da abertura à diversidade ontológica do real, que refuta a irredutibilidade da natureza e da diversidade à representação e ao simbólico. Há, nesse sentido,

necessidade de ampliação do diálogo com outros saberes (LEFF, 2006).

Santos considera que as epistemologias dominantes criaram um “império cognitivo”, a partir do centramento de suas análises sobre os conhecimentos científicos, mas que, apesar disso, devem as epistemologias evoluir para o que nomeia de epistemologias do Sul, incorporando o objetivo de análise dos “conhecimentos e de modos de saber não reconhecidos como tal pelas epistemologias dominantes” (SANTOS, 2019a, p. 19). Desse modo, Santos defende que as epistemologias devem encampar modos diferentes de conhecimentos, sobretudo considerando os sujeitos oprimidos e invisibilizados, que são marginalizados dos círculos de conhecimentos dominantes, pelo que evidencia a necessidade de decolonizar o conhecimento.

A abrangência acerca da concepção de conhecimento – para além do conhecimento reducionista – concebe uma abertura à construção de outras possibilidades de enfrentamento daquilo que não se conhece ou daquilo que não se permitiu conhecer, que foi ocultado de modo estratégico, com objetivo de totalizar e homogeneizar os conhecimentos para fins de padronização e controle dos sujeitos.

O que se pode aferir, desse modo, é que houve uma seletividade dentro dos critérios metodológicos da própria epistemologia, que esvaziou o objeto da disciplina ao excluir conhecimentos não científicos, ao mesmo tempo em que colocou a ciência como matriz precípua de um suposto conhecimento mais legítimo que os saberes de povos originários e tradicionais, que, pela sua tradição, não se utilizaram de cientificismos e academicismos para formular seus aprendizados e construir sua consciência.

Houve, portanto, uma dominação estratégica e providencial do conhecimento científico como violência e como forma de poder e controle. A epistemologia foi a lente a partir da qual a própria ciência foi lida e traduzida, razão pela qual as epistemologias dominantes se veem contaminadas por visões de mundo axiologizadas, tendendo a resultantes que contemplem interesses individuais capazes de comprometer os processos efetivos de aquisição de conhecimento, que sejam democráticos. Ou seja, que açambarquem os sujeitos de modo amplo, incorporando diálogos dotados de pluralismos e diversidades.

A representação ou interpretação que se formula a partir da análise dos sujeitos cognoscentes desdobra-se na formalização de um conhecimento científico que se elabora a partir de subjetivismo e individualismo. Por isso, a ciência não é neutra e esse fato traz repercussões para a epistemologia. Nesse sentido, Japiassu afirma que “um discurso sobre as ciências é um discurso em que a teoria se faz estratégia” (JAPIASSU,1977, p. 11). Assim, evidencia que a ciência é a sistematização de conhecimentos específicos e, a partir desse ponto, sustenta que a epistemologia precisa se prestar a explicitar os juízos implícitos que estruturam

os pensamentos e descobertas científicas, a fim de que se tornem evidentes.

Quando a epistemologia se enclausura em si mesma ou ainda quando deixa de compreender e exclui da análise os saberes originários e tradicionais, a própria ciência acaba por se dogmatizar, implicando em um fechamento incapaz de se articular e de se colocar numa vertente de análise ampliativa dos saberes.

Os dogmas são crenças ou opiniões detentoras de uma carga propositiva apriorística kantiana, por não perquirir os pontos de partida de formulação daquele conhecimento e, mais que isso, oculta outros conhecimentos para evitar o confronto dos saberes, de modo a colocar a proposição estratégica no "lócus" de interesse. Portanto, trata-se o dogma de um discurso de autoridade, seja ele científico ou não.

Acerca da concepção que se deve ter de "conhecimento", Japiassu sustenta que o conhecimento é um "processo" e não um estado pronto, acabado e definitivo. Assim, expõe:

> O conhecimento passou a ser considerado como um processo e não como um dado adquirido uma vez por todas. Esta noção de conhecimento foi substituída por outra, que o vê antes de tudo como um processo, como uma história que, aos poucos e incessantemente, fazem-nos captar a realidade a ser conhecida. Devemos falar hoje de *conhecimento-processo* e não mais de *conhecimento-estado*. Se nosso conhecimento se apresenta em *devir*, só conhecemos realmente quando passamos de um conhecimento menor a um conhecimento maior. A tarefa da epistemologia consiste em conhecer esse *devir* e em analisar todas as etapas de sua estruturação chegando sempre a um conhecimento provisório, jamais acabado ou definitivo. (JAPIASSU, 1977, p. 27).

Logo, pode-se aferir que a noção de "conhecimento-processo" se articula com a visão processual de formulação estruturada de decisões democráticas, na medida em que tanto a nível epistemológico, quando a nível processual, há necessidade de se ampliar a averiguação contraditorial das teorizações e dos diálogos intersubjetivos, respectivamente, para que se chegue a um conhecimento mais aproximado da verdade. Isso corresponde dizer que o "conhecimento-estado" a que se refere Japiassu (1977) é contemplativo dos dogmas e das crenças não submetidos à crítica.

Evidencia-se, portanto, a importância de se analisar a relação entre *Processo* e as epistemologias, na medida em que a forma de se analisar a gênese e a estruturação do conhecimento, vai repercutir, em um e outro caso, na formação de consciência para a tomada de decisões e para a forma como se relacionam os saberes, sejam eles teorizados ou não, para a ampliação dos diálogos edificadores de formulações decisórias.

Desse modo, cumpre verificar as epistemologias dominantes e as epistemologias decoloniais, a fim de se compreender de que modo o conhecimento se formula em uma e outra

condição, o que repercutirá na forma como as decisões, sejam elas a nível estatal ou comunitário, irão se construir.

3.2 Epistemologias dominantes

Neste ponto, cumprirá aprofundar na análise das epistemologias que traduzem o conhecimento formulado na Modernidade, em que se coloca a ética antropocêntrica como diretriz a chancelar a sobreposição da visão humana sobre o conteúdo científico e a tomada de decisões. Assim, serão aferidas as propostas epistemológicas de Bachelard, Popper, Foucault e da vertente epistemológico-crítica, de modo a se compreender em que essas balizas postas contribuem – ou não – para a ampliação cognitiva que se pretende para uma estrutura processual democrática.

3.2.1 Epistemologia histórica de Gaston Bachelard

Bachelard desenvolveu suas proposições no final do Século XIX e início do Século XX, época das revoluções científicas, que acabaram repercutindo em sua visão acerca do conhecimento, assim como das relações entre sujeito e objeto e da relação da ciência com o tempo. Bachelard presenciou mudanças radicais nos estados científicos, que acabou incorporando uma percepção dinâmica e não-imobilista das ciências, o que lhe fez detentor de uma visão voltada à ideia de tempo, pelo que sustentou ser o conhecimento uma construção do saber temporal, envolto por um devir contínuo capaz de condensar o momento vivido, já como encaminhamento para o futuro. E, dada essa contingência, para Bachelard, a ciência se configurou como movimento, como ato de construção, produção e sucessivas retificações para aproximação da verdade.

Cumpre observar que Bachelard apresentou oposição a Comte, doutrinador positivista do Século XIX, que sustentou ser a ciência uma chancela da verdade definitiva (BACHELARD, 2006b). Essa visão de Comte foi reflexo da importância que se deu às ciências experimentais durante o crescimento das sociedades industriais e do capitalismo, que depositavam nas ciências uma pretensão de imutabilidade, sem objetivo de compreender os fenômenos, mas importando tão somente prevê-los, controlá-los e dominá-los, de modo que o conhecimento científico deveria seguir a direção da ordem e do progresso (JAPIASSU, 1977).

Assim, segundo de Bachelard, a ciência se movimenta a partir de sua história, pelo que concebe o conhecimento como relativo à visão daquele momento, tendendo ao devir a partir da

busca de verdades formuladas pela assimilação de erros assumidos e retificados de forma continuada (BACHELARD, 1985).

Essa diretriz, portanto, conduz a uma compreensão de epistemologia associada à história das ciências, sendo uma teoria do conhecimento vincada em filosofia com pretensão de abertura a fatores extrínsecos à própria ciência, o que concede a Bachelard a vinculação à fenomenologia propositiva de uma verificação das coisas a partir de sua condição de real como racional.

Para a epistemologia bachelardiana, a verdade é um produto humano, pelo que se torna um obstáculo das ciências aqueles conhecimentos decorrentes do senso comum e, mais que isso, as formulações de conhecimentos de pretensões generalizantes como chancela da verdade. E, de acordo com Bachelard, os conhecimentos científicos são provisórios e não um sistema dogmático fechado, havendo incerteza ante o devir que, de modo contínuo, se perfaz.

Logo, o conhecimento sai de uma esfera de fechamento contemplativo e passa a ser compreendido como operação, como ação, na medida em que o homem atua sobre o mundo e o transforma de modo ininterrupto. Logo, Bachelard (2006a) sustentou que o progresso científico acontece a partir de rupturas com o senso comum e pré-saberes, argumentando pela necessidade de uma separação inderrogável entre conhecimento comum (saberes originários e tradicionais) e conhecimento científico, o que é a marca das epistemologias dominantes, conforme já exposto no item anterior desta pesquisa.

E, a partir desse ponto, é que desenvolveu suas compreensões acerca do que nomeia "obstáculos epistemológicos, cortes epistemológicos, vigilância epistemológica e recorrência epistemológica".

Bachelard apontou que "obstáculos epistemológicos" estão no próprio ato de conhecer e se configuram a partir de resistências opostas ao pensamento ou da inércia do próprio pensamento (BACHELARD, 2006a, p. 165). E nesse caso, argumenta que a ciência é constituída como contrapensamento capaz de superar esses obstáculos e se firmar como conhecimento válido e contínuo em sua formação. Afigura-se, nesse ponto, a passagem do pré-saber para o saber. Em Bachelard, o conhecimento científico é progressivo e tende a reorganizações contínuas, surgindo, dessa forma, o obstáculo epistemológico quando o conhecimento anterior se vê em vias de retificação pela ocorrência e reconhecimento de supostos erros. Assim, o conhecimento se perfaz como processo de construção histórica.

Nesse sentido, formulou-se a concepção de "corte epistemológico" como momento em que a ciência promove uma ruptura com sua história anterior e com suas ancoragens dogmáticas e ideológicas, de modo que não se trata de quebra imediata, mas sim de um processo sistêmico e contínuo de construção do saber (BACHELARD, 1966).

Já a vertente de “vigilância epistemológica” formulada por Bachelard aponta para um controle intersubjetivo operado pelos próprios cientistas, sendo isto o que irá corroborar para a objetividade científica. Ou seja, a objetividade da ciência parte da subjetividade do cientista que opera em vigilância para o afastamento de crenças, dogmas e ideologias, por meio de retificações contínuas. Assim, sustentou que a compreensão decorre da apreensão dos erros como método para aproximação da verdade (BACHELARD, 1966).

Bachelard (1985) pretendeu articular sua epistemologia à própria história das ciências como condição compreensiva de sua construção e desenvolvimento, de modo a vincular conhecimentos pretéritos às formulações presentes em um devir científico constante, a que nomeia de “recorrência epistemológica”. Assim, demarca sua epistemologia como compreensão do devir da ciência a partir de uma aferição vincada nos estudos históricos.

Desse modo, a fundação da epistemologia como ciência, em Bachelard, busca aporte em sua “dialética do não”, segundo a qual gera-se uma negatividade a partir de generalizações do saber, acarretando uma verdade como resultante da negação recíproca de entendimentos e opiniões. Evidencia-se, nesse ponto, o fato de que Bachelard (1985) compreende o cientista como agente inserido na ciência, como interventor nas produções científicas que com ele se confundem. Considera-se que, por isso, Bachelard tenha chancelado o pensamento antropocêntrico cartesiano, partindo daí para ampliar o sentido para considerar que o “penso, logo existo” deva se revelar como “pensamos”, de modo a defender uma ampliação da comunidade científica para ampliar o conhecimento, evitando o totalitarismo do saber. É por esse motivo que qualifica o erro como avanço que aproxima da verdade, sendo resultado de mútua aferição dos pensamentos entre os cientistas.

Bachelard critica o método cartesiano por reduzir as análises, o que contamina o resultado do pensamento objetivo, argumentando, nesse sentido, que o conhecimento objetivo só pode se formular a partir da extensão das análises realizadas. Além disso, critica Descartes por entender que ele parte de uma suposta existência de elementos absolutos, ensejando resultados com pretensão de totalidade do conhecimento e caráter de completude (BACHELARD, 1985).

No entanto, Bachelard partiu da premissa individualista cartesiana antropocêntrica e pretendeu evoluir dali para uma vertente ampliativa, ou seja, do “cogito” para o “cogitamus”, como se isso já fosse capaz de repercutir em uma esfera de ciência mais aproximada da verdade. Sua pretensão, desse modo, foi a de mitigar uma suposta pretensão de saber universal e totalizador, com a compreensão dos erros e retificação permanente para promoção de avanços a conceber uma ciência em movimento, desconectada de discursos ideológicos. Por isso,

Bachelard afirmou:

> Acreditamos que a explicação científica tende a acolher, em sua base, elementos complexos e a não edificar senão sobre elementos condicionais, não concedendo senão o título provisório [...]. Manter uma espécie de dúvida recorrente aberta sobre o passado de conhecimentos certos, eis ainda uma atitude que ultrapassa, prolonga, amplifica a prudência cartesiana e que merece ser chamada de não-cartesiana, sempre no mesmo sentido em que o não-cartesianismo é cartesianismo completado. (BACHELARD, 1985, p. 141).

De todo modo, chama a atenção em Bachelard o caráter sancionador da visão científica moderna eurocêntrica e antropocêntrica, na medida em que coloca o conhecimento científico desarticulado dos conhecimentos e saberes originários e tradicionais, desvalorizando e até mesmo desconsiderando o conhecimento comum, pelo que confessa uma ruptura consciente entre este e o conhecimento científico como marca indistinta da Modernidade (BACHELARD, 1972).

Trata-se de uma característica evidente da visão eurocêntrica que estruturou a ciência moderna, no sentido de colocar o homem como centro do pensar e ainda pelo fato de limitar o diálogo aos limites das formulações científicas, sem qualquer pretensão de ampliação dos diálogos de construção dos saberes para além das teorizações.

3.2.2 Epistemologia racional-crítica de Karl Popper

Karl Popper elaborou sua epistemologia voltada a uma “filosofia das ciências”, a partir da detecção de problemas, submissão dos mesmos à testificação por meio da concorrencialidade de teorias, o que repercute na eliminação de erros e aproximação da verdade. Foi considerado um dos precursores da democracia liberal, tendo se firmado como opositor das proposições articuladas pelo Círculo de Viena, ao positivismo lógico e à filosofia da linguagem.

Sua oposição ao empirismo lógico, sobretudo às concepções de Carnap, decorreu do fato desta matriz pretender uma unidade da ciência e o desenvolvimento de um método científico uniforme, de modo a criar uma blindagem contra eventuais erros. Ou seja, a Escola de Viena buscou um conhecimento absoluto e homogeneizante, a partir da delimitação das linguagens empíricas e da descrição exata e inarredável das metodologias das ciências, almejando, desse modo, a fixação de critérios de verdade e de critérios de sentido com o fito de reduzir o conteúdo do conhecimento a formulações observáveis, ou seja, da verificação e da justificação da realidade. O que o empirismo lógico buscava era a confirmação de uma suposta realidade (JAPIASSU, 1977).

O Círculo de Viena buscou a singularidade da ciência por meio de seu empirismo lógico e, assim, Popper ofertou críticas ao que entendeu serem os dois problemas fundamentais do conhecimento: a indução e a demarcação. Criticou a indução por estabelecer verdades a partir de teorias apoiadas em dados observacionais limitados, pautados em uma fenomenologia de mera verificação e justificação. Partindo do argumento de regresso ao infinito de Hume, Popper afirmou que "toda tentativa de generalização indutiva cai em um círculo vicioso" (POPPER, 2013b, p. 39).

Essa generalização já havia se operado desde Kant, com sua visão experiencial apriorística, que deixou de analisar outras perspectivas diante da realidade que se põe como verdade. Assim, Popper formulou críticas aos juízos apriorísticas, sustentando que os juízos precisam se operar a posteriori, a partir do embate entre teorias científicas a fim de se aferir a teoria mais resistente. Os indutivistas trabalham as teorias científicas a partir de critérios de probabilidade, o que é criticado por Popper que sustentou o potencial de submissão das teorias à testificação para tentar falseá-las, aproximando-se, desse modo, da verdade (POPPER, 2013b).

Popper evidencia ainda o problema da demarcação entre conhecimentos científicos e a metafísica dos conhecimentos não-científicos. Articula o princípio da demarcação da ciência a partir da falseabilidade a que submete teorias rivais, refutando a teoria menos resistente. Ou seja, os enunciados das ciências devem submeter-se à análise e testificação, pelo que rechaça o intuito de mera verificação operada pelos empiristas lógicos em sua vertente experiencialista (POPPER, 2013a).

Em sentido oposto, Popper seguiu a vertente do racionalismo crítico falsificacionista, defendendo que as teorias são conjecturais, temporárias e hipotéticas, na medida em que, a partir do confronto entre teorias rivais, opera-se uma testificação capaz de negar a teoria menos resistente, falseando-a, e aproximando-se da verdade pela aferição da teoria mais próxima da realidade. Logo, para Popper (2009) importa a concorrencialidade teórica, de modo a falseá-las e não objetivando demonstrar, verificar e justificar a própria teoria como afirmação de verdade.

A atitude de disposição de ouvir argumentos críticos e de proceder a uma testificação por meio do embate entre teorias é o que Popper (2009) vai entender como "racionalismo crítico". A razão e a linguagem argumentativa são típicas dos seres humanos, embora não lhes sejam natas. A divergência e a solução de processos devem-se resolver através da racionalidade, com a utilização da linguagem argumentativa (discurso crítico).

Para a teoria popperiana, os problemas são solucionados sempre pelo método da experiência e erro. Dessa forma, Popper (2009) explica que usando "P" para problema, "TS"

para soluções experimentais e "EE" para eliminação de erro, descreve-se a sequência evolucionário fundamental de eventos, dessa forma:

P → TS → EE → P

A partir deste ponto, surge um segundo problema, que, em geral, é diferente do primeiro e é resultado de situação nova, que pode ter surgido em razão de soluções experimentais tentadas e da eliminação de erro que as controla. Assim, o esquema deve avançar no seguinte sentido:

P1 → TS → EE → P2

Há que se concluir, portanto, que P2 é mais próximo da verdade que P1, pois pela testificação, buscou-se a eliminação de erros, reduzindo, assim, os níveis de incerteza. É desse modo, portanto, que se encaminha à objetividade científica, segundo Popper (2009), diante da possibilidade de submeter as teorias científicas à prova. Assim, afirma:

> O uso que faço dos termos "objetivo" e "subjetivo" não difere do de Kant. Ele usa a palavra "objetivo" para indicar que o conhecimento científico deve ser *justificável*, independentemente de capricho pessoal; uma justificação será "objetiva" se puder, em princípio, ser submetida à prova e compreendida por todos. [...] Ora, eu sustento que as teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, mas que, não obstante, são suscetíveis de se verem submetidas à prova. Direi, consequentemente, que a *objetividade* dos enunciados científicos reside na circunstância de eles poderem ser *intersubjetivamente submetidos a teste*. (POPPER, 2013a, p. 41).

Popper argumentou que a objetividade científica parte da crítica intersubjetiva que se faz pelo controle mútuo dos argumentos e das discussões que passam por uma validação. Assim, o que confere objetividade à ciência é o crivo da crítica que se opera sobre as conjecturas ofertadas à análise.

O conhecimento objetivo, portanto, de acordo com Popper, padece do problema corpo-mente, que é o que os cartesianos nomeiam de problema corpo-alma. E para Popper, os corpos físicos pertencem ao mundo 1 (M1), ao passo que os estados mentais compõem o mundo 2 (M2). E os percalços para se atingir um conhecimento objetivo ladeiam as transposições entre estes dois mundos (M1 e M2), entre o físico e o mental, de modo a criar uma estrutura de conhecimento dualista e limitada. Assim, surge a perspectiva pluralista popperiana, quando sugere a estruturação do mundo 3 (M3), que seria o mundo em que se projetam as construções e formulações da mente humana e é onde residem a crítica e o conhecimento. Esses mundos (M1, M2 e M3) não são estanques e interagem entre si como um sistema intermediado, sendo

a linguagem o caminho para o mundo 3 (POPPER, 2009).

Assim, Popper faz a análise da linguagem e explica que a linguagem humana transcende a linguagem animal, dividindo as funções da linguagem em inferiores e superiores. Inferiores são aquelas que homens e animais possuem e superiores são as que somente o homem as possui. Com relação às funções inferiores, a linguagem, enquanto forma de comportamento, tem sintomas e expressões (função sintomática ou expressiva da linguagem), que é inerente à linguagem dos animais e do homem. Por sua vez, o homem, exclusivamente, é dotado das linguagens descritivas e argumentativas, que, segundo Popper, são de maior importância para o raciocínio e racionalidade e "a função argumentativa da linguagem não só é a mais elevada das quatro funções [...], mas foi também a última delas a evolver. Sua evolução tem sido estreitamente ligada à de uma atitude argumentativa, crítica e racional" (POPPER, 1999, p. 217).

A argumentação crítica tem influenciado o homem a pensar racionalmente e contribui, dessa forma, para o desenvolvimento do método da experiência e eliminação de erros, o que dá ensejo à busca da verdade (em contraposição à falsidade) e ao uso da argumentação crítica, que confere validez.

Com relação à busca da verdade, esta sempre foi perquirida pela filosofia e pela ciência. Assim, Alfred Tarski, partiu da teoria de senso comum, compreendendo que a verdade é a correspondência aos fatos (ou com a realidade). Assim, uma teoria somente seria verdadeira se correspondesse exatamente aos fatos. É a teoria da verdade como correspondência, sendo essa correspondência aos fatos vinculada ao senso comum. Popper, no entanto, avança a partir da teoria de Tarski, entendendo que qualquer teoria da correspondência deve-se pautar em metalinguagem, ou seja, numa linguagem que possa discutir as expressões de uma linguagem-objeto sob investigação (POPPER, 1999). Tarski chama essa busca do sentido intrassignificativo de "metalinguagem semântica".

Acerca da relação entre episteme e devir, em "De Nuvens e Relógios – Uma abordagem do problema da racionalidade e da liberdade do homem", Popper utiliza a representação da nuvem, que se relaciona ao devir, e do relógio, que se vincula à ideia de episteme e ensina:

> Minhas nuvens pretendem representar sistemas físicos que, como gases, são altamente irregulares, desordenados e mais ou menos imprevisíveis. Admitirei que temos à nossa frente um esquema ou arranjo em que uma nuvem muito perturbada ou desordenada é colocada à esquerda. Na outra extremidade de nosso arranjo, à direita, podemos colocar um relógio de pêndulo, muito digno de confiança, um relógio de precisão, com o intento de representar sistemas físicos que são regulares, ordeiros e de comportamento altamente previsível. (POPPER, 1999, p. 194).

A precisão do relógio representa a ideia de episteme (certeza), enquanto a nuvem, pela alta dispersão e volatilidade, remete à ideia do devir (incerteza). A tensão existente entre a episteme e o devir surge da necessidade de se eliminar erros (incerteza do devir) na busca da verdade (certeza – episteme). Popper busca resolver o problema corpo-mente de Descartes, partindo de Compton e colocando o problema da influência do significado sobre o comportamento. A busca pela episteme em Popper, como aproximação da verdade e do conhecimento, decorre da racionalização do conhecimento operado por meio da crítica. Desse modo, Popper assume que a racionalidade do homem não é intrínseca, devendo ser realizada a partir de atitude crítica frente aos problemas submetidos à sua aferição, com o objetivo de eliminação de erros (POPPER, 2009).

Analisando as epistemologias bachelardiana e popperiana, há que se considerar alguns pontos de convergência entre elas. Ambas pretendem se vincular ao racionalismo a partir da ruptura com o empirismo lógico positivista, pelo que sustentam a inexistência de uma verdade absoluta e a provisoriedade do conhecimento que busca, cada vez mais, uma aproximação da verdade. Tanto Bachelard, quanto Popper, buscam partir do racionalismo para a experiência, ao passo que o empirismo faz o contrário, partindo da experiência para uma suposta razão.

Bachelard argumenta uma operação construtiva do conhecimento pelo primado teórico do erro, a partir de retificações sucessivas, e Popper articula uma epistemologia de eliminação de erros pela via da concorrencialidade teórica. Por tudo isso, a epistemologia de Popper se aloca dentro de uma matriz de racionalidade-crítica, partindo sempre de formulações teorizadas para a construção de conhecimento.

3.2.3 Epistemologia arqueológica e genealógica de Michel Foucault

A epistemologia de Michel Foucault apresenta duas vertentes, tendo sido criada a epistemologia arqueológica e, posteriormente, a genealógica, sem que entre elas tenha havido uma ruptura, mas sim um desenvolvimento do método.

A epistemologia arqueológica diz respeito à análise acerca da formação do conhecimento dentro de um contexto espaço-tempo, enquanto a genealógica tem espeque no entendimento de que o homem está vinculado à sua condição de existência e à sua história.

O ciclo da epistemologia arqueológica se iniciou em 1961, a partir da obra “História da Loucura” e teve como marco final o ano de 1969, com a publicação da obra “Arqueologia do Saber”. Já o ciclo da epistemologia genealógica tem sua abertura a partir da publicação da obra “Vigiar e Punir”, em 1974.

A epistemologia foucaultiana se distingue das demais, sobretudo, por ter se ocupado em compreender a forma como a aquisição de conhecimento acontece em cada época. Ou seja, para as vertentes epistemológicas de Foucault o fator temporal, relacionado à época experienciada, traz repercussões sobre o conhecimento adquirido. Além do mais, em Foucault, a epistemologia não abarca somente conhecimentos científicos, mas também aqueles saberes incorporados a partir das vivências, importando que tenham repercussão nas formas de controle e poder. Os discursos são resultantes da lógica de pensamento de uma época, a partir dos influxos operados sobre as estruturas políticas, econômicas e culturais. Cumpre, então, analisar cada uma das vertentes epistemológicas referenciadas.

3.2.3.1 Epistemologia arqueológica

Nessa diretriz epistemológica, Foucault propôs um estudo de arqueologia das ciências humanas, tendo, para isso, formulado o "triedro dos saberes" a partir do qual é criado um espaço tridimensional de conhecimentos racionais e científicos, pela articulação de três eixos. O primeiro eixo compreende as matemáticas e ciências exatas, o segundo eixo é composto pelas ciências da vida e ciências da linguagem e o terceiro eixo pertence à filosofia (FOUCAULT, 1999).

Combinando esses eixos de dois em dois, surgem três planos. O primeiro plano articulado pelas matemáticas e ciências exatas e pelo eixo das ciências da vida e da linguagem cria o plano das matemáticas aplicadas. O segundo plano formado pelas matemáticas e filosofia cria o espaço da Formalização do Pensamento. Por sua vez, o terceiro plano compreende o eixo das ciências da vida e ciências da linguagem com a filosofia, formando o plano das ontologias regionais.

E, para Foucault, as ciências humanas estão fora desses eixos e desses planos, sendo o volume dessas três dimensões, como se comportasse todos os eixos e planos estando fora deles, mas os englobasse a partir da conexão com o saber.

A visão de Foucault a respeito da epistemologia é vincada em uma perspectiva eurocêntrica moderna, na qual as ciências humanas correspondem a uma resultante dos demais conhecimentos científicos. Assim, vai analisar a formulação dos conhecimentos a partir da história, dentro de uma matriz arqueológica em que se busca a aferição do pensamento dentro de uma época específica, como se fossem arquivos do saber, de modo a compreender os meandres da aquisição de conhecimento naquele dado momento, desde sua gênese, analisando-se o lugar dessa ciência, o seu espaço dentro daquele contexto temporal. Ou seja, para a

epistemologia arqueológica de Foucault o espaço-tempo importa para a aferição do sistema de conhecimento.

O que pretendeu Foucault, nessa vertente, foi evidenciar o contexto histórico da formulação do conhecimento, que faz sentido dentro daquele determinado contexto e não visto em sua perspectiva histórica geral e conglobante. Assim, o que se analisa é um ponto do espaço-tempo, em que se marcam e demarcam as mudanças na estruturação do conhecimento. E, nesse sentido, Foucault explica que para a epistemologia arqueológica importa a questão do ser humano, de sua consciência, da origem do conhecimento e do sujeito, no ponto em que se estruturam não como um método de análise histórica, mas de uma análise do objeto do conhecimento dentro daquele momento (FOUCAULT, 1987).

Se é assim, a arqueologia admite uma mudança de conceito, de princípios e de objetivos a cada momento em que a análise se realiza, de modo que o conhecimento é passível de mutação. Nesse contexto arqueológico, interessa a Foucault a análise do discurso que constrói o conhecimento (FOUCAULT, 1987). E, a partir dos anos 70, passa a adotar a perspectiva genealógica, segundo a qual a análise do discurso em si perde o foco e dá lugar à observação das estruturas de poder sobre o conhecimento, importando aferir de que modo as condições políticas, econômicas, sociais e históricas implicam na gênese e na forma do pensar.

3.2.3.2 Epistemologia genealógica

A epistemologia genealógica de Foucault não significa um abandono da epistemologia arqueológica, significando, lado outro, sua continuidade pela utilização de métodos diferentes. Assim, enquanto na arqueologia a análise do conhecimento se faz a partir de um recorte dentro de um espaço-tempo, na genealogia a averiguação do conhecimento se faz dentro do contexto presente considerando sua gênese como resultante de articulações de poder que se estruturam para moldar o pensamento, sendo o sujeito manipulado a partir de técnicas de poder e de saberes formulados de modo estratégico.

Para tratar a genealogia, Foucault partiu do que chamou de “saberes sujeitados”, assim entendidos como aqueles saberes desabonados de critérios de cientificidade, vistos como saberes ingênuos e elaborados de forma não criterioso ou metodológica, assim como categoriza os “saberes das pessoas”, a que considera um saber local, comum, sem pretensão de consolidação ou unanimidade. A possibilidade de consideração dessas duas esferas do saber foi entendida por Foucault como saber histórico das lutas, delineando uma genealogia como sendo o acoplamento desses conhecimentos (FOUCALT, 2010), o que não deve ser considerado como

um posicionamento anticientífico, mas de reconhecimento das discursividades locais dos saberes dessujeitados.

E é neste ponto que Foucault apresenta o desenvolvimento de suas vertentes epistemológicas da arqueologia para a genealogia, indicando que "a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem" (FOUCAULT, 2010, p. 11).

Para Foucault, dentro dessa matriz genealógica, a episteme não se configura como uma teoria científica dominante, mas é formatada por sistemas e estruturas de vários discursos em uma determinada época. Thiry-Cherques explica:

> A episteme é a articulação de múltiplos sistemas e estruturas em oposições, distâncias, relações de múltiplos discursos científicos. É o paradigma segundo o qual se estruturam, em uma determinada época, os múltiplos saberes, que por esta razão compartilham, a despeito de suas especificidades e dos diferentes objetos, determinadas formas e características gerais. A episteme é epocal: os diversos saberes de uma época se articulam em torno de e a partir de um *a priori* (a condição de possibilidade destes saberes, como na representação da Idade Clássica). (THIRY-CHERQUES, 2010, p. 225).

É importante destacar que, a partir dessa noção de episteme, como um arcabouço de saberes que incorpora as articulações de uma época, Foucault desenvolveu o sentido de "dispositivo". Esse desenvolvimento acabou por culminar no abandono da própria episteme e na adoção da perspectiva de dispositivo como concepção mais abrangente a incorporar os discursos e as estratégias de controle, dominação e poder.

A partir disso, os saberes de uma época se disseminam por meio de instituições postas para controlar os sujeitos e manipular a construção do pensamento, a exemplo da escola, da igreja, da própria família, do Estado, do cárcere, dos hospitais (FOUCALT, 1977).

Há toda uma estruturação voltada à formulação de decisões tendentes a emoldurar o conhecimento, criando controle sobre ele e os sujeitos. Assim, os dispositivos são mecanismos de controle e manipulação dos sujeitos e do corpo social, podendo se configurar nas instituições, nas normatizações, e ainda se concretizar por meio de técnicas e práticas de dominação. Nesse sentido, Foucault (2021) afirma que os discursos e instituições são arquitetados como aparato de controle e dominação, assim como as decisões e leis se voltam a este mesmo fim.

Foucault analisa os dispositivos também os entendendo como aparatos, mecanismos políticos, institucionais, econômicos, estatais ou não, capazes de criar um aparelhamento ideológico de poder sobre os corpos. Foucault promove, nesse sentido, uma análise da

genealogia do poder e de como os sujeitos são alocados nessa estrutura em que as instituições ditam as regras e as formas de conhecimento para exercício do controle. O que importa, nessa toada, é a verificação de como o sujeito se constrói a partir do conhecimento posto, do conhecimento dado pelas instituições de poder.

Assim, Foucault pretende evidenciar a relação intrínseca entre conhecimento e poder, dentro de uma estrutura de genealogia do próprio poder, que cria e controle o saber. E, assim, afirma que "o poder produz saber [...], não há relação de poder sem constituição correlata de um campo do saber, nem saber que se suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder" (FOUCAULT, 2014, p. 30).

A partir da genealogia do poder, Foucault ressalta que a construção do saber extrapola a episteme e se configura como resultante da institucionalização do poder, que tem inúmeras formas e ramificações, estando presente de forma disseminada nas mais diversas relações sociais e estatais (FOUCAULT, 2008).

Logo, dentro de uma perspectiva foucaultiana, todo o saber e conhecimentos científicos se moldam de acordo com direcionamentos feitos por instituições e relações sociais com pretensão de exercício de poder, pelo que se poderia aferir que o conhecimento, em geral, teria um conteúdo estratégico de controle e de dominação. Por isso, Foucault parte da episteme e chega aos dispositivos ou aparatos a partir dos quais o poder se consolida, sendo evidenciada, portanto, a inevitável relação operada entre conhecimento e poder, pelo que o estudo da epistemologia, dentro de suas várias vertentes, ganha importância para a desconstrução dos discursos de manipulação.

Acerca do que se pode entender por conhecimento e verdade, Foucault mostra que esses podem se alterar de acordo com o discurso que se constrói de modo estratégico como mecanismo. A história é uma narrativa construída e, assim, afirma que "o próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história" (FOUCAULT, 2011, p. 8).

Logo, pela perspectiva foucaultiana, tanto o conhecimento como a própria verdade são determinações estratégicas formuladas pelo homem a partir dos discursos, assim entendidos como estratégias ou jogos linguísticos. Para Foucault, a história surge da narrativa, sendo a partir daí desenvolvidos os direcionamentos do conhecimento ou, dito de outro modo, o conhecimento é moldado, construído, posto de acordo com as regras do jogo e estratégias, pelo que afirma haver duas verdades, sendo uma delas a história da verdade tal como ela se faz e a outra é a verdade formada (FOUCAULT, 2011). Para esse delineamento, Foucault parte da obra de Nietzsche, que busca analisar o sujeito como formação histórica, pelo que afirma ser o

conhecimento uma invenção, assim como o ideal, que não é algo originário, mas sim inventado e produzido por mecanismos de controle (NIETZSCHE, 2009).

Partindo desse ponto, é que Foucault vai alterar o curso de seu entendimento que parte da episteme para dispositivos, ao sustentar o conhecimento como sendo produzido por mecanismos estratégicos, articulando ainda que não faz parte da natureza humana, não sendo instintivo e nem natural, mas sim formatado e disseminado para fins de dominação.

3.2.4 Epistemologia crítica

Analisadas as principais vertentes epistemológicas contemporâneas, há que se evidenciar o surgimento da epistemologia crítica, decorrente de questionamentos e conjecturas formulados pelos cientistas, acerca do alcance, articulações e resultados das pesquisas e desenvolvimentos.

Portanto, o objetivo da epistemologia crítica é voltado a interrogar a própria ciência, tendo como base a percepção de que as ciências possuem responsabilidade social e, neste sentido, há que se averiguar de que modo a ciência e a técnica repercutem no domínio e no uso (ir)racional dos recursos naturais, no uso dos desenvolvimentos tecnológicos pelas sociedades industriais e na incidência sobre as sociedades de consumo.

A epistemologia crítica questiona o sentido de verdade e o significado efetivo da ciência, que tem se portado como suposto poder onipotente pela sacralidade ciência-técnica-indústria (JAPIASSU, 1977). E, assim, o conhecimento tem se apresentado como técnica de dominação, como política eivada de neutralidade e sujeita a ideologias diversas. Por isso, afirma-se que a ciência moderna é condicionada e determinada pela produção teórica de um saber dominante peculiar às sociedades comerciais, industriais e técnicas, estruturadas, sobretudo, para a dominação e exploração da natureza e para o controle e manipulação das sociedades de massas (JAPIASSU, 1985).

A ciência e a tecnologia têm se revestido de caráter quantificador, voltado a métricas, eficiência e obtenção de resultados visando aumento de produção ou de produtividade, sem perquirir, em muitos casos, acerca dos impactos para a natureza, para as sociedades e para os seres humanos[31].

[31] A respeito de como a visão de eficiência capitalista tem se introjetado nas diretrizes do Direito Processual Civil, Ovídio Baptista afirmou que "o 'mundo dos conceitos' com que laboram os estudantes de Direito Processual Civil, separa-se do 'mundo dos fatos'. A separação entre o direito dos sábios que habitam a universidade e a 'falsa ciência dos rábulas', de que já tivemos notícia, tem gloriosos ascendentes. O direito abstrato servindo ao ideário da eficiência capitalista." (BAPTISTA, 2004, p. 81).

Há um poder na ciência, capaz de direcionar tomadas de decisão, sejam elas políticas ou econômicas, o que corrobora para os vieses dos cientistas que podem direcionar os resultados de suas pesquisas. Nesse sentido, Japiassu sustenta que a ciência se articula entre o saber e o poder, tendo um papel fundamental nos processos de industrialização e no desenvolvimento econômico:

> Com a industrialização, a prática científica mudou de escala como que de natureza. O tempo da "ciência acadêmica", autônoma e livre, foi pouco a pouco dando lugar a uma ciência dependente do Estado ou da indústria. [...] Houve uma invasão da vertigem do quantitativo. A pesquisa foi absorvida na espiral do crescimento. [...] está hoje subordinada a instâncias burocráticas que são estranhas à atividade "racionalizante". E as tomadas de decisão não estão mais submetidas a uma regulamentação propriamente científica. (JAPIASSU, 1977, p. 144-145).

De acordo com esta vertente epistemológica, a neutralidade e a objetividade estão sendo afastadas da produção científica, criando-se, desse modo, uma tensão entre o saber e o poder. Não por acaso, Rita Segato (2021, p. 18) indica que "toda escolha teórica é política", na medida em que repercutirá na hipótese e no resultado das pesquisas e das proposições elaboradas. Isso reforça a necessidade de que matrizes diferentes, conhecimentos diversos e saberes plurais sejam colocados em diálogo, a fim de que haja a objetivação pela via da ecologia dos saberes que devem ser tidos como complementaridades e não, de modo necessário, como diretrizes oposicionais.

É sobre este aspecto que incidem as observações e perquirições da epistemologia crítica, que aposta na existência da tecnocracia como ideologia capaz de colocar a técnica acima da ciência, como se aquela criasse um âmbito de veracidade e chancelasse os tecnocratas para a tomada de decisões a partir dos dogmas por eles exaltados. Essa diretriz tecnocrática promove um fechamento epistemológico, na medida em que os experts acabam dando a última palavra, sem que haja ampliação das críticas acerca dos saberes que compuseram aquela construção do conhecimento. A crítica que se formula, neste ponto, é no sentido de inexistir um método objetivo e racional para direcionar a tomada de decisões a partir dos conhecimentos e das técnicas consolidados.

O que a epistemologia crítica preconiza é que não existe uma única ciência, mas existem ciências, em suas diversas áreas de construção do conhecimento, sem que constituam, com isso, um arcabouço definitivo do saber. Ou seja, as ciências estão, de modo contínuo, operando hipóteses e averiguações com o objetivo de se aproximar da verdade, que não se fecha enquanto tal como absoluta. Por isso, a epistemologia crítica admite que possa haver a existência de eventuais erros nas proposições e conclusões científicas, o que produz avanço no conhecimento,

a partir da reformulação das hipóteses aventadas.

Há conjecturas acerca da relação entre conhecimento, ciência, técnica e racionalidade. Weber fez uma análise acerca da racionalidade e das técnicas de dominação e, assim, mencionou que há alguns tipos de dominação e analisou o que lhes confere legitimidade. Afirmou, para isso, que não há dominação voluntária e que há uma crença na legitimidade. Nesse sentido, apontou que um dos tipos de dominação é a de caráter racional, assim compreendida como a dominação que se legitima por meio das ordens emanadas e do direito de mando daqueles a quem a ordem jurídica conferiu essa prerrogativa. De todo modo, o que Weber evidencia é a necessidade de uma estrutura técnico-burocrática que dê guarida à dominação legal e à dominação racional e, por isso, afirmou que a "administração burocrática significa dominação em virtude de conhecimento; este é seu caráter fundamental especificamente racional" (WEBER, 2015, p. 147). Aventou-se, neste ponto, a relação entre dominação e conhecimento como bases de racionalidade. Ou seja, para Weber, o que confere racionalidade é a dominação operada, sendo essa visão um paradoxo ao que se articula como conhecimento e ciência.

Habermas, em sua obra "Técnica e ciência como ideologia", almejou formular crítica ao conceito de racionalização desenvolvido por Max Weber, sustentando, por sua vez, que referido conceito apresenta estreita vinculação à perspectiva econômica capitalista de modo a chancelar essa diretriz. Além disso, Habermas argumentou que a ciência e a técnica foram idealizadas como legitimadoras da dominação por Weber, pelo que Habermas sustentará a necessidade de reformulação do conceito (HABERMAS, 2014).

Essa articulação de Habermas tem aderência às matrizes desenvolvidas por Marcuse, segundo o qual a racionalização de Weber apresenta, de modo oculto, a busca de legitimação para dominação política. Além disso, Marcuse argumenta que a técnica, sob o véu da racionalidade, tem pretensão de dominação da natureza e dos sujeitos, razão pela qual sustenta que ciência e técnica não são neutras e, ao contrário, imiscuem-se com a pretensão de desenvolvimento econômico (MARCUSE, 2015).

Habermas enfatizou ainda que Marcuse torna evidente que aquilo nomeado de racionalização por Weber não tem racionalidade, mas sim uma intenção obscura de dominação política, compondo, portanto, um arcabouço ideológico vincado nos discursos técnicos e científicos (HABERMAS, 2014. p. 76).

Não por acaso, Marcuse defende que a técnica, como mecanismo ideológico de dominação, incide sobre a forma como se relaciona com a natureza e com os seres humanos, havendo, de modo inevitável, a visão técnica e capitalista da natureza como objeto, como

recurso a ser explorado para fins desenvolvimentistas. Desse modo, como alternativa, Marcuse propõe uma visão fraterna voltada ao reconhecimento de subjetividade aos seres da natureza ao invés de negar-lhe esse direito sob o argumento de impossibilidade de comunicação (MARCUSE, 2015).

Ainda sob a perspectiva de uma epistemologia crítica que questione a construção do conhecimento e a relação entre sujeito, consciência e ciência, Zemelman sustentou o desenvolvimento das ciências sociais com a consideração dos momentos históricos em que atravessam, entendendo que o conhecimento se forma a partir das mutabilidades históricas que trazem implicações para a realidade e para o entendimento. Assim, para Zemelman os processos constitutivos da cognição dos sujeitos têm uma dimensão de incidência das dinâmicas que se operam no plano de realidade sócio-histórica (ZEMELMAN, 1987). Portanto, prescreve um olhar crítico a questionar a própria construção do conhecimento a partir da dimensão dos sujeitos e de sua relação com a realidade em que se inserem, ou, melhor dizendo, com o contexto histórico em que se alocam.

O que pretende é aferir a consciência dos sujeitos acerca da própria existência, do sentido do sujeito. E mais que isso, Zemelman (2002) pretendeu perquirir a relação existencial entre os sujeitos e a história, verificando as lógicas e mecanismos de dominação que permeiam essa relação, a exemplo das tecnologias, que podem ser capazes de deslocar os sujeitos de suas posições de protagonismo, colocando-os como meros coadjuvantes orquestrados pelos poderes dominantes.

O ponto central da epistemologia crítica de Zemelman é a tese de que o conhecimento se adere à necessidade de consciência dos sujeitos da sua própria condição como tal e dos impactos sobre sua transformação e sobre a transformação que promovem (ZEMELMAN, 2002). Logo, a vertente da epistemologia crítica tem a pretensão de pensar o conhecimento dentro de sua formação vincada em critérios que envolvem os sujeitos, os mecanismos de dominação circundantes e a forma como o saber, a ciência e a técnica vêm trazendo repercussões na reprodução do próprio conhecimento.

Neste sentido, há como ponto de partida o conhecimento de não neutralidade e não imparcialidade dos conhecimentos e das ciências e ainda o conhecimento de que as técnicas desenvolvidas na ciência moderna e contemporânea, de modo recorrente, tem se prestado a fins de desenvolvimento econômico dentro de uma visão capitalista, com aderência frequente aos interesses mercadológicos, industriais e militares. A percepção formulada pela epistemologia crítica é no sentido de que a ciência e a tecnologia não mais se fazem desacopladas de interesses, sejam eles econômicos ou políticos.

Concluídas as análises acerca das principais epistemologias tradicionais contemporâneas, cumpre avançar e averiguar as chamadas epistemologias decoloniais, que alteraram, em definitivo, as balizas epistemológicas para além da visão cientifica, conforme será averiguado. Não bastasse isso, há que se analisar de que modo as epistemologias decoloniais poderão incidir sobre aspectos de formulação de decisões decorrentes de articulações entre os sujeitos processuais.

3.3 Epistemologias decoloniais latino-americanas

As epistemologias decoloniais propõem ruptura da ética vincada na Modernidade de matriz eurocêntrica, construtora de uma visão deturpada e que opaciza as subjetividades e os saberes não-eurocêntricos. A decolonialidade almeja, portanto, o repensar e o realocar dos sujeitos desalojados do lugar de fala e de escuta, propondo, desse modo, uma abertura aos saberes dos povos invisibilizados como condição de existência e condição para legitimação e ampliação do conhecimento.

Desse modo, por necessidade de um recorte metodológico, optou-se por analisar as epistemologias decoloniais latino-americanas, a exemplo da Pedagogia do Oprimido, da Teoria da Libertação, da Colonialidade do Poder e da Epistemologia Ambiental.

As mencionadas epistemologias decoloniais fortalecem um discurso comum de enfrentamento das estruturas de dominação impostas e, sobretudo nesse ponto, são complementares e reforçam as premissas em que se sustentam e se articulam, não se perfazendo como excludentes umas das outros.

Desse modo, aponta-se como alternativa a criação de arcabouço lógico-racional de conhecimento dos sujeitos como legitimados dentro do sistema, com o condão de apontar, de forma abrangente, uma ética da alteridade, em que haja necessidade de interação e integração entre os seres e a natureza.

3.3.1 Pedagogia do oprimido de Paulo Freire

Freire (1977) formula proposição defendendo a análise da existência humana a partir da formação da consciência e do conhecimento e, dentro da vertente crítica, aponta para a dinâmica social estruturada na dominação estratégica das consciências por uma pedagogia opressora imposta pelas classes dominantes. Nesse sentido, sustentou que interesses de grupos específicos operam opressão sobre os sujeitos que se desumanizam ante a própria ausência de liberdade

para formação do conhecimento, este que deve se pautar em uma educação libertária e desmitificada.

Para Freire (1977), a conscientização é liberdade para decidir, tendo os sujeitos como autores e protagonistas de sua própria história, pelo que sustenta uma alfabetização no sentido mais amplo possível a abarcar a efetiva construção do conhecimento, assim como a incorporação plena dos sujeitos à sua existência e à sua história que deixa de ser narrada pelos dominadores e passa a ser escrita pelos sujeitos. Trata-se, portanto, do que nomeia "educação como prática da liberdade", a partir da alfabetização como conscientização vincada na epistemologia decolonial da pedagogia do oprimido. Essa alfabetização como tomada de consciência crítica veio delineada por Freire ao afirmar:

> A alfabetização é mais do que o simples domínio psicológico e mecânico das técnicas de escrever e de ler. É o domínio dessas técnicas, em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. É comunicar-se graficamente. É uma incorporação.
> Implica, não uma memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas, desgarradas de um universo existencial – coisas mortas e semimortas - mas numa atividade de criação e recriação. Implica numa autoformação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto. [...]
> Por isso, a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador. (FREIRE, 1977, p. 111).

A alfabetização é compreensão complexa que suplanta técnicas de leitura e escrita. Ela exige, para muito além disso, a efetiva condição humana de aprendizado, de construção do conhecimento e de ganho de perspectiva crítica, capacidade de problematização e de proposição, criação e recriação, que vá repercutir em transformação pelo desvelamento do mundo, de si e do outro. Freire enfatiza, portanto, "o processo de alfabetização pela conscientização" (FREIRE, 1977, p. 112).

Nesse ponto, a pedagogia do oprimido coloca a crítica como ponto fulcral para a conscientização como prática e, a partir daí, abre-se azo à possibilidade que adquirem os sujeitos de descodificar e romper com os simulacros articulados pelas estruturas de poder dominantes. Ou seja, a descodificação se faz pelo ganho de consciência crítica, balizada pela objetivação, a partir da qual a metodologia de codificação-descodificação viabiliza aos sujeitos a construção da própria significação de mundo e de seu contexto existencial, desamarrada de um contexto que lhes é imposto, mas sim formado pela compreensão de sua condição e de sua vivência. Desse modo, formam-se os juízos e significações a partir da consciência e da narrativa dos sujeitos alfabetizados e aptos para assumir sua própria história.

A epistemologia freiriana introduz um método de alfabetização amplo, a incorporar uma

compreensão de construção crítica do saber, a partir das vivências e do sentido autêntico da condição humana em que os sujeitos se inserem. Em sua obra “Cartas à Guiné-Bissau”, Freire narra suas experiências como educador e sobre a construção do conhecimento crítico nos processos de alfabetização e, assim, sustentou, dentro de uma visão epistemológica:

> O conhecimento do conhecimento anterior, a que os alfabetizandos chegam ao analisar sua própria prática no contexto social, lhes abre a possibilidade a um novo conhecimento: conhecimento novo, que indo mais além dos limites do anterior, desvela a razão de ser dos fatos, desmitificando, assim, as falsas interpretações dos mesmos. (FREIRE, 1978, p. 29).

O que se busca pelo método proposto por Freire é, portanto, sair da mera reprodução dos sistemas, das palavras e do pensamento posto de modo abstrato e sem coerência com a narrativa dos sujeitos, que, ao contrário, devem ser os pensantes e instituidores da lógica discursiva decorrente de sua vivência e de sua aferição crítica ensejadora de ampla conscientização acerca de si e de sua relação com o mundo.

A desumanização preocupou Freire, que a reconheceu não apenas do ponto de vista ontológico, mas também histórico, na medida em que há a constante usurpação do que nomeia “ser mais”, assim compreendido como o fato do homem poder se compreender em sua incompletude e ter a oportunidade libertária de buscar questionar e adquirir conhecimento de forma crítica, desmitificada e sem imposições de narrativas de poder. Assim, Freire assimila a desumanização a uma violência do opressor que busca o “ser menos”, o homem distorcido e fragilizado submetido às estruturas de poder (FREIRE, 2019).

A proposta de Freire, nesse sentido, é o resgate da humanidade, o que segundo ele só pode ocorrer pela consciência que o homem adquire a respeito da sua providencial desumanização pelos opressores. De acordo com Freire, a pedagogia do oprimido orienta a libertação pela efetiva práxis na busca do conhecimento pela reflexão e crítica formulada pelos oprimidos que se engajam na luta pela humanização. Há, no entanto, um fator paradoxal e dificultador dessa busca por uma epistemologia libertária, a que Freire evidencia:

> Há algo, porém, a considerar nesta descoberta, que está diretamente ligado à pedagogia libertadora. E que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por luta, tendem a ser opressores também, ou subopressoras. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se formam. [...] O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela “imersão” em que se acham na realidade opressora. “Reconheceram-se”, a este nível, contrários ao outro não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos polos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com seu contrário. (FREIRE, 2019,

p. 44).

Há, portanto, a adesão do oprimido ao opressor, como se outra alternativa não restasse aos sujeitos oprimidos a não ser a subjugação e o medo de verem-se libertos para alcançarem o desconhecido por meio de suas consciências. O discurso do opressor é dotado de cinismo, na medida em que busca justificar a estrutura de poder como inerente ao sistema, naturalizando a desumanização.

Freire (2019) afirma haver uma "prescrição", segundo a qual se impõe uma narrativa alienante pelo opressor capaz de se hospedar na consciência do oprimido, que, por sua vez, reproduz os discursos sem que, antes, passem por críticas e desconstruções capazes de desvelar a violência oculta contida na narrativa do opressor. Assim, as prescrições servem como dispositivos estratégicos para que o opressor mantenha o controle sobre o oprimido, ditando as regras a serem cumpridas como imposição unilateral, na medida em que as prescrições são colocadas, dadas e não deliberadas por aqueles a quem pretendem atingir.

Neste ponto, cabe analisar a relação existente entre as narrativas de poder e o processo decisório como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza. E, partindo das prescrições a que se refere Freire, aventa-se relacioná-las com as decisões desprocessualizadas, ou seja, as decisões formuladas ante a ausência de observância às garantias fundamentais do contraditório, ampla argumentação e que visem, ao final, a construção de decisões racionalmente fundamentadas. Para que o processo democrático se perfaça, há que se considerar a ampla e efetiva participação dos sujeitos que, ao final, serão os afetados pela decisão e que, por esse motivo, são interessados em sua formulação.

Ocorre que essa decisão não pode ser apenas performática, mas, lado outro, necessita ser efetiva. A participação-emancipação dos sujeitos processuais exige uma condição de que estes, de modo inexorável, tenham consciência e conhecimento acerca do tema discutido, do objeto da ação, a fim de que essa participação não seja apenas formal, mas emancipatória. A efetividade do processo, assim entendida como observância a direitos e garantias fundamentais, necessita da ampliação discursiva que vá comportar uma cognição para além da formalidade e que esteja entranhada na análise crítica dos sujeitos de modo a lhes garantir a conscientização necessária à articulação dos argumentos que serão componentes da decisão.

As prescrições a que Freire se reporta para demonstrar a violência epistemológica e processual sobre os sujeitos oprimidos somente podem ser evitadas se as decisões forem produzidas a partir de bases constitucionais, dentro das quais se perfaça uma participação consciencial efetiva, que seja capaz de repercutir em uma ampliação cognitiva tal que vá

resultar em decisões democráticas efetivas.

Cumpre, então, avançar nas análises de Freire no ponto em que verifica a relação da objetividade para o desenvolvimento da crítica. E, nesse sentido, afirmou que não há como se antagonizar ou dicotomizar objetividade e subjetividade, na medida em que, de acordo com seu entendimento, não há objetividade sem subjetividade. Para Freire, a objetividade se perfaz a partir da crítica instalada sobre pontos que se visa questionar e analisar e a subjetividade, por sua vez, diz respeito à compreensão do homem no mundo. Ou seja, não há como se formular crítica sem o homem, que, de modo inevitável, traz os influxos de sua visão de mundo (FREIRE, 2019). Além disso, Freire adverte para o perigo de se consubstanciar objetividade com objetivismo, ao mesmo tempo em que se deve atentar para a diferença entre subjetividade e subjetivismo. Portanto, Freire esclarece:

> A objetividade dicotomizada da subjetividade, a negação desta na análise da realidade ou na ação sobre ela, é *objetivismo*. Da mesma forma, a negação da objetividade, na análise como na ação, conduzindo ao subjetivismo que se alonga em posições solipsistas, nega a ação mesma, por negar a realidade objetiva, desde que esta passa a ser criação da consciência. Nem objetivismos, nem subjetivismo ou psicologismo, mas subjetividade e objetividade em permanente dialeticidade.
> Confundir subjetividade com subjetivismo, com psicologismo, e negar-lhe a importância que tem no processo de transformação do mundo, da história, é cair num simplismo ingênuo. É admitir o impossível: um mundo sem homens, tal qual a outra ingenuidade, a do subjetivismo, que implica homens sem mundo.
> Não há uns sem os outros, mas ambos em permanente integração. (FREIRE, 2019, p. 51).

Freire busca desarticular a visão ingênua de que a objetividade se desvincula, de modo absoluto, da subjetividade. Assim, afirma que não há objetividade sem se considerar que há subjetividade, na medida em que são os homens dotados de consciência e capacidade crítica que demarcam as matrizes de objetividade. O que, de acordo com Freire, precisa ser rechaçado é o subjetivismo, já que este acopla visão individualista, solipsista e totalizadora, que desconsidera a necessidade de ampliação de visão e de discursividade. Por isso, a objetividade aloca-se na consciência crítica, enquanto a subjetividade se perfaz a partir da práxis dessa busca pela conscientização a partir da crítica. Daí a razão pela qual sustenta a interação necessária e dialética entre objetividade e subjetividade. A formação de consciência crítica, assim, é a forma de objetivação transformadora da realidade pela práxis.

Logo, Freire sustenta que não adianta a existência de crítica sem ação, de uma crítica estanque ou crítica potencial, já que isso se constituiria em um estado de imersão no qual os oprimidos se veem impotentes dentro da realidade opressora (FREIRE, 2019).

A pedagogia do oprimido de Freire, assim, afigura-se como uma proposta

epistemológica decolonial, na medida em que formula um método para se entender o conhecimento e a necessidade de conscientização, dentro de uma visão em que se entende o lugar em que os sujeitos oprimidos estão alocados, o que vai exigir deles, do ponto de vista objetivo, uma formulação crítica de desvelamento do mundo da opressão e, de outro lado, em nível subjetivo, exige uma práxis de libertação, com exercício da intersubjetividade capaz de resgatar o humanismo e transformar a realidade.

Por conseguinte, a pedagogia do oprimido busca pensar o homem, em sua integralidade, como transformador do mundo, reconhecendo que há um nível de objetividade, onde se instala a crítica de desvelamento, de questionamento e desconstrução do mundo posto a partir das prescrições dos opressores, em que os oprimidos passam a compreender as amarras que lhe foram impostas e buscam se libertar. É neste ponto que a objetividade se integra à subjetividade, já que a libertação exigirá uma práxis, uma ação de afastamento dos mitos e obscuridades, com a implantação de ações transformadoras.

As amarras opressoras prendem-se, sobretudo, no poderio econômico que detém. Por isso, Freire sustenta que "o dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que, para os opressores, o que vale é 'ter mais' e cada vez 'mais', à custa, inclusive, do 'ter menos' ou do 'nada ter' dos oprimidos" (FREIRE, 2019, p. 63). Os interesses econômicos sobre todas as vertentes da existência humana, incidem sobre a vida, o trabalho, os costumes, sobre o conhecimento e ainda sobre a ciência e a tecnologia.

E, assim como a epistemologia crítica denuncia a articulação de interesses que há em torno das diretrizes da científicas e tecnológicas, Freire corroborou deste entendimento partindo dos estudos realizados por Marcuse[32] e sustentou que ciência e tecnologia vêm sendo usadas para controle e manutenção de poder da ordem opressora (FREIRE, 2019). Desse modo, aventa-se a hipótese de não neutralidade dessas estruturas que deveriam buscar o conhecimento de modo objetivo, crítico, com o desvelamento do sistema. Mas, ao contrário, ciência e tecnologia têm servido para dar guarida ao sistema de opressão que se opera sobre as massas de sujeitos subjugados.

Assim, partindo da epistemologia freiriana, propõe-se a pedagogia do oprimido a partir da qual, por meio da conscientização, torna viável uma atuação humana voltada à libertação e transformação do conhecimento construído pelo diálogo crítico e libertador. Neste ponto, Freire

[32] Para ilustrar o entendimento de Marcuse acerca da relação de dominação operada pela tecnologia, este acentua que "a dinâmica incessante do progresso técnico se tornou permeada de conteúdo político, e o Logos da técnica tem sido transformado no Logos da servidão contínua. A força libertadora da tecnologia - a instrumentalização das coisas – se transforma em um grilhão da libertação; a instrumentalização dos homens." (MARCUSE, 2015, p. 165).

evidencia sua aderência ao estudo realizado pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto e explica que a palavra “conscientização” foi criada em 1964, por professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, do qual fazia parte Vieira Pinto. E, assim, Freire explicou:

> Essa tomada de consciência ainda não é a conscientização – esta constitui o desenvolvimento crítico daquela. Logo, a conscientização implica que se passe da esfera espontânea de apreensão da realidade para uma esfera crítica, na qual a realidade se oferece como objeto cognoscível e na qual o homem assume um posicionamento epistemológico. (FREIRE, 2016, p. 56).

Portanto, a conscientização exige a crítica operada, com problematizações e questionamentos da realidade prescrita, assim entendida como sendo o objeto cognoscível que se pretende desvelar para apreensão do conhecimento, o que faz com que a conscientização crítica se oferte como matriz epistemológica.

Neste ponto, Vieira Pinto alicerça seu entendimento no sentido de que a consciência crítica busca, vincado em objetividade, aferir fatores e condições que determinam a realidade como objeto cognoscente, por meio de uma análise epistemológica. A objetividade, para Vieira Pinto, é a marca dominante da consciência crítica, na medida em que o ato do conhecimento se faz independente do pensamento dos sujeitos e suas impressões, mas sim a partir de análise realizada por esses sujeitos por articulações lógicas (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 22).

Assim, assegura que se indagam a legitimidade, os motivos, procedimentos e articulações em torno da representação do real, objetivando se analisar a extensão das ações, os fatores que a condicionam, com aferição de significações e seus fundamentos. Assim, afirma:

> A consciência crítica [..] é problemática por natureza. Porque postulando a existência de condições configuradoras, se obriga a empreender a descoberta e o inventário delas, a examinar como agem, e até que ponto esta ação a constrange, levando-a a uma representação onde se refletem aquelas influências. (VIEIRA PINTO, 2020a, p. 90).

De acordo com Freire, há esvaziamento da crítica quando há a imposição da narrativa unívoca do opressor por meio de prescrições, domesticações e, sobretudo, por meio da educação que se importa somente com a introjeção de conteúdos prontos e acabados para os oprimidos, como se estes fossem meros recipientes nos quais se depositam programações e grades curriculares a que não se perquirem. Trata-se do que Freire (2019, p. 79) nomeia de “concepção bancária da educação como instrumento de opressão”.

Essa concepção cria o alheamento dos sujeitos a partir de sua objetificação pela ausência de pensar, ausência de crítica e criação de obstáculos à conscientização. Nesta hipótese, os

opressores são educadores, narradores de discursos conteudistas, sujeitos ativos da mecânica, enquanto os oprimidos são objetos, recipientes nos quais se depositam conteúdos aderentes aos interesses do opressor. Para Freire, a educação bancária é servil às estruturas de poder que almejam manterem-se intangíveis e fortalecidas pelo esfacelamento dos oprimidos.

Cumpre enfatizar o que Freire nomeia "humanização em processo", senão como libertação autêntica, como práxis para a transformação, a partir da relação dialógica operada entre sujeitos cognoscentes e entre o objeto cognoscível, instalados em um ambiente em que se opere a construção do conhecimento pela crítica, pelo desvelamento e que resultem em ação apta a superar as contradições postas pelas estruturas de poder. Nesse caso, educador e educandos são sujeitos do processo, edificadores de conhecimento em comunhão e dialógico pela prática problematizadora e pela investigação crítica.

Assim, Freire (2019, p. 97) afirmou que deve haver "a superação do conhecimento no nível da doxa pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá no nível do logos". O que, segundo ele, faz com que os sujeitos saiam da *imersão* e busquem a *emersão* – no sentido de emergir, sentido de emergência -, que decorre de sua consciência crítica acerca da realidade desvelada.

Para o estudo objeto da presente pesquisa que compreende o Processo, é simbólico que Freire se utilize da expressão "humanização em processo" e "transformação em processo". Freire assim o faz no sentido de que há uma construção e um uma transformação contínua em busca do desvelamento da realidade, da aquisição de conhecimento que precisa se manter aberta, sem fechamentos, livre de dogmas e apta às críticas problematizadoras que levem à libertação dos sujeitos. Estes sujeitos, por sua vez, devem atuar de modo dialógico, com ampliação permanente dos diálogos, capazes de levá-los a formular suas próprias decisões e não somente aceitar o que lhes é posto ou depositado. A pronúncia do mundo e das palavras apenas pelos opressores priva os sujeitos oprimidos do diálogo, cala-lhes a voz, e aliena-os da ação, de modo a sucumbirem, assim, no que Freire (2019, p. 108) denuncia como ativismo, pois "nega a práxis verdadeira e impossibilita o diálogo".

Faz-se necessário aferir a compreensão de "diálogo" formulada por Freire, que ultrapassa o entendimento de mera interação intersubjetiva ou conversa. Parte, assim, da premissa de que a dialogicidade é a diretriz da educação libertária e coloca a **palavra** como uma relação entre ação-reflexão que resulta da práxis. Nesse sentido, a palavra dita, sem que se afigure em efetivo exercício crítico seria uma palavra sem ação, o que se configura em mero verbalismo, já que não corroboraria para a desalienação dos sujeitos. Assim, a humanização faz-se possível pela "pronúncia" do mundo, de suas vivências e conscientização pela crítica, pela ação transformadora que efetiva o direito dos homens à própria existência. Assim, Freire

enuncia:

> O diálogo é este encontro de homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. [...] o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.
> Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.
> Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua. [...]
> É um ato de criação. [...] A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens. (FREIRE, 2019, p. 109-110).

Infere-se, portanto, que, nesse contexto, o diálogo compreende-se como construção solidária, generosa e amorosa e só existirá, de modo efetivo e honesto, se se romper com as assimetrias do conhecimento e com a participação íntegra em que os sujeitos consigam se posicionar e expor seus posicionamentos fundados em construções cognitivas legítimas, despidas de dogmas e mitos, que o levem à emancipação.

A assimetria do diálogo comporta ausência de conhecimento de si e do mundo, assim como participação precária dos sujeitos que apenas formalmente se integram à formulação decisória. A participação não pode ser performática, mas precisa sim ser efetiva e emancipatória, com sujeitos críticos e conhecedores dos temas em voga[33].

Freire afirma que o diálogo, de modo necessário, tem origem na crítica e gera criticidade. Assim, assegura que o diálogo é comunicação pautada na existência de simpatia entre os sujeitos, no sentido de reciprocidade na fala e na escuta, além de amor, humildade, esperança, fé e confiança (FREIRE, 1977). A partir daí, Freire (2019) desenvolveu a Teoria da Ação Dialógica compreendida como teoria de co-laboração, a partir da qual os sujeitos atuam de forma comunitária para pronunciar o mundo e promover sua transformação pela desmitificação da realidade prescrita por ações anti-dialógicas.

[33] Há grupos excluídos das formulações dos discursos e narrativas, que acabam sendo invisibilizados durante os processos de participação. No entanto, as estruturas de poder utilizam-se de técnicas falaciosas e performáticas, para mascaram uma suposta inclusão e emancipação dos sujeitos, quando, em verdade, estes continuam a ser engendrados nos artifícios opressores. Foi o que aconteceu no Brasil, por exemplo, com a simulada abolição da escravatura. Conforme explica Abdias Nascimento, a violência operada contra os negros se reproduz ainda, tendo sido a abolição apenas um ato jurídico que não correspondeu, de modo fático e efetivo, à inclusão do negro nas estruturas decisórias. Não houve a inclusão das narrativas afro-diaspóricas, havendo ainda uma prática racista e excludente. Assim, Abdias Nascimento criou o termo "quilombismo" para identificar o movimento em busca da construção de uma solidariedade entre os negros espalhados em todo o mundo, configurando-se ainda como proposição de luta e resistência, em defesa da liberdade e da dignidade das comunidades e movimentos diaspóricos africanos. (NASCIMENTO, 2019).

Analisando-se os processos decisórios democráticos, nesse contexto, aventa-se o repensar das estruturas dialógicas e de novos fundamentos para a participação dos sujeitos processuais, ante a necessidade de existência de consciência crítica desses sujeitos para que participem em efetiva simetria e alcancem a emancipação. Isso porque, conforme Freire (2019, p. 113) assegurou, "falar [...] em democracia e silenciar o povo é uma farsa". Não há aderência entre democracia e ausência de consciência crítica dos sujeitos processuais, ou, dito de outro modo, diálogo exige, de modo indiscernível, uma crítica operada sobre o objeto cognoscível.

Freire ainda afirma que quando o homem se submete às prescrições e deixa de participar da tomada de decisões, há uma "acomodação", um "ajustamento" à situação posta. E, para sair desse espiral da ignorância, passando de **homem a sujeito**, deve haver sua "integração". Ou seja, a integração deve ser almejada como forma de operar a realidade vivida, transformando-a de modo ativo sem subjugação, mas sim pela integração e comunhão. Os sujeitos não podem ser marginalizados das órbitas decisórias, sob pena de desumanização e objetificação de si mesmos. A busca, portanto, deve ser pela "integração" dos sujeitos para que atuem de forma crítica e consciente nas formulações de decisões (FREIRE, 1977, p. 42-43).

Para apreensão crítica acerca do objeto cognoscível, Freire desenvolveu a metodologia das temáticas significativas, balizada pela dialogicidade da educação libertadora e vincada na construção de conhecimento através do exercício crítico operado sobre temas geradores, coletados dentro de um universo temático (FREIRE, 2019). Dito de outro modo, um universo temático contempla a integralidade de vivências e compreensões de mundo dos sujeitos. Estes sujeitos, por sua vez, como agentes ativos de construção do próprio conhecimento, mediatizados pelo mundo e pelos educadores, destacam temas significativos (ou temas geradores) para investigação por meio de uma metodologia conscientizadora de apreensão do conhecimento e abertura à crítica. Os temas geradores são destacados e escolhidos a partir de situações-limite que são reconhecidas como ameaças ao desenvolvimento ou como situações de precarização humana. Trata-se, portanto, de uma situação existencial concreta que precisa passar pelo processo de descodificação, que é a análise crítica voltada ao desvelamento, à desconstrução do mundo (im)posto e prescrito.

Cumpre destacar que na esfera do universo temático mínimo há inúmeros temas geradores em interação contínua e, pela metodologia conscientizadora de Freire (2019), parte-se da premissa de que situações existenciais são postas de forma codificada como uma representação articulada daquilo que se quer evidenciar e como cortina daquilo que se pretende ocultar. O que a epistemologia freiriana pretende é a descodificação, que se opera pela aferição crítica da situação-limite como situação existencial.

A descodificação, portanto, implica na análise do abstrato ao concreto, assim como do concreto ao abstrato, de modo a descontruir e desvelar os sentidos ocultados pela representação posta em cena. Essa metodologia induz a uma necessidade de participação efetiva dos investigadores, assim compreendidos como todos os sujeitos do processo, que participam para a apreensão do conhecimento e conscientização crítica, o que corrobora para a perspectiva emancipatória de ganho de democraticidade.

Por isso, Freire (2019, p. 140) afirma que "investigadores profissionais e povo, nesta operação simpática, que é a investigação do tema gerador, são ambos sujeitos deste processo". Assim, a metodologia investigativa dos temas geradores articulados a partir das situações-limite tem como imperativo a conscientização, que se adquire pela práxis dialógica desveladora e descodificante como ascendência do ato cognoscente.

A epistemologia freiriana consolida o entendimento de que o conhecimento se elabora de forma crítica e objetiva por meio da descodificação dos sentidos e do questionamento dos pontos de partida de situações-limites, o que é realizado pelos sujeitos processuais, agentes e transformadores, que atuam guiados pela consciência crítica. Ao apontar que investigadores e o povo são sujeitos do processo, Freire amplia o espaço dialógico comportando, de modo efetivo e legítimo, todos os sujeitos, conferindo, assim, repercussão no campo democrático já que viabiliza a emancipação pela participação abrangente.

Por isso, a epistemologia desenvolvida por Freire evoca a educação como prática libertária, o que se faz pelo método de descodificação e desvelamento das estruturas de poder postas, levando os sujeitos a agirem ativamente na construção da sua autonomia e do seu conhecimento crítico. E mais que isso, a "pedagogia" de Freire deve ser entendida como observância plena da dialogicidade, pelo que assegura que "o diálogo, como encontro dos homens para a 'pronúncia' do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização" (FREIRE, 2019, p. 184-185). Ou seja, os sujeitos aprendem sobre si e sobre o mundo, assim como formulam suas decisões, a partir da comunhão de saberes, da partilha, da desconstrução e recriação de sentidos para o mundo, o que se faz em co-laboração com o outro, em uma visão plural que emerja da própria conscientização que se faz pela crítica.

Há, portanto, relação iniludível entre a epistemologia de Freire e o Processo. Freire não desenvolveu suas proposições para o Processo, mas estas servem para pensarmos o Processo, em perspectiva democrática, relacionando-o com a necessidade de alfabetização e conscientização crítica, assim como o reconhecimento da necessidade de descodificação das prescrições articuladas pelas estruturas de poder.

Freire, vincado nos desenvolvidos de Vieira Pinto, destacou que a consciência é ponto

fulcral para o ganho de democraticidade, ante a abertura para que se opere o desvelamento e descodificação das prescrições. Essas prescrições, que comportam toda a normatização (im)posta e que, portanto, não as legitima, decorrem da ocultação de interesses de parte dos sujeitos. A ruptura com essa violência se faz por meio do ganho de **cons-ciência** crítica.

Aqui houve a opção de grafar **cons-ciência**, com o objetivo de evidenciar o sentido que se pretende conferir à compreensão da palavra. Os prefixos latinos "co-", "com-" e "con-" significam companhia, concomitância e simultaneidade. E ciência tem o sentido lato de saber, de conhecimento, podendo ser ele um saber técnico ou não. Assim, quando se diz sobre "cons-ciência", aponta-se para um conhecimento amplificado, um saber conglobante capaz de abarcar todas as estruturas do saber, sejam eles saberes originários, saberes tradicionais ou teorizações científicas, assim como saberes técnicos. Desse modo, convergindo para uma análise crítica e descodificante das prescrições, que abarque a dialogicidade entre os sujeitos processuais de modo amplo, aventa-se resultar em ganho democrático, diante da ampliação participativa em conscientização crítica.

Desse modo, o Processo como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza, precisa incorporar a dimensão epistemológica de efetiva ampliação cognitiva e participação consciencial crítica e emancipatória dos sujeitos, a fim de que se desgarre das amarras meramente formais em que os sujeitos não são, de modo real, representados por aqueles a quem se dá voz.

3.3.2 Teoria da Libertação de Enrique Dussel

A Teoria da Libertação de Dussel desenvolve-se como uma epistemologia decolonial pautada na racionalidade ético-crítica, voltada à análise do sistema de eticidade a partir das vítimas. O pensar decolonial desta teoria decorre do fato de se analisar as vítimas como sujeitos excluídos dos processos de participação, o que lhes aloca em situação marginal.

Dussel (2012) afirma que a racionalidade ético-crítica é vincada em três razões, sendo elas: material, formal e de factibilidade. A razão material traduz a dignidade dos sujeitos, enquanto a razão formal reconhece que as vítimas são excluídas do sistema, o que impossibilita que ajam em sua própria defesa. Já a razão de factibilidade pressupõe as engrenagens do sistema produtor de morte das vítimas.

A Teoria da Libertação parte do reconhecimento das vítimas, a quem, de modo formal, permite-se viver, mas que tem negada a sua dignidade como sujeitos, impedindo, portanto, que participem do discurso e da construção de narrativas. E, dentro de uma visão de alteridade,

Dussel (2012) sustenta a necessidade de se conhecer a vítima e assumir por ela uma responsabilidade no sentido de que todos se incorporem como sujeitos autônomos, fazendo-se necessário enxergar o "outro" dentro do sistema posto e como agente do processo de libertação.

O princípio ético-crítico da Teoria da Libertação traz um aspecto nomeado "ético-crítico negativo". Este, por sua vez, significa que não basta o (re)conhecimento do outro, havendo necessidade de se assumir responsabilidade do outro como outro, em uma ética solidária e sensível de assunção das diferenças. Nesse sentido, Dussel afirma:

> Os que agem ético-*criticamente* re-conheceram a vítima como ser humano autônomo, como o Outro *como outro* que a norma, ato, instituição, sistema de eticidade, etc., ao qual se negou a possibilidade de viver (em sua totalidade ou em algum de seus momentos); de cujo re-conhecimento simultaneamente se descobre uma corresponsabilidade pelo outro como vítima, que *obriga* a tomá-la a cargo diante do sistema, em, em primeiro lugar, criticar o sistema (ou aspecto do sistema) que cause a vitimação. (DUSSEL, 2012, p. 380).

Em continuidade, a Teoria da Libertação compõe-se também por um aspecto "ético-crítico positivo", cuja premissa é a articulação da responsabilidade como crítica, como busca de transformação das causas que ensejam a configuração da vítima enquanto tal (DUSSEL, 2012, p. 382-383). O contexto do aspecto ético-crítico positivo envolve uma práxis de transformação por meio da crítica operada sobre o modo de viver das vítimas do sistema, o que sugere a desconstrução da ordem posta, para fins de recriação solidária de sistemas futuros capazes de comportar o desenvolvimento da vida humana por comunidades autorresponsáveis.

Para que se opere a libertação como razão, Dussel aponta para a necessidade de se conferir validade à crítica e validade aos discursos para o desenvolvimento da vida humana. E nesse ponto de proposição de uma razão crítico-discursivo para uma Ética da Libertação, traz os ensinamentos de Freire acerca da necessidade de se promover a conscientização dos sujeitos e de uma dialogicidade intersubjetiva apta a criar e recriar uma consciência ético-crítica de aprendizagem contínua, que aloque os sujeitos como protagonistas (DUSSEL, 2012).

Essa proposição, portanto, levou Dussel a perquirir acerca da Ética do Discurso vincada no caráter relacional intersubjetivo para se ancorar numa formulação negocial válida e, para isso, considera a necessidade de existência e sobrevivência de uma comunidade de interlocutores, assim como da participação dos mesmos em simetria. Todavia, Dussel reconhece a existência de uma comunidade de excluídos do discurso, considerando ser inevitável essa exclusão, na medida em que não é possível a participação de toda a comunidade, nem mesmo por representação, o que considera uma exclusão não intencional, mas real e configuradora de contradição intrínseca (DUSSEL, 2012). Desse modo, há uma percepção de

que as participações dos sujeitos em sua integralidade não se mostram como condição real, inviabilizando, desse modo, a simetria almejada.

Assim, a Teoria da Libertação parte do reconhecimento da assimetria dos sujeitos, que se perfazem vítimas do sistema excludente de que (não) fazem parte, o que faz com que seu ponto de partida seja o próprio reconhecimento da exclusão e da opressão, como pretensão de libertação pela tomada de consciência crítica e do reconhecimento do outro como diferença, ao mesmo tempo em que se assume responsabilidade pelo mesmo, o que vai conferir, então, uma dimensão ético-crítica.

Dussel (2012, p. 425) oferta como proposição, portanto, para seu projeto de libertação, tanto a tomada de consciência das vítimas, quanto a participação das mesmas nos processos decisórios de modo que haja lugar de fala e abertura à escuta do outro, o que nomeia de "consciência ética do sistema". Há que se ter consciência, a princípio, da necessidade de conhecimento do outro e de entendê-lo como oprimido-excluído do sistema em uma matriz de solidariedade e responsabilidade pelo descobrimento da vítima encoberta, de seu desvelamento como sujeito, para que se dê início ao projeto de libertação. Daí o surgimento de uma razão crítico-discursiva.

Em seu projeto libertário, Dussel (2012, p. 465) assume que há necessidade de simetria para que os discursos sejam válidos, mas que essa simetria não pode ser pressuposta ou fictícia, de modo que se deve reconhecer a "aporia inevitável em que cai a Ética do Discurso: a argumentação pressupõe entre os participantes uma simetria que é impossível empiricamente". A saída sustentada pela Ética da Libertação foi, em primeiro lugar, partir do reconhecimento de que há vítimas e oprimidos em posição de assimetria em contraposição à comunidade hegemônica, e, após, que esses sujeitos excluídos se reconheçam a assumam a responsabilidade de formarem uma comunidade crítico-simétrica capaz de buscar sua própria libertação. Assim, o que a Teoria dusseliana propõe é tanto um processo de conscientização ético-crítica, solidária e intersubjetiva, que, em comunidade de vítimas, criem um espaço-tempo no qual seja viável o engajamento crítico-discursivo de validade. Nesse sentido:

> O critério crítico discursivo de validade, então, consiste na referência à intersubjetividade das vítimas, excluídas dos acordos que as afetam (que as alienam em algum nível de sua existência real). Podemos assim descrever provisoriamente este critério crítico discursivo de validade da seguinte maneira: alcança-se a validade crítica quando, tendo constituído uma comunidade as vítimas excluídas que se re-conhecem como distintas do sistema opressor, participam simetricamente nos acordos sobre o que lhes toca, sustentando além disso que esse consenso crítico se fundamenta por argumentação racional e é motivado por cossolidariedade pulsional. (DUSSEL, 2012, p. 468-469).

Nesse ponto, os sujeitos excluídos do sistema, dentro do processo comunitário de busca de consciência ético-crítica, precisam questionar as razões de sua exclusão de modo a entender os mecanismos ensejadores da assimetria. Logo, faz-se necessário em primeiro lugar, reconhecer a vitimização, a assimetria e, no segundo momento, desenvolver alternativas transformadoras pela abertura à formação comunitária de discursos válidos.

Com isso, a Teoria da Libertação busca desenvolver uma procedimentalidade democrático-crítica, anti-hegemônica, que propõe a formação de estruturas aptas a garantir a participação simétrica daqueles sujeitos que se reconheceram dentro do sistema como excluídos (DUSSEL, 2012). Ou seja, há que se levar em consideração a necessidade de existência do "aspecto negativo do princípio crítico discursivo de validade", qual seja, o reconhecimento da vítima como tal, assim como a existência do "aspecto positivo", que é a atitude transformadora em si, de engajamento e busca de construção de narrativas decorrentes da ampliação dos discursos.

Aprofundando acerca das tarefas discursivas da comunidade crítica, Dussel apontou para a necessidade de duas tarefas. A primeira tarefa seria a elaboração de uma crítica científica evidenciada pela razão crítica desconstrutiva, no sentido de desvelamento do sistema (im)posto, tendo essa vertente o mesmo sentido daquele propugnado por Freire acerca da descodificação. Por sua vez, a segunda tarefa da comunidade crítica seria a projeção criativa para fins de recriar o sistema dentro de uma perspectiva que vá se configurar como resultante das proposições formuladas dialogicamente pelos sujeitos. Daí decorre a matriz de demarcação da Teoria da Libertação, que se utiliza do método ético-crítico, para evidenciar a necessidade de diálogo entre a ciência e a comunidade, o que resultará no que nomeia de "consciência crítico-cotidiana ilustrada", a trazer uma construção autorreferencial e democrática pela ampliação discursiva operada (DUSSEL, 2012, p. 473-475).

Daí decorre a proposta epistemológica da Teoria da Libertação de Dussel (2012, p. 476), que delineia uma "articulação orgânica como espiral ascendente do militante-perito", de modo a envolver uma cossolidariedade entre ciência e os sujeitos vitimizados, para que, assim, haja a diagnose dos problemas, a incidência da crítica com o ganho de consciência e, após, a possibilidade de atuação transformadora pela comunidade. Desse modo, forma-se uma ação "em espiral", cuja dinâmica tem como ponto de partida a comunidade de vítimas que interpela o perito. Este, por sua vez, realiza a investigação e entrega o resultado da mesma à comunidade, que inicia seu processo crítico e de ilustração diante do amadurecimento acerca da questão problematizada, iniciando ações transformadoras capazes de provocar modificação do tema. Assim, há o surgimento de um novo momento de maturação da questão, com a solução de

alguns problemas e, de modo eventual, com o surgimento de novas questões, que levarão a um avanço do conhecimento.

A epistemologia decolonial proposta pela Teoria da Libertação desenvolvida por Dussel dialoga com a Pedagogia do Oprimido de Freire e possuem aderência aos estudos do Processo democrático, na medida em que pretendem evidenciar a importância do conhecimento do opressor-vítima, assim como a necessidade de que se opere a conscientização acerca dessa condição assimétrica, como a formulação de ações transformadores, de uma práxis que corrobore tanto com a construção do conhecimento crítico, quanto com a repercussão ético-crítica de ampliação discursiva para a formulação de decisões democráticas.

3.3.3 Perspectiva da Colonialidade do poder de Aníbal Quijano

Quijano desenvolveu seus estudos e "Teoria da Colonialidade do Poder", enfatizando que a colonialidade é conceito que se articula, de modo direto, à concepção de Modernidade, sendo inseparáveis – colonialidade-Modernidade – e decorrentes do mesmo fenômeno. Indica que a América do século XVI deu à Europa o centralismo pretendido como "Novo Mundo", a partir da exploração do continente pelos europeus imbuídos do desejo de controle e dominação territorial, dos bens, dos corpos e das mentes (QUIJANO; WALLERSTEIN, 2019).

Embora Quijano parta da análise do colonialismo operado a partir do século XVI, Mignolo aprofunda essa análise e enfatiza que havia, nesse contexto, uma segmentação entre centro e periferia, mas que, a partir do século XX, houve a emergência do colonialismo global articulado por instituições transnacionais como centros de poder, de modo que a distinção centro-periferia deixa de fazer sentido, já que o espaço, compreendido como local físico, perde importância. Assim, Mignolo (2020, p. 10) esclarece que "uma nova forma de colonialismo, um colonialismo global, continua reproduzindo a diferença colonial em escala mundial, embora sem localizar-se em um determinado estado-nação". Por isso, sustenta que o estigma da colonialidade do poder subsiste, desde o século XVI, mas, na contemporaneidade, como colonialidade global.

O que se faz importante evidenciar é que o contexto colonial moderno trouxe consigo a sedimentação do capitalismo a partir da superexploração da mão de obra local e das matérias-primas, ensejando acumulação de riquezas, pelo que afirmou que "a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista"[34] (QUIJANO,

[34] La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista.

2019, p. 151, tradução nossa). Assim, Quijano reforça que houve, naquela ocasião, incidência direta sobre todas as estruturas fundadas pelos povos originários e que ruíram diante da repressão europeia.

O fator que chancelou a explorações dos povos foi a racialização, assim compreendida como a segregação por raças como brancos, negros, índios, com ruptura das identidades e das subjetividades. Por isso, Quijano (2019) afirmou que a criação da perspectiva segregaria por raças resulta da dominação colonial moderna, tendo sido o fato sobre o qual se constituiu o padrão capitalista imposto.

María Lugones pesquisa acerca da interseccionalidade entre raça, classe, sexualidade e gênero impostos pelas diretrizes ideológicas coloniais e, assim, dialoga com a perspectiva de colonialidade do poder articulada por Quijano. Por isso, destacou que a segregação dos sujeitos por critérios raciais criou uma categorização universal, de modo a alocar sujeitos em posições superiores ou inferiores, de acordo com os parâmetros fixados pelas estruturas de poder. Por isso, Lugones assegurou que a colonialidade abarca dimensões múltiplas das subjetividades, causando deslocamentos e rupturas dos conhecimentos em torno dos vários eixos do sistema de poder (LUGONES, 2020).

Para Quijano, esse fenômeno coloca o pensar e o agir dos sujeitos colonizados a gravitar em torno da Europa, originando o eurocentrismo que orienta a formação do conhecimento de modo a criar uma totalização, ante a blindagem de que incidam a cultura e conhecimento dos povos originários e tradicionais. Sustenta, desse modo, que o eurocentrismo é uma questão epistemológica e não geográfica, pelo que a proposta teórica elaborada é de que haja a decolonialidade pela via da reconstrução epistemológica (QUIJANO, 2019).

Indica-se, desse modo, que a Modernidade é conceito elaborado e imposto pelo eurocentrismo, com pretensão de vincar um discurso civilizatório e totalizador das subjetividades, com opacização das racionalidades dos povos originários e tradicionais. Pelo que, a se assumir o tema da colonialidade e do reconhecimento da Modernidade como estratégia de poder, já se direciona para um pensar decolonial, a partir do qual se busca questionar os enunciados fundados e impostos pela Modernidade eurocentrada. Por isso, Quijano assevera que a racionalidade europeia se estabeleceu como um padrão universal de conhecimento. Assim:

> O paradigma europeu do conhecimento racional não foi apenas elaborado no contexto de, mas como parte de uma estrutura de poder que implicava a dominação colonial europeia sobre o resto do mundo. Esse paradigma expressava, de forma demonstrável,

> a colonialidade dessa estrutura de poder.[35] (QUIJANO, 2019, p. 110, tradução nossa).

A partir dessa constatação de dominação e imposição da racionalidade colonial, o projeto de decolonialidade de Quijano propôs, em contraposição à universalidade epistemológica operada pelo eurocentrismo, a pluriversalidade compreendida como uma postura anti-hegemônica a partir da qual haja abertura aos discursos plurais, evidenciando as racionalidades ocultadas pelas estruturas de poder criadas. Reforça que não existe uma razão universal cosmogônica, pelo que defende a necessidade de uma pluriversalidade, em que várias narrativas sejam articuladas e sejam capazes de ensejar uma reconstituição epistemológica.

Em sua perspectiva teórica decolonial, Quijano defendeu a decolonialidade do pensar, do conhecimento, como a promoção das subjetividades invisibilizadas e, para isso, propôs uma práxis do Bem-Viver, compreendida como sendo uma prática em que os sujeitos são orientados à democracia, pela busca de uma atuação participada e voltada ao desenvolvimento histórico que contemple a abertura aos debates e formulação de decisões. Por isso, Quijano destaca que o Bem-Viver objetiva uma subversão epistemológica para ruptura com a colonialidade do poder, a partir da instituição de alternativas democratizantes (QUIJANO, 2019, p. 370).

Esta práxis, por sua vez, surge a partir da visão de que a Modernidade promoveu a importância do aspecto social em detrimento do sentimento comunal e, assim, Quijano apontou a importância de se retomar a visão comunal, que é inerente aos povos originários e povos tradicionais, e seu modo de viver livre de incidências impostas pelos Estados, pela Modernidade, por padronizações, como formatação de conhecimento. Essa retomada a que Quijano nomeia de "reconstrução epistemológica" corresponde à busca de desconstrução das imposições de padrões coloniais de poder sobre a subjetividade para fins de reconstituição da individualidade.

Ainda acerca da concepção de Bem-Viver, Acosta enfatizou que esta incorpora uma proposta de harmonia dos sujeitos e suas comunidades com a natureza, dentro de uma relação de reciprocidade e solidariedade, de modo a viabilizar a construção de visões alternativas de vida. Essa dimensão emancipatória parte do questionamento e da crítica ao eurocentrismo e à colonialidade do poder (ACOSTA, 2016).

A ruptura com os padrões coloniais de poder se faz, segundo Quijano, a partir de rupturas com as concepções impostas pela Modernidade e o controle exercido sobre os sujeitos,

---

[35] El paradigma europeo de conocimiento racional no solamente fue elaborado en el contexto de, sino como parte de una estrutura de poder que implicaba la dominación colonial europea sobre el resto del mundo. Esse paradigma expresó, en un sentido demostrable, la colonialidade de esa estrutura de poder.

sobretudo nessas quatro áreas: controle político, controle econômico, controle da subjetividade (identidade) e controle do conhecimento. Esses são os pilares sobre os quais houve a ancoragem da Modernidade e da colonialidade do poder. Essa aferição fez com que Quijano afirmasse a necessidade de reconstrução dessas bases para descontinuidade dos padrões de dominação colonial, a partir da reconstrução epistemológica para abertura à visão decolonial e de Bem-Viver a colocar em centralidade a vida, as relações humanas e com a natureza, criando uma comunidade integrada. Essa mudança de paradigma é nomeada por Quijano de "giro decolonial", pelo que sustentou a "descolonização epistemológica para dar lugar a uma nova comunicação intercultural, a uma troca de experiências e significados como base de uma outra racionalidade que possa reivindicar, com legitimidade, alguma universalidade"[36] (QUIJANO, 2019, p. 116, tradução nossa).

Importante ressaltar, nesse ponto, o fato de Quijano evidenciar a necessidade de se dar espaço a uma nova racionalidade de base amplificada, portanto, universalista a garantir efetiva legitimidade às bases fundantes do conhecimento, o que, de modo incisivo, coloca em voga que a decolonialidade tem fundamento epistemológico. A perspectiva epistemológico-totalizadora impingida pelos ditames eurocentristas repercutiu em um reducionismo teórico e limitante dos sujeitos colonizados, assim como da natureza, vista como mera matéria-prima.

Nesse ponto, Quijano (2019, p. 309-310) sustentou que o processo de exploração da natureza é histórico e tem como componente a sobreposição de poder capaz de conduzir à aniquilação do que nomeia "nuestra casa común", nosso planeta, levando ao autoextermínio. E, desse modo, assim como estruturas de controle e dominação repercutem sobre os sujeitos, também a natureza sofre esses influxos.

Partindo, portanto, da formulação elaborada por Quijano acerca da colonialidade do poder, Escobar (2011) desenvolveu a concepção de colonialidade da natureza a implicar na seara do conhecimento acerca da mesma e do poder que incide e cria um hibridismo entorno da biologia e da tecnologia, gerando uma operação a partir da qual se cria um "híbrido biofísio y tecno-social" a submeter a natureza aos ditames tecnológicos e, sobretudo, econômicos.

A colonialidade do poder e a colonialidade da natureza, como formas de dominação, utilizam-se da técnica e da tecnologia como controle. Desse modo, Acosta (2016, p. 45) afirma que "a técnica [...] não é neutra: é parte do processo de valorização do capital – o que a torna nociva em vários aspectos – e desenvolve-se em função das demandas de acumulação".

[36] La descolonización epistemológica para dar passo a una nueva comunicación intercultural, a un intercambio de experiencias y de significaciones como base de outra racionalidade que pueda pretender, con legitimidade, alguna universalidad.

E, ao tratar das facetas do poder, Quijano reafirmou que essas estruturas de controle decorrem, muitas vezes, das políticas-econômicas impostas pelo Estado, mas que também a tecnologia é capaz de exercer dominação e controle sobre a subjetividade, sobre o conhecimento, sobre o trabalho, sobre a natureza, de modo a exercer uma autoridade sobre a tomada de decisões, narrativas e discursos, capazes de ensejar uma reorganização voltada ao atendimento de interesses de uma minoria detentora do poder.

A decolonização do poder pretendida por Quijano (2019) implica em uma prática de ruptura com critérios de raça, gênero e classe social e que, lado outro, seja capaz de garantir igualdade aos sujeitos marginalizados. Além disso, enfatiza que as decisões dos grupos precisam ser construídas a partir da participação de sujeitos livres e autônomos. Essa visão traz possibilidade de reflexões acerca do Processo dentro desse contexto, em que há a opacização dos sujeitos processuais em detrimento das estruturas de poder, levando à formulação de decisões desprocessualizadas, ou seja, que não tenham quaisquer aderências às garantias fundamentais.

Faz-se importante questionar acerca da colonialidade do poder e da colonialidade global que operam controle e dominação nas estruturas estatais e fora delas. Isso se dá a partir da imposição de condicionamentos aos sujeitos que são levados a atuar guiados por imposições de políticas econômicas voltadas ao atendimento de interesses inesclarecidos. Além disso, há uma articulação das técnicas e artifícios incidentes sobre o conhecimento, de modo a criar máculas e óbices sobre as epistemologias emancipatórias capazes de colocar os sujeitos como protagonistas na construção do conhecimento e dos processos decisórios.

3.3.4 Racionalidade ambiental e diálogo de saberes de Enrique Leff

Partindo de uma análise acerca do conhecimento e da forma como esse conhecimento incide e repercute no ambiente, Leff propôs um desenvolvimento epistemológico cindido da racionalidade econômica e vincado em uma racionalidade ambiental, capaz de comportar uma articulação entre natureza e sociedade. Sustentou, desse modo, que o saber ambiental comporta não somente o conhecimento científico, mas também saberes incorporados pelos sujeitos, de modo a se buscar uma ampliação do que nomeia diálogo de saberes.

Não houve por parte de Leff a pretensão de tratar acerca do Processo, mas a epistemologia por ele desenvolvida dialoga e tem aderência aos estudos do Processo de matriz democrática. Assim, a diretriz teórico-epistemológica vincada na racionalidade ambiental e no diálogo de saberes é adotado como marco da pesquisa que ora se desenvolve, por propor

questionamentos e construções orientadas à busca de ampliação do conhecimento, dos diálogos, de modo que os ambientes naturais e sociais sejam integrados e voltados à reconstrução do saber e à formulação de decisões orientados pela racionalidade ambiental ascendente a partir de práticas discursivas.

Acerca da crise ambiental agravada no Século XX, Leff (2002) afirma tratar-se de uma crise ideológica da civilização, orientada e sustentada pela racionalidade econômica e por tecnologias voltadas ao atendimento de interesses dominantes, de modo que a natureza seja colocada a serviço da acumulação de capital, do lucro e do consumo excessivo. O que se propõe, noutro sentido, é que haja ampliação do conhecimento a partir do relacionamento sociedade-natureza, construindo uma compreensão acerca da integração, da necessidade de se gerarem bases epistemológicas capazes de orientar a formulação de princípios jurídicos e diretrizes sociais aptas a sustentar uma gestão democrática. Logo, a proposta ofertada é no sentido de se formular uma teoria das relações sociedade-natureza pautada em uma epistemologia que verticalize a análise de construção do conhecimento com base uma racionalidade ambiental.

Focando na questão epistemológica, Leff (2002) analisa que as ciências comportam vieses ideológicos reproduzidos por cosmovisões de mundo e práticas sociais que se reproduzem e repercutem também nas tecnologias manipuladas para atendimento de interesses econômicos. Desse modo, o conhecimento erigido pela ciência é contaminado por processos ideológicos e, de modo paradoxal, oculta o próprio (des)conhecimento e macula os processos de tomada de consciência, criando um campo de unificação e totalização das ideologias.

Por isso, Leff vai ainda afirmar que as narrativas ideológicas de igualdade entre os homens partem de um discurso jurídico construído para dar sentido à democracia e que, apesar disso, é dissolvido pela obstrução do processo de conhecimento legítimo, já que há uma imposição dos saberes dominantes, mascarados de cientificidade, capazes de ocultar interesses e colocar em xeque os próprios direitos individuais dos sujeitos. Para Leff, toda essa articulação é pautada em perspectivas econômicas de expansão do capital, que, de modo estratégico, impõem diretrizes que fazem ruir as práticas discursivas de construção do conhecimento amplificado, assim como objetivam neutralizar a própria consciência dos sujeitos (LEFF, 2002).

Uma das estratégias promovidas para dificultar a construção de conhecimento e a ampliação dos saberes, assim como seus diálogos, é o engessamento das disciplinas e o impedimento de interlocução entre elas, criando óbice a uma articulação transdisciplinar. Isso corrobora, em grande medida, para o agravamento dos problemas ambientais, já que as disciplinas compartimentadas inviabilizam uma interlocução capaz de orientar novas soluções

e a construção de saberes amplificativos. Leff (2002) ensina, assim, que a transdiciplinaridade comporta o intercâmbio do conhecimento resultando no desenvolvimento dos saberes, por chancelar ou refutar hipóteses, ampliando as possibilidades de soluções.

Nesse ponto, Leff avança para a formulação de seu entendimento acerca da "racionalidade ambiental", assim a considerando como produção de conhecimento pelo intercâmbio interdisciplinar e indicadores interprocessuais para construção de saberes. Por isso, a racionalidade ambiental se funda na criação de estruturas institucionalizadoras de conhecimento, assim como de processos de legitimação de decisões.

Portanto, Leff (2002) busca articular a importância das mudanças sociais que partem da institucionalização de consciência obtida pelo conhecimento. A partir disso, opera-se a cisão entre a racionalidade econômica imposta pelas estruturas de poder incidentes sobre a natureza, impingindo uma racionalidade ambiental que comporte uma proposição de racionalidade produtiva alternativa que leve em conta a heterogeneidade dos saberes que dão significado aos processos sociais de transformação e que se relacionem com a forma como os sujeitos se integram com a natureza.

O eixo que guia a racionalidade econômica é a busca por resultados eficientes pautados na maximização de riqueza e atendimento aos ditames do mercado, sem levar em consideração o "lócus" da natureza nesse contexto, que acaba se firmando como mero recurso, como externalidade econômica, em uma posição subalterna e vincada na produtividade e desenvolvimento econômico[37]. Por outro lado, a racionalidade ambiental tem matriz no conhecimento construído a partir das interações entre sujeitos sociais e natureza, dentro de uma proposta transdisciplinar e de ampliação dialógica, a partir das quais normas e decisões são orientadas à institucionalização e estruturação de uma consciência ecológica – ou ambiental – que resulte na construção democrática, apoiada na participação dos sujeitos, tanto na gestão como na reconstrução dos saberes. Nesse sentido, Leff afirma:

> Isso conduz à construção de uma racionalidade ambiental entendida como o ordenamento de um conjunto de objetivos, explícitos e implícitos; de meios e instrumentos; de regras sociais, normas jurídicas e valores culturais; de sistemas de significação e de conhecimento; de teorias e conceitos; de métodos e técnicas de produção. Esta racionalidade funciona legitimando ações e estabelecendo critérios

[37] Acerca da subalternidade, Gayatri Spivak, em sua obra "Pode o subalterno falar?", busca desconstruir, em bases teóricas derridianas, a condição do subalterno e indica que este é sempre "representado". Ou seja, o subalterno não fala, e sim, se faz representado por outrem que tem o poder da fala e da escuta. Nesse contexto, o subalterno é um performático, um excluído e sua interação dialógica não acontece. Está ausente, portanto, a autorrepresentação do sujeito subalterno, na medida em que não é ouvido. Quem se ouve é aquele que fala, supostamente, em nome do subalterno, mas, de modo estratégico, não fala defendendo o interesse deste. (SPYVAK, 2010).

> para tomada de decisões dos agentes sociais; orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes atores e grupos sociais, para os fins de desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro. (LEFF, 2002, p. 127).

Assim, Leff acentua que a se formular uma racionalidade ambiental vincada em balizas construtivas do conhecimento a partir de interações sociais entre sujeitos e do saber ambiental daí decorrente, tem como resultante a estruturação e tomada de decisões que se legitimam por uma gestão participativa e democrática da sociedade e da natureza. Dito de outro modo, a racionalização ambiental decorre da legitimidade para a formulação de decisões, o que se promove pela participação da pluralidade de sujeitos.

O que se pretende, desse modo, é a introjeção da racionalidade ambiental como diretriz discursiva e ampliativa da participação dos sujeitos conscientes de seu papel social, assim como a consciência acerca da necessidade de se integrar os sujeitos e a natureza, o que se operaria por meio da estruturação de decisões que levem em consideração a necessidade de se combater atividades e atitudes ecodestrutivas. Nesse sentido, Leff (2002) acentua que a racionalidade ambiental vai além da promoção de reformas estatais e de mudanças na gestão econômica, mas passa sobretudo pela necessidade de legitimação ética das normas e decisões e das técnicas utilizadas, de modo que, assim, haja promoção do desenvolvimento ecológico, tecnológico e social, dentro de uma matriz alocada numa racionalidade produtiva alternativa.

A racionalidade ambiental decorre de processos de racionalizações que se completam e ao mesmo tempo se permeiam, já que sugere a necessidade de interlocução entre sujeitos e seus saberes, capazes de gerar uma ética resultante de transformações sociais e de alteridade com a natureza, ensejadora de efetiva legitimação das decisões formuladas. Isso deve repercutir nas instituições políticas, na gestão econômica, nas normas jurídicas, nas aplicações tecnológicas, nas articulações sociais, gerando legitimação pela dialogicidade ampla e plural e pelo fortalecimento de autogestão social e comunitária.

Importa destacar o que se entende por “ambiente” dentro dessa vertente epistemológica. E, nesse sentido, ambiente é apontado como racionalidade social, como categoria sociológica decorrente de saberes e comportamentos, incidentes sobre as escolhas e decisões a serem formuladas pelos sujeitos. Assim, “ambiente” não se categoriza como “lócus”, como meio ou como intermediador, devendo ser compreendido como o “Outro” a que se viabiliza abertura ao diálogo de diferenças – no sentido de outridade, alteridade – a que se permite internalizar e reintegrar para a ampliação dos saberes e do conhecimento (LEFF, 2002).

Sendo, portanto, o “ambiente” uma categoria sociológica, faz-se necessário evidenciar

que ambiente e natureza devem assumir uma posição equânime à dos sujeitos, devendo ser considerados não como objetos ou coisas alheias, mas incorporados à dimensão ética em que se integrem, de modo a criar um arcabouço cognitivo apto a ampliar os saberes de modo efetivo. Por isso, Leff argumenta que "o conhecimento, ao fragmentar-se analiticamente para penetrar os entes, separa o que organicamente está articulado" (LEFF, 2006, p. 161), evidenciando, desse modo, que a cisão do conhecimento cria uma ruptura de visões incapazes de darem conta da complexidade das relações e da multicausalidade dos processos, o que enseja, de modo inevitável, a degradação ambiental.

O ambiente, não sendo entendido como Outro, mas sim como objeto servil ao sistema econômico, é alçado à degradante posição de recurso voltado à produtividade. Nesse ponto, há a fragmentação dos sujeitos-natureza, objetificação do ambiente, assim como desemparelhamento e cisão tendentes à ocultação da natureza e maculadora dos saberes ambientais.

A proposta de construção da racionalidade ambiental, desse modo, parte da necessidade de se desenvolver vertentes do saber capazes de produzir novos conhecimentos a partir da integração de saberes científicos e não científicos que dialoguem e ampliem os debates, dando ensejo ao desenvolvimento de novas perspectivas e matrizes cognitivas.

Acerca, portanto, da internalização da dimensão ambiental, Leff sustenta que o desenvolvimento do saber ambiental precisa decorrer de uma razão crítica, em face de sua posição estratégica. O saber ambiental está incutido em relações de poder e, por isso, deve haver a ampliação dos debates para ganho de conhecimento interdisciplinar e legitimação dos processos geradores do próprio saber ambiental. Assim:

> O saber ambiental não só gera conhecimento científico mais objetivos e abrangentes, mas também produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e de posicionamento ante o mundo. Trata-se de um saber que não escapa à questão do poder e à produção dos sentidos civilizatórios. (LEFF, 2002, p. 169).

Assim, o que se pretende a partir do saber ambiental é a ressignificação dos sujeitos, de sua subjetividade e a formação de uma racionalidade capaz de integrar perspectivas de alteridade. E, para além disso, é preciso que haja o diálogo de saberes para legitimação de saberes diversos, plurais, capazes de resultarem também na legitimação de processos decisórios dentro de uma matriz democrática, com a democratização do próprio conhecimento permeado do conhecimento e validação da participação dos sujeitos.

A perspectiva epistemológica ambiental, dessa forma, suplanta a mera compreensão de

ambiente como lugar, como recurso econômico ou como objeto, e avança no sentido de ser uma racionalidade decorrente da consciência aferida pela integração entre os sujeitos e entre sujeitos-natureza, de dimensão relacional ampla, e que, de modo inescusável, se fundamente na ampliação dos diálogos dos saberes, científicos, originários ou tradicionais, a fim de que haja ganho de democraticidade apto a gerar a construção de conhecimento e formulação de decisões legítimas.

A racionalidade ambiental visa conferir uma alavancagem sobre a racionalidade econômica estruturada no atendimento aos anseios do mercado na persecução de lucros aviltantes e de subjugação dos sujeitos e da natureza à posição de objetificação. A economia tem se digladiado com a visão da inter-relacional ecológica, criando binarismos e antagonismos estratégicos para alocar a economia em posição de centralidade, como se outras alternativas de racionalidade não existissem.

Por isso, a presente pesquisa sustenta a necessidade de se pensar o Processo como diretriz decisória em que se observe a ampliação dos diálogos dos saberes como percurso de legitimação democrática capaz de garantir inclusão, integração e conhecimento do ambiente como estrutura apta às interações sujeitos-natureza. Cumpre, então, verticalizar a análise acerca de como as racionalidades econômica e ecológica tem se operado para viabilizar – ou não – o tratamento do Processo como garantia de direitos.

4 ENTRE O ECONÔMICO E O ECOLÓGICO: HÁ POSSIBILIDADE DE PROCESSUALIZAÇÃO?

A pesquisa que se apresenta tem lugar de fala a partir do **Processo** e, nesse sentido, considerando-se que esta concepção parte da necessidade de um modelo processual para a garantia dos direitos, é inarredável a análise das perspectivas de racionalidade que pautam as formulações de decisões. Por esse motivo, iniciou-se esta pesquisa com análise acerca da ética que baliza o olhar do homem sobre ele mesmo e sobre o outro, para que, assim, fosse possível avançar para a aferição das epistemologias que justificam a construção do conhecimento. Essa compreensão de mundo dos sujeitos implica em suas escolhas, assim como na forma como as decisões são construídas.

É preciso aferir de que modo e em que medida os aspectos econômicos e ecológicos se relacionam e de que forma essas racionalidades pautam as escolhas e as decisões formuladas pelos sujeitos processuais. Carnelutti destacou a relação existente entre o Direito, economia e ambiente. Nesse sentido apontou:

> As necessidades dos homens são ilimitadas e os bens são limitados. Infelizmente, os bens, enquanto satisfazem certas necessidades, estimulam outras. Para distinguir o homem dos demais animais, por acaso a fórmula mais satisfatória seria dizer que o homem nunca está satisfeito. Quanto mais tem, mais quer ter. Por isso é que os homens, como as nações, fazem guerra uns contra os outros. (CARNELUTTI, 2020, p. 11).

É inevitável se assumir a relação existente entre Direito, economia e ecologia. Ainda que cada uma dessas disciplinas assuma um posicionamento, não há como se negar a necessidade de avaliá-las em suas relações e dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, Acosta (2016, p. 129) afirma que “a economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade [...]. Se se destrói a Natureza, destroem-se as bases da própria economia”.

E, ainda que para fins da pesquisa que aqui se desenvolve, não se adote a perspectiva teórico-processual assumida por Carnelutti, é preciso se reconhecer que a percepção por ele evidenciada acerca da relação operada entre as relações humanas e a natureza possui uma base econômica capaz de repercutir na derrocada do próprio homem.

Entre economia e ecologia, não se trata de uma tentativa de alocar um dos lados em contraposição ao outro, mas sim de buscar analisar o papel que cada uma dessas racionalidades tem exercido sobre as decisões adotadas pelos sujeitos. Assim, como sustenta Mason, “alguns

economistas e ecologistas mantêm um debate absurdo sobre qual das duas crises é mais importante: a da ecosfera ou a da economia. A resposta materialista é que o destino de ambos está intimamente relacionado"[38] (MASON, 2016, p. 315, tradução nossa). Não há, portanto, como se desvincular os pensamentos econômico e ecológico, já que ambos se relacionam e geram impactos sobre os sujeitos e as comunidades. Ainda há uma tensão entre as matrizes econômica e ecológica, como se fossem concorrenciais, incompatíveis e excludentes. No entanto, deve-se seguir no sentido de se repensar como essa interação precisará ocorrer, para que tenhamos garantia de vida, o que se constitui dentro da esfera dos direitos humanos, para todos os seres viventes e para as futuras gerações. E tudo isso, por certo, dependerá das decisões a serem tomadas. E é o Processo quem garante essa construção decisória.

É certo que o Processo como garantia de direitos vai contemplar a inter-relação entre sujeitos, que deve(ria)m participar das construções decisórias. Desse modo, a racionalidade em que se pautam para tal será resultante lógica dessa formulação decisional, pois, conforme já visto, há uma ética e uma diretriz epistemológica sobre a qual os sujeitos vão guiar suas decisões.

Portanto, importa verificar a tensão existente entre as perspectivas do "homo economicus" e "homo ecologicus", além de aferir de que modo o neoliberalismo tem repercutido na superexploração da natureza a partir de sua imposição tecnocrática, sob pretexto de busca de desenvolvimento sustentável.

4.1 Evidências da tensão entre o "homo economicus" e "homo ecologicus"

É crucial a indicação feita por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019, p. 83), que evidenciam a relação entre as esferas econômica e ecológica ao afirmarem que "a atual crise do capitalismo também é uma crise ecológica". Não há escolhas e decisões dos sujeitos, sejam a que nível for, que se desvinculem ou que não se integrem ao ambiente em que vivem, o que resulta em um pensamento norteado por questionamentos ecológicos.

Processualistas como Ovídio Baptista e Rosemiro Leal externaram preocupação com as questões ambientais, relacionando-as com o Processo e economia. Assim, Baptista evocou a gravidade da visão moderna ocidentalizada, que trouxe consigo as marcas da globalização capitalista, pelo que afirmou ser o consumismo a grande ameaça ao planeta, sobretudo em razão

[38] Algunos economistas y ecologistas mantienen un absurdo debate a propósito de cuál de las dos crisis es más importante: la de la ecosfera o la de la economía. La respuesta materialista es que la suerte de ambas está estrechamente interrelacionada.

da exploração dos países periféricos (BAPTISTA, 2004). E, analisando de modo crítico as diretrizes neoliberais, Leal (2005) afirmou o risco pelos quais os seres viventes estão submetidos, em razão do exaurimento das potencialidades energéticas do planeta, o que se faz por objetivos eficientistas manipulados por políticas de desenvolvimento. Assim, as visões apresentadas são capazes de demonstrar a tensão aflorada entre discursos de desenvolvimento econômico e narrativas defensivas do ambiente.

Leff (2002) acentua que a "ecologia" é ciência das inter-relações, dentro do *ambiente* considerado como relações processuais sociedade-natureza, população-recursos, ambiente-desenvolvimento. Cumpre destacar o fato de Leff ter categorizado as relações ecológicas como relações processuais e, dentro da matriz teórica de Processo da qual parte a presente pesquisa, este é compreendido como garantia de direitos fundamentais (BARROS, 2009).

A partir desta perspectiva, esta pesquisa busca avançar para que os Processos Pluriversais sejam compreendidos como garantia de direitos fundamentais e de direitos da natureza, vincada na efetividade dos princípios estruturantes da dialogicidade, em que os sujeitos estejam aptos a participar dentro de um contexto de metacidadania ampliativa dos saberes e decorrente de conscientização para emancipação. O conhecimento da natureza como sujeito de direitos, ou, ao menos a compreensão de que a natureza tenha direito à proteção, ainda que sem o dimensionamento como sujeito, enseja a ressignificação da cidadania. Assim, as metacidadanias visam ampliar os níveis de proteção dos sujeitos, das coletividades e dos ambientes (socias e naturais), na medida em que são integrados e interdependentes. A concepção de metacidadania, portanto, decorre da compreensão plural de incorporação das diversidades, das alteridades, assim incidindo sobre as dimensões ecossistêmicas (GUDYNAS, 2019). Neste ponto, haverá aprofundamento no capítulo 7 desta pesquisa.

Antes, porém, é preciso se verificar a relação existente entre ecologia e economia. A palavra ecologia ("oikos" e "logos"), de origem grega, significa "ciência da casa" e foi a partir dela que surgiu a economia ("oikos" e "nomos"), que conforme Derani, significa manutenção da existência e das bases da vida (DERANI, 2001, p. 120). "Nomos" significa lei que rege. Desse modo, economia semantiza as regras de gestão do espaço-tempo em que se compreende.

Alier e Shlüpmann partem da análise exposta por Aristóteles, em sua obra "Política", na qual destaca como ponto de partida para a compreensão de economia e ecologia, a concepção prévia de economia e crematística, uma vez que, ao final, esses conceitos se rearticulam. Assim, Aristóteles apontou que a economia se voltava ao abastecimento e suprimento material da "oikos" (casa) ou da "polis" (cidade), dentro de uma racionalidade de suficiência. Já o entendimento acerca da crematística se alocava no sentido de aferição dos preços e modulação

do mercado (ARISTÓTELES, 2006).

E, o que se infere, por fim, é que Aristóteles, embora não tenha contemplado o estudo específico acerca da ecologia, acabou por evidenciar o seu princípio já que, na atualidade, se entende por ecologia o que Aristóteles tratava como economia, ao passo que agora se vê como clássico conceito de economia aquilo que se aferia como crematística, que abarca a noção de estipulação de preços e balizamento pelo mercado (ALIER; SCHLÜPMANN, 1991). Essa visão traz um dos lados do entendimento, que acaba por ser complementado com a visão de Agambem acerca dessa relação entre economia e ecologia.

Os estudos realizados por Agamben resultaram no que vem nomeando de "genealogia teológica da economia". Isto porque, segundo explica, a oikonomia se traduz como sendo a "administração da casa", operando um sentido de gestão, de práxis na organização do ambiente. Esta concepção foi incorporada pela Igreja, já em seu surgimento, entre os Séculos II e VI, para fins de justificar a Trindade afigurada no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Assim, Agamben apresenta seu aprofundamento a respeito da pesquisa realizada, destacando o argumento operado pela Igreja, sobre o qual o conceito de "oikonomia" se articulou:

> Deus, quanto ao seu ser e sua substância, é, certamente, uno; mas quanto à sua *oikonomia*, isto é, ao modo em que administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao contrário, tríplice. Como um bom pai pode confiar ao filho o desenvolvimento de certas funções e de certas tarefas, sem por isso perder o seu poder e a sua unidade, assim Deus confia a Cristo a economia, a administração e o governo da história dos homens. O termo *oikonomia* foi assim se especializando para significar de modo particular a encarnação do Filho e a economia da redenção e da salvação. (AGAMBEN, 2010, p. 36-37).

Nesse contexto, Agamben acentua a ligação inicial entre a economia, que supunha-se ter efeito salvífico, e a fé cristã, enfatizando ainda que a visão de Deus posta pela Igreja incorporava a dimensão de "ser" (ontologia) e de "ação" (práxis) e, a partir do momento em que a "oikonomia" se afigurou dentro do contexto de práxis, houve a desvinculação deste conceito de economia com a vertente ontológica do ser (AGAMBEM, 2010). Portanto, chancelou-se, desde então, a cisão da economia com o ser como essência e existência, ao passo que se assumiu a economia como práxis operativa do governo do mundo e, mais que isso, como "dispositivo" que gerencia, controla, domina e administra os sujeitos, seus saberes e suas instituições. A "oikonomia" se portou a partir dali, portanto, como ordenação e governo divino do mundo.

A economia veio assumindo, nesse contexto, papel de destaque nas diretrizes decisionais das estruturas de poder, fossem elas quais fossem, de modo a se portar como uma

racionalidade articuladora das posições políticas adotadas, assim como acabou por incidir no aspecto jurídico, a partir das normas formuladas, e, não poderia deixar, desse modo, de repercutir nas comunidades e no seu modo de interagir com o outro e com a natureza. E, sobretudo a partir da Modernidade, houve, segundo Leff (2006), uma desarticulação do mundo, que levou à objetificação do ser e a uma exploração indiscriminada da natureza, com a formatação de um pensamento hegemônico totalizador e unificador das forças do mercado.

Partindo desse ponto, pode-se afirmar que o agente causador da degradação ambiental ensejadora de desequilíbrio ecossistêmico é o "homo sapiens", capaz de se colocar em posição de superioridade perante os outros seres vivos. É, portanto, uma crise decorrente do homem que se diz civilizado em uma visão cultural ocidentalizada[39], orientado pela uma racionalidade econômica. Dessa vertente, articula-se a concepção do "homo economicus", que, conforme Alier, longe de passar por pensamentos altruístas, assenta-se em uma premissa individualista (ALIER; SCHLÜPMANN, 1991).

Assim, a perspectiva de "homo economicus" parte de uma racionalidade vincada na busca de maximização do lucro, a partir da qual há uma tendência comportamental dos sujeitos voltada a cálculos econômicos, que os levem, de modo direcionado e sistemático, a auferir ganhos cada vez mais expressivos.

Há, desse modo, um comportamento racional-econômico capitalista, voltado à acumulação da riqueza, de modo que essa concepção mesma sirva como suporte para o conceito de "homo economicus" que, de acordo com Avelãs Nunes "tem de entender-se como um 'conceito normativo', utilizado para justificar e legitimar as instituições econômicas existentes" (AVELÃS NUNES, 2019, p. 43). A partir desse ponto, pode-se aventar que decisões são tomadas tendo como diretriz a persecução de lucros e aumento de ganhos econômicos, assim como decisões econômicas são formuladas como ideal ou como suposta realidade já incorporada na própria natureza humana, como se fosse uma lei universal. Por isso, trata-se de uma racionalidade balizadora da tomada de decisões.

---

[39] O termo "*civilização"* traz em si uma ocultação de sentido. Em sentido ordinarizado, pode-se considerar que o homem civilizado é aquele que vive nos limites das cidades, regido por leis de organização e costumes apurados pela moral. Assim, aqueles que estivessem fora das organizações, fora dos centros de entendimento, ou melhor, aqueles que estivessem fora dos domínios da racionalidade dominante, seriam considerados bárbaros ou selvagens. Segundo Jean François-Mattéi: "sob muitos aspectos, a oposição clara entre Civilização e Barbárie que atravessa a história da Europa foi inventada pelos romanos. Após terem tomado emprestado dos gregos o termo 'bárbaro', foi Roma que, pela primeira vez, ergueu uma barreira intransponível entre 'Romania' e 'Barbaria' situando os dois mundos de um e de outro lado das fronteiras do Império" (FRANÇOIS-MATTÉI, 2002, p. 105). Evidenciando sua crítica com relação aos supostos civilizados, continua dizendo: "o sinal mais importante da civilização consiste, de fato, em desfazer, num círculo virtuoso, sua própria barbárie, denunciando, com a ajuda de seus princípios, de efeitos decorrentes da violência e da destruição que ela descobre no fundo de si mesma" (FRANÇOIS-MATTÉI, 2002, p. 138).

Desse modo, quando entram em pauta questões sobre o ambiente e a necessidade de preservação e conservação, de modo inevitável, colocam-se em voga discussões econômicas, que resultam em cálculos de perdas e ganhos. O nó górdio é o *lócus* de onde se afere a perda e o ganho: se a aferição é realizada por sujeitos vinculados ao mercado ou se por sujeitos detentores de uma visão ecológica.

Ocorre que o ambiente, se entregue à lógica mercadológica, transforma-se em recurso, em bem, em patrimônio. E é o que vem ocorrendo. Por isso, Aldo Leopold, em sua "Ética da Terra", afirmou: "a Terra, exatamente como as jovens escravas da Odisseia, é sempre considerada uma propriedade. A relação com a Terra continua estritamente econômica: ela compreende privilégios e nenhuma obrigação" (LEOPOLD, 2020, p. 16). Portanto, a visão que se tem, dentro de uma racionalidade econômica, é de que o ambiente é servil, subjugado aos seres humanos e seus anseios por lucro, assim como pela assimilação e normalização de um consumo a que não se detém, mas que, ao contrário, é estimulado pelos mercados e incorporado pelos sujeitos sem perquirir o impacto em suas relações com o ambiente.

Dentro desse contexto, a crise ambiental se vincula a interesses econômicos e, assim, não é neutra, mas sim guiada por uma racionalidade tecnocrática, vincada na maximização dos lucros, no atendimento irrestrito às regras competitivas de mercado, assim como a visão de que a natureza é recurso, gerando sua objetificação. Essa perspectiva, no entanto, faz ruir e degenerar a natureza e as práticas discursivas entre os sujeitos.

Nesse sentido, de modo intencional e estratégico, houve o aparelhamento científico-tecnológico como forma de garantir o incremento do lucro, o que tem sido feito, entre outros aspectos, com base na exploração da natureza vista como recurso, o que se agrava com o fato de que o ônus da poluição decorrente da atividade exploratória fique alocada nos países subdesenvolvidos[40].

Assim, acerca da relação estreita que se opera entre a construção do conhecimento, economia, natureza, ciência e tecnologia, Leff afirma que é preciso reconhecer, de modo precípuo, a incidência inescusável dos processos econômicos sobre os ecossistemas. Assim,

[40] De acordo com Beck, vive-se em uma sociedade de risco, que impõe um descompasso entre a distribuição da riqueza e a distribuição dos riscos. Em razão, sobretudo das atividades tecnológicas, aqueles que auferem lucros e riquezas, acabam detendo-as e impondo os riscos da produção à sociedade, que acopla esses riscos reflexos do desenvolvimento técnico-industrial. Além disso, as metodologias utilizadas para se chegar aos resultados da distribuição são falaciosos, pelo que Beck se utiliza de um exemplo para destacar o mau dimensionamento da distribuição: "dois homens têm duas maças. Um come ambas. Logo, na média, cada um comeu uma. Adaptada à distribuição de alimentos em escala mundial, essa afirmação significaria: 'na média', todos os seres humanos na Terra estão bem alimentados. O cinismo é evidente nesse caso. Numa parte do planeta, as pessoas morrem de fome, na outra os efeitos decorrentes da sobrenutrição acabaram por se transformam num ônus de primeira ordem." (BECK, 2011, p. 30).

sustenta que a implementação de decisões e políticas ambientais eficazes se pautam na "participação comunitária na gestão social de suas atividades produtivas" (LEFF, 2002, p. 70).

Partindo desse ponto, é preciso se pensar a base fundante do processo democrático, ou seja, a efetiva participação emancipatória dos sujeitos, a fim de que seja viabilizada uma "oikonomia", como "administração da casa", como gestão comunitária racionalizada[41]. Deve-se pautar a conscientização crítica e a ampliação de saberes para resultar em lógica da articulação ecológica – como ciência em seu sentido mais amplificado – de modo a comportar os saberes formulados pelo diálogo, pela crítica, pela conscientização, em que todos os seres viventes estejam alocados a nível integracional. Assim, é possível se articular ecologia e economia. A se construir uma dimensão de atuação ético-racional pautada no Processo como garantia e como diretriz para a construção de soluções produtivas ecológicas, aventa-se a hipótese de criação de uma matriz que altere a lente do "homo economicus" para o "homo ecologicus".

Essa alteração será inevitável, sobretudo a se considerar a finitude dos recursos planetários. Os seres (sobre)viventes estarão "frente a frente" com uma escolha crucial: "viver ou morrer". Nesse ponto, haverá necessidade de se alterar a vertente ética e de se promover uma reconstituição epistemológica, sob pena de sucumbirem os seres viventes. As grandes mudanças no curso da vida e da humanidade se fizerem em momentos de caos. Não há ilusão em se imaginar que os seres humanos, de modo voluntário, promoverão esta mudança de consciência. Mas, quando houver conscientização suficiente, é importante que haja proposição apta a servir de possibilidade para construir essa mudança.

É oportuno, desse modo, analisar e reconstruir os conceitos de "meio" e de "ambiente", a fim de que haja efetivo avanço do conhecimento a partir de uma racionalidade de desenvolvimento capaz de levar em conta os processos socioambientais decorrentes de um saber ambiental internalizado pelos sujeitos, tanto dentro de uma vertente científica, quanto dentro de uma vertente comunitária. Trata-se, portanto, de epistemologia e de racionalidade envoltas por estratégias de ecodesenvolvimento de conteúdo relacional sujeito-natureza, aptas

[41] Nesse sentido, José Luiz Quadros de Magalhães e Flávia Carvalho afirmam: "combater a distribuição desigual das riquezas e dos riscos, o consumo excessivo e o desperdício, os entraves à participação, nas decisões ambientais, dos movimentos sociais e das minorias (mais vulneráveis e expostas a perigos), assim como efetivar o direito natural à terra inerente aos povos originários, tal qual tonar possível, no âmbito do Estatuto de Roma, a tipificação de novos crimes como o de 'ecocídio' ou a criação de um Tribunal Internacional específico para o enfrentamento das questões ambientais - ecológicas - planetárias, são encargos que devem ser assumidos por esta geração. São estratégias fundamentais à emancipação do exercício da cidadania, que demandam uma rede de cooperação e solidariedade internacional, intergeracional e interespécies; pressupõem responsabilidades iguais, mas diferenciadas; respeito à vedação ao retrocesso; ubiquidade; alteridade; publicidade e acesso à justiça em espaços plurais e, principalmente, periféricos". (MAGALHÃES; CARVALHO, 2022, p. 65).

a romper com estratégias políticas e econômicas neoliberais e expansivas de mercado, que repercutem na forma como a ciência e a tecnologia são manipuladas como estruturas de poder e controle do conhecimento (LEFF, 2002).

A economia precisa superar a visão de dispositivo de dominação e controle para persecução de lucro e riqueza, passando, de outro lado, a colocar pessoas e natureza como as maiores riquezas e operacionalizar mecanismos de desenvolvimento produtivo sustentável, a partir do qual haja efetivo desenvolvimento humano e ecológico.

Há mecanismos de controle dos sujeitos, acoplados às relações econômicas, jurídicas, sociais e políticas (im)postas pelas estruturas de poder (MAGALHÃES; CORGOZINHO, 2018). Tais mecanismos resultam em uma deformação dos indivíduos e da natureza, que se veem marginalizados e oprimidos, evidenciando a tensão existente entre os "eco's" (econômico e ecológico).

Derani evidencia que a natureza é fator primordial da própria economia, na medida em que é essencial como base de produção. Assim, acentua que o antagonismo ideológico gerado entre economia e ecologia se articula na medida em que a ecologia se fundamenta em um espaço-tempo dimensionado para a compreensão de finitude das matérias-primas, ao passo que a economia, ao contrário, opera com uma compreensão de espaço-tempo vincado na ética da Modernidade, em que não se leva em consideração essa finitude, para que o escopo seja de crescimento e desenvolvimento sem óbices (DERANI, 2001).

No início dos anos 70, Schumacher publicou obra denunciando a sacralização em torno do crescimento econômico ilimitado, assim como evidenciou os rótulos de matérias-primas renováveis e matérias-primas não-renováveis colocados pela economia moderna. Essa visão foi chancelada por Todd, afirmando ser a ecologia o alicerce para planejamento e implementação de uma nova estrutura econômica, que considere a Terra como ser sensível, a servir de base para a construção de tecnologias ecológicas capazes de repercutir nos sistemas sociais e políticos de uma forma sistêmica e mundial, na qual não haja segregação (TODD, 2014). E Schumacher parte, de modo precípuo, do ponto de que a economia precisa ser pensada a partir de pessoas e não a partir dos recursos e do capital. Sustentou ainda que a Modernidade trouxe consigo a racionalidade que imputa ao homem seu desvencilhamento da natureza, como coisa a que possa dominar e utilizar, a partir de uma ilusão de poder ilimitado sobre a mesma, sobre as técnicas e as ciências, sendo que o homem valoriza, de forma superdimensionada, o que ele mesmo produz (SCHUMACHER, 1981).

Há, portanto, uma racionalidade instrumental, de caráter político e econômico, orientadora das decisões, que, além de chancelar interesses de grupos, reduzem os homens à

posição de *indivíduos* alijados de sua própria condição de *ser* digno, colocando, por outro lado, o homem acima da natureza e inarticulado de sua condição de integração e interação com o ambiente. Adorno e Horkheimer coadunam deste entendimento:

> O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 14).

Essa visão de segregação entre os seres humanos e a natureza acaba por anular o próprio ser e chancela a "razão instrumental" conceituada por Horkheimer[42].

Há, portanto, uma situação paradoxal - e proposital -, que coloca o homem em posição central (antropocêntrica), ao mesmo tempo em que, por mecanismos de poder (BELUZZO; GALÍPOLO, 2017), extirpam do indivíduo o controle sobre si e sobre a natureza, que, igualmente, passa ao controle de um poder central, destituído de feições democráticas.

É uma visão utilitarista, que coloca como máxima a busca pela felicidade e pela efetiva utilidade como "ethos" teleológico. De acordo com Giménez, essa perspectiva utilitária da natureza a coloca voltada para atender ao proveito humano, pelo que se articulam supostas e falaciosas proteções jurídicas da natureza, quando, em verdade, se chancela um pensamento dominante nos âmbitos econômico, político e jurídico, reafirmando a ética antropocêntrica (GIMÉNEZ, 2016).

Essa base do pensamento econômico tradicional é cartesiana, pautada numa visão cindida do homem com a natureza, acoplando o homem a um pensamento ensimesmado e individualista, além de criar uma perspectiva mecanicista do mundo como máquina, de modo simplista e blindado às percepções das complexidades do mundo e das relações. Descartes impôs um pensamento dual, binário e articulador de contraposições e oposições, que justificam a visão segregária entre sujeito-objeto. Essa matriz de pensamento resultou na compreensão da economia como práxis de fluxo definido e unidimensional a que não se incorporam variáveis reais. Não bastasse isso, a economia se percebe desassociada do meio, do ambiente, da natureza,

[42] Em sua obra, "Eclipse da razão", Horkheimer desenvolve a compreensão de razão instrumental e, nesse sentido, explica: "o ser humano, no processo de sua emancipação, partilha o destino do resto do seu mundo. A dominação da natureza envolve a dominação do homem. Cada sujeito não apenas tem de tomar parte na sujeição da natureza externa, humana e não humana, mas, a fim de fazê-lo, deve sujeitar a natureza nele mesmo. A dominação torna-se 'internalizada' pelo bem da própria dominação. O que é geralmente indicado como uma finalidade – a felicidade do indivíduo, a saúde e a riqueza – ganha sentido exclusivamente por sua potencialidade funcional". (HORKHEIMER, 2015, p. 106-107).

na medida em que esta natureza é finita e limitada, mas a economia, ao contrário, chancela a natureza como fornecedora ilimitada de recursos. Ou seja, a economia traz em sua base uma vertente irreal e insustentável, de um planeta inesgotável em termos produtivos, sem considerar ainda os resíduos gerados. O que se percebe, portanto, é que a economia parte de premissas deslocadas do sentido ecológico.

Tanto é assim, que Meadows ofertou denúncia ao crescimento econômico desenfreado e, sobretudo, ao aumento da poluição a comprometer as condições de vida no planeta e a produção de alimentos, pelo que reforça a tensão entre economia e ecologia ao sustentar que "a taxa de consumo de recursos naturais [...] terá influência sobre a quantidade de capital-lastro que deve ser mantida e a quantidade de recursos naturais deixados na terra" (MEADOWS, 1972, p. 86). Meadows ainda denuncia a fé dos homens em um crescimento sem limites que é ocultado pela crença ainda maior na tecnologia como se esta tivesse o efeito salvífico de suprir todas as faltas humanas. Por isso é que Lutzenberger faz coro à denúncia e evidencia que os custos ambientais decorrentes da tecnocracia, de modo estratégico, não são calculados pelos economistas, já que estes focam no dinheiro como medida para tudo e como diretriz das regras, o que leva à exploração indiscriminada da natureza (LUTZENBERGER, 1977).

Ocorre que ecologia e economia possuem uma relação sistêmica e inevitável, pelo que se aventa haver uma tensão entre elas, na medida em que a forma como a economia se articula repercutirá nos sistemas ecológicos, ao mesmo tempo em que a ecologia tem influxo na tomada de decisões econômicas, sobretudo quando se pensa em natureza como fonte de matérias-primas e recursos.

Há uma crise ambiental que não decorre somente da tensão entre economia e ecologia, mas também de uma crise que a precede, qual seja, uma crise do conhecimento. Nesse sentido, Melo aponta para o fato de ser o conhecimento multidimensional e complexo, sobretudo quando se busca dialogar com o conhecimento objetivo e subjetivo, pelo que evidencia a necessidade de se formular uma reflexão sobre o próprio conhecimento e sobre a realidade, já que os sujeitos se veem como agentes e desvinculados da natureza, que a percebem como objeto de onde provém seus recursos. Por isso, reafirma a relação entre ecologia e economia, mesmo que tenham abordagens distintas entre suas teorizações (MELO, 2020).

Faz-se necessário, portanto, colocar em voga que as ciências econômicas estão voltadas às métricas e monetizações, colocando como externalidades as variáveis capazes de comprometer resultados ótimos e eficientes. Assim, o ambiente visto como externalidade e, mais que isso, como mero recurso ou mercadoria, deixa de ser considerado, redundando, desse modo, em um resultado ficcional e estratégico para atendimento aos interesses do capital.

Cumpre, assim, verificar acerca das matrizes da Economia Ambiental e da Economia Ecológica, viabilizando relacionar essa análise com a formulação de decisões (des)processualizadas.

4.2 Economia ambiental e o paradoxal alheamento do ambiente como externalidade

Conforme já se evidenciou, é inescusável a tensão entre economia e ecologia. Ainda assim, a temática do "ambiente" foi aventada e considerada por uma matriz teórica da Economia, qual seja, a Economia Ambiental, que tratou de incorporar a dimensão da natureza como "externalidade". Melhor dizendo, houve nessa matriz a tentativa de se incluir a externalidade como fator a ser considerado.

Por externalidade, compreende-se o custo social ou benefícios voluntários incidentes sobre uma atividade, mas estas externalidades não se incorporam aos preços fixados pelo mercado (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012). As externalidades são consideradas, portanto, fatos ou situações favoráveis ou desfavoráveis, mas que não são absorvidas para correção ou aproveitamento pelo mercado, já que não incrementam os cálculos e monetizações projetadas pela economia. Como exemplos de externalidades ambientais negativas, podem-se citar a produção de resíduos poluentes por uma empresa ou o descarte de dejetos industriais ou minerários em um rio. Referidas ações geram impacto ambiental, mas estão excluídas das métricas econômicas, sendo estas alheias às questões ambientais ocorridas, ainda que os recursos para as indústrias e mineradoras sejam extraídos da natureza. O que se evidencia, portanto, é que o "ambiente", dentro da visão econômica, se presta como recinto de exploração de matéria-prima, e, de modo paradoxal, se vê opacizado pelas projeções econômicas. Ou seja, a natureza está à margem – marginalizada - dentro do contexto da economia, sendo mera externalidade.

Alier e Schlüpmann (1991) sustentam que a relação entre ambiente e economia tem incidência nas políticas-econômicas ortodoxas, que colocam as questões ecológicas como problemas de risco e como externalidade alocada dentro de um contexto coletivo, sendo consideradas como meros efeitos secundários não incorporados pelo mercado.

A relação entre economia e natureza é fundada em uma perspectiva de eficiência econômica, que leva em conta o melhor custo-benefício, a melhor alocação de recursos para que se alcance o objetivo primordial, qual seja, a maximização da riqueza. E, nesse contexto, a própria natureza é excluída do cômputo, ao passo que fatores de degradação, a exemplo da poluição e desastres socioambientais, possuem carga de ineficiência para o sistema econômico,

já que ensejam um custo marginal para despoluição. E esse custo é aferido apenas do ponto de vista econômico e não ecológico, já que assumem a degradação como um custo marginal a ser relacionado apenas a fatores econômicos. Desse modo, Samuelson e Nordhaus afirmam que "os economistas procuram determinar o nível de poluição socialmente eficiente ao equilibrar os custos e os benefícios sociais. Mas precisamente, a eficiência exige que os benefícios sociais marginais da despoluição sejam iguais aos custos sociais marginais da despoluição" (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012, p. 241). Ou seja, "poluir" é aceitável para a economia e a decisão sobre "despoluir" precisa ter um resultado útil. Aceita-se a poluição dentro do contexto econômico dentro de métricas de eficientismo.

A Economia Ambiental decorre da matriz da ciência econômica convencional neoclássica construída a partir do século XVII, com a emergência da sociedade capitalista e a derrocada da sociedade feudal, ocasião em que se perfazia uma visão da economia como atividade agregada ao poder político estatal e como simples meio para realização de valores morais e religiosos voltados ao atendimento de interesses mercantilistas. Após, com a consolidação do sistema capitalista, a dimensão de produção e consumo foram alocadas à esfera de poder e, por isso, Adam Smith elaborou sua "teoria da produção" dentro da obra "Riqueza das Nações", a partir da qual as revoluções burguesas encontraram suporte para evocar o individualismo, sob o argumento de liberdade irrestrita dos sujeitos[43].

E, nesse contexto, dá-se azo à autonomia dos processos econômicos, como se houvesse uma normatividade e um determinismo intrínsecos a esse sistema, que deu origem ao princípio fisiocrático do "laisser-faire, laisser-passer", como ordem supostamente natural da economia. Por isso, Avelãs Nunes destacou que "a preocupação central dos fisiocratas foi o crescimento econômico" (AVELÃS NUNES, 2019, p. 31), o que justifica as diretrizes voltadas, de modo prioritário, à persecução de acumular riquezas, chancelando-se uma economia alheia ao ambiente e aos custos sociais considerados como externalidades, a fim de que, ao final, fosse viável se operar no sentido efetivo do crescimento pretendido.

O que se infere, portanto, é que embora tenha surgido a vertente da Economia

[43] Não por acaso, Adam Smith apontou a relação de cisão entre os sujeitos e a terra. A natureza é vista como fonte inesgotável de recursos e de riqueza apta a ofertar ascensão econômica e lucros a seus proprietários. Essa visão cartesiana, individualista e mecanicista vem externada da seguinte forma: "a terra, em qualquer situação, produz maior quantidade de alimento do que é suficiente a manter todo o trabalho necessário para trazê-la ao mercado na mais liberal maneira em que tal trabalho jamais foi mantido. O que excede a paga necessária do trabalho também é sempre mais que suficiente a reembolsar o fundo que emprega esse trabalho com os seus ordinários proveitos. Em consequência, sempre resta alguma coisa para dar ao senhorio da terra como renda dela. A mesma extensão de terra não só mantém maior número de gado, mas também à proporção que este (pelo benefício da cultura) pode achar mantimento em menos terreno, também menos trabalho é preciso para colher o seu produto. Então, o senhorio ganha em duas vias: pelo aumento do produto e pela diminuição do trabalho" (SMITH, 2014, p. 166).

Ambiental, a partir da qual o ambiente como meio passa a ser considerado, essa matriz acaba por não se desacoplar das premissas centrais da ciência econômica convencional.

A economia é ciência das escolhas a partir da perspectiva da escassez. Essas escolhas-decisões vão desde a obtenção de recursos, sua utilização e alocação. Portanto, o "princípio da escolha racional" é uma das diretrizes econômicas que evidenciam a busca pela decisão operativa à maximização da riqueza. Este princípio mostra-se aderente ao "princípio da eficiência econômica" que parte da persecução do menor custo de produção possível para se alcançar o maior benefício, o que se traduz em eficiência produtiva e alocativa almejada pelo mercado.

Utilizando-se destes mesmos parâmetros principiológicos, a Economia Ambiental considera o ambiente como variável exógena à economia (BEZERRA, 2021), sendo a natureza pautada como bem, como recurso e fonte inesgotável de matérias-primas e riquezas, assim como se assume o fato de sua degradação e da escassez ascendente. Ou seja, no tradicionalismo da ciência econômica o foco era a natureza como recurso e no contexto da Economia Ambiental avança-se apenas no sentido de se considerar que há exploração acentuada o que, ainda assim, é considerado como mera externalidade, custo marginal ou falha de mercado. Não há, de modo apropriado, uma mudança de visão ou uma mudança do "lócus" do ambiente e, assim, o lugar da natureza continua sendo marginal.

Leff (2010) destaca que as externalidades ambientais e ecológicas não foram introjetadas na compreensão das ciências econômicas, já que esta matriz desconsidera ou oculta a contribuição dos processos ecológicos, tanto nos aspectos de produção, quanto do desenvolvimento humano, o que se afigura como uma estratégia econômica e ideológica de poder. No mesmo sentido, Alier (1998) formulou crítica à Economia Ambiental por entender as externalidades como arbitrárias a ponto de não servirem como base racional para políticas ambientais.

O ponto de atenção para as externalidades é que fatores como poluição e degradação ambiental gerados pelo mercado em seus processos produtivos e de consumo são deslocados da esfera do próprio custo do mercado – custo privado – para o que, de modo ordinário, se caracteriza como custo social. Essa estratégia de deslocamento do custo da externalidade do âmbito onde o fato é gerado, para o âmbito social, trata-se de artimanha para socializar os custos, ao passo que os benefícios econômicos permanecem alocados na esfera privatista do mercado. Isso evidencia a articulação em torno dos cálculos econômicos, que se mostram seletivos com relação aos seus dados, para que a resultante seja em prol do mercado, ainda que haja ônus para a sociedade. Isso quer dizer que os custos ambientais para desenvolvimento

econômico não são internalizados pela economia de mercado.

Os pontos fulcrais debatidos pela Economia Ambiental são a monetização dos custos externos marginais, mas sem incorporá-los aos agentes do mercado, além da busca de solução para se alcançar o máximo de eficiência econômica, o ótimo social, por meio do aumento do lucro a tal ponto que cubra o custo marginal externo da degradação ambiental.

Há por parte da Economia Ambiental a percepção de que as externalidades podem ser monetizadas por meio de técnicas de negociação dos custos ou pela consideração dos recursos ambientais como direitos de propriedade. Isso foi sustentado por Ronald Coase, que foi um dos teóricos a estudar o ambiente como custo social, assim como Arthur Cecil Pigou, que também exerceu influência nesse estudo dos custos sociais ambientais, embora tenha defendido a repercussão dos impactos ambientais no âmbito de intervenções estatais para correção das chamadas falhas do mercado.

Pigou nomeia de "deseconomias externas" as resultantes negativas oriundas das atividades do mercado e destaca os impactos ambientais decorrentes da atuação industrial, ao mesmo tempo em que evidencia que esses impactos são considerados como externalidades negativas. Sugere, desse modo, que o Estado deve estar apto a proceder às correções dos desvios operados como custos marginais ambientais, adotando medidas para contenção dos custos sociais e ambientais, assim como para criação de normatizações voltadas à proteção dos recursos naturais esgotáveis. Pigou sugere que a internalização dessas externalidades oriundas das atividades poluidoras do ambiente seja corrigida via cobrança de impostos dos agentes econômicos (PIGOU, 2002).

Contrapondo-se a essa visão, Coase defendeu que o custo social não deve ser operacionalizado pelo Estado, mas articulado e decidido de acordo com pretensões do mercado, no âmbito privado. E, no tocante às questões exploratórias do ambiente, Coase argumenta que é o próprio Estado quem acaba por chancelar e legitimar as degradações ocorridas, por meio de aberturas normativas a dar guarida. Por isso, Coase defende que o mercado é capaz de solver os problemas ambientais, sem intervenção estatal, pela livre negociação entre as partes. Ou seja, para Coase bastaria que o Estado regulasse direitos privados, sobretudo direitos de propriedade, para que houvesse condição e mobilidade de se transigir acerca de soluções para problemas ambientais (COASE, 2017).

Evidencia-se, portanto, que não foi por acaso que Coase se performou como o economista dos neoliberais, a partir do desenvolvimento da metodologia "Law and Economics" (Análise Econômica do Direito), que propõe a livre iniciativa e a propriedade privada como diretrizes a guiarem as formulações das decisões jurídicas, de modo que estas deem guarida ao

crescimento econômico e proteção ao mercado. Desse modo, pela vertente da "Law and Economics", todas as decisões administrativas, legislativas ou jurisdicionais devem ser balizadas pela aferição de sua repercussão econômica. Logo, por essa metodologia, infere-se que há uma reciprocidade entre Direito e Economia, já que ambas se inter-relacionam pela alocação de recursos escassos.

Desse modo, pode-se constatar que a adoção de parâmetros de internalização da externalidade do dano ambiental tem espeque nas matrizes econômicas sugeridas por Coase e Pigou. Nesse sentido, Pigou sugeriu a correção da falha de mercado pela cobrança de impostos com intuito inibitório da degradação e Coase apontou que o fato de se considerar o ambiente como propriedade geraria a alocação dessa externalidade como custo zero, desarticulando impactos econômicos para o mercado. Partindo-se dessas posições, é possível inferir que as proposições de Pigou e de Coase serviram de base determinante para a formulação das premissas do Direito Ambiental que, conforme será demonstrado, tem vestes econômicas e não ecológicas.

Relevante considerar que entre os princípios gerais da atividade econômica está a defesa do *meio* ambiente (art. 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) e, desse modo, a ordem econômica deve promover a busca por desenvolvimento, dentro dos ditames da livre iniciativa, desde que não haja comprometimento ambiental em termos degenerativos. A Constituição da República do Brasil coloca ainda o *meio* ambiente como bem de uso comum (art. 225) e, desse modo, na tomada de decisões há que se considerar essa condição (HARDT; NEGRI, 2016).

Nesse ponto, Derani (2001) afirma que, de fato, os artigos 170 e 225 da Constituição da República de 1988 precisam ser inter-relacionados para uma leitura adequada à sustentabilidade. No mesmo sentido, Baracho Júnior (2008) indica que se faz necessário o alinhamento entre desenvolvimento econômico e social, com vista à proteção do ambiente natural e do ambiente social, para que, assim, haja observância às premissas estatuídas na Constituição da República brasileira de 1988.

Destaca-se, portanto, que há tangenciamento entre Direito, economia e ambiente, o que repercute na estruturação das matrizes de Direito Ambiental, sendo possível também se evidenciar a introjeção das perspectivas da "Law and Economics" (Análise Econômica do Direito) nas escolhas e na formulação das decisões que pautam temas atinentes à preservação e degradação do ambiente, assim como da utilização da natureza como recurso. Essas disciplinas se conectam e inter-relacionam, sendo possível verificar que o Direito Ambiental brasileiro incorpora a principiologia econômica. Nesse sentido, cumpre destacar, como exemplo, o

princípio do desenvolvimento sustentável.

Portanto, a partir do discurso constitucional preconizador do direito a um meio ambiente equilibrado e que garanta qualidade de vida para esta e as futuras gerações, permeia-se uma narrativa econômica por meio de princípios regenciadores do Direito Ambiental, afirmando Derani (2001, p. 21) que "a finalidade do direito ambiental coincide com a finalidade do direito econômico. Ambos propugnam pelo aumento do bem-estar ou qualidade de vida individual e coletiva".

Visto, desse modo, infere-se que a Economia Ambiental se articula com as decisões tomadas e que colocam o ambiente em posição subestimada à economia, com reflexos, inclusive, na formulação de decisões. Logo, cumpre averiguar a Economia Ecológica como uma possibilidade (ou não) de se rearticular a relação para fins de tomada de decisões processualizadas e que, sejam, de modo efetivo, ecológicas e integrativas.

4.3 Economia Ecológica e a ausência de critérios processualizados para decisão

O Processo democrático serve como diretriz para a pesquisa que aqui se desenvolve e, assim, cumpre avaliar de que forma decisões têm sido formuladas com base em análises econômicas.

Nesse sentido, dentro da relação operada entre economia e ecologia, deve-se aferir de que modo a disciplina da Economia Ecológica tem repercutido na tomada de decisões acerca das questões ambientais. E Alier (2018, p. 49) destaca que essa disciplina parte de uma "avaliação ambiental integral, incluindo a construção de cenários, modelagem dinâmica e métodos participativos na tomada de decisões". É preciso analisar se a arquitetura proposta para a formulação decisória, neste caso, tem sido estruturada de forma processualizada, dentro dos parâmetros democráticos pretendidos. Desse modo, cumprirá verticalizar o entendimento acerca da disciplina, de modo a possibilitar essa compreensão em termos do Processo.

A Economia Ecológica detém visão transdisciplinar de gestão da sustentabilidade, a partir da qual conhecimentos diversos convergem para a análise do ambiente. Desse modo, os economistas ecológicos buscam situar a economia como uma parte do ecossistema, que é mais abrangente. Além disso, partem da compreensão de finitude dos recursos naturais ofertados na biosfera. Ainda em razão dessa visão, a Economia Ecológica articula questionamentos e avaliações acerca da relação de incidência da economia sobre a natureza, buscando analisar as resultantes que impactam nos fatores de degradação, crescimento demográfico e distribuição dos custos sociais e ambientais.

Alier (2018) destaca que a Economia Ecológica leva em conta a relação entre economia e ambiente por meio de análises da repercussão operada pelo direito de propriedade e gestão dos recursos, partindo do resultado dessa verificação para formular decisões de políticas ambientais. Ou seja, decisões são tomadas com base em análises feitas a partir da disciplina da Economia Ecológica e, portanto, dentro da hipótese aventada na presente pesquisa, é preciso aferir se essas decisões têm se ancorado em uma perspectiva de racionalidade econômica ou efetivamente ecológica.

O eixo da Economia Ecológica se fixa na compreensão da incomensurabilidade dos custos ecológicos, assumindo-se a inviabilidade de aferição monetária da natureza. O que se quer evidenciar, nesse ponto, é a impossibilidade de repostas precisas às perguntas: quanto vale a natureza? Quanto custa a degradação ambiental? Quanto custa a reparação de eventuais danos ambientais? Qual é o impacto efetivo da degradação ambiental para as futuras gerações?

Leff (2021, p. 39) destaca que "não existe um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico de avaliação com o qual possa ser calculado o 'valor real' da natureza na economia". Isso porque a monetização da natureza mostra-se indemarcável, além do que há um espaço-tempo diacrônico incapaz de incorporar formas de aferição dos custos futuros decorrentes da degradação pretérita. Nesse sentido, é perceptível a dificuldade de interlocução entre economia tradicional e as bases ecológicas de produção, sobretudo pela impossibilidade prática de se estimar valores atuais para questões de reflexos futuros como são as ambientais (ALIER; SCHLÜPMANN, 1991).

Essa vertente da Economia Ecológica foi desenvolvida por Nicholas Georgescu-Roegen (2012), partindo do fato de que os processos econômicos clássicos se voltam à produção vincada na extração ilimitada de recursos da natureza, gerando, desse modo, uma condição econômica insustentável. Assim, evidencia que se operou uma confusão propositada e estratégica entre crescimento e desenvolvimento. Explica que ocorre o crescimento por ocasião do aumento da produção por número de habitantes, o que, redunda em um também crescente esgotamento dos recursos naturais. Por outro lado, articula que o desenvolvimento significa o incremento de inovações para que se criem energias acessíveis e eliminação de resíduos poluentes. Por isso, sustenta que o crescimento deve ter limites, ao menos que se assuma o risco para a sobrevivência dos seres do planeta. A biosfera planetária tem se prestado a uma função servil à vertente econômica capitalista que aponta o crescimento como meta única para exponenciar a riqueza e atender aos interesses do mercado. E, não por acaso, Georgescu-Roegen denuncia que a confusão operada entre crescimento e desenvolvimento se faz como alavancagem de um discurso evocador de crescimento sem limites como se isso significasse

desenvolvimento, criando, em verdade, um antagonismo inescrupuloso entre economia e ecologia.

A pretensão da Economia Ecológica é evidenciar a ecologia como sistema próprio e significativo, que deve ser internalizado pela matriz econômica. Nesse sentido, a natureza deixa de ser vista como custo e passa a ser dimensionada como ambiente que contempla limites de potencial produtivo a serem observados.

Esse limite é apontado pela lei da entropia, segundo a qual há uma marca limite de consumo da natureza que precisa ser respeitada, diante do esgotamento dos recursos, além da produção de calor e resíduos inaptos a retornar à condição anterior, o que se dá em razão da degradação entrópica. A racionalidade tecnoeconômica que tem pautado os processos ecológicos não cuida de incorporar essa variável em sua dinâmica produtiva, o que agrava a escassez e aumenta as crises ambientais e sociais pelas disparidades distributivas, projetando um crescimento econômico não sustentável.

Partindo da Economia Ecológica, Raworth delineou o que nomeia de *Economia Donut*, apontando para a necessidade de se integrarem elementos para a criação de um equilíbrio próspero, viável e que respeite os limites da Terra. Assim, ela parte da análise do neoliberalismo, a partir do qual o mercado é o próprio crivo de sua liberdade sem limites, ignorando-se os sujeitos e o limite planetário. Entendendo ser este um sistema fadado ao fracasso, Raworth (2019) formula uma proposição de economia integrada, a partir da qual a Terra e a sociedade estejam acima da economia que, por sua vez, busca agregar os sujeitos, o mercado, o Estado e os bens comuns em uma operação dinâmica que leve em conta os limites do crescimento e, ao mesmo tempo, seja capaz de articular cada um dos elementos da forma mais equilibrada possível. O que propõe, nesse sentido, busca romper com a trajetória da Economia mecanicista e utilitarista convencional.

Cumpre destacar a diferença existente entre a ciência econômica convencional e a Economia Ecológica. A Economia convencional pretende-se autossuficiente e compreende a natureza como mera externalidade, sendo a ela atribuída a condição de recurso e a categoria de um bem, do qual se detém a propriedade. Nesse sentido, essa Economia objetifica a natureza atribuindo-lhe preço, assim o fazendo como estratégia para manter a natureza como externalidade. No tocante à Economia Ecológica, esta vertente oferta crítica à Economia tradicional em razão da racionalidade quantificadora e monetizadora dos modos de produção e da incidência degradante sobre a natureza. Assim, rechaça a possibilidade de precificação correta e precisa da natureza, ao mesmo tempo em que admite a internalização dessa externalidade por meio da tributação sobre fatos ensejadores de degradação ambiental.

Desse modo, parece paradoxal o fato de que a Economia Ecológica oferte críticas à monetização da natureza e que, ainda assim, aponte como fator de correção ou de compensação a precificação dos serviços ambientais, ao mesmo tempo em que sustenta que a natureza tem valor incomensurável.

A Economia Ecológica parte do conceito de "distribuição ecológica", que coloca em voga as disparidades na alocação dos custos ecológicos e a repercussão nos custos sociais, apontando a economia como estratégia de poder a partir da qual são adotadas políticas de distribuição desigual da riqueza e dos poluentes gerados pela superexploração da natureza. O crescimento econômico e a compensação pelos danos causados não se distribuem de forma adequada, mas sim de acordo com interesses do mercado. Nesse sentido, Leff argumenta:

> A categoria da distribuição ecológica não foge do cerco da racionalidade econômica, pois o ambiente é concebido como um custo do processo econômico, e não como potencial para um paradigma alternativo de produção sustentável.
> A distribuição ecológica aparece, assim, como termo conciliatório entre a economia ecológica e a economia política (entre o cálculo econômico e a racionalidade ambiental), oferecendo um argumento para explicar e reivindicar a dívida ecológica histórica entre países ricos e países pobres, desde a conquista política de seus territórios até o intercâmbio desigual na ordem econômica global. (LEFF, 2021, p. 43).

Nesse ponto, cabe evidenciar o fato de que países em desenvolvimento acabam por figurar como meros fornecedores de matérias primas decorrentes da exploração ambiental, ficando, portanto, com a degradação e os resíduos oriundos dos processos produtivos, ao passo que os países desenvolvidos e o mercado a ele acoplados detém os lucros, o crescimento econômico e as riquezas[44]. Os custos ambientais e os custos sociais oriundos dessa relação são operados como ônus nos países pobres que tudo ofertam e nada colhem. A crítica dirigida à Economia Ecológica se perfaz no sentido de que, embora proponha a ecologização da economia pela via da regulamentação, deixa de indicar uma metodologia apta a operar formas alternativas de produção ecológica dentro de uma economia sustentável (LEFF, 2021).

Acerca do processo de tomada de decisões de matriz Econômica Ecológica, Alier destaca a existência de um modelo de avaliação dos conflitos que leva em conta o que nomeia de macroeconomia ecológica. Esse modelo cria alguns critérios de aferição que partem da avaliação da sustentabilidade, da análise do custo-benefício, criando ainda um conceito de comparabilidade de valores.

Logo, Alier explica que ao se afirmar a incomensurabilidade está a se falar da

[44] Kamila Pope (2018) destaca que resíduos têm sido transferidos para locais diferentes daqueles onde são produzidos, gerando uma crise na gestão dos mesmos e agravando os desequilíbrios sociais e econômicos.

“comparabilidade fraca de valores”, que considera a tentativa de se efetuarem comparações entre valores inestimáveis e, para isso, cria-se uma metodologia que determina que sejam agregados nessa avaliação outros valores capazes de conferir maior objetividade. O exemplo utilizado por Alier seria o seguinte: supondo-se que haja necessidade de instalação de um depósito de lixo em determinada cidade, tenha que haver a formulação de decisão sobre instalar no local A, B ou C. Nesse caso, seriam criados três critérios de valor, sendo valor como habitat, valor como paisagem ou valor econômico. Esses critérios são escolhidos para que se avalie acerca de cada um, sopesando a sua importância e buscando agregar a essa avaliação informações sobre custos, que viabilizem apontar com mais precisão o quanto vale cada uma das opções.

Levam-se em conta a importância do ecossistema de cada um dos locais, a paisagem e o custo econômico de implantação do negócio, buscando-se o máximo de possibilidade de quantificar e monetizar os custos e os benefícios. Alier admite, no entanto, a imprecisão dos critérios de avaliação e, mais que isso, expõe sua dúvida acerca de questões como: quem decide, como decide e com base em quais critérios, se não houver regulamentação a respeito. Tanto é assim, que Alier destaca a possibilidade de que decisões autoritárias possam ser tomadas, ante a inexistência de uma metodologia precisa e de processos decisórios efetivos. Assim, afirma:

> A autoridade política pode optar por fórmulas autoritárias ou talvez, de modo mais moderno, se impor com base numa análise de custo-benefício reducionista, aplicando uma lógica monetarista, possivelmente complementada por alguma avaliação cosmética de impacto ambiental. (ALIER, 2018, p. 56).

Isso demostra que o desenvolvimento da Economia Ecológica desconsidera formulações decisórias processualizadas. Nesse contexto, as decisões acerca de questões ambientais se formulam às margens de dialogicidade e da participação dos sujeitos, além de sequer haver previsão na construção dessa metodologia de qualquer margem transdisciplinar com o Processo. Portanto, não é por acaso que Alier acabe reconhecendo o autoritarismo dessas decisões que se pretendiam ecológicas e que, na realidade, são autoritárias e valorativas, dotadas de critérios de pessoalidade, parcialidade e alta carga de interesses. São, assim, decisões desprocessualizadas, desarticuladas da observância ao processo democrático e que não corroboram para a ampliação dos diálogos e para a incidência de uma racionalidade ambiental que vá convergir em decisões elaborados com espeque na sustentabilidade real que se pretende e que tenha a natureza como diretriz produtiva.

Não foi por acaso, que Ovídio Baptista, ao discorrer sobre a formação do Direito

Processual Civil, enfatizou que há nessa disciplina um autoritarismo e dogmatização, por contemplar uma visão individualista, o que é característica da Modernidade. Afirmou ainda que, dentro de uma perspectiva cartesiana, o Processo acabou se articulando como verdade matemática, com a categorização e conceituação estanque de seus institutos, sem se acoplar ou, ao menos perquirir, sobre a realidade em volta dos sujeitos. É como se houvesse um descolamento entre a realidade e o normativismo jurídico de bases individualistas e autoritárias, exatamente por excluir das bases formativas todos os sujeitos (BAPTISTA, 2004)[45].

Aventando também a necessidade de se ressignificar e se repensar o Direito Processual, aventa-se a busca de alternativas teóricas e "reprogramação do ensino em direito processual de modo a atender às necessidades das sociedades contemporâneas em termos de resolução de disputas" (COSTA; SILVA; ASPERTI *et al.*, 2022, p. 91).

E para além da perspectiva processual, considerando o aspecto econômico-ecológico, Alier vai ainda destacar que pode haver situações possíveis de se aferir monetariamente alguns valores, que é o que chama de comensurabilidade forte. Lado outro, afirma que sustentabilidade forte ocorre quando os recursos naturais sofrem poucos impactos físicos, ao passo que a sustentabilidade fraca se relaciona ao esgotamento ou degradação do ambiente. Fato é que, ao final, aventa-se acerca da existência de conflitos entre os valores previamente fixados, sobretudo pela necessidade de aferir múltiplos critérios e variáveis indemarcadas (ALIER, 2018).

Importa ainda destacar a inferência de Alier, que concluiu, a partir da perspectiva da Economia Ecológica, que o problema fulcral dos conflitos ambientais está na ausência de procedimentos democráticos de decisão. Afirma que há uma imposição pelas esferas de poder que se articulam para atender a interesses próprios, agravando desigualdades e a degradação ambiental. Dessa forma:

> O poder [...] aparece de duas formas distintas. A primeira é a capacidade de impor uma decisão sobre os outros, por exemplo, para roubar recursos, instalar uma fábrica que contamina o meio ambiente, destruir uma floresta ou ocupar espaços ambientais para despejar resíduos. As externalidades são entendidas como a transferência social

[45] Ovídio Baptista ao tratar do Processo racionalista de base dogmático-ideológica, acentuou: "o autoritarisrmo que se oculta sob o dogmatismo, foi sem dúvida o principal ingrediente na formação do Direito Processual Civil, como ciência formal e abstrata. Assim como as verdades matemáticas são absolutas, enquanto categorias intemporais, do mesmo modo pretendeu-se 'absolutizar' as instituições processuais, desligando-as de seus compromissos históricos, o que as 'relativizaria', situação que o industrialismo nascente – com sua exigência de segurança jurídica – não poderia tolerar. A relação entre dogmatismo e autoritarismo, afinal entre direito formal e formas autoritárias de organização política, não pode ser esquecida. Estamos a tratar das origens racionalistas do Direito Processual Civil moderno, desse direito natural laico, nascido como reação ao direito natural de origem aristotélico-tomista da idade Média. Cuida-se do novo direito natural, nascido sob a inspiração da metodologia analítica de Descartes, influenciada, por sua vez, por Galileu" (BAPTISTA, 2004, p. 65-66).

> dos custos. A segundo é o poder de procedimento que, triunfando em aparência sobre a complexidade, se torna capaz de impor a todas as partes implicadas uma determinada linguagem de valoração como critério básico para julgar um conflito ecológico distributivo. (ALIER, 2018, p. 356-357).

Alier não pretendeu tratar, de modo específico, acerca do Processo. A pesquisa por ele realizada se deu no campo do ambientalismo. No entanto, em sua pesquisa chega à conclusão acerca da ausência de critérios de decidir que sejam democráticos e que, de modo efetivo, sejam ecológicos. Assim, evidencia que as decisões tomadas acerca de questões ambientais têm sido autoritárias, impostas por estruturas de poder interessadas precipuamente em crescimento econômico e operando, de modo abrupto, sobre o ambiente. Além disso, Alier destaca que os procedimentos decisórios são falaciosos e ocultam a complexidade envolta na criação de critérios específicos de valoração, que, por fim, acabam sendo manipulados pelas estruturas de poder para atendimento de interesses mercadológicos.

Imperioso ainda afirmar que Alier aponta para a necessidade de convergir os sujeitos para o diálogo capaz de ampliar os debates de conteúdo científico e não científicos, mas que sejam capazes de contribuir para a decisão com avaliação integral de riscos e complexidades. O ponto fulcral destacado por Alier é no sentido da legitimidade para decidir acerca de questões ambientais e, sobretudo, como serão formuladas essas decisões.

E é neste ponto, portanto, que a presente pesquisa pretende aprofundar e trazer proposições dentro da matriz dos Processos Pluriversais, que possam ser capazes de corroborar para o ganho de democraticidade e para a sustentabilidade ecológica efetiva que se pretende.

A partir da crítica à Economia Ecológica, a proposta de Leff se pauta em uma Ecologia Política, segundo a qual a natureza se perfaz como a própria base de sustentabilidade dos processos produtivos e não meros recursos ou insumos. Defende, desse modo, uma racionalidade ambiental capaz de viabilizar a compreensão da necessidade de reapropriação da natureza com a integração dos sujeitos e do ambiente. E ainda, propõe a desconstrução da racionalidade tecnoeconômica operante, pautada na tensão entre capital e trabalho, para que seja possível construir uma nova racionalidade produtiva gerada a partir de condições ecológicas equilibradas, em que o ambiente não seja mero insumo, mas sim seja o fundamento precípuo da sustentabilidade e do desenvolvimento.

4.4 Ecologia Política como diretriz de sustentabilidade e processualização

Com base na dimensão de racionalidade ambiental, pretende-se que os sujeitos se

conscientizem e se engajem de modo crítico para se reintegrarem ao ambiente como efetivos participantes dos processos decisórios, sejam essas decisões em que nível for. Assim, Leff (2021, p. 11) oferta diretriz teórica pautada em uma ampliação dos diálogos – diálogo dos saberes – operada por uma "governança multiatores que busca compreender justamente as dinâmicas e os processos de decisão política que lidam com a participação legítima e necessária de múltiplos atores e setores sociais".

Não se trata aqui de uma participação performática e fictícia fundada em um discurso que, em realidade, oculta o alheamento dos sujeitos por uma representação formal dos mesmos, que não se sentem representados pelas decisões construídas. Pretende-se, no entanto, a partir da teoria da Ecologia Política a construção de espaço dialógico capaz de incorporar diferenças e pluralismos por meio de uma visão ecológica, de interligação e interconexão pautada em uma epistemologia da alteridade.

A Ecologia Política surge do questionamento das distribuições desiguais da riqueza no contexto capitalista, capaz de agravar as crises sociais e de encadear problemas ecológicos e ambientais pela superexploração da natureza, com agravamento da opressão e desterritorialização dos povos originários e tradicionais ainda sob a fantasmagoria da colonização.

A partir dessa compreensão crítica, Gorz colaborou para o desenvolvimento teórico da Ecologia Política e aprofundou na análise acerca do desenvolvimento capitalista que se sistematiza e estabelece a partir da subjugação dos povos e da natureza, imbuído de um instinto voraz de crescimento a que não se detém. Assim, aventa a hipótese de que a sobrevivência no planeta somente será possível a partir de um decrescimento da economia, assim como de uma mudança de mentalidade do homem, que seja capaz de alterar seu modo de vida e suas relações sociais, diante do fato inconteste de que há limites à exploração dos recursos do planeta (GORZ, 2011).

A desterritorialização, portanto, decorre do desacoplamento dos sujeitos da natureza, ao mesmo tempo em que a natureza se desloca para o plano da objetificação. Isso acaba por ensejar, por óbvio, a desumanização dos homens, já que este é natureza, embora tenha se perdido nesse papel. Isso leva a pensar no território como espaço necessário de configuração identitária, onde devem ser alocadas as diversidades e pluralismos próprios da essência humana e que foram deslocados pela racionalidade colonial moderna, sobretudo pela imposição da racionalidade eurocêntrica, apontado por Derridá como logocentrismo da ciência.

Derridá (1972) destaca o logocentrismo como centramento da narrativa e do discurso sobre um sistema de significação estruturado no imediatismo e na identidade homogeneizadora,

deslocando sentidos de diferença e alteridade. Desse modo, cria-se uma razão totalizadora como amálgama sobre a ciência e a direciona para um pensar e agir hegemônicos.

Como alternativa ao logocentrismo, Leff destaca a racionalidade ambiental capaz de internalizar diversidades, a partir de uma epistemologia que incorpore um diálogo de saberes viabilizador da ampliação participativa, para construção de uma rede de saberes alternativos e abertos às diferenças, aptos a romper com hegemonias e estruturas de dominação. A partir dessa proposição, Leff destaca a Ecologia Política como alternativa para incorporação ontológica das diferenças e pluralismos e ainda para que haja uma reconfiguração epistemológica capaz de gerar compreensão de que a natureza é incomensurável (LEFF, 2021)

Por incomensurabilidade entende-se a ausência de meios e métodos objetivos para monetização do ambiente como capital, inviabilizando que seja o ambiente precificado em termos de mercado. Ou seja, não é possível, a partir de uma racionalidade ambiental, operar a troca entre econômico e ecológico, ante a impossibilidade de gerar resultados objetivos e métricas viáveis, que incorporem as variáveis presentes e futuras de possíveis danos ambientais. Não se configurou, até então, uma metodologia capaz de retirar as assimetrias entre racionalidade econômica e racionalidade ambiental.

Partindo desse ponto da incomensurabilidade, Leff (2021) afirma a necessidade de se construir um paradigma alternativo de produção, que leve em conta as diferenças ontológicas, a incomensurabilidade ambiental e a necessidade de reapropriação social da natureza e, nesse ponto, sugere a Ecologia Política como diretriz para sustentabilidade da economia com base na perspectiva ecológica de valorização da natureza e reorganização da sociedade.

O discurso da sustentabilidade precisa ser desvelado, de modo a se evidenciar seu real sentido, alocado na encruzilhada entre uma racionalidade tecnoeconômica capitalista e o ideário ecológico. A sustentabilidade pode ser compreendida como perspectiva de construção de condição de vida no planeta, a partir da ecologia capaz de conectar os seres viventes para o controle da degradação entrópica do sistema. Isso significa que os processos exploratórios da natureza dão ensejo à produção de calor e transformação das matérias, incapazes de retornarem ao ponto inicial, alterando, portanto, as condições termodinâmicas e o equilíbrio ecológico planetário. Ou seja, os processos tecnoeconômicos revestem-se de uma racionalidade chanceladora da exploração da natureza e de criação de resíduos incapazes de serem restaurados. Ao se incidir sobre a natureza e seus recursos, opera-se uma geração de calor pela transformação das matérias, que estão levando o planeta ao superaquecimento limite, a que se define morte entrópica (LEFF, 2021).

Por fim, o que pretende a sustentabilidade é desenvolver um equilíbrio pautado na

racionalidade que leve em conta uma ecologia, fundada na observância e respeito aos limites da natureza, com a necessária compreensão dos danos operados pela busca incessante de lucros a qualquer custo pelo mercado.

O antídoto para o sofrimento entrópico do planeta é a formação de racionalidade ambiental que incorpore modos de produção neguentrópicos, ou seja, uma produção econômica ecologizada baseada em processos de dignificação da vida e na ética da alteridade. Desse modo, assume-se a neguentropia como processo de criação e manutenção da vida planetária em sua dimensão mais ampla e capaz de incorporar equilíbrio ecológico, tecnológico e desenvolvimento dos modos de vida.

A Ecologia Política é disciplina ampliativa de diálogo vincado em alteridade, na possibilidade de fala, de escuta, consideração e reconhecimento das diversidades e pluralismos. Ecologia, nesse sentido, se perfaz como referência ecossistêmica de incorporação dos sujeitos e natureza, das condições sociais e de apropriação sustentável do ambiente em um vínculo de solidariedade. Nesse caso, o ambiente compreende a dimensão ecossistêmica, assim como incorpora diversidades culturais.

É imprescindível, portanto, que haja gestão democrática, pautada na observância da ética que leve em conta as diversidades, da epistemológica ambiental, de uma economia sustentável desde sua base produtiva, assim como de um alinhamento jurídico processualizado, que incorpore efetiva participação emancipadora dos sujeitos e ampliação dos diálogos dos saberes.

Leff (2021) afirma, por isso, que a base de construção de sociedades sustentáveis é a democracia. E isso abarca a compreensão de que os legitimados para participarem da tomada de decisões processualizadas são todos os sujeitos que serão afetados pelas eventuais formulações. Assim, a participação efetiva precisa ser emancipadora, compreendendo todos os sujeitos em suas mais diversas matrizes identitárias, os mais variados discursos que levam a um diálogo de saberes. E, dentro desse contexto, Leff formula questionamentos: “a quem pertence a natureza? Quem outorga os direitos de povoar o planeta, explorar a terra e os recursos, contaminar o ambiente? Trata-se de uma decisão que cai das alturas do poder sobre as pessoas como a fatalidade de uma lei natural [...]” (LEFF, 2021, p. 58-59).

Com essas perguntas, Leff coloca em voga a legitimidade decisória acerca das questões ecossistêmicas e denuncia que essas decisões têm sido alocadas nas estruturas de poder do mercado e do capital, que impõem as diretrizes de acordo com seus próprios interesses, deixando os sujeitos e a natureza marginalizados.

A Ecologia Política reforça a democracia como propulsora para a construção dialogada

e legitima de alternativas produtivas ecossistêmicas, destacando a necessidade de retomada da efetiva participação dos sujeitos nas formulações de decisões que reforcem a metacidadania e a autodeterminação dos próprios sujeitos e da natureza.

Cumpre avançar na análise das razões pela qual a democracia não tem se feito presente nas construções de decisões relacionadas ao ambiente, já que os sujeitos e a natureza tem sido invisibilizados e silenciados, a partir da imposição de decisões operadas por estruturas de poder manipuladas pelo mercado neoliberal.

4.5 Neoliberalismo e sua relação com as decisões desprocessualizadas sobre o ambiente

O neoliberalismo se trata de ideologia desenvolvida com o objetivo de criar condições para expansão do mercado, garantindo altas margens de lucro, desenvolvimento e acumulação capitalista[46]. Para isso, a doutrina neoliberal se utiliza do suporte do Estado a lhe dar guarida normativa e operacional, ao mesmo tempo em que, de modo paradoxal, o mercado neoliberal pretende uma atuação estatal não interventora em suas pretensões, pelo que invoca uma narrativa estratégica de liberdade para o crescimento.

A dogmática neoliberal, portanto, assume a liberdade individual como narrativa salvífica para garantir a liberdade das multinacionais e do capital financeiro, o que evidencia esse discurso como estratégia de poder[47].

O neoliberalismo introjeta-se após a Segunda Guerra Mundial, como racionalidade criada propositadamente para vincar o capitalismo como (suposta) única alternativa viável para garantia de estabilidade, utilizando-se do aparato Estado-Mercado para impor essa nova ordem. Assim, firmou-se o acordo de Bretton Woods para chancelar as investidas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional para a realização de ajustes estruturais nos sistemas jurídico-

[46] Nos ensinamentos de Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado "funcionam predominantemente através da ideologia, o que unifica a sua diversidade é este funcionamento mesmo, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da 'classe dominante'. Se considerarmos que por princípio a 'classe dominante' detém o poder de Estado [...] e que dispõe, portanto, do aparelho (repressivo) do Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante seja ativa nos aparelhos ideológicos de Estado." (ALTHUSSER, 2022, p. 77).

[47] A narrativa em torno da liberdade pode se afigurar, de modo paradoxal, como estratégia de dominação. Assim, Marcuse (2015, p. 46) afirma que "sob o domínio de um todo repressivo, a liberdade pode ser transformada em um poderoso instrumento de dominação. O leque de opções aberto ao indivíduo não é o fator decisivo na determinação do grau de liberdade humana, mas 'o que' pode ser escolhido e o que é realmente escolhido pelo indivíduo. O critério da livre escolha nunca pode ser um critério absoluto, nem tampouco inteiramente relativo. Escolher livremente os senhores não anula a existência de senhores ou de escravos. A livre escolha entre uma ampla variedade de bens e serviços não significa liberdade se esses bens e serviços sustentam controles sociais sob uma vida de labuta e medo – isto é, se eles sustentam alienação. E a reprodução espontânea, pelo indivíduo, de necessidades superimpostas não estabelece a autonomia; ela testemunha apenas a eficácia dos controles".

normativos dos países em desenvolvimento[48]. O neoliberalismo pretendeu criar uma elite econômica de governança mundial e foi exitoso nesse sentido. Por isso, Chul Han (2018, p. 15) afirma que "somos todos dominados por uma ditadura do capital".

O capitalismo não tem nenhum apreço pela natureza e sua preservação e, como afirma Porto-Gonçalves, há aderência desse sistema econômico à exploração fossilista, rumando para a pilhagem da natureza e para uma constante lógica bélica visando ampliação do mercado e sua afirmação, o que corrobora para o que nomeia de neoliberalismo ambiental. Tanto é assim, que Porto-Gonçalves denuncia que o Banco Mundial envidou esforços para criar o "Global Environment Facility", que partiu de diretrizes alinhadas de modo unilateral, sem participação dos sujeitos processuais, dos países e de seus representantes, sem a realização de audiências públicas ou quaisquer outros meios de ampliação do acesso às informações, criando, desse modo, uma assimetria desde as bases decisórias, a corroborar com a ampliação da hegemonia neoliberal (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Houve, nesse contexto, o desenvolvimento de uma racionalidade, de uma forma de compreensão do mundo e de um agir parametrizado para que o sistema político-econômico e o sistema normativo fossem redirecionados ao atendimento dos ditames do capital. Assim, o mercado impõe suas regras, que são articuladas pelo próprio Estado como resultante das pretensões neoliberais, de modo que as decisões gerenciais, legislativas ou jurisdicionais sejam formuladas com o olhar voltado ao atendimento dos interesses mercadológicos. Não por acaso, afirma-se que, dentro dessa vertente neoliberal, "não se pode pensar independentemente a economia e o sistema normativo" (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 97). Portanto, o sistema é dimensionado, de modo estratégico, para elaborar decisões compreensivas dos anseios do capital, implantando regras, discursos e práticas voltadas a promover ajustes econômicos, políticos e jurídicos.

Não há, dentro da vertente neoliberal, qualquer pretensão de se averiguar ou aferir a participação democrática ou proteção a direitos e garantias fundamentais. É o contrário disso, pelo que Avelã Nunes evidenciou que o neoliberalismo é incompatível com a democracia (AVELÃS NUNES, 2016). No mesmo sentido, Arruzza, Bhattacharya e Fraser argumentam que o capitalismo cria obstáculos propositais à formação de decisões que sejam coletivas, privando os sujeitos e suas comunidades de delinearem soluções de relacionamento com o ambiente e as definições das formas de produção. Por isso, afirmam que "o capitalismo é

[48] Para maior aprofundamento histórico acerca da ideologia neoliberal, ver: HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014; DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

fundamentalmente antidemocrático" (FRASER, BHATTACHARYA; ARRUZZA, 2019, p. 88).

O que se evidencia, portanto, é que para as políticas neoliberais a democracia é infortúnio, já que parte da necessária premissa de participação dos sujeitos processuais para a construção das decisões, ao passo que, na racionalidade neoliberal, o que se pretende é a tomada de decisões pelo mercado e em favor deste[49]. O que o neoliberalismo faz, em verdade, é se utilizar da democracia como simulacro, enquanto as estruturas de poder atuam para atender à finança de mercado, a partir de um falacioso discurso de busca de desenvolvimento para todos, quando oportuniza, de fato, a acumulação do capital.

O capitalismo neoliberal provoca a digressão dos sujeitos e das coletividades de seus "lócus" emancipatórios, na medida em que se sustenta na lógica da superexploração e da segregação por raças, classes, gênero, o que, de acordo com Cida Bento, "vão desde a tomada de terras indígenas e quilombolas até o que chamamos de trabalho escravo ou trabalho reprodutivo de gênero" (BENTO, 2022, p. 41).

Em razão do viés individualista da ideologia neoliberal, há o ruir da efetiva participação dos sujeitos processuais com a fragilização e deturpação da cidadania que, ao invés de se perfazer pela participação emancipadora e efetiva representação dos sujeitos nas decisões, o que se evidencia, ao contrário, é a marginalização dos cidadãos e seu ocultamento, assim como a desprocessualização, diante da sobreposição dos ditames do mercado[50].

Por isso mesmo, Han (2016) afirmou que o neoliberalismo transformou os cidadãos em consumidores. Assim, a participação se torna performática, emblemática e não emancipadora, a ponto de haver uma estagnação dos processos decisórios democráticos, que se veem voltados à tomada de decisões pelos mercados. Esse fato, enseja crises de várias ordens, entre as quais

---

[49] Em pesquisa anterior, afirmou-se que "fica evidenciada a intenção voltada ao capitalismo neoliberal defendido pelo Banco Mundial, que vincula governo e mercado, para obtenção de uma eficiência voltada a maximização dos lucros, redução de custos e abertura mercadológica, a partir de um discurso de incentivo à competitividade e progresso tecnológico. No entanto, como se trata de uma necessidade de livre mercado, com acesso aos países em desenvolvimento em um nível de reestruturação político-administrativa e com viés econômico, seria imprescindível que o Banco Mundial defendesse a desregulamentação estatal e a formulação de uma estrutura jurídica e normativa que lhe desse guarida para implementação das estratégias neoliberais. Ou seja, o Estado de Direito deveria ser moldado como um aparato para a intervenção do mercado internacional, sobretudo, nos países em desenvolvimento, corroborando para a perpetuação da exploração. Além disso, o RDM 1991 orienta que "a reforma deve visar as instituições. O estabelecimento de um sistema jurídico e judiciário eficaz e um firme sistema de direitos de propriedade é um complemento essencial às reformas econômicas." (FREITAS, 2019, p. 60).

[50] Nesse ponto, Leal afirmou: "o Estado, nessa conjuntura, identifica-se com o mercado de troca de vantagens pessoais, funcionais e institucionais, pouco importando se o sistema é aberto ou fechado [...]. A democracia é um emblema pelo simulacro de uma constitucionalidade jurídica suscetível a flexibilidades em seus conteúdos pelos juízos de livre convencimento de seus intérpretes engastados em tribunais de excelsos saberes já pré-compreendidos [...]" (LEAL, 2018, p. 366).

crises de representação democráticas, crises das estruturas de poder. Além disso, há no neoliberalismo uma racionalidade predatória tanto das instâncias de poder decisional, quanto da própria natureza.

Ao tratar das crises assoladoras das condições de vida no planeta, Zizek (2012, p. 11) afirma que o capitalismo global ruma para o caos, levado pelo que nomeia de "quatro cavaleiros do Apocalipse", quais sejam: a crise ecológica, a revolução biogenética, desequilíbrio do sistema (lutas por direitos e matérias-primas, comida e água) e crescimento das divisões e exclusões sociais. Essa visão também é compartilhada por Joel Kovel (2002), ao destacar o capitalismo neoliberal como sendo capaz de transformar cada ser humano em inimigo da natureza, o que pode levar o planeta à agonia, assim como levar os seres vivos a se digladiarem pela busca de água potável e alimentos em um instinto bélico e destrutivo. Avançando a partir dessa constatação, Dardot e Laval (2017, p. 13) evidenciam que a crise ambiental exige a formulação de uma nova racionalidade econômica e social, "derrubando o sistema de normas que está ameaçando de maneira direta a humanidade e a natureza".

Há, portanto, uma crise do capitalismo neoliberal, que se serve do sistema normativa delineado pelos Estados para, sob o reduto do Estado de Direito, praticar a pilhagem da natureza e do ambiente, relegando-os a meros recursos e comprometendo, desse modo, as condições de vida no planeta em nome da acumulação do capital[51]. Neste ponto, Harvey (2014) destaca que o Estado neoliberal assume e coloca-se ao lado do capital, em detrimento da qualidade de vida e do ambiente, assim como inobserva direitos fundamentais.

Cumpre destacar que, sem que o neoliberalismo tenha sido (ainda) superado, há um contexto de ascensão das chamadas "big tech's", que colocam em xeque a soberania dos Estados – levando a uma suposta soberania dos dados -, na medida em que suas diretrizes de coleta, manutenção e utilização ("big data") ainda padecem de regulamentação suficiente[52]. A

[51] Acerca da relação existente entre o desenvolvimento do capitalismo e do Estado de Direito, Baptista anunciou que "o vínculo entre o Estado de Direito e o capitalismo está na circunstância de o nascimento de ambos ter-se dado simultaneamente. A distribuição da 'comunidade' medieval, uma das campanhas empreendidas com especial determinação pelos filósofos a partir do Século XVI, teve seu ponto de apoio no Direito e na cada vez mais ampla e envolvente 'juridicização' do nascente mundo moderno". (BAPTISTA, 2004, p. 304).

[52] Conforme explicam Kean Birch e Kelly Bronson, as "big tech's" como Apple, Amazon, Microsoft, Google/Alphabet e Facebook/Meta estão assumindo as rédeas da vigilância corporativa, assim como o monopólio e o poder de mercado (BIRCH; BRONSON, 2022). O poderio que detém na atualidade é tão expressivo, que vem obstaculizando a criação de normatizações para lhes aloquem dentro do Estado de Direito. Ou sejam, as "big tech's" não querem ter balizas legais que lhes regulem, para que, assim, possam atuar em recintos indemarcados, sob o falacioso pretexto da "liberdade". Assim, Zuboff enfatiza: "é importante compreender que os capitalistas de vigilância são impelidos a buscar essa ausência de legislação pela lógica que eles mesmo criaram. Google e Facebook colocaram muita pressão para eliminar a proteção privada on-line, limitar regulações, enfraquecer ou bloquear legislações que aumentem a privacidade e impedir qualquer tentativa de circunscrever suas práticas porque tais leis são ameaças existenciais ao fluxo desimpedido de superávit comportamental" (ZUBOFF, 2020, p. 127).

atuação dessas “big tech’s” vem alterando a forma como o mercado se articula para o consumo de bens e informações, assim como vêm se colocando como um risco para as tradicionais compreensões de Estado e de mercado, pelo que já se fala em ascensão dos dados e morte da política (MOROZOV, 2018), na utilização dos algoritmos com a consequente derrocada da democracia (O’NEIL, 2020), na ascensão do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2020) e em tecnoliberalismo (BOLZAN DE MORAIS, 2018).

O que importa neste caso é o fato de que, ainda que se conheça e que já se assumam os riscos da ascensão das “big tech’s” e da tomada de controle dos dados, informações e incidência de sua atuação sobre as decisões, os seres humanos e a natureza ainda estão sendo regidos pelo núcleo econômico “capitalismo”, seja ele um capitalismo informacional, capitalismo de vigilância, capitalismo financeiro, enfim. Nesse sentido, embora se tenha feito aqui esta consideração, para a finalidade da presente tese, importa avaliar a relação do neoliberalismo ainda persistente, mesmo que em bases de sofisticação tecnoliberal-dataísta.

Não por acaso, Shoshana Zuboff aponta para um momento em que os próprios seres humanos se tornaram mercadorias, já que o capitalismo de vigilância domina comportamentos e forja conhecimentos, de modo que sustenta, por isso, a contemporânea existência dos “recursos naturais humanos”. Logo, Zuboff acaba por evidenciar uma relação entre capitalismo da vigilância e dominação dos seres humanos, utilizando, para isso, uma referência da dominação dos seres humanos sobre a natureza, para fins de dominá-la. Enfatiza:

> Os atuais proprietários do capital de vigilância declararam uma quarta mercadoria ficcional expropriada das realidades vividas pelos seres humanos cujos corpos, pensamentos e sentimentos são tão virgens e imaculados quanto os campos e florestas antes de caírem vítimas da dinâmica do mercado. Nessa nova lógica, a experiência humana é subjugada aos mecanismos de mercado do capitalismo de vigilância e renasce como “comportamento”.
> [...]
> Nesse futuro, somos exilados do próprio comportamento, nos é negado o acesso ao conhecimento – ou o controle dele – resultante da sua despossessão por parte de outros e para outros. Conhecimento, autoridade e poder permanecem com o capital de vigilância, para a qual não passamos de “*recursos naturais humanos*”. Somos agora os povos nativos cujas reinvindicações tácitas de autodeterminação sumiram do mapa da própria experiência. (ZUBOFF, 2020, p. 121-122).

O que se evidencia, nesse sentido, é que o neoliberalismo (ou ainda o tecnoliberalismo) partem da base econômica capitalista que aloca os seres humanos e a natureza como mercadorias. No capitalismo, o Estado é colocado em posição central como regenciador das diretrizes, para atender a interesses de estruturas de poder. No entanto, no contexto neoliberal, o que se vê é o posicionamento do mercado como balizador dos sistemas políticos, econômicos

e normativos, enquanto o Estado lhe ancora os interesses e guarnece de proteção. Já no contexto tecnoliberal-dataísta, o Estado e o mercado têm sido driblados pela logística das redes suportadas e controladas pelas "big tech's", que, assim, alocam-se como as novas estruturas de poder.

Esse fato reforça, uma vez mais, que o capitalismo, como técnica de controle e dominação econômica, vem matizando nuances diversas sem que se perca de vista a necessidade de controle dos sujeitos, corpos e comportamentos daqueles subjugados, sejam seres humanos ou a natureza[53]. Feita essa consideração acerca da relação entre neoliberalismo, controle das "big tech's" e sua relação com o controle humano, dos dados e da natureza, cumpre aferir, neste ponto, de que forma o capitalismo neoliberal se introjeta para elaborar decisões ideológicas.

Ovídio Baptista (2004), em sua obra "Processo e Ideologia", destacou a relação existente entre Direito e o capitalismo, com clara repercussão no campo do Processo, sobretudo da disciplina do Processo Civil, que se desenvolveu sob uma vertente econômica voltada ao atendimento dos interesses burgueses ditados desde o século XVII, fazendo com que o Processo, nesse caso, se tornasse dogmático e ideológico. Logo, considerando que a presente pesquisa objetiva formular alternativas processuais viáveis para mitigar ou solver a crise ecológica global, há que se averiguar a relação entre a mesma e o capitalismo neoliberal decorrente do Século XX.

O que se extrai dessa perspectiva neoliberal, em termos processuais, é que as decisões, sejam legislativas, administrativas (gerenciais) e jurisdicionais, chancelam a matriz destrutiva, degenerativa e exploratória do ambiente. Tanto é assim, que o Estado não busca limitar as ações

---

[53] Acerca da relação entre Processo e novas tecnologias que vem sendo utilizadas, há artigo científico que trata da Teoria dos "Nudges" relacionando-a com as técnicas de resolução de conflitos. Nunes e Malone destacam que as "nudges" atuam como forma de conduzir os sujeitos a tomarem decisões, conduzidas, de modo estratégico, por arquiteturas ou designs construídos dentro das plataformas digitais, influenciando esses sujeitos. Para isso, partem do estudo da Economia Comportamental. Afirmam, nesse contexto: "estudados no âmbito da economia comportamental – vertente econômica crítica ao modelo axiomático de indivíduo racional – os nudges são formas de criar estímulos sem coação, em razão da percepção de que a racionalidade humana é limitada. Têm como objetivo alterar os ambientes de forma a aumentar a probabilidade de certos comportamentos, em razão da percepção quanto à falibilidade da racionalidade humana e, consequentemente, da possibilidade de influenciar a tomada de decisões a partir das heurísticas e vieses cognitivos, como a ancoragem, disponibilidade, representatividade, otimismo e excesso de confiança, aversão à perda, viés de status quo, framing, influência social, autoridade e efeito holofote.
Com a tendência de criação de plataformas eletrônicas de resolução de conflitos, nudges assumem especial relevância no campo do Direito. Isso porque ambientes digitais possuem peculiaridades que podem expandir as funcionalidades dos nudges, como o excesso de informações disponíveis na internet, a tomada de decisões em telas de forma apressada e automatizada, a facilitação na alteração de elementos de design, e a possibilidade de criar nudges mais eficazes ao permitir o rastreamento e a análise em tempo real do comportamento do usuário, sua localização, a personalização da interface do usuário, e a realização de testes e otimização da eficácia dos nudges digitais". (NUNES; MALONE, 2023, p. 9).

do mercado, mas, ao contrário, desenvolve e ratifica condições plenas para que as empreitadas neoliberais encontrem “um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69). Portanto, há que se admitir a existência de um direcionamento estratégico e com evidente propósito de, por meio do sistema jurídico-normativo, alavancar decisões voltadas à lógica capitalista e degradatória da natureza.

Assim, cumpre evidenciar a importância da interlocução ampla e profunda entre Ética, Epistemologia, Economia, Ecologia e Processo, além de outros matrizes disciplinares que corroborem para a construção de uma outra racionalidade em que a natureza seja conhecida como sujeito, dentro de uma perspectiva inclusiva e ecológica, a partir da qual haja a integração entre ambiente, coletividades e indivíduos. Além disso, há que se promover o diálogo de saberes inclusivo dos sujeitos processuais nos debates e, mais que isso, levando-se em conta saberes dos povos tradicionais, que foram, de modo estratégico, invisibilizados e calados pelo estigma da Modernidade eurocentrista.

Foi bastante oportuno ao neoliberalismo o desenvolvimento da metodologia do “Law and Economics” (Análise Econômica do Direito), que objetivou colocar o Direito em uma aferição a partir da perspectiva econômico-mercadológica de potencialização dos lucros. Por isso, Posner (2010), ao realizar proposição acerca da análise econômica do Direito, defendeu uma economia voltada à maximização de riquezas, sustentando que as decisões estatais se voltem a essa finalidade eficientista, de modo a avaliar o melhor custo-benefício para o desenvolvimento do mercado.

Evidencia-se, dessa maneira, uma visão utilitarista, sem compromisso com a observância e cumprimento dos direitos fundamentais, sobretudo inobservando a necessária proteção ao meio ambiente. Mattei e Capra divergem do posicionamento econômico alheio à visão ecológica e, assim, sustentam:

> Os economistas são incapazes de reconhecer que a economia é apenas um aspecto de um todo ecológico e de uma tessitura social. Em vez disso, eles tratam todos os bens como se fossem iguais e definidos tão somente pelo seu valor monetário, sem considerar as muitas maneiras pelas quais esses bens se relacionam com o resto do mundo, com as condições de produção e com a composição das classes sociais. Todos os valores são reduzidos ao único critério de aumentar o tamanho do bolo (maximização da riqueza). (MATTEI; CAPRA, 2018, p. 129).

Essa análise precisa ainda perpassar as perspectivas que tem direcionado a construção de decisões, dentro de um idealizado modelo de processo democrático, mas que têm se prestado ao atendimento de ditames de ordem neoliberal, a que se nomeia neoliberalismo processual (NUNES, 2020), que acabam por criar uma digressão do processo assecuratório de direitos

fundamentais e direitos da natureza, entre os quais se inclui o direito à proteção do ambiente para manutenção de um ecossistema equilibrado para as futuras gerações.

É importante evidenciar que há uma estruturação processual democrática alicerçada em princípios constitucionais de contraditório, ampla argumentação, imparcialidade, que repercutem na formulação de decisões racionalmente fundamentadas. Há, por óbvio, outras garantias que coadunam essa orientação processual democrática e que deverão ser observadas para a garantia efetiva de direitos. Em conformidade com os preceitos constitucionais vigentes, o processo se evidencia como garantia que viabiliza construções decisórias participadas pelos sujeitos constitucionais, que devem atuar para emancipação, dentro de uma perspectiva de Processos Pluriversais.

Não obstante, a concepção de Estado que se afigura em cada época histórica acaba por direcionar a lógica sobre a qual as decisões são orientadas, de modo que matrizes políticas e econômicas acabam por esculpir uma diretriz para articulação das decisões. Não por acaso, os ordenamentos jurídicos deixam margens discricionárias para que os decisores aloquem o entendimento e direcionem a formulação decisória para atendimento de interesses de grupos de poder. Portanto, as aberturas propositadamente fixadas nos ordenamentos jurídicos propiciam a introjeção de subjetivismo e valores nos direcionamentos das decisões estatais, dando ensejo à criação de máculas para que o Processo como garantia se opere ou ainda gerando uma desprocessualização, assim entendida como ruptura procedimental pela inobservância de direitos e garantias fundamentais.

Em termos ecológicos, as decisões estatais têm sido formuladas com base em uma apropriação da natureza como mercadoria, como recurso a ser usufruído, desconsiderando seus limites. Essas decisões são pautadas no sistema normativo em vigor, que legitima a visão privatista, individualista e, lado outro, opaciza direitos coletivos, bens comuns e a necessidade de um consumo sustentável e não predatório da natureza. A natureza é tragada pela economia neoliberal objetificadora do ambiente e desumanizadora dos homens, deslocando e desterritorializando os seres viventes e alocando-os onde interessa a gana do mercado.

Como estratégia de poder, a doutrina neoliberal construiu a narrativa de desenvolvimento sustentável, a fim de justificar a continuidade da exploração exacerbada do ambiente, a partir do discurso econômico. Só não se buscou evidenciar a quem, de modo efetivo, se dirige o desenvolvimento.

4.6 Desenvolvimento sustentável como conceito que não se sustenta

O desenvolvimento sustentável decorre da tentativa de se conciliarem discursos de proteção ao ambiente e crescimento econômico. O que, segundo Leff (2021), se afigura como mero disfarce e estratégica de poder do capital, acoplada a uma roupagem ecológica. Na presente pesquisa, não existe a pretensão de se realizar uma análise verticalizada das tratativas da Organização da Nações Unidas acerca das questões ambientais, mas é necessário mencioná-las, ainda que de modo breve, para efeito de se evidenciar o caráter antropocêntrico e economicista plasmado em toda a articulação da temática ambiental ali pautada.

Assim, por ocasião da Conferência sobre o Meio Ambiente, que aconteceu em Estocolmo, em 1972, o momento já era marcado pelo crescimento econômico decorrente dos processos de industrialização no mundo e o consequente aumento da poluição. Desse modo, a discussão em torno dos problemas ambientais foi colocada em pauta, resultando na elaboração da Declaração de Estocolmo[54], contendo diretrizes para nortear processos decisórios atinentes a questões ambientais, com observância a critérios para desenvolvimento econômico. Conforme realçam Barros e Bastianetto, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável buscou ponderação entre o econômico (atividade) e o ecológico (preservação ambiental), colocando em voga o direito fundamental ao planejamento (BARROS; BASTIANETTO, 2019).

Alguns anos depois, em 1992, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), propondo a diminuição da degradação ambiental e, nessa ocasião, chancelou-se a expressão "desenvolvimento sustentável"[55]. A visão antropocêntrica é evidente no documento formulado, que aponta o ser humano como centro das preocupações em torno do desenvolvimento sustentável, conforme acentuado no princípio 1 da Declaração Rio 92. Além disso, quando a Declaração e a própria Constituição da República de 1988 apontam que o ambiente deve se preservar para a geração presente, assim como para as futuras, o que se nomeia de solidariedade intra e intergeracional, essa vertente se traduz em uma visão alocada na ética antropocêntrica. Há ali vincada uma visão utilitarista de fruição necessária à sobrevivência e não por uma ética que aloque a natureza

[54] Em obra que trata do meio ambiente e das estratégias de desenvolvimento sustentável, Antonia Hornero explica que, na década de 70, os debates acerca da necessidade de proteção ao meio ambiente se acentuaram, o que repercutiu na organização da conferência de Estocolmo de 1972, que chancelou os discursos operadas na comunidade internacional acerca da necessidade se se pensar e buscar alternativas para o desenvolvimento, levando em conta o meio ambiente. Assim, Hornero (2019, P. 37) destaca: "en la Conferencia de 1972 sobre Medioambiente Humano, se planteó la creación de un órgano de investigación, para proporcionar un mayor conocimiento sobre temas medioambientales e impulsar una legislación nueva, a nivel nacional, local y regional en todo el mundo. Este órgano es el Programa de las Naciones Unidas sobre Mediomabiente (PNUMA). En 1972, los países de la OCDE elaboraron y adoptaron el Principio de País Contaminador (Polluter-Pays-Principle, PPP), como un principio económico genérico para la política de medioamiente" (HORNERO, 2019, p. 37).

[55] Para acesso à íntegra da Declaração Rio 92, consultar link na lista de referências.

como igual e importante.

Isso acaba por redundar em uma visão de desenvolvimento sustentável alocadora da matriz econômica como prioritária. Ainda que não haja confissão explícita nesse sentido, a leitura do princípio 4 da Declaração Rio 92 coloca a proteção ambiental como uma parte, dentro de um âmbito maior que é a vertente econômica. Assim, dispôs que "com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992)[56].

Ou seja, dentro dessa premissa, a visão ambiental é subserviente e se subjaz ao processo de desenvolvimento econômico, o que, de modo inevitável chancela a perspectiva de Economia Ambiental, com o ambiente à margem dos processos econômicos. Trata-se ainda de uma visão, além de antropocêntrica, mecanicista e capaz de colocar a preocupação ambiental como inserida dentro de um contexto econômico que a detém e controla. Nesse ponto, não há alinhamento entre as pautas econômicas e ambientais. Percebe-se, no entanto, a diretriz econômica a aceitar a inserção de um sintoma ambiental em seu universo.

Há ainda o princípio 12 da Declaração, que, no mesmo sentido, chancela a matriz econométrica, ao apontar, de modo precípuo, para o sistema econômico como sistema regente a amparar o crescimento e o desenvolvimento. Assim, dispôs que "os Estados deveriam cooperar na promoção de um sistema econômico internacional favorável e aberto que conduzisse ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável de todos os países, a fim de abordar da melhor forma os problemas de degradação ambiental" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992). Pela redação do princípio em destaque, pode-se inferir que o objetivo cooperativo primevo dos Estados se mira nos processos econômicos desenvolvimentistas, o que, por fim, levaria a uma possível análise da degradação ambiental. Nesse ponto, não se perfaz equilíbrio entre economia e ecologia, mas sim uma carga de importância maior sobre os sistemas econômicos como motriz.

Além disso, as questões aventadas na análise da Economia Ambiental, que assimila a degradação como externalidade e busca a sua internalização pela via da intervenção estatal, conforme proposição de Pigou, ou por meio de negociações ou pelos direitos de propriedades dos bens da natureza, de acordo com Coase, acabaram por repercutir na Declaração Rio 92, a partir de um simulado discurso pautado no desenvolvimento sustentável.

Dito de outro modo, dentro da matriz econômica, as questões ambientais foram

[56] Para consultar inteiro teor, verificar o link de acesso na lista de referências.

apontadas como custo a ser abarcado pela coletividade, sendo os chamados custos sociais. O que pretendeu a Economia Ambiental foi internalizar esse custo social, atribuindo ao poluidor o custo da degradação, o que se mostra alinhado às diretrizes preconizadas por Pigou. Nesse sentido, o princípio 11 da Declaração determina que os Estados formulem normas de proteção ao ambiente e que contemplem a análise dos custos sociais e econômicos daí decorrentes. Na mesma toada, o princípio 17 reforça a necessidade de internalização dos custos ambientais, evidenciando que o poluidor seja responsabilizado pelos custos da contaminação ou degradação.

Ou seja, a Declaração considera a degradação ambiental e a chancela, ao mesmo tempo em que assimila esse custo e pretende que a repercussão seja econômica para os agentes poluidores, como se isso, por si só, fosse capaz de proteger o ambiente. O que se infere, portanto, é que o discurso de desenvolvimento sustentável tem base econômica e não ecológica, de modo bastante aderente à narrativa da Economia Ambiental.

A pauta das mudanças climáticas também se faz presente nas discussões da Organização das Nações Unidas, já que investigações científicas evocaram causas antropogênicas para o aquecimento global, e, desse modo, desde 1997 ocorrem conferências sobre o clima[57]. Apesar do meio ambiente aparecer como diretriz das mais diversas conferências das Nações Unidas, parece evidente a preocupação econômica envolta nessa pauta ambiental e, para bem ilustrar, a Conferência Rio+20 pareceu indiferente ao cenário internacional, na medida em que sucedeu a crise econômico-financeira iniciada em 2008. Aventa-se que, em razão disso, os países desenvolvidos já não estivessem mais dispostos a assumir compromissos ambientais naquele momento e, o máximo que ali se conseguiu foi a fixação de objetivos voltados ao desenvolvimento de uma "**economia verde** no contexto do **desenvolvimento sustentável** e a

[57] A primeira Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ocorreu em 1995, em Berlim. Nesta Conferência, conhecida como COP-1, os países participantes concordaram com o "**Mandato de Berlim**", que incluía o estabelecimento de um grupo de trabalho para elaborar um protocolo ou outro instrumento juridicamente vinculativo entre as conferências climáticas anuais, que deveriam conter metas fixas de redução e um prazo para sua consecução. Na Terceira Conferência das Partes, COP-3, em dezembro de 1997, em Kyoto, foi assinado um protocolo, com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Avelãs Nunes, apresenta críticas acerca da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, ocorrida em Haia, em 2000, evidenciando o caráter econômico e desgarrado de pretensões ecológicas. Segundo aponta, "constituiu um fracasso rotundo, graças às posições egoístas do chamado Grupo Umbrella, liderado pelos EUA e integrado por aliados seus (Japão, Austrália, Canadá). Destinava-se a Conferência a definir os termos da aplicação do protocolo de Quioto (1997), através da qual os países industrializados assumiram o compromisso de reduzir globalmente em 5% as suas emissões de gases com efeitos de estufa até 2010. O modo como decorreu a conferência de Haia mostrou, porém, que os EUA e seus aliados, protegendo poderosos lobbies industriais e financeiros, se mostraram fundamentalmente interessados no desenvolvimento do comércio das autorizações de emissão (os direitos de emissão, ou 'direitos de poluir'), ao abrigo de um uso ilimitado e irresponsável dos mecanismos de flexibilidade no Protocolo de Quioto." (AVELÃS NUNES, 2003, p. 85-86).

erradicação da pobreza", bem como uma "governança global para o **desenvolvimento sustentável**" (BRASIL, 2013).

Em virtude do agravamento dos problemas relacionados ao ambiente, em 2014, a Assembleia Ambiental da ONU (UNEA) foi criada para tomar decisões acerca do ambiente, reconhecendo que a situação traz desdobramentos na seara da segurança mundial, finanças, saúde e comércio. O discurso acerca do desenvolvimento sustentável foi retomado em 2015, por ocasião da reunião da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, na sede da ONU em Nova York, tendo sido ali definidos os novos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS), fazendo parte dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", também conhecidos como "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015)[58], que traz diretriz protetiva da biosfera, sociedade e economia.

Leff critica as políticas de globalização econômico-ecológica, que acabam por evidenciar uma crise de conhecimento, na medida em que se buscam soluções supostamente simples para problemas complexos. Assim, o discurso de desenvolvimento sustentável serve para ocultar a real origem do problema ecológico, qual seja, o aquecimento global decorrente das atividades econômicas e que redunda em uma degradação entrópica. Assim, Leff (2021, p. 118) argumenta que "o discurso dominante da sustentabilidade busca promover um crescimento econômico sustentável, negando as condições ecológicas e termodinâmicas que estabelecem limites e condições para a apropriação e a transformação capitalista da natureza".

Há, portanto, uma orientação estratégica econômica por trás do discurso de desenvolvimento sustentável, que busca, de modo prioritário, continuar a atender aos interesses neoliberais mercadológicos, mascarando a narrativa ecológica, repercutindo nos sistemas jurídico-normativos, o que será analisado adiante.

[58] Consultar o link de acesso constante na lista de referências.

5 DESVELANDO AS MATRIZES DO PROCESSO NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

Como ponto de partida, haverá necessidade de se avaliar de que forma o Direito foi se desenvolvendo, a partir da Modernidade antropocêntrica, tendo repercutido em uma chancela da defesa de interesses individualistas (patrimonialistas), mais que de direitos fundamentais. Aventa-se que o Processo e suas matrizes teóricas não tenham conseguido se desvencilhar dessa perspectiva, de modo que a cognição e a participação legitimadora das decisões acabaram tornando-se performáticas e não emancipadoras[59].

Para demonstrar o contexto a partir do qual as Teorias do Processo se desenvolveram, sobretudo aquelas de matriz publicista, houve a necessidade de analisá-las, não de modo superficial, mas desvelando o sentido das mesmas a partir do seu marco propositivo. Com isso, é possível se aferir que o caráter de suposta cientificidade que se pretende conferir ao Processo oculta um procedimentalismo técnico persistente.

Com isso, conjectura-se ainda nesta pesquisa acerca de outras proposições possíveis para a conformação democrática que se pretende, cogitando-se, nesse sentido, uma disrupção teórica que saia do vértice da Modernidade e que ouse seguir para uma diretriz contemporânea processual decolonial, pluriversal e ecológica.

5.1 O projeto (per)formativo do Direito na Modernidade

Sociedade e Direito coexistem desde sempre. No entanto, o Direito Positivo, prescritivo e enclausurado na ordem estatal passou a ser conveniente e dimensionado para fins de controle e dominação, assim como o conhecemos, a partir da Modernidade[60].

---

[59] Susana Henriques da Costa e Maria Cecília Asperti, com base nos estudos apresentados por Marc Galanter, enfatizam a tendência a uma sumarização cada vez mais evidente dos procedimentos cognitivos, além da tendência à adoção dos métodos alternativos de solução de conflitos e desjudicialização, evitando-se, desse modo, que haja, de modo necessário, aferição do arcabouço probatório. Assim, afirmam que nos procedimentos de *trial* as provas são efetivamente produzidas para que, após, sejam elaboradas as decisões. Alegam, no entanto, que houve uma tendência à substituição desta técnica por técnicas procedimentais abreviadas ou "*encurtadas*". Ou seja, "procedimentos 'encurtados' ou abreviados, em que a decisão judicial é proferida apenas com base nas argumentações escritas, questões de direito e transações consensuais (settlement) – não com fulcro na investigação judicial dos fatos do caso no entanto. Em outras palavras, haveria uma queda no número de casos em que todas as fases processuais seriam percorridas em favor de um aumento do volume de processos nos quais a decisão é dada ainda nas primeiras etapas do trâmite processual". (COSTA; ASPERTI, 2022, p. 2).

[60] Tratando do papel exercido pelo Direito no ruir da democracia, Lucas Gontijo e Mariana Bicalho afirmam que "o indivíduo não age de forma originária, mas reduz ou submete seu modo de vida a um conjunto de regras, procedimentos e modelos de vida pré-estabelecidos pelo direito. Há, portanto, um adestramento da potência humana, do político, na Modernidade" (GONTIJO; BICALHO, 2020, p. 152). Com isso, reafirma-se a incidência

Conforme já exposto de forma minudenciada no Capítulo 2 desta pesquisa, a Modernidade trouxe consigo uma perspectiva individualista e voltada à acumulação de riquezas e patrimônio, ao mesmo tempo em que, dentro de uma visão (anti)ética, colocou o homem em posição de centralidade em torno do qual todas as outras coisas gravitam, ao que se nomeia antropocentrismo. Como resultante lógica, essa visão repercutiu em várias searas, inclusive na jurídica, de modo que o Direito passou a ser delineado a partir dessa dimensão.

A Modernidade que se ascendeu pela imposição cultural europeia desde o Século XV, surgiu dos interesses burgueses, acoplados a uma ideologia liberal, individualista e capitalista, que necessitava da centralização política para fins de estruturação de seu poder. Daí a conveniência de se criarem os Estados Nacionais soberanos para dar-lhes garantia e, para isso, tornou-se necessário criar também um arcabouço jurídico a dar suporte aos anseios dessa sociedade burguesa e a seu modo de produção capitalista. Ou seja, o Direito de matriz eurocêntrica, encapsulado pela ideologia liberal-individualista, passa a ser configurado para o exercício de uma prática universalista, totalizadora e hegemônica, chancelando, desse modo, uma diretriz monista e unívoca (WOLKMER, 2015).

A proteção da propriedade privada passou a ser diretriz essencial para a conformação dos discursos de crescimento e liberdade evocados pelo individualismo. Tanto foi assim, que a Revolução Francesa de 1789, pronta a ecoar os anseios por liberdade, igualdade e fraternidade, de modo paradoxal, veio a proteger os pleitos de uma burguesia sedenta por crescimento econômico. Por isso, o Código Napoleônico, de 1804, em seu artigo 544º afirmou a propriedade como absoluta e configuradora dos direitos de usufruir e dispor das mesmas. Esse dispositivo foi reproduzido no Código Civil brasileiro, em seu artigo 524, garantindo ao proprietário os direitos de uso, gozo e disposição, assim como de reavê-los em casos de posse injusta. O que se evidencia, nesse sentido, é que o direito de propriedade traz consigo a liberdade de dispor como viga mestra, o que não se mostra equivocado, mas demonstra uma preocupação em se demarcar o que é privado. O pensamento lapidar dessa narrativa decorre da visão privatista, patrimonialista e capaz de gerar uma rede de apropriação e acumulação.

A análise se mostra importante na medida em que essa configuração antropocêntrica e privatista repercute no tratamento dos bens comuns, na forma como o ambiente e a natureza são considerados. Para isso, cumpre destacar que na Idade Média, em que a economia se voltava à subsistência, havia um pensamento comunitário a partir do qual o direito de fruir os bens direcionava-se à sobrevivência e não à acumulação ou à apropriação de modo absoluto para

do Direito, com suas diretrizes normativas, sobre as vidas dos sujeitos, condicionando-os a um agir (im)posto pelas estruturas de poder.

eventual exercício do direito de disposição[61]. François Ost enfatizou que a Idade Média amoldava-se em uma perspectiva de comunidade solidária entre os homens, em que a partilha da terra, da produção e do trabalho garantiam a subsistência e, com o advento da Modernidade, houve a quebra do sentido de solidariedade e uma reinvindicação de liberdade que acabou por culminar na alocação da propriedade privada como culto excludente e, assim, "com a propriedade privativa os outros tornam-se, em linguagem jurídica, 'terceiros'; terceiros, de ora em diante, 'excluídos' do usufruto comum, do mesmo modo como a lógica cartesiana, rigorosamente identitária e binária" (OST, 1995, p. 58).

E foi assim que o indivíduo, mais que o homem, se tornou centro do mundo e formatou o modo de pensar, de atuar, de um agir excludente que, de um lado aloca o ser/homem e do outro lado, todo o resto despossuído. É o surgimento da ética antropocêntrica, capitalista e individualista, que se reproduziu, de modo inevitável, nas formulações do Direito e das decisões.

Ost destaca ainda que o sentido e a proteção da natureza acabaram ruindo a partir da narrativa em torno da propriedade e da liberdade econômica como única via e, para exemplificar, menciona uma lei francesa de 1791, que dispõe que "os bosques pertencentes a particulares deixarão de estar sujeitos aos agentes florestais, e cada proprietário será livre de os administrar e deles dispor no futuro, como lhe aprouver" (OST, 1995, p. 61). Logo, a natureza passou a ser vista como bem, como recurso, como fonte de renda. A apropriação da natureza trouxe consigo a objetificação da mesma, seu alheamento e marginalização. Foi a partir daí que os bens comuns passaram à dimensão de alienabilidade, colocando o homem em superioridade à natureza e acima desta, sob a guarida da lei. Ou seja, foi o Direito que racionalizou o discurso de propriedade e chancelou a natureza como coisa, como objeto de pertencimento com aptidão para ser explorada. E quem elaborou essa narrativa ensejadora da lei protetiva da propriedade e ocultadora dos direitos da natureza? A burguesia, os detentores do poder e operadores dos

[61] Para justificar a menção feita à Idade Média, cumpre destacar a importância deste período para a própria construção do entendimento acerca da Modernidade. Essa percepção parte também dos estudos feitos pelo processualista Ovídio Baptista, ao evidenciar: "isto adverte-nos para uma circunstância que muitas vezes não é considerada, qual seja, a profunda ligação do mundo moderno com a herança medieval. Ao contrário do que uma visão superficial possa imaginar, a Modernidade está solidamente assentada na Idade Média, assim como, através do Renascimento, acha-se ligada espiritualmente à cultura clássica greco-romana. Talvez seja adequado dizer que as grandes transformações, que nos permitem, de uma longa distância, distinguir um período histórico do outro, acontecem mais pela forma como os homens passam, através de um processo lento e imperceptível, a compreender o acervo cultural acumulado pelas épocas precedentes, mais do que pela descoberta de materiais novos e até mesmo de circunstâncias desconhecidas. Este ponto é fundamental para a compreensão histórica". (BAPTISTA, 2004, p. 59). E assim, Baptista demonstrou a justificativa histórica para a mudança de um modo de pensar da "comunidade medieval" para o individualismo característico da Modernidade, que repercutiu no Processo e em suas teorias.

mecanismos de controle e subserviência.

Conforme evidenciado no capítulo 2 da pesquisa, a ética antropocêntrica levou os seres humanos, ou melhor, levou o indivíduo ao pedestal. E, nesse sentido, o pensamento unificador de Descartes criou uma necessidade de totalização, que se aderiu muito bem à construção dos direitos de propriedade. Assim, a partir dessa visão, a propriedade opera com dimensão de ampliação e crescimento cada vez maior, razão pela qual os bens antes vistos como comuns, a exemplo da terra, do ar, das águas e florestas começam a ser apropriáveis, ainda que em parte, para fins de exploração, de modo a corroborar com a degradação ambiental.

Foi a partir desse contexto que Mattei e Capra desenvolveram tese no sentido de que o Direito e as ciências reproduzem a visão cartesiana mecanicista do mundo, orientada por um pensamento materialista e extrativista, acentuado a partir da Era Industrial, e que corroborou para a crise ambiental drástica vivida na contemporaneidade. Por isso, destacam que "quando a concepção holística da natureza foi substituída pela metáfora do mundo como máquina, o objetivo da ciência passou a ser um conhecimento que pudesse ser usado para dominar e controlar a natureza" (MATTEI; CAPRA, 2018, p. 31). E, nessa ocasião, seguindo as diretrizes cartesianas, Grotius, Locke, Hobbes e Bacon, apenas para exemplificar, seguiram delineando dispositivos jurídicos voltados à proteção do direito individual, direito de propriedade, assegurados pelo Estado forte, preocupado com o poder e imposição de decisões cumpridoras dos anseios da burguesia. Toda essa visão ecoa na dominação do homem sobre a natureza, sendo o Direito garantidor desse processo de dominação da natureza, com eliminação da força de participação dos sujeitos nos processos decisórios.

Desse modo, há que se considerar a existência de tensão entre o Direito, sobretudo direitos de propriedade, que são delineados para proteção de interesses privados, e, de outro lado, a proteção do ambiente e do equilíbrio ecossistêmico. Mas, nesse caso, e a ecologia? É a pergunta formulada por Ost: "Ecologia e Direito: que diálogo?". Neste ponto reside a mencionada tensão. Colocar Direito e Ecologia numa mesma linguagem tem sido desafiador, sobretudo em razão da ética antropocêntrica imposta, da globalização econômica e de complexidades que envolvem os círculos de atuação de cada um desses segmentos. Desse modo, pode-se inferir que há segmentação, falta de integração dos diálogos das disciplinas, como se fossem universos estanques, distantes e incomunicáveis. Logo:

> A ecologia reclama conceitos englobantes e condições evolutivas; o direito responde com critérios fixos e categorias que segmentam o real. A ecologia fala em termos de ecossistema e biosfera, o direito responde em termos de limites e de fronteiras; uma desenvolve o tempo longo, por vezes extremamente longo, dos seus ciclos naturais, o outro impõe o ritmo curto das previsões humanas. (OST, 1996, p. 111).

A partir dessa constatação acerca da pouca aderência dialógica entre as disciplinas, ao mesmo tempo em que se torna imperiosa essa articulação e ampliação dos diálogos de saberes, a fim de se obter avanços em termos de sustentabilidade e processualidade democrática, há que se buscar desenvolver alternativas viáveis para este fim.

Em uma dimensão ecocêntrica, conforme já exposto no item 2.4 desta pesquisa, a ecologia se funda em premissas de proteção ambiental, atuação e desenvolvimento coletivos e respeito às subjetividades. Há, portanto, uma compreensão ampliada da ecologia que, por comportar todos os aspectos acima elencados, tem aderência ao Direito e a um Processo legitimador, na medida em que este só existe por criação humana, para assegurar proteção das relações intersubjetivas e sociais.

Aventando a necessidade de se conhecer e construir um sistema jurídico que leve em conta a importante relação entre Direito e Ecologia, Silvia Bagni sustenta a importância de se delinear um "eco-sistema jurídico", a partir do qual a interrelação entre seres humanos e natureza sirva como diretriz para as formulações jurídicas. Nesse sentido, argumenta que os sistemas jurídicos internos e soberanos de cada Estado devem se articular com um sistema jurídico transnacional, todos voltados a uma matriz ecocêntrica. Nesse contexto, Bagni assevera que a ciência jurídica deve acolher uma epistemologia que o direcione para formulações que tenham espeque nos direitos humanos e nos direitos da natureza (BAGNI, 2022b).

"Como ponto de partida", nesse diapasão, há que se colocar em voga a importância do Processo, como metodologia de garantia de direitos (BARACHO, 2006), como via adequada e necessária à configuração de bases decisionais legítimas e democráticas, aptas a articular e promover essa ecologia de saberes ampliativa dos diálogos e proponente de uma construção da cidadania e de ambiente sustentável.

Nesse sentido, assim como Leff traz a perspectiva de diálogo de saberes, Boaventura de Sousa Santos elucida que a ecologia de saberes se perfaz pelo reconhecimento do outro, em suas diferenças e pluralismos, pelo reconhecimento de saberes diversos, para fins de ampliação do conhecimento e eliminação da opressão e das contradições operadas (SANTOS, 2019a). A partir dessas premissas, cabe delinear a noção de sustentabilidade, que se promove pela ampliação de diálogos e de saberes diversos capazes de convergir para a análise do ambiente em uma construção apta a promover a tomada de decisões processualizadas para a sociedade, os indivíduos e a natureza.

Enquanto a ecologia aponta para a natureza como ser vivente, o Direito, em sua vertente antropocêntrica e monista, aponta para a mesma natureza como objeto. Essa parametrização dissonante se justifica pela própria fundação do Direito em bases individualistas e pautadas na

defesa de interesses de estruturas de poder. Dito de outro modo: enquanto na ecologia a natureza é sujeito, no Direito ela parte de uma base de sujeição, sobretudo dentro do âmbito civilístico, o que só vem a se alterar pelos discursos promovidos pelo Direito Ambiental – que como já exposto tem espeque na economia – e Direito Ecológico, de recente matriz.

O Direito é construído por homens com voz e dicção para formular decisões. Esses homens falam em nome do Estado para elaboração de leis. E, nesse sentido, Wolkmer (2015) explica que o Direito vem sendo forjado por uma racionalidade lógico-formal, a partir da qual o Estado e seu aparelhamento são tidos como únicas e exclusivas fontes e referenciais normativos, o que caracteriza o monismo jurídico. Ou seja, a estrutura estatal silencia outras vozes e, de modo imperativo e hegemônico, formata o sistema jurídico de acordo com o que lhe convém, em nome de uma estrutura de poder vincada em individualismos. Acerca da relação que se opera entre o controle do Estado e os sujeitos, mediados pelo discurso jurídico, Alma Melgarito afirma que:

> A estratégia estatal consiste em atomizar as relações sociais, transformando os seres humanos em sujeitos de direito, em cidadãos separados uns dos outros e voltados para o Estado. Assim, uma vez estabelecidos como feixes de direitos e obrigações, os seres humanos só podem se relacionar uns com os outros por meio da mediação do Estado, e reproduzir suas vidas por meio da mediação do valor.[62] (MELGARITO, 2020, p. 445, tradução nossa).

A atomização das relações pela dicção centralizadora do Estado não tem sido capaz de garantir a efetiva participação dos sujeitos processuais nas pautas decisórias a nível amplo, de modo que essa mediação precisa ser feita pelo próprio Estado. Isso transforma os sujeitos em "sujeitados", dependentes do direcionamento estatal para atuar a partir do que as estruturas de poder dizem e ditam.

Há que se considerar, neste ponto, que, dentro de uma perspectiva democrática, essa construção decisória se operaria com a participação de todos os sujeitos interessados, de todos aqueles sujeitos que seriam afetados pela decisão. No entanto, o que se observa, mesmo nos âmbitos que se rotulam democráticos, é que as leis e decisões têm sido dirigidas à proteção e guarida de interesses de estruturas de poder.

Com isso, pode-se identificar que a juridicidade se aporta no dogmatismo que pressupõe a centralidade e unicidade da formação do Direito, silenciador de outras dimensões de fala e

[62] La estrategia estatal consiste en atomizar las relaciones sociales, convirtiendo así a los seres humanos en sujeitos de derecho, em ciudadanos separados entre sí y enfrentados al estado. Así, uma vez establecidos como haces de derechos y obligaciones, los seres humanos sólo pueden relacionarse entre sí por la mediación del estado, y reproducir su vida com la mediación de valor.

evidenciando dicção única operada pelo Estado, excluindo, nesse modelo, outras perspectivas, diversidades e pluralismos (WOLKMER, 2015). Esse monismo jurídico é também evidenciado por Cárcova, que destaca a existência de uma "opacidade do Direito" como anomia, ou seja, como projeto e técnica de exclusão e marginalização, a partir dos quais as normas não se aderem às pretensões sociais, tornando-se, portanto, contraditórias, ou, de outro lado, a anomia se perfaz pela própria inexistência de normas protetivas dos diversos sujeitos (CÁRCOVA, 1998).

O que se abaliza, portanto, é que a legitimação do Direito precisa ser colocada em xeque quando se opera a não aderência entre os anseios dos sujeitos processuais e a dicção estatal vincada em monismo no modo de produção jurídica. E, nesse ponto, há que se compreender a dimensão de produção de decisões estatais a nível de gestão, a nível legislativo e jurisdicional, vez que, em todos esses âmbitos, deveria haver conformação entre a dicção dos sujeitos processuais e a produção decisória.

Apesar disso, o que se averigua, conforme acentua Óscar Correas, a partir de suas análises sobre Crítica Jurídica na América Latina, é que há uma manipulação do Direito para ocultar o que, em verdade, está por detrás dele: um pleito capitalista e não democrático. Correas (1993) vai ainda evidenciar que o Direito na Modernidade está a serviço da política burguesa. Desse modo, afirma que "o direito é um discurso que organiza o uso da violência como monopólio de certos indivíduos, enquanto o segundo é oferecido pela qualificação do produtor do discurso, e o terceiro é o oferecido pela qualidade de ser de um discurso de conteúdo autorizado por outro discurso" (CORREAS, 1995, p. 57).

Assim, a evocação dos discursos prescritivos impostos pelas estruturas de poder e o silenciamento dos discursos dos demais sujeitos são, de modo próprio, uma violência e uma construção ideológica que modela a normatividade para a dominação. E, mais que isso, Correas parte do estudo da linguagem como meio de formatação dos discursos veiculadores de opressão, razão pela qual aprofunda na aferição dos discursos e seus sentidos, assim como dos significados e referentes, afirmando ainda que o discurso jurídico oculta as matizes e pluralismos das relações sociais.

Partindo dessa crítica de Correas, Melgarito assevera que a linguagem se presta a programar a consciência dos sujeitos, que reproduzem os discursos como ideologias, como textos em continuidade. E ainda afirma que a sociedade é regida pelas normas que são prescritas com o intuito coercitivo de regulação de condutas, imbuídas do velado propósito de atender às pretensões capitalistas. A esse modelo prescritivo de poder, Melgarito nomeia "Sistema Jurídico de Reprodução de Valor". Como contraponto, a proposição de Melgarito é a formulação de um "Sistema Jurídico de Reprodução da Vida" e, para isso, assegura que o

Direito precisa ser decifrado, desvelado, a fim de viabilizar uma construção capaz de repercutir em conhecimento dos pluralismos que reproduzem a própria vida e as relações sociais. A partir daí, haverá viabilidade de se avançar para o pluralismo jurídico, com a desmercantilização (MELGARITO, 2020).

A produção normativa parte de discursos e narrativas de poder, que decorrem do que Derridá (2007, p. 25-26) nomeia "fundamento místico da autoridade". E, assim, explica que as leis são cumpridas porque há uma autoridade na qual os sujeitos creem porque se impõem de forma violenta. Assim, aponta a lei como violência, ante sua fundação como mito de uma autoridade, apoiando-se a lei sobre ela mesma.

A proposição que se conjectura na presente tese seria de se pensar em Direito, amparado ainda hoje em uma vertente moderna-capitalista, para se pensar em "Direitos" – no plural -, a partir de uma visão ampliativa e que se construa pela articulação de diálogos e saberes e que, sobretudo, gere a expansão da participação emancipadora e, portanto, democrática dos sujeitos processuais. Enquanto o Direito vem se vincando em um arcabouço estatalista, falar em Direitos, Pluralismo Jurídico e em Processos leva à garantia participativa em que a ecologia de saberes se perfaça como identitária, representando, de modo efetivo, os pleitos em suas diversidades. Trata-se, portanto, de uma construção de Direitos emancipatórios, capazes de libertar os sujeitos dos estigmas da colonialidade e da violência.

Essa alternativa foi desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, por meio das Epistemologias do Sul, conceito desenvolvido a partir da pesquisa e das vivências, nos anos 1970, em uma comunidade do Rio de Janeiro, onde teve a oportunidade de delinear seu entendimento acerca do Pluralismo Jurídico.

Assim, Boaventura inferiu que o Pluralismo Jurídico parte da constatação da existência de um problema a nível epistemológico, a repercutir em todas as esferas de vida dos sujeitos, inclusive, na esfera de construção do Direito (SANTOS, 2014). Por certo, trata-se de um problema multicausal, que engloba outros setores como epistemologia e política, e que, ao final, repercutirão no resultado da atuação e participação – ou não participação – dos sujeitos na construção das decisões e de como os saberes são subalternizados.

Cumpre destacar que ao dizer sobre as Epistemologias do Sul, Boaventura procura colocar em voga o fato de que os saberes produzidos no sul global foram silenciados, ocultados e marginalizados pela violência capitalista, colonial e patriarcal imposta pelos processos civilizatórios (SANTOS, 2019a).

Acerca das Epistemologias do Sul e do Pluralismo Jurídico delineado por Boaventura de Sousa Santos, será tratado no capítulo 7 desta pesquisa. No presente ponto, o que se pretende

colocar em voga é o modelo jurídico excludente que se presta a chancelar uma atuação impositiva das estruturas de poder, criando o que Santos nomeia de linha abissal, incidindo sobre a regulação das sociedades, por imposição de diretrizes com a exclusão dos sujeitos dos processos. Isso cria, de acordo com Santos, uma inviabilidade para a criação de um direito emancipatório e que inclua as diversidades. E assim, parte do seguinte questionamento: "é possível construir um direito pós-abissal? Dito de outra forma, é possível descolonizar, desmercantilizar e despatriarcalizar o direito?" (SANTOS, 2021, p. 11).

Logo, a partir desses questionamentos, há que se avançar na análise e aferir de que modo o Processo se articula com as premissas de legitimação das decisões construídas pelos sujeitos. Para isso, faz-se necessário analisar as Teorias do Processo e seus traços moderno-antropocêntricos, de modo que, assim, seja possível evidenciar a existência – ou não – de participação emancipadora dos sujeitos interessados na decisão final, legitimando-a, ou se, de outro lado, o Processo tem contribuído para a continuidade das estruturas coloniais, mercantis e patriarcais.

5.2 Desvelando a dogmática do Processo

O ponto de partida desta análise será a aferição do Processo em suas bases formativas, cumprindo perquirir a sua configuração dogmática, dentro do contexto delineado pela Modernidade.

Conforme já evidenciado, a Modernidade acabou por reduzir os conhecimentos a dimensões de quantificação decorrentes do modelo cartesiano, a partir do qual as métricas e binarismos acabaram se tornando balizadores de uma ética racionalizadora e da formulação de conceitos e diretrizes matemáticas, com pretensão de *verdade*, de *certeza*, o que acabou por repercutir na forma como o Direito e o Processo se delinearam.

Por isso, Ovídio Baptista (2004) afirmou que houve a "geometrização do Direito" como norma construída com pretensão conceitual de verdade, afastando o Direito e o Processo como prática e exercício da realidade, o que se justifica pela existência de um paradigma matemático-binário de "certo-errado" herdado da Modernidade racionalista.

Para além disso, o Direito e técnicas procedimentais passaram a ser delineadas como se todas as diversidades e pluralismos decorrentes de uma sociedade complexa coubessem dentro de padrões estanques. Desse modo, quanto maiores os níveis de uniformização e padronização, maior a discutível percepção de segurança e precisão nos resultados. Essa necessidade de padronização vincula-se, em grande medida, à necessidade de aferição de resultados eficientes

acoplados às métricas de aumento de lucro e interesses individualistas-mercadológicos. Logo, o Direito, o Processo e as técnicas procedimentais passaram a operar de modo desbalanceado, com vistas a atendimento de interesses de alguns dos sujeitos processuais, ao passo que nem todos os sujeitos operam a nível participativo para a construção das decisões, sejam elas a que nível for.

Ocorre que há uma pretensão de objetivação jurídica pelo normativismo como método para se conferir racionalidade à própria ciência jurídica e às decisões. No entanto, faz-se imperioso questionar se seria suficiente ou se, para além disso, dentro de uma construção de decisões a que se nomeiam participativas e democráticas, haveria necessidade de uma dicção ampliativa em que os sujeitos legitimados ao Processo, a nível de evocação de diversidades e pluralismos, e, de modo efetivo, representativos da coletividade, seriam a via de construção de uma racionalidade emancipadora precípua e livre de dogmatismos.

É preciso avançar nesse sentido. Antes, porém, deve-se entender de que modo a Modernidade alavancou discursos dogmatizantes e operativos de dominação. Ao racionalismo moderno se conferiu a perspectiva de que a razão se assenta na verdade afirmada pelos indivíduos evocadores de um discurso de afastamento dos ídolos e ideologias, supondo-se que essa afirmação, por si só, pudesse chancelar racionalidade às narrativas. Buscou-se, nesse ponto, o afastamento do indivíduo de sua cultura e dos matizes diferenciados de entendimento, como se o discurso de neutralidade fosse capaz de conferir cientificidade e garantia de uma suposta ruptura com os vieses ideológicos.

Ocorreu, no entanto, que essa ruptura não pôde se afirmar. Isso se afere, sobretudo, porque discursos de direção única, hegemônicos e totalizadores dilaceram a relação com o Outro, que é, de modo proposital, invisibilizado. Logo, essas narrativas são ideológicas, ante a não inclusão do Outro na construção do entendimento. Portanto, é possível se inferir que a dogmatização decorre do silenciamento de parte dos sujeitos, a partir de um simulacro da própria democracia. Criou-se a ficção da representatividade e, assim, os sujeitos foram alocados em uma bolha, segmentados, alheios e marginalizados da efetiva participação no processo de construção das decisões[63]. Há, portanto, uma crise na representação e aqueles que possuem

[63] Interessa destacar o que Avelãs Nunes afirma acerca da relação falaciosa entre democracia representativa e manutenção das estruturas de poder: "sabemos que a democracia parlamentar (dita democracia representativa) começou a construir-se durante o período de desagregação do feudalismo, quando as burguesias nacionais impuseram a separação entre o erário público e o património dos monarcas e confiaram aos parlamentos eleitos o direito (o poder) de discutir e aprovar o orçamento de estado e a competência exclusiva para lançar impostos (No taxation without representation). Este poder dos parlamentos afirmou-se como a pedra de toque da soberania nacional. [...] A Europa do capital é governada por poderes estranhos e superiores, pelos mercados financeiros" (AVELÃS NUNES, 2023, p. 13).

dicção, não externam as efetivas pretensões, pluralismos e diversidades de seus (não) representados[64].

Não por acaso, Marx (2017, p. 837) destacou que ideologias se configuram como formulação de conceituações com pretensão de verdade, afastados da realidade, com objetivo de dominação e, não por acaso, afirmou que "a massa da humanidade expropriou a si mesma para a glória da acumulação do capital". Em Marx, a ideologia tem aderência ao capitalismo e à aspiração burguesa de chancelar a servidão.

Cumpre, então, esquadrinhar de que modo o Processo, segundo Ovídio Baptista, foi se ocupando de abrir espaços à performação dogmático-ideológica. E, nesse sentido, anunciou que o dogmatismo processual decorre do normativismo jurídico, que, segundo afirma, engessa a interpretação ante a formulação de abstrações desconexas à realidade. Por isso, Baptista sugeriu que, para a configuração de um direito democrático, deverá haver abertura à interpretação das normas por Juízos e Tribunais, em uma ampliação hermenêutica para conformação à realidade. Além disso, afirmou que a separação de funções do Estado é dogmática, ensejando, desse modo, quebra de possibilidades de ajustes entre a suposta pretensão das leis e a ampliação hermenêutica necessária à problematização (BAPTISTA, 2004)[65].

Nesse ponto específico, a partir da vertente teórica balizadora da pesquisa que ora se desenvolve, ousa-se apresentar divergência ao entendimento de Baptista, na medida em que o Processo como garantia de direitos fundamentais parte de uma dimensão constitucionalizada, em que o Estado e o exercício de suas funções precisam ser observados para a própria configuração democrática que, além disso, deve requerer participação emancipadora dos sujeitos processuais. Assim, nos processos administrativos, legislativos e jurisdicionais, as construções decisórias devem ser resultantes lógicas dos diálogos e contributos discursivos dos interessados. Não se entende nesta pesquisa, que se desenvolve por matriz processual democrática, que o Estado e suas estruturas de distribuição e atribuição de funções deva ser

---

[64] Em artigo que trata da crise de representação no Estado Democrático de Direito, argumentou-se que "a crise de representação enseja ausência de identificação entre os anseios da maioria do povo e os atos praticados pelo Estado [...]. Dessa forma, com a crise de representação que se instalou [...], é possível que, além do indivíduo, possa-se cogitar o fim do próprio sujeito político, que criaria um corpo político que age por si só, de acordo com seus próprios interesses alavancados por uma minoria a gerar ruptura da representação, do pluralismo, da confiança que deve existir entre outorgante do poder (povo) e outorgado (Estado)". (FREITAS, 2017, p. 114-117).

[65] Aprofundando na análise para formular sua afirmação, Ovídio Baptista destacou: "se quisermos [...] constituir o Direito como instrumento democrático, será indispensável discutir com os alunos os casos práticos, colhidos na jurisprudência, mostrando-lhes a problematicidade essencial ao fenômeno jurídico, de modo que o Direito abandone o dogmatismo, com todas as falsificações da realidade que lhe são inerentes, para lançá-lo na dimensão hermenêutica, reconhecendo-lhe a natureza de ciência da compreensão e, consequentemente, a legitimidade da criação jurisprudencial do Direito. É claro que o primeiro baluarte do sistema a ser atingido pela quebra do dogma será a fantasia da doutrina da 'separação dos poderes' do Estado". (BAPTISTA, 2004, p. 37).

subvertida. Há que se conhecer o fato de que visões outras tem sido invisibilizadas, ocultando as diversidades e pluralismos. No entanto, não parece que haja, de modo necessário, que se romper com a forma de distribuição das atribuições estatais, mas o que aqui se propõe é a criação de "lócus", para além do Estado e o conhecendo, para ampliação dos diálogos e formulação de diretrizes decisórias que sejam democráticas.

Há que se conhecer - o que vem sendo feito desde o início da presente pesquisa -, que há, de fato, o aparelhamento do Estado e de suas estruturas de poder para o exercício de dominação, sobretudo a partir da formatação dos sistemas jurídicos. No entanto, não nos parece que a ruptura com a organização distributivo-constitucional das atribuições estatais seja o nó górdio da questão. O problema vai além e tem base processual. Isso porque o mundo gira em torno de decisões que são tomadas. Decisões, sobretudo se forem capazes de repercutir a nível da coletividade, devem ser processualizadas.

No contexto da tese que aqui se desenvolve, acerca dos Processos Pluriversais, decisões processualizadas são aquelas formuladas pela participação emancipadora dos sujeitos, de modo a incorporar as diversidades e pluralismos, e que observe as garantias fundamentais e direitos da natureza. Além disso, essas decisões processuais precisam ser ecologizadas, no sentido de assegurar o respeito e integração das dimensões subjetivas, sociais e ambientais, gerando aptidão para a construção decisória pela metacidadania. A partir dessa dimensão de processo democrático ecologizado, vislumbra-se a participação emancipadora dos sujeitos, como gestão comunitária, a partir da conscientização crítica e da ampliação de saberes pelo diálogo.

Há que se pensar na ecologia em seu sentido abrangente, de modo a comportar os saberes formulados pelo diálogo, pela crítica, pela conscientização, em que todos os seres viventes e o ambiente estejam alocados a nível integracional. Desse modo, aventa-se ser possível a articulação processualizada entre ecologia e economia. A se construir uma dimensão de atuação pautada no Processo como garantia e como diretriz para a construção de soluções ecológicas, poderá se chegar a uma matriz que altere a lente do "homo economicus" para o "homo ecologicus", dando ensejo à sustentabilidade que se pretende. O "racionalismo", dentro dessa vertente, se confere pela conscientização crítica e ampliação do diálogo de saberes e não, de modo simplório, pela criação de conceitos estanques, unívocos e, portanto, ideológicos.

A se pensar em Processo, que não leve em conta a necessidade da ampliação efetiva dos diálogos de saberes para a formulação decisória, incorre-se no equívoco de chancelar uma base ideológica. A integração do Outro na construção da decisão não pode ser performativa, ou seja, não pode se limitar à mera conceitualização sem exercício da metacidadania. Essa participação, além de pluriversal, deve envolver a incorporação de saberes diversos e uma formulação

decisória que seja resultante de todas as vozes e de uma construção crítica conjunta, capaz de levar à emancipação[66]. Decisões processuais ecologizadas devem integrar o Outro à fala, à escuta e à construção da solução, o que faz com que se rompa com a tradicional estrutura binária de "partes". É preciso que se avance para uma processualização de construção decisória ampliada em que antagonismos não sejam performados como duelos, mas como diálogos estruturantes.

Importante destacar esse ponto de proposição da tese, para que seja possível, então, demonstrar que, dentro de uma configuração tradicional, o Processo tem se delineado como dogmático e ideológico, por não incorporar, de modo efetivo, uma dimensão de pluriversalidade e diversidade que resulte no exercício da metacidadania.

Ao contrário disso, o que vem sendo sustentado desde os capítulos iniciais desta pesquisa, é que o Direito e o Processo têm sido direcionados ao atendimento dos interesses antropocêntricos e capitalistas e, portanto, tem sido o Processo desenvolvido sobre bases ideologizadas. E, nesse ponto, há que se concordar com Baptista, que afirma a deslegitimação do Direito pelo que chama de "ataque impiedoso do neoliberalismo", ensejador do ruir das pretensões da coletividade e evocação de um individualismo como característica própria da Modernidade. Baptista anunciou ainda, de forma precisa, que a característica do individualismo operado na Modernidade, delineou as formulações da disciplina do Processo Civil, sendo suas categorias dirigidas, de modo precípuo, à tutela de direitos e interesses individuais e deixando de lado o tratamento de direitos transindividuais e das ações coletivas, como se menos importantes fossem (BAPTISTA, 2004, p. 56).

O Direito Processual moderno, sobretudo o Direito Processual Civil, veio sendo formatado e direcionado para atender a pretensões de vertente individualista. E, de outro lado, as demandas coletivas acabaram por ser alocadas em um plano subalterno, deslocando o pensamento do coletivo para um pensamento ainda individualizado. Ou seja, as diretrizes processuais, mesmo em demandas coletivas, acabam sendo estruturadas dentro de uma vertente de processo individual. Nesse sentido, Baptista (2004, p. 61) enfatizou que "as verdadeiras forças sociais estão representadas pelos grupos. Todavia [...], as instituições processuais, tais como foram concebidas, permanecem tendo o indivíduo como seu protagonista".

Essa diretriz, embora ocorra, segue na contramão. As demandas coletivas apresentam um nível de complexidade incapaz de serem açambarcadas pelo delineamento de formulação

[66] Theodor Adorno assume que a emancipação se faz necessária e que deve ser estimulada pela via da educação. Além disso, evidencia que "a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia" (ADORNO, 2022, p. 185).

decisória individual e binária, configurada pelo simplismo de partes, autora e ré. Essa arquitetura procedimental não se afigura suficiente para suprir a necessidade de elaborações estruturadas em uma ampliação dos diálogos de saberes, com pretensão de formular decisões construídas pelos sujeitos processuais, de modo efetivo, e não performático, fictício ou simbólico.

Cumpre ainda analisar a órbita de dogmatização do Processo Civil, operada, sobretudo, pelos ditames da ordem político-econômica neoliberal impositiva de ajustes estruturais imbuídos do propósito de realizar reformas jurídicas para atendimento aos interesses do mercado[67]. De forma abrangente, os sistemas jurídicos dos países periféricos foram compelidos a se formatar para adequação ao regime privatista e mercadológico, sob o discurso da existência de crise e da necessidade de ganho de eficiência para desenvolvimento. Assim, no caso específico da legislação processual brasileira, o Processo Civil foi o que mais incidências sofreu e, desse modo, sucessivas reformas ocorreram a partir de 1994, para atender às premissas eficientistas articuladas.

Baptista (2004) cita esse movimento reformista como um exemplo de profunda dogmatização do Processo, que alavancado por um eco em torno da crise do Judiciário, se voltou a reformas procedimentais sem perquirir, de modo verticalizado, acerca das reais razões dessa crise.

E, partindo da diretriz teórica do Modelo Constitucional de Processo, "como marco inicial", baseada em uma "estrutura democratizante de participação dos interessados em todas as esferas de poder", Flaviane Barros e Dierle Nunes reafirmaram que as reformas processuais operadas no Brasil a partir de 1994 tiveram um viés de busca de eficiência, mas acentuam que a constitucionalização do Processo, com observância às garantias fundamentais para asseguração de direitos, deve cumprir o papel de adaptabilidade do sistema com vista

[67] A esse respeito, e enfatizando os reflexos da doutrina neoliberal nas reformas processuais, cumpre elucidar que "vive-se em uma sociedade de massa, com conflitos de massa, impondo-se uma ordem neoliberal que visa movimentar todo esse peso a partir de políticas-econômicas que garantam à elite financeira e aos empresários um mercado consumidor de seus produtos, de suas ideias e que se entregue de modo a ser quantificado, reduzido a números e resultados. O custo-benefício, a partir do critério de maximização da riqueza, é o que importa ao capitalismo neoliberal, ainda que para se aferir o benefício, haja o custo dos direitos e garantias fundamentais, conquistados com sacrifício e perfunctório com relação aos interesses do mercado. As reformas processuais civis que se implementaram a partir do Documento Técnico n. 319, do Banco Mundial, selaram a intenção precípua dos países desenvolvidos com relação à América Latina e Caribe: promover alterações legislativas que assegurem os interesses do capital, do mercado, dos empresários e instituições financeiras, com mínima intervenção estatal, deixando abertas as veias da América Latina, nos dizeres de Galeano. Ou seja, os países da América Latina forma estrangulados pelos anseios dos países credores, que lhes esfacelaram sob o pretexto de uma dívida externa impagável, ao ponto de justificar uma afronta à própria soberania dos países latino-americanos, obrigados a se sujeitar a um pretexto de eficiência, que lhes extorquiu garantias fundamentais em busca de celeridade processual e alta produtividade, bem como de uma suposta previsibilidade das decisões para atendimento do mercado." (BARROS; FREITAS, 2017, p. 132-133).

inescusável à efetiva participação dos sujeitos processuais, independentemente de pressões político-econômicas de grupos de poder (BARROS; NUNES, 2010, p. 48).

O que parece inequívoco e vem sendo externado no desenvolvimento desta pesquisa, é que as ciências não são dotadas de neutralidade. E quando se incorporam às formulações científicas conceitos e institutos incrustados de interesses de grupos específicos e desbalanceados em sua construção, de modo que apenas parte dos sujeitos tenham oportunidade de participar e contribuir, haverá invisibilidade daqueles que não participaram das conceitualizações e, portanto, pode-se considerar a existência de uma construção de saber dogmática, unívoca e tendenciosa.

Pensando, então, dentro da perspectiva do Processo, não há mais como este ser desenvolvido, dentro de uma vertente democrática, com critérios de simplificação, como se houvesse dicção única, o que, de modo indubitável, não se adere às sociedades e situações complexas da contemporaneidade[68]. Há que se pensar o Processo diante das complexidades, pluralismos e diversidades existentes e, por isso mesmo, há necessidade de se avançar com ampliação efetiva dos diálogos de saberes, ecologia de saberes, que comporte uma dimensão de estruturação da metacidadania. É precisa avançar em termos de Processo, para além de uma visão individualista e binária, a fim de que, desse modo, consiga-se avançar para além e, mais que isso, para fora dos dogmas.

5.3 Crítica às doutrinas procedimentais e necessidade de uma proposição processual decolonial e democrática

Tem-se demonstrado ao longo desta pesquisa, que o Direito e o Processo foram permeados por matrizes éticas antropocêntricas e ideológicas, além de epistemologias incapazes de abrir espaços de construção de saberes que comportem pluralismos e diversidades. Além disso, houve a passagem do chamado "procedimentalismo" – como mero praxismo - para a "ciência do Processo", sem que houvesse, de fato, um cabedal científico a lhe dar guarida.

Outro ponto de atenção que merece ser destacado é o fato de que sistemas jurídicos

[68] Ovídio Baptista já havia se dado conta da ausência de aderência entre Processo e sociedades complexas. Por isso, afirmou: "o jurista – por isso que não lhe é dado perquirir sobre o "por quê" de suas dificuldades – não percebe que os instrumentos processuais, que se adaptaram com alguma eficiência enquanto lhes coube regular uma sociedade organicamente estruturada e otimista, estarão destinados ao fracasso quando lhes caiba disciplinar sociedades altamente complexas, como a sociedade contemporânea, pós-industrial, tangida pelos meios cibernéticos de comunicação social, além disso pluralista – condição, aliás, de possibilidade para um regime democrático – e carente de valores, consequentemente individualista e conflituosa". (BAPTISTA, 2004, p. 301).

foram formulados sem representatividade e, portanto, descolados da necessária legitimação. De maneira formal, pode-se afirmar que há legitimidade dos sistemas jurídicos. No entanto, de modo efetivo, parte considerável dos sujeitos processuais não se veem representados e sim excluídos do sistema.

Necessário, portanto, aferir de que modo e com que objetivo o Processo veio sendo teorizado e alçado ao patamar de "ciência", para que seja possível, então, se conjecturar alguma proposição de avanço no sentido de que haja a democratização efetiva do Processo, a partir da construção de matrizes que integrem os sujeitos processuais da forma mais abrangente possível, a partir de decisões que incorporem pluralismos, diversidades, em uma ecologia de saberes apta a gerar rupturas emancipatórias e decoloniais.

5.3.1 Do caráter ficcional do Processualismo Científico como máscara para o Procedimentalismo que nunca acabou

A disciplina da "Teoria Geral do Processo" foi delineada como tal, a partir do Século XIX, objetivando conceituar e categorizar, de modo dogmático, a práxis jurídico-procedimental operada[69]. Essa passagem da prática procedimental para um arcabouço a que se qualificou

[69] Por opção metodológica, na presente pesquisa entendeu-se por não adentrar na discussão que envolve questionamentos contemporâneos acerca da existência – ou não - de uma Teoria "geral" do processo. Didier Júnior sustenta que a disciplina não tem conseguido abarcar as funcionalidades técnicas e principiológicas, de modo unificado e sistematizado, do processo civil, processo penal e processo coletivo, por exemplo. Nesse sentido, Didier Júnior formula crítica à Teoria Geral do Processo, indicando que deve ser considerada uma disciplina propedêutica, inserindo-se em seu conteúdo programático alguns conteúdos restritos que considera como sendo conceitos jurídicos fundamentais processuais (DIDIER JÚNIOR, 2016). Por outro lado, Marinoni, Arenhart e Mitidiero criticam a posição de Didier Júnior e optam por articular uma Teoria do Processo Civil (MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, 2015). De todo modo, indicam a possibilidade de haver uma Teoria Geral, que seja uma teoria universal, transordenamental e transetorial. Assim, argumentam que como teoria universal "a identificam como um conceito suscetível de emprego universal, ou seja, que alguns conceitos e institutos sejam compreensíveis em qualquer ordenamento jurídico, sem distinção de espaço e tempo. Depois, ao trabalharem com o conceito transordenamental, referem ser uma teoria que insculpe conceitos em determinados ordenamentos que contém características semelhantes. No terceiro, ou seja, como conceito transetorial, entendem que seria uma teoria encarregada de reconstrução de fundamentos e conceitos comuns a diferentes setores de um ordenamento, entendimento este com o qual os autores mais simpatizam, mas continuam entendendo inviável para o estudo do processo" (JOBIM, 2016, p. 26). É possível que a crítica mais vanguardista e coerente à Teoria Geral do Processo tenha sido formulada por Gumerato, em artigo que escreve em homenagem a Eugenia Ariano Deho, processualista peruana e garantista: "professora EUGENIA, Talvez tenha chegado a hora de nós processualistas compreendermos que o 'processo' (=procedimento!) civil, penal, laboral, ou qualquer outra adjetivação que se queira dar, deve iniciar pelo estudo do PROCESSO, cuja matriz de compreensão está na textualidade da Constituição e das Convenções internacionais que vigoram em nossos países. Portanto algo que vai muito além da vetusta teoria geral do processo que consta nos manuais. Talvez tenha chegado a hora de instituirmos nas grades acadêmicas dos cursos de graduação, uma disciplina autônoma que pode vir a ser denominada de DIREITO DO PROCESSO, a ser ensinada antes de os alunos começarem a estudar o 'procedimento' civil, penal, laboral etc. A partir daí ensinaríamos aos jovens da Faculdade os fundamentos mínimos do saber jurídico que lhes permitirá compreender garantisticamente esse macro fenômeno jurídico- constitucional, a que chamamos de PROCESSO. Com o domínio prévio deste saber, penso que será mais fácil ao futuro profissional do direito compreender que de 'garantia contra o poder' se trata, e não de

"científico", em razão da autonomização entre direito material e procedimentos, acabou por criar uma compreensão de suposta cientificidade, e, a partir desse ponto, passou-se a falar em um "Direito Processual" como ciência, não porque, de modo próprio, houvesse um método científico para lhe dar guarida, mas sim por ter sido colocado o Processo como disciplina autônoma em relação ao direito material[70].

É importante a consideração feita por Leal, ao destacar o Direito Processual como "disciplina" e não como "ciência". Nesse sentido, explica que se trata de disciplina jurídica que estuda procedimentos e jurisdição, sendo inadmissível considerá-la como ciência do processo ante a inexistência de investigação para fins de esclarecimento de seus princípios e dos institutos do Processo, este que, por sua vez, possui clara distinção do direito processual – disciplina (LEAL, 2018, p. 132).

Desse modo, quando se aponta para o discurso ideológico de Processo como ciência ou de criação de um Direito Processual (processualismo científico), o que se tem, na realidade, é um rótulo, já que a procedimentalização seguiu como prática. Eduardo José da Fonseca Costa enfatiza que "a 'ciência processual' brasileira é tudo menos uma 'ciência processual'. Sob o ponto de vista epistemológico, é uma miscelânea heterogênea de ciência jurisdicional com ciência procedimental" (COSTA, 2021, p. 45). Há um imiscuir, de modo ardiloso, entre procedimento – embora falem de "processo" - e jurisdição, como forma de alocar esta última a uma posição de relevância ou como forma de manipular (e não formar) decisões de maneira autoritária.

Cumpre destacar que Chiovenda exerceu forte influência na virada do procedimentalismo para o processualismo científico (ou publicismo) e foi Cipriani quem trouxe essa consideração. Destacou que, por ocasião de sua cátedra "Procedura Civile e ordenamento giudiziario", em 1901, na Universidade de Parma, Chiovenda alterou a disciplina lecionada, nomeado "procedimento civil" para "processo civil" (CIPRIANI, 2003, p. 500). Essa alteração

---

'instrumento deste'. Se obtivermos êxito, auxiliaremos os jovens a 'escapar' das armadilhas históricas-autoritárias que nos foram legadas. Se fracassarmos, talvez veremos frustradas boa parte de nossas batalhas. Se no passado o discurso autoritário nos 'aprisionou', na atualidade o discurso garantista poderá (re)afirmar que é sob uma ordem constitucional que vivemos, ordem essa que prevê um ambiente de liberdade e não de arbítrio estatal". (GUMERATO, 2022, p. 108-109).

[70] Nesse contexto utilizar-se-á a compreensão de ciência, conforme mencionado por Galuppo, segundo o qual ciência se faz pela "capacidade de questionar e criticar de forma rigorosa a realidade e até mesmo seus próprios fundamentos" (GALUPPO, 2008, p. 21). E minudencia explicando que "o uso da palavra 'ciência' (e da expressão 'conhecimento científico') [...] significa: conhecimento crítico, inovador, minimamente sistematizado, rigoroso e discutível, que deve ser comunicado de forma rigorosa para que outros possam checá-lo" (GALUPPO, 2008, p. 23). A partir desse contexto, Galuppo (2008) segue a averiguação, passando a discorrer, de modo específico, acerca da relação entre ciência e Direito, ou, dito de outro modo, sobre o fato de o Direito ser - ou não – dotado de cientificidade. Logo, expõe que o Direito, por sua dimensão descritiva, precisa se submeter a ressalvas para que seja chamado de ciência.

fez com que, em alguma medida, houvesse a formação de uma compreensão equivocada acerca do processo como se abarcasse a conceituação ou até como sinônimo de procedimento[71]. O estudo dos códigos em seu teor legislativo eram (e ainda são) estudos procedimentais, mas, ainda assim, Chiovenda chancelou a elevação deste estudo a nível processual, mesmo que sem um necessário respaldo metodológico.

De todo modo, cumpre considerar que a autonomização do direito processual com relação ao direito material foi a marca mais acentuada do movimento do processualismo científico ou publicismo. Além disso, importante destacar que a autonomia conferida ao Direito Processual se operou de maneira estratégica, na medida em que, pretendendo alocar o Estado a uma posição autoritária, a partir da qual a jurisdição se posta como poder acima das partes, houve a subjugação do próprio Processo. Ou seja, o elemento central do estudo do Direito Processual deveria ser o Processo, mas, ao contrário, a ação e a jurisdição alavancaram maior destaque e importância dentro do contexto da disciplina, de modo paradoxal[72]. Portanto, desde a autonomização do Processo, dentro de sua Teoria Geral, há o estudo das matrizes: ação, jurisdição e processo.

O momento marcado pela autonomização do Processo com relação ao direito material é nomeado "processualismo científico", delineado por duas linhas teóricas, quais sejam, o processualismo científico alemão e o processualismo científico italiano. Cumpre, então, aferir de que forma cada uma dessas vertentes reverberou na configuração do Processo naquele contexto do Século XIX.

No tocante ao processualismo científico alemão, a análise deve se iniciar a partir de Windscheid e Muther, que, em 1856, provocaram mudança na forma de se articular o conceito da "actio", até então vinculada à matriz romanista-civilística, que guiou o direito germânico

[71] A alteração da disciplina operada por Chiovenda não foi, de modo algum, despropositada. Tanto é assim, que Buzaid, discípulo de Liebman, apontou para a intenção da sistematização do processo como disciplina do Direito. Assim, afirmou: "o direito processual civil, como sistema, tem início na Itália com Chiovenda. Antes que ele empreendesse a revisão dos seus princípios fundamentais, dominava nos países latinos o empirismo da escola exegética, contrastando com os consideráveis progressos obtidos pela ciência alemã no último quartel do século XIX. Chiovenda, que madrugara no estudo do direito processual civil germânico, não é, porém, divulgador de doutrinas estrangeiras. É, na verdade, um precursor que oferece uma contribuição original justamente sobre os temas que os autores tedescos pareciam já haver esgotado em toda plenitude". (BUZAID, 1982, p. 4).

[72] Igor Raatz e Natascha Anchieta, na obra intitulada "Uma Teoria do Processo sem Processo?", apontam para o fato de ter sido a jurisdição colocada acima do Processo e afirmam: "a descrição jurídico-conceitual centrada no elemento de 'autonomização do direito processual' – vale dizer, na independência teórica dos institutos da ação e do processo relativamente ao direito material -, em que pese sua inegável importância, tende a esconder o componente autoritário que forjou a transformação desses institutos em mecanismos a serviço do poder jurisdicional. Consequência disso, é o fato de ter a 'Teoria Geral do Processo' se concentrado, direta ou indiretamente, muito mais em estudar a jurisdição e os mecanismo de sua atuação, que o próprio processo. Por isso a provocação feita no título deste livro: estaríamos falando de 'uma teoria do processo sem processo?'". (RAATZ; ANCHIETA, 2021, p. 12).

(WINDSCHEID; MUTHER, 1974). O que fez Windscheid foi demonstrar que o conceito romano da "actio" não apresentava aderência à práxis de ação considerada naquele momento[73]. Logo, propôs a ruptura entre a matriz romana da "actio" e o entendimento acerca da ação como dogmática moderna. A partir daí, Windscheid fez incidir seus estudos sobre a pretensão ("anspruch") e sustentou a existência de vinculação conceitual entre pretensão e ação. Buscando se desfazer das amarras do direito material, afirmou a ação como faculdade ou poder, independentemente de haver um direito que lhe correspondesse. Descola-se, portanto, o conceito de "actio" como "ato" do direito romano. De outro lado, Windscheid reafirmou a "actio" como direito de acionar para a busca de uma tutela de direito supostamente lesionado, ou seja, de uma pretensão jurídica. Houve, desse modo, a configuração da ação como direito subjetivo das partes, como direito público e dotada de autonomia, o que, em verdade, se delineou como direito à jurisdição e direito ao procedimento hábil à busca de uma pretensão. A polêmica surgiu quando Muther se opôs a Windscheid e defendeu que a "actio" somente se justificaria como mero ato, na medida em que, de modo necessário, deveria haver bilateralidade das partes para se iniciar o procedimento (VIEIRA, 2002, p. 15).

Antes da formulação autonomista da ação proposta por Windscheid e Muther, a doutrina imanentista da ação ou teoria unitária da ação, defendida sobretudo por Savigny, evocava que a ação deveria ter aderência ao direito pretendido, ou, dito de outro modo, a cada direito se vincularia uma ação específica, de forma que só haveria direito à ação, se houvesse direito que lhe correspondesse. Por isso, afirma-se que o direito material se imiscuiu ao direito de ação e à jurisdição. Esse modelo reproduzia o modelo da "legis actiones" dos romanos.

Além da polêmica de Windscheid e Muther, o desenvolvimento do processualismo científico alemão contou com a Teoria do Processo como Relação Jurídica, de Oscar Von Bülow, que publicou a "Teoria das exceções processuais e dos pressupostos processuais" em 1868[74]. Afirmou, assim, que o Direito Processual se propõe a estabelecer faculdades e direitos entre as partes, que se vinculam por obrigações recíprocas entre estas e o tribunal. Além disso,

---

[73] Conforme explica Vieira, até Windscheid e Muther, a concepção de ação se imbricava com a ideia da "actio" romana e assim, "a 'actio' derivava da natureza da relação jurídica, que era quem a ditava. Não havia na 'legis actiones', normas gerais de processo" (VIEIRA, 2002, p. 3). E prossegue explicando: "As 'legis actiones' compreendiam declarações perante o magistrado, revestidas de solenidade, a respeito do objeto da querela. Não havia exposição de fundamentos de fato ou 'causa petendi'. O magistrado cingia-se a verificar se os atos das partes eram legais e tentar conciliá-las por meio dos 'pacta'". (VIEIRA, 2002, p. 6).

[74] Importante observação feita por Aroldo Plínio Gonçalves, no sentido de que a doutrina da ação externada pela polêmica de Windscheid e Muther "nasce sob o signo de um conceito de relação jurídica engendrado por uma noção de direito subjetivo" (GONÇALVES, 2001, p. 77). Assim, mesmo que a Teoria do Processo como Relação Jurídica seja posterior à construção doutrinária de Windscheid e Muther, o que se deve ter em destaque é o fato de que a compreensão de processo já decorria de uma visão de relação entre partes, direitos, deveres e obrigações, decorrente da articulação vincada no Direito Romano.

Bülow (1964) evidenciou que, dentro dessa perspectiva, o processo se configuraria como relação jurídica de direito público e apontou como característica mais relevante do processo o debate entre as partes, com a finalidade de formar a convicção do juiz. Houve, a partir desse ponto, desenvolvimento doutrinário no sentido de colocar os juízos como aplicadores livres do direito, com carga decisória dotada de subjetivismo, o que aloca as partes em posição de subalternidade dentro da relação jurídico-processual e o juiz como "super-parte" (BARROS; NUNES, 2010).

Não por acaso, André Leal evidencia o "paradoxo de Bülow", na medida em que os juízos, dentro dessa vertente, são criadores do Direito e, além disso, o fazem por critérios não esclarecidos, vinculados a sentimentos e percepções experienciais dos julgadores. Assim, acentua que a Teoria da Relação Jurídica não demarca os controles e limites da atividade jurisdicional. Destaca que na obra "Gesetz und Richteramt", Bülow apresentou firme divergência à matriz da Jurisprudência dos Conceitos e acentuou sua defesa à escola da Jurisprudência dos Interesses, reforçando a atuação livre e criativa dos julgadores, o que resultou no Movimento do Direito Livre, que respaldou o regime autoritário nazifacista na Alemanha (LEAL, 2008). A partir disso, houve um reforço ao discurso de ampla interpretação e aplicação do Direito pelos juízos, justificado pelo falacioso e estratégico argumento da inexistência de solução legal para as especificidades dos casos concretos, pelo que as lacunas necessitariam ser preenchidas pelo entendimento subjetivo do julgador (LEAL; THIBAU, 2015).

Cumpre ainda destacar a influência de Wach para a formação do processualismo científico alemão que, em 1885, publicou sua obra já consolidando a ação judicial com dimensão autônoma relacionada ao direito substancial. Couture enfatizou, inclusive, que o pensamento de Chiovenda foi influenciando pela doutrina de Wach, no sentido de afirmarem ser a ação autônoma e concreta, portanto, podendo haver pleito apenas por aqueles detentores de direito substancial, na medida em que o direito seria a uma sentença favorável (COUTURE, 1995). Desse modo, Couture acentuou a influência da escola alemã sobre a escola italiana, ambas com aporte dogmático no Direito Romano.

Wach foi um dos legítimos representantes do liberalismo processual e, como contraponto, há que se mencionar que a base de socialização processual foi capitaneada por Menger e Klein. Do ponto de vista de um desenvolvimento legislativo pautado no fortalecimento estatal e, sobretudo, na formação de estruturas normativas para o autoritarismo dos julgadores, enfatizou Cipriani que Klein delineou o Regulamento austríaco de 1895, tendo como baliza um "processo com escassíssimas liberdad para las partes y, com el 'juez senõr del

juicio', um processo notadamente antiliberal y autoritário" (CIPRIANI, 1995, p. 970), com uma carga de discricionariedade elevada, justificada pela busca de um processo célere e de baixo custo, sem ampla defesa para as partes. Assim, infere-se que Klein adotava, já naquela ocasião, uma postura eficientista e declarava, de modo aberto, sua preocupação com o viés econômico das decisões. Nesse sentido, enfatizou Cipriani que Klein sustentou que o processo é detentor de bases sociológico-econômicas, na medida em que se apresenta como um "fenômeno social de massas" e por refletir nos rumos da economia que se regula pela busca de bem-estar (CIPRIANI, 1995, p. 969).

E foi por esse desenvolvimento sustentado por Klein, que Nunes afirmou ser a socialização processual uma estratégia técnica para implementação do protagonismo judicial, a partir da qual os julgadores se portam como autorizados capazes de produzir o direito por meio de uma interpretação e aplicação sem balizes legais que lhes limite a atuação. Ao contrário, a atuação dos julgadores transpõe balizas normativas e, de modo paradoxal, por meio de artifícios da própria lei, que deixa margem de discricionariedade apta a corroborar com um comportamento judicante subjetivo e autoritário. Por isso, Nunes ensina que o protagonismo judicial encontra bases doutrinárias de sustentação nos delineamentos formulados por Menger e Bülow, assim como fundamento legislativo nas premissas trazidas por Klein (NUNES, 2012).

Embora Klein tenha sido criticado pela Escola Italiana, parece inegável a influência de sua doutrina, assim como da própria doutrina alemã sobre sua construção doutrinária. E, conforme já exposto, o processualista italiano Chiovenda recebeu os influxos da doutrina alemã, sobretudo de Wach, já que ambos propuseram que a ação seria um direito subjetivo, vinculado ao sujeito de quem se alegasse detentor do mesmo, sendo, desse modo, um direito potestativo. E, nas palavras do próprio Chiovenda, a ação é direito da parte "que tem razão" (CHIOVENDA, 1969, p. 57).

Esse entendimento repercute em um retrocesso aos delineamentos da ação como direito autônomo, o que havia sido defendido por Windscheid. Logo, Chiovenda afirma que o direito subjetivo de ação "se resolve numa vontade concreta da lei" e, com relação ao processo civil, afirma-o como sendo "complexo de atos coordenados ao objetivo de atuação da vontade da lei (com respeito a um bem que se pretende garantido por ela), por parte dos órgãos da jurisdição ordinária" (CHIOVENDA, 1969, p. 3). Cumpre observar, desse modo, que há nessa vertente o posicionamento da ação e da jurisdição como institutos primordiais à frente do Processo, que se posiciona, assim, dentro de um limitado contexto de mero procedimento.

A concepção de Wach e Chiovenda corroborou para o deslocamento do autor e uma posição de vantagem e de sobreposição ao réu, na medida em que ao se acionar a jurisdição, já

se partiria do pressuposto acerca da existência do direito à sentença favorável para o autor, dada a exigência de concretude e potestatividade do direito. Nesse sentido, Baptista e Gomes explicaram que "a ação, como todos os direitos potestativos, é um poder meramente ideal, ou seja, um poder de 'querer' determinados efeitos jurídicos" (BAPTISTA; GOMES, 1997, p. 106).

Essa concepção chiovendiana é resultante também da adoção da Teoria do Processo como Relação Jurídica, conforme já exposto, capitaneada por Bülow, tendo Chiovenda exercido forte influência sobre os estudos realizados por Calamandrei, que o declarou "il nostro Maestro"[75], assim como influenciou Carnelutti e Liebman[76]. E, embora Calamandrei (2003) tenha a base teórica chiovendiana como diretriz, há avanço em sua perspectiva ao rechaçar a potestatividade do direito e afirmar que as partes poderiam ir a juízo, sem que fosse pressuposto para tal que tivessem razão, na medida em que caberia ao julgador afirmar pela existência de direito de uma ou outra parte.

Diante da exposição dos posicionamentos chancelados pelas Escolas alemã e italiana, o que se evidencia é que a ação e a jurisdição assumem um papel majorado ao papel do próprio Processo, que é visto, dentro das vertentes indicadas, com um viés procedimentalista, embora se tenha declarado a sua autonomia. A jurisdição, nesse contexto, ganhou papel de destaque e, conforme inferem Raatz e Anchieta, toda essa organização em termos de ação, jurisdição e Processo, ao final, servem como projeto de fortalecimento do publicismo do poder do Estado, sendo forjada e falaciosa a criação de uma suposta teorização do Processo, que coloca em voga a jurisdição (RAATZ; ANCHIETA, 2021).

Não por acaso, Redenti, dentro da corrente italiana publicista, assumiu que o juiz é a parte necessária e principal do processo, por incorporar a figura do Estado[77] (REDENTI, 1980). Essa afirmação reforça, uma vez mais, que a jurisdição assumiu, de modo estratégico, um papel

---

[75] Em artigo publicado em homenagem a Chiovenda, Calamandrei destaca que os estudos formulados pelo "maestro" Chiovenda pautaram-se na construção de um pensamento vincado no Direito Processual Civil e evidenciam um percurso publicista que colocou em pauta a jurisdição como base positiva procedimental. E, desse modo, as teorias processuais publicistas que se sucederam, em sua maioria, acabaram por se basear na doutrina chiovendiana (CALAMANDREI, 1937).

[76] Em obra que trata dos "grandes processualistas", Buzaid destacou a importância dos "mestres" Chiovenda e Liebman, evidenciando, assim, a influência acentuada dessa doutrina às construções processuais e procedimentais feitas pela corrente instrumentista de São Paulo: "Chiovenda é, sem dúvida, 'fondatore dela nuova scuola processuale italiana'. Liebman é o fundador da ciência processual brasileira. Os ensinamentos de ambos, reunidos em um único livro, onde se justapõem e se completam, realizam um milagre de saber e de fé". (BUZAID, 1982, p. 3).

[77] Redenti afirmou "Il giudice-organo appare naturalmente come il personaggio necessário e principale del processo, non perché esso come tale sai soggetto di diritto [...], ma perché in esso si incarna o si impersona lo Stato; ed è in realtà lo Stato che, impersonandosi così, giunge a date, attraverso il processo, quei provvedimenti in cui si atua la sua funzione giurisdizionale". (REDENTI, 1980, p. 140).

protagonístico com relação ao Processo, vez que o Estado precisou se posicionar em um lócus, em um ambiente, em que sua autoridade esteja em patamar de privilégio e em posição viável a articular os interesses de suas estruturas de poder, como melhor lhe convier.

Referida diretriz foi reproduzida pelos processualistas, desde a autonomização do Processo, permeando as teorias processuais, que, por fim, não conseguiram se desvencilhar das amarras do procedimentalismo. Assim, está-se diante de um procedimentalismo não superado e de uma ciência do Processo ainda carente de existir, sobretudo por inexistir, do ponto de vista epistemológico, um suporte a lhe guarnecer como tal.

5.3.2 A senda das Teorias Processuais modernas

A trajetória percorrida para a construção das Teorias Processuais na Modernidade traz como marca a estreiteza de suas configurações. Isso porque Processo possui dimensão precípua de construção decisória, o que é significativo na medida em que todo o direcionamento parte de decisões capazes de alterar todo o rumo das histórias humanas, histórias dos povos, Estados, sujeitos e natureza. O Processo, de modo inevitável, permeia todas as esferas de vida e os sujeitos ainda não foram capazes de lhe dar o lugar condigno. Em verdade, o *processo* foi trivializado e sua concepção, dentro da maior parte da compreensão dos sujeitos, vai tangenciar as formulações de decisões pelo Estado, em seu estigma de burocratização weberiano, dentro de estruturas de poder incapazes de serem penetradas por todas as vozes, anseios e pretensões coletivas e – mais que coletivas – pretensões plurais e diversidades.

De modo estratégico, ao se colocar o Processo como uma dimensão estatal jurisdicionalizada, o que se reproduziu foi uma concepção que enucleou o Processo de sua base, pois ao se pressupor que Processo – independentemente da perspectiva teórica que se adote – é diretriz para a construção de decisões, a efetiva participação dos sujeitos que serão afetados pela deliberação é ponto fulcral.

Essa premissa é fundamental na medida em que o acesso às formulações decisórias não pode ser atribuído somente “àqueles que têm”, ou seja, àqueles alocados dentro das estruturas de poder (GALANTER, 1974). Desse modo, o Direito Processual precisa ser disciplina ressignificada para fins de se conferir efetiva participação dos sujeitos. Não pode haver apenas uma suposta performance que sugira um formalismo e que, em termos práticos, continue a marginalizar o acesso aos sujeitos processuais. E, conforme denunciam, “não há neutralidade política quando se fala em acesso à justiça, e ao adotarmos essa chave metodológica, assumimos a perspectiva de que é necessário se pensar no potencial transformador e redistributivo desse

acesso em prol de mais igualdade e participação" (COSTA; SILVA; ASPERTI *et al.*, 2022, p. 89).

Nesse sentido, conforme será demonstrado, as Teorias do Processo guardam as marcas da Modernidade e, por isso, trazem os estigmas da estatalidade burguesa excludente e ocultadora das periferias, assim como traz uma arquitetura pautada no binarismo cartesiano articulador das partes "eu" e o "outro" (partes processuais), além de ainda persistir nas escaras da colonialidade reprodutora de uma assimetria real entre os sujeitos dentro de sua vertente de participação apenas formal[78], não condizente com a democraticidade que se pretende construir no contexto contemporâneo.

Conhecendo e denunciando as assimetrias existentes, Flávia Hill destaca que, na seara processual civil, há "uns mais iguais que os outros", ao evidenciar, de modo específico, a desigualdade material de gênero no âmbito procedimental. Nesse sentido, argumenta que a igualdade formal estatuída nos sistemas jurídicos possui diretriz androcêntrica, na medida em que referidos sistemas equiparam homens e mulheres, sem levar em consideração os aspectos intrínsecos que os diferenciam e que dão suporte ao que nomeia desigualdade material. Assim, afirma a necessidade de se reconhecerem as diferenças biológicas, sociais e culturais que permeiam as vivências e a própria existência do feminino, devendo-se considerar os impactos daí decorrentes sobre sua condição de sujeito processual. Demonstra, nesse sentido, que o Processo Civil acaba por chancelar, em diversos dispositivos, a chaga da opressão sobre a mulher, desconsiderando a desigualdade material existente (HILL, 2019).

Trata-se, portanto, de um contexto que precisa ser desvelado, já que o Processo tem servido, no mais das vezes, para atendimento de interesses de estruturas de poder, ao invés de se portar como efetiva garantia de direitos fundamentais e de direitos da natureza. No contexto da Modernidade, o Processo tem passado por uma senda estreita, onde não cabem todos os sujeitos, o que vem lhe retirando a legitimidade decisória necessária dentro de uma concepção democrática. E, conforme será demonstrado, as principais teorias do processo apresentadas foram delineadas com olhar voltado ao procedimento jurisdicional.

Assim, necessário se analisar de que modo as doutrinas teórico-"procedimentais" se delinearam, visando a uma aferição crítica capaz de viabilizar a construção de outras

[78] Apontando como exemplo a questão da segregação por raças, a fim de demonstrar as assimetrias existentes e o caráter da igualdade como simulacro, Lélia Gonzalez já sustentava: "a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista nas nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento [...]". (GONZALEZ, 2020, p. 43-44).

conjecturas possíveis para uma conformação "processual" contemporânea pluriversalista, decolonial, ampliativa dos diálogos e ecológica.

5.3.3 Procedimentos privatísticos de tomada de decisão como doutrinas não processualizadas:

Cumpre, então, analisar a vertente conceitual dogmatizada de Processo como contrato formulada em 1800, por Pothier, detentor de uma visão procedimental privatística, na medida em que, dentro dessa compreensão, o Processo era visto como contrato entre as partes autora e ré, que buscavam em juízo a resolução do litígio. Ou seja, partia-se da autonomia da vontade das partes de estarem em juízo. A matriz dessa concepção aloca-se no período "per formulas" do Direito Romano, pois, naquele contexto, as partes em litígio não eram obrigadas a buscar solução da contenda por meio de um juízo, mas se assim o fizessem ingressariam em "litiscontestatio"[79] e, portanto, deveriam acatar a decisão proferida pelo julgador. É relevante destacar que por essa vertente do Processo como contrato, a figura do julgador como árbitro é opcional, facultativa, diferindo, portanto, da figura do juízo estatal a quem foi conferido o poder de julgar por meio de uma sentença coercitiva.

O delineamento desta doutrina por Potheir decorreu de seus estudos vincados em uma visão liberal, do Processo como "coisa das partes" e como negócio jurídico a que os sujeitos aderiam voluntariamente e aceitavam a decisão como se fossem o resultado de um contrato. Pothier era civilista e publicou o Tratado dos Contratos e o Tratado das Obrigações, entre 1761 e 1767. Essa visão se justificava, na ocasião, pois ainda não havia a autonomia do Direito Processual, sendo os procedimentos definidos pelo Direito Civil. Por isso, o Processo transparecia como um contrato entre partes.

Couture ofertou contundentes críticas acerca dessa teoria, sobretudo com relação ao tratamento da coisa julgada. Assim, enunciou:

> Foi firmado que o efeito da coisa julgada entre as partes nada mais era que a consequência lógica do princípio de que as convenções somente afetam os contratantes, e que a origem da coisa julgada é a convenção, ou seja, o acordo entre as partes chamado 'contrato judicial', pelo que ambos os litigantes se põem de acordo em submeter à decisão do juiz o litígio que os divide. Em termos semelhantes

[79] De acordo com Vieira, a "litiscontestatio" foi o "ponto central de todo o processo privado romano, fazendo derivar o caráter obrigatório da sentença pelo juiz". (VIEIRA, 2002, p. 14). E, seguindo a diretriz da litiscontestatio, o período per formulas tem como ponto de partida o acordo formulado entre as partes, justificando seu caráter privatístico. A fórmula, portanto, se perfez a partir de três elementos, sendo: "a pretensão das partes, o acordo do 'accipere iudicium'e a investidura do magistrado por meio do 'iussum iudicandi'. [...] Não se pode olvidar que o 'per formulas' inaugura a intervenção do magistrado, já, no juízo de mérito" (VIEIRA, 2002, p. 24-25).

> pronunciou-se a maioria dos autores desta escola, chegando-se mesmo a estabelecer um paralelismo entre o contrato judicial e os contratos de direito civil, assinalando a similitude dos elementos essenciais: objeto, causa, capacidade, etc. (COUTURE, 1999, p. 91-92).

O que se evidencia nesta dogmática, portanto, é uma estreita ligação às matrizes civilísticas e a transposição para o procedimento (não se podia ainda falar, de modo próprio, em Processo) de conceitos oriundos do Direito Civil, como contrato, negócio jurídico, autonomia de vontade, convencionalidade e capacidade, que foram introjetados na procedimentalidade decisória, sem que se considerasse, no entanto, acerca da coercitividade e vinculação aos termos da sentença e, mais que isso, não se articulou acerca de premissas de participação das partes e outras diretrizes de processualização. Portanto, embora seja chamada de "Teoria" do processo como contrato, essa se subjaz a mero procedimento privatístico de tomada de decisão.

Na mesma toada, a vertente dogmática do Processo como quase-contrato apresenta um obscurantismo maior que a vertente anterior, qual seja, a doutrina do Processo como contrato, na medida em que promoveu um deslocamento do procedimento para um lócus ainda mais desarticulado.

Foram Savigny e Guényvau que desenvolveram a doutrina procedimental do quase-contrato, em torno de 1850. Vale salientar que Savigny era civilista e também desenvolveu o conceito de relação jurídica, fato jurídico, assim como influenciou a criação da escola da jurisprudência dos conceitos. Desse modo, como os estudos de Savigny se pautavam em diretrizes civis, acabou sustentando o Processo dentro dessa mesma vertente, entendendo-o, portanto, como um contrato especial, diferenciado e de direito privado[80].

Assim, supunha-se que o Processo era um quase-contrato por comportar a necessidade de consentimento do autor para ingresso em juízo e, mais que isso, o autor deveria consentir em aceitar a decisão, fosse ela favorável ou desfavorável. Colocava-se o autor em posição de articulador de todo o procedimento, cabendo ao réu, por outro lado, uma posição subserviente,

[80] Acerca do pensamento de Savigny, que comporta uma fusão entre direito subjetivo e direito objetivo, Maciel Júnior explica que "da violação ao direito nasceria uma relação entre ofendido e ofensor, cujo conteúdo seria a faculdade de pedir uma reparação. Essa relação para Savigny se chama 'direito de agir', ou ação em sentido substancial, que é diferente da ação em sentido formal, ou seja, da efetiva atividade do ofendido mediante a qual ele faz valer o seu direito de agir, atividade que com suas condições e formas diz respeito à teoria do processo. Com isso, Savigny enraíza o direito de agir no sistema do direito privado, desvinculando-o das formas processuais mutáveis e abandona a ação em sentido formal ao direito público, sem, todavia, que a distinção signifique para ele a existência de um limite preciso e a necessidade de observá-lo rigorosamente. Para Savigny, o processo e o direito de ação, concebido e analisado em sua relação com o direito, são estreitamente coligados e devem ser deixados para avaliação de cada um dos cultores de uma e outra disciplina a um campo limítrofe" (MACIEL JÚNIOR, 2006, p. 81-82).

pois o procedimento existiria entre autor e julgador, ainda que o réu não participasse da lide.

Ovalle Favela apresenta crítica a esta doutrina, afirmando que "a figura do quase-contrato, a que recorre esta teoria, é mais ambígua e, por isso, mais vulnerável do que a do contrato. Se o processo não é um contrato, menos ainda é uma figura semelhante ao contrato"[81] (FAVELA, 2016, p. 198, tradução nossa). Assim, no contexto dessa ideologia, o procedimento – a que nomeavam de processo – se fixava em um "não-lugar", em um limbo, já que não era considerado contrato em sua inteireza conceitual, ao mesmo tempo em que também não era considerado obrigação, direito ou delito. Ainda dentro de um paradoxo, nesta doutrina o procedimento não decorria de autonomia de vontade das partes, já que o réu não era considerado nesta autonomia.

Couture, já tendendo a um desenvolvimento da compreensão de processo como relação jurídica, elabora crítica à doutrina do processo como quase-contrato, amparando sua resistência no fato de que essa vertente não leva em conta a necessidade de existência da lei e asseverou que "a fonte das obrigações, que a doutrina em questão esquece, é justamente a que dá verdadeira solução: o processo é uma relação jurídica típica regida pela lei" (COUTURE, 1999, p. 94). Neste ponto, Couture já sinalizava tendência para o desenvolvimento de outra doutrina, qual seja, a do processo como relação jurídica.

E, nessa passagem de uma ideologia à outra, passando pelas doutrinas do Processo como contrato, doutrina do Processo como quase-contrato e doutrina do Processo como relação jurídica, importa destacar o aprofundamento realizado por Raatz e Anchieta:

> A superação do conceito de processo como "contrato" ou "quase-contrato" pelo conceito de "relação jurídica" não está alicerçada em uma verdadeira transformação conceitual – os dois conceitos (contrato e relação jurídica) se acomodam muito bem tanto às relações privadas quanto às relações de direito público. Por outro lado, e isso está muito claro no próprio Bülow, a transposição do conceito de processo "do direito privado para o direito público" ligava-se ao reconhecimento de que o Estado-juiz, como parte da relação jurídica processual, estaria em uma situação de superioridade em relação às partes (estas a ele subordinadas). O mesmo já se verificava, anteriormente, em Muther, com a passagem do direito de ação ('*klagerecht*' ou direito à tutela estatal) para o direito público, a fim de que se reconhecesse, no "direito de ação", não somente um direito do indivíduo, mas um direito do Estado em reparar eventuais lesões a ordem jurídica. (RAATZ; ANCHIETA, 2021, p. 23).

O nó górdio da questão da passagem e transposição das vertentes apontadas até aqui (contrato e quase-contrato), assenta-se no fato de que, em primeiro lugar, não trazem uma clara conceituação do Processo, operando como meras abordagens procedimentais. Não bastasse, as

[81] La figura del cuasicontrato, a la que recurre esta teoria, es más ambígua y, por tanto, más vulnerable que la del contrato. Si el processo no es um contrato, menos aún es uma figura similar al contrato.

doutrinas processuais do contrato e quase-contrato não demarcam um posicionamento entre partes (juiz, autor e réu) que se justifique para fins de construção decisória por sucumbirem aos vínculos de sujeição ensejadores de absoluta assimetria. E, por fim, todas as vertentes acima mencionadas, incluindo a doutrina da relação jurídica, acabam sendo permeadas por uma matriz civilística e privatista, o que justifica o individualismo da assimetria já denunciada. Desse modo, cumpre minudenciar acerca da relação jurídica como doutrina, em verdade, procedimental e não processual.

5.3.4 A doutrina da relação jurídica procedimental

A compreensão de "relação jurídica", conforme já exposto, decorre da formulação civilística proposta por Savigny, que a conceituou como vínculo intersubjetivo projetado a partir da ocorrência de fato ou situação jurídica cujos efeitos estão normatizados. Assim, há necessidade de previsão legal para fins de conformação e criação do vínculo entre os sujeitos, de modo que seja possível aferir acerca das obrigações dali advindas.

E, embora tenha ocorrido a autonomização do procedimento com relação ao direito material, pode-se depreender que a concepção de relação jurídica foi exportada desta matriz substantiva para se agregar ao entendimento de procedimentalização operativo de relação-vínculo entre os sujeitos processuais. Assim, essa intitulada "Teoria" do Processo como relação jurídica não se desprendeu, em sua totalidade, do pensamento civilístico e individualista.

Não por acaso, Couture afirmou que há coincidência entre "litispendência" e "relação jurídica", já que ambas geram uma vinculação de direitos e deveres a que as partes devem observar. E, sobretudo, diante do encadeamento de atos processuais formativos de uma unidade compreensiva orientada para fins de formação da decisão final (COUTURE, 1999, p. 95-96), a litispendência vai até a formação da coisa julgada, sendo esta o seu limite.

Vale repisar que esta doutrina alavancada por Bülow, capitaneou o engajamento da maior parte dos processualistas no mundo. O entendimento, nesta seara, é de que o Processo se caracteriza por ser uma relação jurídica de direito público, por necessitar da jurisdição estatal para a sua operacionalização, desenvolvendo-se por meio do vínculo entre o juízo, o autor e réu (BÜLOW, 1964). A outra característica relevante desta doutrina foi sua vocação para criar uma autonomia entre processo e os conteúdos de direito material, embora, como já se destacou, a própria categorização dessa vertente como "relação jurídica" sirva para marcar sua diretriz individualista e civilística.

De todo modo, houve, de fato, uma chancela de autonomização do processo a partir

deste ponto, que se desgarrou do direito material. Essa criação de uma autonomia para o processo pode ser evidenciada pela demarcação dos pressupostos necessários para o prosseguimento da demanda, a que nomeou de “pressupostos processuais”. O que Bülow e os teóricos que o sucederam nesta matriz teórica não lograram êxito em fazer foi definir, de modo a separar as concepções, “processo” e “procedimento”, as quais, de modo recorrente, são utilizadas como sinônimas, criando uma incompreensão pelo generalismo.

Além disso, essa doutrina da relação jurídica imiscui o conceito de “processo” com “jurisdição”, o que parece um movimento estratégico para sobrepor a jurisdição ao próprio processo, de modo a criar uma posição de autoritarismo estatal pela atuação jurisdicional superdimensionada com relação ao processo e, por isso, há também uma alocação do julgador em posição de superioridade e detentor de poderes não ofertados, em igual dimensão, para os demais sujeitos.

5.3.5 Do caráter tático da doutrina do Processo como Situação Jurídica

Os discursos e narrativas acerca da liberdade individual, liberdade econômica e liberdade de concorrência deram azo ao que se nomeia liberalismo processual, caracterizado pela criação de um sistema técnico-procedimental vincado na “igualdade formal” dos sujeitos e no “princípio dispositivo”. Com isso, o que se pretendia era criar condição para o exercício da jurisdição em bases de imparcialidade e alocação das partes como gerenciadoras dos procedimentos e não os julgadores (NUNES, 2021, p. 73).

Dentro da vertente de liberalismo processual, portanto, James Goldshimidt defendeu a concepção de Processo como situação jurídica, pelos idos de 1925, na Alemanha, visando combater a teoria do Processo como relação jurídica. E, em sua obra sobre “Teoria Geral do Processo”, explicou que “as situações processuais se formam pelos atos processuais” (GOLDSCHIMIDT, 2006, p. 89), dando a estes atos processuais, portanto, posição de centralidade e relevância, por conterem as promessas, ameaças e expectativas sobre as quais se fundam o procedimento.

Ou seja, para a doutrina do processo como situação jurídica, o passo a passo do procedimento se faz pela prática de atos sequenciais que acabam por resultar em uma situação jurídica. Característica marcante dessa matriz doutrinária diz respeito ao fato de sustentar os conceitos de “ônus” e “cargas” das partes (prática de atos que levem à decisão conforme seus interesses), “expectativa” (de obter uma sentença favorável) e “ameaça” (possiblidade da parte contrária atuar de modo estratégico e obter êxito), como se o procedimento se articulasse como

um jogo, no qual a sagacidade opera peso maior que o próprio desenvolvimento da decisão pelas partes.

Essa vertente situacionista formula uma distinção entre atos das partes e atos judiciais. E há que se perceber que, nesse contexto, articula-se que as partes devem atuar procedimentalmente de modo a exercer "influxos psíquicos" sobre o julgador (GOLDSCHIMIDT, 2006, p. 90). Assim, é dado um nível de importância maior aos atos das partes, do que à técnica ou racionalidade decisória do julgador, a quem é dada a abertura de sentenciar conforme seus psiquismos, subjetivismos e critérios de discricionariedade, dentro de um arcabouço bélico, no qual a destreza diz mais que o processo em si. Goldschimidt acentua o viés psicológico no percurso procedimental, o que se clarifica ao afirmar que "entre a petição da parte e a resolução (decisão) judicial existe a relação psicológica de causa e efeito ou resultado, quer dizer, a motivação" (GOLDSCHIMIDT, 2006, p. 95). Assim, admite-se uma narrativa de alto teor axiológico no procedimento, que repercute em uma tomada de decisões anímicas, às quais não se viabiliza fundamentação, mas, de fato, somente motivação vincada em emoções provocadas sobre a psique do julgador.

O que se observa, portanto, é que essa matriz procedimental assume uma incoerência intrínseca, na medida em que, ao mesmo tempo que pretende afastar o decisor para, supostamente, garantir imparcialidade, aporta-se em uma atuação com pretensão de sensibilizar os psiquismos do decisor, para que se convença a partir dos argumentos do melhor estrategista procedimental. Por isso, Nunes ensina que "o liberalismo processual acabava criando um sistema degenerado, que facilitava a esperteza da parte mais hábil que conduziu grandes processualistas à construção da visão do processo como um jogo ou uma guerra" (NUNES, 2012, p. 77).

O situacionismo de Goldschimidt propugna por um âmbito procedimental desalojado de racionalidade lógica objetivadora da atuação das partes e do juízo, dando azo a uma abertura compreensiva pautada em valores e argumentos com estimativa de uma suposta justiça, a que não se demarca. Assim, decisão justa, dentro deste marco teórico, é aquela que o juízo assim a declara com base em sentimentalismos e preconceitos, com elevado grau de subjetividade. Neste contexto, a participação das partes ganha um papel relevante e otimizador da marginalização da técnica para sedimentação de atos voltados a cargas, ônus e expectativas, dentro de um ambiente procedimental ávido por atos de manipulação e estratégias.

O foco da ideologia situacionista, de modo acentuado, volta-se à figura do suposto vencedor, como se o processo fosse um jogo. Tanto é assim, que Goldschimidt (2006) defendeu que a situação jurídico-procedimental se perfaria, como um pressuposto, somente se houvesse

meio de comprovar a existência dos fatos alegados. Assim, somente a efetiva chance de êxito justificaria a propositura da demanda.

A visão procedimental que se tem, dentro do contexto dessa doutrina, é de uma atuação tática, em que os sujeitos se postam como meras peças de uma batalha e o julgador, de modo emocional, profere sentença em favor de quem, de modo acentuado, o sensibilizou. Não há, assim, espeque teórico consistente ou técnica processual adequada que seja capaz de tangenciar essa doutrina e a democracia. Por isso, Madeira averiguou que "o modelo constitucional, por seu comprometimento com a democracia, já não abriga o belicismo goldschmidtiano" (MADEIRA, 2010, p. 151). A teoria que ora se apresenta, portanto, não mostra qualquer adequação às premissas dos Estados Democráticos de Direito, sobretudo pela assimetria na atuação dos sujeitos e pelas diretrizes vincadas em estratagemas de refrega.

A igualdade formal propugnada pela vertente do liberalismo processual partiu de um pressuposto supostamente equivocado, qual seja, a "inexistência de disparidades entre os indivíduos", o que "gerava, no processo, uma impossibilidade de compensações das desigualdades (sociais e econômicas) [...]" (NUNES, 2012, p. 74-75).

O que se infere, nesse contexto, é que as assimetrias e diversidades inerentes à própria condição humana e da natureza foram mascaradas pelas narrativas construídas, de modo estratégico, para ocultar as diferenças, pluralismos e reforçar o estigma das padronizações facilitador do agir das estruturas de poder imbuídas do propósito de massificação. A doutrina situacionista surge do desenvolvimento de Goldschimidt, mas houve desdobramentos dela, para além do entendimento primevo, e com a ausência dos engastes bélicos detectados pelo desenvolvimento tedesco.

Assim, Paula Costa e Silva, processualista portuguesa, considera o processo como sequência de situações jurídicas ativas e passivas, ainda que se reconheça a existência de relação jurídica entre partes. E, desse modo, considera que a proposta goldschimitidiana opera uma diretriz estática, aderente à compreensão de relação jurídica, sustentando, de outro modo, que as situações jurídicas têm mobilidade, dinamismo, em razão das ocorrências variáveis ao longo do procedimento (COSTA E SILVA, 2019).

Sustentando que o Processo decorre de situações jurídicas que repercutirão também no direito de ação, Didier Júnior acaba aderindo à concepção de processo como fato e complexo de situações jurídicas tendentes a gerar eficácia (DIDIER JÚNIOR, 2012). No contexto teórico goldschimitidiano, há inescusável carga inaderente às premissas democráticas.

5.3.6 Da instituição sociológica da relação jurídica e manutenção do eixo procedimental

Foi Jaime Guasp Delgado, processualista espanhol, quem desenvolveu a compreensão de Processo como instituição destinada a compor a relação entre os indivíduos dotados de uma pretensão e, por isso, destaca a existência de uma configuração sociológica do Processo como um fenômeno natural, ao mesmo tempo em que acentua uma índole jurídica a partir da qual o Processo decorre das interações institucionais sociais. Tanto é assim que afirma "além do direito processual não há direito civil nem direito penal, mas sociologia pura e simples"[82] (GUASP, 1952, p. 26, tradução nossa).

Assim, a característica marcante da doutrina processual guaspiana diz respeito ao fato de aportar o Processo sobre uma base sociológica, como se as próprios relações e interações sociais fossem a justificativa precípua para a existência do Processo. Por isso, alegou que a insatisfação humana é uma atitude social e é a razão para o surgimento das pretensões processuais (GUASP, 1952).

Guasp não parece ter se afastado do entendimento de Processo como relação jurídica, mas a ele pretendeu incorporar um fundamento sociológico, e, de modo recorrente, invocou vínculos sociais no contexto de justificação da alocação do Processo como instituição de múltiplas relações. Desse modo afirmou que o Direito é conjunto de relações entre indivíduos integrados dentro de uma sociedade (GUASP, 1971). Assim, fica evidente nesta doutrina, para o tratamento conceitual de Processo, a imbricação entre relações individuais e relações sociais, esta última de caráter institucional, ou seja, são as relações sociais que instituem o Processo. E é pela existência de uma compreensão guaspiana de complexidade das relações, que se acaba assumindo um caráter sociológico dentro dessa matriz.

Couture expressou entendimento no sentido de que a doutrina de Guasp, que alocou o Processo como instituição jurídica, superou a conceituação do Processo como relação jurídica (COUTURE, 1999)[83]. Ousa-se aqui divergir dessa compreensão de Couture, na medida em que o que fez Guasp foi nada mais que acentuar a necessidade de relações jurídicas sucessivas e multi-articuladas, unicamente as colocando dentro de uma visão sociológica. Tanto é assim que o próprio Couture acentua as relações jurídicas como ponto de partida da doutrina de Guasp, ao afirmar que "a ideia de 'instituição'[...] tem sobre a relação jurídica a vantagem de abarcar

[82] Más allá del derecho procesal no hay derecho civil o derecho penal, sino pura y simple sociologia.

[83] Couture aderiu à concepção de Guasp afirmando o Processo como instituição. No entanto, conforme analisado, de forma aprofundada, Jacy de Assis, em seu artigo "Couture e a Teoria Institucional do Processo", houve posteriormente o afastamento formal de Couture, em 1954, da teoria institucionalista, retornando à Teoria Processual da Relação Jurídica.

a totalidade do objeto. Além da própria relação em si, aquela ideia abrange o conjunto de relações jurídicas que nascem por força do processo. [...] Esse conjunto de relações constituirá uma instituição" (COUTURE, 1999, p. 102). Infere-se, portanto, que embora tenha havido esforço de Guasp, contando com a guarida de Couture, aquele continua a justificar sua compreensão de Processo em bases relacionistas, acrescendo a ela, no entanto, o pano de fundo da sociedade. Acentuando ainda mais a compreensão que se expõe nesta pesquisa, cabe enfatizar o argumento de Couture, que vem reforçar o vínculo de Guasp à doutrina processual da relação jurídica:

> As teorias do contrato e do quase-contrato aparecem em seus autores com certa simultaneidade. A da relação jurídica não obsta que o processo seja um conjunto de situações. A tese de que o processo seja um fenômeno jurídico complexo, ponto que parece não se poder negar, não impede, uma vez estejamos de acordo nas palavras, que se conceba como uma instituição. (COUTURE, 1995, p. 41).

Portanto, há na doutrina processual de Guasp uma visão fenomênica sociológica, sendo seu diferencial da doutrina relacionista. No mais, permanecem diretrizes similares. Penido afirmou que Guasp, assim como Couture, mantiveram-se vincados à vertente da relação jurídica como base de entendimento, mas buscaram uma conjugação de doutrinas, visando criar compreensões de Processo que, ao final, daquela ideologia relacionista não se afastaram (PENIDO, 2016).

Importa destacar que o conceito de instituição é multifacetado e capaz de abarcar sentidos díspares, pelo que há necessidade de se indicar, neste contexto, como Guasp o articula dentro de sua doutrina. Assim, aventa que o Processo possui complexidade de vínculos que o orientam, vínculos estes entre os sujeitos processuais, entre sujeitos e o Estado, entre o Estado e o julgador, enfim, há múltiplas possibilidades relacionais que compõem e justificam o conceito dessas relações como instituições. E que, por outro lado, há entendimento de instituições como sendo "estabelecimento, fundação, cada uma das organizações sociais do Estado, cada uma das principais matérias do Direito ou cada um de seus ramos" (PIMENTA *et al.*, 2005, p. 146). A demarcação do sentido de "instituição" feita por Guasp, desse modo, não conseguiu promover avanços no entendimento de Processo que, como já se demonstrou, continuou amparado sobre as bases teóricas relacionistas.

A base autoritária da vertente do Processo como relação jurídica mostra-se sedutora a ponto de permear várias doutrinas que pretendem avançar e, ao final, a tentativa mostra-se inexitosa. Assim é que Arouca enfatizou que Guasp acabou por reforçar os poderes dos julgadores, assim como o fizerem as doutrinas alemã e italiana. Além disso, cumpre denunciar

que Guasp formulou aporte doutrinário para as conduções decisionais facistas, em obra publicada em 1943, intitulada “Juez y hechos em el processo civil” (GUASP, 1943). Logo, proposições teóricas que buscam alocar os decisores sobrepostos aos demais sujeitos processuais tendem ao autoritarismo e acabam por ruir com construções democratizantes, nas quais as partes e não os decisores, assumem protagonismo.

Assim, é possível inferir-se pelo distanciamento desta doutrina processual das matrizes democráticas e sua aproximação, desde o nascedouro, à doutrina relacionista, dela divergindo apenas no aporte sociológico que pretende sustentar.

5.3.7 Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório

Contrapondo-se ao relacionismo processual, o processualista italiano Elio Fazzalari buscou aprimorar o conceito de Processo, compreendendo-o, assim, como procedimento de estrutura normativa realizado em contraditório entre as partes, em simétrica paridade, tendo como resultante uma decisão final (FAZZALARI, 1958).

Fazzalari evoluiu no entendimento acerca da “actio”, inferindo, desse modo, que o direito de ação deve se vincar em uma estrutura técnica de atos jurídicos sequenciais e, sobretudo, que estejam normatizados em lei. Desse modo, afirmou o procedimento como gênero, do qual o Processo é espécie com característica marcante da existência do contraditório. Ou seja, o contraditório é o elemento central estruturante do Processo, sem o qual este retorna à condição de mero procedimento pautado nas bases da “actio”. Nesse contexto, asseverou que a configuração do Processo exige a estrutura técnica do contraditório, pautado na participação dos sujeitos interessados na decisão final a ser formulada (FAZZALARI, 1975, p. 28-29).

Nas democracias, a tomada de decisões precisa levar em conta algumas premissas, entre elas, a estrutura técnica do contraditório, a partir da participação dos sujeitos, a quem se viabiliza externar posicionamentos, argumentos, provas, dentro de um espaço dialógico capaz de ampliar os debates e contribuir para a construção decisória legítima. Assim, a proposição fazzalariana, contempla uma diretriz que traz avanços para se chegar às perspectivas democráticas, diferentemente das teorias do Processo anteriores. Há, nesta teoria do Processo como procedimento em contraditório, critérios indicativos de inclusão das partes nessa formulação decisória, buscando-se, com isso, suprimir o protagonismo do julgador.

Aroldo Plínio Gonçalves afirmou que a racionalidade dos critérios de interpretação e aplicação do Direito pauta-se na definição de critérios objetivos e previsto em lei, que devem ser observados por todos os sujeitos processuais a partir das balizas das garantias

constitucionais, a fim de que sejam extirpados critérios de construção decisória vincados em uma justiça salomônica, em sensibilidade ou no subjetivismo (GONÇALVES, 2001). Pretende-se, com isso, obstar a formulação de decisões delineadas por critérios axiológicos, nas quais as autoridades se portem como bem entendem, criando suas próprias diretrizes de atuação, de acordo com interesses, valores e preconceitos, a que não se explica e que retiram a legitimidade decisória.

Em sua obra, Fazzalari vai ressaltar que o Processo a que se refere não contempla somente o processo jurisdicional, mas sim todo o arcabouço de construções decisórias decorrentes dos processos legislativos e administrativos, mencionando também o procedimento arbitral. Assim, é notório que, a partir dessa perspectiva teórica, há uma ampliação da visão decisória, considerando o Processo como procedimento pautado na observância das normas, dos atos e das posições subjetivas para o exercício efetivo do contraditório. Por isso, sustentou Fazzalari que os sujeitos interessados na decisão final, precisam participar em uma estrutura normativa plurisubjetiva e dialética (FAZZALARI, 1975). Além disso, defendeu a necessidade de equivalência de posições entre as partes, desse modo, configurando-se como estrutura fundamental de convivência (FAZZALARI, 1989). No tocante à legitimação para participar do processo, evidencia que são legitimados todos aqueles que, direta ou indiretamente, serão afetados pelos efeitos da decisão (FAZZALARI, 1958).

Na medida em que Fazzalari, por meio de sua teoria, afirmou que o Processo deve permear as atividades estatais (legislativa, administrativa e jurisdicional), assim como a arbitragem, acabou por proceder uma clara distinção entre Processo e Jurisdição, tendo cuidado de afirmar a centralidade do Processo como diretriz para construção decisória (FAZZALARI, 1994). Cumpre destacar que a teoria do Processo como Procedimento em Contraditório, não chegou ao ponto de discorrer sobre premissas constitucionais, de modo específico. No entanto, em sua obra "Conocimiento y valores" houve já o reconhecimento expresso da relação entre Processo e Constituição.

Infere-se, nesse sentido, que as conjecturas fazzalarianas incorporaram ganhos à compreensão de Processo, tanto por evidenciar a necessidade de participação das partes, em contraditório, quanto por enfatizar o aporte normativo como diretriz de atuação dos sujeitos processuais.

Em estudos mais recentes, Fazzalari admitiu e reconheceu o eurocentrismo como narrativa de criação de estruturas de mundialização, assim como afirmou que o momento contemporâneo exige o reconhecimento de uma "aldeia global" (FAZZALARI, 2008, p. 82) e, mais que isso, exige que o Direito, pela via da participação, permeie os conhecimentos operados

por outras disciplinas, a exemplo da sociologia, economia e política, a fim de que sejam produzidas normas não só de caráter abstrato e formal, mas sim dotadas de conteúdos de realização concreta, em que os sujeitos processuais se reconheçam em sua formação e aplicação, para que se perfaça uma relação efetiva com a vida (FAZZALARI, 2008).

E, nesta tese, a partir da Teoria do Processo como procedimento em contraditório, pode-se "iniciar" uma construção pautada em avanço, "ainda que seja somente o início", devendo-se buscar alternativas, sobretudo vincadas em bases decoloniais e ecológicas, para que sejam incorporados, em amplitude, todos os sujeitos processuais, evitando-se, assim, um procedimentalismo ideológico. Cumpre, então, aferir acerca dos movimentos teóricos de constitucionalização do Processo.

5.3.8 Constitucionalização teórico-processual

Sobretudo pela importância de se conceber o Processo a partir de bases democráticas vincadas nas premissas constitucionais, algumas correntes teóricas vêm se delineando para formular diretrizes neste sentido. Isso não significa que haja entre elas incompatibilidades, mas significa sim que partem de aportes teóricos diferentes, o que faz com que cada uma dessas vertentes, por questões metodológicas, tenha construções hipotéticas variadas, sendo-lhes comum, no entanto, o fato de compreenderem o Processo como garantia constitucionalizada para construção decisória democrática e balizamento da atuação dos sujeitos processuais. Além disso, há preocupação das teorizações de bases processuais-constitucionais de evidenciar, de modo claro, a distinção entre Processo (garantia) e jurisdição (atividade estatal), preocupação esta que em nenhum momento fez parte das cogitações dos doutrinadores relacionistas, situacionistas ou institucionalistas, conforme já demonstrado.

Cumpre, então, analisar as diretrizes teóricas, quais sejam: a) Teoria Constitucionalista do Processo; b) Modelo Constitucional de Processo. A Teoria Constitucionalista do Processo surge da necessidade de se propor uma construção pautada na vinculação entre Constituição e Processo e, assim, após a Segunda Guerra Mundial, o processualista mexicano Hector Fix Zamudio promoveu estudos direcionados a essa sistematização, o que se seguiu a partir dos estudos de José Alfredo de Oliveira Baracho, processualista de Minas Gerais.

Em artigo publicado na obra em homenagem a Hector Fix Zamúdio, José Carlos Barbosa Moreira escreveu acerca da constitucionalização do Processo no Direito brasileiro. Nesse sentido, destacou que as Constituições que antecederam a Constituição da República de 1988 ocuparam-se pouco - ou quase nada - de diretrizes principiológicas processuais. No

entanto, a Constituição de 1988 destacou sobremaneira, em seu artigo 5º, direitos e deveres individuais e coletivos, assim como dos direitos e garantias fundamentais (BARBOSA MOREIRA, 2009). Nesse sentido, mostra-se evidente a mudança de alinhamento constitucional democratizante que permeou, de forma direta, as balizas do Processo, que sai de um inescondível contexto de subjugação, em que o Estado e as estruturas de poder faziam-se mais convenientes, amparados por um arcabouço ditatorial assumido pela Constituição brasileira de 1967. Por isso, Barbosa Moreira acentuou que:

> A elevação de garantias processuais ao patamar constitucional, em 1988, tem óbvia significação, à luz das circunstâncias históricas. O país emergia de longo período de governos arbitrários, durante os quais não se pode dizer que fossem eles fielmente observados. Era compreensível o cuidado de impregnar a nova Constituição de valores inerentes ao Estado de Direito que então se restaurava. (BARBOSA MOREIRA, 2009, p. 55).

Houve, portanto, necessidade de constitucionalização do Processo com propósito de se traçar diretrizes de atuação dos sujeitos pelas balizas do Estado de Direito, de modo a conter a prática de atos que extrapolassem as vias normativas e, sobretudo, que colocassem em voga as bases de democraticidade a partir das quais os sujeitos se assumem protagonistas.

Assim, acerca do Estado de Direito, Baracho acentuou que a expressão serve para chancelar as premissas do Estado moderno tendente à racionalização jurídica da vida e, desse modo, vincou-se na legalidade normativa para esse fim. Sustentou ainda que, para configuração do Estado de Direito, deve haver observância da legalidade, separação das atribuições estatais e garantia dos direitos e liberdades fundamentais (BARACHO, 1977).

O que se infere, nesse contexto, é que o Estado de Direito se erige pelos pilares da legalidade e da garantia de direitos fundamentais, que servem como fundamento para a prática de atos e para a formulação de decisões por todo e qualquer sujeito processual. E, a partir desse ponto, o horizonte propugna pela configuração de diretrizes voltadas à busca de democraticidade – a ser construída cotidianamente - decorrente da principiologia estruturante dos sistemas constitucionais, como fonte de legitimação para o exercício das funções estatais, em nome dos sujeitos, estes sim legitimados ao processo, como comunidade política e livre (BRÊTAS, 2018).

Importante destacar que pela Teoria do Processo Constitucional "a Constituição pressupõe a existência de um processo, como garantia da pessoa humana" (BARACHO, 2006, p. 11), o que torna evidente a relação necessária entre Processo e Constituição, como premissa democratizante. Além disso, o Processo Constitucional deve se perfazer por princípios de

aplicação da lei e pela garantia inescusável dos direitos fundamentais. Vale ainda evidenciar o nascedouro, métodos de configuração da estrutura e objetivos do Processo Constitucional, o que foi demarcado por Baracho. Assim:

> A gênese, métodos de elaboração e objetivos do processo constitucional ocorrem dentro das coordenadas constitucionais, através da fundamentação e determinação de seus pressupostos e da definição da jurisdição constitucional, que procura ampliar as possibilidades de efetivação dos direitos fundamentais em sua plenitude, sem qualquer restrição de ordem econômica ou social, bem como do direito de defesa. (BARACHO, 2006, p. 21).

A estruturação e observância da principiologia constitucional, como arcabouço da legalidade e das garantias de direitos fundamentais, serve como configuração do Processo. E, assim, a cidadania decorre do pleno exercício das garantias e pela observância aos direitos fundamentais, o que se faz pela via do Processo, como diretriz decisória de construção democrática.

Gonçalves (2001) parte da concepção de Processo como procedimento em contraditório, delineada por Fazzalari, mas amplia sua dimensão teórica alcançando o Processo Constitucional e, desse modo, acentua a necessidade de que se observem as garantias fundamentais constitucionais, sobretudo em razão da instrumentalidade técnica do Processo, que, por meio do contraditório, cria um ambiente de participação dos sujeitos, capaz de corroborar para a configuração democrática e cidadã.

Em uma visão contemporânea, Baracho (1984) já anunciava que o Processo Constitucional deve assumir novas perspectivas, anunciando que convém ao processo ampliar sua visão, livre de particularismos e individualismos, para caminhar por matrizes que incorporem interesses de minorias e grupos, a fim de que haja, de modo efetivo, implementação dos direitos fundamentais.

O Processo Constitucional, portanto, como diretriz teórica, alavanca a busca pela construção do Estado Democrático de Direito pela via do Processo, que se orienta como garantia para que direitos fundamentais sejam respeitados e implementados.

Buscando o desenvolvimento do Modelo Constitucional de Processo, Andolina e Vignera publicaram a obra “I fondamenti costituzionali dela giustizia civile: il modelo constituzionale del processo civile italiano”, propondo um modelo teórico processual de elaboração normativa pautado na principiologia constitucional. Desse modo, propuseram um esquema geral processualizado, a partir das características: expansividade, variabilidade e perfectibilidade. A “expansividade” busca garantir que a norma constitucional permeie

microssistemas processuais, mantendo o delineamento do esquema geral de processo. De outro lado, a "variabilidade" torna viável e necessário o ajuste de microssistemas para fins de manutenção da base constitucional. E a característica da "perfectibilidade" determina que haja o aperfeiçoamento do modelo constitucional a partir da necessidade de se incorporarem novos institutos para ganhos democráticos, devendo-se observar, de modo inarredável, as diretrizes processuais-constitucionais (ANDOLINA; VIGNERA, 1997).

Desse modo, a Constituição é a guia central, em sua base principiológica, para configuração do Modelo Constitucional de Processo, que se expande, aperfeiçoa e especializa servindo de diretriz interpretativa e prática para construções decisórias. Com isso, o processo é mais que um procedimento pautado na prática de atos, sendo a base de sua concepção a necessidade de existência de uma metodologia de exercício de garantias constitucionais, quais sejam, o contraditório, a ampla argumentação, a necessidade de um terceiro imparcial para formulação de decisões racionalmente fundamentadas. Essa metodologia de garantias, portanto, volta-se à defesa e observância dos direitos fundamentais.

Andolina, em artigo destinado a tratar do papel do Processo nos sistemas jurídicos nacionais e transnacionais, destacou que as garantias processuais reforçam a necessidade de observância do trinômio "poder-responsabilidade-controle", dentro do contexto do Estado Democrático de Direito. Assim, "a ordem democrática impõe que a cada poder corresponda uma responsabilidade, e que, por isso, cada poder (recte: o exercício de cada poder) seja objeto do controle correlato" (ANDOLINA, 1997, p. 63). Assim, opera-se a construção de um sistema processual em que se busca uma atuação mediada por critérios normativos que indicam direitos, deveres, obrigações dos sujeitos processuais, sendo possível uma vertente democrática se houver controle de atuação dos sujeitos, para impedir desequilíbrios e abusos, ao mesmo tempo que devem ser observadas as liberdades adequadas às responsabilidades pela prática de atos. Desse modo, "poder", "responsabilidade" e "controle" devem servir de base na atuação dos sujeitos, com vista à sedimentação dos direitos fundamentais pela via do Processo como garantia.

Importante destacar que Andolina (1997) evidenciou a Constituição como delineadora do modelo processual de garantias, destacando a necessidade de que sejam observadas, para conformação democrática: a) independência do julgador; b) participação dos sujeitos processuais tendo como base a estrutura do contraditório, direito de ação e ampla defesa, simetria na atuação; c) transparência e legalidade como base de formulação decisória, com necessidade inescusável de fundamentação das mesmas; d) efetividade das tutelas com observância das garantias constitucionais.

Desse modo, o Processo se perfaz como garantia de direitos fundamentais, e, conforme enuncia Barros, "o que sustenta a noção de processo como garantia são os princípios constitucionais do processo definidos no texto constitucional" (BARROS, 2013, p. 49). Cumpre chamar a atenção no sentido de que, por questão metodológica e epistemológica, há a necessidade de se proceder à aferição das Teorias do Processo de bases moderno-cartesianas e, do mesmo modo, houve a necessidade de se aferir o próprio marco teórico eleito para iniciar esta pesquisa, para verificar a sua aderência (ou não) às premissas antropo-eurocêntricas, o que será feito a seguir.

5.3.9. Aferição crítica da Teoria Fazzalariana e do Modelo Constitucional de Processo: há ruptura com o modelo moderno-cartesiano?

Importante destacar que a presente tese elegeu como marco teórico "inicial" a proposta de Modelo Constitucional de Processo (ANDOLINA; VIGNERA, 1997), compatibilizando-a com a teoria do Processo como Procedimento em Contraditório (FAZZALARI, 1975). Na introdução desta tese, houve a indicação metodológica de que as investigações críticas acerca de conceitos e compreensões (im)postos seria feito pela desconstrução dos discursos, pelo método da revisão crítico-bibliográfica, para se cotejar e desvelar eventuais estruturas de dominação e opressão. Para dar suporte a essa metodologia adotada, buscou-se aporte epistemológico e, nesse sentido, utilizou-se, ao longo da pesquisa, das epistemologias decoloniais, conforme delineado no item 3.3.

Desse modo, para que a seriedade e comprometimento acadêmico sejam aqui assegurados, há que se colocar sob exame o próprio marco teórico processual inicialmente eleito para conduzir esta pesquisa. A partir dessa análise, os resultados aventados podem ser os seguintes: a) após aferição crítica dos marcos teóricos, poderá se inferir que eles são aderentes aos modelos emancipatórios e não-ideologizantes; b) os marcos teóricos eleitos inicialmente seguem reproduzindo ideologias vincadas em modelos moderno-cartesianos.

E, neste contexto, caso o resultado a que se chegue seja no primeiro sentido indicado (aderência do marco teórico a modelos emancipatórios), as teorias processuais fazzalariana e Modelo Constitucional de Processo servirão como diretriz edificante de decisões democráticas e contra-opressoras. De outro lado, acaso se infira pela aderência desses marcos teóricos processuais às matrizes moderno-cartesianas, deverá ser considerada a possibilidade de se buscar nova proposição teórico-processual compatível com a construção de alternativas decisórias que sejam, de modo efetivo, democráticas e emancipatórias.

Cumpre iniciar, portanto, a aferição crítica acerca das teorias do Processo como Procedimento em Contraditório e Modelo Constitucional de Processo, avançando a partir das análises já realizadas nos itens 5.3.6 e 5.3.7 da presente tese. No tocante à teoria fazzalariana, esta adota a compreensão de que o Processo é procedimento em contraditório, desenvolvido pela atuação das partes, que, em simétrica paridade, conduzem a uma resolução final (FAZZALARI, 1958). A partir daí, faz-se necessário esquadrinhar pontos fundamentais de sua configuração, quais sejam: "como o contraditório se delineia nesse contexto e qual a dimensão da simetria paritária".

Como elemento central desta teoria, o contraditório se performa como direito à participação dos sujeitos, devendo estes se manifestarem acerca de argumentos e provas apresentados. Nesse caso, afigura-se como dicção sequencial e indispensável, o que bastaria para configuração do exercício contraditorial. De início, Fazzalari alocou a compreensão do contraditório como exercício ou atuação procedimental apta a convergir a uma suposta processualização. Não houve, assim, o dimensionamento do contraditório como garantia fundamental, o que só foi articulado posteriormente, oportunidade em que evidenciou a relação entre Processo e Constituição. Desse modo, o contraditório delineado por Fazzalari limita-se a uma atuação seriada das partes, com vista à produção argumentativa e probatória voltada a incidir para o convencimento, pelo que enfatiza ser o contraditório o exercício de participação de interessados e contrainteressados, dirigida aos decisores (FAZZALARI, 2008).

O contraditório, nesse contexto, é limitado e não alcança níveis de democraticidade aptos a servir como construtivos críticos vincados em alteridade, em uma política da diferença. Ademais, labora-se ainda no contexto desta teorização com o controle e dominação dos supostos "melhores argumentos", colocando os sujeitos, desde a gênese da questão controvertida, em posição bélica, dual, binária, oposicional. Essa lógica é aquela vincada em bases moderno-cartesianas, em que o antropocentrismo vigora (deixando os "não-humanos" fora da processualidade), o individualismo impera e o conhecimento se articula como lócus de poder e controle. Há, desse modo, um estímulo, ainda que mascarado, à manutenção de posicionamentos antagônicos, reproduzindo no sistema uma constante belicista e oposicional.

No tocante à simétrica paridade como elemento indispensável da teorização fazzalariana, esta deve ser entendida como critério de participação dos sujeitos processuais em paradigmas de suposta igualdade formal, sem perquirir acerca das assimetrias inerentes à própria condição dos sujeitos. A teoria apresentada parte, portanto, de uma condição inexistente e ficcional, qual seja, de igualdade formal.

Ainda que se argumente que bastaria o igual direito à participação, referido argumento

agravaria as assimetrias por desconsiderar (ou ocultar) as condições díspares dos sujeitos, em suas diversidades e pluralismos, que deixam de ser levados em consideração. Não se pretende dizer, com isso, que a simetria participativa deva ser inobservada. No entanto, faz-se necessário ampliar a questão para colocar em voga a necessidade de se reconhecer o direito à dignidade dos sujeitos, reconhecer ainda que há sujeitos excluídos do sistema e que, portanto, existe uma assimetria ocultada pelos mecanismos (dispositivos) de controle do sistema.

Apesar de ter, ao final, reconhecido a incidência do pensamento eurocêntrico incidente sobre os projetos de globalização, Fazzalari (2008, p. 82) manteve as premissas caracterizadoras da teoria que formulou, vincada no "contraditório" binário de bases moderno-cartesianas, assim como em uma "simetria" e em uma "paridade" a que não se consegue dar suporte, a não ser em níveis de atuações ficcionais e performáticas.

No que diz respeito ao Modelo Constitucional de Processo desenvolvido por Andolina e Vignera, esta perspectiva teórico-processual traz como discurso a necessidade de construção e desenvolvimento do Processo sob bases constitucionais em que as garantias fundamentos sedimentem a (con)formação do próprio procedimento.

Neste modelo, compreenderam-se as formações processualizadas como esquema geral que se expandem para outros microssistemas e como modelo de repercussão que permeia os sistemas processuais de construção decisória, vincado na observância às garantias do contraditório, ampla defesa, imparcialidade dos decisores para que formulem decisões fundamentadas (ANDOLINA; VIGNERA, 1997). Com isso, a teoria reforça a importância da Constituição como delineadora do modelo processual de garantias.

Nesse contexto, embora seja imprescindível se conhecer a importância das garantias constitucionais, a crítica que se deve realizar ao Modelo Constitucional de Processo faz-se no sentido de que a teoria mantém as bases garantísticas do contraditório e ampla defesa sob as mesmas balizas sustentadas pela demais teorias processuais moderno-cartesianas. Assim, o contraditório se opera em vertente linear e sequencial em que os sujeitos processuais seguem manifestando sobre argumentos e provas e, uma vez mais, as decisões são tomadas pela vitória do "melhor argumento". Destarte, não houve alterações significativas deste contraditório com o contraditório anunciado pelas demais teorias moderno-cartesianas, a não ser pela configuração constitucional que lhe orienta.

Há que se ressaltar, neste ponto, que, em nenhuma medida esta tese pretende reduzir a importância do contraditório e ampla defesa como garantias. O que se pretende é evidenciar as distorções que vem delineando essa estruturação, que tem sido incapaz, sob as premissas das teorias moderno-cartesianas, de se apresentar como garantia efetiva de participação para

construção do conhecimento e da complementaridade, levando-se em conta diversidades e pluralismos.

O exercício do contraditório nas teorias moderno-cartesianas vem se afigurando como performativo, assim como a garantia da ampla defesa. Há previsão normativa acerca da necessidade de observância das referidas garantias, que, no entanto, incidem como prática argumentativa limitada, que não considera a necessidade de ampliação do conhecimento, de conscientização, de emancipação e de inclusão das diversidades. E, mais que isso, desconsidera a necessidade de diálogo dos saberes, que leve em conta as narrativas dos sujeitos e da natureza, para configuração de uma cidadania plural. Não há, por parte das teorias moderno-cartesianas, a solicitude de incorporar o Outro à narrativa, bastando que este Outro se pronuncie de maneira formal.

Há uma visão do "Eu versus Outro", a partir da qual a estrutura binária e oposicional se produz e reproduz uma violência sistêmica, em bases de não-alteridade e de adversidade. Desse modo, aferindo-se criticamente os pontos que dão supedâneo às diretrizes teóricas, observa-se que elas não foram capazes de se desvencilhar das máculas da Modernidade. Busca-se evidenciar, nesse contexto, que as Teorias do Processo como Procedimento em Contraditório, assim como o Modelo Constitucional de Processo, embora tenham configurado avanço com relação à demais teorias aqui apresentadas, ainda trazem marcas do pensamento eurocêntrico, antropocêntrico, vincado em antagonismo e em conhecimento performático e estanque.

O contraditório precisa se prestar à ampliação dos saberes, assim como a ampla defesa deve servir ao desvelamento da realidade pela via crítico-epistemológica. E, conforme se infere, nenhuma das teorias de bases moderno-cartesianas apresenta eixo epistemológico a lhes servir como diretriz de aferição crítica, o que lhes aloca, nesse sentido, em arcabouço ideológico e ideologizante reproduzido nas decisões que seguem alimentando exclusões e dogmatismos.

Infere-se, nesse sentido, que a Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório, assim como o Modelo Constitucional de Processo, que serviram, *de início*, como marcos teóricos-processuais da presente pesquisa, após analisadas as suas premissas, sob a lente das epistemologias decoloniais, acabam sucumbindo por se mostrarem como proposições reprodutoras dos antagonismos das matrizes moderno-cartesianas.

Desse modo, a presente pesquisa seguirá para o desenvolvimento de uma proposição que leve em conta construções decisórias processualizadas, pluriversais, ampliativa dos diálogos de saberes e capazes de incorporar uma dimensão integrativa ecológica de metacidadania plena.

5.3.10 Proposta disruptiva: por uma proposição processual contemporânea, decolonial, pluriversal e democrática

Apresentadas aqui as matrizes teórico-processuais formuladas a partir da Modernidade, é possível inferir-se que há em suas bases formativas uma visão predominantemente antropocêntrica, que incorpora como sujeitos de direito e como sujeitos processuais os seres humanos e entidades ficcionais a que a lei conferiu personalidade, a exemplo das pessoas jurídicas (sociedades, fundações, partidos políticos, igrejas e organizações não governamentais)[84], sendo estas uma criação para atender, sobretudo, a questões de ordem econômica, individualista e patrimonialista.

Essa compreensão reforça o pensamento de diretriz antropocêntrica, a partir da qual o homem se aloca no centro do existir e do pensar, ocultando tudo o que lhe é marginal ou exterior, o que coincide com o não (re)conhecimento do Outro a que não lhe interessa. Há coincidência, portanto, da visão operada na Modernidade, que traz como características pujantes as balizas individualistas vincadas em uma racionalidade econômica, a partir da qual o homem opera pelo conhecimento aportado em controle e poder. Essa diretriz, portanto, se reproduz de forma inarredável nas formulações teórico-processuais moderno-cartesianas.

Para que haja avanço em termos de ganho de democraticidade, há que se romper com o plano da Modernidade, avançando para uma nova proposição de Processo, a partir da compreensão da contemporaneidade, que vá, por meio de uma participação crítica e consciência decolonial-emancipatória, construir uma base pluriversal, em que os sujeitos processuais e a natureza, assim como o Outro excluído em sua dimensão de diversidade, contribuam para as formulações decisórias.

A compreensão do Processo vincado nas premissas da Modernidade traz a dimensão binária cartesiana, em que os sujeitos são vistos como *partes*, em um sentido de cisão, peça ou fração, aderentes à concepção de segmentação e afastamento. Além disso, essa visão binarista corrobora para a reprodução de antagonismos, como se os sujeitos estivessem em duelo, com estabelecimento de limites e fronteiras. Ademais, as próprias relações entre os sujeitos e entre

[84] O artigo 1º do Código Civil brasileiro, de 2002, enuncia que "toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil". Há que se evidenciar que existem as pessoas naturais, as pessoas jurídicas, consideradas sujeitos de direitos e passíveis de titularização de situações jurídicas (entes personalizados, nos termos dos artigos 2º e 40 do Código Civil). Deve-se considerar, no entanto, que além desses, há outros sujeitos de direito considerados como entes despersonalizados, a exemplo dos condomínios, herança, massa falida. Cumpre destacar que tanto os entes personalizados, quanto os entes despersonalizados são considerados sujeitos de direito. Ou seja, sujeito de direito é o detentor da titularidade de direitos decorrentes de situações ou fatos jurídicos. Vale ressaltar, portanto, que nem todo sujeito de direito é pessoa, podendo compreender ainda os entes despersonalizados.

sujeitos-natureza (vista como objeto) são atomizadas e normatizadas pelo Estado, que media e controla as relações, por um modelo prescritivo apto a manter as estruturas de poder. Ou seja, atomizam-se as partes como peças, gerando relações não-integracionais, a partir de uma dicção orientada por modelos (im)postos pelas autoridades.

Os modelos teóricos-procedimentais formulados na Modernidade não cuidam de integrar, de modo efetivo, todos os sujeitos que serão afetados pelas decisões elaboradas. Trata-se, portanto, de uma participação performativa, ficcional, em que os sujeitos apresentam seus argumentos, suas pretensões e provas, em quaisquer das esferas de poder estatal, como mero tecnicismo procedimental[85]. No entanto, a decisão fica, de modo tangível, alocada na esfera da autoridade, que oferta a última palavra. Há, portanto, uma pseudo-participação, na medida em que a dimensão do Outro não é incorporada, assim como não se incorporam os saberes diversos, saberes originários e compreensões formuladas por inter ou transdisciplinaridade. A dicção do saber é única e limitada, por critérios fixos e fronteiriços. A não inclusão do Outro, das diversidades e pluralismos, impacta na criação de um vácuo, de um "não-espaço", que se perfaz dogmático e ideológico.

Como contraponto a essa mutilação dos sujeitos e do próprio conhecimento operada pela Modernidade colonial, conjectura-se uma proposição a partir da qual o Processo que se afigure como garantia efetiva de direitos fundamentais, passe a contemplar uma dimensão integrativa do Outro, de todos os sujeitos e da natureza, o que lhe confere o caráter amplificado de pluriversalidade. O Processo, dentro dessa perspectiva, imbui-se do propósito de formulação de decisões ecologizadas, assim entendidas como decisões que incorporem os sujeitos (diversidades), a coletividade (pluralismos) e o ambiente, rompendo-se com as estruturas antagônico-binaristas de partes que duelam, mas sim que constroem decisões por meio de diálogos estruturantes, capazes de instaurar uma metacidadania.

Há que se construir uma proposta teórico-processual disruptiva, para romper com o modelo moderno-cartesiano dual, binário e reprodutor de violências, entre as quais está a própria exclusão dos sujeitos do (eco)sistema. E neste ponto, quando se diz "sujeitos", há que se avançar para uma compreensão de seres humanos excluídos, assim como a própria natureza,

[85] Acerca do caráter ficcional da participação, Boaventura de Souza Santos argumenta que a produção jurídica é a que possui a mais alta carga performática. Afirma que o "auditório", assim entendido como aquele corpo de sujeitados à própria construção que lhes é alheia, é dotado de ficção em termos de sua participação. O auditório apenas assiste ao que o outro produz. Ou seja, o auditório está ali, mas sua participação é performática apenas. Assim, aponta que "ao fazer-se assentar a legitimidade da reprodução jurídica num conhecimento cuja vigência no seio do auditório o próprio princípio, como tal, nega ou pelo menos admite não existir, atribuem-se consequências jurídicas materiais a uma ficção que, aliás, o é cada vez mais, à medida que se profissionaliza o trabalho jurídico e a 'ciência' jurídica se apropria da 'consciência' jurídica. Por via de tais consequências, o auditório é coagido a dar cumprimento à sua própria ficção." (SANTOS, 2014, p. 85).

ainda vista como objeto. E qual seria a alternativa disruptiva viável? Incluir e integrar os sujeitos humanos e a natureza pela via do Processo, que assim os abarque com suas diversidades, pluralismos, para (con)formação das metacidadanias. O que se propõe, neste sentido, é a passagem processual e epistemológica de uma visão de "multipolaridade" para uma visão de "pluriversalidade". Quando se labora a vertente de multipolaridade, há a reprodução segregária, dilática, dual, binária e oposicional. Como alternativa, a vertente de pluriversalidade aventada, baseia-se em uma visão integracional, construtivista, responsiva, de ética cidadã e ampliativa da cons-ciência. Há, nesse sentido, uma ampliação das posições subjetivas.

Além disso, a disrupção decorrente de uma nova proposta teórico-processual decolonial e pluriversal ampara-se no contexto da "legitimação". Ou seja, nas teorias procedimentais moderno-cartesianas a legitimação se perfaz pela mera participação que, no mais das vezes, é ficcional e performática. Em contrapartida, na proposição teórico decolonial pluriversal a legitimação decorre da inserção "crítica" do sujeito no Processo, para que, assim possa se apropriar da realidade. A crítica, nesse sentido, vai se operar pela cons-ciência e cidadania cognitiva oriunda do diálogo de saberes.

Com isso, aventa-se que os procedimentos ideológicos e excludentes incentivados pelas modernas teorias cartesianas, acabarão por sucumbir a uma racionalidade, que é ecológica, vincada na decolonização do saber, na alteridade, no reconhecimento dos pluralismos, avançando para uma democracia das diferenças.

A perspectiva processual de disrupção com o sistema moderno cartesiano se delineia ainda pela proposição de uma ressignificação das garantias como contraditório e ampla defesa, que, nesse contexto, passariam a contemplar uma visão de complementaridade na diversidade, com vista à emancipação dos sujeitos. Assim, será necessário verticalizar a análise acerca da proposição que ora se ventilou, apresentando as bases sobre as quais a tese se arrima. Para tanto, deverá ser feita uma aferição acerca da condição e posição dos (não) sujeitos processuais.

6 SUJEITOS PROCESSUAIS: DOS DIREITO DA NATUREZA HUMANA AOS DIREITOS DA NATUREZA

Quem são os sujeitos legitimados ao Processo? O Direito tem sido formulado para proteção de todos os sujeitos? Ou há uma situação de sujeitos e sujeitados? É a partir desses questionamentos que o capítulo será desenvolvido, sobretudo a partir da visão de Processo como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza.

A Modernidade e o antropocentrismo, asseguradores do monismo jurídico e de uma dicção única e totalizadora, deslocaram o homem de um lado e, na margem contrária, alocaram o Outro e a natureza. Essa visão particionada e não integrativa faz com que se restrinjam os saberes para construção estruturada e abarcadora das complexidades das relações.

Assim, há que se analisar de que modo a proposição do direito ecológico processualizado vai açambarcar a dicção dos direitos humanos e dos direitos da natureza, sem que haja uma limitação do olhar "pelo" homem, "para" o homem e "somente para alguns" homens, mas sim a ampliação de uma visão capaz de integrar diversidades, pluralismos e novos sujeitos de direitos.

6.1 Coletivização: as mazelas da legitimação (in)adequada

A Constituição da República de 1988 determina a proteção dos sujeitos em face de lesão ou ameaças a direitos, sejam estes individuais ou coletivos, o que vem evidenciado no capítulo I, do título II, realçando, portanto, a importância dos direitos e garantias fundamentais[86]. Acerca das ações coletivas, Gidi as conceitua partindo da observação a três aspectos que lhe são peculiares: a necessidade de um representante, a proteção do direito de grupo e o efeito da coisa julgada. Assim, acentua que uma demanda coletiva é aquela ação em que se exige um legitimado coletivo (representante), com a finalidade de se resguardar e proteger direito de um grupo de sujeitos (objeto), o que resultará na formulação de uma decisão para todo o grupo, em virtude dos efeitos da coisa julgada (GIDI, 2004).

No Brasil, a ação civil pública rege-se pela Lei n. 7.347/1985, anterior, portanto, à

[86] Conforme explica Assagra de Almeida, "o direito processual coletivo surge como um novo ramo do direito processual no Brasil com a CF de 1988. É o que se extrai dos seguintes dispositivos constitucionais: art. 1º, art. 5º, XXXV, LXX, LXXI, LXXIII; art. 14, §§1º e 2º, art. 103, §§ 1º, 2º e 3º, art. 125, §2º, entre outros dispositivos da CF/88. [...] O objeto formal do direito processual coletivo é composto pelo conjunto de princípios, garantias e regras processuais que disciplinam o exercício da ação coletiva, jurisdição coletiva, do processo coletivo, da defesa no processo coletivo e da coisa julgada coletiva." (ASSAGRA DE ALMEIDA, 2007, p. 57-58).

Constituição da República, mas por ela recepcionada (artigo 129, III, CR/88), prestando-se à proteção do ambiente, bens e direitos de valor artístico, cultural, paisagístico, à ordem urbanística e a quaisquer direitos entendidos como difusos ou coletivos. Por sua vez, a ação popular já era normatizada pela Lei n. 4.717/1965 e a Constituição da República, em seu artigo 5º, LXXIII, reforçou suas diretrizes, no sentido da legitimidade dos cidadãos para a proporem-na, nos casos em que se objetive a anulação de atos lesivos ao patrimônio público, moralidade administrativa, meio ambiente, patrimônio histórico e cultural.

Além disso, visando à defesa dos direitos coletivos, partidos políticos com representação no Congresso Nacional, assim como organizações sindicais, entidades de classe ou associações regulares e em funcionamento há mais de um ano, são sujeitos legitimados a impetrarem mandado de segurança coletivo, nos termos do artigo 5º, LXX da Constituição da República de 1988.

Há, portanto, um microssistema que disciplina as tutelas coletivas de direitos. E, nesse sentido, optou-se por uma diretriz classificatória, compartimentando-os em direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos, conforme rotula o artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor[87]. No entanto, o que se pode inferir, sobretudo em razão do cotidiano prático, é que a classificação aventada pouco – ou nada – corrobora para a efetivação dos direitos, servindo de mero academicismo.

Em litígios de alta complexidade, essa categorização mostra-se despicienda e não contribui para uma solução eficaz. Aliás, tomando-se como exemplos os desastres socioambientais ocorridos em Minas Gerais, nas cidades de Mariana e Brumadinho[88], em 2015

[87] Estatui o artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990):
Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:
I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum (BRASIL, 1990).

[88] O desastre socioambiental de Mariana-MG, também conhecido como desastre do Rio Doce, aconteceu no dia 05 de novembro de 2015 e é considerado o maior desastre ambiental do Brasil. O fato colocou em voga a necessidade de se repensarem os marcos regulatórios e fiscalizatórios da mineração no Brasil. Na ocasião, houve o rompimento da barragem de Fundão, cuja responsabilidade pela operação era da Mineradora Samarco S/A, empresa controlada pela Vale S/A e pela BHP Billiton Brasil Ltda. Houve a liberação de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de lama tóxica, que percorreram, aproximadamente, 670 quilômetros, tendo alcançado o mar. Não bastasse isso, em 25 de janeiro de 2019, outro desastre ocorreu, também em Minas Gerais, na cidade de Brumadinho. Houve o rompimento das barragens de rejeitos I, IV e IV-A da Mina Córrego do Feijão, lançando 13 milhões de metros cúbicos de lama contendo metais pesados e substâncias tóxicas utilizadas no processo de mineração. Houve a morte de pessoas, animais, vegetação, atingimento do Rio Paraopeba, com reflexos

e 2019, respectivamente, houve a morte de pessoas, incalculáveis danos ambientais, sociais, econômicos, contaminação de bacias hidrográficas, comprometimento dos ecossistemas, fauna e flora, impactos elevados aos modos de vida dos povos indígenas e povos tradicionais das regiões, enfim.

Nessa situação não há como se discernir o grau de afetação dos sujeitos em simples escalas de direitos difusos, coletivos e individuais, assim como individuais homogêneos, dada a complexidade dos danos e lesões operados. Assim, a diferenciação é inútil e acaba por minimizar o sofrimento efetivo dos afetados que tiveram suas vidas dilaceradas de modo definitivo, o que torna impossível de se colocar dentro de uma mera abstração teórica (VITORELLI, 2020).

De todo modo, há outras questões emblemáticas a que se deve questionar na tutela de direitos coletivos. O que parece relevante para o objetivo da pesquisa que aqui se desenvolve, diz respeito à representação dos sujeitos processuais por supostos "representantes adequados" (legitimação extraordinária). O nó górdio paira no fato de que, em se tratando de lesão ou ameaça a direitos de uma coletividade, há um limitado elenco de representantes para toda essa coletividade, sobretudo nas ações típicas como ação civil pública, mandado de segurança coletivo ou ação de improbidade administrativa[89].

Essa configuração normativa faz com que se limite o eixo participativo dos sujeitos que acabam sendo negligenciados em sua dicção e visibilidade. Portanto, a estratégia de se conceder o direito de ação e efetiva participação aos representantes exclusivos elencados em lei, faz com que haja ocultação dos legítimos anseios, pretensões, argumentos e provas a serem suscitados

gravíssimos para a população.

[89] Fensterseifer, fazendo uma comparação entre o sistema de tutelas coletivas do Brasil e da "class action" norte-americana, explica que "o regime brasileiro [...] optou por conferir legitimidade apenas aos entes públicos (da administração pública direta e indireta, incluindo a Defensoria Pública), ao Ministério Público e aos entes intermediários (associações e sindicatos). Relativamente aos indivíduos, optou por resumir a sua atuação ao âmbito da ação popular. Com efeito, o legislador brasileiro priorizou nitidamente a seletividade em detrimento do acesso irrestrito à justiça. [...] Enquanto nos Estados Unidos da América a representação adequada constitui um pré-requisito explícito para o ajuizamento das class actions, de modo que a sua existência é aferida em cada caso concreto pelo juiz, no Brasil os legitimados para o ajuizamento da ação coletiva já se encontram previamente elencados em lei com presunção iure et iure da sua idoneidade para representar a coletividade, inexistindo previsão acerca para o exercício do controle judicial da presença do requisito da idoneidade da representação." (FENSTERSEIFER, 2015, p. 52-53). E, acerca das "class actions" norte-americanas, Zavascki explica que "da antiga experiência das cortes inglesas originou-se a moderna ação de classe (class action), aperfeiçoada e difundida no sistema norte-americano, especialmente a partir de 1938, com a rule 23 das 'Federal Rules of Civil Procedure', e da sua reforma, em 1966, que transformaram esse importante método de tutela coletiva em 'algo único e absolutamente novo' em relação aos seus antecedentes históricos. Assim, segundo a referida norma, admite-se que um ou mais membros de uma classe promovam ação em defesa dos interesses de todos os seus membros, desde que (a) seja inviável, na prática, o litisconsórcio ativo dos interessados, (b) estejam em debate questões de fato ou de direito comuns a toda classe, (c) as pretensões e as defesas sejam tipicamente de classe e (d) os demandantes estejam em condições de defender eficazmente os interesses comuns." (ZAVASCKI, 2006, p. 31-33).

pelos interessados. Os interessados, portanto, somente podem ter sua voz emanada por meio de outrem e não por si mesmos[90], dando ensejo a um distanciamento daqueles que, de modo efetivo, sofrerão os efeitos decisórios. O que ocorre, em muitos casos, é uma participação fictícia, na qual os sujeitos não se veem, de modo algum, representados pelos supostos representantes (in)adequados[91].

Apresentando, nesse sentido, uma visão alternativa, a partir de pesquisa empírica realizada, Susana Henriques da Costa e Ananda Palazzin de Almeida partiram do estudo acerca do acesso dos sujeitos à jurisdição por meio da via legitimatória extraordinária pela atuação do Ministério Público. Assim, buscaram aferir se o Ministério Público se articula para uma atuação como uma "instituição do sistema de justiça" ou se, de outro, lado, atuaria como "litigante habitual" voltado a uma articulação estratégica, organizada e orientada a uma representação mais específica dos interesses dos sujeitos. Trata-se de estudo para verificação da forma de estruturação e organização, que interfere, de modo direto, na maneira de atuar do Ministério Público como legitimado extraordinário e que, merece, nesse sentido, ser considerado para fins de proposição de alternativas viáveis para que a representação seja, de fato, adequada (COSTA; PALAZZIN, 2022).

Maciel Júnior há muito já suscitou esse problema das questões atinentes à legitimação extraordinária e formulou proposição no sentido da necessidade de se conferir participação a todos os sujeitos interessados nas decisões a serem proferidas. Para isso, desenvolveu sua teoria

---

[90] O caso do desastre do Rio Doce, decorrente do rompimento da barragem de fundão, em Mariana-MG, é um exemplo de situação em que a participação dos interessados foi mitigada. Uma das ações propostas foi a de número 0069758-61.2015.401.3400 e, nessa demanda, houve a celebração de um acordo (T-TAC: termo de transação e ajustamento de conduta), que ficou conhecido como TAC Total. A transação foi celebrada e assinada pelos autores da ação civil pública e pelos responsáveis pelos danos socioambientais. No entanto, o Ministério Público, que vinha conduzindo as demandas como representante da coletividade, não participou da celebração do TAC Total, nem mesmo a Defensoria Pública, associações ou os atingidos. A negociação foi feita pela União e pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, sem participação direta da coletividade, de forma direta ou por representação extraordinária. O valor de negociação foi no importe de 20 bilhões de reais, valor este muito aquém do estimado para fins de reparação integral dos danos causados. Nesse contexto, o Ministério Público insurgiu-se contra a homologação do acordo e obteve êxito em sua reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça. Houve também a interposição de recurso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (agravo de instrumento n. 0002627-50.2016.401.000/MG), que considerou que o Sistema de Conciliação do TRF-1 era incompetente para homologar a transação. Importa destacar, nesse caso, o afastamento, durante a negociação e celebração da transação, tanto dos representantes extraordinários "ope legis", quanto dos sujeitos interessados, daqueles que foram diretamente atingidos pelos desastres.

[91] Nesse sentido, Juliana Matos Ferreira discorre acerca do procedimento coletivo e da alienação do cidadão, diante da representação por apenas alguns grupos e pela obstaculização à participação direta dos sujeitos interessados. Assim, acentua: "denota-se que somente a ampliação da legitimação para a propositura das demandas coletivas, ressaltando o direito de participação dos interessados (afetados pelo provimento) em todo o procedimento, estaria de acordo com a teoria do direito de ação encampada pela Constituição Brasileira. Referida previsão reflete a inviabilidade de se afastar da discursividade procedimental os interessados nos processos coletivos, visto que a legitimação para agir nas ações coletivas atuais que se concentram em entes intermediários – Ministério Público, sindicatos, associações e partidos políticos – anula a possibilidade de participação dos reais interessados, que serão os afetados pelo provimento". (FERREIRA, 2017, p. 110-111).

das ações coletivas como ações temáticas, a partir da qual se viabiliza a participação dos sujeitos sobre os quais incidirão os efeitos decisórios (MACIEL JÚNIOR, 2006). O vanguardismo da proposição assenta-se no fato de que, observando as matrizes legais, aventa-se a possibilidade de que os demais sujeitos, para além dos representantes adequados, possam atuar dialogicamente e trazer seus contributos para construção das decisões, o que, desse modo, amplia a condição de legitimação das mesmas.

Sustenta Maciel Júnior, que o fato de se considerar a existência de interessados difusos para tratar acerca de um bem, situação ou direito, torna-os legitimados naturais da demanda coletiva e, desse modo, viabilizar sua participação resultaria na construção de decisões com maior grau de qualidade e legitimidade. Assim, desenvolve uma premissa de formação participada do mérito, afirmando, nesse sentido, que "as diversas manifestações dos interessados, comuns ou divergentes, constituiriam o mérito da demanda coletiva" (MACIEL JÚNIOR, 2006, p. 180). Acerca do mérito processual nas ações coletivas como ações temáticas, Veiga Costa destaca que deve haver um espaço processualizado onde caibam debates dos interessados, que estariam legitimados, portanto, a participarem com argumentos, provas e formulando pedidos correlatos ao tema demarcado (VEIGA COSTA, 2012).

Maciel Júnior, a partir da articulação participativa de todos os interessados, apresentou teorização ampliativa dos debates e avançou no sentido de criar um *site* na rede mundial de computadores (internet), para viabilizar a participação em rede de todos os interessados em determinada questão colocada em pauta. Desse modo, os interessados, além de analisar e colaborar com os argumentos, provas e debates postos no sítio eletrônico, podem ainda contribuir com suas próprias considerações[92].

A coletivização da tutela de direitos padece dos problemas da representação (in)adequada, conforme já se expôs, assim como da tentativa de se rotular a categorização de direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos, que não traz contribuição capaz de

[92] Em artigo científico Maciel Júnior discorre acerca da experiência empírica dos processos coletivos com participação pelas redes sociais: "em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 23 de outubro de 2017, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Campus do Coração Eucarístico, foi levado a cabo um projeto de pesquisa proposto por mim para o desenvolvimento de um processo coletivo com participação das redes sociais. O nosso projeto recebeu apoio da universidade através do pró-reitor de pesquisa e extensão professor doutor Sérgio de Morais Hanriot e o coordenador da área de computação, professor Humberto Torres Marques Neto, contando ainda com o apoio do mestrando em informática da Puc Helder Seixas Lima, sendo esses dois últimos os desenvolvedores do sistema da audiência nos termos do nosso projeto. Junto com os alunos do curso de mestrado organizamos uma audiência pública simulada de processo coletivo, cujo tema escolhido para debate foi: "A erradicação do uso do amianto". A dinâmica começou em sala de aula com a escolha do tema. Foi feito um edital com as regras de participação e do debate. O processo poderia ser acessado por qualquer pessoa mediante um cadastro prévio de e-mail. Foi criada a possibilidade de participação em cada uma das fases por acesso virtual. Foram três fases: a propositiva; a instrutória e a decisória." (MACIEL JÚNIOR, 2018, p. 29-31).

promover avanços efetivos para a tutela dos direitos.

E, pensando, sobretudo nos litígios de alta complexidade, Vitorelli destaca a existência de demandas a que nomeia de litígios irradiados. Estes afetam a sociedade em graus e níveis diferentes, de forma fluida e elástica, demonstrando que a titularização de direitos não se mostra de forma idêntica entre indivíduos ou grupos, havendo desproporcionalidade na gravidade da lesão que as permeia (VITORELLI, 2020). De todo modo, ainda considerando a necessidade de se manter a representação da coletividade pelo elenco apontado em lei (a exemplo da Defensoria Pública, Ministério Público e associações), Vitorelli elabora uma proposição de criação de subgrupos de afetados, em que se categorizem aqueles mais lesados – que ocupariam uma posição central na demanda - e, de outro lado, os menos lesados, que ficariam nos campos periféricos da demanda.

E, desse modo, defende a pluralização de representantes adequados. Ainda assim, aponta que a fragmentação de representantes pode repercutir em quebra ou dificultação dos diálogos, comprometendo a formação das decisões. E, mais que isso, assume que os grupos periféricos podem sequer serem ouvidos (VITORELLI, 2020). E, ainda com relação à atividade de representação dos sujeitos e sua participação, Vitorelli sustenta que deve se buscar uma relação entre o legitimado coletivo e as pretensões da sociedade, a fim de que se tenha "um processo coletivo tecnicamente adequado a prestar a tutela jurisdicional ao direito material violado" (VITORELLI, 2022b, p. 626).

Várias proposições de solução para a tutela de direitos coletivos vêm sendo cogitadas e não é de hoje. Houve, a partir da década de 70, uma tentativa de se articular técnica capaz de orientar o tratamento dos litígios complexos ou chamados de litígios de interesse público, que vieram, assim, a se performar como uma "reconstrução do processo coletivo" (BAHIA; NUNES; COTA, 2019, p. 19), a que se nomeou processo estrutural. Logo, operou-se formulação em que a atividade cognitiva e a construção de solução para cumprimento da decisão articulam-se em sincretismo para viabilizar a implementação de direitos fundamentais.

A compreensão de processos estruturais surgiu nos Estados Unidos, a partir de estudos realizados por Owen Fiss, sugerindo uma metodologia ("structural reforms") capaz de lidar com questões complexas e que exigissem parâmetros diferenciados para efetivação de direitos fundamentais a partir de dinâmicas assentadas em diálogos policêntricos e interinstitucionais[93].

[93] A partir de uma visão de ativismo judicial, segundo o qual o Judiciário norte-americano atua no sentido de reformular instituições para concretizar decisões judiciais, Owen Fiss, propõe a criação de medidas estruturantes, a partir das quais o Judiciário dialoga com outras instituições a fim de viabilizar a implementação de direitos fundamentais. E, explicando a proposição de Fiss, Jobim esclarece: "a construção para que o Poder Judiciário possa intervir dessa forma nestas instituições parece ser lógica, uma vez que, conforme relata, a Constituição já

De todo modo, mesmo a se considerar a tradicional tutela de direitos coletivos e as conjecturas em torno dos litígios estruturais, há que se considerar que existe um limbo, ou um "não-lugar", onde os sujeitos e a natureza não conseguem se alocar e se deslocar da marginalidade ocultadora de sua fala.

Nesse ponto, há que se considerar a existência de problemas com relação à representação e participação dos sujeitos processuais tanto no processo coletivo, quanto nos litígios estruturais, razão pela qual Arenhart, Osna e Jobim (2021, p. 105) afirmam que "prevalece [...] a vontade do autor coletivo, tanto na determinação da lide, como na condução do processo. E essa vontade, obviamente, pode ser bastante diversa daquela que de fato é manifestada pela sociedade ou pelo grupo em favor de quem se atua".

A categorização dos direitos coletivos "lato sensu" em direitos coletivos "stricto sensu", direitos difusos e individuais homogêneos impregna-se da adjetivação "transindividual", a significar, portanto, que os fatos ou situações jurídicas que afetam à coletividade suplantam a esfera individual e característica de cada sujeito, importando mais, nesse caso, o "objeto" da demanda, do que "quem são" e a forma como esse fato ou situação afetou a esfera de cada uma dessas pessoas[94]. Isso não importa. E, como evidencia Abelha Rodrigues, essa circunstância

estabelece a estruturação do Estado, criando seus órgãos, funções e relações, sendo que os valores já instituídos no documento constitucional necessitam de um significado para sua operacionalização. Então, se está tudo estruturado na Constituição dos Estados Unidos, devendo apenas ser preenchidos os valores que a sustentam, quem é que deverá realizar este preenchimento das lacunas existentes? Owen Fiss responde a indagação de forma cristalina ao expor que cabe ao Poder Legislativo e Executivo tais funções, assim como às instituições privadas, mas não admite que os juízes não possam participar desse debate público. Então, todos têm voz no processo de preenchimento das lacunas deixadas pelos valores constitucionais nesse novo modelo de 'adjudication', que significa ser um processo no qual os juízes realmente concedem significado a determinados valores públicos. O 'leading case' no qual utilizada as medias estruturantes é 'Brown v. Board of Education', no qual ações deveriam ser implementadas para que a decisão judicial que admitisse uma negra numa escola pública para brancos, sem a possibilidade de segregação, fosse não uma utopia, mas uma realidade." (JOBIM, 2013, p. 95-96). E, assim, Vitorelli conceitua os processos estruturais (structural litigation) como sendo "um processo coletivo no qual se pretende, pela atuação jurisdicional, a reorganização de uma estrutura, pública ou privada, que causa, fomenta ou viabiliza a ocorrência de uma violação a direitos, pelo modo como funciona, originando um litígio estrutural." (VITORELLI, 2022a, p. 69).

[94] Ricardo Albuquerque da Silva explica a passagem da concepção individual para transindividual. Nesse sentido, sustenta que no decorrer do Século XV, surgiu o Humanismo a consagrar a ética antropocêntrica, o que, mais tarde, culminou no movimento renascentista. Nesse momento, houve uma ampliação das pesquisas científicas, aumento das empreitadas de navegação para exploração de novos territórios e a crescente influência da burguesia. Houve, assim, avanço tecnológico e incremento dos meios de produção. Isso acabou por repercutir, a partir de 1750, na Revolução Industrial, promovendo mudanças na sociedade e na economia. As produções manufatureiras foram substituídas pelas máquinas com queima de combustíveis fósseis e máquinas elétricas. Esse processo de industrialização, portanto, deu ensejo à concentração de pessoas nas cidades e à exploração acentuada do ambiente e da natureza para a obtenção de recursos. Por isso, Silva argumenta que "se o desenvolvimento tecnológico proporcionou um avanço dos meios de produção e consequentemente no sistema econômico como um todo, também contribuiu para a degradação quantitativa e qualitativa do meio ambiente e da qualidade de vida do ser humano" (SILVA, 1999, p. 48). E, a partir dessa constatação, Silva afirma que houve uma mudança paradigmática que levou à percepção dos seres humanos, a nível individual, para uma consciência de transindividualidade, diante da compreensão de que os danos ao ambiente e à natureza suplantam os indivíduos e refletem na coletividade. Logo, enunciou que: "a agressão ambiental agravou-se de tal sorte que os

que aloca os sujeitos do coletivo em dimensão transindividual nada mais é do que o reflexo de uma sociedade de massa derivada de uma sociedade industrial capitalista.

Assim, afirma que "o 'processo de despersonificação do ser humano' na sociedade de consumo de massa transforma o 'ser' em 'coisa' ('reificação' do ser humano); enfim, um sujeito padrão, igual a todos [...]." (ABELHA RODRIGUES, 2017, p. 41). Há, nesse sentido, uma ode à padronização dos sujeitos, justificada pelo discurso da transindividualidade criadora de uma modelagem ou um "standard" de tratamento, a partir do qual é dado o mesmo tratamento a uma massa de pessoas, sem cogitar particularidades e sem permitir que participem, de modo direto, da tutela de seus direitos, o que se faz por meio da legitimação legal extraordinária. Há, assim, o alheamento dos sujeitos.

Diante disso, pode-se avançar no sentido da aferição de que a tutela coletiva de direitos sucumbe, ao final das contas, às maculas da Modernidade ainda vincada no binarismo antagonístico de partes em litígio, que não comporta uma visão de sujeitos participantes para diálogos estruturantes de decisões e não cogita a necessidade de que essa participação precisa se dar pela consciência emancipadora dos sujeitos e da coletividade para a construção da metacidadania plena. Além disso, os debates desenvolvidos pelos representantes (in)adequados e o adverso não se pautam em ampliação de saberes, mas sim em um suposto conhecimento ficcional e performativo da realidade, já que nem todos os sujeitos que sofrerão os efeitos decisórios terão vez e voz de participação. Como se não bastasse, o conhecimento ali formulado se perfaz em torno de controle e poder e não para fins de ampliação de diálogos estruturantes de soluções pautadas em diálogos dos saberes diversos e plurais, mas cindidos à ótica dos representantes (in)adequados.

No tocante à defesa de direitos do meio ambiente, cumpre evidenciar que embora se aloquem dentro do arcabouço das tutelas de direitos coletivos, nesse caso, a natureza continua a ser operada como objeto, como coisa, como bem de efeito patrimonial, de modo a, assim, chancelar a continuidade da visão antropocêntrica moldada, de modo ainda mais incisivo, na Modernidade.

---

problemas decorrentes, como o surgimento de doenças, modificação dos ciclos da natureza, erosão dos leitos dos rios, contaminação dos alimentos e outros, já não estavam atingindo um indivíduo isoladamente, mas sim famílias, comunidades inteiras, enfim, a sociedade como um todo. O pólo passivo da relação ofensor e ofendido não residia mais em uma única pessoa. A relação jurídica não se adaptava mais ao conceito de interesses interpessoais do ser humano. Estava surgindo um novo bem a ser tutelado que extrapolava os limites do individual, e se projetava na ordem coletiva, o qual é denominado atualmente de metaindividual. Esse aspecto é, portanto, um marco na história da humanidade em que os interesses dos indivíduos que deixam a órbita individual e passam para a coletiva, começam a ser motivo de preocupação mundial, tanto que em 1789, na França, essa preocupação se materializou com edição da Declaração dos Direitos do Homem, e posteriormente foi recepcionada pelos Estados Unidos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos." (SILVA, 1999, p. 48).

E, conforme já se evidenciou ao longo desta pesquisa, quando não há inclusão do Outro nos diálogos formativos do conhecimento e das decisões, opera-se uma dogmatização ideológica de dimensões ficcionais e deslegitimantes. O que se pretende, como proposição democrática que aqui se apresenta, é uma vertente de integração de todos os sujeitos e da Natureza, que seja de fato efetiva e não performativa, e que, além disso, rompa com a estrutura dual, binária e beligerante de "partes" e avance para uma estrutura dialógica e integrativa na construção do conhecimento e das decisões, a integrar os sujeitos em uma dimensão pluriversal e, portanto, processualizada. Para isso, há que se considerar a necessidade de que a participação seja emancipadora pela conscientização dos sujeitos. Além disso, a garantia do contraditório deve se voltar para decodificar, desvelar e (des)construir discursos e narrativas de matrizes colonizantes e ocultadoras da realidade.

Infere-se, nesse sentido, que a coletivização da tutela de direitos não pode ser voltada à objetificação dos sujeitos, com supressão de sua participação efetiva por meio do discurso dos representantes (in)adequados. A visão de que a ampliação participativa causaria tumulto ou inoperância processual em nada corrobora para a perspectiva democrática e, ao contrário, evidencia a condução dos sujeitos a uma massificação social, massificação do pensar e do agir. Coletivizar não pode ser sinônimo de massificar. Coletivizar o discurso precisa resultar em coletivizar a ampliação dos diálogos e das construções decisórias. Assim, é preciso que se avance da perspectiva de "tutela da coletividade" para "integração da coletividade na construção processualizada e ecológica das decisões", o que se afigura em avanço para a processualização sustentável, a partir das premissas em que se considere o individual, a coletividade e o ambiente.

E quando se pensa em "coletivo", há que se questionar se esse "coletivo" é inclusivo de todos os sujeitos e da natureza ou se esse "coletivo" é segregador, incluindo apenas alguns sujeitos, de modo seletivo e ocultando outros. Assim, cumpre analisar se trata-se apenas de uma busca de atendimento aos "direitos da natureza" ou apenas dos "direitos da natureza humana", em descompasso, portanto, aos parâmetros de sustentabilidade.

6.2 Justiça Ecológica como garantia ao Processo e à vida

A tutela de direitos coletivos, por decorrer de Teorias Processuais de matriz moderno-cartesianas, ainda se encontra vincada em referenciais de proteção dos direitos da natureza passando por modelos de proteção aos direitos humanos, com aporte neste último. E, embora se labore por um suposto coletivo, esse coletivo exclui o conhecimento da Natureza como

sujeito de direitos.

Tanto é assim, que Boaventura de Sousa Santos tem sustentado a necessidade de processos com abertura a narrativas diversas, incorporando sujeitos e natureza, e denuncia que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, não incorpora essa dimensão ampliada de reconhecimento dos direitos, tendo, assim, uma visão limitativa, "porque os titulares de direitos não são apenas os humanos e as comunidades humanas, mas também a natureza enquanto vida não humana do planeta" (SANTOS, 2021, p. 252). No mesmo sentido, Ailton Krenak oferta críticas à exclusão de grupos minoritários da esfera de efetividade e reconhecimento de humanidade proposta na Declaração Universal, denunciando que "é como se tivessem elegido uma casta, a humanidade, e todos que estão fora dela são a sub-humanidade. Não só os caiçaras, quilombolas e povos indígenas, mas toda vida que deliberadamente largamos à margem do caminho" (KRENAK, 2020, p. 10).

Assim, há que se cogitar a necessidade de nova declaração capaz de ressignificar a relação entre a humanidade e os seres não-humanos, partindo-se de duas premissas: a) o homem é natureza; b) há interdependência entre os seres viventes do planeta e o ambiente, o que não justifica que haja sobreposição entre eles.

Nesse sentido, Acosta vem aduzindo que o mero reconhecimento do "direito a um ambiente saudável", previsto nas Constituições, não significa o necessário reconhecimento da Natureza como sujeito. Assim, afirma que o discurso de defesa de um ambiente saudável decorre dos discursos clássicos dos direitos humanos, significando a busca de qualidade de vida humana, afeitas à matriz antropocêntrica. Argumenta ainda que os direitos humanos a um ambiente saudável se configuram como direitos constitucionais de quarta geração, tutelados sobre a matriz coletiva de proteção a direitos difusos e coletivos. Daí surgem as premissas do direito ambiental, com espeque na justiça ambiental, para atendimento aos interesses dos seres humanos (ACOSTA, 2016, p. 136-137).

Há diferença entre justiça ambiental e justiça ecológica. A justiça ambiental surgiu nos Estados Unidos, a partir de movimentos contra o chamado "racismo ambiental". Este, por sua vez, é entendido como a marginalização dos sujeitos despossuídos e segregados pela raça, e que, também por isso, sofrem de forma mais incisiva os influxos da degradação ambiental, já que são deslocados para regiões com maiores índices de contaminação, poluição, onde matrizes de sustentabilidade passam muito longe. Há, nesse contexto, uma tensão entre as condições sociais de marginalização a que são sujeitados e a baixa qualidade ambiental do lócus que lhes

restou[95].

Desse modo, visando à implementação da justiça ambiental, "defendia-se que todas as pessoas deveriam viver em comunidades sustentáveis e limpas e, nenhum segmento da população, independentemente de raça, cor, nacionalidade ou renda, deveria sofrer com condições ambientais ou de saúde adversas de forma desproporcional." (GUDYNAS, 2019, p. 191). Importa destacar que a justiça ambiental teve como ponto de partida a necessidade de assegurar um ambiente saudável, para a presente a as futuras gerações, a partir de uma narrativa pautada na observância aos direitos humanos.

E, sem que haja oposição conceitual, a justiça ecológica surge como avanço à perspectiva de justiça ambiental e decorre do reconhecimento de valores intrínsecos à natureza[96]. Isso porque, conforme explicam Low e Gleeson, a política ambiental tem dois pilares que se inter-relacionam. Um deles se vincula à distribuição e alocação dos sujeitos dentro dos ambientes, considerando suas condições raciais e sociais. O outro pilar diz respeito à relação dos seres humanos com os demais seres viventes do planeta. E, faz-se importante evidenciar, que essas perspectivas se permeiam e norteiam a compreensão da justiça ambiental e da justiça ecológica. Desse modo, destacam ainda que a justiça ecológica coloca em voga o fato de que todos os seres viventes têm o direito de se desenvolverem e buscarem a completude de suas vidas. Além disso, baseia-se na necessidade de reconhecimento de todas as formas de vida e na sua inevitável interdependência (LOW; GLEESON, 1998). E, de modo complementar, Baxter corrobora do entendimento de que a justiça ecológica afere a distribuição de ambientes entre os seres viventes (BAXTER, 2000).

Assim, articula-se a justiça ecológica como a racionalidade que coloca os seres humanos

---

[95] Em sua obra, "O que é justiça ambiental?", Acselrad, Mello e Bezerra, iniciam trazendo à tona um fato ocorrido no Banco Mundial, em Washington-EUA. Em 1991, um memorando restrito ao âmbito interno do Banco acabou sendo publicizado, por equívoco. No documento, Lawrence Summers, economista chefe da instituição, inseriu o seguinte comentário: "cá entre nós, o Banco Mundial não deveria incentivar mais a migração de indústrias poluentes para os países menos desenvolvidos?". Ou seja, o que se pretende – desde sempre – é a alocação dos riscos e da degradação junto aos países periféricos, havendo uma racionalidade econômica segregadora e racista que desloca o ônus poluente para essas localidades. Assim, decisões político-econômicas refletem interesses do Estado e do mercado, nos mesmos parâmetros ditados e impostos pelo Banco Mundial. Isso explica a superexploração dos recursos naturais, sobretudo nos países periféricos. Desse modo, a noção de justiça ambiental surge como contraponto, para que haja superação da distorção imposta. (ACSELRAD *et al.*, 2009).

[96] Há diferenciação entre justiça ambiental e justiça ecológica, sem que haja entre os conceitos antagonismos, mas sim complementariedade. Nesse sentido, Baggio explica: "as reivindicações por justiça ambiental caracterizam-se pela percepção de que há uma má distribuição dos bens e dos riscos ambientais nas sociedades contemporâneas, afetando e até mesmo violando direitos de parcelas mais vulneráveis da população. A justiça ambiental não se confunde com a justiça ecológica, que pretende buscar a correção das formas de atuação humana que levam à degradação da natureza e à extinção de espécies de flora e fauna. Na justiça ambiental, o que se quer, a priori, é a superação das desigualdades (im)postas pelo próprio processo de produção capitalista, reveladas pela concentração das conseqüências da degradação da natureza em grupos sociais economicamente fragilizados. Tal superação passaria pela instituição de mecanismos de distribuição dos riscos e bens ambientais". (BAGGIO, 2008, p. 13).

e a natureza em grau correspondente de dignidade, a partir de premissas epistemológicas biocêntricas compreensivas da necessidade de integração e sustentabilidade. Dentro dessa vertente, Acosta explica que reconhecer os direitos da Natureza, implica, de modo inevitável, em se incluir a Natureza, da qual o homem faz parte, como centro do pensar, agir e decidir. Evidencia ainda que a Natureza tem valor em si, independentemente do valor ou da utilidade que os seres humanos lhe atribuam. Assim, acentua que os direitos da Natureza corroboram para a proteção dos sistemas de vida, aos ecossistemas e coletividades e não somente aos indivíduos (ACOSTA, 2016, p. 139).

Dentro da perspectiva que se adota na presente tese, os pilares da sustentabilidade partem da necessária integração entre seres humanos, Natureza e sociedade, envoltos de racionalidade ambiental de base ecológica. Necessário para tanto, que haja diálogo para ampliação dos saberes, gerando aptidão à construção de decisões em que o Eu e o Outro sejam incorporados em amplitude de conhecimento dos saberes científicos, saberes originários diversos e plurais (pluriversalidade), resultando em metacidadanias ecológicas. Giménez (2016) vai afirmar que se faz necessário o desenvolvimento de uma consciência ecológica e de uma ética ambiental capaz de se afigurarem como diretrizes da justiça ecológica.

Conforme já se expos no desenvolvimento desta pesquisa, a Modernidade e sua ética antropocêntrica colocaram o homem em uma centralidade do pensar e do agir, capazes de sobrepor a técnica para servir à produção e ao consumo. Criou-se, nesse contexto, uma diretriz técnica para exploração, controle e dominação da natureza e dos próprios homens, que se veem deslocados de sua posição como parte da Natureza, para uma posição em que se veem fora da Natureza e a Natureza marginalizada. Nesse sentido é que Ailton Krenak (2019, p. 22-23) afirma que "a ideia de nós, humanos, nos descolocarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos". Esse alheamento do homem faz com que este veja o Outro como deslocamento, como apartado.

A visão antropocêntrica moderna resulta, desse modo, em um equívoco ético, e em uma crise do conhecimento, na medida em que os humanos se veem fora da Natureza, acima dela e a colocam como bem ou recurso infinito, utilizada para seu gozo, consumo e fruição, sem perquirir, no entanto, os limites entrópicos a que a sobrevivência planetária deve sucumbir[97].

[97] Bruno Latour evidencia que a crise ambiental é crise social. Assim, acentua que o "buraco de ozônio é por demais social e por demais narrado para ser realmente natural" (LATOUR, 2019, p. 15). Significa, portanto, que há como base a essas crises uma outra que a precede: a crise do conhecimento que distorce e cria ocultação das narrativas.

É preciso que, a partir de uma epistemologia ambiental e em uma vertente de sustentabilidade, sejam construídas soluções para inter-relação ecossistêmica, em que a natureza, indivíduos e sociedade reforcem os vínculos e corroborem com decisões dialogadas e processualizadas.

E, nesse ponto, cumpre evidenciar que o ecossistema precisa ser visto como sistema interdisciplinar compreensivo dos sistemas físicos e humanos, incorporando suas dimensões epistemológicas, culturais, sociais, jurídicas e econômicas (GIMÉNEZ, 2016, p. 13). A justiça ecológica, portanto, apresenta-se como alternativa apta, na medida em que parte do reconhecimento da necessidade de proteção das redes de vida, dos ecossistemas, para que, a partir daí sejam ofertadas diretrizes de atuação decisionais. E, partindo da releitura dos direitos humanos em uma vertente ecológica, Acosta evidencia:

> Os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, que articulam uma 'igualdade biocêntrica', sendo analiticamente diferenciáveis, se complementam e transformam em uma espécie de direitos da vida e diretos à vida. É por isso que os Direitos da Natureza, imbricados cada vez mais com os Direitos Humanos, instam a construir democraticamente sociedades sustentáveis a partir de cidadanias plurais pensadas também desde o ponto de vista da ecologia. (ACOSTA, 2016, p. 148-149).

Portanto, a partir da perspectiva de que a Terra é um ser vivente (LOVELOCK, 2016), todos os seres que a habitam devem gozar de importância e ter suas condições de organização consideradas para vida digna e preservação intergeracional. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de consciência ecológica apta à implementação de matrizes de sustentabilidade, pautadas no alinhamento ecossistêmico entre seres humanos e ambiente. Essa sustentabilidade, de modo indubitável, precisa repercutir nas esferas normativas de conhecimento e proteção a direitos dos homens, da natureza e a um ambiente saudável, onde as premissas políticas, econômicas, jurídicas, culturais e epistemológicas estejam alinhadas a esse objetivo de vida que corrobore para um processualismo democrático ecológico. Isso resultará em implementação das metacidadanias, do conhecimento da importância do papel de todos os seres viventes, em integração, em inter-relação, aptos a corroborarem para a continuidade da vida digna.

Deve-se, assim, buscar uma ruptura com as diretrizes moderno-capitalistas em que seres humanos e Natureza se afiguram como vítimas do próprio sistema tecnológico e tecnocrático. Há que se seguir para um lócus espaço-temporal sedimentado em uma ética ecocêntrica, alinhada a matrizes epistemológicas de racionalidade ambiental, em que as decisões sejam resultantes de uma dialogicidade ampliada. Neste caso, os mais diversos e plurais sujeitos

precisam participar com consciência ecológica e envolvendo a Natureza com seus direitos, respaldados pela ética ecológica que abarca a imanência e união do ser humano em estreita união com o ambiente.

Por isso, Giménez alega que a justiça ecológica assume a dimensão da necessidade de passagem da perspectiva antropocêntrica para a ecocêntrica. Assim, afirma que a ciência, a técnica e a economia direcionam-se ao crescimento e desenvolvimento, que alteram os processos ecológicos e os danificam. Desse modo, sustenta uma reestruturação capaz de justificar e legitimar as decisões normativas e políticas que afetam os seres viventes e o ambiente (GIMÉNEZ, 2016).

E esse ponto, que diz respeito à legitimação das decisões, é, de modo absoluto, relevante, na medida em que a legitimação decorre da efetiva participação daqueles que serão afetados. Nesse âmbito, somente por meio da processualização pluriversal, que atua como garantia de implementação de direitos, pela via participativa dos seres humanos e da Natureza em dimensão ampla, pautada em diretrizes de sustentabilidade, é que se poderá configurar a legitimação democrática que se pretende.

Dentro da matriz democrática, há que se considerar que legitimação se imbrica à observância de garantias fundamentais do processo, entre elas, o contraditório como complementaridade, ampla argumentação para emancipação, imparcialidade dos decisores, para que, ao final, sejam construídas decisões fundamentadas e, portanto, legítimas.

O avanço proposto com a presente tese, nesse ponto, aliado às diretrizes da ecologização do Direito, diz respeito à criação de um modelo de reciprocidade e solidariedade, em que as posições subjetivas das partes não sejam compartimentadas pelo binarismo moderno-cartesiano, com perspectiva de oposição. O que se preconiza é que haja a incorporação de uma visão de posição dos sujeitos que dialoguem, em integração, para a construção de decisões pluriversais, com a incorporação de diversidades e inclusão da Natureza e do ambiente nos discursos. Nessa medida, a tese aqui desenvolvida, de Processos Pluriversais, pauta-se na observância das garantias fundamentais e, assim, o direito à participação dos sujeitos precisa ser uma participação que leve à emancipação, o que se viabilizar por uma atuação crítico-consciente. Além disso, há que se avançar para uma compreensão do contraditório como garantia de decodificação e desvelamento dos discursos e narrativas dominantes, a fim de se desconstruirem as ideologias e viabilizar a formação de decisões democráticas.

As decisões tomadas pelos seres humanas repercutem, de modo direto, no planeta e no futuro da humanidade e, desse modo, coloca em voga a responsabilidade ecológica de realizar uma política ambiental sustentável (GIMÉNEZ, 2016). E, partindo-se do conhecimento da

interconexão e inter-relação entre os seres viventes, humanos e não humanos, deve-se avançar para, a partir da assunção dessa ética ecológica, promover-se a construção de matrizes decisórias ecocêntricas, dimensionadas por balizas de sustentabilidade e pluralismo.

Partindo-se dessa premissa, portanto, enfatiza-se que "o problema da sustentabilidade é ético, pois é uma escolha da sociedade sobre o controle e limite das atividades humanas e a preservação dos sistemas ecológicos" (MORATO LEITE; SILVEIRA, 2020, p. 103). E, como já vem se acentuando na presente tese, as decisões pautam as diretrizes do futuro dos seres viventes do planeta e essas decisões precisam ser processualizadas e partir de uma ética ambiental e de epistemologias que rompam com as vertentes de colonialidade e opressão dos próprios seres humanos e da Natureza. No entanto, para que isso se perfaça, faz-se necessária a conscientização dos seres humanos acerca da sua relação integracional e ecossistêmica com a Natureza, o que repercutirá na formulação de decisões que sejam resultantes dessa compreensão.

Dentro de uma perspectiva vanguardista, Mattei e Capra, por meio da obra "A Revolução Ecojurídica: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade", desenvolvem a tese de que deve ser construída uma visão ecológica, por meio da ecoalfabetização, que deve permear os ordenamentos jurídicos, criando ordenamentos jurídicos ecológicos. Nesse sentido, sustentam:

> Tanto a economia global de nossos dias como a ordem jurídica nela inscrita são manifestamente insustentáveis, e uma nova ordem ecojurídica – baseada na cultura ecológica e jurídica, no justo compartilhamento dos bens e recursos comuns, no engajamento cívico e na participação – faz-se crucialmente necessária neste momento. (MATTEI; CAPRA, 2018, p. 13-14).

Mattei e Capra vão ainda indicar a necessidade de mudança da visão de mundo antropocêntrica e mecanicista para uma visão ecológica e de comunidade integrada em rede, para se pensar o ambiente como bem comum. E, assim, a ecologia do direito vem sendo delineada por Mattei e Capra no seguinte sentido:

> A ecologia do direito refere-se a um ordenamento jurídico que é compatível com os princípios da ecologia e faz por honrá-los. A ecologia do direito implica um processo de transformação das instituições jurídicas, para que deixem de ser máquinas de extração alicerçadas no funcionamento mecanicista da propriedade privada e da autoridade do Estado e se convertam em instituições baseadas nas comunidades ecológicas. A ecologia do direito busca uma qualidade de vida econômica que vise ao fomento e à preservação da natureza, em benefício das gerações futuras e da sobrevivência humana em geral. O direito deve reproduzir as estratégias naturais da sobrevivência ecológica de longa prazo, o que inclui a redução do desperdício e do consumo. (MATTEI; CAPRA, 2018, p. 41).

A tese suscitada por Mattei e Capra mostra compatibilidade com estudos que vem sendo realizados na busca de alternativas de desenvolvimento comunitário e ecológico, mostrando-se como proposição ao neoliberalismo violento, que desconsidera a visão protetiva do ambiente, fundamental para a preservação da natureza e da própria espécie humana[98]. Infere-se que, a partir da incorporação de dimensões éticas e epistemológicas de matriz ecológica, há ganho de sustentabilidade pela compreensão da Natureza como fundamento, como pilar para as decisões e orientações das ações e práticas.

6.2.1 A Natureza como (ainda não) sujeito de direitos

Em uma dimensão de saber originário, a comunidade indígena Krenak, com território em Minas Gerais, considera o Rio Doce como sujeito, havendo uma vinculação de ancestralidade, conhecimento do ser-rio como produtor e reprodutor da vida, além da consciência da inter-relação e interdependência. Desse modo, anuncia que o "Rio Doce, para nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas" (KRENAK, 2019, p. 40). Nesta concepção, do rio como sujeito, como pessoa, opera-se um vínculo de reciprocidade e solidariedade, própria dos indígenas, povos originários, que tiveram suas compreensões invisibilizadas pela violência operada em todos os níveis de suas existências e sobrevivências. Houve silenciamento de seus saberes originários e, desse modo, as sociedades "civilizadas" marginalizaram a natureza como sujeito e a alocaram como mero objeto.

Assim, como alternativa crítica, a justiça ecológica assume a integração dos sujeitos, seres humanos, com a natureza e o ambiente, que, em solidariedade integrativa busca a garantia de direitos para a preservação da vida. A base da justiça ecológica assenta-se na passagem do antropocentrismo para o ecocentrismo e, por isso, sustenta a necessidade de se conferir o devido valor à natureza como sujeito de direitos, incluindo todos os seres viventes.

O argumento para a não atribuição da condição de sujeito à natureza assenta-se na concepção de que não lhe é concedida personalidade jurídica, nem capacidade, pelo que não se lhe conhece a dimensão de sujeito de direitos. E, se de um lado, é conferida personalidade às pessoas jurídicas como uma ficção, não deveria haver óbice à atribuição de personalidade à Natureza, a fim de que lhe fosse conferida a posição de sujeito de direitos. O Código Civil

[98] Há estudos feitos também por Marjorie Kelly, na obra "Capitalismo alternative e o futuro dos negócios", assim como por Paul Mason, em "Postcapitalismo: hacia un Nuevo future", Álvaro Ramis, na obra "Bienes Comunes y democracia: critica del individualism posesivo".

brasileiro (Lei n. 10.406/2002), dentro de uma órbita ficcional, dispõe acerca da existência de pessoas jurídicas (artigos 40 a 44), estatuindo ainda parâmetros para o início da existência legal das pessoas jurídicas de direito privado, o que se dá a partir da inscrição dos atos constitutivos no registro competente (artigos 45 e 985). Há uma demarcação precisa das pessoas jurídicas, a ponto de dispor a lei que esses entes não se confundem com as pessoas de seus sócios, associados, instituidores e administradores (artigo 49-A). Tanto é assim, que o citado dispositivo é coerente com o artigo 52 da Lei que evidencia a proteção dos direitos de personalidade às pessoas jurídicas (BRASIL, 2002).

Desse modo, demonstra-se que houve uma opção política e legislativa, de se conferir personalidade jurídica a sociedades, associações e partidos políticos, por exemplo, a fim de atender a interesses vincados em racionalidade econômica. A criação de pessoas jurídicas é uma ficção legal a que não se questiona. Como a Modernidade é pautada nesse tipo de racionalidade de matriz econômico-capitalista, há adesão a modelos de desenvolvimento antropocêntricos e utilitaristas, a partir do qual os sujeitos, a Natureza e o conhecimento são postos como estruturas a serviço do capital. E, dentro dessa premissa, a Natureza se afigura como coisa, destituída de direitos. Para o Direito, a Natureza é objeto, é artefato, recurso[99]. Essa orientação chancela a visão antropocentrista moderna.

Há, apesar disso, tentativas de se consolidar, pela via legislativa, premissas para tratamento digno aos animais. Logo, a Lei do Meio Ambiente (Lei n. 9.605/1998) trouxe tipificação para o crime de maus tratos, estabelecendo pena de detenção para aqueles que praticarem crueldade contra animais[100] (BRASIL, 1998). Ainda assim, o que se tem é que os animais não passam, nesse contexto, a serem dotados de direitos que lhes coloque em posição de sujeitos. Continuam, embora se exija um tratamento respeitoso e cuidadoso a eles

[99] No Brasil, o Código Civil de 2002, considera a flora e fauna e o ambiente como como coisas, a que se detém a propriedade. Nestes termos o artigo 1228, §1º, estatui: "O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas". O que se infere, nesse contexto, é a relevância aos aspectos econômicos e sociais a que se vinculam a natureza. Tanto é assim, que os animais são objetificados ao ponto de poderem ser penhoráveis. Tratando do penhor pecuniário, o artigo 1444 do Código Civil dispôs que "podem ser objeto de penhor os animais que integram a atividade pastoril, agrícola ou de laticínios". Além disso, podem ser objeto de penhor industrial e mercantil, nos termos do artigo 1447, que afirma: "podem ser objeto de penhor máquinas, aparelhos, materiais, instrumentos, instalados e em funcionamento, com os acessórios ou sem eles; animais, utilizados na indústria; [...]" (BRASIL, 2002).

[100] Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar ani- mais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.
§1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos
§2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. (BRASIL, 1998).

direcionados, a serem alocados na posição de seres objetificados.

Silvia Bagni, que defende a elaboração de um eco-sistema jurídico. Assim, enfatiza que a Terra, como ser vivente tal qual os humanos, deve alçar a natureza como sujeito e não como objeto, que foi a condição a ela conferida. Assim, afirma que "si tratta di passare da una concezione della Natura e degli ecosistemi come oggetti o risorse, a una radicalmente opposta, che li vede come soggetti di diritto o quantomeno di una relazione di interdipendenza con gli esseri umani" (BAGNI, 2022b, p. 1032).

A União Europeia vem, de forma ainda bastante embrionária, acoplando o conhecimento dos direitos da natureza ao seu sistema jurídico, o que se justifica ante a matriz ético-epistemológica sobre as quais se fundam as suas moderno-cartesianas diretrizes normativas. Não houve avanços a alcançar e se perfazer, de modo efetivo, como uma mudança epistêmica, na medida em que, conforme acentua Silvia Bagni, a Europa não se mostra favorável a modelos ecossistêmicos ainda na contemporaneidade (BAGNI, 2022a, p. 122).

Há uma tentativa de alteração da narrativa, embora ainda não possa ser considerado como um novo balizamento ético-epistemológico de matriz ecocêntrica. Sem que se perca isso de vista, há que se referenciar que a União Europeia evoca a necessidade de se cooperar para o bem-estar dos animais utilizados para fins experimentais, nos termos da Diretiva n. 86/609 (CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1986). De todo modo, a Diretiva ratifica a posição dos animais como coisas, ainda que lhes seja garantido tratamento respeitoso.

Em Portugal, o Decreto-Lei n. 113/2013, em seu artigo 34, trata de regulamentar o órgão responsável pelo bem-estar dos animais[101], o que resultou em um redimensionamento do tratamento que lhes é dado. O Código Civil português, em seu artigo 201º-B, dispõe que "os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude de sua natureza". E, embora, assim considere os animais, não houve a elevação dos mesmos à condição de sujeitos de direitos. E, na realidade, a legislação portuguesa continua a adotar o entendimento dos animais como coisas, o que se confirma pela análise do artigo 201-D, ao estatuir que "na ausência de lei especial, são aplicáveis subsidiariamente aos animais as disposições relativas às coisas, desde que não sejam incompatíveis com sua natureza". E, diante do imbróglio que se impõe, Simão, questiona: se os animais não são coisas e não são pessoas,

[101] De acordo com o artigo 34. "Órgão responsável pelo bem-estar dos animais 1 - O criador, o fornecedor e o utilizador devem instituir, no seu estabelecimento, um órgão responsável pelo bem-estar dos animais. 2 - O órgão responsável pelo bem-estar dos animais deve ser composto, pelo menos, pela pessoa ou pessoas responsáveis pelo bem-estar e pelos cuidados a prestar aos animais e pelo veterinário responsável referido no artigo anterior. 3 - Quando se trate de um utilizador, o órgão a que se refere o n. 1 deve ser composto ainda por um responsável científico".

o que seriam? E, desse modo, busca desatar a questão no seguinte sentido: "a chave da interpretação do sistema português passa por uma conjugação dos dois dispositivos transcritos: animais são seres dotados de sensibilidade aos quais só se aplicam as regras relativas às coisas se compatíveis com sua natureza" (SIMÃO, 2017, p. 904). Assim, fica evidente o fato de que a legislação portuguesa não avançou no sentido de considerar os animais como sujeitos de direitos, embora tenha reconhecido seu direito à proteção e cuidados[102].

Na Alemanha, o Código Civil ("Bürgerliches Gesetzbuch – BGB") ressalta que os animais não são coisas, o que o fez em seu artigo 90-A. No entanto, esse mesmo dispositivo legal, estatui que embora os animais não sejam coisas, são regulados pelas regras inerentes às coisas. E, desse modo, acaba por não demarcar, de modo preciso, em que categoria jurídica os animais serão alocados. Na mesma linha, a codificação civil francesa, no artigo 515-14, há previsão de que os animais são dotados de sensibilidade, mas não os coloca como pessoas, nem como coisas, ficando, portanto, em uma zona de não discernimento.

Evidencia-se, portanto, a inexistência de posicionamento, de modo amplo e abrangente, que conheça os seres não humanos como sujeitos de direitos, havendo ainda tentativas tímidas de se avançar no sentido do conhecimento de direitos dos animais como sujeitos. Houve avanços, mas ainda há muito a se caminhar no sentido de se conferir à Natureza a condição de sujeito. Nesse sentido, sobretudo partindo da vertente de análise eurocêntrica, Silvia Bagni ressalta:

> A introdução dos direitos da natureza num ordenamento jurídico nacional ou supranacional, como o europeu, não significa simplesmente estender o conceito de personalidade jurídica a uma entidade não humana, mas implica aplicar uma abordagem ecossistêmica às questões jurídicas relacionadas com a proteção da nossa casa comum, a Mãe Terra, onde a humanidade é uma das várias espécies que povoam o planeta e mantém relações de interdependência com todos os demais elementos que mantêm o sistema em equilíbrio. Portanto, precisamos dos direitos da natureza como

[102] Nesse sentido, há que se compreender, sob uma visão geral, que: "as recentes alterações introduzidas em Portugal, no plano civil e penal, pela aprovação do Novo Estatuto Jurídico dos Animais – Lei n. 08/2017, de 03 de Março –, seguem uma tendência de alargamento da tutela, feita sobretudo ao nível da legislação ordinária, mas, em alguns países, complementarmente, também ao nível constitucional – como é o caso da Alemanha, do Brasil e da Suíça. Também ao nível do Direito da União Europeia, a tendência de alargamento da tutela tem-se revelado bastante consistente, destacando-se, desde a vigência do Tratado de Lisboa, o artigo 13.o do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), no qual se consagra que '[...], a União e os Estados-Membros terão plenamente em conta as exigências em matéria de bem-estar dos animais, enquanto seres sensíveis [...]. Em Portugal, com a aprovação da Lei n. 8/2017, de 3 de março, reconhece-se aos animais a natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, procedendo-se em conformidade a alterações relevantes do Código Civil quer no que respeita à separação entre os animais e as coisas [...]. Como facilmente se depreende, muito embora o caminho seja no sentido do alargamento da tutela, o direito dos animais é um tema complexo, não só por implicar opções fundamentais quanto à arquitetura dos sistemas jurídicos, mas, também, porque é perpassado por relevantes discussões bioéticas, v.g., no âmbito da experimentação animal [...]'". (PEREIRA; FERREIRA, 2019).

> uma nova conceituação do paradigma jurídico dentro da Jurisprudência da Terra.[103] (BAGNI, 2022a, p. 125, tradução nossa).

Partindo da perspectiva da Natureza desde seu próprio valor, do ponto de vista ontológico e epistemológico, é possível se conferir à mesma a condição de sujeito de direitos, rompendo-se, desse modo, com as "posições homocentradas" (ROCHA, 2021, p. 92). Para isso, a humanidade, deixando de se colocar no centro de controle, deve assumir a responsabilidade e solidariedade delineadas por conscientização e racionalidade ecológicas, capazes de conduzir e estruturar decisões políticas, econômicas e jurídicas pautadas em uma diretriz de sustentabilidade.

6.2.2 O novo-constitucionalismo latino-americano como base de conhecimento dos direitos da Pacha Mama

O conhecimento constitucional da Natureza como sujeito de direitos aconteceu, de modo singular, a partir do chamado novo-constitucionalismo latino-americano, com a promulgação da Constituição do Equador, em 2008. Esta foi a primeira Constituição no mundo a avançar para além do reconhecimento dos direitos humanos de terceira geração, reposicionando a Natureza a partir de seus valores intrínsecos[104]. Logo, a Constituição equatoriana organizou uma seção acerca dos direitos da Natureza ("Pacha Mama"), assim como promoveu outra seção destinada ao tratamento do Bem Viver ("Sumak Kawsay"). E, de acordo com o entendimento de Silvia Bagni, o Equador é, de modo efetivo, o único que conhece a natureza como sujeito, de forma ampla (BAGNI, 2022a).

Gudynas explica que o texto constitucional equatoriano, de modo proposital, optou por utilizar o termo "Pacha Mama" ao invés de Natureza, na medida em que a palavra Natureza

---

[103] Introducir los derechos de la naturaleza en un sistema jurídico nacional o supra-nacional, como el europeo, no significa simplemente ampliar el concepto de personalidad jurídica a una entidad no humana, sino implica aplicar un enfoque ecosistémico a las cuestiones jurídicas relativas a la protección de nuestro hogar común, la Madre Tierra, donde la humanidad es una de las diversas especies que pueblan el planeta y tiene relaciones de interdependencia con todos los demás ele- mentos que mantienen el sistema en equilibrio. Por eso, necesitamos los derechos de la naturaleza como una nueva conceptualización del paradigma legal dentro de la Earth Jurisprudence.

[104] Antes mesmo que a Constituição do Equador de 2008 fosse promulgada, mas já aventando a possibilidade, Eduardo Galeano escreveu sobre a necessidade de se dar azo ao reconhecimento da natureza como sujeito de direitos. E, nesse sentido, afirmou: "la naturaleza tiene mucho que decir, y ya va siendo hora de que nosotros, sus hijos, no sigamos haciéndonos los sordos. Y quizás hasta Dios escuche la llamada que suena desde este país andino, y agregue el undécimo mandamiento que se le había olvidado en las instrucciones que nos dio desde el monte Sinaí: "Amarás a la naturaleza, de la que formas parte" (GALEANO, p. 13, 2009). E ainda, de acordo com Alberto Acosta, "é preciso aceitar que todos os seres têm o mesmo valor ontológico – o que não significa que sejam idênticos. Isso articula a noção de 'igualdade biocêntrica'" (ACOSTA, 2016, p. 131).

decorre de utilização corriqueira vincada no eurocentrismo e no antropocentrismo de bases ocidentais. Assim, ao trazer a Pacha Mama, que é expressão indígena, insere-se a cosmovisão dos povos originários para o contexto constitucional, como ruptura e resistência às bases coloniais eurocêntricas (GUDYNAS, 2019).

Nesse contexto, o artigo 71 da Constituição do Equador estatui que a Pacha Mama assume a posição de sujeito de direitos, na medida em que, a partir dela, a vida se reproduz e se realiza. Desse modo, assegura que seja respeitada a sua existência, manutenção e regeneração, de modo integral, em todos os seus ciclos vitais e processos evolutivos[105]. Logo, a Natureza deixa de ser vista como objeto e assume posição de sujeito, a partir do conhecimento de seus valores intrínsecos. Essa mudança ética rompe com o antropocentrismo e legitima direitos da Natureza em si mesma, de modo independente aos direitos dos seres humanos.

E, conforme explicita Acosta (2016), os direitos da natureza pressupõem, como cerne, o direito à existência dos próprios seres humanos. Desse modo, há uma relação inescusável entre Direitos Humanos e Direitos da Natureza, na medida em que se afirma a integração e inter-relação entre todos os seres e elementos do planeta, não há como se segregar direitos a uns, deixando outros seres viventes com o estigma da objetificação.

6.2.2.1 O Bem Viver e a plurinacionalidade

Falar-se em Bem Viver, mais do que trazer um conceito acabado e estanque, implica na compreensão de que se trata de uma filosofia em construção, sem definição única. É certo que o surgimento vem como contraponto ao neoliberalismo, propondo-se a servir como alternativa sistêmica para a decolonização, assim como para o conhecimento e respeito às diversidades e à integração dos humanos com a natureza.

A expressão dos povos originários andinos, dos Quéchua, para externar o "Bem Viver" era o "sumak kawsay". O Bem Viver incorpora a compreensão de direitos conglobantes que corroborem e garantam um ambiente saudável, integrado e harmônico entre os seres viventes, ecossistemas e biodiversidades. De acordo com Maria da Graça Costa, o Bem Viver busca

[105] Traduzindo, o artigo 71 da Constituição do Equador de 2008, temos a seguinte disposição:
"Art. 71. A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos.
Toda pessoa, comunidade, povoado, ou nacionalidade poderá exigir da autoridade pública o cumprimento dos direitos da natureza. Para aplicar e interpretar estes direitos, observar-se-ão os princípios estabelecidos na Constituição no que for pertinente.
O Estado incentivará as pessoas naturais e jurídicas e os entes coletivos para que protejam a natureza e promovam o respeito a todos os elementos que formam um ecossistema". (EQUADOR, 2009).

desgarrar-se da lógica econômica utilitarista do “viver melhor”, que estimula e chancela o consumismo capitalista. Para Costa, o Bem Viver é uma lógica oposta a isso, que busca engajar os sujeitos para a dignidade, ambiente saudável e subsistência (COSTA, 2022, p. 290).

Mais que um conceito, o Bem Viver apresenta-se como uma proposta, na medida em que compreende a abertura às diversidades que resultam em mudanças recorrentes e necessárias à harmonia entre os indivíduos, suas comunidades e a Natureza. Trata-se, portanto, de alternativa vincada em reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade (ACOSTA, 2016), havendo, nesse contexto, o olhar voltado à vida com qualidade, em diretrizes de sustentabilidade colaborativas de ampliação dos diálogos interculturais, assumindo uma versão plural (GUDYNAS, 2019).

Conforme explica Sólon, essa diretriz de Bem Viver incorporou-se aos discursos e aos planos de desenvolvimento do Equador, em 2007, e da Bolívia, em 2006. Assim, acentuou que “os termos foram institucionalizados por esses países em suas novas constituições e se transformaram em referências para várias reformas normativas e institucionais” (SÓLON, 2019, p. 21). A partir dessas bases, assim como das premissas de ampliação participativa dos povos originários e tradicionais, foram implementados os chamados Estados Plurinacionais.

O pressuposto da plurinacionalidade é o conhecimento das diversidades dos sujeitos, de modo a assumir a existência de nacionalidades e nações plurais dentro de um mesmo Estado. Fixar as bases e diretrizes dessa articulação mostra-se como contraponto e resistência à colonialidade advinda da Modernidade, que impôs estruturas padronizantes e discursos de dominação e poder. Houve, nesse contexto, a asfixia das diversidades e das matrizes culturais dos povos originários e tradicionais.

Desse modo, a plurinacionalidade precisa ser vista e compreendida como alternativa à organização de Estado Moderno de dicção única, hegemônica e ocultadora das visões étnicas originárias. Ou seja, a plurinacionalidade precisa ser acolhida como nova alternativa sistêmica de organização coletiva, embasada em premissas sustentáveis e integracionais dos seres humanos, que devem se conhecer como Natureza, da Natureza em si e das comunidades, para conquista das metacidadanias coletivas.

Essa perspectiva parte da democracia que se pretenda inclusiva, plural, como alternativa emancipadora. Em vista disso, Acosta (2016, p. 156) enfatiza que o “Estado plurinacional coloca na agenda o tema das soberanias, no plural: não apenas a soberania nacional, mas a soberania patrimonial [...]. Um Estado plurinacional não apenas deve tolerar a diversidade: deve, sobretudo, celebrá-la.” As diversidades são essência da existência de vida no planeta, na medida em que cada ser vivente e cada elemento de sua constituição apresentam-se em forma,

função e perfil, em absoluto, diferenciados. Rechaçar a diversidade e forçar uma padronização hegemônica com caráter de dominação é a forma mais aguda e voraz de violência. Assim, para que a vida se perpetue, em todos os níveis, há que se conhecer, aceitar e celebrar as diversidades e pluralismos.

Em uma diretriz vanguardista, a Constituição do Equador conhece e afirma os direitos da natureza. A partir de uma visão plural e acolhedora das diversidades, incorpora os conhecimentos dos povos tradicionais e originários, resultando em uma diretriz de participação jurisdicional formativa de uma ecologia dos saberes. Assim, a Constituição equatoriana buscou a ruptura da relação ambivalente entre humanos e natureza, buscando a incorporação das diferentes dicções para formalizar e operacionalizar uma jurisdição ampliada, integral e democrática. Alberto Acosta indica o prelúdio da alternativa plurinacional. E, assim, indica:

> A proposta de um Estado plurinacional é muito mais ampla e complexa. E começa, no Equador e na Bolívia, a forjar-se nos anos 1990 como processo político vinculado a problemas e reinvindicações de identidade, território ou água. Nesta época, as organizações indígenas emergem com força renovada, exigindo espaço na vida política. Sua ação se dirige às reinvindicações por um lugar como sujeitos políticos dentro de suas respectivas sociedades, superando a objetificação a que haviam sido sistematicamente degradadas pelos poderes coloniais e oligárquicos [...]. É muito importante ter em mente que não emergiram simplesmente como sujeitos individuais, mas como sujeitos comunitários, portadores de direitos coletivos. (ACOSTA, 2016, p. 157-158).

A Constituição da Bolívia, promulgada em 2009, tentou evoluir no mesmo sentido da Constituição do Equador, mas continuou vincada em matrizes eurocêntricas. Houve o conhecimento da Pacha Mama, no entanto não houve conhecimento da natureza como sujeito de direitos, embora se tenha evidenciado a busca pelo Bem Viver. Assim, a natureza continuou em um contexto de objetificação. Sólon apresenta as críticas formuladas em torno da tentativa de implementação das diretrizes de Bem Viver, sobretudo na Bolívia. Desse modo, indica que não houve a efetivação prática das premissas, tendo se limitado ao discurso, o que corroborou com perda de credibilidade[106]. Por outro lado, agravando a crise delineada, observou-se um esforço neoliberal para formulação de estratégias aptas a ruir com as balizas do Bem Viver, sobretudo apropriando-se de sua linguagem para distorção da narrativa (SÓLON, 2019).

[106] Daniel Lourenço reforça a crítica às paradoxais relações humanos x natureza, mesmo nos estados plurinacionais que, em sua visão, continuam a negar os direitos da natureza, a nível prático. Assim: "a natureza continua a receber o mesmo tipo de tratamento e atenção que, via de regra, já recebia anteriormente. Equatorianos e bolivianos continuam explorando recursos florestais, consumindo combustíveis fósseis, exercendo a pecuária e utilizando os animais para alimentação, bem como instrumentalizando-os para as mais diversas finalidades. Em outras palavras, há um descompasso gigantesco entre a afirmação constitucional de uma cosmovisão que pretensamente encampa a natureza como titular de direitos subjetivos, ou seja, como um autêntico sujeito de direitos (retórica dos direitos da natureza), e a realidade subjacente." (LOURENÇO, 2019, p. 405).

Cumpre destacar que a plurinacionalidade surge como alternativa de organização sistêmica e como oposição ao neoliberalismo. Embora tenha como ponto de partida a decolonialidade, não se opõe à noção de Estado tradicional. O que pretende, com isso, é salvaguardar, em ampliação democrática e plural, "espaços de autogoverno e autodeterminação" (ACOSTA, 2016, p. 159). A busca é por espaços onde caibam todos os sujeitos, sem segregação, racismos, patriarcalismo [107]. A participação na gestão e nas formulações decisórias precisam incorporar todos os interesses, todos os sujeitos que serão afetados pelas decisões.

Juan Ramos Mamani, partindo da vivência plurinacional na Bolívia, descreve uma experiência de solução de conflito na esfera do que nomeia "Novo Constitucionalismo Social Comunitário". Nesse sentido, destaca um modelo jurisdicional originário indígena-campesino, que foi exitoso na construção de uma alternativa para questão que pendia em litígio há mais de 30 anos na justiça boliviana. Tratou-se de questão envolvendo direitos sobre a terra e demarcação do local chamado Sayaña Markhawi, em que uma família discutia acerca da propriedade e sua divisão. E, assim, foi proposta a busca de solução por meio de uma construção de decisão comunitária, utilizando-se um procedimento dos povos originários, ocasião em que os sujeitos envolvidos conseguiram, por fim, dialogar e chegar a uma solução harmônica. Mamani explica então:

> Esta sentença mostra objetivamente que a justiça ordinária em mais de 30 anos, não resolveu o problema, pelo contrário, gerou mais conflitos entre estas duas famílias, com processos criminais, cíveis, agrários, administrativos e outros; Porém, a justiça camponesa indígena originária em um único dia resolveu o problema, encontrando o "bem viver" nas duas famílias e na comunidade. Hoje essas duas famílias convivem na mesma comunidade em plena harmonia, aproveitando cada dia e cada semana como foi o último dia nesta terra, sem olhar ou lembrar os trinta anos de permanente conflito ocorrido no passado, por força da justiça comum .do sistema republicano liberal e neoliberal. Este caso mostra objetivamente como é possível "viver bem" a partir do constitucionalismo sócio-comunitário do Estado Plurinacional, por isso "Viver bem" não são apenas duas palavras, mas um projeto político, econômico, social e cultural alternativo frente aos sistemas liberal, neoliberal e socialista, expressos numa nova teoria política e constitucional em permanente construção.[108]

[107] Acerca da compreensão de racismo, Mariléa de Almeida, em sua obra "Devir quilombola", indica que o "racismo envolve simultaneamente o governo dos corpos e uma mentalidade orientada pela naturalização da desumanização de corpos racializados como negros e pela perpetuação dos privilégios de corpos identificados como brancos." (ALMEIDA, 2022, p. 28).

[108] Esta sentencia muestra objetivamente que la justicia ordinária em más de 30 años, no resolvió el problema, más al contrario había generado más conflitos entre estas dos famílias, com juicios penales, civiles, agrários, administrativos y otros; sin embargo, la justicia indígena originario campesina em um solo día há resuelto el problema, encontrando el "vivier bien" en las dos familias y la comunidade. Hoy estas dos familias viven em la misma comunidade em plena armonía, aprovechando cada día y cada semana como se fuera el último día em esta tierra, sin mirar, ni recordar los treinta años de conflito permanente ocurridos em passado, por obra de la justicia ordinária del sistema republicando liberal y neoliberal. Este caso muestra objetivamente como es posible el "vivir bien" a partir del constitucionalismo social-comunitario del Estado Plurinacional, por esta razón el

(MAMANI, 2014, p. 17, tradução nossa).

Essa experiência demonstra a necessidade de se ressignificar a jurisdição para além das alternativas estatais, conhecendo-se, nesse sentido, as alternativas desenvolvidas pelos povos originários e tradicionais, que, utilizando-se de procedimentos próprios, linguagem e culturas maternas, tornam-se aptas e exitosas em construir soluções comunitárias[109].

Com relação à existência e reconhecimento das jurisdições alternativas, acentuando, como já dito, a necessidade de se revisitar o conceito de jurisdição, Cabral ressalta que a existência desses sistemas jurídicos pode gerar modelos de solução de controvérsias, a exemplo da Bolívia, onde a jurisdição indígena se aloca como ramo autônomo. Já na Colômbia e África do Sul, opera-se uma interseção da jurisdição tradicional com a estatal, havendo possibilidade de que o sistema tradicional solva a questão antes mesmo de uma atuação estatal (CABRAL, 2016).

Nesse sentido, Bahia acentua o reconhecimento de jurisdições não estatais, no contexto dos Estados Plurinacionais, citando uma experiência equatoriana narrada por Ramiro Ávila Santamaría, destacando a coexistência da jurisdição dos povos originários (jurisdição comunitária) e da jurisdição estatal. E, assim, mencionando as narrativas de Santamaría, Bahia expôs:

> Ouvimos a narrativa sobre experiências como a que logrou resolver, em alguns dias, um processo que se arrastava por quase 20 anos: tratava-se de uma disputa de terras no meio rural que gerara um processo na justiça comum. Após 17 anos de disputa, a questão foi levada ao juízo comunitário. Ali as partes envolvidas e suas famílias foram colocadas frente a frente, junto com o juiz comunitário, num local distante do conflito. **Ao invés de insistir na confrontação de posições, o procedimento apostou na convivialidade entre os envolvidos, de tal sorte que, ao invés de um "vencedor" da disputa, surgiu ali um consenso que não se subsumia na posição original de nenhuma das partes**. A obtenção da decisão é algo comemorado por todos, desde as famílias envolvidas até a comunidade à qual pertencem: todos celebram juntos o fim da disputa. [...]
> **Há a construção de um ambiente de não litígio, de não conflito; ao invés, o processo é pensado para obtenção (ou, quiçá, o desvelamento) do consenso – e não da prevalência do direito de um, ou da prevalência do melhor argumento**. (BAHIA, 2014, p. 131, grifo nosso).

"Vivir bien" no sólo son dos palabras, sino um proyeto político, económico, social y cultural alternativo frente a los sistemas liberales, neoliberales y socialistas, expressados em uma nueva teoria política y constitucional em permanente construcción.

[109] No Brasil, a participação dos povos originários e comunidades tradicionais nas demandas judiciais estatais é chancelada pela previsão constante do artigo 75, IX, do Código de Processo Civil de 2015, por serem consideradas associações de fato. Assim, Uzeda, Pantoja, Kohlbach e Temer explicam que são considerados povos e comunidades tradicionais os indígenas, quilombolas, comunidades de matriz africana, ciganos, extrativistas, ribeirinhos, caboclos, campesinos, pescadores artesanais e pomeranos. Desse modo, argumentam que a tutela jurídica dos povos e comunidades tradicionais encontra respaldo na Convenção n. 169 da OIT, que reconhece a identidade desses povos, tendo capacidade e legitimidade para a defesa de seus interesses (UZEDA; PANTOJA, KOHLBACH; TEMER, 2021).

Faz-se importante ressaltar as experiências de jurisdição comunitária na Bolívia e Equador, que assumiram a condição de plurinacionalidade, (re)conhecendo assim a importância de participação das comunidades indígenas e campesinas e seu lugar de fala, sua participação e construção de alternativas sistêmicas para solução de conflitos e formação de decisões. E, desse modo, aventa-se a configuração de que esse modelo de jurisdição comunitária seja um modelo de ruptura com a procedimentalidade Moderna, de bases cartesianas e eurocêntricas, com configuração dual, binária, bélica e que acentua, cada vez mais e de modo paradoxal, a litigiosidade.

Essa alternativa de justiça comunitária de construção de soluções parte do litígio, mas busca desconstruí-lo. Ou seja, desconstrói-se o conflito pela ampliação da participação, pela conscientização no sentido de que não há necessidade de enfrentamento dos sujeitos e, assim, há estímulo aos diálogos, valorização das narrativas diversas e plurais, tudo isto assentado nas premissas do Bem Viver.

E, conforme ressalta Acosta (2016), a base dos Estados plurinacionais é o Bem Viver. A tentativa de se conceituar o Bem Viver provoca engessamento de suas matrizes, que pressupõe a incorporação de diversidades. Há o desenvolvimento constante dessa perspectiva, o que não impede, todavia, a indicação de elementos centrais, sem os quais suas diretrizes se perderiam. Desse modo, há um arcabouço dinâmico que constrói a concepção decorrente, sobretudo da cosmovisão relacional entre seres humanos e a natureza. Portanto, apontam-se como elementos configuradores do Bem Viver: a) a existência da cosmovisão de integração, de uma configuração de *todo* conformada pela integridade do que compõe a Terra (“Pacha”); b) o reconhecimento e a convivência da multipolaridade; c) a constante busca do equilíbrio; d) a complementaridade da diversidade; e e) a decolonização (SÓLON, 2019, p. 23).

No tocante à existência da cosmovisão de integração, que compõe a Terra (*Pacha*), a filosofia do Bem Viver afirma existir um todo, interconectado, capaz de açambarcar a unidade da existência. Há unidade entre os seres viventes e tudo mais que habita a Terra, assim como o sol, lua e estrelas, em uma dimensão ampla e indissolúvel, reforçadora da interdependência. Dessa perspectiva decorre a compreensão de que o espaço-tempo não é cindido, nem linear, mas sim cíclico, avançando e em transformação constante (SÓLON, 2019).

Há, desse modo, ruptura com o antropocentrismo e com o pensamento dualista cartesiano, que aponta o Eu e o Outro com antagonismo e não alteridade. O Bem Viver passa pela unidade da Pacha, como todo, como terra, como vida íntegra. Por isso, Sólon (2019, p. 25) reafirma que “não há separação entre seres humanos e a natureza”. E, conforme já visto, a sustentabilidade exige observância, reconhecimento e equilíbrio entre as articulações dos

indivíduos, da comunidade e do ambiente. Desse modo, não por acaso, Sólon (2019, p. 26) argumenta que "as concepções do eu, da comunidade e da natureza se fundem e estão vinculadas de forma cíclica no espaço e no tempo". Ou seja, para que haja vida, precisa haver sustentabilidade, que é o suporte e amparo das relações de continuidade da existência planetária em todas as suas dimensões.

O conhecimento e a convivência da multipolaridade pressupõem o conhecimento e necessidade de inter-relações. Isso porque, conforme explica Acosta, a Terra pode ser considerada como um "superorganismo vivo", o que justifica também "a relacionalidade entre todos os seres: tudo está relacionado com tudo, em todos os pontos e em todas as circunstâncias" (ACOSTA, 2016, p. 133).

Importante destacar que o Bem Viver não parte da afirmação da igualdade, mas sim do conhecimento das desigualdades e da existência de diferenças[110]. Não há como se buscar uma unidade totalizadora e em termos de padronização. Há, lado outro, que se conhecer as assimetrias e, a partir disso, incorporar as diferenças como fundamentais à incorporação de aprendizados e à evolução. A vida em comunidade, a partir dos conhecimentos e aceitação das diversidades, passa a se articular pela multipolaridade, incorporando narrativas e visões múltiplas.

Mais um dos elementos que compõe o Bem Viver como objetivo é a busca de equilíbrio. E, enquanto no capitalismo o objetivo é de crescimento e desenvolvimento contínuo e ascendente, no Bem Viver assume-se a necessidade de busca de equilíbrio dinâmico (SÓLON, 2019). Conforme já se demonstrou no capítulo 4 desta pesquisa, o capitalismo como sistema econômico de acumulação de riquezas, tem como objetivo o lucro e, assim, objetifica a natureza, mas também os próprios seres humanos que se veem imbuídos da busca de eficiência e desenvolvimento a qualquer custo.

Não há no capitalismo qualquer apreço pela sustentabilidade, mas sim pelo desenvolvimento sustentável como narrativa falaciosa. Assim, quando se evidencia a necessidade de equilíbrio, significa a busca por alternativas econômicas que tenham a Natureza como sujeito e como fundamento da vida e que, nesse sentido, dimensione a utilização da mesma em parâmetros meramente necessários. Além disso, há que se dimensionar a

[110] Helena Reis Naia explica que as revoluções liberais do século XVIII acabaram por repercutir na formação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, tendo sido esta a normatividade que colocou em voga a igualdade como princípio universal e chancelador da lógica do universalismo europeu. A igualdade, nesse contexto, sistematizou a negação da diferença e vincou a diretriz da igualdade para iguais. Houve, assim, uma padronização, sob o discurso de igualdade, que acabou por comprometer as diversidades étnicas e culturais. (NAIA, 2015).

distribuição da riqueza, a fim de que não sejam criadas e alimentadas disparidades sócio-econômicas, culturais e ambientais que levem ao comprometimento das vidas e das metacidadanias.

Não por acaso, Acosta (2016) evidencia que, dentro de uma vertente capitalista, a técnica é utilizada como manipulação e como estrutura de poder, impondo, desse modo, uma forma social criadora de relacionamentos e dependências estratégicas. Ratifica-se, neste ponto, o que já vem sendo evidenciado nesta pesquisa: a técnica não é neutra, assim como a ciência não o é, voltando-se a chancelar interesses e narrativas de dominação coloniais.

A decolonização é também um dos elementos que pautam as premissas do Bem Viver, sendo, portanto, uma busca de ruptura com os sistemas hegemônicos que modulam a política-econômica, assim como criam padrões de pensar e de agir incorporadores de uma ética eurocentrista e antropocentrista. Nesse sentido, anulam-se os saberes, conhecimentos e identidades dos sujeitos, que se deformam para adequação às éticas ocidentalizadas e padronizantes, conforme já analisado nos capítulos 2 e 3.

Por isso, Acosta afirma o Bem Viver como alternativa de questionamento ao eurocentrismo e sua respectiva narrativa falaciosa de bem-estar, vincada no credo capitalista. Argumenta, desse modo, que se trata de uma proposta de enfrentamento à colonialidade do poder e alocação das narrativas e visões andinas e amazônicas como diretriz integrativa das articulações (ACOSTA, 2016).

Além dos elementos estruturantes do Bem Viver, já citados, há ainda o elemento da **complementaridade da diversidade**. Este elemento servirá como um dos aportes também para o desenvolvimento da tese que aqui se desenvolve. Entende-se que, para a vida digna na Terra, deve haver o conhecimento da integração entre todos os seres viventes e elementos que a habitam, o que ratifica a interdependência dos mesmos. Importante destacar que essa interdependência decorre exatamente da existência da diferença entre os seres e elementos, tendo cada qual o seu papel, o seu lócus de importância no espaço-tempo. Não há ser vivo dotado de autosuficiência na Terra. Há entre os seres a necessidade do Outro, em termos ecossistêmicos e inter-relacionais, para que haja vida e continuidade da vida no próprio planeta. Não há ser vivo suficiente em si e que não dependa do Outro. Isso evidencia a incompletude dos seres de modo individual e a necessidade de integrações e comunidades de vida, a fim de que cada qual desempenhe o seu papel. Nesse sentido, Sólon enuncia:

> O equilíbrio entre contrários que habitam um todo só é possível através da complementaridade, sem anular o outro. Complementar significa ver a diferença como parte do todo, porque a alteridade e a particularidade são intrínsecas à natureza

> e à vida. Nunca seremos todos iguais. O que devemos fazer é respeitar a diversidade e encontrar maneiras de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas.
> O capitalismo opera sob uma dinâmica muito diferente. Segundo a lógica do capital, o fundamental é a competição para aumentar a eficiência. [...]
> Já da perspectiva da complementaridade, a concorrência é negativa porque uns vencem a outros perdem, desequilibrando o todo, ao passo que o correto é buscar a combinação de forças. Quanto mais um se articula com o outro, maior é a resiliência individual e do todo. A complementaridade não reside na ideia de que opostos se neutralizam, mas no reconhecimento das possibilidades que a diversidade forja no equilíbrio do todo. [...]
> O Bem Viver é o encontro da diversidade. Saber viver é praticar pluriculturalidade. É reconhecer e aprender com a diferença, sem arrogância ou prejuízo. (SÓLON, 2019, p. 30-31).

A base da vida é a desigualdade provocativa das nossas complementaridades. Assim, de modo integrativo e não antagônico ou dual, os seres e elementos do planeta precisam uns dos outros para a continuidade da vida. Faz-se imperioso conhecer a desigualdade como premissa da diversidade e, portanto, da contribuição em termos plurais que cada ser ou elemento da natureza trazem como contributo para o ecossistema.

Julieta Carvajal indica que as complementaridades, reciprocidades e autonomias devem existir nas comunidades, já que estas são vivas, diversas, plurais (CARVAJAL, 2020). As diversidades, pluralismos e diferenças perfazem-se, assim, como complementares ao todo e não devem se perfazer como ambiguidade ou antítese. Vertentes plurais podem e devem viabilizar a ampliação dos debates, articulações, proposições e, portanto, de soluções hábeis a gerar uma combinação de forças. Essa ética da complementaridade minimiza a oposição, o litígio e a afronta, gerando, lado outro, maiores possibilidades de construções de alternativas viáveis e aptas à vida.

Partindo da análise do constitucionalismo plurinacional, José Luiz Quadros de Magalhães destaca que sua proposta é de ruptura com as bases hegemônicas engendradas pela Modernidade eurocêntrica. Desse modo, argumenta pela necessidade de diálogos não hegemônicos, capazes de incorporar diferenças e pluralismos e que, por isso, não se perfaz em dinâmica dual. Ou seja, há uma construção sem que haja necessidade de se (re)conhecer vencedor e vencido. O que se tem é uma decisão plural, construída por dimensões e epistemologias plurais (MAGALHÃES, 2012).

A dualidade e o binarismo de matriz moderno-cartesiana impõem uma diretriz beligerante, em que os sujeitos se contrapõem, com necessidade de embate de forças, com declaração de um vencedor e um vencido. Essa vertente epistemológica, que permeia o conhecimento, o pensar e o agir, por certo, foram introjetados nas organizações sociais, políticas e normativas dos Estados. Isso explica, portanto, a hostilidade existente e estimulada entre

grupos de poder e, sobretudo, a necessidade de se calar grupos excluídos, que se veem marginalizados pela dicção totalizadora e hegemônica das estruturas dominantes fixadas.

Para combater essa diretriz, como alternativa democrática e contraponto às matrizes de Modernidade hegemônica, Acosta destaca que devem ser incorporados aos Estados as proposições do Bem Viver e os Direitos da Natureza, a fim de que perfaçam, de modo efetivo, os direitos coletivos ou comunitários, implicando, por sua vez, em cidadanias coletivas e comunitárias (ACOSTA, 2016, p. 165). Desse modo, e a partir da complementaridade da diversidade, assim como da busca de implementação efetiva das metacidadanias, no capítulo 7 desta tese, será feito o desenvolvimento da proposição de Processos Pluriversais, em que as bases da garantia de participação em contraditório e ampla argumentação se veem ressignificadas.

6.2.3 Prelúdio da ruptura com o antropocentrismo hegemônico: a natureza com voz e vez

O conhecimento da natureza como sujeito de direitos é a chancela da ruptura com a hegemonia antropocêntrica, traduzindo-se, a partir disso, em uma virada ética para a vertente ecocêntrica, em que se legitimam os seres viventes não humanos. Essa legitimação diz respeito à possibilidade de estarem representados durante a tomada de decisões acerca de questões sobre o ambiente, assim como diz respeito à possibilidade de se colocarem perante as instâncias jurisdicionais para buscar a defesa de seus direitos à existência e à vivência.

Visando a proteção do Rio Vilcabamba, localizado no Equador, em 2010, houve o ajuizamento de uma ação para proteção da natureza, sob o argumento de que o Governo Provincial de Loja trabalhava na ampliação da via de acesso Vilcabamba- Quinara, sem que houvesse, para isso, o respectivo licenciamento ambiental. Além disso, argumentou-se pela ocorrência de degradação ambiental pelo despejo de lixo e entulhos diretamente no Rio Vilcabamba.

A questão foi analisada pela Corte provincial de Loja (processo n. 11121-2011-0010), tendo sido a sentença de improcedência, sob o fundamento de ausência de legitimação ativa. Houve, assim, a interposição de recurso de apelação, a que se deu provimento e, por consequência, declarou-se a violação dos direitos da natureza. Inferiu-se, nesse sentido, que inexiste conflito constitucional entre as obras de ampliação da rodovia e os direitos da natureza, que devem, de modo inequívoco, serem observados e assegurados.

Importante destacar que, como fundamentação para o provimento da demanda, os julgadores fundamentaram-se na teoria do risco, ante a gravidade do suposto dano geracional.

E, por isso, inverteram o ônus da prova, para que o Governo Provincial de Loja se incumbisse de demonstrar o efetivo licenciamento ambiental, assim como eventual inexistência de prejuízos ao ambiente e ao Rio Vilcabamba[111].

Outro exemplo de proteção da natureza como sujeito de direitos ocorreu em Galápagos (arquipélago localizado no Equador), em 2012. Na ocasião, o governo municipal, visando a construção de uma avenida, iniciou o processo licitatório para fins de contratação da empresa de engenharia, sem, contudo, aferir os impactos ambientais dali decorrentes e, mais que isso, sem requerer o respectivo licenciamento ambiental. Em razão disso, houve a interposição de medida cautelar em face do ato administrativo do governo municipal. A justificativa do pleito foi o direito da natureza e a lesão dos ecossistemas locais. Cumpre destacar que o juízo determinou a inversão do ônus da prova para que o governo local se desincumbisse do ônus que lhe foi imputado. Assim, foi proferida sentença acatando os pedidos formulados, com o conhecimento dos direitos da natureza, declarando-se o direito à vida e ao direito ao ambiente equilibrado e saudável (GARZÓN, 2017).

No Brasil, a jurisprudência dos Tribunais Superiores já recepcionou a ética ecocêntrica em (re)conhecimento e valorização dos seres viventes humanos e não humanos, em declarada ruptura com uma matriz eminentemente antropocêntrica e individualista. Nesse sentido, no Recurso Especial (RESP n. 1.797.175-SP), de relatoria do Ministro Og Fernandes, em que se discutia o direito dos animais, o Superior Tribunal de Justiça enfatizou a diretriz no novo constitucionalismo latino-americano e declarou:

> Os países latino-americanos têm sido pioneiros em um tipo de constitucionalismo que preza pela consciência ecológica, unindo o conceito milenar Pachamama dos povos andinos, que representa a Terra como titular de direitos, pois é a expressão máxima da vida e de todos os seres (humanos ou não) e a teoria andina contemporânea, que considera Gaia (Terra) como um ser vivo que se autorregula pela convivência harmoniosa de seus seres. (BRASIL, 2019, p. 4).

Houve na América Latina, portanto, uma oportunidade de ampliação dos sujeitos de direitos, de modo a abarcar todos os seres viventes e a natureza como ambiente interacional e integracional, em que se conhecem os ecossistemas como interligados e interdependentes para garantia da vida no planeta.

A manifestação do Superior Tribunal de Justiça do Brasil apontou para o assentimento de se incorporar uma consciência ecológica ampliativa dos diálogos a partir da legitimação

[111] A súmula n. 618 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que "a inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental". (BRASIL, 2018).

vincada na pluralidade. E, nesse sentido, o Tribunal declarou a dignidade dos seres não humanos, assim como sua condição de sujeitos de direitos:

> Torna-se essencial refletir, no bojo do ordenamento jurídico, em busca de caminhos para o amadurecimento da problemática e a concretização da dignidade dos animais não humanos, reconhecendo os respectivos direitos e ocasionando mudança na forma como as pessoas convivem entre si e com os demais animais não humanos. (BRASIL, 2019, p. 21).

Denota-se, portanto, uma guinada da consciência e um novel aporte ético a lastrear posicionamentos e decisões humanas, no sentido de integrar as dimensões do Eu e do Outro, incorporando a condição interacional e interdependente das vidas e dos ecossistemas. De modo indubitável, a vertente individualista antropocêntrica sucumbe à necessidade de entrelaçamentos solidários, recíprocos e fraternos entre os seres, que não são suficientes, em si mesmos, cabendo buscar suporte em outros ambientes e estruturas de vida para assegurar a sua própria vida.

Houve avanço neste sentido, mas ainda há muito a ser feito. E, conforme reforça Acosta, a criação de uma consciência local e global acerca da necessidade de atribuição de direitos à Natureza, trata-se de questão complexa por repercutir em privilégios de círculos e estruturas de poder nacionais e transnacionais. Afirma ainda que haverá por parte destes grupos a criação de óbices à emancipação, para que seu controle e dominação permaneçam (ACOSTA, 2016).

A centralização do homem em pensar a si mesmo como superior e suficiente opera uma cisão do ser com a natureza, ensejando atitudes e decisões degradatórias e incompatíveis com a perpetuação da vida no planeta. O desgarrar da humanidade de suas matrizes ecossistêmicas em condição de respeitabilidade resulta nas mais diversas formas de violência, que vão do racismo ambiental às guerras[112]. Trata-se de uma cisão da humanidade com a sua própria origem. E, assim, deixa-se de reconhecer o Outro como parte de si mesmo. O olhar volta-se para um estigma de rivalidade, de dualidade, de binarismo, um instinto bélico de autoextermínio.

Assim, há que se construir alternativas para incorporar todos os sujeitos e seres viventes às formulações decisórias. As decisões direcionam os rumos das políticas, da economia e das

[112] Alberto Acosta aponta o racismo como cicatriz da colonialidade. Para isso, afirma que "o racismo não é apenas um problema social. O racismo que serviu para legitimar a Conquista, ao considerar que há raças e que estas podem hierarquizar-se, é um problema político. E, como tal, expressa-se também como uma questão de segregação econômica, exclusão e marginalização. É, inclusive, um problema de caráter ambiental, pois não se respeitam os ecossistemas e territórios que habitam povos e nacionalidades indígenas e comunidades negras. A segregação racional surge nas áreas urbanas quando grupos racialmente marginalizados, muitas vezes, se veem forçados a viver nos lugares mais precários." (ACOSTA, 2016, p. 154).

normatividades. Isso reforça a importância de se convergir em um conhecimento das diversidades e pluralismos, a fim de que sejam todos os seres viventes conhecidos como sujeitos e legitimados ao processo. A democracia, em sua formação mais ampla, requer que as elaborações decisórias incorporem dicções diversas e sejam resultantes de formas plurais de vida.

Desse modo, faz-se necessário analisar a diretriz que vem sendo seguida pela jurisprudência, no tocante ao conhecimento (ou não) da Natureza, aferindo-se acerca da sua capacidade e legitimidade processual, como sujeito de direitos, para assegurar seu direito à jurisdição.

6.2.4 A Natureza como legitimada ao processo:

São diversos os imbróglios que permeiam a discussão acerca dos direitos da Natureza. Além das cogitações em torno da Natureza ser – ou não – sujeito de direitos, na hipótese de se considerá-la como tal, há ainda cogitações acerca de sua legitimidade ao processo.

Foi Christopher Stone quem desenvolveu, de modo precípuo, uma tese sustentando a possibilidade de se judicializar demandas tendo como objeto os direitos da Natureza. Stone é autor da obra, publicada em 1972, "Should trees have standing? And other essays on law, morals and the environment", a partir da qual sustentou que a Natureza seria titular de direitos subjetivos (STONE, 2010). Analisou, a partir desse ponto, o caso Sierra Club versus Hieckel (Sierra Club x Morton, 405 U.S. 727, 1972), levado a julgamento pela Corte de Apelações dos Estados Unidos, no ano de 1971. Essa demanda judicial tratou da questão seguinte: o Serviço Florestal norte-americano havia concedido licença à Walt Disney Enterprises Inc. para implantar um empreendimento na Sierra Nevada-Califórnia, em local chamado Mineral King Valley.

Entendendo que isso afetaria sobremaneira o equilíbrio ecossistêmico local, uma entidade ambientalista – Sierra Club – ingressou como uma ação coletiva ("class action"). No entanto, o tribunal compreendeu pela ilegitimidade do Sierra Club para compor o polo ativo da demanda. É inegável que esse caso influenciou a obra de Stone, que, por meio dela, buscou evidenciar a necessidade de se reconhecer a legitimidade ativa da Natureza. De outro lado, o juiz da Corte, William Douglas, também se viu influenciado pela tese defendida por Stone e, em seu voto, citou a obra e conheceu a necessidade de se conferir legitimidade ativa à Natureza. Ainda assim, foi voto vencido e a Corte, ao final, julgou a Natureza como parte ilegítima a compor a parte ativa da ação. Cumpre trazer parte do voto de Douglas, que, citando a obra de

Stone, inovou ao conhecer legitimidade à Natureza:

> A crítica questão da legitimação processual seria simplificada e colocada em seu devido lugar se permitíssemos que os interesse do meio ambiente fossem trazidos a juízo em nome dos próprios entes naturais a serem prejudicados, invadidos ou lesados. [...] As preocupações públicas relativas à conservação do equilíbrio ecológico deveriam garantir a possibilidade de legitimação ativa para estes entes naturais buscarem sua própria preservação. A esse respeito, confira-se "*Should trees have standing?*" [...]. Essa demanda seria melhor intitulada como Mineral King vs. Morton (em vez de Sierra Club vs. Morton)
> Objetos inanimados às vezes são partes em litígio. Um navio tem personalidade jurídica, uma ficção considerada útil para fins marítimos. A sociedade anônima - uma criatura da lei eclesiástica - é um adversário aceitável, e grandes fortunas dependem de seus casos. A corporação ordinária é uma "pessoa" para fins dos processos adjudicatórios,se representa causas proprietárias, espirituais, estéticas ou de caridade. Assim deve ser com relação a vales, prados alpinos, rios, lagos, estuários, praias, cordilheiras, bosques de árvores, pântanos ou até mesmo o ar que sente as pressões destrutivas da tecnologia e da vida modernas. O rio, por exemplo, é o símbolo vivo de toda a vida que sustenta ou nutre - peixes, insetos aquáticos, lontra, veado, alce, urso e todos os outros animais, incluindo o homem, que dependem de ou que o apreciam por sua visão, seu som ou sua vida. O rio como autor fala pela unidade ecológica de vida que dele faz parte. As pessoas que têm uma relação significativa com aquele corpo d'água - seja um pescador, um canoísta, um zoólogo ou um madeireiro - devem ser capazes de falar pelos valores que o rio representa e que estão ameaçados de destruição[113]. (SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS, 1972, tradução nossa).

O que se evidencia, portanto, a partir do caso colocado em voga, é o início da discussão acerca da Natureza como sujeito de direitos e ainda a possibilidade de se conhecer a legitimidade da Natureza para, em nome próprio, judicializar uma demanda de seu interesse, visando a proteção de seus direitos.

De modo precípuo, cumpre analisar as premissas da "legitimidade". A **legitimidade ao processo** decorre da capacidade que a lei confere a um sujeito para titularizar determinada relação jurídico-processual, em situação a que se vincule pela relação de direito material

[113] The critical question of "standing would be simplified and also put neatly in focus if we fashioned a federal rule that allowed environmental issues to be litigated before federal agencies or federal courts in the name of the inanimate object about to be despoiled, defaced, or invaded by roads and bulldozers, and where injury is the subject of public outrage. Contemporary public concern.For protecting nature's ecological equilibrium should lead to the conferral of standing upon environmental objects to sue for their own preservation. *See* Stone, Should Trees Have Standing? -- Toward Legal Rights for Natural. This suit would therefore be more properly labeled as *Mineral King v. Morton*.Inanimate objects are sometimes parties in litigation. A ship has a legal personality, a fiction found useful for maritime purposes. The corporation sole -- a creature of ecclesiastical law -- is an acceptable adversary, and large fortunes ride on its cases. The ordinary corporation is a "person" for purposes of the adjudicatory processes, whether it represents proprietary, spiritual, aesthetic, or charitable causes. So it should be as respects valleys, alpine meadows, rivers, lakes, estuaries, beaches, ridges, groves of trees, swampland, or even air that feels the destructive pressures of modern technology and modern life. The river, for example, is the living symbol of all the life it sustains or nourishes -- fish, aquatic insects, water ouzels, otter, fisher, deer, elk, bear, and all other animals, including man, who are dependent on it or who enjoy it for its sight, its sound, or its life. The river as plaintiff speaks for the ecological unit of life that is part of it. Those people who have a meaningful relation to that body of water -- whether it be a fisherman, a canoeist, a zoologist, or a logger -- must be able to speak for the values which the river represents, and which are threatened with destruction".

discutida.

Acerca da "capacidade processual", cumpre destacar que a capacidade de ser parte em uma demanda cabe às pessoas naturais, às pessoas jurídicas, assim como a entes despersonalizados, a exemplo daqueles destacados no artigo 75 do Código de Processo Civil brasileiro, de 2015, massa falida (inciso V), herança jacente (VI), espólio (inciso VII), Condomínio (inciso XI). Estes entes, embora despersonalizados, pode ser parte legítima em demandas judiciais, por meio de representantes. Estes entes, embora sem personalidade jurídica, detém personalidade judiciária e capacidade para estar em juízo como sujeitos. Por isso, destaca-se que, no caso do artigo 75 do Código de Processo Civil brasileiro, ao inserir no rol de sujeitos com capacidade processual os entes personificados (pessoas naturais e jurídicas) e entes despersonificados, coloca-os todos na condição de sujeitos de direito, com capacidade jurídica de ser parte. Assim, "abre-se espaço para que esses sujeitos que já titularizam diversas situações jurídicas de direito material, defendam os seus próprios em juízo, titularizando situações jurídicas processuais" (UZEDA; PANTOJA; KOHLBACH; TEMER, 2021, p. 201).

E, desse modo, aquele considerado sujeito legitimado se faz apto à prática de atos, o que lhe é conferido por lei. Há que se pensar, nesse sentido, não somente na legitimidade ao processo jurisdicional, mas sim em todo o processo de matriz decisória que se tenha, a exemplo dos processos administrativos, legislativos, e, mesmo fora da estrutura estatal. A legitimação para agir ou para decidir deve se atrelar à relação existente entre o exercício de direitos pelos sujeitos e a questão que se discute. Assim, deve haver vínculo de direito material e interesse na causa, para que os sujeitos estejam aptos à participação e à decisão.

Outro aspecto crucial que se deve aferir ao tratar da legitimidade, diz respeito à **legitimidade da decisão**. Dentro da perspectiva de processos democráticos, a decisão se faz legítima quando reúne a observância a direitos e garantias fundamentais (a exemplo do contraditório, ampla argumentação, imparcialidade e fundamentação). Além disso, a legitimação decorre da possibilidade efetiva de participação daqueles sujeitos que serão afetados pela decisão, a exercer, portanto, as garantias inerentes à processualização, sendo a decisão resultante lógica da discursividade pautada.

Como contraponto, vale analisar o entendimento de Weber, que define critérios de poder justificadores da legitimação. Weber fez incursão acerca da relação existente entre a legitimidade e as formas de dominação. Assim, afirmou que a dominação decorre da crença na legitimidade. Ou dito de outro modo, a legitimidade é resultante da dominação como discurso, seja um discurso legal, carismático ou racional, que chancela o poder de alguém ou de determinado grupo para atuar. Por isso, a dominação chamada racional – ou legal – advém da

crença (doxa) na legitimidade que se impõe pela lei. Trata-se, portanto, de crença na autoridade da lei (WEBER, 2015).

Tanto é assim, que há opções e seleções estratégicas feitas pelo legislador, que escolhe conferir legitimidade a determinados sujeitos e a outros não. E, mais que isso, a lei escolhe a quem será conferida a condição de sujeito e a quem não será. Os critérios da lei pautam-se, dentro de uma perspectiva capitalista, numa racionalidade econômica[114]. Conjectura-se que, por isso, corporações empresariais, por exemplo, sejam consideradas pessoas jurídicas, com capacidade e legitimidade, ao passo que a Natureza ainda agoniza pelo seu (re)conhecimento titubeante acerca da condição de sujeito de direitos e de sua legitimidade ao processo[115].

Em artigo que trata da legitimidade processual dos animais não humanos, Flávia Hill e Cecília Hildebrand argumentam que houve avanço do conceito de afetividade, diante do reconhecimento prático de que animais de estimação fazem parte das estruturações familiares contemporâneas (famílias multiespécie). Além disso, enfatizam a incoerência ainda existente entre o tratamento conferido aos animais não humanos pelo Código Civil brasileiro, que os considera como sendo objetos, e a Constituição da República de 1988, sobretudo em seu artigo 225, que evidencia e reforça a dignidade animal (HILL; HILDEBRAND, 2022).

A Constituição da República do Brasil de 1988, em seu artigo 225, prescreve que todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, sendo atribuição do Poder Público e da coletividade preservar este ambiente para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988). Aliada a esta diretriz, o artigo 5º, §2º da Constituição da República, evidencia a igualdade de todos perante a lei, o direito à vida, à liberdade, assim como assegura a observância aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição e em tratados internacionais de que o Brasil seja parte (BRASIL, 1988). Afirma-se que essa conformação baliza o nomeado "constitucionalismo ecológico", conferindo ao ambiente a condição de direito fundamental, vincado no princípio da solidariedade, o que também confere dimensão ecológica à dignidade

[114] Spinoza ensina sobre racionalidade e diz "tudo que é contrário à natureza é contrário à razão; e o contrário à razão é absurdo." (SPINOZA, 2022, p. 160).

[115] Explicitando acerca da Constituição do Equador (2008), Alberto Acosta explica que houve imensa discussão durante a Assembleia Constituinte, na medida em que a base governista, naquela ocasião majoritária, entendia que o reconhecimento de direitos à Natureza seria uma "ladainha" ou "estupidez". Desse modo, Acosta evidencia as dificuldades emancipatórias e de reconhecimento de direitos civis a mulheres, negros e, assim critica a atribuição de personalidade às empresas: "ao longo da história, cada ampliação de direitos foi anteriormente impensável. A emancipação dos escravos ou o estabelecimento de direitos civis aos negros e mulheres, por exemplo, foram um dia considerados absurdos. Foi necessário que ao longo da história se reconhecesse "o direito a ter direitos", e isso se obteve sempre com esforço político para mudar as visões, os costumes e as leis que negavam esses direitos. Não deixa de ser curioso que muitas das pessoas que se opõem a uma nova ampliação de direitos não tenham pudor algum em aceitar que se concedam direitos quase humanos a empresas – o que é uma grande aberração." (ACOSTA, 2016, p. 131).

humana (SARLET; FENSTERSEIFER, 2013, p. 49).

Conforme já enfatizado na pesquisa que aqui se desenvolve, há uma vertente antropocentrista incrustada na diretriz constitucional brasileira. De todo modo, deve-se conhecer a possibilidade de uma leitura e aplicação conforme diretrizes ecológicas, que viabilizam a alocação dos demais seres viventes como sujeitos de direitos e, portanto, sensíveis à proteção garantidora da preservação de suas vidas com dignidade e solidariedade.

O que se pretende é acentuar a necessidade, portanto, da ressignificação das bases fundantes e fundamentais da "dignidade", que, se antes lida para incorporar em sua matriz somente a dimensão humana, na contemporaneidade precisa ascender a uma dimensão ecológica, já que o ser humano, de modo inequívoco, é Natureza. Assim, deve-se avançar de uma compreensão de "dignidade da pessoa humana para dignidade ecológica" ou "dignidade humana em dimensão ecológica e, mais que isso, ecologização da dignidade humana" (SOUSA, 2021, p. 123). Por isso mesmo, assume-se que os direitos humanos precisam ser redimensionados para incorporar-se e interconectar-se aos direitos da Natureza como matriz comum de garantia das formas de vida[116].

Os seres humanos se desumanizaram quando se cindiram da integração com a Natureza em suas esferas compreensivas, éticas e epistemológicas. Conforme acentuado no capítulo 2 desta tese, houve um deslocamento do ser humano, que se colocou acima da Natureza e fora desta. Houve, assim, a marginalização da Natureza e a alocação humana em um pedestal antropocêntrico. Os discursos e narrativas da Modernidade eurocêntrica permearam o Ser e convergiram para a formulação de epistemologias colonizadoras do próprio Ser e da Natureza. Ou seja, instalou-se uma crise do conhecimento, a partir do deslocamento dos seres humanos e do Outro-Natureza, como se segregados. E, para além disso, houve a marginalização dos próprios seres humanos, por meio de distribuições desiguais de meios de vida, criação de classes, raças, divisões desiguais de gênero, enfim. Foram criadas estruturas tais, que fizeram ruir a dignidade, passando esta a ser apenas um discurso e um princípio no âmbito dos direitos humanos e fundamentais.

Não por acaso, Boaventura de Sousa Santos argumenta que os Direitos Humanos

[116] Tratando das prováveis transformações das dimensões compreensivas dos direitos humanos, Fernanda Cavedon-Capdeville argumenta que os direitos humanos são como "fênix", pela sua capacidade de ampliação do conteúdo, de flexibilidade e porosidade. Assim, explica: "essas características permitem sua adaptação a novas circunstâncias e necessidades, sem perder suas essência e coerência. Em tempo de crise ecológica e emergência climática, nada mais coerente do que reinterpretar os direitos humanos a partir deste contexto, reconhecendo o seu papel central na construção de novos arranjos jurídicos e de governança. Seguem representando uma base ética e um discurso jurídico válido que, articulados com novas dimensões de direitos ecológicos, podem contribuir para construir, no âmbito jurídico, esta dimensão ecologizada". (CAVEDON-CAPDEVILLE, 2020, p. 248).

surgiram de discursos universalizantes, sem considerar as disparidades dos contextos culturais, sociais e políticos dos sujeitos em diversas partes do mundo. Por isso, denuncia que a compreensão do contexto de sujeitos de direito vincula os humanos e desloca a natureza, criando-se, desse modo, uma tensão ocidentalizada entre natureza-sociedade, a partir da qual a natureza é subalternizada, considerada inferior (SANTOS, 2019b).

No mesmo sentido, Thula Pires argumenta que há uma configuração hegemônica e totalizadora acerca dos direitos humanos, que repercutiu em uma retórica que oculta relações de dominação e opressão, por não acolher as diferenças e "reforçar a humanidade de uns em detrimento de muitos outros" (PIRES, 2020, p. 308). Nesse sentido, Pires argumenta que direitos das mulheres, dos negros, indígenas, quilombolas, não-cristãos e da natureza, acabam sendo subjugados, como se fossem menos-humanos, já que não acolhidas suas diferenças para fins de proteção.

Cormac Cullinan argumenta que os seres humanos são parte da Natureza e que, por isso, a própria Natureza deve ser perfilhada como sujeito de direitos. Assim, "o reconhecimento legal dos Direitos da Natureza contextualiza os direitos humanos como uma articulação específica dos Direitos da Natureza para a espécie humana, uma vez que as pessoas fazem parte da Natureza, e cria o dever de respeitar os Direitos da Natureza [...]." (CULLINAN, 2021, p. 261). Essa leitura e ressignificação da relação homem-natureza configuram a nova diretriz, de vertente ecocêntrica, que coloca a integração dos seres viventes em suas relações sistêmicas como centro do pensar, do agir e do decidir. Trata-se de uma racionalidade que rompe com as matrizes moderno-coloniais, que foram capazes de dominar a natureza, mas também dominou o ser humano, ludibriado a cogitar-se no controle, quando, em realidade, a manipular a Natureza, coloca-se em autoextermínio.

Partindo, portanto, da compreensão integracional humana e Natureza, e também seguindo a diretriz constitucional brasileira, alguns estados da federação avançaram no sentido do conhecimento de que animais não humanos são seres sencientes, o que justifica que lhes seja conferido regime jurídico diferenciado, pela obviedade do direito à vida e à dignidade.

Nesse sentido, o Código Estadual de Proteção aos Animais, do Estado de Santa Catarina, em seu artigo 34-A, afirma que "[...] cães e gatos ficam reconhecidos como seres sencientes, sujeitos de direito, que sentem dor e angústia, o que constitui o reconhecimento da sua especificidade e das suas características em face de outros seres vivos" (SANTA CATARINA, 2003). Por sua vez, o Código do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (Lei n. 15.434/2020), em seu artigo 216, institui regime jurídico especial para animais domésticos (RIO GRANDE DO SUL, 2020). O estado de Minas Gerais, por meio da Lei n. 22.231/2016, arrigo 1º, estatuiu

que animais são seres sencientes, devendo-se reconhecê-los como sujeitos de direito despersonificados (MINAS GERAIS, 2016). Na mesma diretriz, o Código de Direito e Bem-Estar Animal do Estado da Paraíba definiu, em seu artigo 2º, que "os animais são seres sencientes e nascem iguais perante a vida [...]" (PARAÍBA, 2018). O que se infere, nesse sentido, é que há um novo encaminhamento para a compreensão da condição dos animais não humanos, representando uma ruptura com as matrizes éticas de predominância antropocêntrica. Esse reenquadramento ético repercute na estruturação decisional dos sujeitos que, após criada consciência ecossistêmica, são capazes de orientar suas escolhas vincadas em uma racionalidade ecológica apta à sustentabilidade.

No tocante à legitimação ao processo dos animais não humanos, faz-se imperioso destacar que o Decreto Federal n. 24.645/34, em seu artigo 2º, §3º, afirma a legitimidade dos animais para estarem em juízo, desde que assistidos pelo Ministério Público ou membros da sociedade protetora dos animais (BRASIL, 1934). Trata-se de legislação do século passado, mas, ainda assim pouco utilizada e mais avançada que o Código de Processo Civil brasileiro, do ano de 2015, que não trouxe qualquer previsão acerca da legitimação dos animais não humanos[117]. Em uma interpretação adequada, Ataíde Junior argumenta que o Decreto Federal n. 24.645/34 justifica e fundamenta o ajuizamento de demandas pelos animais não humanos, sendo estes representados pelo Ministério Público ou associações direcionadas à proteção animais (ATAÍDE JUNIOR, 2021).

Logo, embora no Brasil inexista previsão de legitimação dos animais não humanos para o processo, de modo expresso na Constituição da República de 1988, há que se considerar de fato a vigência do Decreto Federal n. 24.645/34, que mesmo anterior à Constituição, acaba sendo vanguardista por contemplar a possibilidade de reconhecimento dos animais como legitimados ao processo. De toda maneira, ainda há muito espaço para avanço em termos de conscientização ecológica, pois os seres viventes do planeta, de forma abrangente, precisam gozar do mesmo conhecimento, para que se chancele o seu direito à vida. Não só animais não humanos, mas também os rios, a flora e todas as vidas precisam ter (re)conhecimento e dicção.

Há que se indicar que, no Brasil, há uma OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público), fundada em 2004, chamada MAPAS[118]. A organização tem se articulado no

[117] Há projetos de lei em tramitação no Brasil, que propõem o reconhecimento da legitimação ao processo para animais não humanos. Assim, o Projeto de Lei n. 145/2021, pretende altear a redação do artigo 75 do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), sugerindo a seguinte redação: "os animais não humanos têm capacidade de ser parte em processos judiciais para a tutela jurisdicional de seus direitos." (COSTA, 2021). Há ainda outro Projeto de Lei n. 3.200/2021, a sugerir a "possibilidade de os animais domésticos figurarem no polo ativo de ação judicial de reparação material por maus-tratos, em caso de ato atentatório à dignidade" (MATTOS, 2020).

[118] Para melhor compreensão dos projetos da OSCIP Mapas, consultar: MAPAS, 2021. O trabalho ali desenvolvido

sentido de promover iniciativas para o conhecimento dos direitos da natureza desde o nível municipal, por meio do desenvolvimento de projetos e promulgação de leis orgânicas com esse objetivo. O trabalho desenvolvido pela OSCIP tem repercutido em resultados expressivos e nesse sentido:

> Foi o município de Bonito, no Estado do Pernambuco, que realizou o primeiro reconhecimento dos direitos da Natureza em lei, em dezembro de 2017. No ano seguinte foi a vez de Paudalho, no mesmo Estado. Em novembro de 2019 foi a vez da primeira capital do Brasil, Florianópolis/SC. A cidade de São Paulo já conta com a propositura de dois projetos de lei no mesmo sentido e estamos, igualmente, impulsionando o movimento em Bertioga-SP, Palmas-TO, Fortaleza-CE, Salvador, Itacaré, Ilhéus-BA, Serro-MG, Niterói e Maricá-RJ, Natal-RN e Ituaçu-Goiás, abrangendo, assim, as 5 regiões do país. (OLIVEIRA, 2021, p. 201).

Assim, há inconteste avanço no conhecimento da natureza como sujeito de direitos, embora haja um longo percurso a ser percorrido, o que coloca a Natureza entre o "não mais e o ainda não". "Não mais" como objeto, mas "ainda não" – de modo absoluto – conhecida como sujeito. Há espaço para melhores diretrizes nesse sentido e ainda muita resistência por setores econômicos e estruturas de poder.

Paira na contemporaneidade a racionalidade econômica, encaminhando as decisões com bases de governança neoliberal. Como alternativa sustentável e voltada ao respeito de todas as formas de vida, propõe-se uma "governança ecológica", assim compreendida como prática de gestão e decisão articulada por dois pilares, quais sejam: direitos humanos e direitos da Natureza (WESTON; BOLLIER, 2013). Estes, por sua vez, devem encaminhar as decisões por meio de balizas que levem em conta a necessidade de integração e de reconexão dos seres humanos e da Natureza, vez que todos se incorporam à existência ecossistêmica.

Por tudo isso, Flávia Hill e Cecília Hildebrand (2022) argumentam que a contemporaneidade não pode mais sucumbir à visão da fauna e da flora no sentido de objetificação adensado no século XX e, assim, sugerem que o Direito Processual precisaria de uma teoria processual que fosse capaz de abarcar os novos sujeitos e situações jurídicas.

De fato, as teorias processuais existentes não foram capazes de alcançar a necessária inclusão dos novos sujeitos de direitos em suas matrizes, o que limita – ou mesmo inviabiliza – que se consolide a democratização efetiva. O fato de não existirem ainda Teorias do Processo com essa diretriz, justifica-se pela racionalidade econômica, antropocêntrica e colonial que permeia as construções de conhecimento e, portanto, as teorizações que se formulam. E, nesse

---

é extensão da tese de doutoramento de Vanessa Hasson de Oliveira, defendida em 2014, que articula atividades de advocacy para reconhecimento da natureza como sujeito de direitos (HASSON DE OLIVEIRA, 2021).

sentido, embora haja tentativa de se consolidar balizas para as elaborações decisórias processualizadas, conforme já demonstrado no capítulo 5 desta pesquisa, as Teorias do Processo não foram capazes de ampliar, de modo efetivo, os níveis de participação dos sujeitos. As bases fundantes do Processo ainda se encontram vincadas na Modernidade eurocêntrica, em que o conhecimento é performático e estanque, não comportando a ecologia e o diálogo de saberes. Persistem também os binarismos (autor-réu, procedente-improcedente, justo-injusto), em que os sujeitos se tornam "partes", ruindo com a integridade dos seres e, mais que isso, ruindo com a integração entre os seres, o que acaba por exacerbar litígios e antagonismos ao invés de solvê-los.

Assim, a presente pesquisa busca uma proposição teórica de consolidação do Processo como garantia em bases pluriversais, integracionais, como modelo de perpetuação da vida, dos diálogos e da ecologia de saberes, a fim de que se construam e (re)construam decisões conscientes, ecológicas e democráticas.

7 PROCESSOS PLURIVERSAIS: DECISÕES ECOLÓGICO-INTEGRATIVAS PAUTADAS NAS METACIDADANIAS PROCESSUAIS

Partindo-se do questionamento acerca da relação entre Processo, economia e ecologia, durante o desenvolvimento da pesquisa houve a necessidade de se analisarem fundamentos da racionalidade econômica e da racionalidade ambiental, assim como operou-se a aferição das Teorias do Processo, em suas bases de articulação, para viabilizar a compreensão e as possíveis inferências. Isso porque quando se fala em "Processo", há que se demarcar acerca de qual ou quais Processos se busca aferir. Nesse sentido, é que importou verificar cada uma das matrizes téorico-processuais sustentadas até então, analisando-se suas bases fundantes e legitimantes, ao mesmo tempo em que se buscou compreender suas diretrizes de racionalidade.

E quando se fala em racionalidade, parte-se do pressuposto de que esta é uma característica humana, sendo o motivo pelo qual há uma relação entre a ética e a epistemologia. A vertente ética impregna-se da medida dos seres humanos, que pensam e agem a partir de si mesmos, incorporando ou não o Outro à sua dimensão compreensiva. Além disso, os seres humanos agem a partir do que conhecem. Ou seja, o conhecimento se forma e se desenvolve com direcionamentos que resultarão na forma de agir e de decidir dos humanos, o que se articula a nível epistemológico, portanto.

Desse modo, há pilares sobre os quais os seres humanos se amparam e, a partir desse ponto, decidem de acordo com a racionalidade que lhes orienta, com o conhecimento formativo de suas compreensões de mundo, o que redundará, nesse sentido, em seus posicionamentos político-sociais, decisões econômicas, normativas e até mesmo nos desenvolvimentos científicos, já que nem a ciência é neutra. Ou seja, os seres humanos decidem com base em sua visão ética e epistemológica, razão pela qual, infere-se que isso repercutirá na forma como se compreende o Processo e como as decisões se formulam. Daí a importância de se construir a compreensão do Processo partindo de análises ético-filosóficas e epistemológicas, vez que as decisões que orientam o mundo partem de Processos. Ou, ao menos, deveriam partir.

Processo é vida. É diretriz orientativa e formativa das metacidadanias. Processo é via legitimadora das decisões e das participações diversas e plurais. A vida é processualização de escolhas e decisões tomadas, que se legitimam pelo conhecimento e incorporação das diversidades e pluralismos, pela ampliação de diálogo de saberes, formativos de uma ecologia vincada em matrizes de sustentabilidade.

E, assim, a presente tese busca formular proposição de Processos Pluriversais, que conheçam as assimetrias existentes e que, em alteridade, incorpore as matrizes ético-críticas

capazes de emancipar as existências e dignificar os seres viventes, todos eles, em uma vertente de integração e construtiva das metacidadanias. A proposição dos Processos Pluriversais se faz pelo desenvolvimento da compreensão de suas bases fundantes (ético-filosóficas e epistemológicas), assim como de suas bases legitimantes. Essas premissas serão, então, analisadas a seguir.

7.1 Bases fundantes dos Processos Pluriversais

Ao se tratar de Processos Pluriversais, no plural, pretende-se alcançar a compreensão de que a proposta aqui apresentada pressupõe uma base que a fundamenta e justifica, ao mesmo tempo em que aceita a incorporação de formas diversas de articulação decisória, sem preterir, no entanto, de seus preceitos fundantes e legitimantes. Ou dito de outro modo, há que se observar as bases de demarcação da proposição para que esta exista como tal, assim como os pressupostos que a legitimam. Colocar a expressão "Processos Pluriversais" no plural traz clara indicação de que deve haver abertura ao conhecimento e diálogo com perspectivas diversas e plurais, sem engessamentos ou hegemonismos.

Deve-se alcançar um plano de exercício das cidadanias, em que caiba o Eu e o Outro, em perspectiva de alteridade, com o pleno conhecimento de que as diferenças nos constroem. Não há o igual entre os seres e ambiente. Há diferença. Há assimetria. E partindo desse ponto, portanto, é que as construções decisórias devem se formular. Os convencionalismos e padronizações são frutos de visão ética vincada em (i)rracionalidade antropocêntrica, eurocêntrica e de matrizes moderno-coloniais. Houve a colonização dos seres, dos corpos, dos saberes. E, nesse ponto, buscou-se a hegemonia do pensar, a totalização do ser e a imposição, ou uma ode, à igualdade, que, por sua vez, inexistiu e inexiste.

Os Direitos Humanos surgiram a partir da narrativa da igualdade. De fato, uma narrativa. Narrativas se perfazem a partir da construção ética, histórica e social a que se quer dar forma, razão pela qual podem ser as narrativas estratégicas e direcionadas a interesses específicos. Não há neutralidade ou imparcialidade em narrativas, pois as falas prevalecentes são aquelas do mais forte ou do vencedor. Ou seja, há hegemonia nessa construção discursiva e não há garantia de que todos os sujeitos serão parte nessa elaboração do discurso. E assim, os Direitos Humanos ecoam a igualdade, mas é a igualdade como discurso e não como prática. Isso muda tudo, sobretudo ao se considerar os processos decisórios, em que a participação dos sujeitos não pode ser performática, mas sim efetiva. Apesar disso, tem-se processos performatizados em que a participação é simbólica e ficcional, não se traduzindo, de fato, na

dicção legítima daqueles que serão afetados pela decisão.

Como alternativa, a proposta que se apresenta a partir dessa pesquisa é a tese de **Processos Pluriversais**, cujas bases fundantes são as seguintes: a) ético-filosófica de alteridade, vincada na ética-crítica; b) epistemológica decolonial e apta à ecologia dos saberes; c) sustentabilidade para o processualismo ecológico; d) pluralismo jurídico-processual. Cumpre, então, aferir de que modo e em que medida cada uma dessas bases criará a proposição de Processos Pluriversais.

7.1.1 Matriz ecocêntrica, racionalidade ambiental e ético-crítica

Para melhor construir a compreensão relacional entre a ética e a racionalidade que acopla os seres humanos, há que se partir do ponto de que a ética pode ser entendida como a medida do homem enquanto Ser e do quanto este Ser se entende relacionado com o Outro. Assim, há na ética uma bidimensionalidade, sendo uma delas a do sujeito como indivíduo e a outra se vincula ao aspecto relacional desse indivíduo com o Outro, com o que lhe é externo.

Essa alocação ética do humano faz com que, daquele ponto, ele tenha uma visão específica, pois é a partir dali que se enxerga (ou não) o Outro. Por isso, a ética vai influenciar nas relações, nas formulações dos conhecimentos e nas construções normativas.

Durante toda a existência e desenvolvimento dos seres humanos, houve mudanças não lineares, não estanques e não modulares das racionalidades e das relações entre os sujeitos. Houve mudanças nesse sentido relacionadas ao nível de desenvolvimento humano, ao espaço-tempo, mudanças relacionais vinculadas às vivências sócio-comunitárias, tudo isso envolvendo alto nível de complexidade.

Fez-se necessário, assim, realizar um recorte metodológico para fins de análise do ponto que interessa à presente pesquisa. E, assim, avaliou-se a questão ética e sua dimensão antropocêntrica a partir do percurso da Modernidade, o que se fez no capítulo 2 da tese.

Inferiu-se que a ética antropocêntrica promoveu um deslocamento de sentido para alocar o ser humano como centro do mundo, centro do pensar e do agir. Houve, por certo, várias razões para isso e vários aportes dogmáticos, a exemplo do cogito cartesiano que vincou um pensamento centrado no homem a pensar ensimesmado, ao mesmo tempo em que criou alheamento com relação ao Outro. É como se o que se perfaz exterior ao homem devesse lhe permanecer servil e inferior, podendo ser objetificado, assim como aconteceu com humanos em condição de desigualdade, a exemplo dos não-europeus, dos povos originários latinos, africanos e asiáticos no período moderno-colonial. E trata-se de ponto relevante, já que o eurocentrismo

também corroborou para a consolidação da ética antropocêntrica. Por isso, é que os conceitos de "Modernidade", "Estado", "Direito", "civilização" são conceitos estratégicos e postos a serviço da manutenção das estruturas de poder que persistem desde a exploração colonial, no mínimo desde 1492. Quando a América Latina se assentou como território de superexploração europeia e a Europa se colocou como centro homogeneizante do pensar, operou-se a chancela da violência sobre os corpos, sobre os territórios, sobre os conhecimentos e práticas dos povos originários. Houve, portanto, violência e ocultamento do Outro pela Europa ensimesmada e egocêntrica. Incorporou-se uma diretriz de dicção única, como se o modelo civilizatório ocidentalizado fosse a via possível, incorrendo-se, assim, em uma busca por totalização ética e epistemológica. A validação decorria do que era pensado a partir do modelo ocidentalizado, invalidando e não se reconhecendo outras matrizes de pensamento. Houve o velamento e a opacização do Outro, daquele que é diferente, aceitando-se como legítimas somente as construções decorrentes dos conhecimentos europeizados. É como se ser diferente passasse a ser considerado um defeito (RIBEIRO, 2019).

Nesse contexto moderno-colonial, as assimetrias foram acentuadas, evidenciadas e houve tentativa de justificá-las pela banalização e normalização da visão de que havia mesmo sujeitos inferiores e objetificáveis, motivo pelo qual escravizaram-se os povos originários dos territórios colonizados, assim como colonizou-se o ambiente[119]. A compreensão de ambiente, neste ponto, merece ampliação para que aqui sejam abarcadas a natureza, assim como as relações humanas, comunitárias, culturais e estéticas. Colonizou-se o corpo e território, a imagem e os afetos, os conhecimentos e crenças. Houve a desestruturação do "eco" e do "ethos" dos povos subjugados. Invadiu-se a casa como corpo e como alma dos povos, ruindo com o Ser, que se fez "Outro" e que se fez nada, como puro objeto de desfrute e de consumo.

Foi esse, portanto, o substrato do capitalismo, que se forjou sobre a ruína do Outro (visto como Nada). O capitalismo surgiu da pulsão dominadora e acumulatória, que buscou no período colonial-moderno explorar territórios e corpos para obtenção de recursos e matéria-prima para aumentar o poderio econômico e obter lucro. Assim, ascende a racionalidade econômica da Modernidade, vincada na exploração do Outro (homens e natureza), acentuando de modo incessante as desigualdades, as assimetrias, as degradações humanas e da natureza. Foi neste

[119] Conforme evidenciam Luciana Pimenta, Luísa Araújo, Mari Luiza Rodrigues e Yanca Câmara: "no contexto brasileiro, tem-se que, no período colonial, homens e mulheres negras não eram consideradas sujeitos, mas sim objetos, e, portanto, propriedade. Por esse desenho político-econômico, as negras e os negros escravizados compreendiam apenas a força produtiva e, no tocante às mulheres, além de trabalhadoras braçais, eram "objeto" de exploração sexual. Essa relação intersubjetiva pautada na dominação entre colonizador e colonizados abrange não somente aspectos de colonização física, mas também epistemológica [...]". (PIMENTA; ARAÚJO, RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 252).

ponto que a racionalidade econômica rompeu com o *eco* e com o "ethos" como casa do Ser. O Ser, em sua integralidade, foi desalojado. Houve o deslocamento do Ser, que se desintegrou em Outro, como racionalidade de alheamento.

Dessa vertente de (ir)racionalidade antropocêntrico-capitalista, são tomadas decisões desprocessualizadas e dogmatizadas pelas estruturas de poder dominantes, já que formuladas sem a inclusão de todos os sujeitos interessados[120]. Criaram-se matrizes teórico-processuais que não questionaram a racionalidade sobre as quais foram amparadas. A não inclusão do Outro aos discursos induziu à formação de decisões dogmático-ideológicas e excludentes. Considerando que determinados indivíduos foram subalternizados, a natureza e o próprio conhecimento foram postos a serviço do capital, operando-se, assim, a objetificação imposta pela racionalidade econômica.

E é dentro deste modelo que decisões se estruturam, sem questionar o alheamento do Outro. O racionalismo de matriz renascentista e humanística amparou-se sobre bases dogmatizantes, a partir das quais o normativismo jurídico se instaurou. Daí surgiu o Direito em modelo cartesiano, formal, Direito como norma e não edificado sobre premissas de vivência e pautado na prática dos povos. A partir da Modernidade, o direito aparelhou-se para atendimento das estruturas de poder e, por isso, de modo estratégico, impingiu-lhe o binarismo matemático de justo-injusto, certo-errado, como se isso, por si, lhe conferisse racionalidade e objetividade. Foi dessa maneira que o Direito e o Processo evidenciaram uma dogmática ideológica.

Como alternativa a esta matriz ética antropocêntrica, propõe-se nesta pesquisa que as estruturas éticas e epistemológicas sejam voltadas ao ecocentrismo, que aloca os seres viventes como centro do pensar e do agir, conhecendo as inter-relações e interdependência ecossistêmica dos seres e elementos do planeta. Essa ética induz à integração do Ser e do Outro, já que tudo é natureza, inclusive o homem é natureza. Há, a partir da ética ecocêntrica, a incorporação do Outro, em sentido de alteridade, com o conhecimento, solidariedade, aceitação e incorporação do Ser e do Outro às construções operadas pela racionalidade. No ecocentrismo, há dimensão de existência do indivíduo, do conhecimento da coletividade e da importância operada pelo ambiente, este entendido como natureza e como inter-relação seres humanos-natureza, seres humanos-seres humanos.

O ecocentrismo, portanto, encontra suporte no conhecimento das interdependências, das

[120] Ailton Krenak argumenta que essas estruturas de poder são violentas e impõem ideologias, mantendo-se como se fossem estruturas da própria humanidade, quando, em verdade, nos desumanizam. No entanto, considerando o nível de alienação, Krenak afirma que está a ocorrer uma legitimação dessas decisões que nos oprimem: "nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser". (KRENAK, 2019, p. 13).

inter-relações e na necessidade de integração ecossistêmica. O aporte teórico para tanto decorre da Ecologia Profunda articulada por Arne Naess, que afirma a inter-relação homem-sociedade-natureza (NAESS, 1995). Faz-se um coro nesse sentido, havendo, nas mais diversas disciplinas o mesmo direcionamento compreensivo. Guattari (2012) acentua a existência de uma ética de multipolaridade eco-lógica, pela necessidade de territorialização dos seres humanos, das sociedades e dos ambientes em que todos co-habitem o "lócus" do Ser integrativo. Na mesma direção, Capra (2006) indica que a ecologia se faz por redes dentro de redes, indicando, assim, a noção de interdependência dos indivíduos, dos ambientes e das sociedades que se afetam mutuamente.

Leff desenvolveu a perspectiva alternativa de racionalidade ambiental, relacionando-a, portanto, com a ecologia. Sustenta que a ecologia é disciplina que trata das inter-relações no ambiente, sendo as relações processos entre sociedade-natureza, população-recursos, ambiente-desenvolvimento (LEFF, 2002). Partindo dessa perspectiva teórica da racionalidade ambiental ecológica desenvolvida por Leff, é que se avança no desenvolvimento da proposição de Processos Pluriversais apresentada nesta pesquisa. Parte-se, portanto, da premissa de que as relações são processos, havendo maior precisão se houver a compreensão de que as relações entre indivíduos, ambiente e coletividade devem ser processualizadas. E esta é a relação eco-lógica, em que se conhecem os sujeitos e o ambiente, com todas as suas relações e considerando-se os seres viventes em integralidade, como necessários legitimados aos Processos.

A conceituação de ecologia e racionalidade ambiental desenvolvidas por Leff não se basearam na concepção de Processo como garantia de direitos fundamentais e de direitos da natureza adotada também como diretriz teórica nesta pesquisa. Leff não quis, de modo proposital, tratar de Processo, mas acabou, em importante medida, sustentando a processualização das relações. Isso porque relações implicam em formulações decisórias.

Relações são redes sistêmicas de articulações e não há como as relações se verticalizarem e avançarem sem decisões, sobretudo em contextos coletivos[121]. Sejam relações comunitárias ou relações entre Estados e seus sujeitos, haverá um contexto relacional-decisório que precisa ser processualizado. Ou seja, imbrica-se ecologia e Processo, de modo que a ética

[121] A concepção sistêmica desenvolvida por Capra tem suporte nas organizações ecossistêmicas em rede, o que envolve as relações entre os seres viventes e o ambiente, tanto a nível social, quanto natural. Há um vínculo em rede que mantém a vida e que a ela dá suporte. Assim: "a ideia central dessa concepção sistêmica e unificada da vida é a de que o seu padrão básico de organização é a rede. Em todos os níveis de vida – desde as redes metabólicas dentro da célula até as teias alimentares dos ecossistemas e as redes de comunicações da sociedade humana -, os componentes dos sistemas vivos se interligam sob a forma de rede." (CAPRA, 2005, p. 267).

ecocêntrica precisa perpassar essa racionalidade ambiental, criando-se uma diretriz de relacionalidade sustentável a ser observada.

Infere-se, portanto, que a ética antropocêntrica foi incapaz de açambarcar os sujeitos e os seres viventes em sua integralidade, tendo ocorrido ruptura entre os sentidos de Eu e Outro, criando-se, desse modo, uma visão anômala, como se (alguns) humanos estivessem fora do ambiente e da natureza. Assim, acentua-se a necessidade de assunção de outra ética, que seja capaz de incorporar o conhecimento do Outro e de questionar, de modo crítico, acerca do lugar do Ser, do Outro e da natureza. Deve-se assumir uma ética capaz de promover a inserção crítica dos sujeitos nos processos, com questionamentos da realidade posta, a fim de que haja o desvelamento e desconstrução das estruturas e simbolismos criados por discursos e narrativas de poder.

A "Ética da Libertação" sustenta o amplo reconhecimento do Ser e do Outro como um novo tipo de racionalidade apta ao reconhecimento dos excluídos e vítimas do sistema, propondo que sejam todos reconhecidos e que se viabilize a participação dos excluídos, como sujeitos éticos, nos movimentos decisórios (DUSSEL, 2012). Propõe-se, portanto, que haja lugar de fala e de escuta, assim como de participação nas decisões, daqueles que o sistema mundo moderno ocidentalizado excluiu dos sistemas, operando-se esse conhecimento e inclusão por meio da razão ético-crítica.

Essa racionalidade ético-crítica parte, portanto, do conhecimento do Outro e compreende a igualdade dentro de critérios diferenciados. Assim, argumenta a existência de uma igualdade do direito à vida do Outro, o que se constitui como condição de possibilidade crítico-positiva. Trata-se, portanto, do reconhecimento de que as vítimas do sistema são (sobre)viventes e, assim, devem buscar a manutenção da vida por critérios de igualdade. De outro lado, a Ética da Libertação assume o princípio ético-crítico, a partir do aspecto negativo, que parte da compreensão de que há uma estrutura de seres (sobre)viventes do sistema que se reproduz e que reproduz a violência e vitimação do Outro. A partir dessa compreensão, deve-se avançar no sentido de reconhecer o Outro como vítima e de se assumir a responsabilidade ética de incorporá-lo e criar mecanismos de integração, o que se faz pela crítica e desvelamento do próprio sistema (DUSSEL, 2012).

A proposta ético-crítica quer alcançar uma ecologia ética. A via possível se perfaz pela crítica, a significar o questionamento do sistema e das não-verdades produtoras das vítimas. Assim, os processos de libertação e emancipação se constroem pela compreensão e conhecimento do lugar de cada um dentro do sistema posto, assim como da assunção de postura crítica capaz de criar alternativas libertárias de desenvolvimento da vida pela alteridade.

A ética-crítica deve ser capaz de permear comunidades, instituições e o sistema normativo, com base no conhecimento do Ser, do Outro e da natureza, em sentido integracional-ecológico, compondo, portanto, uma ecologia ética. Assim, como base ética fundante da proposição de Processos Pluriversais, aventa-se que a ética ecocêntrica apresenta-se como aderente a essa diretriz. Cumpre então, analisar a base fundante epistemológica decolonial apta a dar suporte aos conhecimentos que devem ser amplificados pela via da emancipação dos saberes ocultados pelo sistema colonial-moderno ocidentalizado.

7.1.2 Necessidade de reconstrução por meio de epistemologias decoloniais: por uma racionalidade ecológico-ambiental e diálogo processualizado dos saberes

O capítulo 3 desta pesquisa foi dedicado à análise das vertentes epistemológicas regenciadoras dos estudos acerca do conhecimento, de suas matrizes e métodos. Naquele ponto, afirmou-se existirem epistemologias tradicionais, de bases eurocêntricas, assim como, de outro lado, há epistemologias decoloniais, evocadoras do conhecimento das bases colonizantes do conhecimento, que vem sendo articulado para atendimento das estruturas de poder e, por isso, propõem alternativas emancipatórias.

A epistemologia, em uma perspectiva contemporânea, deve ter o condão de desvelar os juízos implícitos e que são formativos dos conhecimentos científicos, para que, sobre eles, seja possível operar-se a crítica. Isso porque a ciência e a tecnologia, assim como teorias, têm sido desenvolvidas de forma ideológica e dogmatizada, ante a exclusão de saberes a que julgam subalternos. Ou seja, a ciência tem se articulado como discurso de mão única, homogeneizante, desenvolvida de modo estratégico para atendimento a interesses específicos. A não neutralidade da ciência tem sido evidenciada e denunciada de modo recorrente. Partindo-se desse pressuposto, portanto, cumpre à epistemologia o papel de descontruir as estruturas de dominação estratégica que tem permeado as ciências e as técnicas, a fim de que haja explicitação das máculas e criação de alternativas hábeis a compreender os conhecimentos, incorporar meios de interlocução dos saberes e promover, assim, avanços a nível epistemológico.

A Modernidade trouxe consigo a visão eurocêntrica, que não passa de uma questão epistemológica. Quando os Estados Nacionais europeus se colocaram como centro civilizatório do mundo, impôs-se uma violência epistemológica pelo silenciamento de saberes dos povos não-europeus. Ou seja, a Europa não altera a geografia do mundo, mas opera dominação epistemológica incisiva de ideologias. Infere-se, nesse sentido, que, assim como o

antropocentrismo vincula-se à questão ética, o eurocentrismo vincula-se a premissas epistemológicas. E essas são faces da mesma moeda, havendo inevitável relacionalidade entre antropocentrismo e eurocentrismo.

O eurocentrismo cunhou conceitos e significações a partir de seus dogmas e interesses estratégicos e foi proposital o fato de se colocar a ciência como símbolo de conhecimento e de suposta objetividade, o que, de modo hipotético, lhe conferiria autoridade de dicção do saber sobreposto e de matriz dominante. Isso justifica o argumento de que a ciência fora usada como técnica de dominação (JAPIASSU, 1977), assim como evidenciou-se a relação entre conhecimento e poder (FOUCAULT, 2014). Foi a partir dessa detecção que Foucault afirmou que a episteme (conhecimento) se transmudou para "dispositivos", compreendendo-os como técnicas, normas e diretrizes voltadas à manipulação, dominação e manutenção de estruturas de poder.

Essa vertente de conhecimentos e formulações científicas dogmatizantes, que preterem outros saberes e partem de discursos hegemônicos, acabou por se capilarizar e permeou, desse modo, formulações políticas, econômicas, sociais e jurídicas. E, assim, o Direito e o Processo não foram poupados e acabaram sofrendo os influxos antropocêntricos e eurocêntricos, conforme se evidenciou no item 5 desta tese.

As Teorias Processuais desenvolvidas, sobretudo a partir da Modernidade, embora tenham operado um discurso no sentido da necessidade de participação das partes na formação das decisões, acabaram por se perfazer como simulacros. Isso porque, na prática, a participação não se fez de modo efetivo e acabou por colocar as autoridades estatais em posição diferenciada e de sobreposição aos demais sujeitos processuais. De outro lado, há em determinados procedimentos exigências de que haja representação por meio dos "representantes adequados", que operam como porta-vozes, mas nem sempre representam, de modo íntegro, os efetivos interesses de seus representados. Um problema que decorre dessa participação performática é a dogmatização ou ideologização do próprio Processo, na medida que aqueles que sofrerão os efeitos da decisão precisam participar, a fim de que haja legitimidade decisória. E, mais que isso, o conhecimento só se amplifica e legitima pelo diálogo. Mitigar o diálogo, a participação e cindir o conhecimento chancelam os espaços dogmatizados como lócus ideologizado de dominação.

Há, nas epistemologias decoloniais, a demonstração acerca da necessidade de **conscientização**, a fim de que se viabilize a emancipação daqueles subjugados pelas estruturas dominantes. Freire acentua a conscientização como via emancipatória, o que se faz por meio da crítica, assim entendida como questionamento e aferição dos sistemas, com reconhecimento

das opressões existentes (FREIRE, 2019). A "Ética da Libertação" desenvolvida por Dussel (2012) também indica a conscientização sobre a ética do sistema como ponto fulcral (DUSSEL). Assim, sustenta o reconhecimento das assimetrias dos sujeitos como prática crítica de desvelamento das dominações operadas. Propôs-se, desse modo, o desenvolvimento de uma racionalidade ético-crítica que reconheça os excluídos como vítimas do sistema e que desvele os mecanismos e engrenagens do sistema produtor da morte da dignidade dessas vítimas. Como alternativa, a Teoria da Libertação aponta a necessidade de ampliação dos diálogos entre as ciências e saberes das comunidades, criando-se, assim, uma consciência crítica-cotidiana e ilustrada, a partir da qual se viabilizará a construção de saberes pela autorreferencialidade dos sujeitos visando a ampliações das participações democráticas.

Assim, infere-se que a conscientização, que se opera pela crítica, pela compreensão de que os indivíduos precisam questionar os sistemas e estruturas de dominação postas, é a via de racionalização pretendida para desvencilhamento das amarras opressoras e ocultadoras dos juízos construtivos dos conhecimentos impostos.

Há, portanto, que se decolonizar o saber imposto pelas estruturas de poder, o que Quijano (2019, p. 116) nomeia de "giro decolonial", afirmando, assim, que a decolonialidade tem fundamento epistemológico. Há que se romper pela racionalidade crítica os conhecimentos construídos a partir de visões hegemônicas e totalizadoras e que redundam, de modo inevitável, em formulações políticas e econômicas para atendimento de interesses dominantes, assim como deformam as identidades dos sujeitos (subjetividades) e corrompem a formação de conhecimento.

A tese que ora se desenvolve, a partir da epistemologia e da racionalidade ambiental criadas por Leff, oferta uma proposição de Processos Pluriversais, para que, de modo efetivo, haja ganhos democráticos e consolidação das metacidadanias.

A epistemologia ambiental decorre do entendimento de que a produção dos conhecimentos deve ser perfazer, sobretudo, pelas articulações dialógicas interdisciplinares e transdisciplinares, assim como do conhecimento e aceitação de diálogos com saberes originários e tradicionais. Devem-se romper as barreiras e limites do que se consideram conhecimentos universalizantes e hegemônicos, garantindo-se a abertura à produção de diálogos com conhecimentos e saberes não institucionalizados, mas dotados de legitimidade, como são os saberes originários e tradicionais.

Nesse sentido, a racionalidade ambiental surge como alternativa e como resistência à racionalidade econômica capitalista de superexploração dos sujeitos, da natureza e do conhecimento. Além disso, a racionalidade ambiental se perfaz como contraponto à

homogeneização dos saberes e à totalização das compreensões. Ao contrário, essa racionalidade desenvolve-se pela integração de saberes dos sujeitos, sejam científicos ou saberes originários e tradicionais. Compõe-se, portanto, de uma racionalidade formada pela heterogeneidade dos saberes legitimadores dos processos sociais de transformação e emancipação, ao mesmo tempo em que busca a integração dos seres humanos à natureza e ao ambiente, ante sua interdependência ecossistêmica. Essa racionalidade ambiental, portanto, vincula-se de modo direto e inevitável à conscientização ecológica.

A ecologia abarca uma tridimensionalidade dinâmica, na medida em que possui como premissa a existência e inter-relação integracional entre indivíduos, coletividade e ambiente, que possuem interdependência ecossistêmica. Tratam-se de relações complexas, dinâmicas, que permeiam, inclusive, as dimensões sociais. Por isso, o ambiente não deve ser entendido como lugar, mas sim como âmbito de relacionalidade, em que se opera a compreensão da dimensão ética do Outro (outro indivíduo ou natureza).

E assim, se o Processo permeia a vida por meio de construção de soluções para essas inter-relações que se formam, há que se considerar que o Processo precisa operar, como garantia de direitos, a partir da dimensão ecologizada, em que se consideram os indivíduos, a coletividade e ambiente. A relação, portanto, entre Processo e ecologia é inevitável, dentro de uma perspectiva que se pretenda democrática e ampliativa das metacidadanias. Nesse sentido, visando a incorporação de uma dimensão ecológica aos processos decisórios, sejam a que nível for, os diálogos de saberes devem se evidenciar como formativos de racionalidade ambiental apta a criar o ambiente necessário à configuração democrática.

O "Diálogo de Saberes" parte da racionalidade ambiental como diretriz epistêmica, acentuando a necessidade de que os conhecimentos científicos ou não-científicos sejam vias de aferição crítica para ampliação dos saberes (LEFF, 2006). Essa racionalidade incorpora a ética da outridade como política de aceitação das diferenças e das assimetrias. Há no "Diálogo de Saberes" uma clara oposição às pretensões de caráter universalista e ao monismo epistemológico, propondo-se, assim, o conhecimento e abertura às diversidades ontológicas, que visam integrar o Outro e a natureza.

Nessa mesma linha de entendimento, Boaventura de Sousa Santos propõe a Ecologia de Saberes, que parte do reconhecimento de múltiplos e diversos saberes, que podem convergir ou não para o mesmo sentido, assim como saberes compatíveis ou oposicionais. O que Santos argumenta é que esses saberes precisam ser considerados para a construção de conhecimentos ampliados como discursos de resistência contra a opressão, a partir da participação dos sujeitos em pluralismo, havendo, desse modo, o encaminhamento para a decolonização do

conhecimento (SANTOS, 2019b).

Como base fundante dos Processos Pluriversais deve-se observar que a epistemologia, por decorrer da aferição formativa e metodológica do conhecimento, faz-se imperiosa para a compreensão de que a produção dos saberes é interprocessual e ecológica, devendo abarcar ampliação dos diálogos inter-relacionais e integrativos pela dimensão indivíduos-coletividade-ambiente. Para essa configuração Pluriversal, portanto, deve haver a participação efetiva – e não performática – dos sujeitos que serão afetados pela decisão, sob pena de ideologização dos Processos e de manutenção das vias hegemônicas e totalizantes de estruturas de poder. O que se busca por meio dos Processos Pluriversais é decolonizar. Decolonizar pelo exercício crítico-racional-ecológico-processualizado que leve à incorporação dos sujeitos e do ambiente à própria decisão sobre suas vidas e que, assim, lhe confira a necessária legitimidade.

7.1.3 Sustentabilidade como base dos Processos Pluriversais

Como base fundante dos Processos Pluriversais, há que se reforçar a sustentabilidade como diretriz, na medida em que esta pressupõe, de modo inarredável, a conexão entre os seres viventes e elementos do planeta, conhecendo os limites da natureza em sua finitude a exigir o controle entrópico. Há que se reforçar ainda que a sustentabilidade exige vínculo de solidariedade entre os seres humanos e a natureza, por serem os humanos parte da natureza, ou melhor, os humanos são natureza. A redundância na fala que aqui se desenvolveu foi proposital, com o objetivo de reforçar a integridade da natureza, compreensão esta afastada por discursos e narrativas econômicas estratégicas. A sustentabilidade compõe-se, portanto, da integridade e interconexão inescusável entre seres humanos, ambiente e coletividade, de bases ecológicas, portanto. Opera-se uma absoluta imbricação entre os seres viventes e elementos da natureza, compondo-se o ambiente de suas relações ecossistêmicas, inclusive as sociais.

Não por acaso, Leff (2021) sustenta que a base de construção das sociedades sustentáveis é a democracia, na medida em que a democracia exige que as decisões sejam formadas pela participação de todos os que serão afetados, ou seja, de todos os interessados. Em uma perspectiva ecológica e, portanto, sustentável, todos (todos em dimensão ampla, compondo seres viventes e elementos do planeta) aqueles que serão afetados, devem ter direito de participação, dentro de uma vertente de diálogo dos saberes. O diálogo dos saberes, conforme já exposto, confere dicção a saberes externados pelos povos originários, pelos povos tradicionais e pelas formulações teórico-científicas. Há ampliação para que as mais diversas e plurais formas de construção dos conhecimentos sejam conhecidas, incorporadas e devem

permear, portanto, as elaborações decisórias nos mais diversos ambientes, sejam nos âmbitos estatais ou comunitários.

A compreensão de democracia, nesse caso, incorpora não apenas o governo do povo, abarcando um dimensionamento alinhado a premissas de sustentabilidade e ecologia, cabendo então, nesse contexto, tanto os seres humanos, quando os demais seres viventes e natureza. Aliado a isto, infere-se que a própria compreensão de sujeitos de direitos e de legitimados ao processo precisa ser ressignificada no sentido de ampliação, a fim de que sejam incorporadas diretrizes éticas ecocêntricas e que se viabilizem epistemologias decoloniais e emancipatórias.

Importante destacar que a concepção de sustentabilidade precisa ser aferida do ponto de vista ecológico, assim como do ponto de vista econômico. Desse modo, a "eco-logia" parte da formulação integracional entre os seres humanos, a coletividade e o ambiente, dentro de uma matriz de relações de interdependência ecossistêmica. Já a "eco-nomia", decorre de uma prática de gestão da casa, como organização normativa do ambiente. Ou seja, a economia é disciplina que se constrói como dispositivo humano de controle e dominação dos sujeitos, assim como das instituições, estruturas e dos conhecimentos.

O "homo economicus" é um ser individualista, que age de acordo com seus interesses utilitaristas, baseados em cálculos, métricas, metas, lucros e com vista à acumulação de bens. O que dá guarida ao "homo economicus" como regente das estruturas econômicas são as normas que ele mesmo elabora, de modo estratégico e voltado a seus interesses. Assim, infere-se que a há uma ética e uma racionalidade nessa formulação, sendo, portanto, uma racionalidade econômica instrumental, alocadora da natureza como recurso ilimitada e servil aos seres humanos, como se esta natureza ilimitada fosse.

Evidencia-se, desse modo, uma vez mais, os influxos que os sistemas econômicos exercem sobre os ecossistemas, havendo entre eles uma permeabilidade que, a depender da racionalidade que se opere sobre essa relação, poderá levar para o desenvolvimento sustentável, este de lógica econômica, ou para a sustentabilidade, vincada em uma racionalidade ambiental.

Assim, o desenvolvimento sustentável decorre do discurso ideológico de proteção ambiental para a presente e para as futuras gerações. Nesse ponto, o cerne dessa proteção é o ser humano, em sua dimensão antropocentrada. O discurso não se amplia para abarcar o sujeitamento dos demais seres viventes e uma proteção efetiva, já que a natureza continua a ser vista, nesse contexto, como mero recurso econômico. Tanto é assim, que a articulação da narrativa de desenvolvimento sustentável se acopla à defesa e à busca de crescimento econômico, sendo a base desse crescimento o uso da natureza como recurso, demonstrando-se a vertente mecanicista que o compõe. Não há, por parte dessa matriz de desenvolvimento

sustentável, qualquer aferição a respeito dos limites da natureza. Ao contrário, oculta-se qualquer questionamento nesse sentido, para que haja a continuidade dos processos degradatórios dissimulados de necessária obtenção de recursos, que, no entanto, continuam sendo acumulados em nome do suposto desenvolvimento, que é econômico.

A fim de que se viabilize a implementação de uma racionalidade ambiental, voltada à efetiva sustentabilidade, há que se caminhar para a alternativa da Ecologia Política, desenvolvida por Leff. Essa proposta incorpora uma atuação pela via da governança multiatores, em que se ampliam as vias de participação nas formulações decisórias, baseadas no diálogo de saberes (LEFF, 2021). A governança ampliada pela autogestão e autodeterminação dos sujeitos opera uma quebra de paradigma e alternativa frente à governança mercadológica eficientista neoliberal[122], que busca o atendimento aos interesses do mercado, fazendo uma ode à acumulação e ao lucro acima dos direitos dos seres humanos e da natureza.

A Ecologia Política destaca a natureza como base da sustentabilidade e não como recurso consumível, pelo que deve, assim ser reapropriada e colocada em seu lugar de integração e conexão com os seres humanos. Assim, há uma proposta de desconstrução da racionalidade tecnoeconômica, para dar lugar à construção de espaços em que os saberes se formulem pelos diálogos imbuídos do propósito de conhecimento das diversidades e pluralismos, promovendo, desse modo, uma formulação ecológico-integracional em que seres humanos e natureza se permeiem e se conheçam dentro de uma perspectiva ontológica de alteridade.

Já se destacou que os seres humanos são natureza. Desse modo, quando se provoca uma cisão ou deslocamento do homem para fora da natureza e acima desta, criando uma visão objetificada desta mesma natureza, promove-se uma desterritorialização. O homem desaloja-se do seu legítimo lugar, assim como se marginaliza a natureza. É esse o risco velado pelas estruturas de dominação articuladoras da racionalidade econômica, que manipulam os conhecimentos e esvaziam o homem de sua matriz participativa, criando normatividades dogmatizadas e deslocadas, portanto, das bases de democraticidade.

A incomensurabilidade na natureza precisa ser evidenciada, de modo a conscientizar os sujeitos acerca da necessidade de descrescimento da economia neoliberal contemporânea. Há que se buscar o desvelamento dos discursos de dominação, que criam dispositivos estratégicos

[122] Conforme afirmam Nunes e Paolinelli (2021, p. 16): “enquanto as diretrizes neoliberais de eficiência (retórica) e de produtividade predominarem nos pleitos de reforma processual para a implementação de tecnologia, invisibilizando fatores da realidade empírica brasileira, o direito fundamental de acesso à justiça não poderá ser implementado em sua tônica redistributiva e equalizadora das disparidades que atormentam judiciário nacional. O devido processo não se implementará enquanto fator de correção de assimetrias e superação de desigualdades”.

para que cidadãos se vejam como consumidores ávidos e insaciáveis e que, portanto, estejam alienados a ponto de desconsiderar que os limites da natureza e os riscos de autoextermínio da espécie humana.

A base dos Processos Pluriversais se aloca-se, portanto, dentro de uma matriz de sustentabilidade como condição de vida integracional entre os seres do planeta, e que coloque a conscientização como prática a partir da crítica aos sistemas (im)postos[123]. Há, de modo necessário, que se internalizar a necessidade de conhecimento da finitude da natureza, promovendo-se, assim, um controle entrópico. Comunidades sustentáveis se fazem por vínculos de solidariedade e pela democracia, chancelada pelo conhecimento da natureza como sujeito de direitos e como legitimada aos processos, o que evidencia uma reconfiguração de racionalidade pela incorporação de diversidades e pluralismos.

7.1.4 Pluralismo jurídico-processual

A Modernidade implicou na formação de modelos hegemônicos e padronizações estanques, que repercutiram na forma de gestão dos Estados, assim como nos sistemas jurídicos que se amoldaram a uma estrutura monista do Direito. Ou seja, o Direito foi sendo desenvolvido por autoridades vinculadas ao Estado ou por autoridades acadêmicas, que assim o vem fazendo dentro de uma vertente epistemológica centralista e modulada pelos anseios estatais. As leis são elaboradas pelo Estado, dentro de uma racionalidade formalista, para que dele emanem os referenciais normativos. Assim, as diretrizes são ditadas por esta via como única fonte possível e supostamente legítima de construção das decisões normativas. Com isso, matrizes étnico-culturais diversas que tenham suas próprias formas de sistematização, organização e aplicação das regras, dentro das peculiaridades que lhes são inerentes, são consideradas não-formais e, portanto, são invisibilizadas, o que reforça o argumento acerca da imposição do monismo jurídico como única via de reconhecimento.

Aventa-se, portanto, que a centralização estatal sirva como estratégia de controle e de formatação dos sistemas jurídicos, de modo a direcioná-los ao sentido que lhes convém como

[123] Nesta tese ao se referir a *sistemas*, adota-se a Teoria Sistêmica formulada por Fritjof Capra (2006, p. 46-47), que assim a enfatiza: "na mudança do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico, a relação entre as partes e o todo foi invertida. A ciência cartesiana acreditava que em qualquer sistema complexo o comportamento do todo podia ser analisado em termos das propriedades de suas partes. A ciência sistêmica mostra que os sistemas vivos não podem ser compreendidos por meio de análise. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior. Desse modo, o pensamento sistêmico é pensamento 'contextual'; e, uma vez que explicar coisas considerando o seu contexto significa explicá-las considerando o seu maio ambiente, também podemos dizer que todo pensamento sistêmico é pensamento ambientalista".

estrutura de poder. Logo, para legitimação exige-se que os sistemas jurídicos sejam ditados pelos Estados e que decisões sejam tomadas também por essa estrutura. Isso apregoa uma sujeição dos indivíduos, pelo que Derridá (2007) já dizia da força de lei pela violência, assim como Melgarito (2020) evidenciou essa sujeição impositiva pela necessária mediação estatal a conferir legitimidade às decisões.

As formulações dos sistemas jurídicos de modo centralizado são formas de controle operado, para fins de direcionamento de manutenção dos núcleos de dominação, assim como para ocultação ou silenciamento de narrativas diversas e plurais que, de modo descentralizado e fora das amarras hegemônicas, ofertem alternativas de formulação de decisões ou de solução de controvérsias.

Essa opacização de alternativas sistêmicas redunda em formações ideológicas e dogmáticas, na medida em que deixam de incluir nos discursos as narrativas diversas e plurais. Excluem-se sujeitos, grupos minoritários, comunidades e movimentos sociais de terem seus saberes e pleitos evidenciados, assim como simulam a participação de outros grupos que, apesar de parecerem representados, sofrem das máculas da sub-representação ante a ausência de sintonia dos interesses. Por isso, fala-se na existência de uma crise de representação nos âmbitos estatais. A ideologia e o dogmatismo decorrem da limitação dos diálogos nas construções de saberes e decisões. Por isso, o monismo jurídico não passa de artifício de reprodução de ideologias.

Wolkmer (2015) aponta que essa centralidade e dicção única e hegemônica na formulação dos sistemas jurídicos, por meio do silenciamento de sistemas originários e tradicionais não estatais, ou não oficiais, é terreno fértil para a criação dos dogmas. Esse escondimento das vozes diversas e plurais não se faz em vão e decorre de técnica estratégica de manutenção das dominâncias burguesas, alimentadas mais e mais pelos ditames do capitalismo, o que, de modo inevitável, se descola das matrizes democráticas, o que já foi denunciado por Correas (1993).

Para se promover ruptura com a totalização do poder e a quebra do engessamento dos saberes pela reprodução unidirecional e acentuada de diretrizes de conhecimento, há como alternativa o Pluralismo Jurídico, que traz consigo diversas matizes e perspectivas várias de compreensão, o que será verificado sob a perspectiva do estudo realizado por Sara Araújo (2021). De todo modo, importante salientar que a base fundante do Pluralismo Jurídico é o conhecimento da existência de outros sistemas jurídicos decorrentes da interculturalidade, assim como a necessidade de se conhecer que tais sistemas precisam ser tidos como legítimos e servem como alternativa aos sistemas estatais (im)postos.

Foi por isso que Boaventura Sousa Santos inferiu que o Pluralismo Jurídico tem como ponto de partida o reconhecimento da existência de uma lacuna epistemológica, de uma crise do conhecimento, que se reproduziu, inclusive, na construção e desenvolvimento do Direito. Assim, argumenta que as epistemologias do sul-global foram marginalizadas pela colonialidade impositiva de seus processos civilizatórios (SANTOS, 2019b). Criaram-se, desse modo, as linhas abissais que, de um lado, alocaram os conhecimentos e diretrizes normativas eurocentrados e as colocaram sob pedestal. De outro lado, às margens, sucumbem as perspectivas de conhecimentos dos povos não-europeus, sobretudo aqueles do sul-global, negligenciados em seus desenvolvimentos étnicos e culturais. Por isso, Santos (2021) analisa que há dificuldade para ações emancipatórias e inclusivas de outras narrativas ou discursos vincados em diversidades e pluralismos, pelo que sustenta haver um epistemicídio.

Ainda de acordo com Santos, essas linhas abissais produzem o que chama de sociologia das ausências, produtora de violências ante a imposição de uma suposta superioridade técnica dos sistemas jurídicos produzidos pela Modernidade como projeto civilizador, capitalista e patriarcal. A alternativa sustentada por Santos é o desenvolvimento da sociologia das emergências, a se viabilizar por processos emancipatórios de transformação social pelo reconhecimento e aceitação de sistemas jurídicos construídos fora do marco epistemológico da Modernidade (SANTOS, 2019a).

A uniformização, a busca por homogeneidade e controle são marcas do constitucionalismo moderno, que busca delinear as configurações e estruturas do Estado e do Direito. E, assim, a respeito da inter-relação entre Estado e Direito, Sara Araújo (2021) desenvolveu estudos no sentido de demonstrar que houve vertentes diversas das compreensões de Pluralismo Jurídico, que se performou com os seguintes enfoques: 1) Pluralismo Jurídico clássico; 2) novo pluralismo Jurídico; 3) Pluralismo Jurídico global; 4) Pluralismo Jurídico instrumental e 5) Pluralismo Jurídico intercultural.

Com relação ao pluralismo jurídico clássico, acentua que o centralismo estatal promoveu linha abissal ensejadora da desumanização dos sujeitos, ante a negativa dos saberes jurídicos diversos e plurais, descolados nas matrizes colonizantes e ocidentalizadas eurocêntricas. Araújo alerta, no entanto, que o Pluralismo Jurídico clássico propôs o reconhecimento do Pluralismo Jurídico sem que, no entanto, houvesse, de fato, a incorporação de diretrizes pluralistas ao Direito nesse contexto. Argumenta que houve o reconhecimento e mera classificação de sistemas jurídicos diversos e plurais como tais, sem que estes fossem efetivados ou incorporados para fins de criação de novas diretrizes amplas e em grau de diversidade, o que, ao final, somente reforçou as desigualdades, a partir da criação de

hierarquias normativas (ARAÚJO, 2021).

Acerca do novo Pluralismo Jurídico, Araújo aponta seu desenvolvimento a partir da década de 1970, quando Boaventura de Sousa Santos e Marc Galanter evidenciaram a amplitude dessa diretriz para além de sua formação colonial e pós-colonial, afirmando, nesse sentido, que existe em todas as sociedades uma quebra do pluralismo, sobretudo em razão das diferenças etnográficas não incorporadas aos ordenamentos. Assim, houve a percepção de um pluralismo jurídico débil, assentado sob o estigma do reconhecimento, mas não incorporação efetiva das diversidades. Evidenciou-se também a existência do pluralismo jurídico forte, assim entendido como aquele que decorre do reconhecimento de sistemas jurídicos diversos, que coexistem e são incorporados às práticas, de modo independente da aceitação ou não pelas estruturas estatais. Uma outra evidência do novo Pluralismo Jurídico foi a aposta e estímulo a técnicas alternativas de solução de conflitos, a exemplo da mediação, conciliação e arbitragem (ARAÚJO, 2021).

Outro momento importante fica evidenciado no enfoque do Pluralismo Jurídico global. A ocasião da globalização, de modo inevitável, repercutiu em todos os níveis, sendo políticos, econômicos, sociais e jurídicos, criando abrangências de sistemas normativos a nível estatal, transnacional e nas mais variadas formas, já que os limites geográficos foram rompidos e assumiu-se uma perspectiva relacional super abrangente e dinâmica. Desse modo, o centralismo jurídico perde força, a partir das transformações que colocaram em xeque, inclusive, as soberanias dos Estados. O neoliberalismo, desse modo, inseriu ainda mais complexidade a essas relações, aumentando a medida ideológica denunciada pela sociologia das ausências (SANTOS, 2019a), já que deslocou os preceitos democráticos, diante do paradigma justificador de sua própria existência: o atendimento inexorável aos interesses do mercado. Assim, os sistemas jurídicos se curvam à tecnocracia e passam a operar como mero artifício tecnológico para servir ao capitalismo na dinâmica global (ARAÚJO, 2021).

No tocante ao Pluralismo Jurídico instrumental, limita-se ao reconhecimento de sistemas jurídicos não formais e fora das estruturas e formulações estatais, mas limite-se a isso, reforçando, portanto, as pretensões hegemônicas dos sistemas normativos dos Estados (ARAÚJO, 2021).

Por último, temos o Pluralismo Jurídico intercultural, também conhecido como pluralismo desde abaixo, tendo como principais referências os modelos de formação dos Estados Plurinacionais do Equador (2008) e Bolívia (2009), que trouxeram uma formulação por diálogos entre os mais diversos grupos da sociedade, incluindo povos originários e tradicionais nas Assembleias Constituintes. Apesar disso, Araújo oferta crítica ao afirmar que

esses processos, embora tenham representado avanço na perspectiva do pluralismo, acabaram, na prática por serem entregues, uma vez mais, às elites políticas, mantendo estruturas de poder eurocêntricas e atendendo a ditames internacionais (ARAÚJO, 2021).

Boaventura de Sousa Santos, ao falar sobre o direito de Pasárgada[124], explica que dentro do paradigma estatal formou-se um sistema jurídico paralelo, mas funcional, dentro da estrutura informal e sem rigidez de Pasárgada. Desse modo, realizou pesquisa empírica para, além de outros objetivos, traçar um paralelo entre o espaço retórico do direito no contexto de Pasárgada e o direito formalista estatal. Percebeu, nesse contexto, o escasso uso de leis e uma amplitude do espaço retórico em Pasárgada, já que ali opera-se com alta informalidade. Com isso, o modelo decisório é o da mediação. Em razão da indemarcação de objeto das demandas, as questões a serem resolvidas não se fixam com rigidez e nem definitividade. Não há em Pasárgada uma divisão das atribuições para formação das decisões, com baixo nível de institucionalização ou padronização, sem controle dos papéis de cada um dos interessados. Ainda assim, considerando que há um sistema decisional paralelo ao estado e que funciona naquele recinto, Boaventura de Sousa Santos (2014, p. 47-48) inferiu: "pressupõe-se, desse modo, que, no mesmo espaço geopolítico, neste caso o Estado-nação brasileiro, haja mais do que um direito ou ordem jurídica. Mais concretamente, pressupõe-se que o direito de Pasárgada seja um autêntico direito". Há pluralismo jurídico em Pasárgada.

Portanto, há um avançar a partir do conhecimento da existência de outros sistemas jurídicos, para além dos estatais. Isso faz com que haja abertura a matrizes pluriculturais e abertura de espaços de conhecimentos étnicos diversos, que se vincam como sistemas legítimos de produção decisória, apesar das inexigências de formalismos. O que o Pluralismo Jurídico coloca em voga é a necessidade de "conhecimento" e "cons-ciência" de sujeitos e sistemas alternativos aptos a formular decisões dentro de suas bases formativas de saberes e vincados em desenvolvimentos ontológicos e epistemológicos próprios.

Essa afirmação é reforçada pelo desenvolvimento realizado por Raquel Fajardo, ao elaborar estudo verticalizado sobre os ciclos do constitucionalismo pluralista demonstrando, de modo progressivo, como se deu o reconhecimento dos povos indígenas em suas diretrizes de

[124] Na década de 70, Boaventura de Sousa Santos veio para o Brasil realizar pesquisa empírico, por ocasião do desenvolvimento de sua tese de doutoramento. Assim, fixou-se no Rio de Janeiro, no local que se conhece como complexo do Jacarezinho. E, para fins de manter em anonimato os dados, em sua apresentação colocou o nome fictício de Pasárgada. Ele explica: "Pasárgada é o nome fictício de uma favela no Rio de Janeiro. Devido à inacessibilidade estrutural do sistema jurídico estatal e, sobretudo, ao caráter ilegal das favelas como bairros urbanos, as classes populares que aí vivem concebem estratégias adaptativas com o objetivo de garantir o ordenamento social mínimo das relações comunitárias. Uma dessas estratégias envolve a criação de uma ordem jurídica interna, paralela (e, por vezes, oposta) à ordem jurídica oficial do Estado" (SANTOS, 2014, p. 90).

jurisdição alternativa e de um dimensionamento participativo na formação de sistemas jurídicos plurinacionais, a exemplo do ocorrido no novo constitucionalismo latino-americano do Equador e Bolívia. Assim, Fajardo indica que houve, na década de 80, o ciclo do constitucionalismo multicultural caracterizado pela emergência das discussões acerca dos direitos dos povos indígenas, em que se colocou em voga a identidade cultural desses povos. Houve a inserção desses direitos em diversas Constituições de bases democráticas, a exemplo do Brasil, Canadá, Guatemala e Nicarágua[125]. Já o segundo ciclo de desenvolvimento ocorreu nos anos 90 e foi marcado pelo Convênio n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir do qual se reconheceu a pluriculturalidade e pluralismo jurídico dos povos indígenas. O terceiro ciclo, por sua vez, consagra o Constitucionalismo Pluralista, a partir do qual os povos indígenas são assumidos como povos nacionais originários e, desse modo, acabam por participar das formulações do Estados Plurinacionais, como um projeto decolonizador e, sobretudo, de reconhecimento da jurisdição indígena (FAJARDO, 2015).

No tocante à Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cumpre destacar que há previsão de se formularem os "protocolos de consulta prévia", que servem para verificar como os povos indígenas e comunidades tradicionais tomam suas decisões, verificando-se ainda como gostariam de ser consultados e se posicionar sobre as decisões estatais que possam afetar suas vidas e seus direitos. Trata-se de possibilidade de ampliação da participação por meio dos diálogos interculturais, que buscam levar em conta as diversidades.

No Brasil, o Decreto Presidencial n. 5051/2004 acolheu a realização das consultas prévias, o que vem sendo providenciado pelo Ministério Público Federal, que já realizou a consulta a diversas comunidades indígenas e tradicionais, a exemplo das povos Oiapoque, Yanomami, Krenak, Wajãpi, Xingu, Juruna, Munduruku, Comunidade Montanha e Mangabal, Comunidades quilombolas Ribeirinhas Pimentel e São Francisco, Povos ciganos Etnia Calon, entre outros[126]. A previsão de consultas prévias a comunidades indígenas e tradicionais tem o objetivo de reconhecimento multiétnico e multicultural, para acolher referidas comunidades em suas especificidades decisórias. Essa é a narrativa, a justificativa de realização das mesmas.

No entanto, o que se infere é que, na prática, embora os protocolos sejam formalizados, acabam tendo pouca (ou nenhuma) efetividade e essas comunidades continuam marginalizadas

[125] Fajardo explica que a Constituição do Canadá, de 1982, foi a primeira a reconhecer a herança multicultural e, assim, incorporar os direitos dos aborígenes. A Guatemala, em 1985 e a Nicarágua, em 1987, também acentuaram sua formação multiétnica e multicultural (FAJARDO, 2015).

[126] Todos os protocolos de consulta prévia realizados pelo Ministério Público Federal do Brasil estão disponíveis no site institucional: www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta.

e violentadas, na medida em que a última palavra permanece no controle das estruturas de poder (im)postas [127]. Ou seja, a participação preconizada normativamente permanece a nível performático e ficcional, como vem se evidenciando ao longo desta pesquisa. Isso porque as bases procedimentais para formulações decisórias continuam tendo como matriz as teorizações moderno-cartesianas, não existindo diretriz propositiva que oferte diretriz alternativa, de bases ético-epistêmicas, capazes de delinear uma perspectiva processual que contemple as diversidades, pluralismos, que reconheça as assimetrias e que seja apta à emancipação pela crítica. É isso que pretende ofertar a vertente de Processos Pluriversais que aqui se busca delinear.

Compreendido, portanto, o contexto que abarca as dimensões do Pluralismo Jurídico, faz-se necessário avançar para analisar e formular uma proposição de Processos Pluriversais, cumprindo, então, analisar suas bases legitimantes.

7.2 Bases legitimantes dos Processos Pluriversais

Assim como já foram apresentadas as bases fundantes dos Processos Pluriversais, cumpre averiguar quais são as suas bases legitimantes, assim entendidas como as premissas que, de modo efetivo, dão contornos aos Processos Pluriversais. Essa base legitimante decorre da observância às proposições democráticas, a partir da construção de decisões pautadas nos diálogos de saberes aptos a criarem espaços agregadores de diversidades e pluralismos pela via da complementaridade, resultando, desse modo, na construção discursiva crítico-formativa para garantir o contraditório como complementaridade.

7.2.1 Da cognição à cons-ciência a partir da razão crítico-discursiva: inserção crítica do sujeito no Processo e a necessidade de ecoalfabetização

A construção dos conhecimentos deve ser promovida para que haja efetiva possibilidade

[127] Davi Kopenawa, indígena Yanomami, junto com Bruce Albert, denunciam toda a violência sofrida por sua comunidade, sobretudo em razão do garimpo ilegal em suas terras. A obra "A queda do Céu" traz a narrativa de Kopenawa acerca das atrocidades sofridas pelo seu povo. Na introdução do livro, Eduardo viveiros relata: "as invasões das terras dos Yanomami por garimpeiros – e suas consequências em termos de epidemias, estupros, assassinatos, envenenamento dos rios, esgotamento da caça, destruição das bases materiais e dos fundamentos morais da economia indígena [...]. No mesmo dia em que escrevo este parágrafo (7 de maio de 2015), leio a notícia de que uma 'organização criminosa de extração de ouro' em território Yanomami, que movimentou cerca de 1 bilhão de reais nos últimos dois anos, foi desmantelada pela Polícia Federal [...]. o esquema tinha a participação de servidores públicos locais - entre eles, funcionários da FUNAI -, intermediação de joalherias das grandes cidades da Amazônia e financiamento por 'empresários do ramo localizados, principalmente, em São Paulo'." (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 21-22)

de configuração dos Processos Pluriversais, na medida em que os saberes amplificados e compartilhados em suas diferenças viabilizam a participação emancipatória, para fins de decolonização. Desse modo, deve-se analisar acerca da construção do conhecimento, além de se verificar as premissas da cognição processual pluriversal como alternativa à performática cognição procedimental elaborada pelas teorias do processo moderno-cartesianas.

7.2.1.1 Da construção do conhecimento

Há uma dimensionalidade múltipla e dinâmica no sentido da *cognição*, que pode ser entendida como atividade e como produto mesmo dessa atividade de conhecer. Nesse contexto, trata-se a cognição de um processo em que o ser humano, por meio de observações, estímulos e exercícios operativos de seus sentidos cerebrais, espirituais e culturais apreendem de modo elaborativo a partir de situações e sensações que lhe são postas. Por isso mesmo, afirma-se que "a vida não é viável nem possível de ser vivida sem conhecimento" (MORIN, 2015b, p. 224). Um ser que não incorpora e agrega conhecimentos, que não aprende e apreende, vê-se desarticulado de suas ações e, de outro lado, a partir da cognição os humanos evoluem em suas construções lógico-representativas, em seus discursos, relações, pensamentos e consciência, tratando-se, portanto, de atividade complexa a gerar produtos igualmente complexos.

Morin afirma que a cognição humana se perfaz a partir da "inerência-separação-comunicação". A inerência trata-se do sentido de pertencimento ao mundo, viabilizando percepções múltiplas a serem experimentadas. O oposto da inerência é separação. E não parece possível o processo cognitivo desvinculado do mundo a se perceber-experimentar-conhecer. Ao mesmo tempo, Morin explica que esse processo a exigir inerência vai exigir, igualmente, que haja separação do sujeito cognoscente e do cognoscível, na medida em que a se contemplar a unidade, perde-se o contexto de distanciamento necessário à observação que dá condições ao aprendizado, já que "não conseguiríamos conhecer um Mundo Uno" (MORIN, 2015b, p. 242).

Sem diversidade, sem pluralismo, sem a diferença, tudo se tornaria unidade, vácuo e não haveria, talvez, justificativa para "olhar-perceber-questionar-aprender-apreender" o Outro em seu contexto único e singular. Assim, sustenta haver, nesse sentido, dualidade da inerência ao mundo e da separação que vai promover, em razão do distanciamento lógico-cognitivo, a comunicação entre sujeito-objeto, operacionalizando uma condição relacional facilitadora e formativa do conhecimento (MORIN, 2015b, p. 226-227).

Há para a cognição um vasto espaço-mundo no qual os seres humanos se alojam para conhecer e, nesse processo, por meio de múltiplos estímulos, percebe-se em si e percebe o

Outro. E, nessa relação que o insere ao mundo, que o separa do Outro e cria condições relacionais, criam-se também condições de aprendizados diversos e complexos. Desenvolvem-se, assim, estímulos, representações, linguagens, discursos, signos, símbolos e tudo o que pode, de modo ilimitado, decorrer das produções humano-cognitivas.

Importante destacar que o conhecimento "não é uma projeção da realidade numa tela mental" (MORIN, 2015b, p. 231), na medida em que cada ser percebe o mundo a seu modo, já que os seres são diversos, seus sentidos, percepções e vivencias acabam por criar impressões e aprendizados diferentes, pelo que cada ser é único em sua subjetividade, construções e, portanto, em seus conhecimentos.

Em razão dessa relação de complexidade do sujeito-mundo, Morin (2015b, p. 232) sustenta que a práxis de formação cognitiva decorre da relação "auto-eco-organizadora", apta a promover a elaboração de conhecimentos objetivos pela via dialógica. Significa dizer que os seres humanos, por meio de sua condição de autorreferencialidade e autoilustração percebe a si mesmo, em seus sentidos e conexões, elaborando, de modo relacional, a visão do Outro e da própria relação que os circunda. A perspectiva do "eco" que se aponta é para demonstrar que há um mundo a abarcar a dimensão do sujeito, do Outro e do mundo como ambiente e natureza que os contém. O "eco" é a "casa" onde habitam todos e que, portanto, gera, uma vez mais, a condição relacional e de integridade entre eles. E, assim o conhecimento se forma e se (re)forma pelas relações, construções, diálogos, formações e representações daí decorrentes, sendo traduzidos pelos sujeitos, em suas múltiplas dimensões compreensivas.

Acerca da interação entre subjetividade-intersubjetividade-objetividade, Morin argumenta que a objetividade do conhecimento, de modo inevitável, perpassa construções subjetivas e necessita comunicações intersubjetivas, viabilizadoras da crítica que, por sua vez, gera aptidão para a objetividade. Desse modo afirma que "o conhecimento objetivo se produz na esfera subjetiva que se situa no mundo objetivo" e que "o sujeito está presente em todos os objetos que conhece, e os princípios de objetivação estão presentes no sujeito" (MORIN, 2015b, p. 233). Ou seja, a objetividade construída a partir da crítica que questiona, que coloca em xeque, que amplia e redimensiona o conhecimento, é operação humana e parte da subjetividade-intersubjetividade. Não há modelo de objetivação pela crítica sem que se assumam operações sensoriais-cognitivas subjetivas e relações dialógicas intersubjetivas. E, assim, vai-se operando a construção do conhecimento.

7.2.1.1.1 Da cognição procedimental à cognição processual pluriversal

No âmbito dos modelos teórico-processuais tradicionais, considera-se a cognição como procedimento legal estruturado para a construção decisória, devendo-se balizá-la pela observância às garantias fundamentais do Processo, a fim de que haja aferição e acertamento das pretensões e dos direitos suscitados pelas partes.

Nesse sentido, a cognição opera-se como resultante argumentativo-probatória dos sujeitos (MADEIRA, 2014). Afirma-se, portanto, que no âmbito de decisões estatais, a exemplo das decisões proferidas na esfera jurisdicional, estas devem ser formuladas pela via procedimental prevista em lei e pela principiologia constitucional necessária à configuração processual-democrática (contraditório, ampla defesa, imparcialidade do julgador e fundamentação racional).

Avaliando a cognição jurisdicional, Chiovenda destacou que seu objetivo se volta ao julgamento de procedência ou improcedência das demandas articuladas, ante a análise da vontade concreta da lei (CHIOVENDA, 1969). Por sua vez, Bülow adequa sua compreensão procedimental de relação jurídica, buscando a alocação dos julgadores em posição sobreposta à posição autor-réu, devendo as partes contribuírem para a cognição do julgador (BÜLOW, 1964). Ou seja, nesse contexto, o conhecimento volta-se aos juízos e tribunais e não se constrói pela formação das partes.

Tanto é assim, que ao tratar do processo de cognição, Carnelutti assume que a existência de posicionamentos diversos das partes, coloca o juiz em posição imperativa, devendo este, portanto, definir a questão. Ou seja, há a visão de que as diferenças de compreensões entre os sujeitos devam levar o julgador a um posicionamento autoritário, que exclui as diferenças e silencia a construção da decisão pelos sujeitos. Desse modo, Carnelutti demarcou a estrutura de poder operada, afirmando que "como as diversas opiniões são fomentadas pelos interesses contrários, em geral o juízo não vale se não é imperativo. Por isso, o juiz não é somente o que julga, como também o que manda" (CARNELUTTI, 2000, p. 113).

Delineando as proposições de base relacionista, Calamandrei afirmou o Processo como "técnica de bem argumentar em juízo [...] vigiada pelo Estado e imposta pela autoridade". Logo, sustentou que mesmo inexistindo suporte legal ou argumentativo-probatório suficiente, deverá o julgador proferir uma decisão, na medida em que a justiça deve ser tida como uma razão de Estado (CALAMANDREI, 2018, p. 24-25). Por isso, afirmou que as sentenças precisam ser admitidas como criação da consciência do juiz, na medida em que sua atividade não poderia se reduzir a silogismos ou mera aplicação da lei, sob pena de empobrecimento de sua atuação

(CALAMANDREI, 2018).

Cumpre observar, assim, que a teoria relacionista desenvolve-se por uma vertente procedimental de bases não democráticas, por colocar os julgadores como autoridades de dicção da decisão, como última razão viável, sem que, de modo necessário, precise se orientar pelas balizas argumentativas e probatórias das partes. Assim, a cognição se perfaz de modo performático, como protocolo procedimental, por meio da atuação diminuta das partes que tem o dever de "bem argumentar" para que, ao final, o juízo decida conforme sua consciência. Nessa visão, a cognição se mostra como artifício justificador da procedimentalidade apta da ocultar, ainda mais, os discursos e narrativas dos sujeitos ante a incidência das estruturas de poder, pelo que se configura como produção decisória ideológica.

Assim, a apresentação de argumentos e provas nos procedimentos decisórios, sejam a nível estatal ou comunitário, que sirva como formalidade, sem que se (des)construam as narrativas pela crítica e sem aferição das bases ético-epistemológicas produtoras dos discursos, acabam por sucumbir à manutenção das estruturas de poder.

Assim, aventa-se nesta pesquisa a necessidade de se passar da cognição procedimental de vestes autoritárias e limitantes, para a cognição processual pluriversal, a partir da perspectiva de diálogo dos saberes, acolhedora de diversidades e pluralismos, para que haja ampliação dos conhecimentos e desvelamento de narrativas mascaradoras das estruturas de poder. Ou seja, a cognição precisa ser compreendida de modo verticalizado, de modo a ser considerada como via de aferição das argumentações e provas que sejam colaborativas, complementares e que sejam aferidas criticamente, pela via do diálogo de saberes. Além disso, a cognição processual pluriversal vinca-se em uma racionalidade ambiental capaz de articular saberes diversos e plurais formulados pelos sujeitos processuais, pela coletividade processual, considerando-se os ambientes natural e social.

Infere-se, portanto, que as matrizes teórico-processuais tradicionais alocam o contraditório como garantia, ao mesmo tempo em que, por sua dinâmica binária e dual, coloca os posicionamentos das partes como antagônicos. Assim, os argumentos ofertados pelas partes são tidos como díspares e excludentes. Essa lógica dialética faz com que haja efetivo estímulo à adversidade, promovendo, desse modo, limitação ou fechamento cognitivo. Por isso, as decisões acabam se afigurando como resultantes de uma articulação argumentativo-procedimental que geradora de invisibilidade e ocultamento do Outro pelo não acolhimento dos saberes dos sujeitos.

Por outro lado, os Processo Pluriversais mostram-se como proposição a partir da qual a estrutura da cognição se constrói pela via do contraditório como complementaridade. Nesse

sentido, os argumentos, discursos e narrativas dos sujeitos e das coletividades são conhecidos em alteridade, como diferença, o que conduz à sua inclusão, para fins de ampliação dos saberes e de construção de decisões que sejam resultantes da ecologia de saberes. Portanto, trata-se de decisões sustentáveis, que incorporam as dimensões identitárias dos sujeitos (diversidades), os pluralismos e o ambiente, que é natural e social, portanto, alocador das relações sistêmicas.

7.2.1.2 Cons-ciência para emancipação pela via do Processo

A formação do conhecimento não deve ser absoluta, com pretensão de verdade inarredável, e nem deve ser totalizadora, mas sim crescente e mutável, em razão, sobretudo da incorporação de matrizes diversas do saber e de diálogos que se desenvolvam pela via ético-crítica de questionamentos e ampliações contínuas.

A partir da crítica abre-se azo à formação da "cons-ciência". E, para efeito de demonstrar que a cons-ciência se desenvolve por meio do desvelamento e da (des)construção dos conhecimentos chancelados, com abertura de espaços dialógicos para incorporação dos saberes diversos, que vão desde o científico até os saberes originários e tradicionais, incorporando os diálogos de saberes, é que na presente tese opta-se pela grafia "cons-ciência". Portanto, a cons-ciência a que se refere esta pesquisa parte do diálogo dos saberes e das ciências, para que, nesse sentido, haja efetivo conhecimento e incorporação das diversidades e pluralismos a configurar uma abordagem epistemológica decolonial e emancipatória, viabilizada pela crítica.

Há que se ter consciência da consciência, que é "produto e produtora da reflexão" (MORIN, 2015b, p. 209). Nesse contexto, a reflexão não se configura como um olhar voltado somente a si mesmo, o que geraria a reprodução e singularização das próprias compreensões. Ou seja, a reflexão em si poderia gerar uma redundância e limitação da consciência e não a sua ampliação. Assim, a via reflexiva para ampliação do conhecimento e da consciência é a abertura ao Outro e às diferenças, criando uma via dialogal com perspectivas e saberes diversos e plurais, aptos, portanto, a gerar complementaridade entre todos os saberes que se colocam em debate.

Essa articulação de conhecimentos, aliada a uma aferição crítica para desvelamento de narrativas, leva à conscientização. Deve haver, nesse sentido, o questionamento das relações dos seres humanos com o mundo, a fim de que sejam desveladas realidades possíveis que evidenciem as opressões operadas pelas estruturas de poder. Tanto é assim, que Leff (2006, p. 336) argumenta que a "ética ambiental é uma ética da emancipação no sentido no sentido de uma volta ao Ser que contém uma reapropriação do mundo: da cultura, das identidades, da

natureza. É a atualização da vontade de poder". Essa vontade de poder a que Leff se refere deve ser compreendida como a assunção do lugar legítimo pelos sujeitos, coletividades e ambiente para produção decisória. E essa produção se faz pela via do Processo como garantia de direitos, pelos diálogos de saberes e pela assunção das diferenças com nível de ampliação dos conhecimentos, que leve à emancipação e desvelamento das estruturas de dominação.

Assim, abre-se azo à formação de "cons-ciência". Forma-se a consciência crítica capaz de viabilizar a que os sujeitos se percebam em si, percebam o Outro e percebam ainda as relações que os vinculam e de que forma os discursos emolduram uma suposta realidade. Conforme acentua Freire, os sujeitos devem inserir-se criticamente para formularem ações transformadoras pelo desocultar das narrativas, pelo que afirma ser a conscientização um processo pedagógico em que a educação se perfaz como práxis, como ação para libertação (FREIRE, 2016).

Ao sustentar a necessidade de se desenvolver uma consciência crítica a nível planetário, Gadotti menciona a "Carta da Terra", que se trata de uma declaração contendo diretrizes éticas para uma sociedade global sustentável, a partir, sobretudo, do reconhecimento da integração e interdependência entre os seres viventes. Este documento resultou de amplo debate, a nível de sociedade civil global, cuja iniciativa foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). A publicação desta declaração ocorreu no ano 2000 e é considerado um marco, na medida em que seu processo elaborativo deu-se com ampla participação, conferindo-lhe a chancela de "código ético planetário" (GADOTTI, 2000, p. 114). Importa ressaltar que a Carta da Terra entre outras diretrizes, anuncia que, para a sustentabilidade almejada, devem-se observar a participação democrática nos processos decisórios, a necessidade de se considerar a igualdade de gêneros e a necessidade de desenvolvimento de uma educação universal para a vida sustentável (GADOTTI, 2000).

Faz-se relevante acentuar que a formulação da Carta da Terra envolveu a participação interdisciplinar de órgãos da sociedade civil e governamentais, o que lhe dota de legitimidade. E, não por acaso, Gadotti evidenciou que essa construção se sedimentou em torno da compreensão da necessidade de se criarem bases para um mundo solidário e que conheça as diferenças, o que define como "consciência planetária". Além disso, sustenta que há cinco pilares para a ética planetária, quais sejam: "a) direitos humanos; b) democracia e participação; c) equidade; d) proteção da minoria; e) resolução pacífica de conflitos" (GADOTTI, 2000, p. 117). Essa inferência a que chega a Carta da Terra, acaba por evidenciar a relação inescusável entre Processo e sustentabilidade. Ou, dito de outro modo, não há base para a sustentabilidade sem Processo, já que democracia, participação e solução de conflitos envolvem

processualização a nível democrático e pluriversal.

Capra, dentro da visão sistêmica de sustentabilidade, afirma que “mente e consciência não são coisas, mas processos” (CAPRA, 2005, p. 49). E ao afirmar a consciência como processo, o fez no sentido de evidenciar a construção crítico-cognitiva dos conhecimentos. Assim, evidencia-se a relação entre cognição, consciência e Processo. Dentro de uma visão processual democrática e pluriversal, o direito e garantia fundamental à participação nos processos decisórios não pode se limitar ao simplismo do diálogo entre sujeitos. Isso porque a inclusão dos sujeitos nos diálogos, sem que estes tenham cons-ciência crítica, tornam a participação performática e superficial. De outro lado, havendo a formação da cons-ciência, por meio do desvelamento das narrativas e das estruturas de poder, dá-se ensejo à formação crítica que leva à participação emancipatória dos sujeitos.

Quando os sujeitos dimensionam sua relação consigo, com o Outro e com o mundo, ele assume as bases de sua conscientização, que termina por se concretizar quando interpelam essas mesmas relações e desvelam discursos e narrativas construídas e impostas. A consequência disso é a “conscientização enquanto atitude crítica dos homens”, dando ensejo a que a conscientização seja um “processo” de conhecimento contínuo e ato de alfabetização política para libertação dos sujeitos, pela via da desmitificação e desocultamento das estruturas dominantes (FREIRE, 2016, p. 57-58). Desse modo, afirma que, para a decodificação, deve haver “fluxo e refluxo do abstrato ao concreto”, a fim de que haja a passagem da abstração dos discursos para a percepção crítica da realidade (FREIRE, 2016, p. 63).

Evidencia-se, portanto, que o conhecimento sem conscientização mantém as amarras opressoras que mutilam e calam os sujeitos em suas dimensões diversas e plurais. Faz-se necessário, portanto, que o conhecimento se delineie pela aquisição formativa de estruturas relacionais entre o sujeito cognoscente e o ambiente cognoscível, para, a partir daí, avançar em direção à tomada de cons-ciência. Nesse sentido, a conscientização é a operação lógico-crítica que busca questionar e desvelar narrativas, viabilizando a percepção de “como” e “porque” as relações humanas e ecológicas se acomodam ou se desenvolvem de um ou outro modo, a depender dos interesses postos pelas estruturas dominantes.

A alfabetização a que Freire se refere é a composição do conhecimento e da conscientização crítica. Portanto, a partir da alfabetização – que se aloca na estrutura ético-epistemológica - e da ampliação dos diálogos dos saberes, incorporadores das diversidades e pluralismos, aventa-se que os sujeitos estejam aptos à participação emancipadora nos processos de construção decisória. Com aporte na epistemologia de Freire, bell hooks sustenta a necessidade de pensamento crítico para os processos de alfabetização. Assim, afirma que a

crítica se alia ao discernimento e a abordagens questionadoras, com o fito de se compreenderem as questões em profundidade, em diálogo e com averiguação integrada e compartilhada com os sujeitos e a coletividade (HOOKS, 2020).

A formulação de decisões, para que seja democrática, demanda a participação de todos os sujeitos interessados. No entanto, essa participação precisa ser efetiva, a ponto de que os diálogos sejam dotados de conhecimento e cons-ciência acerca das narrativas e discursos para desmitificação e conhecimento da realidade. Assim, a participação dos sujeitos precisa ser cons-ciente, a fim de que haja emancipação pela construção de decisões, de fato, democráticas e pluriversais pela incorporação das diversidades e pluralismos.

Evidencia-se, portanto, que os processos de conscientização partem do conhecimento do Outro e das assimetrias existentes, avançando no sentido de se conhecer também diferentes saberes, científicos e não-científicos, submetendo-os à averiguação, questionamentos e reavaliações, a fim de que se promovam incursões críticas capazes de resultar na compreensão da realidade.

Essa compreensão decorre de formação compartilhada e dialógica do conhecimento e da consciência crítica, promovendo, desse modo, o desvelamento dos discursos e narrativas dos saberes, a nível ético e epistemológico, para que haja possibilidade de assunção da condição de sujeitos ativos e legítimos pelos oprimidos. A conscientização é, portanto, ação de tomada de consciência ético-crítica para a emancipação dos sujeitos, a fim de que estes promovam, de forma autônoma, práticas dialógicas e processualizadas que legitimem as ações e decisões construídas.

Nesse sentido, o diálogo não pode ser dissimulado e performativo ao ponto de que alguns sujeitos sobreponham suas perspectivas argumentativas e cognitivas sobre outros, com ideia de uma suposta vitória do melhor argumento. A diretriz processual democrática pluriversal pressupõe diálogo cons-ciente, assim como o conhecimento das assimetrias, o conhecimento do Outro e deve ser capaz de promover a construção de decisões como resultantes lógicas da ampliação do próprio conhecimento e dos níveis de conscientização. Com isso, viabiliza-se o imiscuir do conhecimento com a cons-ciência ético-crítico para libertação dos sujeitos das estruturas de poder.

A legitimação das decisões processualizadas a nível pluriversal decorre, portanto, do conhecimento e aferição de conhecimentos científicos e não-científicos (cons-ciência), que levem à inserção crítica dos sujeitos nos processos de tomada de decisão, a fim de que a ampla participação seja efetiva, por meio da possibilidade de emancipação, assim como do contraditório a se configurar como garantia de decodificação para apoderamento da realidade

objetiva e como complementaridade na diversidade.

Dussel (2012), ao tratar da ética crítico-discursiva afirma que devem ser reconhecidos e colocadas em voga as articulações das comunidades de peritos e das comunidades das vítimas, reconhecendo-se essa amplitude de saberes como viabilizador de uma democracia participativa crítico-comunitária. Dussel analisa a perspectiva ético-epistemológica freiriana e, na mesma toada, sustenta a necessidade de que se desenvolva uma consciência crítico-cotidiana ilustrada, ou seja, o reconhecimento e diálogo entre saberes científicos e saberes comunitários e, em nota, explica a existência de uma articulação orgânica de aquisição e ampliação da cognição e da consciência:

> No primeiro momento é a consciência crítica ingênua da própria comunidade das vítimas; em um segundo momento, a comunidade científica cossolidária produz ciência humana ou social crítica como responsabilidade ética para com a vítima; em um terceiro momento, comunitariamente, as vítimas, elas mesmas assumem o resultado científico-crítico na sua luta pelo reconhecimento: é consciência prática crítica ilustrada. (DUSSEL, 2012, p. 500).

E, nesse ponto, há que se ressaltar a necessidade de contínua aferição dos conhecimentos, a fim de se obter ampliação das bases dialógicas, conscientização e viabilidade de participação dos sujeitos, de modo efetivo e não performático, na construção de decisões. Logo, a participação precisa se articular com níveis ampliados de conhecimento e cons-ciência, a partir dos diálogos de saberes, que sejam capazes de repercutir na libertação, na emancipação dos sujeitos e não em uma suposta participação, que é fictícia, e que acaba por resultar em decisões que continuem a chancelar a manutenção das estruturas de poder e da dissimulação.

Há, nesse ponto, necessidade de se aferir de que modo as premissas de ecoalfabetização contribuem para a ampliação da cognição e da conscientização, sobretudo em virtude de seu delineamento ético-epistemológico vincado em uma racionalidade ambiental, assim como contribui para a configuração de Processos Pluriversais.

7.2.1.3 Ecoalfabetização para a processualização pluriversal

Vem-se sustentando nesta pesquisa a necessidade de se reconfigurar a participação dos sujeitos a uma dimensão pluriversal e, de modo efetivo, democrática. Para tanto, conhecimentos científicos, saberes originários e tradicionais precisam ser postos em diálogo, a fim de que haja ampliação dos saberes e aumento da conscientização por meio da incidência crítica[128]. Nesse

[128] Boaventura de Sousa Santos, acerca da pluriversalidade, aponta como alternativa o reconhecimento das

sentido, a fim de que decisões sejam proferidas e vincadas em sustentabilidade, há que se compreender a integração e relacionalidade entre sujeitos, coletividade e ambiente. Há que se compreender ainda o vínculo ecossistêmico entre os seres e o ambiente para a sustentação da vida, dimensionando-se que as decisões tomadas afetam o todo pela interligação existente.

É por isso que Direito e Processo não podem mais ser vistos como disciplinas isoladas no âmbito da ciência social, necessitando, portanto, de uma releitura ampliativa a partir da interdisciplinaridade e do diálogo com outras disciplinas e com saberes não-científicos. Isso se sustenta porque Direito e Processo foram forjados, sobretudo a partir da Modernidade, sobre bases epistemológicas antropocêntricas, em racionalidade econômica e chancelando uma percepção bélica, dual e hostil de resolução de conflitos, que mais se volta à manutenção da mentalidade oposicional, binária e segregaria. E, assim, dentro da perspectiva moderno-cartesiana, houve a alocação dos seres humanos no centro do sistema, em sobreposição ao ambiente. A natureza colocada como coisa, como mero recurso, deslocou o homem de sua própria humanidade. O homem se colocou acima e fora da natureza, criando-se, a partir disso, a paradoxal dimensão de que o homem é superior à natureza pela (ir)racionalidade que invoca. Ocultou-se a compreensão de que o ser humano é natureza, de que há integração e interdependência entre os seres e o ambiente[129]. Nesse contexto, houve a distorção das inter-relações e mascarou-se a intersubjetividade como critério de distanciamento da objetividade.

Falar-se de integração, preservação e defesa do ambiente é fundamental para a compreensão inter-relacional própria das premissas ecossistêmicas e essa compreensão, a partir

epistemologias do Sul, que incorporam, premissas como, por exemplo, a ecologia de saberes, a necessidade de acesso democrático, avaliação participativa. E assim, assegura que a pluriversalidade decorre da abertura a conhecimentos diversos, científicos e não-científicos, pelo que analisa a questão do ponto de vista do futuro das Universidades. Coloca em voga a passagem das universidades tradicionais para as "universidades polifônicas", dentro de uma dimensão pluriversal, portanto. Acentua que as universidades se estruturam pelas diretrizes capitalistas e coloniais, colocando o conhecimento como valor de mercado. Em contraposição e em postura contra-hegemônica, sugere a possibilidade de estruturação de diretrizes formativas de conhecimentos sem espeques mercadológicos, com matrizes científicas pós-abissais, tensionando as epistemologias do Norte e do Sul, que são assimétricas. Desse modo, acerca da pluriversalidade, como contraponto ao universalismo pretendido e estimulado pelas universidades, Sousa aventa a seguinte hipótese: "tenho sugerido que a nova universidade polifônica será um terreno no qual as ecologias de saberes encontrarão o seu espaço e no qual os acadêmicos e cidadãos interessados em lutar contra o capitalismo cognitivo, o colonialismo cognitivo e o patriarcado cognitivo colaborarão no sentido de congregar diferentes conhecimentos dentro de um quadro de total respeito pelas respectivas diferenças, procurando também convergências e articulações entre eles. O seu objetivo é abordar questões que, apesar de não possuírem valor de mercado, sejam relevantes em termos sociais, políticos e culturais para as comunidades de cidadãos e grupos sociais" (SANTOS, 2019a, p. 390).

[129] Arturo Escobar apresenta como alternativa um modelo pluriversal, a que nomeia de "Designs of the pluriverse", a partir do qual acentua a necessidade de se construírem alternativas decisórias pautadas no reconhecimento da interdependência entre sujeitos, coletividade e natureza, além do reconhecimento da existência de autonomia, o que não se contrapõe, na medida em que há diferenças ontológicas e epistemológicas. Por fim, afirma que a integração dessas perspectivas múltiplas deve corroborar para a formação de outros mundos, outras arquiteturas possíveis, que rompam com as concepções estanques e duais formatadas pela Modernidade colonial. (ESCOBAR, 2018).

de uma racionalidade ambiental vincada em bases ecocêntricas, necessita uma (des)construção para que novas proposições sejam construídas. Isso porque a racionalidade ambiental opera-se em torno do diálogo de saberes, com a consequente produção e ampliação de conhecimentos por processos ensejadores de legitimação das decisões. Assim, conhecendo-se a heterogeneidade dos saberes, colocando-os em pauta a partir de uma perspectiva crítica, dá-se ensejo à conscientização ecológica, na medida em que ecologia é base inter-relacional dos sujeitos, coletividade e ambiente.

Há, assim, estreita vinculação entre Processo e ecologia. Dentro da matriz que se propõe na presente tese, o Processo Pluriversal é garantia de direitos fundamentais e de direitos da natureza. Assim, as relações entre sujeitos, coletividade e ambiente devem ser decididas e formulados em bases processualizadas a nível ecológico e sustentável. Conforme já se afirmou, o ambiente é vincado em racionalidade social, por necessitar atuar na dimensão ética de inclusão do Outro, na visão integracional do todo e suas relações entre os seres[130]. E essa concepção imbrica-se com a perspectiva da sustentabilidade, na medida em que implica na necessidade do conhecimento dos limites entrópicos do planeta e do vínculo de solidariedade e integracional entre os seres e ambiente.

Assim, é preciso compreender que a base da sustentabilidade é a democracia e não há democracia sem Processos Pluriversais a garantir direitos fundamentais e direitos da natureza. E, acerca da complexidade que envolve a prática da democracia, cumpre evidenciar que esta decorre do conhecimento e do acolhimento das diversidades, incorporando-se as minorias às formulações decisórias. As minorias precisam ser evidenciadas, assim como a maioria, a fim de que compreensões diferentes, antagônicas ou plurais redundem em avanço democrático. Não se faz democracia pela vitória da maioria e silenciamento das minorias. Isso é opressão. Nesse sentido, Morin afirma:

> A democracia supõe e nutre a diversidade a diversidade dos interesses, assim como a diversidade de ideias. O respeito à diversidade significa que a democracia não pode ser identificada com a ditadura da maioria sobre as minorias; deve comportar o direito das minorias e dos contestadores à existência e à expressão, e deve permitir a expressão das ideias heréticas e desviantes. Do mesmo modo que é preciso proteger a diversidade de ideias e opiniões, bem como a diversidade de fontes de informação e de meios de informação (impressa, mídia), para salvaguardar a vida democrática. A democracia necessita ao mesmo tempo de conflitos de ideias e de opiniões, que lhe conferem sua vitalidade e produtividade. (MORIN, 2001, p. 108).

[130] Maturana e Varela evidenciam que a ética decorre da ligação e dos vínculos humanos, já que se articula na dimensão da linguagem. Além disso, argumentam que o reconhecimento e aceitação do Outro opera-se a nível ético e fundamentam-se no amor: "sem amor, sem aceitação do outro junto a nós, não há socialização, e sem esta não há humanidade". (MATURANA; VARELLA, 2001, p. 269).

O Processo como garantia de direitos precisa ser pluriversal e emancipador. Deve instituir-se como garantia de integração entre sujeitos, coletividades, ambientes, para fins de superação da opressão pela construção de decisões vincadas em diálogos de saberes, devendo-se ainda garantir e evidenciar o conhecimento das diferenças, o conhecimento do Outro e o não silenciamento pelas estruturas de poder impostas. Os Processos Pluriversais são garantia de formulação democrática a nível ecológico e sustentável. Logo, para que os sujeitos atuem a nível ecológico de processualização decisória, há que se engajá-los e conscientizá-los por meio da crítica e de conhecimentos ecossistêmicos para aferição e possibilidade de incorporação das premissas de sustentabilidade nas decisões a serem formuladas.

Pode-se questionar como poderia ocorrer a ampliação do conhecimento e a conscientização preconizada. Para isso, há como alternativa viável e necessária a "ecoalfabetização" ou "alfabetização ecológica", que Mattei e Capra definem como conhecimento, conscientização e aplicação dos princípios ecossistêmicos que sustentam a vida. Assim, afirmam que a sobrevivência dos seres humanos no planeta vai depender de sua compreensão a nível de integração, interdependência, assim como a compreensão dos limites do planeta. Sustentam que deverá haver uma formação dos sujeitos, dos políticos, empresários, de toda a sociedade sobre a conexão, sobre a vida em rede, que é o que nos sustenta (CAPRA; MATTEI, 2018). Sem conhecimento e sem consciência ecológica não há ecoalfabetização e nem viabilidade de se formularem propostas integracionais e de preservação da continuidade da vida.

Nesse contexto, a alfabetização ecológica tem como premissa a sustentabilidade, assim compreendida como planejamento das comunidades humanas para manutenção e sustentação da vida em integração ecossistêmica, como teias da vida. Assim, "ser ecoalfabetizado significa compreender os princípios básicos da ecologia, os princípios da sustentabilidade, e viver em conformidade com essa compreensão" (CAPRA; LUISI, 2014, p. 435).

No mesmo sentido, Gadotti desenvolveu a compreensão de "ecopedagogia", que se constrói a partir do conhecimento e da consciência de que há entre os seres e o ambiente uma comunidade de vida vincada em solidariedade, no sentido da inter-relação que os vincula de modo inevitável e inarredável. Gadotti sustenta ainda que a ecopedagogia tem como premissa a cidadania planetária, partindo, assim, do reconhecimento de planeta vivo e das interconexões dinâmicas do ambiente. Por isso, afirma que o objetivo da ecopedagogia é reeducar os seres humanos para que desenvolvam um entendimento apto e sensível para perceber as agressões ao planeta e atuar no sentido de preservá-lo (GADOTTI, 2000). Gadotti apoia-se no

desenvolvimento freiriano de educação como prática da liberdade, assim como bell hooks (2017) acaba seguindo semelhante diretriz quando sustenta uma pedagogia engajada como prática inovadora e transgressora contra os regimes rígidos e impositivos de conceitos hegemônicos e totalizantes.

Leff também se mostrou convencido de que a educação dos sujeitos para a sustentabilidade é imprescindível para a formação de decisões a favor da vida. Desse modo, afirma que a construção do saber ambiental leva à conscientização e, portanto, enseja a que os sujeitos participem da construção decisória de forma holística e interdisciplinar, rompendo, assim, com as estruturas de dominação. Por isso, afirma que a educação ambiental precisa questionar e promover crítica acerca dos modelos impostos, a exemplo do neoliberalismo econômico, a fim de que haja possibilidade de formação dos sujeitos para se voltarem à construção democrática e modelos de sustentabilidade (LEFF, 2015).

A importância do conhecimento e a tomada de consciência para a atuação ecossistêmica sustentável dos seres humanos é compreensível, sobretudo quando se afirma a necessidade de que decisões sejam formuladas a partir dessa diretriz de racionalidade ambiental. A processualização ecológica pluriversal exige efetiva alfabetização ecológica dos sujeitos, da coletividade, para que interajam com o ambiente e, portanto, para que decidam em bases de sustentabilidade e vida. Ou seja, para que os Processos decisórios tenham espeque vincado em democraticidade, faz-se imprescindível que a participação dos sujeitos seja inclusiva da visão integracional e emancipatória de todos os seres, significando participação consciente para a própria ampliação do conhecimento, de modo a legitimar as decisões.

A formação decisória opacizada, ocultadora dos discursos e narrativas de sobreposição de poder, resulta em distorção e desprocessualização do sistema e desvio das matrizes de democraticidade.

Um dos pontos de desvelamento necessário é o conhecimento de assimetria entre os seres viventes, na medida em que há diversidades e pluralismos que os situam em condições culturais, sociais, econômicas, epistemológicas e de compreensões de mundo peculiares. Esse conhecimento das assimetrias faz-se imperioso para lidar com a ruptura dos discursos e normatizações padronizadoras, que criam uma ficção de igualdade e isonomia, que, em verdade, acabam por chancelar a hegemonia das estruturas de poder, além de deslocar os sujeitos diversos e plurais para um *não lugar*, onde não lhes cabe. Cumpre, então, analisar a importância de se conhecerem as assimetrias para dar lugar à inclusão e integração, evitando-se a exclusão do Outro do sistema.

7.2.2 Assimetria do Outro: necessidade de conhecimento e integração aos Processos Pluriversais

As diferenças ontológicas entre os seres do planeta e os ambientes são inarredáveis e constituem o cerne da complementaridade própria das inter-relações. As singularidades dos indivíduos (diversidades), assim como as peculiaridades dos anseios e visões coletivos (pluralismos) tem como resultante uma rede de relações complexas. Referidas diferenças decorrem de matrizes culturais, sociais, econômicas, assim como dos conhecimentos incorporados pelos sujeitos e do modo como interagem com o Outro e com o ambiente. Por isso, faz-se imperiosa a aferição ético-epistemológica que se promoveu nesta pesquisa, assim como a análise de como essas perspectivas tocam as estruturações econômicas e normativas.

Cumpre aqui destacar que se optou nesta tese por utilizar a palavra "conhecimento" ao invés de "reconhecimento" do Outro, em razão do que explica José Luiz Quadros de Magalhães:

> O direito à diversidade segue outra lógica. Em primeiro lugar não há permissões nem reconhecimentos. Não há inclusão por que não pode haver exclusão. A lógica pode ser resumida nas seguintes frases: "existo e me apresento na minha existência". "Não dependo do seu olhar ou de seu registro para que eu exista". Reconhecimento significa conhecer de novo, significa enquadrar no já conhecido. Trata-se de uma forma de enquadrar o novo nos padrões existentes ou de simplesmente não conhecer o novo, ou ainda não possibilitar a existência do novo, como tal, de forma autônoma. Reconhecer significa ainda manter a lógica binária incluído/excluído. Se sua existência depende do reconhecimento, ao reconhecê-lo afirmo a possibilidade, também, de não reconhecê-lo.
>
> Na lógica da diversidade não há mais reconhecimento pois não há mais um padrão do melhor: diferente de que? Não há mais este "que" ou "quem" que se estabelece como referência do bom. O outro não é mais o inferior, a ameaça, aquele que não entendemos e logo tememos; o outro se transforma na possibilidade do novo. O outro é aquele que tem o que eu não tenho, e eu tenho o que ele não tem. Assim, os outros representam uma possibilidade imensa de crescimento e aprendizado para todos os outros e para mim.
>
> Portanto, um espaço de diversidade é um espaço de existência livre comum. O espaço de diversidade é o espaço de diálogo permanente em busca de consensos sempre provisórios. O espaço de diversidade requer uma postura de abertura para com o outro, os outros. Ouço o outro não para derrotar seu argumento, não para vencê-lo, o que impossibilita o diálogo, ouço o outro para aprender com ele assim como o outro me ouve para aprender comigo. (MAGALHÃES, 2021, p. 190-191).

Assim, dentro de uma matriz processual democrática, há que se conhecer as diversidades dos sujeitos, ante idiossincrasias fulcrais da própria existência, incluindo-os, de modo efetivo, nas esferas de participação. Cumpre, então, destacar que há necessidade de que se conheçam essas diversidades, os pluralismos, assim como as assimetrias do próprio sistema e do Outro, para que seja possível se constituírem alternativas de inclusão e integração desses

sujeitos a nível de processualização. O que se quer evidenciar, nesse sentido, é a impossibilidade de se negar a existência de diferenças e o fato de que há a segregação multifacetada de oprimidos por grupos opressores.

A existência de "diversidades e pluralismos" é própria da existência e da ontologia humana, ao passo que a "assimetria" decorre de questões estruturais das inter-relações de poder a nível cultural e, sobretudo, políticas, econômicas e epistemológicas[131]. Conforme já se evidenciou nesta pesquisa, a crise de conhecimento se irradia para as demais matrizes humanas, facilitando a formação de discursos e narrativas que impõem e chancelam as estruturas de dominação das massas, dos corpos e das mentes, na medida em que direcionam e formatam o conhecimento, a informação e as decisões da forma como lhes é conveniente.

É fundamental destacar o lócus (existência e ambiente relacional) das diversidades e pluralismos, na medida em que estes precisam ser conhecidos, no sentido de se respeitar, conferindo direito de fala, de escuta e, sobretudo, considerando, de modo efetivo, suas narrativas, pleitos e direito à participação formativa das decisões. Esse é o espaço onde residem as "minorias" que, de modo paradoxal, muitas vezes se afiguram como maioria, mas que são invisibilizados e silenciados pelas estruturas de dominação impostas.

Há grupos oprimidos, portanto, que não se veem representados em decisões formulados a nível estatal, o que dá ensejo a uma crise de representação acentuada, com a deslegitimação dos Processos. Grupos oprimidos são colocados às margens dos sistemas, tendo sido criadas estratégias normativas falaciosas que supõem uma participação irreal, ficcional e performativa desses sujeitos e coletividades nos processos decisórios, quando, em verdade, são suprimidos das formulações. Isso chancela, uma vez mais, a perpetuação das opressões. Essa situação marginalizadora e excludente cria uma assimetria participativa ensejadora de máculas nos sistemas decisórios que se veem, assim, desprocessualizados.

As diversidades e pluralismos têm condão ontológico e dão contornos à própria existência, gerando complementaridades fundantes e essenciais à continuidade da vida dos seres do planeta, já que nenhum dos viventes é autossuficiente, havendo interdependência e necessidade de integração. As assimetrias, no entanto, decorrem de estruturações do sistema,

[131] Evidenciando assimetrias estruturais nos sistemas de poder, Dussel apontou a sua existência, exemplificando, a partir do fato da invasão e ocupação violenta da América pelos espanhóis, já que, naquele contexto, houve impossibilidade de diálogo efetivo, diante do contexto assimétrico entre os sujeitos. Assim, explica: "era um diálogo entre 'a razão do outro' e o 'discurso da Modernidade' nascente. Não havia simetria: não era uma 'comunidade de argumentação' em situação ideal, já que uns eram vendidos e outros os vencedores. Além disso, e contra o que se poderia pensar, o saber dos dois argumentantes tinha desenvolvimento diferente. [...] foi na realidade um diálogo em que os índios eram como mudos e os espanhóis como surdos. Mas os espanhóis tinham o poder emanado da conquista, e por isso sem suficiente argumentação [...] será interrompido o 'diálogo argumentativo' e se passará à 'doutrinação' [...]". (DUSSEL, 1993, p. 146-147).

sendo oriundas de aspectos éticos, epistemológicos, políticos, culturais e econômicos. Ou seja, as assimetrias são criadas, alimentada e reproduzidas pelo próprio sistema criador das opressões, sendo este mesmo sistema a dar guarida às narrativas ocultadoras da violência operada.

Como exemplo, podem-se citar as incertezas e discrepâncias ainda existentes acerca dos direitos da natureza, ou melhor, da natureza como sujeito de direitos, evidenciado no capítulo 6 desta pesquisa. Além disso, há que se recordar que até o Século XX ainda se discutia e lutava-se pelos direitos das mulheres e abolição da escravatura. A objetificação dos seres viventes ainda se opera em escala, por razões de gênero e classe, assim como alguns sistemas normativos ainda não avançaram em termos de conferir direitos à natureza. E não se limita a este ponto. Há um velamento nos discursos e as assimetrias ocorrem mesmo em situações nas quais os sujeitos supostamente veem-se representados e participativos. Exemplo disso, é o caso de decisões que colocam em voga interesses neoliberais e, assim, subjazem direitos e garantias fundamentais para atendimento dos interesses do mercado[132]. Ou seja, há assimetrias operadas e mascaradas por um discurso eficientista que marginaliza os sujeitos.

E, assim, dentro da proposição de Processos Pluriversais que se desenvolve na presente tese, infere-se que o conhecimento das assimetrias, dentro de uma vertente ética de alteridade, é base processual legitimante, a partir, sobretudo, da inclusão do Outro às narrativas e participação com o fito de desvelamento das opressões, capazes de levar à formação de decisões emancipatórias. Ou seja, o conhecimento das assimetrias não basta. Há que se conhecer, incluir os sujeitos e coletividades de forma efetiva, abrangente e consciente nas esferas de participação, para que se viabilize a crítica e um contraditório como complementaridade nas diversidades. Assim, a participação emancipatória dos sujeitos precisa redundar em ampliação dos conhecimentos e conscientização, pela compreensão de que as diversidades e pluralismos existem e precisam ser consideradas para desvelamento das próprias assimetrias.

Desse modo, para que haja libertação dos sujeitos, há que se ter como base a necessidade de uma racionalidade ético-crítica, que reconheça os sujeitos-vítimas como excluídos dos

[132] A respeito das violências e opressões produtoras das assimetrias nos sistemas, Boaventura de Sousa Santos explica que elas decorrem da tensão entre o que se sustenta como sendo avançado, civilizado e de matriz desenvolvimentista, em contraposição à tentativa de inclusão dos oprimidos. Assim, sustenta: "a articulação entre neoliberalismo, progresso e desenvolvimento convoca a busca de um cosmopolitismo subalterno, construído a partir de baixo nos processos de troca de experiências e de articulação de lutas entre os movimentos e organizações de excluídos e seus aliados de várias partes do mundo. A Modernidade eurocêntrica, incluindo muitas de suas tradições críticas, assenta na 'monocultura do tempo linear'[...], a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos. Esse sentido e direção têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. [...] Essa lógica produz não-existência, declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado." (SANTOS, 2019b, p. 46).

sistemas, além de reconhecer que esse sistema se articula por mecanismos de opressão (DUSSEL, 2012).

O que se propõe é a formação de cons-ciência, por meio da crítica que viabiliza a integração dos sujeitos à compreensão do sistema, situando-os na realidade. A partir do conhecimento das assimetrias, opera-se a desconstrução da racionalidade tecnoeconômica e a consequente construção de espaços dialógicos aptos à incorporação de matrizes discursivas diversas e plurais açambarcadas por uma racionalidade ambiental vincada na ontologia da alteridade. Nesse sentido, deve-se abrir azo aos questionamentos e perquirições que levem ainda à compreensão da desterritorialização que deslocou os seres humanos, desumanizando-os, assim como deslocou a natureza para um lócus de objetificação que não lhe cabe, dentro de uma matriz ecossistêmica sustentável. Além disso, dentro da perspectiva discursiva de racionalidade econômica, o ambiente vem sendo articulado como espaço, como lugar, e não em seu sentido de vertente inter-relacional entre sujeitos, coletividade e natureza, havendo, portanto, ambiente natural e ambiente social. E é a partir da compreensão de ambiente como espaço de inter-relações ecossistêmicas e sociais que os Processos Pluriversais perfazem-se como garantia de direitos humanos e direitos da natureza, dentro de uma matriz racional-crítica e ecológica de alteridade.

7.2.3 Pluriversalidade como ampliação do espaço de construção da metacidadania processual ecológica

Pluriversalidade é proposição epistemológica que busca, por construções de saberes anti-hegemônicos, incorporar discursos diversos e plurais para ampliação do conhecimento e formação de decisões, além de buscar desvelar racionalidades operativas das opressões e desconstruir lógicas totalizantes e universalizantes das compreensões.

Buscou-se demonstrar nesta pesquisa, desde o capítulo 2, que, sobretudo a partir da Modernidade, houve a imposição de uma racionalidade eurocêntrica, a impingir a remodelação colonizante dos modelos culturais e organizacionais das sociedades colonizadas, sobretudo na América Latina, Caribe e África. Desse modo, o eurocentrismo não se apresenta como questão geográfica, mas sim epistemológica, necessitando ser superada pela via do conhecimento, inclusão e integração de outros saberes, de modo que as diferenças sejam vistas como avanço em termos de complementaridade formativa dos conhecimentos.

As diferenças dos modelos de pensar e saberes plurais não podem ser subalternizados sob o falacioso pretexto de ausência de cientificidade ou por silenciamento obscuro de suas

matrizes compreensivas. Assim, além de se conhecer a existência de epistemologias e narrativas voltadas à universalização do saber, há que se buscar a ruptura por meio de posturas contra-hegemônicas, emancipadoras e voltadas à integração e incorporação das diversidades e pluralismos, para ampliação da cons-ciência e dos conhecimentos. Sustenta-se que a pluriversalidade vinca-se em diversidade e na democracia do conhecimento, a partir do reconhecimento e integração solidária a matrizes plurais no tocante ao modo de viver, geração e transmissão de conhecimentos, sejam eles tradicionais ou científicos, acessíveis a todos (ESCOBAR; ACOSTA *et al.*, 2021, p. 50).

Além disso, aventa-se que a dimensão de pluriversalidade deve incorporar perspectivas diversas, acolhedoras de pluralismos e que rompa com as estruturas homogeneizantes e totalizadoras de supostos saberes sobrepostos aos demais e que redundem em violências e segregações dos sujeitos e da natureza. Nesse sentido, o pluriverso é delineado da seguinte forma:

> Um mundo onde caibam muitos mundos [...]. Os mundos de todas as pessoas devem coexistir com dignidade e paz, sem depreciação, exploração ou miséria. Um mundo pluriversal supera atitudes patriarcais, racismo, castaísmo e outras formas de discriminação. Nele, as pessoas reaprendem o que significa ser uma parte humilde da "natureza", deixando para trás noções antropocêntricas estreitas de progresso baseadas no crescimento econômico. Enquanto muitas articulações pluriversais criam sinergia entre si, ao contrário da ideologia universalizante do desenvolvimento sustentável, elas não podem ser reduzidas a uma política abrangente para administração da ONU, nem de algum outro regime de governança global, nem por regimes regionais ou estatais. Nós vislumbramos uma confluência mundial de alternativas capaz de gerar estratégias de transição e de incluir pequenas ações cotidianas rumo a uma grande transformação.
> Nosso projeto de descontruir o desenvolvimento se abre para uma matriz de alternativas, do universo para o pluriverso. (ESCOBAR; ACOSTA *et al.*, 2021, p. 46-47).

Faz-se necessário compreender que há diferenças culturais, sociais e de organização dos povos, que os tornam singulares, sendo, portanto, uma violência a imposição de diretrizes universalizantes e padronizações de vertente ético-epistemológica ditadas por estruturas de poder hegemônicas.

De modo inevitável, a imposição dessas matrizes redunda em construções epistemológicas e normativas de dicção única. Assim, os sistemas jurídicos acabam se perfazendo como modeladores decisionais voltados ao atendimento de interesses dessas estruturas de poder, ainda que evoque um discurso acerca da democratização dos processos decisórios, o que se tem, em verdade, são modelos procedimentais de participação simulada dos sujeitos e da coletividade. Ou seja, há uma dissimulação dos sistemas jurídico-normativos

que apontam garantias fundamentais do Processo que se veem, na prática, inobservadas, diante da ausência de relação entre os conhecimentos e a realidade.

Dentro de um contexto pluriversal, Boaventura de Sousa Santos desenvolveu sua concepção acerca das epistemologias do Sul, indicando que se tratam de procedimentos voltados ao reconhecimento dos saberes diversos e validação dos conhecimentos formulados a partir dos questionamentos e insurgências às violências e opressões decorrentes do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. E, a partir dessa visão epistemológica, argumenta que os direitos humanos devem avançar para a incorporação de uma visão pluriversal constituída de cosmovisões de mundo plurais, acolhendo vínculos humanos, humanidades pós-abissais e naturezas não-humanas. Por pensamento abissal, entende-se a ruptura que colocou, de um lado, as sociedades supostamente civilizadas e, de outro lado, as sociedades colonizadas. Boaventura ainda acentua que os Direitos Humanos precisam ser ressignificados para fins de emancipação dos sujeitos oprimidos, na medida em que há tensões entre discursos de desenvolvimento e devastação ambiental, tensões entre os sujeitos a nível individual e pretensões coletivas dos povos indígenas, afrodescendentes e camponeses e ainda tensões dos direitos humanos com direitos dos não-humanos (SANTOS, 2019b).

Nesse sentido da universalidade dos Direitos Humanos, Thula Pires (2020) argumenta que essa concepção decorre de uma narrativa excludente das diferenças existentes, como se houvesse uma única via possível para compreensão da natureza humana, afirmando, desse modo, que essa padronização operada traz uma marca ideológica que impossibilita o acesso e o discurso do Outro como diferente. Como alternativa, e dentro de uma perspectiva prática e exemplificativa, cumpre aferir de que modo outras comunidades - não-eurocêntricas e não-antropocêntricas – formulam suas decisões a nível comunitário e plural.

Jeannette Armstrong é indígena Okanagan, da Reserva de Penticton, localizada na província de British Columbia, no Canadá. Ela realiza estudos sobre o pensamento indígena e escreveu artigo intitulado “En’owkin: a tomada de decisões que leva em conta a sustentabilidade”. Relata que seu povo se autossustenta com economia biorregional e que a comunidade trabalha em cooperação, partindo da compreensão de que devem cuidar uns dos outros e de todas as formas de vida. Portanto, para este povo, comunidade é rede de vida, é processo vivo de interação entre os seres que se sintonizam com a terra. Essa visão é holística e parte do entendimento de que tudo se interliga, havendo a necessidade, portanto, de que haja cuidado e solidariedade. A respeito dos processos de tomada de decisão na comunidade indígena, explica que “en’owkin” decorre da uma filosofia de incentivo à cooperação voluntária para que se chegue a uma formulação decisória conjunta, em um entendimento que leve a um

processo de integração. Assim, Armstrong relata:

> Quando a comunidade está diante de uma decisão, um dos membros mais velhos solicita às pessoas que participem do *en'owkin*, pedindo que cada uma delas contribua com informações sobre o assunto em questão. O que se segue não é tanto um debate como um processo de esclarecimento, que **incorpora informações do maior número possível de pessoas, por mais irrelevantes, triviais ou controversas que possam parecer essas informações – uma vez que, no *en'owkin*, nada é descartado ou visto com preconceito.**
> O processo é conduzido deliberadamente, num primeiro momento, não para a busca de solução. Antes, ele busca informações concretas, **investigando como a decisão pode afetar as pessoas e coisas tanto a longo quanto a curto prazo.** Embora seja costume dar a oportunidade de falar às pessoas com capacidade de análise ou conhecimentos especiais e também às que representam indivíduos e famílias, **qualquer um é convidado a se pronunciar, desde que seja para acrescentar novas informações ou conhecimentos.**
> A etapa seguinte do processo desafia o grupo a **sugerir possíveis soluções, sem esquecer nenhum dos interesses manifestados pelos outros**. (ARMSTRONG, 2006, p. 42, grifo nosso).

Há questões relevantes que Armstrong relata com relação ao processo decisório de sua comunidade indígena, quais sejam: a) há solicitação para que as pessoas participem, contribuindo com informações; b) todas as informações são considerados, não havendo segregação ou preconceitos a respeito; c) não há visão de litígio, mas sim de uma busca de solução integrada; d) antes de se pensar, de modo próprio, em resolver a questão, aferem-se as consequências de uma eventual decisão tanto para a comunidade, quanto para o ambiente; e) todos são chamados a participar, tanto aqueles detentores de conhecimentos específicos sobre a questão, quanto os demais membros da comunidade; f) a comunidade, em conjunto, vai sugerir decisões possíveis, levando em consideração todas as informações coletadas.

Cumpre observar que na comunidade indígena de Armstrong, a condução para a tomada de decisão não traz uma perspectiva de litígio interpartes, sendo que, ao contrário, coloca a questão como de interesse da comunidade, para que, em conjunto, possam construir possíveis soluções. Além disso, todos os sujeitos são chamados a participar, sejam eles diretamente interessados ou não, estando aberta a possibilidade de toda e qualquer contribuição, sendo as manifestações consideradas de modo amplo, sem restrições, sejam elas decorrentes de conhecimentos formais ou saberes tradicionais.

E, dentro da proposição de Processos Pluriversais que se apresenta nesta tese, há que se vincar essa condução processualizada pela via da participação ampla e emancipadora, do diálogo de saberes, do conhecimento de diversidades e dos pluralismos, assim como da análise sobre como a decisão poderá afetar sujeitos, coletividade e ambiente. Há nessa perspectiva, portanto, conhecido nível de sustentabilidade na formação decisória, que se mostra processualizada, na medida em que se aporta na observância da necessidade de participação,

coleta de informações, validação da ampla dialogicidade, conhecimento das assimetrias, diversidades e pluralismos, além de chamar a própria coletividade para construir a decisão, o que a legitima.

Conforme demonstrado no capítulo 5 desta pesquisa, as Teorias do Processo indicadas não chegaram ao alcance e dimensionamento da necessidade de incorporação de narrativas diversas e plurais, assim como vem mantendo as garantias fundamentais do processo em níveis de abstração incompatíveis com perspectivas que se pretendam democráticas. Desse modo, a garantia à participação dos sujeitos processuais vem se construindo de modo performático, com exposições argumentativas e probatórias que deixam de incidir em profundidade nas desconstruções, aferições e questionamentos necessários à sua legitimação pela construção crítica de decisões.

De outro lado, a garantia do contraditório ainda se mostra estanque, eivada de dinamismo, na medida em que as decisões formuladas continuam a se perfazer como resultantes da argumentação acrítica dos sujeitos processuais, sem que haja níveis de complementaridade discursiva, mantendo, assim, a premissa de suposta vitória do melhor argumento. Desse modo, não há avanços ou contribuições que possam decorrem dessa participação ainda de veste litigiosa, bélica, hostil e opressora. Não bastasse isso, aventa-se a garantia da isonomia participativa dos sujeitos, que não passa de discurso mascarador da realidade ocultadora do fato de serem os sujeitos assimétricos em si e não assimila alternativas de desvelamento dessa realidade. O direito supostamente paritário e isonômico à participação não é nivelador, mas sim chancela a opressão, já que não cuida de articular os argumentos, informações e provas para serem complementares, mas sim para serem excludentes e oposicionais.

Desse modo e como alternativa, a proposta de Processos Pluriversais evidencia-se como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza, colocando em voga o conhecimento dos sujeitos, da coletividade e do ambiente (natural e social) como integrados e interdependentes, o que justifica o interesse e legitimidade para formulações decisórias que os contemplem seres e ambientes em diversidade e alteridade. Essa articulação promove a metacidadania ecológica, que parte do reconhecimento e promoção da proteção dos direitos da natureza, assumindo sua importância tal qual os direitos humanos (GUDYNAS, 2019).

Assume-se desse modo, uma dimensão compreensiva da metacidadania que incorpora os sujeitos-cidadãos, coletividade-cidadã e ambiente (social e natural) como integrados a toda uma comunidade ecossistêmica indissociável. Ou seja, as metacidadanias ecológicas assimilam-se por posicionamentos ecológicos e sustentáveis decorrentes da visão de alteridade dinâmica, plural e de incorporação de diversidades nas relações sujeitos-coletividades-

ambientes. Assim, não há como se conferir cidadania aos sujeitos e coletividades, excluindo-se desse contexto o ambiente, já que interdependentes.

A visão de cidadania, dentro da matriz ética antropocêntrica, coloca a racionalidade econômica e a visão míope de alocação sobreposta dos humanos à esfera protetiva de direitos. De outro lado, a natureza, embora conhecidos os seus direitos como direitos de terceira geração, ainda não se alocou, de modo formal, dentro das matrizes de cidadania. A proposição de se ampliar a cidadania para uma metacidadania ecológica comporta a ressignificação de cidadania, abarcando a natureza como detentora de direitos, em razão da matriz ecocêntrica e da racionalidade ambiental evidenciadas como diretrizes para a sustentabilidade.

Gudynas (2019, p. 222) afirma que "as metacidadanias são plurais", por comportarem multidimensionalidade de relações entre os sujeitos e o ambiente, a partir de bases formativas éticas, culturais, sociais e econômicas que direcionam as compreensões nos espaços ecossistêmicos. Assim, comunidades diversas apresentam inter-relações ambientais (socias e naturais) diversas, pelo que devem ser conhecidas, em alteridade, dentro dos pluralismos que as compõem e orientam. Há, desse modo, ruptura com as estruturas moderno-cartesianas binárias, que chancelam universalizações e padronizações, avançando-se para a proposição de conhecimento das metacidadanias como evocadoras das existências e da efetividade dos direitos humanos e direitos da natureza.

A metacidadania **processual** ecológica, por sua vez, compreende a existência dos direitos humanos e da natureza, incorporando o entendimento de que o exercício da metacidadania processual deve decorrer do diálogo dos saberes, para a construção decisória processualizada em que sujeitos, coletividade e ambiente sejam alocados em redes, dentro da perspectiva de integração e interdependência que os vincula e, mais que isso, que justifica a própria existência e vivência. Para isso, portanto, evoca-se a necessária observância às diretrizes formativas de decisões ecológico-sustentáveis a nível pluriversal e que redundam em construção das metacidadanias: participação dos sujeitos e coletividade para emancipação pela crítica, conhecimento das assimetrias, contraditório para (des)construção e complementaridade na diversidade.

Essa proposição, por ampliar as bases de cidadania para a visão de metacidadania, corrobora para a ruptura cartesiano-binária e oposicional dos modelos teóricos processuais de matriz antropocêntrica.

7.2.3.1 Rupturas com o binarismo e antagonismo de *partes*

As Teorias do Processo desenvolvidas a partir de vertentes epistemológicas chanceladoras das configurações cognitivas modernas, acabaram reproduzindo o modelo cartesiano ensejador do paradigma matemático para o Processo.

Não por acaso, Bülow alavancou sua perspectiva de configuração geométrica triangular e polarizada aos procedimentos, colocando em lados contrapostos o autor e o réu e o julgador acima de ambos, propagando, assim, a teoria do processo como relação jurídica (BÜLOW, 1964). Essa teoria evidencia os vínculos subjetivos estáticos, polarizados e decorrentes da racionalidade privatística, embora tenha se aportado como matriz de direito público. Além disso, o conceito de lide elaborado por Carnelutti coloca em voga a necessária contraposição e hostilidade como fundante da concepção processual (CARNELUTTI, 2000).

A vertente binária e oposicional, de justo-injusto, procedente-improcedente, por exemplo, foi a mesma vertente que sustentou a perspectiva dual de partes que se colocam em posição dialética[133]. Também por isso, há no Direito uma esfera normativista formal como se isso lhe conferisse certeza matemática, criando-se, assim, dogmas e ideologias pela impermeabilidade de pensamentos, argumentos e críticas que se constituam como alternativa ao modelo binário e bélico sustentado pelas matrizes processuais tradicionais e colonizantes, conforme se demonstrou no capítulo 5 desta pesquisa.

Faz-se importante destacar que marcos dogmáticos-ideológicos decorrem, de modo inevitável, da exclusão do Outro da efetiva participação nas construções de discursos e narrativas. Como alternativa, propõe-se a inclusão do Outro, assim entendido em sua dimensão ampla de interesses, para que a participação se perfaça a nível pluriversal.

A estrutura moderno-cartesiana binária criou um antagonismo próprio do simbolismo "autor-réu", e da concepção de "partes", com sentido de ruptura ou duelo que opõe entendimentos e interesses inconciliáveis e, portanto, litigiosos. Essa construção reproduz em escala uma visão de contraposição a corroborar com a estruturação do Processo pelo contraditório entendido como participação em que, cada um dos interessados apresenta seus argumentos e provas, almejando a que os pleitos e interesses de um dos lados sejam acolhidos. E ainda que haja acolhimento parcial, permanece ainda a visão oposicional. O avanço proposto nos Processos Pluriversais é de um contraditório ressignificado, comportando a integração de

[133] Acerca do pensamento de matriz dialética, Leff argumenta que esta se vincula a uma compreensão de totalidade tendente a abarcar, como dominação, a natureza, os corpos e saberes. Por isso, sustenta que "é necessário reavaliar a contribuição da dialética ao conhecimento crítico capaz de guiar a construção de uma racionalidade ambiental e de uma sociedade ecocomunitária. O pensamento dialético deve se reatar aos processos emergentes da complexidade ambiental para examinar os efeitos do pensamento metafísico e científico na crise ambiental e reorientar a ciência, o pensamento e a ação para a construção de uma racionalidade ambiental" (LEFF, 2006, p. 93).

saberes diversos e plurais, argumentos vincados em crítica, a fim de que haja a complementaridade na diversidade, abarcando-se, assim, os argumentos e interesses expostos não como oposicionais, mas como pontos de articulação de construções alternativas e inclusivas do Outro, em alteridade. Desse modo, perde-se o sentido de sustentação dos rótulos duais: partes e pólos.

Na compreensão de processo oriunda das matrizes tradicionais antropocêntricas, a construção de conhecimento se perfaz para fins de controle e poder e não como via construtiva de diálogo ampliativo de saberes ou ecologia de saberes, como se pauta dentro da proposição de Processos Pluriversais. Cumpre enfatizar que na perspectiva desta proposição pluriversal, sustenta-se na necessidade de se superar a compreensão de "partes", "pólos" das demandas, sejam elas em quaisquer tipos de formulações processualizadas (estatais ou comunitárias). Isso porque, para a continuidade da vida, deve-se retomar e sustentar o vínculo entre Processo e ecologia.

A ecologia vinca-se nas premissas ecossistêmicas e inter-relacionais, que repercutem numa integração em rede, formada pelos seres viventes e o ambiente (natural e social)[134]. Esse modelo decorre da busca de alternativas viáveis para perpetuação da vida, o que justifica a visão de natureza como ser vivente. De outro lado, o Direito e as matrizes teóricas processuais (na realidade, procedimentais) moderno-cartesianas, formulam-se a partir de uma compreensão de existência de limites e fronteiras – não ecossistêmica ou de rede de inter-relações. Além disso, no contexto desses diretrizes teóricas, a natureza ainda é vista como objeto e não como sujeito de direitos e como Outro a ser entendido e integrado em alteridade. Como se não bastasse, os processos são assumidos como estruturas estatais prescritivas de poder. E, como alternativa pluriversal, propõe-se que os Processos sejam garantia de perpetuação da vida, numa vertente ecológica e sustentável, de observância a direitos fundamentais e aos direitos da natureza.

A alocação dos sujeitos e da coletividade processual em contraposição, em lados opostos das demandas, cria e sustenta antagonismos e hostilidades, sobretudo em razão de seu vértice epistemológico colonizante que, em si e de modo oculto, chancela a manutenção das estruturas de poder e da violência. Ou seja, há um cinismo nos discursos de busca de soluções

[134] As questões ambientais envolvem diretrizes sociais, que, de modo inevitável, repercutem nas searas econômicas, políticas, jurídicas e culturais, conforme argumenta Leff, que ainda afirma: "a resolução de problemas ambientais [...] implica a ativação de um conjunto de processos sociais: a incorporação dos valores do ambiente na ética ambiental, nos direitos humanos e nas normas jurídicas que orientam e sancionam o comportamento dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e a apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesse em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos [...]; a interação interdisciplinar do conhecimento e da formação profissional e a abertura de um diálogo entre ciências e saberes não científicos". (LEFF, 2006, p. 241).

de conflitos pelos marcos teóricos processuais moderno-cartesianos, na medida em que acabam reproduzindo o belicismo e a polarização próprio da estrutura que o delineou[135].

Houve formulação de proposições para adequação da participação em vista da necessidade de solução de litígios complexos, em que as posições subjetivas acabam por conflitar com os interesses apontados na fase postulatório dos processos decisórios e que são possíveis de se alterar no "iter" procedimental. Assim, Cabral elaborou tese sustentando que os procedimentos devem ser despolarizados, devendo a legitimidade ser aferida para cada ato a ser praticado pelas partes, a depender do interesse específico (zonas de interesse). Assim, defendeu a possibilidade de migração dinâmica dos sujeitos entre os polos da demanda (CABRAL, 2009).

Note-se que a tese de despolarização, acaba por sucumbir à polarização colocando as partes em posições dinâmicas, mas oposicionais e antagônicas, ainda que se sustente uma legitimação ad "actum", como é o caso. A alternativa evidencia, de fato, ruptura com a matriz teórica da relação jurídica, assim como mantém-se vincada na bilateralidade que se opera durante a prática de cada ato procedimental. Assim, a zona de interesse defendida precisa ser aferida de modo dinâmico, o que, ainda assim, não se desvencilha das premissas de segmentação das partes vincadas em litígio e que se sustentam pelo litígio ainda que sob o discurso de despolarização.

Outra proposição apresentada foi a de multilateralidade dos sujeitos processuais, ante o reconhecimento da divergência de interesses pelas partes alocadas na mesma posição subjetiva. Assim, Elie Eid sustenta que o direito material pode definir formas de tutelas diferenciadas para uma mesma pretensão, dando ensejo à eventuais interesses divergentes. Desse modo, afirma que isso não torna coerente a alocação de sujeitos, com interesses díspares, na mesma posição subjetiva no âmbito processual. Desse modo, sugere que a aferição da legitimidade ad causam seja realizada após a manifestação dos sujeitos processuais para que haja oportunidade de correta indicação da pretensão e possibilidade de adaptação com a mudança de polo, o que caracteriza, portanto, a multilateralidade (EID, 2019).

Flaviane Barros elaborou tese no sentido de que "partes serão os sujeitos destinatários do provimento, afetados em sua esfera de direitos pela decisão [...]. Devemos aqui, ressaltar a importância do conceito de parte, compreendido como aquele que é o destinatário do

[135] Por isso, os chamados métodos alternativos de solução de conflitos não têm se mostrado exitosos. O ponto de partida e de chegada é uma relação não-integracional de alteridade, mas sim amparada em uma racionalidade econômica e em uma ética oposicional, havendo um paradoxo intrínseco a essa matriz que exclui a necessidade de ampliação dos saberes e se limita a manter limites e fronteiras. Não há, nesse sentido, uma visão ecossistêmica, integracional e em rede.

provimento, afetado por ele [...]" (BARROS, 2008, p. 181).

Esse conceito de parte é ponto de partida para a compreensão que nesta tese se pretende sustentar, na medida em que a se considerar, dentro de uma proposição de Processos Pluriversais, que os sujeitos processuais se afiguram como aqueles afetados pela formulação decisória, há que se considerar, portanto, dentro de uma vertente integracional ecológica e sustentável, que todos os seres viventes e o ambiente serão afetados, em maior ou menor medida, pelas decisões. Assim, a participação deve ser ampliada para o acoplar informações, saberes e compreensões diversas e plurais que repercutam na formação de decisões pela crítica operada em níveis emancipatórios e de cons-ciência. Há, nesse contexto, ampliação das bases de interesse dos sujeitos, pelos vínculos intersubjetivos integracionais e em rede, o que elimina, desse modo, a necessidade de polarização das demandas, sejam elas alocadas em processos estatais ou comunitários.

Acerca da comunidade indígena de Penticton, em British Columbia, Canadá, onde nasceu Jeannette Armstrong, já se apresentou nesta pesquisa pontos de destaque nos critérios de tomada de decisões daquela coletividade, que chama à participação todos os sujeitos, considerando, de modo amplo e irrestrito, todas as informações levadas, além de se aferir de que modo possíveis decisões poderão afetar a comunidade e o ambiente a nível de sustentabilidade. Há que se avançar na análise desse caso concreto, enfatizando a inexistência de litígio e partes, na vertente binária preconizada pelo Direito moderno.

Ao contrário disso, nessa reserva indígena parte-se de uma questão a ser resolvida e toda a comunidade é chamada a participar, sem que haja a alocação dos sujeitos em pólos adversariais. Não há segregação ou rupturas entre "partes" em sentido oposicional, havendo um sentido de processo integrativo dos sujeitos para construção conjunta da decisão. O que existe é uma distribuição de funções para aferição conjunta, e de acordo com cada atribuição, viabilizando a consideração de aspectos múltiplos que podem ser afetados pela decisão a ser tomada.

Assim, Armstrong explica que há papéis como "anciões", mães, "pais" e "jovens". A atribuição de "ancião" não possui qualquer relação com a idade do sujeito, mas sim com a sua condição de "pensar e falar sobre a terra" (ARMSTRONG, 2006, p. 43) e, nesse sentido, não importa qual é a questão a ser decidida, em toda e qualquer decisão a ser tomada, há sempre a avaliação acerca da "maneira como a decisão vai afetar a terra. Como ela vai afetar os nossos alimentos? Como ela vai afetar a nossa água? Se a terra for afetada, qual será o impacto sobre meus filhos, netos e bisnetos?" (ARMSTRONG, 2006, p. 43).

Há uma dimensão ampla e pluriversal da análise dos impactos da decisão, que leva em

consideração os sujeitos, a coletividade e o ambiente. Ou seja, há o comprometimento de se pensar a nível sustentável em todas as decisões a serem formuladas.

Ainda analisando os papéis exercidos nas tomadas de decisão da comunidade indígena de Armstrong, cumpre explicar que aqueles sujeitos incumbidos de exercerem a atribuição de "mães" verificam quais serão os impactos da decisão nas relações comunitárias e em grupos específicos, a exemplo de crianças e idosos. Há que se destacar que as "mães" podem ser homens e, portanto, não existe relação com gênero ou com a efetiva maternidade, devendo somente cumprir as atribuições conferidas. Da mesma forma, os "pais" podem ser mulheres e incumbe-lhes analisar como as possíveis decisões afetarão questões como segurança da comunidade, sustento e moradia, assim como verificam os possíveis custos envolvidos. Por fim, cabe aos "jovens", não importando a idade, a atribuição de atuarem de forma criativa, inovadora, sugerindo alternativas e novas abordagens que levem a comunidade a um futuro melhor (ARMSTRONG, 2006, p. 43).

Portanto, evidencia-se que no processo comunitário de tomada de decisões "en'owkin" há uma dimensão integrada e contributiva na formulação das alternativas e soluções, sem chancela de litígios ou de polarização de "partes". O que existe na procedimentalidade "en'owkin" é a efetiva cooperação integracional de bases sustentáveis, em que os sujeitos, a comunidade e o ambiente são todos considerados em uma vertente participativa e, sobretudo, de conhecimento das assimetrias e da importância ecossistêmica do todo. Há, nesse contexto, a legitimação dos sujeitos e do ambiente, de modo abrangente, conferindo uma visão pluriversal ao processo de tomada de decisões.

Nesse contexto de Processos Pluriversais, portanto, importa a participação sem a necessária chancela rotulatória de posicionamento intersubjetivo, bastando o conhecimento da alteridade e da importância de diálogo e ecologia dos saberes vincadas em racionalidade ambiental, compreensiva da necessidade de formação decisória integrada, abarcadora das inter-relações. As proposições de bipolaridade, multipolaridade ou despolarização, guardadas as particularidades já apresentadas, decorrem e continuando reproduzindo uma visão dialética, dual, binária e adversarial. Como contraponto a tese de Processos Pluriversais que se apresenta vinca-se em uma visão pluriversal, integracional, partindo de premissas de solidariedade e alteridade, responsiva e ampliativa da cons-ciência.

Avaliada essa vertente, cumpre, então, aferir de que modo a garantia do contraditório se reconfigura, assumindo a necessária atribuição de complementaridade da diversidade, incorporando a alteridade e as diferenças como fundantes da ecologia dos saberes e da processualização pluriversal de base sustentável.

7.2.4 Do contraditório à complementaridade da diversidade: garantia fundamental aos espaços discursivos críticos-formativos

De modo paradoxal, na obra intitulada “Processo e Democracia”, Calamandrei evidenciou sua compreensão de contraditório como sendo a “dialética do processo”. Justificou seu entendimento argumentando que o julgador assume o papel de protagonista e, abaixo dele, haveria, então, a figura do autor e réu, partes em dialeticidade e “antagonistas entre si”. Desse modo, afirma que o processo pode ser “comparado a um duelo ou um confronto esportivo, mas é um duelo de persuasões e um confronto de argumentos” (CALAMANDREI, 2018, p. 83-84). Além disso, sustentou que o processo se delineia “no interesse da justiça e do juiz, que, mesmo na contraposição dialética das defesas opostas, encontra, sem cansaço, o melhor meio para ver, diante de si, iluminada sob os mais diversos ângulos, a verdade totalmente inteira” (CALAMANDREI, 2018, p. 88).

Assim, considerando-se a vinculação teórica de Calamandrei à matriz relacionista, evidencia-se, uma vez mais, a configuração procedimental articulada como ode à formulação de decisões autoritárias, embora a narrativa busque colocar máscara e se travestir de vertente democrática. No entanto, não há tangenciamento dessas diretrizes com a democracia, por colocar o julgador em sobreposição às partes. Além disso, o contraditório visto como dialética ancora o procedimento em um arcabouço bélico, hostil, binário e mecanicista, incapaz de solucionar conflitos. Ao contrário, há estímulo à criação de novos conflitos, na medida em que as diversidades são invisibilizadas, dando azo à criação de ideologias incompatíveis com estruturações que se pretendam democráticas.

Vertendo para a necessidade de ampliação dos diálogos a nível de cooperação interinstitucional, sustentando, assim, que essa diretriz ampliará possibilidades de solução de demandas, Flávia Hill e Humberto Pinho (2021) sustentam que a “complementaridade” é um dos pilares capazes de açambarcar a existência dos pluralismos, que deve ser visto, portanto, como possibilidade de compartilhamento de alternativas entre os diversos entes e sujeitos processuais.

E, propondo pesquisa acerca da garantia do contraditório que não se afigure em termos estéticos e que rompa com as estruturas de violência que permeiam, sobretudo, a estrutura procedimental penal, Flaviane Barros desenvolve projeto de pesquisa no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, intitulado “A estética do

contraditório: o risco da violação de direitos de pessoas vulneráveis em audiência penal". Nesse sentido, a pesquisa busca analisar o modelo de justiça criminal e a operatividade do contraditório, que acaba sucumbindo em atuações violadoras dos direitos dos sujeitos vulneráveis, na medida em que se enreda em uma distorção das subjetividades, pela inobservância das diversidades e pluralismos existentes (BARROS, 2021).

Assim, evidencia-se a necessidade de se repensar e ressignificar a garantia ao contraditório, para que seja capaz de incorporar as dimensões ético-epistemológicas e processualizadas que seja, de modo efetivo, aderentes à perspectiva democrática.

A proposição de Processos Pluriversais que se desenvolve nesta pesquisa, por incorporar uma ética ecocêntrica vincada em epistemologias decoloniais e em racionalidade ambiental, conduz à necessidade de aferição do contraditório como garantia de participação dos sujeitos, das coletividades e do ambiente, na medida em que recepciona diretrizes ecológico-sustentáveis para as formações decisórias. Os Processos Pluriversais baseiam-se no conhecimento do Outro e das diferenças e em seu não-silenciamento pelas estruturas de poder. Essa diretriz propugna, portanto, por epistemologias e racionalidade que comportem a dimensão de Ecologia Profunda, preconizadora da inter-relação dos seres humanos, das comunidades e dos ambientes (NAESS, 1995).

A racionalidade ambiental mostra-se, portanto, como alternativa por comportar o diálogo de saberes em vista da integração entre os seres viventes e natureza. Daí, surge a dimensão de epistemologia ambiental, como articuladora crítica de pensamentos contra hegemônicos, que operem em abertura sistêmica para os diálogos de saberes, abarcadores de diversidade e pluralismos (LEFF, 2006).

A existência de conhecimentos diversos que sejam capazes de assimilar outros saberes e, assim, interagirem entre si, ampliando conhecimentos e rearticulando-os para fins de ampliação dos espaços discursivos pelas críticas operadas, repercutem em um diálogo (LEFF, 2006) ou ecologia de saberes (SANTOS, 2019a). E, neste ponto, acerca da ecologia de saberes, Boaventura de Sousa Santos a define como "copresença de diferentes conhecimentos" reunidos e aptos à criação de perspectivas diversas que levem à alternativas pós-capitalistas, pós-coloniais e pós-patriarcais, como ruptura a modos de dominação impostos. Desse modo, abrem-se espaços para o reconhecimento das subjetividades e identidades diversas, além das matrizes ético-epistemológicas incorporadoras de discursos coletivos. Por isso, sustenta-se a necessidade de epistemologias alternativas para uma atuação de ampliação cognitiva global (SANTOS, 2019a).

A compreensão do contraditório como garantia, ainda pensado como apresentação de

argumentos e provas pelos sujeitos processuais, mesmo que haja seu dimensionamento para uma figuração dinâmica e supostamente aportada nos diálogos das partes, ainda não alcança uma compreensão que abarque, a nível crítico e emancipatório, a participação dos sujeitos, das coletividades e do ambiente, que são, de modo inevitável, interdependentes. Por isso, dentro da proposição que se apresenta nesta pesquisa, em torno dos Processos Pluriversais, aventa-se a ressignificação do conceito de contraditório para que esta garantia esteja apta a incorporar o diálogo de saberes por um saber ambiental[136], inclusivo das diversidades e pluralismos. Desse modo, o conhecimento do Outro como diferente, assim como a visão de alteridade decorrente dessa incorporação, redundam em um contraditório como complementaridade e não como oposição. Há que se obter, a partir dessa diretriz, uma construção ampliativa dos saberes, ao invés do sufocamento ou extermínio de argumentos díspares.

O contraditório, nos moldes delineados pelas matrizes teórico-processuais, acaba por reproduzir uma racionalidade totalizadora, homogeneizante, como se houvesse um ou outro lado a se considerar como correto e procedente. Essa modelagem gera acomodação de pensamentos unitários, refutando diversidades, além de criar um ambiente dialógico performático, de suposta elaboração conjunta das decisões, quando, na realidade, acabam-se reproduzindo discursos acríticos e de manutenção das estruturas de poder. Por isso, Leff argumenta que "as reinvindicações pela igualdade no contexto dos direitos humanos genéricos do homem, e suas aplicações jurídicas através dos direitos individuais, são incapazes de assumir esse princípio político da diferença que reclama um lugar próprio dentro da cultura da diversidade" (LEFF, 2006, p. 313). Assim, sustenta-se nesta tese a necessidade de aferição do contraditório para fins de se promover sua (des)construção e reconstrução crítica, dada a sua importância fundamental para a própria concepção de Processo.

Dentro da proposição de Processos Pluriversais, o contraditório deve se construir, portanto, pela complementaridade na diversidade. Significa que não se devem anular as compreensões ou argumentos do Outro, mas sim devem-se incorporar os saberes diversos para que sejam complementares, viabilizando-se, assim, ampliação dos conhecimentos e da consciência. Isso porque posicionamentos contrários ou diferentes abrem espaços a novas perspectivas e devem ser levados à aferição crítica, ser considerados e sobre eles devem ser formulados questionamentos, de modo a se (des)construir o conhecimento e reconstruí-lo como

[136] Acerca do saber ambiental e do ambiente, Leff afirma que o saber ambiental busca a reconstituição das identidades para a ruptura com as totalizações. E sustenta que "o ambiente é o outro complexo na ordem do real e do simbólico, que transcende a realidade unidimensional e sua globalidade homogeneizante, para dar curso ao porvir de um futuro sustentável, aberto ao infinito pelo poder da criatividade, da diversidade e da diferença" (LEFF, 2006, p. 293).

alternativa a novos diálogos e saberes.

Acerca da complementaridade, Pablo Solón a conceitua, levando em consideração as diversidades e a alteridade como alternativa à construção de soluções. De modo equivocado, poderia se pensar na diversidade como excludente ou oposicional, mas, em verdade, trata-se de uma vertente de abertura à complexidade dos conhecimentos. Assim:

> Complementar-se é completar-se. É buscar construir um todo diverso. É dialogar entre diferentes. É aprender e contribuir com o outro. É reconhecer forças e fraquezas para integrar-se e transformar-se na interação. Em suma, é combinar forças e potencialidades para ir abraçando o todo em suas múltiplas dimensões. [...] O objetivo não é apresentar uma alternativa totalizante, mas desenvolver múltiplas alternativas holísticas que se entrelacem e se articulem. (SÓLON, 2019, p. 197).

O contraditório, levado à dimensão de complementaridade da diversidade, articula-se com a proposta de Processos Pluriversais, partindo da premissa da necessidade de respeito e incorporação das diferenças e pluralismos em dimensão ecossistêmica. O que se propõe, nesse contexto, é a assimilação das diferenças para que se completem ou para que criem ou fortaleçam saberes aferidos pela crítica. Deve-se buscar aprender a partir das diferenças, estimulando-se que elas existam e conhecendo sua importância para promoção dos saberes e para a construção de alternativas decisórias democráticas e pluriversais.

A complementaridade na diversidade é utilizada, ainda que sem essa configuração específica, pela comunidade indígena canadense por meio dos processos como integração e prática "en'wokin". Desse modo, Armstrong destaca o objeto do processo decisório em sua comunidade indígena e, assim, expõe:

> O objetivo do processo não é as pessoas persuadirem a comunidade de que elas estão certas, como ocorre num debate. Mas fazer com que **cada indivíduo entenda da maneira mais clara possível as razões por que as opiniões dos outros são contrárias às suas.** Cada pessoa é responsável por perceber as visões, preocupações e razões das outras, já que **é do interesse dela própria que a decisão atenda às necessidades de toda a comunidade**.
> Como esse processo não exige a concordância de todos – pois isso raramente ocorre -, o resultado é cada um ser totalmente informado durante o processo sobre o que vai acontecer e como cada pessoa vai contribuir. A ação finalmente escolhida será melhor possível para a comunidade [...]. Os anciões descrevem esse processo como "o melhor da mente grupal". **A palavra que eles usam significa algo como "a nossa completude"**. (ARMSTRONG, 2006, p. 44, grifo nosso).

O avanço dessa formulação está no fato de que a comunidade não faz do processo decisório um espaço adversarial em que se impõe a decisão pela consideração do melhor argumento. Ao contrário disso, o que ocorre é a configuração do processo como garantia de construção da decisão considerando as razões dos sujeitos e da coletividade, levando-se em

conta as divergências, para que, a partir delas, possa haver a busca de novas perspectivas e inovações. Busca-se compreender o argumento do Outro, conhecendo-se a sua importância na comunidade, para que, assim, possa haver ampliação do próprio conhecimento e da consciência. Trata-se, nesse sentido, de uma construção decisória integracional apta a considerar diversidades e pluralismos como agregadores de formulação de decisões democráticas para a comunidade.

A processualização pluriversal como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza parte de pressupostos ecológicos e de sustentabilidade. Isso porque baseia-se em epistemologias decoloniais e ambientais, vincadas em matrizes ecocêntricas, em que os sujeitos processuais, coletividade processual e ambiente sejam considerados, em suas diversidades, pluralismos e conhecendo-se as assimetrias que o sistema lhes impõe pelas ideologias e estruturas de dominação. O fundamento dos Processos Pluriversais decorre ainda da inclusão do Outro, a nível de alteridade, para que os diálogos se promovam baseados no conhecimento das diferenças para fins de decolonização do saber, ampliação dos conhecimentos e da consciência crítica. Destaca-se, portanto, no contexto dessa proposição pluriversal, a importância do contraditório como complementaridade na diversidade, na medida em que compreensões e argumentos diferentes precisam ser considerados e aferidos para construção de decisões que incorporem saberes, que os amplie e que seja, de modo efetiva, democráticas.

7.2.5 Da ampla argumentação ao diálogo processual-ecológico dos saberes

A garantia processual à ampla argumentação, dentro de uma perspectiva democrática, decorre da necessidade de que a participação dos sujeitos seja efetiva, indicando possibilidade de apresentação de argumentos e provas, que corroborem para a formulação da decisão. Essa concepção, que é sobretudo principiológica, mostra-se inderrogável e serve como base de legitimação das construções processualizadas.

A ampla argumentação vincula-se, portanto, aos aspectos fáticos e fundamentos jurídicos apresentados pelos sujeitos processuais, dentro de um contexto de situação legitimante, que decorre da faculdade ou dever de ser parte no Processo, pelo fato de que esses sujeitos serão afetados pela decisão, sendo, portanto, legitimados pelo interesse (GONÇALVES, 1992). E, como decorrência, as decisões se legitimam pela participação desses sujeitos processuais, a destacarem, no curso do procedimento, seus argumentos e o respectivo arcabouço probatório.

Evidencia-se, portanto, que a ampla argumentação, dentro do contexto processual

democrático, deve se vincular à participação dos sujeitos processuais, além de decorrer da necessidade de apresentação de argumentos e provas capazes de corroborar com o deslinde da questão posta em análise, a fim de que seja elaborada decisão fundamentada.

Partindo-se dessa premissa, busca-se avançar para a busca de uma proposição processual pluriversal, vincada na formação de decisões ecológicas e sustentáveis. Nesse contexto, aventa-se que a ampla defesa deva decorrer de um modelo de participação emancipatória pela crítica operada e que tenha o contraditório como decodificação, assim como complementariedade na diversidade. Desse modo, a inclusão dos sujeitos de direitos no Processo deve se dar para fins de emancipação, o que significa que os sujeitos devem participar, em ampla argumentação crítica e cons-ciente, para descontruir e desvelar eventuais estruturas de dominação. A ampla argumentação, nesse sentido, deve se prestar a criticar, (des)constuir e decodificar a realidade (im)posta, devendo essa operação crítica se perfazer pelo diálogo processual ecológico de saberes. Ou seja, o Processo é garantia de desvelamento da dogmática ideológica operada pelas estruturas de poder[137].

Logo, para que haja ganho democrático, a presente tese busca formular proposição de Processos Pluriversais, a exigir, como base legitimante, que os sujeitos (em suas diversidades), coletividade (com seus pluralismos) e ambiente (natural e social) possam estar em questão, na medida em que todas as decisões, em maior ou menor medida, afetam a coletividade e a natureza, ante a interdependência e integração ecossistêmica que os vincula. E, conforme já se expôs, as premissas de sustentabilidade partem dessa visão integracional, que precisa ser considerada, vez que, se a legitimação para o Processo decorre do fato de serem os sujeitos afetados pela decisão, parece (eco)lógico que haja aferição da participação e dos impactos decisionais para os sujeitos, a coletividade e os ambientes.

O exercício da ampla argumentação, dentro da matriz processual pluriversal, parte do pressuposto de que a participação não se perfaz pela mera possibilidade de dicção dos sujeitos, que, de modo inevitável, conforme já se demonstrou, não costumam estar em simétrica paridade, havendo assimetria entre eles. Por isso, a participação pluriversal precisa se perfazer a partir da inclusão dos sujeitos ao Processo para que, pela via formativo-crítica, possa atuar

[137] Não por acaso, Vinícius Diniz Monteiro de Barros aponta para a importância inarredável da ampla defesa, que deve ser efetiva ante a formação dos sistemas jurídicos pelos próprios sujeitos, sob pena de se alocarem como "homo sacer". Essa compreensão de "homo sacer" foi articulada por Giorgio Agamben, para descrever aqueles que são incluídos nos sistemas jurídicos de modo meramente performático, mas que em realidade, estão mortos pelo próprio sistema que os exclui. E, fazendo esse paralelo, Monteiro de Barros evidencia que a ampla defesa somente se exerce como garantia e como jurisdição democrática pela "co-construção dos provimentos estatais pelas partes", o que, se inobservado, acaba por reduzir os sujeitos a meros "homo sacer" (MONTEIRO DE BARROS, 2016, p. 261).

para emancipação. Essa participação, portanto, torna imprescindível a existência de diálogo processual-ecológico dos saberes, viabilizando a ampliação dos conhecimentos pela articulação epistemológica entre saberes diversos, plurais e científicos, dando ensejo ao conhecimento emancipatório e ampliativo dos discursos.

A ecologia de saberes coloca em voga a existência e conhecimento de epistemologias tradicionais e alternativas, preconizando a necessidade de interlocução entre saberes diversos e plurais, viabilizando, desse modo, a formulação de cognição contra-hegemônica. Por isso, sustenta-se a necessidade de se passar da esfera de conhecimento-regulação para conhecimento-emancipação, ou seja, dos saberes que se articulam para a dominação e manutenção das estruturas de poder para os saberes formulados pela crítica que desvelam e emancipam (SANTOS, 2010). Desse modo, a ecologia de saberes formula-se como diálogo dos conhecimentos pela sistematização de abertura dinâmica e horizontal de conhecimento e interação entre esses saberes, a fim de se promoverem ampliações cognitivas e críticas.

Desse modo, a ampla argumentação, nos moldes evidenciados pelas Teorias do Processo até então formuladas, vislumbra a consideração estanque de cada argumento, embora dialoguem entre si, e das respectivas provas. Já na perspectiva do diálogo de saberes ecológico-processualizado propõe-se a articulação de argumentos que dialoguem de forma ampla, efetiva e que vise questionar, (des)construir e reconstruir as bases argumentativas de modo relacional, para fins de ampliação da cognição e da cons-ciência crítica. Ou seja, para além dos argumentos estanques, deve-se aferir de que modo a decisão pode afetar os sujeitos, a coletividade e o ambiente, para que, assim, haja a formulação de decisões integrativas, solidárias, responsivas e sustentáveis.

Essa proposição viabiliza, inclusive, a construção pluriversal pelos sujeitos processuais, resultando em formação decisória ecologizada, ou seja, em decisões construídas de forma integrativa. E, assim, criam-se oportunidades de solução de conflitos e de questões que rompam com o belicismo e a hostilidade contida nos procedimentos litigiosos, que assumem uma visão dialética, dual, binária e oposicional. Assim, os Processos Pluriversais apresentam-se como alternativa a esse modelo matemático-cartesiamo de procedimentos que colocam os sujeitos de lados opostos, promovendo uma visão polaridade ou multipolarizada, que incentiva o conflito ao invés de solvê-lo.

A partir da proposição de diálogo processual-ecológico de saberes, o que se busca é a construção de solução pelos sujeitos, a partir da interação de conhecimentos diversos e plurais e de argumentos que se coloquem para que os sujeitos os avaliem e os critiquem no sentido de incorporar e compreender as razões do Outro. Ainda que os sujeitos sigam pensando de modo

diferente uns dos outros, essa vertente dialogal deve ensejar inovação e possibilidade de se pensar outras alternativas para solução das questões postas.

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 158) afirma que "a ecologia de saberes tem de ser produzida ecologicamente: com a participação de diferentes saberes e de seus sujeitos". É por essa razão que se acentua a relação entre Processo e Ecologia, já que a participação em ampla argumentação, pela via crítica e emancipatória, em que sejam abarcadas diretrizes de saberes diversos e plurais dos sujeitos e da coletividade, assume uma dimensão ecológica e incorporadora do ambiente. Daí também possuir viabilidade sustentável pela via de construção e ampliação dos saberes e dos níveis de cons-ciência crítica. Essa é uma das bases legitimantes dos Processo Pluriversais que se configuram, portanto, como garantia de direitos fundamentais e de direitos da natureza.

Analisadas, portanto, as bases formativas e as bases legitimantes dos Processos Pluriversais, cumpre verificar esta proposição como diretriz alternativa para a ampliação de saberes e construção de decisões legitimadas pela complementaridade e pela participação diversa e plural, assim como viabilizam o exercício das metacidadania, criando-se, desse modo, uma efetiva adesão às premissas democráticas.

7.3 Processos Pluriversais como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza

Pela proposição que ora se formula na presente tese, há que se ampliar a compreensão de Processo, viabilizando a incorporação de matrizes decoloniais, vincadas na participação emancipatória pela incorporação de pluralismos e diversidades. A partir dessa proposição, portanto, entende-se Processo como garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza. Essa concepção amplia o Processo para uma diretriz de sustentabilidade e pluriversalidade ecológica, na medida em que propõe a integração dos seres humanos, coletividade e natureza, considerando a interdependência e necessidade, portanto, de se integrarem os diálogos. Esses diálogos pautam-se na complementaridade da diversidade, a fim de se construírem decisões em que os seres viventes e o ambiente tenham condição de se apresentarem como metacidadãos, como sujeitos de direitos e sujeitos processuais.

Assim, o que se pretende com a configuração de Processos Pluriversais é a possibilidade de formação decisória, por bases construtivas plurais e diversas que repercutam em formulações alternativas e afastadas das dicotomias, dualismos e hostilidades que moldaram as teorias

processuais moderno-cartesianas [138] . Logo, há uma proposição de avanço em termos democráticos, a partir dos Processos Pluriversais, na medida em que se evidencia a necessidade de conhecimento das pretensões dos sujeitos e da coletividade processual, assim como do ambiente, com integração e inclusão de seus saberes e interesses.

Poderia se conjecturar o avanço do Direito, que se ampara em uma vertente moderna-capitalista, para se pensar em "Direitos" – no plural -, a partir de uma visão ampliativa e que se construa pela articulação de diálogos e saberes e que, sobretudo, gere a expansão da participação democrática dos sujeitos processuais. Enquanto o Direito vem se vincando em um arcabouço estatalista, falar em Direitos ou Pluralismo Jurídico leva à garantia participativa em que a ecologia de saberes se perfaça como identitária, representando, de modo efetivo os pleitos em suas diversidades. Trata-se, portanto, de uma construção de Direitos emancipatórios, capazes de libertar os sujeitos dos estigmas da colonialidade e da violência.

Aventa-se na tese que ora se desenvolve, que essa (des)construção e reconstrução das premissas participativas e, de modo efetivo, democráticas, devam decorrer de uma reconfiguração dos saberes, o que tangencia diretrizes epistemológicas, sobretudo de matriz decolonial. Em decorrência disso, os saberes científicos e não-científicos, de modo abrangente, precisam ser conhecidos e submetidos à crítica, para a configuração de uma ética crítica-construtiva de novas alternativas contra-hegemônicas. Considera-se que essas diretrizes resultarão em ganho democrático, a partir de uma visão integracional dos sujeitos, coletividade e ambiente, em suas diversidades e pluralismos. Há que se conhecer o Outro e integrá-lo aos processos, construção de discursos, narrativas e soluções, dentro de uma dimensão de alteridade e racionalidade ambiental, aptas ao conhecimento da interdependência para criação de decisões e ambientes ecológicos e sustentáveis.

Com essa diretriz, a democracia não pode ser reduzida a uma compreensão que reforce a imposição de estruturas dominantes que se aportem vencedoras por critérios majoritários e hegemônicos de suas afirmações. Essa configuração de democracia representativa e majoritária acaba por excluir as minorias, além de reforçar polarizações e adversidades. Tanto é assim que Armonstrong sustenta que "a verdadeira democracia não significa poder em termos numéricos, mas colaboração enquanto um sistema organizado. A verdadeira democracia inclui o direito da

[138] O pensamento dual e binário não tem aderência às concepções pluriversais. Tanto é assim, que Arturo Escobar afirma que o pluriverso se refere à compreensão acerca da existência de múltiplos mundos, a significar reconhecimento ontológico do Outro e de epistemologias diversas, inclusive decoloniais. Sustenta ainda que o pluriverso deve também incorporar a dimensão de mundo limitado, de fluxo limitado da vida, ao mesmo tempo em que assume a complementaridade entre os mundos e os saberes, que são, de modo inevitável, interligados que, ao invés de se afastarem, devem buscar alternativas e construções ontológicas possíveis (ESCOBAR, 2020, p. 26-27).

minoria a uma solução que não dependa da tirania de uma maioria complacente ou agressiva" (ARMSTRONG, 2006, p. 45).

A processualização decisória necessita conhecer os espaços ocupados, o "não-lugar" daqueles que foram desterritorializados e conhecer as diferenças, para que estas se vejam incorporadas às construções de soluções em que sujeitos, coletividade e ambiente se vejam representados, o que lhes confere, portanto, legitimidade. Ou seja, decisões legitimam-se pela efetiva participação dos sujeitos, que, de modo cons-ciente, participam da sua formulação, a significar existência de base emancipatória pela inclusão e integração operadas para o exercício do contraditório como via de decodificação e (des)construção das estruturas dominantes. Nesse sentido, pode-se afirmar, dentro da matriz de Processos Pluriversais, que decisões legítimas são decisões sustentáveis, que garantam a participação emancipadora e em contraditório como complementaridade dos sujeitos (diversidades), da coletividade (pluralismos) e considerando-se o ambiente natural e social. Essa é a ecologia processual que se pretende e que se perfaz, de modo efetivo, democrática.

Tomando como referência os estudos desenvolvidos por Arturo Escobar, acerca da existência de territórios epistemológicos, geográficos e ontológicos da diferença, sustenta que a existência das vidas e das conexões dos seres e do ambiente como uma rede. Nesse sentido, afirma que as crises democráticas, sociais e ecológicas no planeta não decorrem, de modo único, de problemas da ciência, mas sim de problemas decorrentes da existência e das compreensões de mundo, sugerindo, assim, a construção da (re)existência (ESCOBAR, 2008, p. 311).

O direito à diferença ou o direito ao conhecimento de perspectivas plurais trata-se de direito fundamental e direito da natureza, que devem ser garantidos pela via dos Processos Pluriversais. No Brasil, o artigo 216 da Constituição da República de 1988, institui o direito à identidade, às memórias dos povos originários e tradicionais, garantindo-lhes o direito à manifestação de suas expressões culturais, artísticas, científicas, entre outros, nos seguintes termos:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Assim, há previsão constitucional chancelando o conhecimento e prevendo a inclusão de sujeitos, em suas diversidades, e das coletividades, em sua dimensão plural, dando guarida às formações identitárias e necessidade de sua preservação como patrimônio material e imaterial das minorias, dos grupos originários e tradicionais. Há ainda previsão constitucional a chancelar o direito fundamental à participação desses grupos no Sistema Nacional de Cultura para promoção das diversidades e dos saberes, voltados à garantia dos modos de vida e ao exercício dos direitos culturais identitários desses sujeitos e comunidades. Assim:

> Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.
> § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios
> I - diversidade das expressões culturais
> II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais
> III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais
> IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural
> V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas
> VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais
> VII - transversalidade das políticas culturais
> VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil
> IX - transparência e compartilhamento das informações
> X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social
> XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações
> XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. (BRASIL, 1988).

As violências degenerantes a que foram submetidas as comunidades originárias e tradicionais do Sul-global repercutiram no deslocamento desses sujeitos e coletividades de seus territórios, deteriorando sua cultura, modos de vida, memórias, corpos e identidades, portanto. Para esses povos, o próprio Estado se afigura como estrutura de poder e manutenção da violência, assim como trata-se de predação cultural a imposição de Direitos a que devem sucumbir. Esses Direitos são elaborados por classes dominantes. Do mesmo modo, a superiorização das pesquisas científicas como moldura de conhecimentos válidos[139], em

[139] Linda Tuhiwai Smith, mulher indígena da comunidade Maori, da Nova Zelândia, em sua obra "Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas", acentua a colonização dos povos e dos seus conhecimentos. Afirma, nesse sentido, que o próprio termo "pesquisa" foi construído sobre bases coloniais e imperialistas europeias, desacopladas das compreensões sobre os saberes indígenas. Por isso, sustenta a necessidade de se reescrever, recontar e repesquisar para produção de conhecimentos pós-coloniais e anticoloniais. Desse modo, ensina: "pesquisa é um dos modos pelos quais o código subjacente ao imperialismo e ao colonialismo são ambos regulamentados e percebidos. A regulamentação é realizada por meio de regras formais de cada disciplina

contraposição aos saberes das comunidades, enfim, todos esses exemplos se afiguram como aparelhos ideológicos do Estado, como anunciou Althusser (2022).

E, sem menosprezar a importância do artigo 216 da Constituição da República do Brasil, acima transcrito, esse dispositivo acaba também por chancelar, de modo paradoxal, a manutenção do Estado como estrutura de dominação, como se os sujeitos e comunidades minoritárias dele dependessem para viver e sobreviver. E foi essa mesma estrutura que os dizimou e silenciou. Ou que os dizima e silencia. No presente. Entre a narrativa, os discursos e a prática de opressões, existe um abismo e as opressões se perpetuam.

Ailton Krenak, indígena de Minas Gerais, destaca que "normas jurídicas não são poesia". Explica que esteve presente nas discussões pautadas durante a Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição Brasileira de 1988 e afirma que foi uma atuação participativa fundamental, na medida em que, na ocasião, conseguiu demonstrar, com muita dificuldade, insistência e apesar de muitas resistências, a importância de se implementarem "novos direitos" no sentido de conhecimento dos direitos fundamentais à proteção dos patrimônios culturais materiais e imateriais das comunidades originárias e tradicionais. Nesse sentido, Krenak compartilhou sua compreensão no seguinte sentido:

> A nossa participação na Constituinte foi muito rica e reflexiva porque a gente estava ao mesmo tempo descobrindo novos direitos, projetando para o futuro esses novos direitos e, na verdade, inventando novas dimensões de mundo, novos lugares de vivência de exercício da cultura e da subjetividade. Quando os indivíduos conseguem atinar com a grandeza, com a amplidão que a cultura ganha com a imaterialidade, ambos, cultura e indivíduo, transcendem. O sujeito deixa de ser um animal doméstico e se torna mais capaz de interagir no mundo, não no mundo no sentido restrito da sua cultura própria, mas de interagir com outras culturas, se comunicar a transformar as múltiplas realidades. É como se o indivíduo ganhasse óculos que permitissem a ela enxergar múltiplas realidades e o tirassem desse chão plano onde estamos o tempo inteiro pregados, colados pela dura realidade, a assumir uma realidade monolítica, a encarar uma realidade estruturada. E esses óculos permitem que as pessoas percebam as múltiplas realidades e como elas são, o tempo inteiro, mutantes. (KRENAK; CAMPOS, 2022, p. 20).

Essa manifestação indica uma compreensão pluriversalizante, embora não ainda e por completo, pluriversalizada. Isso porque houve a participação de um representante indígena, Ailton Krenak, que se articulou de forma quase solitária para levar seus saberes ao Parlamento, que não estava aberto a essa escuta. Naquele contexto, muitos parlamentares não incorporaram a compreensão acerca do significado de um indígena no debate. A pluriversalidade deve se

acadêmica e paradigma científico, e pelas instituições que os apoiam (inclusive o Estado). Tal condição é percebida na miríade de representações e construções ideológicas do outro nas pesquisas e em obras 'populares' e nos princípios que ajudam a selecionar e recontextualizar as construções apresentadas pela mídia, pela história oficial e pelo currículo escolar". (SMITH, 2018, p. 19).

vincar sobre base epistemológica, capaz de aferir posturas contra-hegemônicas, de desvelamento das violências operadas pelas estruturas de poder, abrindo-se, nesse sentido, a discursos diversos e plurais, como política de alteridade e diferença.

Para a estruturação de Processo Pluriversais faz-se necessária base formativa pelo diálogo de saberes e de uma racionalidade ambiental de ruptura com totalizações e monismos, incorporando dimensões identitárias, coletivas e ambientais, como inter-relação. Nesse contexto, a sustentabilidade precisa perfazer a base formativa dos Processos, evidenciando os vínculos entre os seres viventes e ambiente, que devem se perfazer como conexões de solidariedade e com fundamentos democráticos. A solidariedade que aqui se menciona tem o sentido oposto a competição e concorrência, o que ocorre quando a racionalidade articulada é a econômica, que é instrumental e tecnocrática. Há, portanto, que se evidenciar a tensão constante entre a perspectiva econômica e a perspectiva ecológica e que, de modo inevitável, incide sobre as matrizes de conhecimento. Daí a importância conferida à proposição de Processos Pluriversais de diálogo para ampliação dos conhecimentos e da cons-ciência, a fim de que sejam promovidas inserções críticas dos sujeitos nos Processos, viabilizando a reapropriação da realidade.

As assimetrias existentes entre os indivíduos, as comunidades e ambientes existem como resultante de estruturas de dominação (im)postas, do mesmo modo em que se devem conhecer que posicionamentos dissonantes ou divergentes irão se apresentar como discursos e narrativas voltadas ao atendimento de interesses. Isso não depõe contra a viabilidade da proposta de Processos Pluriversais, que tem como base o conhecimento e conferência de legitimidade a compreensões diversas e plurais. Ou seja, nessa concepção, as diferenças servem como componentes de articulação, revisão, construção e desconstrução dos saberes, abrindo azo a possibilidades de formulações decisórias capazes de inovar e de abarcar minorias. E, para que haja dimensionamento crítico acerca das narrativas apresentadas, há que percorrer a construção da cognição e da cons-ciência, passando-se pela ecoalfabetização.

Nesse modelo, há que se conhecer a Natureza como sujeito de Direitos, o que é garantido constitucionalmente pelo artigo 225, quando propugna que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Dentro do contexto, de “todos”, aloca-se inclusive, a própria Natureza, na medida em que se deve fazer uma leitura adequada à Ecologia Política de bases sustentáveis, operativa de uma governança multiatores em que a participação dos sujeitos e ambiente, em suas diversidades e pluralismos, devem considerar a Natureza, a fim de que haja base de efetiva formação democrática.

Por tudo isso, os Processos Pluriversais apresentam-se como proposição alinhada à

racionalidade ambiental para fins de implementação de uma processualização ecológica e democrática, que tenha como bases fundantes a alteridade, a sustentabilidade, o pluralismo e o aporte em epistemologias decoloniais. Há também que se produzirem bases legitimantes para a configuração dos Processos Pluriversais, devendo, para tanto, haver construção cognitiva que leve à cons-ciência crítica emancipadora. Além disso, o conhecimento das assimetrias existentes deve ser aferido e considerado, assim como a existência de pluriversalidade viabilizadora das metacidadanias. Ainda como base legitimante dos Processos Pluriversais, há que se promover a ressignificação do contraditório como complementaridade na diversidade, sendo a ampla argumentação promovida a um efetivo diálogo de saberes.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA DIÁLOGOS QUE PRECISAM CONTINUAR

Ao iniciar essa pesquisa, traçando-se o problema central acerca da "relacionalidade entre Processo, ecologia e economia", outros questionamentos e incômodos surgiram, de modo inevitável, fazendo com que mais uma pergunta viesse à tona: "qual é a diretriz para a construção de decisões processualizadas, que seja capaz de dar reposta à relação PROCESSO-ECOLOGIA-ECONOMIA?" Embora este não tenha sido o tema problema da pesquisa, foi impossível que esse questionamento não surgisse até mesmo por uma questão metodológica: fazia-se necessário aferir o estado da arte, o que evidenciou a inexistência de marcos teóricos processuais que tenham percorrido uma aferição epistemológica que viabilizasse a análise da hipótese aventada nesta tese. E mais que isso: observou-se a existência de epistemologias dominantes e das epistemologias decoloniais e não se localizou teoria processual com aporte em epistemologias decoloniais.

E poderia haver quem questionasse a razão ou a importância de se tratar acerca da abordagem ética (de)formadora da Modernidade, assim como questionasse as razões para se fazer nessa pesquisa uma análise aprofundada das epistemologias dominantes e decoloniais. Chegada a esta parte conclusiva da pesquisa, referidas hesitações, de modo possível, não fazem mais sentido, por ter se buscado demonstrar, em profundidade, a influência das matrizes ético-epistemológicas na construção da Modernidade, do capitalismo, do eurocentrismo, do colonialismo e da colonialidade.

E, assim, os conhecimentos da humanidade foram se construindo sobre essa arquitetura conceitual e simbólica, assim como das narrativas e discursos que emolduraram a visão do Eu, do Outro e da Natureza. E isso mudou o mundo, repercutindo nas relações entre os seres e entre os seres-ambiente, incidindo nas formas de produção dos conhecimentos e nas formas de se decidir, orientando, portanto, a conformação das teorias processuais (que são, em sua maioria, procedimentais). O atendimento das articulações das estruturas de poder se faz por sistemas normativos, dando guarida e chancelando a racionalidade antropocêntrica.

E a Modernidade que trouxe consigo o surgimento dos Estados Nacionais europeus, trouxe junto de si a colonização dos sujeitos, dos saberes, dos corpos e territórios subjugados. Além disso, deu ancoragem ao capitalismo como racionalidade econômica de acumulação, banalizando a exploração humana e da natureza. Em torno disso, articulou-se a formação de um pensamento eurocentrado, elaborador do mito de superioridade e de hegemonia que solaparam o próprio conhecimento e os ambientes natural e social.

Essa crise do conhecimento se desdobrou, sobretudo, pela sujeição ao pensamento

cartesiano binário, dual e oposicional, que colocou os sujeitos em lados contrários, assim como deslocou os sentidos da natureza, além de ter anulado os diálogos com outros saberes que eram colocados como subalternizados pelas estruturas opressoras. O cartesianismo operou a cisão homem-natureza, deslocando, desse modo, o ambiente para a marginalidade e, de modo paradoxal, impingiu a desumanização dos seres humanos, que passaram a dimensionar o mundo como máquina (mecanicismo) em uma vertente servil. Desse modo, os seres (des)humanos passaram a matematizar o mundo criando métricas valorativas a totalizar as diretrizes de modo unidimensional e hegemônico.

Essa visão ética repercutiu nas articulações em torno da construção do conhecimento e, portanto, as epistemologias moderno-dominantes acabaram por se delinear sobre premissas fortalecedoras do antropocentrismo e da visão ocidentalizada. Nesse contexto, o que se inferiu a partir da análise acerca dessas epistemologias, foi que as mesmas acabaram reproduzindo a (i)lógica cartesiana hegemônica, totalizadora e binária.

E, embora Bachelard tenha ofertado críticas ao método cartesiano, acabou não conseguindo se desgarrar desses dogmas e limitou-se a traspassar do *cogito* para o *cogitamos*, mantendo a vertente antropocêntrica em suas bases epistemológicas, assim como a validação das formulações científicas como única via de conhecimento aferível.

Além disso, ainda no contexto das epistemologias dominantes, a concorrencialidade teórica aventada por Popper, como via de eliminação de erros e aproximação da verdade, não indica "como" e sobre "quais matrizes" a referida concorrencialidade se perfará, além de evidenciar as teorias rivais como via de ampliação do conhecimento objetivo, excluindo, nesse sentido, outros saberes, que não os teorizados. Desse modo, a rivalização teórica chancela, uma vez mais, os aspectos duais, binários e oposicionais caracterizadores do mecanicismo cartesiano.

Por outro lado, a vertente epistemológica desenvolvida por Foucault, embora ainda tenha espeque em bases moderno-cartesianas, sobretudo por se prender ao fator temporal para aferir a aquisição do conhecimento, apresentou avanços quando acentuou que os saberes se ampliam, para além das teorizações científicas, a partir também das vivências e saberes não-científicos. Isso porque Foucault, em sua epistemologia genealógica, analisou a produção do conhecimento e a ocultação dele, por meio do desvelamento das condições de controle e manutenção das estruturas de poder.

Da mesma forma, a epistemologia crítica também constitui avanço, embora sem se desvencilhar das matrizes moderno-cartesianas, ao indagar o hegemonismo e mitificação da "ciência-técnica-indústria" como motrizes para dominação, ao mesmo tempo em que denuncia

a não-neutralidade deste conhecimento operado e dirigido à articulação de mecanismos de manutenção do poder.

Assim, após verificação das epistemologias dominantes, incursionou-se na aferição das epistemologias decoloniais, em busca de alternativas voltadas ao estudo formativo de saberes, que sejam aptos a desvelar eventuais estratégias de sujeição dos seres, dos corpos, do ambiente e do próprio conhecimento. Neste desígnio, Freire desenvolveu a Pedagogia do Oprimido que partiu da detecção de que há uma dominação estratégica operada pela construção do conhecimento, o que se articula pelas estruturas de poder, a fim de mantê-las. Para romper com esta opressão, aponta a "conscientização" e a "alfabetização" como possibilidades práticas do exercício da liberdade e da autonomia dos sujeitos, indicando que se tratam de métodos de aprendizagem para construção crítica de proposições e desvelamento da realidade (im)posta.

Desse modo, a cognição passa a convergir para aquisição crítica ante a ampliação da conscientização, o que repercute em ganho de democraticidade. O que se infere, nesse contexto, é que a democracia depende, de modo efetivo, da cognição plena, da conscientização dos sujeitos pelo exercício crítico, da mesma forma que a alfabetização suplanta a técnica de "leitura e escrita" e se articula, de modo inarredável, pelo desvelamento das opressões e por proposições estruturadas criticamente pelos sujeitos.

Essa concepção repercutiu nas formulações da presente tese, sobretudo ao se desenvolver a perspectiva de **cons-ciência**, elaborada com base na vertente freiriana, e que se amplia para significar também a necessidade de se articularem saberes diversos e plurais, sejam originários, tradicionais ou científicos, para que, desse modo, haja possibilidade de proposições e decisões viabilizadoras das metacidadanias. A matriz crítica e acolhedora dos saberes diversos e plurais se coloca como via inafastável para a construção de decisões democráticas.

A racionalidade ético-crítica elaborada por Dussel, a partir de sua Teoria da Libertação, também reforçou a necessidade de se conhecerem os sujeitos excluídos do sistema, o que evidencia a "crítica" como método de questionamento e de aferição das assimetrias. A partir disso, sustenta a possibilidade de se criar uma comunidade crítico-simétrica para emancipação dos sujeitos. Por meio dessa racionalidade, a tese que aqui se desenvolveu verticalizou a análise acerca das "assimetrias", que são inerentes aos seres e ao ambiente (natural e social), em razão, sobretudo das diversidades e pluralismos intrínsecos ao próprio Ser. Nesse sentido, faz-se imperioso conhecer referidas assimetrias e aferi-las criticamente faz com que se amplie a própria compreensão para abarcar o não-igual e integrá-lo no lócus de fala, de escuta e de produção decisória. Não há pretensão de se buscar igualdade material, o que parece intangível, mas deve-se partir do conhecimento da assimetria e de se garantir a pluriversalidade.

E, a propósito da “pluriversalidade”, em sua vertente epistemológica da Colonialidade do Poder, Quijano buscou contrapô-la à “universalidade”, com sentido de totalização hegemônica, à diretriz “pluriversal”, a partir da qual se busca delinear uma dimensão anti-hegemônica pela abertura a discursos diversos e plurais. Essa abertura, no entanto, não é performática e ficcional, como tem sido a “participação” exercida pelos sujeitos (ou sujeitados?), que atuam de modo formal, em uma dicção argumentativa e probatória, que acaba por sucumbir à própria estrutura de poder (im)posta. A invisibilização dos sujeit(ad)os se faz pelo próprio sistema normativo, que aponta para uma participação que desconsidera as assimetrias existentes. Além disso, de modo estratégico, coloca-se nas mãos das autoridades a força da última palavra, pela escolha, em uma estrutura binária, do “melhor argumento” ou da “melhor técnica”. Há sempre a figura do vencedor e do vencido. E todos perdem nesse contexto.

Como alternativa epistemológica a esse sistema de mutilação participativa, a “Racionalidade Ambiental” e o “Diálogo de Saberes” desenvolvidos por Leff serviram como marco teórico apto ao desenvolvimento desta tese. Essa racionalidade mostra-se como estatuto epistêmico vincado em uma ética da outridade, da alteridade, a partir da qual os saberes se articulam de modo amplo, com a interlocução científica e não-científica, deslocando, dessa forma, o monismo epistêmico e jurídico, além de evocar a decolonização do próprio conhecimento.

Com esta base, a presente tese inferiu pela necessidade de uma “sistematização” que se opere pela integração, conhecimento da interdependência e relacionalidade entre “sujeitos” e “ambiente”, o que, conduz a uma vertente de **(eco)sistema processual**, em que se incluem o Eu, o Outro e o ambiente, com direcionamento hábil às construções decisórias democráticas e pluriversais.

Isso porque foram buscadas alternativas à racionalidade antropocêntrica, tendo-se chegado, então, à compreensão de ecologia como inter-relação “sujeitos-coletivos-ambientes”, o que foi trazido, dentro das idiossincrasias de cada matriz, por Arne Naess, Leff, Guattari e Capra. Interessa notar que houve a busca de compreensão da ecologia em disciplinas diversas, para fins de aferição do conceito e desvelamento. Arne Naess era filósofo, Leff é epistemólogo, economista e sociólogo, Guattari era filósofo e psicanalista e Capra é físico e educador ecológico. Ou seja, embora tenham feito incursão em diferentes áreas do saber científico, todos chegaram à mesma conclusão acerca da relação integracional e de interdependência dos seres viventes e do ambiente. E não houve a aferição somente em termos científicos.

Nesta pesquisa, buscou-se o efetivo diálogo e ecologia de saberes, tendo-se buscado autores indígenas e quilombolas, para ampliar as compreensões. Assim, Ailton Krenak,

Rigoberta Menchú, Linda Tuhiwai, como indígenas, da mesma forma que Abdias Nascimento e Mariléa de Almeida, como quilombolas, tiveram suas visões compartilhadas, o que viabilizou o entendimento da ecologia em termos ampliados, assim como se observou a necessidade de construírem outras alternativas epistemológicas, econômicas e processuais para continuidade da vida e para implementação da democracia pluriversal que se pretende.

Portanto, para que haja a construção de Processos democráticos pluriversais, observou-se a necessidade de desvelamento das racionalidades que pautam as decisões, assim como foram buscadas vertentes epistemológicas viabilizadoras da desconstrução das estruturas teóricas e conceituais ideológicas. Ideológicas por deixarem de considerar encontros de saberes para emancipação e decolonização. Assim, a Pedagogia do oprimido, a Teoria da Libertação, a Colonialidade do poder, a Epistemologia Ambiental e a Ecologia de Saberes permearam as aferições e construções promovidas em perspectiva decolonial nesta pesquisa, na medida em que dialogam e se complementam. Nesse sentido, coloca-se a alteridade e a diversidade como base para integração, inclusão e diálogo decolonizador, capaz de corroborar para uma governança plural e com acolhimento das identidades.

Evidenciou-se nesta tese, a necessidade de se analisarem os aspectos ***eco***nômicos, pelo seu relacional com o ***eco***lógico, a refletirem nas decisões formuladas. Desse modo, dentro da vertente econômica, houve a construção maniqueísta e estratégica de "desenvolvimento sustentável", com espeque na objetificação da natureza, em uma racionalidade de sujeição neoliberal aos sistemas tecnocráticos e que não levou em conta os limites entrópicos da natureza. Em contraposição, a noção de "sustentabilidade", parte da ruptura com os processos produtivos que negam os limites da natureza e vincula-se, portanto, às premissas de alteridade e de decolonização do saber, por trazer consigo a compreensão de que a crise ecológica é, em verdade, uma crise do conhecimento, o que foi evidenciado por Acosta.

A tensão, portanto, entre **economia** e **ecologia** passa por uma estruturação que, na contemporaneidade, é de matriz ideológica neoliberal, formuladora de sistemas jurídico-processuais para atendimento aos interesses do mercado. E o que se aventa e se necessita, para configuração ecológico-sustentável, é que haja passagem de uma governança neoliberal opressora para uma "governança processual e ecológica" a nível pluriversal, expressando a integração sujeitos-natureza.

A sobreposição da economia à ecologia criou uma racionalidade de base tecnoeconômica eficientista, ensejando a desterritorialização dos seres, que se desacoplaram, a nível identitário, dos seus corpos, de seus saberes, o que os levou à objetificação do ambiente (natural e social) e objetificação dos próprios seres humanos, que, assim, acabaram por se

desumanizar. De modo inevitável, as decisões daí decorrentes incorrem em ideologização, ante a exclusão dos sujeit(ad)os da efetiva participação em um âmbito crítico-emancipatório.

A mudança paradigmática da vertente compreensiva do "homo economicus" para "homo ecologicus" precisa ser evidenciada como condição (talvez única) da sobrevida humana e dos demais seres do planeta. Parece inegável que a Terra apresente limites entrópicos, por tudo o que se demonstrou nesta pesquisa. Desse modo, aventa-se que o constrangimento ético-epistemológico capaz de impingir uma mudança humana em direção a uma compreensão ecossistêmica, vá decorrer da linha tênue entre "viver" ou "morrer". Não há técnica, disciplina ou teoria que vá, de modo absoluto e totalizante, impelir a essa mudança ético-epistemológica. E nem seria esta a pretensão da presente tese, na medida em que aqui se articula o caráter interrelacional das compreensões e saberes. A ecossistematicidade da vida nos coloca em rede, a partir da qual tudo se articula, tudo se permeia, tudo se conecta. Por isso, aventa-se não haver única via que vá constranger os sujeitos às mudanças, mas, **há sim um limite para a mudança**: a **decisão** entre vida ou morte.

E, quando se fala em decisão, para que haja sua base processualizada e processualizante, há que se perquirir e analisar acerca de "quem" decide e "como" se decide, a fim de lhe conferir legitimidade.

Nesse sentido, para efetiva integração, que não seja performática e falaciosa, é preciso que a natureza seja considerada sujeito de direitos e que seja legitimada ao Processo, portanto. O deslocamento da natureza para um lócus de silenciamento, reforça a distorcida noção da natureza como coisa, o que não se mostra aderente em uma perspectiva pluriversal e democrática. Demonstrou-se, nesse contexto, que os seres humanos são natureza e, a não se considerar dessa forma, cria-se uma fissura que poderá levar os seres viventes à morte. É uma decisão que precisa ser tomada e que precisa ser processualizada a nível pluriversal, a fim de que se encaminhe para a formação das metacidadanias, a partir da qual haja participação efetiva dos sujeitos, das coletividades e dos ambientes, com conhecimentos e saberes diversos e plurais.

As Constituições Plurinacionais do Equador e Bolívia, conforme demonstrado, apresentaram avanços no sentido de conhecerem a Natureza como sujeito de direitos, dentro de uma diretriz de Bem Viver e de sentimento da Terra como vivente e, sobretudo, como "mãe" que gera e cria. No restante dos países, há alguns avanços no sentido de desenvolvimentos normativos para se colocar a Natureza como sujeito, mas os Estados seguem ainda de forma embrionária nesse contexto, acredita-se que por estarmos ainda envoltos e permeados pelos violentos estigmas neoliberais.

E, considerando-se que os sistemas normativos são a via pela qual se resguardam e se

operam os mecanismos tecnoeconômicos de dominação e controle, há profunda relevância acerca de como o **Processo** se articula para a formulação desses sistemas. Portanto, houve a necessidade de se aferir as matrizes teórico processuais, viabilizando o desvelamento e desconstrução de suas bases formativas, a fim de se verificar se seus eixos se alocam em diretrizes moderno-cartesianas ideologizantes ou se, de outro lado, assumem-se como garantia estruturante de decisões democráticas e pluriversais.

Prezando-se, por conseguinte, por um delineamento metodológico e epistemológico escorreito, cumpriu à presente tese aferir, de modo crítico, o estado da arte das Teorias do Processo, o que se fez, inclusive, pela aferição dos próprios marcos teórico-processuais eleitos *no início* do desenvolvimento desta pesquisa, quais sejam, a Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório e o Modelo Constitucional de Processo.

Para além destas teorizações, operou-se a análise do chamado Processualismo Científico, que, embora tenha demarcado a autonomia do Direito Processual com relação ao Direito material, vinca-se em relação jurídica que coloca os decisores, como dicção própria da jurisdição, em sobreposição aos sujeitos. Esse artifício técnico procedimental enseja a exclusão do Outro, dando azo à reprodução de estruturas ideológicas e gerando máculas à legitimação.

E, conforme se demonstrou, a Teoria do Processo como Situação Jurídica, desenvolvida por Goldshimidt, evoca o liberalismo como base justificativa de sua perspectiva bélica e hostil, que aloja ônus, cargas, expectativas e até ameaças, a refletirem influxos psíquicos sobre os decisores. Estimula-se, nesse contexto, uma atuação tática, oposicional e ocultadora das assimetrias entre os sujeitos. Logo, infere-se que essa teoria acaba estimulando uma postura beligerante, aderente com as dualidades e posturas oposicionais cartesianas.

Na vertente do Processo como Instituição, delineada por Guasp, o que se depreende é que as bases procedimentais relacionistas, alocadoras dos decisores em sobreposição, acabam sendo mantidas, apesar do invólucro sociológico que lhe acobertou o discurso.

Faz-se necessário destacar, no entanto, que a Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório, desenvolvida por Fazzalari, representou inegável avanço, tanto por colocar o contraditório como estrutura técnica necessária à configuração processual, quanto por demarcar os limites entre Processo e Jurisdição.

Outrossim, o Modelo Constitucional de Processo, elaborado por Andolina e Vignera, cuidou de evidenciar a inarredável relação entre Constituição e Processo para configuração do Estado Democrático de Direito. Nesse caso, a cidadania se perfaz, sobretudo, pela observância aos direitos e garantias fundamentais do Processo.

Tanto a Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório, quanto o Modelo

Constitucional de Processo serviram como aporte teórico *inicial* para o desenvolvimento desta tese. No entanto, assim como as demais matrizes teóricas foram submetidas à aferição ético-epistemológica de bases crítico-decoloniais, ousou-se também cotejar os marcos teóricos inicialmente eleitos para evidenciar (ou não) suas bases moderno-cartesianas. Embora incomum a realização desse tipo de verificação dos próprios marcos teóricos eleitos para subsidiar as pesquisas, como a presente tese vinca-se sobre bases epistemológicas decoloniais propugnadoras de desvelamento, desconstruções e ampliação dos diálogos de saberes, não se pode ocultar a necessidade de submeter o próprio marco teórico processual a exame.

No tocante à Teoria do Processo como Procedimento em Contraditório, elaborada por Fazzalari, analisou-se e externou-se as evidências de que o contraditório ali colocado como estrutura técnica necessária, embora configure a essência de "ser" do próprio Processo nesse contexto, ainda labora com base em uma perspectiva de contraditório como atuação seriada e sequencial, com a sobreposição argumentativo-probatória vincada na melhor técnica. Essa teoria tem visão voltada à resolução de conflitos, o que, portanto, acaba por estimular o próprio conflito pelos dualismos e visão oposicional sobre a qual se mantém aprumada.

Além disso, a teoria fazzalariana pavimenta-se sobre uma suposta "simétrica paridade" conduzida como igualdade formal, que acaba por ocultar as assimetrias materiais entre sujeitos. Não basta se reconhecer igual direito à participação, desconsiderando as assimetrias, sobretudo epistemológicas, alocadoras dos sujeitos em posições e condições díspares. Desse modo, falar-se em simetria paritária aponta para uma ficção normativa que precisa ser desvelada.

Analisando-se o Modelo Constitucional de Processo como matriz teórica desenvolvida por Andolina e Vignera, leva a depreender que, embora haja importância inescusável da relação entre Processo e Constituição, esse liame acaba mostrando-se vulnerável se deixa de considerar, de modo ideológico, todos os sujeitos, coletividades e ambientes (naturais e sociais) em seus discursos e narrativas formativos. Isso conduz à ideologização, ausência de legitimação e democraticidade, portanto, que colocam o próprio modelo em xeque, de modo paradoxal. Assim, cabe questionar: pluralismos e diversidades foram abarcados no Modelo Constitucional de Processo? As assimetrias são consideradas? As minorias e vítimas do (eco)sistema foram incorporadas aos debates instituidores das próprias Constituições dos Estados? O contraditório ali articulado tem sido capaz de incluir os sujeitos? A ampla defesa tem servido como garantia de emancipação?

Diante de todo o contexto exposto na presente pesquisa, que se encadeou pela análise do tripé, "filosófico", "epistemológico" e da "relação eco (econômico e ecológico)", as respostas a todas as perquirições acima formuladas é **não**. Seria bastante cômodo nesta pesquisa

a chancela inescusável do marco teórico eleito. No entanto, aferindo-se de modo verticalizado, infere-se que não há como seguir para a construção de decisões processualizadas com diretrizes ainda fixadas nos modelos teóricos moderno-cartesianos. Realizada esta detecção, buscou-se, então, avançar no sentido de elaborar uma proposição teórico-processual de base contemporânea, decolonial e, sobretudo, democrática. Desse modo, formulou-se nesta tese a proposta de **Processos Pluriversais**.

A adoção da expressão Processos Pluriversais, no plural, vem mesmo reforçar a existência de pluralismo jurídico, de conhecimento da existência das mais diversas formulações comunitárias multiétnicas e multiculturais a nível decisório e que precisam ser visibilizadas e consideradas. Não há dicção única. Não pode haver imposição de narrativa. Não pode haver silenciamento. Minorias (que no mais das vezes são maiorias) precisam ser conhecidas, incluídas e legitimadas à participação nos processos decisórios, seja a que nível for, estatais ou comunitários. É por isso que se sustentam decisões processualizadas dentro de uma racionalidade ecológica e sustentável, portanto, pluriversal.

O objetivo desta pesquisa, conforme já se evidenciou, foi trazer uma proposição de Processos Pluriversais, ante a inexistência de matriz conceitual a respeito. Reforça-se que não houve neste trabalho intenção de delineamento técnico-procedimental, o que necessitará de continuidade das pesquisas. De todo modo, cumpre destacar que, desde já, aventa-se a possibilidade de que essa proposição de Processos Pluriversais tenha cabedal para operar a processualização democrática em níveis de construção decisional individual ou nível coletivo, nas mais diversas áreas do saber jurídico, na estrutura estatal ou fora dela. Essa formulação, no entanto, seguirá em outra pesquisa a respeito.

Houve demonstração, durante o desenvolvimento da tese, de comunidades diversas que atuam em formulações decisórias construídas coletivamente, de forma democrática e pluriversal, a exemplo da comunidade indígena guatemalteca de Rigoberta Menchú, além da experiência equatoriana narrada por Ramiro Ávila Santamaría, destacando a coexistência da jurisdição dos povos originários (jurisdição comunitária) e da jurisdição estatal. Não bastasse, destacou-se também a experiência decisória da comunidade indígena Okanagan, da Reserva de Penticton, localizada na província de British Columbia, no Canadá, que se utiliza da chamada "En'wokin" para elaborar decisões de base ecológica e voltada à sustentabilidade.

A tese aqui desenvolvida propõe, portanto, os Processos Pluriversais, assim entendidos como garantia de direitos fundamentais e direitos da Natureza. Nesse contexto, conforme já se evidenciou, a opção pelo uso da expressão no plural indica que devem-se abarcar as mais diversas formas de processualização decisória, incorporando-se possibilidades existentes, ante

a alteridade que se deve observar nessa premissa teórica. Isso porque saberes originários, tradicionais, científicos, além das comunidades, em suas diversas culturas e juízos, devem ser incorporados à participação formativa decisional. Processo não é via única, totalizadora e hegemônica. São Processos, ante a multiplicidade de perspectivas que devem ser acopladas.

Além disso, os Processos são a garantia de direitos fundamentais (direitos dos seres humanos), assim como dos direitos da Natureza (ambiente social e ambiente natural). Todos, em sua integralidade, inteireza e legitimidade, precisam ser aptos à participação efetiva e não performativa. Por isso, sustenta-se que os Processos Pluriversais precisam levar à implementação das metacidadanias, assim compreendidas como a garantia de contributo dos sujeitos processuais, estes compostos pelos seres humanos e Natureza, levando-os ao conhecimento das diversidades e pluralismos, ampliação da consciência pelo diálogo de saberes, assim como à emancipação.

As bases fundantes dos Processos Pluriversais pautam-se em diretrizes, quais sejam: racionalidade ético-crítica ambiental, epistemologias decoloniais, sustentabilidade processual e pluralismo jurídico. Nessa circunstância, a ética ecocêntrica como alteridade (ou outridade) opera uma articulação em rede, capaz de açambarcar, de modo integracional e interdependente, o Eu, o Outro e o ambiente, de forma dinâmica, a comportar a estrutura da própria sustentabilidade. Trata-se, portanto, de uma racionalidade ambiental que, além de se formar pela compreensão de conexão inerente entre os seres e os ambientes, almeja desconstruir racionalidades ideológicas, excludentes e totalizadoras. Assim, todas as matrizes de saberes precisam ser colocadas em voga, no sentido de conhecimento e para ampliar conhecimento, para derrogar a crise que se instalou pela ocultação de saberes diversos e plurais.

Os delineamentos das bases legitimantes dos Processos Pluriversais buscaram a ressignificação do contraditório como complementaridade na diversidade, assim como a ampla argumentação apta a se formar como diálogo de saberes, criando condições emancipatórias para que sujeitos-natureza-ambiente sejam, de modo efetivo, viventes e não (sobre)viventes. Poderia se questionar: em que medida o “contraditório como complementaridade” e a “ampla defesa como diálogo emancipatório de saberes” podem ser compreendidos como avanço em relação aos conceitos (im)postos pelas matrizes teórico-processuais moderno-cartesianas?

O “contraditório”, com essa nomenclatura, por si só, já representa um evidente paradoxo. Traz um contexto daquilo que é “contrário”, “oposto”, “divergente”, “discrepante”, “antinômico”, “incompatível”. É o retrato da dualidade, do binarismo, do belicismo, do antagonismo, da hostilidade própria da visão moderno-cartesiana. O “contraditório” não deveria ser nomeado “contraditório”. Faz-se importante evidenciar, que, em nenhuma medida

está a se afirmar que o contraditório como garantia não seja relevante. É, de modo absoluto, relevante. A crítica que aqui se faz é da própria nomenclatura, devendo-se apontar a relevância dessa garantia para a própria configuração de Processo. No entanto, o que se pretende aqui enfatizar é a forma como o contraditório tem se (per)formado e, nesse sentido, vem operando sobre uma práxis técnica oposicional que coloca em contraposição, desde a sua gênese, posicionamentos e saberes diversos e plurais. E, assim, ao invés de se voltar à solução de conflitos e formulação de decisões, acaba servindo como solo fértil para açodar ainda mais conflituosidade e oposição entre as *partes*.

Como alternativa a essa visão hostil e bélica, o que se propõe na perspectiva dos Processos Pluriversais é que o contraditório seja elevado à **complementaridade na diversidade**. O que significa que compreensões diversas e plurais servem para estimular a criação de outras possibilidades decisórias, para ampliação do próprio *conhecimento* e da *cons-ciência* acerca do que se debate. Os argumentos devem se prestar à complementação e não à oposição. Essa visão de contraditório como complementaridade na diversidade traz em sua base a ética ecocêntrica, uma (eco)sistematização e vinca-se sobre premissas epistemológicas libertárias. Por isso, descola-se, de modo inevitável, daquele contraditório operado pelas matrizes processuais moderno-cartesianas, que sequer cogitam bases ético-epistêmicas ou sistêmicas.

Da mesma forma, a ampla defesa, como garantia conjecturada sob as premissas processuais pluriversais, avança por se pautar em vertente de sustentabilidade em que sujeitos-coletividades-ambientes se articulam dentro de diálogos (ou ecologia) de saberes. Nesse diapasão, a **ampla defesa pluriversal é emancipatória** por considerar as assimetrias inerentes às condições de existência do próprio mundo.

E, partindo-se dessa diretriz, é que se pode inferir pela necessidade de se avançar do *contexto binário processual moderno-cartesiano* que cria as *partes*, para um contexto democrático-contemporâneo de **pluriversalidade processual ecológica**. A polaridade (ou multipolaridade) delineada pelo procedimentalismo técnico moderno coloca os sujeitos como "partes". Há um sentido de cisão, ruptura, um antagonismo opositor. Como alternativa, o que se propõe com a presente tese, é a elaboração pluriversal, integracional, construtivista, solidária, responsiva, ampliativa da cons-ciência. O exemplo de que essa proposição existe e funciona é o demonstrado pela formulação "En'wokin".

Fica claro, desse modo, que também a **cognição** precisa ser ressignificada. No procedimentalismo moderno-cartesiano, a cognição se opera como técnica expositiva e formulativa de demarcação de argumentos e provas. O sentido é estreito e performático, pois a

apresentação, em si, de modo algum garante a efetiva dialogicidade. A cognição, nesse diapasão, se formula como técnica ausente de sentido epistêmico e ampliativo da cons-ciência. De outro lado, na perspectiva dos Processos Pluriversais, a cognição se delineia sobre bases de complexidade, conforme articulado por Morin, e complementaridade na diversidade. Assim, a visão de alteridade incorpora discursos e narrativas diversas e plurais, sem oposição argumentativa, mas aproveitando-se as diferenças argumentativas para ampliação de possibilidades cognitivas, da cons-ciência e das vias de solução. Esse é o parâmetro democratizante e pluriversalizante que edifica decisões sustentáveis e incorporadoras das dimensões identitárias e (eco)sistêmicas. Deve-se, neste condão, direcionar as relações para vertentes **eco-sistêmicas processualizadas**.

Sustenta-se, assim, que os Processos Pluriversais, além de todas as bases propositivas e conceituais que se demarcou, são garantia de direitos fundamentais e direitos da natureza. São processos de garantia da vida.

REFERÊNCIAS

ABELHA RODRIGUES, Marcelo. **Fundamentos da tutela coletiva**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do Amaral; BEZERRA, Gustavo. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonino de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANDOLINA, Ítalo Augusto. O papel do processo na atuação do ordenamento constitucional e trans- nacional. **Revista de Processo**, São Paulo, ano 22, n. 87, p. 63-69, 1997.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

ARMSTRONG, Jeanette C. En'wokin: a tomada de decisões que leva em conta a sustentabilidade. *In:* CAPRA, Fritjof; STONE, Michael; BARLOW, Zenobia (Orgs.). **Alfabetização Ecológica**: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 39-45.

ASSAGRA DE ALMEIDA, Gregório. **Codificação do Direito Processual Coletivo Brasileiro**: análise crítica das propostas existentes e diretrizes para uma nova proposta de codificação. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

ASSIS, Jacy. **Couture e a Teoria Institucional do Processo**. Uberlândia: Faculdade de Direito de Uberlândia, 1961.

ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. A capacidade processual dos animais. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 313, ano 46, p. 95-128, mar. 2021. Disponível em: https://institutopiracema.com.br/wp-content/uploads/2021/10/REPRO-A-CAPACIDADE-PROCESSUAL-DOS-ANIMAIS.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

AVELÃS NUNES, António José. A Europa na encruzilhada: do Projecto Euráfrica à situação de "anão geopolítico". **Revista da Faculdade Mineira de Direito (FMD)**, Belo Horizonte, v. 25, n. 50, p. 3-32, 2023.

AVELÃS NUNES, António José. **Economia e Direito. Direito e Economia**. Belém: CESUPA, 2019.

AVELÃS NUNES, António José. **Neoliberalismo e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

AVELÃS NUNES, António José. **O neoliberalismo não é compatível com a democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

ACOSTA, Alberto; ESCOBAR, Arturo *et al*. **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021.

ACOSTA, Alberto. **O Bem-Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária elefante, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

ALEXY. Robert. The Special Case Thesis. **Ratio Juris**, Oxford, v. 12, p. 374-384, 1999.

ALIER, Joan Martínez; SCHLÜPMANN, Klaus. **La ecología y la economía**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ALIER, Joan Martínez. **Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular**. Blumenau: FURB, 1998.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilombola**: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas. São Paulo: Elefante, 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2022.

ARAÚJO, Sara. El constitucionalismo moderno, el pluralismo jurídico y el desperdício de la experiencia. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; ANDRADE, Orlando Aragón (Orgs.). **Descolonizando el Constitucionalismo**: más allá de promesas falsas o imposibles. México: Akal, 2021. p. 135-160.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo; JOBIM, Marco Félix. **Curso de Processo Estrutural**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

AROCA, Juan Montero. Prueba y verdad en el proceso civil: un intento de aclaración de la base ideológica de determinadas posiciones pretendidamente técnicas. **Revista del Instituto Colombiano de Derecho Procesal**, Bogotá, n. 49, pp. 117-147, Enero-Junio 2019.

BACHA E SILVA, Diogo. **Desconstruindo o novo constitucionalismo latino-americano**: o Tribunal Constitucional plurinacional e a jurisdição constitucional decolonial. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020.

BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006a.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006b.

BACHELARD, Gaston. Conhecimento comum e conhecimento científico. **Tempo Brasileiro**, São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar. 1972.

BACHELARD, Gaston. **Le rationalisme appliqué**. 3. ed. Paris-France: Les Presses Universitaires de France, 1966.

BACHELARD, Gaston. **O Novo Espírito Científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

BACON, Francis. **Novum Organum**. Pará de Minas: Virtual Books Online, 2003.

BAGGIO, Roberta Camineiro. **Justiça ambiental entre redistribuição e reconhecimento**: a necessária democratização da proteção da natureza. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91246/265543.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 abr. 2021.

BAGNI, Silvia. La costruzione di un nuovo "eco-sistema giuridico" attraverso i formanti giudiziale e forense. **DPCE ONLINE**, Itália, v. 50, p. 1027-1059, 2022b.

BAGNI, Silvia. Los derechos de la Naturaleza en el contexto jurídico europeo y comparado. **Ecuador Debate**, Quito, v. 116, p. 119-126, 2022a.

BAHIA, Alexandre; NUNES, Leonardo; COTA, Samuel. Das ações coletivas aos processos estruturais: as formas de tutela diferenciada dos direitos fundamentais. *In:* NUNES, Dierle; COSTA, Fabrício Veiga; GOMES, Magno Federici (Orgs.). **Processo coletivo, desenvolvimento sustentável e tutela diferenciada dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Fi, 2019. p. 15-38.

BAHIA, Alexandre. Os desafios da justiça brasileira frente ao Novo Constitucionalismo latino-americano: diversidade e minorias. *In:* BOLZAN DE MORAIS, José Luis; BARROS, Flaviane de Magalhães. **Novo Constitucionalismo latino-americano**: o debate sobre sistemas de justiça, ativismo judicial e formação de juízes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. p. 119-155.

BAPTISTA, Ovídio; GOMES, Fábio. **Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BAPTISTA, Ovídio. **Processo e ideologia**: o paradigma racionalista. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Regimes políticos**. São Paulo: Resenha Universitária, 1977.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Processo Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito Processual Constitucional**: aspectos contemporâneos. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Proteção do meio ambiente na Constituição da República**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A Constitucionalização do processo no Direito brasileiro. *In:* MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; LARREA Arturo (Coords.). **Estudos de Direito Processual Constitucional**: homenagem brasileira a Héctor Fix-Zamudio em seus 50 anos como pesquisador de Direito. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 47-56.

BARROS, Flaviane. **(Re)forma do Processo Penal**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BARROS, Flaviane. **A estética do contraditório**: o risco de violação de direitos de pessoas vulneráveis na audiência penal. Proposta para apresentação no processo de seleção de projetos de produtividade (PQ) do Conselho Nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – CNPq, 2021. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp. Acesso em: 30 mar. 2021.

BARROS, Flaviane. **A participação da vítima no Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BARROS, Flaviane; FREITAS, Helena. implicação do neoliberalismo processual nas reformas processuais civis e na formação das decisões (in)eficientes. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica – RIHJ**, Belo Horizonte, ano 15, n. 22, p. 117-136, jul./dez. 2017.

BARROS, Flaviane; NUNES, Dierle. As reformas processuais macroestruturais brasileiras. *In*: BARROS, Flaviane; BOLZAN DE MORAIS, José Luis (Coords.). **Reforma do Processo Civil**: perspectivas constitucionais. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 15-53.

BARROS, Flaviane de Magalhães. O direito ao processo em tempo devido e o modelo constitucional de processo. *In:* SILVEIRA Vladmir *et al*. **Justiça e o [paradigma] da eficiência**: celeridade processual e efetividade dos direitos. Curitiba: Clássica, 2013. Cap. 3, p. 45-62.

BASTIANETTO, Lorena Machado Rogedo; BARROS, Flaviane de Magalhães. O processo penal convencional em perspectiva: estudo sobre a criminalização internacional do ecocídio segundo o modelo constitucional de processo. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 21, n. 2, p. 175-201, maio/ago. 2019.

BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Impossível**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BAXTER, Brian H. Ecological justice and justice as impartiality. **Environmental Politics**, London, v. 9, n. 3, p. 43-64, 2000.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra Modernidade. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

BELUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Luiz Gustavo Escorcio. **Direito Ambiental Econômico**: mercado como

instrumento do meio ambiente. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

BIRCH, Kean; BRONSON, Kelly. Big Tech. **Science as Culture**, London, v. 31, p. 1-14, 2022.

BOUTOT, Alain. **Introdução à Filosofia de Heidegger**. Portugal: Biblioteca Universitária, 1991.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. **Propostas para a Rio +20**: economia verde e erradicação da pobreza na Amazônia e no Nordeste. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/publicacoes/propostas-para-a-rio-20. Acesso em: 23 maio 2022.

BRASIL. **Decreto Federal n. 24.645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece medidas de proteção dos animais. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm#art2044. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de Defesa do Consumidor. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1797175/SP**. Relator: Min. Og Fernandes, 21 de março de 2019. Brasília, DF: STJ, 2019. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 618**. Relator: Corte Especial, 24 de outubro de 2018. Brasília, DF: STJ, 2018. Disponível em: https://scon.stj.jus.br/SCON/sumstj/toc.jsp?livre=%27618%27.num.&O=JT. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRÊTAS, Ronaldo de Carvalho Dias. **Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito.** 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

BÜLOW, Oskar von. **La teoria de las excepciones procesales y los presupostos procesales**. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1964.

BURGOS, Elizabeth. **Meu nome é Rigoberta Menchú**: e assim nasceu minha consciência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BUZAID, Alfredo. **Grandes processualistas**. São Paulo: Saraiva, 1982.

CABRAL, Antonio do Passo. Despolarização do processo e "zonas de interesse": sobre a migração entre polos da demanda. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 19-55, 2009.

CABRAL, Antonio do Passo. Per un nuovo concetto di giurisdizione. **Revista Da Faculdade Mineira De Direito**, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, s/p., 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5752/P.2318-7999.2015V18N35P107. Acesso em: 05 jan. 2023.

CALAMANDREI, Piero. Il nostro Maestro. **Rivista di Diritto Processuale Civile**, Padova: CEDAM, v. I, p. 301-311, 1937.

CALAMANDREI, Piero. **Instituições de Direito Processual Civil**. V. 1. 2. ed. Campinas: Book Seller, 2003.

CALAMANDREI, Piero. **Processo e Democracia**: conferências realizadas na Faculdade de Direito da Universidade Autônoma do México. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

CAVEDON-CAPDEVILLE, Fernanda de Salles. Da dimensão ambiental à ecologização dos direitos humanos: aportes jurisprudenciais. *In:* MORATO LEITE, José Rubens (Coord.). **A ecologização do Direito Ambiental vigente**: rupturas necessárias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 235-291.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2005.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida**: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

CAPRA, Fritjof; MATTEI, Ugo. **A Revolução Ecojurídica**: o direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Cultrix, 2018.

CÁRCOVA, Carlos María. **A opacidade do Direito**. São Paulo: LTr, 1998.

CARNELUTTI, Francesco. **Como nasce o Direito**. Belo Horizonte: Líder, 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do Processo Civil**. V. I. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 195-204.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books,

1996.
CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. V. I. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CIPRIANI, Franco. Giuseppe Chiovenda en Parma – De la procedura civile al diritto processualle. **Batallas por la justicia civil – Ensayos**, Lima, v. 4, p. 485-505, 2003.

CIPRIANI, Franco. Nel centenário del regolamento do Klein (Il processo civile tra liberta e autorita). **Rivista di Diritto Processuale**, Padova: CEDAM, p. 967-1004, 1995.

COASE, Ronald. **A firma, o mercado e o Direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Directiva 86/609/CEE do Conselho de 24 de novembro de 1986 relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares, e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à proteção dos animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos. **Official Journal**, Bruxelas, L 358, 1-28, 1986. Disponível em: http://data.europa.eu/eli/dir/1986/609/oj. Acesso em: 17 abr. 2021.

CORREAS, ÓSCAR. **Crítica da ideologia jurídica**: ensaio sócio-semiológico. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editor, 1995.

CORREAS, ÓSCAR. **Introducción a la Crítica del Derecho Moderno**. 3. ed. México: Triana, 1993.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. **Processo e garantia**. V. I. Londrina: Thoth, 2021.

COSTA, Eduardo. **Projeto de lei n. 145 de 2021**. Disciplina a capacidade de ser parte dos animais não-humanos em processos judiciais e inclui o inciso XII ao art. 75 da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para determinar quem poderá representar animais em juízo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 19 abr. 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2268821. Acesso em: 22 jul. 2021.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e "bem viver": emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 285-297.

COSTA, Susana Henriques da; ASPERTI, M. C. A. Julgamento em extinção? O estudo *vanishing trial* de Marc Galanter e a transformação da atividade jurisdicional no brasil. **Revista Direito Mackenzie**, São Paulo, v. 16, p. 1-44, 2022.

COSTA, Susana Henriques da; PALAZZIN, Ananda. Acesso à Justiça e Atuação do

Ministério Público na Defesa dos Interesses Sociais. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 19, p. 331- 359, 2022.

COSTA, Susana Henriques da; SILVA, Paulo Eduardo Alves da; GABBAY, Daniela Monteiro; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. E Agora? Pesquisar, ensinar e experienciar o processo civil. **Redes - Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 10, p. 87-106, 2022.

COSTA E SILVA, Paula. **Acto e Processo**: regressando ao dogma da relevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

COUTURE, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Processo Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

CROSKEY, Sebástian Irún. Derecho Procesal e ideologia: Hegel y el origen de la escuela "moderna" de Derecho procesal (o del "ativismo judicial"). *In:* FREIRE, Alexandre *et al*. **Processo Civil nas tradições brasileira e iberoamericana**. Florianópolis: Conceito, 2014. p. 393-403.

CULLINAN, Cormac. Direitos da natureza. *In:* KOTHARI, Ashish *et al*. **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021. p. 261- 265.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 121-138.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL NEGRI, André. **O avesso do Estado**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018

DELEUZE, Gilles. **A Filosofia Crítica de Kant**. Lisboa: Edições 70, 1963.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 2. ed. São Paulo: Max Limonadi, 2001.

DERRIDÁ, Jacques. **Força de Lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DERRIDÁ, Jacques. **La Dissémination**. Paris: Éditions de Seuil, 1972.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**: regras para a direção do Espírito. São Paulo: Martin Claret, 2003.

DEVALL, Bill; SESSIONS, George. **Deep Ecology**: living as if nature mattered. Utah: Gibbs Smith Publisher, 2007.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. O direito de ação como complexo de situações jurídicas. **Revista de Processo**, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 210, p. 7390-7407, 2012.
DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Sobre a Teoria Geral do processo, essa desconhecida**. 3. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

DINAMARCO, Cândido Rangel; CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini. **Teoria Geral do Processo**. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

DOURADO DE ANDRADE, Francisco Rabelo. **Tutela de evidência, teoria da cognição e processualidade democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da Modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrismo y Modernidad: Introducción a las lecturas de Frankfurt. *In:* MIGNOLO, Walter *et al.* (Orgs.). **Capitalismo y Geopolitica del Conocimiento**: el eurocentrismo y la filosofia de la liberación em el debate intelectual cointemporáneo. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014. p. 63-75.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EID, Elie Pierre. Multilateralidade no processo civil: divergência de interesses em posições jurídicas. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 74, p. 17-49, 2019.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of difference**: place, movements, life, redes. Durham and London: Duke University Press, 2008.

ESCOBAR, Arturo. **Designs for the pluriverse**: radical interdependence, autonomy and the making of worlds. Durham and London: Duke University Press, 2018.

ESCOBAR, Arturo. **Pluriversal Politics**: the real and the possible. Durham and London: Duke University Press, 2020.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte Norteamericana. **Sierra Club v. Morton, 405 U.S. 727 (1972)**. Relator: Justice Stewart, 19 de abril de 1972. Washington, DC: Suprema Corte, 1972. Disponível em: https://supreme.justia.com/cases/federal/us/405/727/. Acesso: 15 dez. 2022.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. Pluralismo Jurídico y Jurisdición indígena em el horizonte del Constitucionalismo Pluralista. *In:* BALDI, César Augusto (Coord.). **Aprender desde o Sul**: novas constitucionalidades, pluralismo jurídico e plurinacionalidade. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 35-57.

FAVELA, José Ovalle. **Teoría General del Proceso**. 7. ed. Mexico: Oxford, 2016.

FAZZALARI, Elio. Diffusione del Processo e compiti della dottrina. **Rivista Trimestrale di diritto e procedura civile**, Milano: Giuffrè, n. 3, p. 861-880, 1958.

FAZZALARI, Elio. **Istituzioni di Diritto Processuale**. Padova: CEDAM, 1975.

FAZZALARI, Elio. Valori permanenti del processo. **Rivista di Diritto Processuale**, Padova: Giuffrè, n. 1, p. 1-11, 1989.

FAZZALARI, Elio. La dottrina processualística italiana: dall "azione" ao "processo". **Rivista do Diritto Processuale**, Padova, n. 4, p. 910-925, 1994.

FAZZALARI, Elio. **Conocimiento y valores**: ensayos. Lima: Communitas, 2008.

FENSTERSEIFER, Shana Serrão. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras. *In:* GIDI, Antônio; THIBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho; TESHEINER, José Maria (Orgs.). **Processos Coletivos**: ação civil pública e ações coletivas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 49-65.

FERREIRA, Juliana Maria Matos. **Teoria do Processo Coletivo no modelo participativo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017.

FERRY, Luc. **A Nova Ordem Ecológica**: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

FONSECA, Lilian Simone Godoy. **Hans Jones e a responsabilidade do homem frente ao desafio biotecnológico**. 2009. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Tese%20Lilian%20S%20Godoy%20Fonseca.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: as confissões da carne. V. 4. 4. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FRANÇOIS-MATTÉI, Jean. **A Barbárie Interior**: ensaio sobre o i-mundo moderno. São Paulo: UNESP, 2002.

FRASER, Nancy; ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

FREITAS, Helena. A crise de representação no Estado Democrático de Direito: uma leitura na visão do Circuito dos Afetos de Vladimir Safatle. *In:* GONTIJO, Lucas *et al.* (Org.). **Entraves à soberania popular**: ensaios jurídico-políticos sobre a crise na democracia brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 99-118.

FREITAS, Helena. **Eficiência da Jurisdição**: necessidade de sua (des)construção para efetivação do Modelo Constitucional de Processo. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GALANTER, Marc. Why the 'Haves' Come Out Ahead: Speculations on the Limits of Legal Change. **Law & Society Review**, Amherst, v. 9, n. 1, p. 95-160, 1974.

GALEANO, Eduardo. La naturaleza no es muda. *In:* ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (Coord.). **Derechos de la naturaleza**: el futuro es ahora. Equador: Ediciones Abya-Yala, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GALUPPO, Marcelo Campos. **Da ideia à defesa**: monografias e teses jurídicas. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

GARZÓN, Rene Patrício Bedón. Aplicação dos direitos da natureza no Equador. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 13-32, jan-abr. 2017.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: entropia, ecologia, economia. São Paulo: SENAC, 2012.

GIDI, Antônio. **Las acciones coletivas y la tutela de los derechos difusos, colectivos e individuales em Brasil**: um modelo para países de derecho civil. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

GIMÉNEZ, Tereza Vicente. El nuevo paradigma de la justicia ecológica y sua desarrolho

ético-jurídico. *In:* GIMÉNEZ, Tereza Vicente (Org.). **Justicia Ecológica el la Era del Antropoceno**. Madrid: Trotta, 2016. p. 11-52.
GLEESON, B.; LOW, N. **Justice, Society and Nature**: An Exploration of Political Ecology. London: Routledge, 1998. Disponível em: https://doi.org/10.4324/9780203006689. Acesso em: 14 set. 2021.

GONÇALVES, Aroldo Plínio. **Técnica processual e teoria do processo**. Rio de Janeiro: Aide, 2001.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga; BICALHO, Mariana. Discurso científico, espaço político e democracia na contemporaneidade: o papel da ciência do direito na encriptação da democracia. **THEMIS - REVISTA DA ESMEC**, Fortaleza, v. 18, p. 149-170, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORZ, André. **Ecológica**. Madrid: Éditions Galilée, 2008.

GROTIUS, Hugo. **O Direito da Guerra e da Paz**. V. II. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

GUASP, Jaime. **Derecho**. Madrid: Graficas Hergon, 1971.

GUASP, Jaime. **Juez y hechos en el Proceso Civil**: una crítica del derecho de disposición de las partes sobre el material de hecho del proceso. Barcelona: Bosch, 1943.

GUASP, Jaime. **La pretención processual**. Tomo V, fasc.1º. Madrid: Anuário de Derecho civil, 1952.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. 21. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.

GUSTIN, Miracy; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2015.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como "ideologia"**. São Paulo: UNESP, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: Uma Breve História da Humanidade. 27. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar Comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HART, H. L. A. **O Conceito de Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HASSON DE OLIVEIRA, Vanessa. **Direitos da natureza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

HEGEL, George W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Brasília: UnB, 2008.

HEGEL, George W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006. Acesso em: 10 out. 2021.

HEIDEGGER, Martin. **Sobre o Humanismo**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.

HILL, Flávia Pereira. Uns mais iguais que os outros: em busca da igualdade (material) de gênero no processo civil brasileiro. **Revista eletrônica de direito processual**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 201-244, 2019.

HILL, Flávia Pereira; PINHO, Humberto Dalla B. Desjudicialização e atos probatórios concertados entre as esferas judicial e extrajudicial: a cooperação insterinstitucional online prevista na resolução 350 do CNJ. **RJLB - REVISTA JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA**, Valença, v. 5, p. 895-924, 2021.

HILL, Flávia; HILDEBRAND, Cecília. Legitimidade processual dos animais não humanos. *In:* ALVES, Lucélia Sena; SOUZA BORGES, Fernanda Gomes e; SOARES, Carlos Henrique. **6 anos de vigência do Código de Processo de 2015**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2022. p. 203-231.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**: matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo: UNESP, 2015.

HORNERO, Antonia Calvo. **Estrategia Medioambiental y desarrollo sostenible**. Madrid: Editorial Universitaria Ramón Areces, 2019.

JAPIASSU, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1977.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JASPERS, Karl. **Les Grands Philosophes**: Kant. V. 3. France: 1018, 1967.
JOBIM, Marco Félix. **Medidas estruturantes**: da Suprema Corte Estadunidense ao Supremo Tribunal Federal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

JOBIM, Marco Félix. **Teoria, história e processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

JOBIM, Marco Félix. **Cultura, Escolas e fases metodológicas do Processo**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos Costumes**. Petrópolis: Vozes, 2013.

KELSEN, Hans. **O Problema da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOVEL, Joel. **The Enemy of nature:** the end of capitalism or end of the world? United Kingdom: Zed Books, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton; CAMPOS, Yussef. **Lugares de origem**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio da antropologia simétrica. 4. ed. São Paulo: 34, 2019.

LEAL, André Cordeiro. **Instrumentalidade do processo em crise**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2008.

LEAL, André Cordeiro; THIBAU, Vinicius Lott. A dogmática processual e a exceção cotidiana. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**, Belo Horizonte, ano 23, n. 92, p. 13- 29, out./dez. 2015.

LEAL, Rosemiro Pereira. O direito à vida e o meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 91, p. 171-186, 2005.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria processual da decisão jurídica**. Belo Horizonte:

D’Plácido, 2016.

LEAL. Rosemiro Pereira. **Processo como teoria da lei democrática**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

LEAL, Rosemiro Pereira. **Teoria Geral do Processo**: primeiros estudos. 14. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política**. Campinas: Unicamp, 2021.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LEOPOLD, Aldo. **A Ética da Terra**. Curitiba: Appris, 2020.

LEOPOLD, Aldo. **Almanaque de um Condado Arenoso**: e alguns ensaios sobre outros lugares. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

LEVINAS, Emmanuel. **Ética e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2020a.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 2020b.

LEVINAS, Emmanuel. **Violência do Rosto**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LIEBMAN, Enrico. **Manual de Direito Processual Civil**. V. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

LOVELOCK, James. **Gaia**: um novo olhar sobre a vida na Terra. Lisboa: Edições 70, 2016.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

LUTZENBERGER, José A. **Fim do futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. Rio Grande do Sul: Movimento, 1977.

MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. A liberdade da informação na rede, o modelo de processo coletivo participativo em ambiente protegido e aluta contra a escravidão digital. **Revista VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 11-33, 2º sem. 2018.

MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. **Teoria das ações coletivas**: as ações coletivas como ações temáticas. São Paulo: LTr, 2006.

MACIEL JÚNIOR, Vicente de Paula. **Teoria das ações coletivas como ações temáticas**: as ações coletivas como ações temáticas. São Paulo: LTr, 2006.

MADEIRA, Dhenis da Cruz. **Processo de Conhecimento e Cognição**: uma inserção no Estado Democrático de Direito. Curitiba: Juruá, 2014.

MADEIRA, Dhenis da Cruz. Teoria do Processo e discurso normativo: digressões democráticas. *In:* DIDIER JÚNIOR, Fredie (Coord.). **Teoria do Processo**: panorama doutrinário mundial. V. 2. Salvador: Jus Podivm, 2010. p. 137-156.

MAGALHAES, José Luiz Quadros de; ASSAD, Carolina Spyer Vieira. Desocultando a lógica de exclusão 'nós x eles': uma análise da persistência da estrutura binária moderna. **Jus Navigandi**, *[S. l.]*, v. 1, p. 1-20, 2015. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/41255/desocultando-a-logica-de-exclusao-nos-versus-eles. Acesso em: 19 ago. 2021.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; CARVALHO, Flávia Alvim de. Um novo paradigma jurídico e epistemológico como resposta aos novos desafios apresentados pelo Antropoceno ao direito ambiental internacional. **Anuario Mexicano De Derecho Internacional**, v. XXII, p. 45-70, 2022.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. CORGOZINHO, Mariana Lara. O controle da vida: do sujeito enraizado ao presente contínuo. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, a. XXIII, v. 27, n. 1, p. 38-52, Jan/abr. 2018.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Direito à diferença. Direito à diversidade. *In:* MAGALHÃES, José Luiz Quadros de; GONTIJO, Lucas de Alvarenga; COSTA, Bárbara Amelize; BICALHO, Mariana Ferreira (Orgs.). **Dicionário de Direitos Humanos**. Porto Alegre: Fi, 2021. p. 177-192.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Estado Plurinacional e Direito Internacional**. Curitiba: Juruá, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In:* BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27-53.

MAMANI, Juan Ramos. Nuevo constitucionalismo social comunitario desde America Latina. *In:* BOLZAN DE MORAIS, José Luis; BARROS, Flaviane de Magalhães. **Novo Constitucionalismo latino-americano**: o debate sobre sistemas de justiça, ativismo judicial e formação de juízes. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014. p. 2-17.

MAPAS. Site institucional. 2021. Disponível em: https://mapas.org.br/sobre-nos/. Acesso em: 14 dez. 2022.
MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: Edipro, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**: teoria do processo civil. V. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARGULIS, Lynn. Os Primórdios da Vida: os micróbios têm prioridade. *In:* THOMPSON, William Irwin. **Gaia**: uma teoria do conhecimento. São Paulo: Gaia, 2014. p. 93-104.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASON, Paul. **Postcapitalismo**: hacia um nuevo futuro. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2016.

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MATTOS, Pompeo de. **Projeto de lei n. 3.200 de 2020**. Estabelece a obrigação de redução dos valores a serem pagos a título de mensalidades escolares pelos alunos e responsáveis para as instituições privadas de ensino do Brasil em todos os seus níveis. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 09 jun. 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254813. Acesso em: 22 jul. 2021.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MEADOWS, Donella *et al*. **Limites do Crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MELGARITO, Alma Guadalupe. La lucha por el sentido del Derecho: Oscar correas e el Pluralismo Jurídico. **Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 18, p. 419-447, set./dez. 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MIGNOLO, Walter. **Retórica de la Modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MINAS GERAIS. **Lei n. 22.231, de 20 de julho de 2016**. Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no Estado e dá outras providências. Disponível em: https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/22231/2016/;PORTAL_SESSIONID=18ACA82CFAACA534B330CA6B0094110F.worker1. Acesso em: 22 jul. 2021.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no Processo Civil**: do modelo ao princípio. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
MONTEIRO DE BARROS, Vinícius Diniz. Ausência de defesa e defensoria: o abandono processual do homo saber. *In:* LEAL, Rosemiro (Coord.). **Celeridade ou ampla defesa**: um falso dilema. Belo Horizonte: RTM, 2016. p. 241-263.

MORAIS, José Luís Bolzan de. O estado de direito "confrontado" pela "revolução da internet"!. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 13, n. 3, p. 876-903, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/33021. Acesso em: 19 jun. 2023.

MORATO LEITE, José Rubens; SILVEIRA, Paula Galbiatti. A ecologização do Estado de Direito: uma ruptura ao Direito Ambiental e ao antropocentrismo vigentes. *In:* MORATO LEITE, José Rubens (Coord.). **A ecologização do Direito Ambiental vigente**: rupturas necessárias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. p. 89-139.

MORIN, Edgar. **É Hora de Mudarmos de Via**: as lições do coronavírus. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

MORIN, Edgar. **O Método 5**: a humanidade da humanidade. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MORIN, Edgar. **O Método 1**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MORIN, Edgar. **O Método 2**: a vida da vida. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015a.

MORIN, Edgar. **O Método 6**: ética. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MORIN, Edgar. **O Método 2**: o conhecimento do conhecimento. 5. ed. Porto alegre: Sulina, 2015b.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NAESS, Arne. **Ecology, community and lifestyle**: outline of an ecosophy. United Kimgdom: Cambridge University Press, 1989.

NAESS, Arne. The Shallow and the Deep, Log-range Ecology Movements: a summary. *In:* SESSIONS, George. **Deep Ecology for the 21 st Century**: readings on the philosophy and practice of the new environmentalism. Boston: Shambala, 1995. p. 151-156.

NAIA, Helena Reis. **O direito à diversidade**: do Estado Moderno ao Estado Plurinacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, Dierle. **Processo jurisdicional democrático**: uma análise crítica das reformas processuais. Curitiba: Juruá, 2012.

NUNES, Dierle José Coelho. A technological shift in procedural law (from automation totransformation): can legal procedure be adapted through technology?. **Civil Procedure Review**, salvador, v. 11, p. 11-32, 2020.

NUNES, Dierle José Coelho; MALONE, Hugo. A implementação de nudges em plataformas digitais de resolução de conflitos. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 340, p. 385-405, 2023.

NUNES, Dierle José Coelho; PAOLINELLI, Camilla Mattos. Novos designs tecnológicos no sistema de resolução de conflitos: ODR, e-acesso à justiça e seus paradoxos no brasil. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 134, p. 395-425, 2021.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o *big data* aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. São Paulo: Rua do Sabão, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Rio 92**: assinada na Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Brasil, 1992. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nova Yorque: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 23 maio 2022.

OST, François. **A natureza à margem da lei**: a ecologia à prova do Direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARAÍBA. **Lei n. 11.140/2018.** Institui o Código de Direito e Bem-Estar Animal do Estado da Paraíba. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361016. Acesso em: 22 jul. 2021.

PEDRON, Flávio Quinaud; CARVALHO, Joabe. A contribuição da Teoria do Direito como integridade de Ronald Dworkin para a hermenêutica jurídica contemporânea. **RVMD – Revista Virtual do Mestrado de Direito**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 431-449, jul./dez. 2016.

PEDRON, Flávio Quinaud; OMMATI, José Emílio Medauar. **Teoria do Direito Contemporânea**: uma análise das teorias jurídicas de Robert Alexy, Ronald Dworkin, Jürgen Habermas, Klaus Günther e Robert Brandom. 2. ed. Belo Horizonte: Conhecimento, 2020.

PENIDO, Flávia Ávila. **Processo e interpretação em Eduardo J. Couture**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PEREIRA, A. G. D.; FERREIRA, A. E. Novo estatuto jurídico dos animais em Portugal: Direito civil e experimentação animal. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 14, n. 1, p. 38-53, jan./abr. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/30725. Acesso em: 16 nov. 2022.

PFORDTEN, Dietmar Von Der. **Filosofia do Direito**: uma introdução. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

PIGOU, Arthur Cecil. **The economics of welfare**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2002.

PIMENTA, Luciana; ARAÚJO, Luísa Consentino de; RODRIGUES, Maria Luiza Simplicio; CÂMARA, Yanca Abreu. A escrevivência de Conceição Evaristo como estratégia político-discursiva de resistência. **Letras de Hoje** – Escola de Humanidades – PUCRS, Porto Alegre, v. 56, p. 251-261, 2021.

PIMENTA, Luciana; ROCHA, Líbero; CRUZ JÚNIOR, Jeziel. A teoria processual de Jaime Guasp Delgado. *In:* LEAL, Rosemiro. **Estudos continuados de teoria do processo**. V. VI. Porto Alegre: Síntese, 2005. p. 119-176.

PIRES, Thula. Por uma concepção amefricana de direitos humanos. *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 299-318.

POPE, Kamila. **Transferência transfronteiriça de resíduos sob a perspectiva da justiça ecológica**: rumos à gestão internacional de resíduos. 2018. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/199019/PDPC1400-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 abr. 2021.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013a.

POPPER, Karl. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

POPPER, Karl. **O Conhecimento e o Problema Corpo-Mente**. Lisboa: Edições 70, 2009.

POPPER, Karl. **Os Dois Problemas Fundamentais da Teoria do Conhecimento**. São Paulo: UNESP, 2013b.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *In:* LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

POSNER, Richard A. **A Economia da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Ensayos em Torno a La colonialidade del Poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. La Americanidad como concepto o América em el mundo moderno-colonial. *In:* QUIJANO, Aníbal. **Ensayos em Torno a La colonialidade del Poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019. p. 135-150.

RAATZ, Igor; ANCHIETA, Natascha. Processualismo científico e "fases metodológicas do Processo": a tática erística do adjetivo científico e das "novas fases metodológicas". **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, ano 14, v. 21, n. 3, p. 296-327, set./dez. 2020.

RAATZ, Igor; ANCHIETA, Natascha. **Uma teoria do processo sem processo?** A formação da "Teoria Geral do Processo" sob a ótica do garantismo processual. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2021.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Mulheres, 1998.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

REDENTI, Enrico. **Diritto Processuale Civile**. 3. ed. V. I. Varese: Giuffrè Editore, 1980.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Luciane Martins. **A Subjetividade e o Outro**: ética da responsabilidade em Emmanuel Levinas. São Paulo: Ideias e Letras, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei n. 15.434, de 09 de janeiro de 2020**. Institui o Código de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/m010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=65984. Acesso em: 22 jul. 2021.

ROCHA, Lilian Rose Lemos. **Direito da natureza**: uma visão biocêntrica. Curitiba: CRV, 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. **Economia**. 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

SANTA CATARINA. **Lei n. 12.854, de 22 d dezembro de 2003**. Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12854_2003_Lei.html. Acesso em: 22 jul. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. V. 4. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; ANDRADE, Orlando Aragón. **Descolonizando el Constitucionalismo**: más allá de promesas falsas o imposibles. México: Akal, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MARTINS, Bruno Sena. **O pluriverso dos Direitos Humanos**: a diversidade das lutas pela dignidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b. p. 39-61.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Direito dos Oprimidos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-Modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**: Constituição, direitos fundamentais e proteção do ambiente. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Maquiavel, "O Príncipe" e a formação do Estado Moderno**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo de economia que leva em conta as pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SEGATO, Rita. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/tRYDbBv8ZQf9SJmpvSywtjb/?lang=pt#.

Acesso em: 18 mar. 2023.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SEGATO, Rita. La perspectiva de la colonialidade del poder. *In:* QUIJANO, Aníbal. **Ensayos em torno a la colonialidad del poder**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Del Signo, 2019. p. 51-88.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Ciência e filosofia no projeto interdisciplinar da formação humana: a contribuição do pensamento de Hilton Ferreira Japiassu. **Saberes Interdisciplinares**, *[S. l.]*, v. 11, n. 22, p. 7-16, maio 2018. Disponível em: http://186.194.210.79:8090/revistas/index.php/SaberesInterdisciplinares/article/view/169. Acesso em: 29 jun. 2020.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Ricardo Albuquerque. **Ecofilosofia**: do antropocentrismo ao ecocentrismo. Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 1999.

SIMÃO, José F0ernando. Direito dos animais: natureza jurídica: a visão do direito civil. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, *[S. l.]*, ano 3, n. 4, p. 897-911, 2017. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2017/4/2017_04_0897_0911.pdf. Acesso em: 16 nov. 2022.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Hunter Books, 2014.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Curitiba: UFPR, 2018.

SOLÓN, Pablo. Bem Viver. *In:* SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p. 19-63.

SOUSA, Paulo H. M. **Dignidade humana ecocêntrica**. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STONE, CHRISTOPHER. **Should trees have standing?** Law, morality and the environment. 3. ed. New York: Oxford, 2010.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política,** *[S. l.]*, n. 81, p. 215-248, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/pcFq8fmfKs3tvS9z5ZRxGCD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 dez. 2021.

TODD, John. Uma categoria econômica baseada na ecologia. *In:* THOMPSON, Willian

Irwin. **Gaia**: uma teoria do conhecimento. 4. ed. São Paulo: Gaia, 2014. p. 125-138.

TRIVISONNO, Alexandre Travessoni G. O que significa "a injustiça extrema não é direito? Crítica e reconstrução do argumento da injustiça no não-positivismo inclusivo de Robert Alexy. **EJJL**, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 97-122, 2015. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7833356.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

UZEDA, C.; PANTOJA, F. M.; FARIA, M. K. de; TEMER, S. Entes organizados despersonalizados e capacidade de ser parte: grupos e associações de fato em juízo (Art. 75, IX, do CPC). **Civil Procedure Review**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 165–205, 2021. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/article/view/228. Acesso em: 23 dez. 2022.

VALE. **Quem somos**. 2023. Disponível em: https://www.vale.com/pt/quem-somos. Acesso em: 23 dez. 2022.

VEIGA COSTA, Fabrício. **Mérito processual**: a formação participada nas ações coletivas. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

VIEIRA, José Marcos Rodrigues. **Da ação cível**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência ingênua. V. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020a.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência crítica. V. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b.

VITORELLI, Edilson. Os desastres do Rio Doce e de Brumadinho: introdução à teoria dos litígios coletivos. *In:* VITORELLI, Edilson; ZANETI JÚNIOR, Hermes (Coords.). **Casebook de Processo Coletivo**: estudos de processo a partir de casos. V. 1: tutela jurisdicional coletiva. São Paulo: Almedina, 2020. p. 19-43.

VITORELLI, Edilson. **Processo Civil Estrutural**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Jus Podivm, 2022a.

VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: dos direitos aos litígios coletivos. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022b.

VITORIA, Francisco de. **Relectiones**: sobre os índios e o poder civil. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. V. 1. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

WESTON, Burns; BOLLIER, David. **Green Governance**: ecological survival, human rights, and the law of the Commons. New York: Cambridge Uni deversity Press, 2013.

WINDSCHEID, Bernhard; MUTHER, Theodor. **Polemica sobre la "actio"**. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1974.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Processo Coletivo**: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
ZEMELMAM, Hugo. **Necesidad de cosciencia**: un modo de construir conocimiento. México: Anthropos Editorial, 2002.

ZEMELMAN, Hugo. Razones para um debate epistemológico. **Revista Mexicana de Socialogía**, Universidad Nacional Autónoma de México, v. 49, n. 1, p. 1-10, jan./mar. 1987.

ZIZEK, Slavoj. O Espectro da ideologia. *In:* ZIZEK, Slavoj *et al*. **Um Mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no Fim dos Tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.